

HUMANA
RES



Apresentação da Revista Humana RES

Caro leitor,

A Revista Humana Res é parte de um projeto idealizado pelo Centro de Ciências Humanas e Letras e pelo Núcleo de Estudos Estado Poder e Política - NEEPP, no intuito de integrar, de forma sincrônica, o ensino com a pesquisa e a extensão. Nesse sentido, este meio de divulgação eletrônica assume a função de difundir junto ao público interno e externo, o conhecimento que vem sendo produzido, no âmbito desta Instituição de Ensino Superior.

É ainda pretensão desta revista constituir-se como via de acesso à produção acadêmica de profissionais de outras IES, seja no país ou no exterior, abrangendo os campos das Humanidades, Ciências Sociais, Artes e Tecnologias, publicando em suas páginas matérias enviadas para esse fim. Trata-se, enfim, de um periódico interdisciplinar, que se propõe a congregar análises produzidas a partir de perspectivas e olhares diversos acerca da realidade local, nacional e internacional.

No seu **Número 7 de jan/jul 2022**, a Humana Res apresenta o **Dossiê Temático: Infância e Juventude**, sob a coordenação do Prof^a Dr^a. Teresinha Queiroz – UFPI, Prof^a Dr^a. Maria do Socorro Rios Magalhães – UESPI e Prof^o. M.Sc Dheiky do Rêgo Monteiro Rocha – UFCG.

Boa leitura!

Joseanne Zingleara Soares Marinho

Editora – Chefe Universidade Estadual do Paiuí – UESPI

Antônia Valtéria Melo Alvarenga

Editora

Universidade Estadual do Paiuí – UESPI



Revista Humana Res
Edição 006 Ano 003
Julho/Dezembro|2022
ISSN: 2675-3901

EQUIPE EDITORIAL

COORDENAÇÃO EDITORIAL

Joseanne Zingleara Soares Marinho

(UESPI / HISTÓRIA / EDITORA-CHEFE)

MARCELO SOUSA NETO

(UESPI / HISTÓRIA-CCM / EDITOR)

JOÃO BATISTA VALE JÚNIOR

(UESPI / HISTÓRIA / EDITOR)

ANTONIA VALTÉRIA MELO ALVARENGA

(UESPI / HISTÓRIA / EDITORA)

MARIA DO SOCORRO RIOS MAGALHÃES

(UESPI / LETRAS-PORTUGUÊS / EDITORA)

VIVIANE PEDRAZANNI

(UESPI / HISTÓRIA/ EDITORA)

CONSELHO EDITORIAL

JOSEANNE ZINGLEARA SOARES MARINHO

(UESPI / HISTÓRIA / EDITORA-CHEFE)

OMAR MÁRIO ALBORNOZ

(UESPI/LETRAS-ESPANHOL / EDITOR)

MARCELO SOUSA NETO

(UESPI / HISTÓRIA-CCM / EDITOR)

MARIA DO SOCORRO RIOS MAGALHÃES

(UESPI / LETRAS-PORTUGUÊS / EDITORA)

JOÃO BATISTA VALE JÚNIOR

(UESPI / HISTÓRIA / EDITOR)

ANTONIA VALTÉRIA MELO ALVARENGA

(UESPI / HISTÓRIA / EDITORA)

CLARICE H. SANTIAGO LIRA

(UESPI / HISTÓRIA)

ELIZABETH MARY BAPTISTA

(UESPI / GEOGRAFIA)

FABRÍCIO FLORES FERNANDES

(UESPI / LETRAS-PORTUGUÊS)

ANA CRISTINA MENESES

(UESPI / HISTÓRIA)

JORGE EDUARDO DE ABREU PAULA

(UESPI / GEOGRAFIA)

JOSÉ BISPO MIRANDA

(UESPI / CIÊNCIAS SOCIAIS)

JOSINALDO OLIVEIRA DOS SANTOS

(UESPI /LETRAS/ESPANHOL)

LUCIANA MARIA LIBÓRIO EULÁLIO

(UESPI / LETRAS-ESPANHOL)

LUCIRENE DA SILVA CARVALHO

(UESPI / LETRAS-PORTUGUÊS)

ANTONIO MAURENI VAZ VERÇOSA DE MELO

(UESPI / HISTÓRIA)

MÁRLIA SOCORRO LIMA RIÉDEL

(UESPI / LETRAS-INGLÊS)

VIVIANE PEDRAZANNI

(UESPI / HISTÓRIA/EDITORIA)

CONSELHO CIENTÍFICO

ALCEBÍADES COSTA FILHO
(UESPI)

ANA PAULA VOSNE MARTINS
(UFPR)

ARYDMAR VASCONCELOS GAYOSO
(UEMA)

TERESINHA DE JESUS MESQUITA QUEIROZ
(UFPI)

CATARINA FROIS
(AR)

CLÁUDIA CRISTINA DA SILVA FONTINELES
(UFPI)

CRISTIANA COSTA DA ROCHA
(UESPI)

DANILO BEZERRA
(UESPI)

ELIO FERREIRA DE SOUSA
(UESPI)

ELIZANGELA BARBOSA CARDOSO
(UFPI)

FERNANDO BAGIOTTO BOTTON
(UESPI)

FRANCISCO CHAGAS OLIVEIRA ATANÁSIO
(UESPI)

GISELE PORTO SANGLARD
(FIOCRUZ- RJ)

IRLANE GONÇALVES DE ABREU
(UFPI)

JACKSON DOS SANTOS RIBEIRO
(UEMA)

JÔNATAS LINCOLN ROCHA FRANCO

JONAS RODRIGUES MORAES
(UFMA)

JOSÉ BISPO DE MIRANDA
(UESPI / CIÊNCIAS SOCIAIS)

LÍEGE DE SOUZA MOURA
(UESPI)

LIVIA SUELEN SOUSA MORAES MENESES
(UFPI)

LUIS REZNIK
(UERJ)

MÁRCIA EDLENE MAURIZ LIMA
(UESPI)

MARGARETH TORRES DE ALENCAR COSTA
(UESPI)

MARIA ELDELITA FRANCO HOLANDA
(UESPI)

MARIA LUZINEIDE GOMES DE PAULA
(UESPI)

MANOEL RICARDO ARRAES FILHO
(UFPI)

MUGIANY OLIVEIRA BRITO PORTELA
(UFPI)

PEDRO PIO FONTINELLES FILHO
(UESPI)

ZILDA MARIA MENEZES LIMA
(UECE)

EQUIPE TÉCNICA

GABRIEL ROCHA DA SILVA
(UESPI / HISTÓRIA / APOIO TÉCNICO)

JOSIAS GOMES DOS SANTOS NETO
(UESPI / HISTÓRIA / CHEFE TÉCNICO)

ALINE MARIA SILVA SOUSA
(UESPI/JORNALISMO/APOIO TÉCNICO/LOPES)



SUMÁRIO

DOSSIÊ

NASCER EM TERESINA: Apontamentos Iniciais.....05

Francilene Cunha de Moraes

“NINGUÉM VEM AO MUNDO SOB O ESTIGMA DA ESCRAVIDÃO”: os reflexos da Lei do Ventre Livre nos periódicos piauienses do século XIX.....19

Talyta Marjorie Lira Sousa

CRIANÇA E INFÂNCIA NEGRA NAS ESCRITAS DE HELENA MORLEY.....37

Emerson Benedito Ferreira

É MELHOR PREVENIR QUE REMEDIAR: profilaxia e tratamento de verminoses, tracoma e sífilis em crianças em Teresina (1930-1940).....49

Ana Karoline de Freitas Nery

ALIMENTAÇÃO HIGIÊNICA: medicina, filantropia e assistência à infância no Lactário Suzanne Jacob no Piauí (1930-1940).....66

Lívia Suelen Sousa Moraes Meneses
Elizangela Barbosa Cardoso

A VIAGEM CIENTÍFICA DE NEIVA E PENNA: Saúde e doença de infantes no Piauí (1889-1930).90

Aricélia Soares Barros

“GOTAS DE ESPERANÇA”: paralisando a pólio para libertar a infância.....107

Antonia Valtéria Melo Alvarenga
Josiel Luís Franco de Andrade Carvalho
Alice Ohanna Leal Nunes

SER CRIANÇA NO HORIZONTE HUMANIZADOR DA LITERATURA INFANTIL: imaginários ilustrados de esperança.....132

Dheiky do Rêgo Monteiro Rocha

Sumário

CARIDOSA, ALTRUÍSTA, OBEDIENTE E MODESTA: as instruções de Nísia Floresta para a educação das meninas no Brasil oitocentista.....157

Luma Pinheiro Dias
Teresinha de Jesus Mesquita Queiroz

DESENVOLVIMENTO URBANO E ENSINO: novas configurações para as infâncias (Paraná 1960-1970)172

Jorge Luiz Zalusk

PARA ALÉM DA PAIDEIA: nacionalismo, educação e juventude no Piauí varguista (1930 – 1945).....187

José de Arimatéa Freitas Aguiar Junior
Pedro Pio Fontineles Filho

O ENSINO BÁSICO DE HISTÓRIA PARA JOVENS DURANTE A PANDEMIA DE COVID: experiências desenvolvidas no Programa de Residência Pedagógica em Teresina-PI.....202

Danielle Filgueiras Santos
Joseanne Zingleara Soares Marinho

EDUCAÇÃO, CULTURA E IDEIAS JUVENIS EM TERESINA NOS ANOS 30 e 40: centro estudantil piauiense.....219

Vanessa Soares Negreiros Farias

“SE COMPADEÇA DE MIM, QUE POR POCOS MIOLOS E VERDES DE RAPARIGA E MAL-EDUCADA”: as juventudes da capitania de São José do Piauí, no século XVIII.....235

Rosamaria de Sousa Fé Barbosa

TEMAS LIVRES

A ITÁLIA PELA COLÔNIA: uma etnografia da colonização com imigrantes e descendentes de italianos.....251

Luíza Giordani

HISTÓRIA, LITERATURA E MEMÓRIA: Clodoaldo Freitas e as narrativas sobre o fazer política no século XIX.....273

Ronyere Ferreira

“SENHORAS, SENHORES...”: a cena de enunciação e a designação do auditório em uma conferência de orientação kardecista.....296

Marília Mesquita Queiroz

ESCOLARIZAÇÃO E PRÁTICAS FAMILIARES: impactos da cultura letrada sobre a instituição familiar entre o final do século XIX e início do século XX.....310

Pedro Vilarinho Castelo Branco

RESPONSABILIDADE CIVIL MÉDICA: uma abordagem sobre o perfil médico e os principais fatores de condenações judiciais no Estado do Piauí.....322

Auricélia do Nascimento Melo

ENTREVISTA.....336

Prof^a Msc. Luciana Soares da Cruz

RESENHA.....341

Gabriel Rocha da Silva
Marcelo de Sousa Neto

EDITORIAL

A proposta inicial desta edição da HUMANA RES, que tem como Dossiê *Infância e Juventude*, uma temática bastante ampla, abria inúmeras possibilidades de abordagem, criando mesmo a expectativa de que o domínio da Literatura e das Artes viria prevalecer, o que não se concretizou, tendo em vista que a força da história com seus diversos dilemas se impôs meridianamente no espectro das colaborações recebidas. Esse é o primeiro aspecto a chamar a atenção neste Dossiê, ou seja, a atualidade dos temas e das questões abordadas acerca das esferas da criança e do adolescente.

Dessa maneira, os artigos, a resenha e a entrevista convergem no sentido de trazer temas candentes, suscitados, sem dúvida, pelas alterações na conjuntura acadêmica das décadas recentes, mas sobretudo pelos impactos do tempo presente e pela disrupção provocada pela pandemia da Covid-19. Entre a Vida e a Arte, assistimos, não sem perplexidade, à invenção de artifícios e astúcias em busca da sobrevivência e à intensificação do apego ao valor maior – a Vida – bem como dos esforços para sua preservação.

Esses apegos, cada vez mais insurgentes e visíveis, aguçam as sensibilidades e estas apontam para o presente, para o passado e para o temor do futuro, despertando o interesse por formas novas e antigas de proteção social. Essas formas de proteção remetem à problematização de papéis sociais e à reconfiguração desses papéis, em que sujeitos como médicos e farmacêuticos sobressaem, e ganham destaque as condutas femininas e as dimensões da vida social mais afetas às agências das mulheres. Crianças, cuidados e maternidade passam a ser expostos e a conquistar espaço nas escritas.

Os interesses, as formas, as atuações públicas e privadas sobre a educação são temas muito presentes no Dossiê. Além da educação de todos para a Saúde, recorte que atravessa a maior parte das colaborações recebidas, trata-se aqui também da educação infantil e juvenil nos mais diversos formatos: por meio da literatura; nas escolas públicas e privadas convencionais; no seio da família e nos internatos; como política pública contemplada e realizada em alguns períodos da história do Brasil; na forma de enfrentamento aos desafios recentemente colocados

pela reclusão compulsória nesses tempos de Covid-19 e de aprendizado requerido pelo uso das novas tecnologias em todos os níveis de ensino; como resposta às transformações urbanas e a seus novos requerimentos de conhecimentos sociais, políticos e escolares; como esforço empreendido ainda no século XIX, no sentido de proporcionar educação às meninas, tendo em vista o objetivo de formar mulheres com o perfil requerido pelas mudanças em curso; e ainda é possível conhecer os ensinamentos nada convencionais e pouco desejáveis nos setecentos, quando mulheres jovens, rompendo os códigos da Igreja, experimentavam usar seus corpos em liberdade e desafiar os costumes dominantes, usufruindo de outros prazeres. Infância e juventude estão aqui contempladas sob as mais diversas formas que a educação pode assumir, desde a aquisição dos saberes escolares ao cultivo da civilidade, como lugar de preservação e de mudança do mundo, como desafio às suas regras e convenções.

Os direitos das crianças, as responsabilidades do Estado e a emergência das questões étnico-raciais são problematizados à luz da Antropologia pela professora Luciana Soares da Cruz, a entrevistada deste número da revista.

A atenção para os limites e as fímbrias sociais também pode ser vislumbrada na frequência cada vez maior dos estudos sobre as infâncias e as juventudes preconizadas e pela verberação acerca dos direitos dessas frações sociais, cada vez mais vistos como fundamentais e inalienáveis e como deveres imprescritíveis do poder político. A rica e sensível manifestação da professora Luciana Soares da Cruz, a entrevistada deste número da HUMANA RES é reveladora dessas inquietações do presente e registro sensível das demandas por cidadania plena, que é direito de todos e ainda mais urgentemente das crianças que vivem em situações-limite em virtude de pertencimentos socioeconômicos e étnicos ainda carentes de respeito e alteridade.

Esses são temas que recuperam os limiares mais recônditos da experiência humana, das vivências históricas mais partilhadas ao longo dos séculos e que abrangem o nascer, o sobreviver, o reproduzir, o adoecer e o morrer. Em décadas recentes essa imersão na história da condição humana adquiriu enorme atualidade e pertinência, assumindo a forma de estudos sobre todas as fases e idades da vida – a infância, a juventude, a maturidade, a velhice – em suas multiplicidades e variações. Nessa perspectiva, compreende-se o enorme manancial de pesquisas sobre a saúde e as doenças, a proteção e prevenção, de modo que, no Dossiê, a historicização dessas vivências manifesta-se em diversas feições.

Essas novas sensibilidades e esses interesses mais ampliados reconfiguram os estudos sobre as crianças e a maternidade e englobam a recuperação dos trajetos históricos dos

cuidados, no sentido mais amplo, em que se pode incluir os caminhos das vacinações e sua obrigatoriedade, ampliando-se também as responsabilidades do Estado.

Essas sensibilidades, bem como direitos e deveres em processo de conquista, deslocam, de alguma maneira, o foco da atuação dos pesquisadores das mais diversas áreas para a cena pública e mesmo para a abordagem de situações e de sujeitos que foram por muito tempo merecedores apenas do silêncio e da reclusão – quase sempre por serem portadores de doenças contagiosas e incuráveis e recobertos por toda a sorte de estigmas sociais, como era/é o caso da hanseníase. Doenças silenciadas e negadas, doentes segregados do convívio social e elididos da memória familiar, objetos do desprezo e do esquecimento, duplamente condenados à morte, reaparecem no momento presente reivindicando não apenas seus espaços de cura, seus direitos à atenção pública, como igualmente um lugar de destaque em um mundo em que se partilham suas experiências dolorosas e de impossível ignorância.

As ameaças do presente e o imponderável que o ronda, seguramente, serviram de inspiração para nossos pesquisadores. Neste Dossiê, essas dores e esses preconceitos milenares aparecem também no registro de uma louvável intervenção que se realiza em Teresina, em benefício dos portadores de hanseníase e dos curados da doença, mas não dos estigmas que sobre eles incidem e perseveram.

Também sob o signo do encontro, nem sempre desprovido de conflitos e tensões as mais diversas, a resenha deste número contempla um livro cujo núcleo é o reconhecimento da incidência e do vigor, em Teresina, da hanseníase, com o seu cortejo de sofrimentos e a continuidade dos estigmas que pairam sobre a doença ao longo dos séculos. Entretanto, a experiência narrada por Ruimar Batista é de molde a positivar o assunto, apontando para a existência de fios de esperança ao realçar a eficácia dos tratamentos e sobretudo por evidenciar as interferências da sociedade civil na proteção aos doentes e aos curados. Ações dessa natureza, que devem ser divulgadas e louvadas, sinalizam para as necessidades da complementaridade entre a ação pública e os esforços de pessoas e instituições não governamentais. Sistema de saúde atento às doenças e financiamento público às medicações não prescindem de outras atenções aos sujeitos acometidos pela hanseníase e, nesse escopo, estão contempladas todas as interferências em benefício dessas dignidades ameaçadas, caso da narrativa aqui destacada.

Assim, embora as sugestões para os colaboradores terem sido no sentido de ampliação e variação do espectro das temáticas, as respostas dos autores foram convergentes na direção das preocupações e da reflexão sobre os assuntos mais candentes da atualidade. Ao optar pelo

Dossiê: *Infância e Juventude*

protagonismo do tempo presente como inspiração para seus artigos, nossos colaboradores acabam por trazer aos leitores uma amostra significativa das pesquisas que estão sendo realizadas no meio acadêmico, nos dias de hoje.

Dr^a Maria do Socorro Rios Magalhães
Dr^a Teresinha de Jesus Mesquita Queiróz
Me Dheiky do Rêgo Monteiro Rocha

NASCER EM TERESINA: Apontamentos Iniciais

Francilene Cunha de Moraes¹

RESUMO

O estudo trata de uma avaliação das possibilidades teóricas e metodológicas dos registros de nascimento da cidade de Teresina, na segunda metade do século XIX (restrito nesse estudo ao ano de 1875). Apresenta inicialmente um breve balanço sobre a história da infância, bem como as possibilidades das fontes vitais (registros de nascimento, batismo, casamento e óbito) para uma análise histórica, além da busca por compreensão sobre demografia histórica. Num segundo momento, pondera sobre a infância em Teresina (PI) a partir dos registros de nascimentos de 1875, examinando, aspectos como a legitimidade da criança; condição da criança; batismo; sexo e profissão do pai da criança. O procedimento de investigação tem como base a análise de registros civis de nascimentos da cidade de Teresina de 1875 e as referências bibliográficas contam com autores como Aries (1986); Bassanezi In: Pinsky (1974). Falci (1991); Priore (2008) e Nadalin (1994). Por meio do estudo foi possível perceber que uma pesquisa nos moldes ora apresentados é riquíssima e oferece uma diversidade de caminhos possíveis.

Palavras-chave: História. Infância. Nascimento. Teresina. Piauí.

ABSTRACT

The study deals with an evaluation of the theoretical and methodological possibilities of birth records in the city of Teresina, in the second half of the 19th century (restricted in this study to the year 1875). Initially, it presents a brief balance on the history of childhood, as well as the possibilities of vital sources (birth, baptism, marriage and death records) for a historical analysis, in addition to the search for understanding of historical demography. In a second moment, it considers childhood in Teresina (PI) based on birth records from 1875, examining aspects such as the child's legitimacy; child's condition; baptism; gender and occupation of the child's father. The investigation procedure is based on the analysis of civil birth records in the city of Teresina in 1875 and the bibliographical references include authors such as Aries (1986); Bassanezi In: Pinsky (1974). Falci (1991); Priore (2008) and Nadalin (1994). Through the study it was possible to perceive that research along the lines presented here is extremely rich and offers a diversity of possible paths.

Keywords: History. Childhood. Birth. Teresina. Piauí.

RESUMEN

El estudio trata de una evaluación de las posibilidades teóricas y metodológicas de los registros de nacimiento en la ciudad de Teresina, en la segunda mitad del siglo XIX (restringido en este estudio al año 1875). Inicialmente, presenta un breve balance sobre la historia de la infancia, así como las posibilidades de las fuentes vitales (actas de nacimiento, bautismo, matrimonio y defunción) para un análisis histórico, además de la búsqueda de comprensión de la demografía histórica. En un segundo momento, considera la infancia en Teresina (PI) a partir de actas de nacimiento de 1875, examinando aspectos como la legitimidad del niño; condición del niño; bautismo; sexo y ocupación del padre del niño. El procedimiento de investigación se basa en el análisis de actas civiles de nacimiento en la ciudad de Teresina en 1875 y las referencias bibliográficas incluyen autores como Aries (1986); Bassanezi En:

¹ Mestre em História do Brasil pela Universidade Federal do Piauí (2017).

NASCER EM TERESINA: apontamentos iniciais

Pinsky (1974). Falci (1991); Priore (2008) y Nadalin (1994). A través del estudio fue posible percibir que la investigación en la línea aquí presentada es extremadamente rica y ofrece una diversidad de caminos posibles.

Palabras clave: Historia. Infancia. Nacimiento. Teresina. Piauí.

1 Apresentação: Um breve balanço sobre a História da infância

Na sociedade ocidental, o século XIX é tido como o período de apogeu da mentalidade e interesse pela criança, tal como observamos atualmente. Para Teresinha Queiroz, “são inumeráveis as maneiras de abordar a temática da infância”², tema que passou por um processo de particularização, caindo no interesse dos estudos recentes, tanto na Europa quanto no Brasil.

Um dos pioneiros nos estudos sobre a infância, o pesquisador Philippe Ariès defende a infância como uma construção social para além de um simples aspecto biológico. Assim sendo, a maneira como concebemos a infância, ao longo do tempo, passou por diversas modificações. É importante salientar que as fases da vida (infância, adolescência e juventude) correspondem às representações da sociedade no que se refere à duração da vida.

Em seu trabalho *História social da criança e da família*³, Ariès nos apresenta possibilidades para uma análise rigorosa da infância como objeto da historiografia, ao avaliar as alterações em relação à representação das crianças, por meio da iconografia, relacionando-a com as modificações econômicas e os avanços sociais ocorridos entre o século XVII e o século XIX.

Por meio das imagens, pinturas e fotos, contando com uma apreciação em longa duração, o mencionado autor avalia a mudança de sensibilidade com relação à criança, percebe que, no século XII, período medieval, praticamente, não havia preocupação em representar a figura da criança, fato que pode ser associado ao papel ocupado pela infância naquela sociedade, vista apenas como uma fase de transição. No decorrer do tempo, as crianças passam a ser representadas, entretanto, eram mostradas da mesma forma que um adulto, apenas numa escala menor. Conforme Ariès

No mundo das fórmulas românicas, e até o fim do século XIII, não existem crianças caracterizadas por uma expressão particular, e sim homens de

² QUEIROZ, Teresinha de Jesus Mesquita. O nascimento da infância. In: QUEIROZ, Teresinha de Jesus Mesquita. *História, Literatura, Sociabilidades*. Teresina (PI): EDUFPI; Academia Piauiense de Letras, 2015. p. 165.

³ ARIÈS, Philippe. *História social da criança e da família*. tradução Dora Flaksman. 2ª ed. Rio de Janeiro: Guanabara, 1986.

tamanho reduzido. Essa recusa em aceitar na arte a morfologia infantil é encontrada, aliás, na maioria das civilizações arcaicas.⁴

Além disso, não havia preocupação com relação à perda dessas crianças, especialmente por questões ligadas as altas taxas de natalidade e de mortalidade da época. A partir do século XVIII, já aparecem representações da infância mais próxima do sentimento moderno.

Num contexto ainda europeu, ao analisar o século XIX, Jacques Gélis avalia o processo de individualização da criança⁵, pois a princípio a criança não era concebida como um indivíduo, mas contemplava em si um caráter público e privado. A criança é pública, pois é subordinada aos interesses da linhagem. Por outro lado, era também privada, porque vinculada aos cuidados da família. Assim, o individual estava atrelado aos interesses do social.

Com o desenrolar do tempo, num processo de longa duração, avaliando a mudança de sensibilidade com relação à criança, com outras questões culturais, sociais como o avanço na saúde, a escolarização por meio de instituições e a expansão das cidades, vemos uma alteração de comportamento com relação à criança que passa a ter sua relevância individual reconhecida.

Ainda no contexto da Europa, existem discursos envolvendo a infância tratando de pontos como a conservação das crianças, a partir da prática médica (desinteresse inicial e a transformação em pauta) e do controle das taxas demográficas (medidas contraceptivas), o mito do amor materno (percebido como uma construção social), localizados em obras de autores como Jacques Donzelot⁶ e Elisabeth Badinter⁷.

No Brasil, podemos perceber como a infância foi vivenciada e avaliada a partir de trabalhos como o da historiadora Mary Del Priore, que, em "O cotidiano da criança livre no Brasil entre a colônia e o império" (2008), informa a dificuldade até para denominar essa fase, dada a pouca legitimidade junto à sociedade, considerada como período de transição, sem muitas esperanças/expectativas, cita expressões como "meúdos, ingênuos e infantes" presentes na documentação da América portuguesa. Conforme a definição de Galeno, esta fase da vida era:

A primeira idade do homem: a "puerícia" tinha a qualidade de ser quente e úmida e durava do nascimento até os 14 anos. A segunda idade, chamada adolescência, cuja qualidade era ser "quente e seca", perdurava dos 14 aos 25 anos. Na lógica de Galeno, o que hoje chamamos infância corresponderia aproximativamente à puerícia. Esta por seu turno, dividia-se em três

⁴ ARIÈS, Philippe. **História social da criança e da família**. tradução Dora Flaksman. 2ª ed. Rio de Janeiro: Guanabara, 1986. p.51.

⁵ GÉLIS, Jacques. A individualização da criança. In: CHARTIER, Roger (org.). **História da vida privada 3**: da Revolução Francesa à Primeira Guerra Mundial. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

⁶ DONZELOT, Jacques. **A política das famílias**. 3. ed. Rio de Janeiro: Graal, 2001.

⁷ BADINTER, Elisabeth. **Um amor conquistado**: o mito do amor materno. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

NASCER EM TERESINA: apontamentos iniciais

momentos que variavam de acordo com a condição social de pais e filhos. O primeiro ia até o final da amamentação, ou seja, findava por volta dos três ou quatro anos. No segundo, que ia até os sete anos, crianças cresciam à sombra dos pais, acompanhando-os nas tarefas do dia a dia. Daí em diante, as crianças iam trabalhar, desenvolvendo pequenas atividades, ou estudavam a domicílio, com preceptores ou na rede pública.⁸

Nessa perspectiva, a autora desenvolve sua pesquisa, dividindo-a em duas partes, o “tempo de nascer e crescer” e “tempo de brincar e tempo de aprender”.

Em “Tempo de nascer e crescer”, observamos a apresentação de alguns ritos e credences ligadas ao momento do nascimento, como a utilização de óleos e a forte religiosidade ligada especialmente a Nossa Senhora do Bom Parto, além dos primeiros cuidados com o recém-nascido, como a alimentação, que priorizava o leite materno, mas também alimentos engrossados com farinha, mesmo que desaconselhados pelos médicos. É nessa fase que contemplamos no rito do batismo, tanto uma ideia de purificação e de religiosidade, por introduzir a criança nos ritos católicos, como a inserção desta na estrutura familiar e social.

Nesse contexto, algo interessante é a relação afetiva entre pais e filhos, especialmente a relação entre mães e filhos, relação essa evidenciada nos testamentos, à medida que as mães procuravam assegurar amparo a seus pequenos, após a sua morte. Apesar disso, o castigo físico fazia parte do cotidiano dessas crianças até mesmo como método educativo, tanto no espaço privado ou como em instituições.

Já em “Tempo de brincar e tempo de aprender” são mencionadas algumas atividades recreativas realizadas pelas crianças nas escolas jesuítas como tomar banho no rio, brincadeiras com miniaturas de arcos e flechas ou instrumentos de pescas, jogo do beliscão, virar bunda canastra, meia-queimada, cantos, entre outros. No caso da educação, tinha como principal objetivo a transformação da criança num adulto responsável, os estudos valorizavam a leitura, a escrita e os conhecimentos bíblicos/religiosos.

A situação da criança escravizada no período colonial pode ser mapeada a partir dos estudos de José Roberto de Góes e Manolo Florentino que, em “Crianças escravas, crianças dos escravos” nos dão uma ideia de como seria o cotidiano dessas crianças na época, pontuando a diferença entre a cultura que esses povos escravizados vivenciariam, se não tivessem caído no tráfico, cuja transição para o mundo dos adultos se daria por meio de ritos ligados à fertilidade e à procriação, algo distante da realidade encontrada no Brasil em que essa passagem se dava por meio do adestramento para o mundo do trabalho e da obediência ao senhor.

⁸ PRIORE, Mary Del. O cotidiano da criança livre no Brasil entre a colônia e o império. In: PRIORE, Mary Del (org.) **História das crianças no Brasil**. 6 ed. 1ª reimpressão. São Paulo: Contexto, 2008. p. 84-85.

Os números de crianças escravizadas eram ditados pelas taxas demográficas, ligadas à fecundidade das cativas e à mortalidade (alta taxa de mortalidade), estes não eram o foco do tráfico transatlântico, pois dificilmente resistiriam a todo processo, desde a captura, viagem nos navios negreiros até a chegada ao Brasil.

A perda de vínculos familiares ocorria por meio de aspectos como doações, alforria, vendas/inventários e, é claro, a mortalidade. As doações, por exemplo, se davam geralmente no interior da família do proprietário e logo após a realização do batismo, separavam pais e filhos, mesmo que não definitivamente. A alforria dos cativos também fazia com que os nomes dos pais sumissem do registro. A venda/inventário provocava o distanciamento, muitas vezes, definitivo entre o grupo familiar desses escravizados e, por fim, a mortalidade era a responsável pela alta taxa de orfandade.

Entretanto, os autores informam que essas crianças escravizadas não ficavam sozinhas no mundo, podendo contar com uma rede de relações sociais escravizadas, em especial, as de tipo parental como irmãos, tios, primos. E, por fim, expõe o processo de adestramento para o trabalho e a obediência ao senhor, informando que isso fazia parte da criação de uma criança escravizada. Por esse motivo, muitas crianças já adotavam como sobrenome a atividade a qual estavam habituadas a executar. Como é possível observar abaixo:

Por volta dos 12 anos, o adestramento que as tornava adultos estava se concluindo. Nesta idade, os meninos e as meninas começavam a trazer a profissão por sobrenome: Chico Roça, João Pastor, Ana Mucama. Alguns haviam começado muito cedo. O pequeno Gastão, por exemplo, aos quatro anos já desempenhava tarefas domésticas leves na fazenda de José de Araújo Rangel. Gastão nem bem se pusera de pé e já tinha um senhor. Manoel, aos oito anos, já pastoreava o gado da fazenda de Guaxindiba, pertencente à baronesa de Macaé. Rosa, escrava de Josefa Maria Viana, aos 11 anos de idade dizia-se ser costureira. Aos 14 anos, trabalhava-se como um adulto⁹

O desempenho e o nível de habilidades impactavam no valor dessas crianças, ao serem vendidas no mercado de escravos e, sem dúvida, impactavam na forma como essas crianças vivenciavam a sua infância, desde muito cedo, sofrendo violências de várias formas possíveis, lutando pela sobrevivência, longe de seus progenitores. Mesmo contando com uma rede de apoio parental, eram submetidos a diversas atividades que colaboravam para o seu disciplinamento no trabalho e na obediência devida a seu proprietário.

⁹ FLORENTINO, Manolo; GÓES, José Roberto de. Crianças escravas, crianças dos escravos. In: PRIORE, Mary Del (org.) **História das crianças no Brasil**. 6 ed. 1ª reimpressão. São Paulo: Contexto, 2008. p. 184.

NASCER EM TERESINA: apontamentos iniciais

Outro trabalho importantíssimo em âmbito nacional é o de Maria Luiza Marcílio¹⁰, que trata sobre as rodas dos expostos existentes no Brasil, ao longo de três séculos da história do país, passando pelo período colonial, imperial e alcançando a República. As rodas funcionavam como instituições destinadas ao cuidado com a criança abandonada e, por isso, tinham grande relevância social.

Trazendo a discussão para terras piauienses, nos deparamos com a pesquisa de Miridan Britto Knox Falci,¹¹ que divide o trabalho, numa perspectiva próxima a de Mary Del Priori, em quatro períodos: “do tempo de nascer e aparecer; do tempo de brincar; do tempo de aprender a ler e do tempo de começar a trabalhar.” O estudo avalia a infância na província do Piauí, região pobre e rural do país, abordando as diferenciações entre a criança tida como rica (filhos de proprietários) e a criança pobre (livre ou escrava) nas fases da infância já mencionada.

10

2 As possibilidades das fontes vitais para uma análise histórica

No Brasil, percebe-se que, até o ano de 1891¹², os registros da igreja (paroquiais) tiveram uma relevância, tanto religiosa como civil e foram os únicos meios de chegada a dados mais precisos sobre a população, contribuindo para a realização de levantamentos estatísticos que “seriam responsáveis por guiar políticas públicas, além de orientar a cobrança de impostos e alistamento militar”¹³

Contudo, a partir da segunda metade do século XIX, os registros civis, passaram a ser pensados e discutidos para atender à necessidade de pessoas que possuíam outras crenças religiosas além da católica, resultando nos decretos-lei n. 1.144, de 1861¹⁴, e n. 3.069, de 1863¹⁵, que regularam os registros de nascimento, casamento e óbito para esses indivíduos. O registro

¹⁰ MARCILIO, Maria Luiza. **A roda dos expostos e a criança abandonada na História do Brasil**. 1726-1950. In: FREITAS, Marcos Cezar de. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

¹¹ FALCI, Miridan Knox Brito. **A criança na província do Piauí**. Teresina: APL, 1991.

¹² Momento em que ocorreu a proclamação da República no Brasil e a separação da Igreja e do Estado.

¹³ LOTT, Mirian Moura. Fontes paroquiais, suas permanências e mudanças: século XIX. Disponível em: <https://www.google.com.br/search?q=fontes+paroquiais+suas+permanencias+e+mudan%C3%A7as:+seculo+XX+&ie=utf-8&oe=utf-8&gwsrd=cr&ei=quYVsaBN4KNwgT04Y-YCg>. Acesso em: maio 2017. p.01.

¹⁴ Faz extensivos os efeitos civis dos casamentos, celebrados na forma das leis do império, aos das pessoas que professarem religião diferente da do Estado, e determina que sejam regulados ao registro e provas destes casamentos e dos nascimentos e óbitos das ditas pessoas, bem como as condições necessárias para que os Pastores de religiões toleradas possam praticar atos que produzam efeitos civis.

¹⁵ Regula o registro dos casamentos, nascimentos e óbitos das pessoas que professarem religião diferente da do Estado.

civil foi regulamentado pelo decreto n. 5.604, de 1874¹⁶, substituído pelo decreto n. 9.886¹⁷, legalizando o registro civil de pessoas naturais, havendo novas modificações em 1889.

Os registros civis são classificados como documentos de eventos vitais, por proporcionarem ao pesquisador o contato com informações sobre o nascimento, o casamento e o óbito do indivíduo, acompanhando-o desde o início da vida até o fim. Esse tipo de fonte tem características que estimulam a atenção dos historiadores, pois possui aspectos democráticos e de universalidade, uma vez que fornece registros de uma diversidade de pessoas pertencentes a grupos sociais distintos.¹⁸ Dessa forma, o trabalho realizado abrange uma amostra composta por uma diversidade de indivíduos pertencentes a grupos sociais distintos, ricos ou pobres, uma vez que o registro civil é democrático e acolhe a todos. Embora, os registros que possuem mais informações ou uma grande quantidade de testemunhas, possam pertencer a pessoas mais ricas.¹⁹

As fontes cartoriais foram localizadas on-line no acervo de Genealogia do Piauí, disponibilizado no site: Brasil, Piauí, Registro Civil, 1875-2013 — FamilySearch.org. Este acervo conta com um conjunto de documentos cartoriais, tais como os registros civis, registros de óbitos e nascimentos de vários municípios do Estado do Piauí, do período de 1875 a 2013. No entanto, esse pequeno estudo concentra-se nos registros civis de nascimento da cidade de Teresina no ano de 1875.

O procedimento de investigação ocorreu a partir da avaliação de 47 registros de nascimento da cidade de Teresina no ano de 1875. A intenção inicial era examinar uma amostra maior, de pelo menos 100 registros, infelizmente a pesquisa nos reserva surpresas nem sempre positivas, cada registro possui duas folhas e, a partir do registro 48, essas folhas não estão em ordem, o que demanda transcrição de todas e após um processo de cruzamento das informações para conseguir acessar ao registro inteiro.

¹⁶ Manda observar o Regulamento desta data para execução do art. 2º da Lei nº 1829 de 9 de setembro de 1870, em que sanciona que o Governo organizará o registro dos nascimentos, casamentos e óbitos, ficando o regulamento que para esse fim expedir sujeito à aprovação da Assembleia Geral na parte que se referir à penalidade e efeitos do mesmo registro, e criará na capital do Império uma Diretoria Geral de Estatística, na parte em que estabelece o registro civil dos nascimentos, casamentos e óbitos

¹⁷ Manda observar o novo Regulamento para a execução do art. 2º da Lei n. 1829 de 9 de setembro de 1870, já citado, na parte que estabelece o Registro civil dos nascimentos, casamentos e óbitos, do acordo com a autorização do art. 2º do Decreto n. 3316 de 11 de junho do 1887.

¹⁸ BASSANEZI, Maria Silva. Os eventos vitais na reconstituição da história. In: PINSKY, Carla Bassanezi; LUCA, Tania Regina de (orgs.). **O Historiador e suas fontes**. 1. ed., 3ª reimpressão. São Paulo: Contexto, 2013. p. 142-143.

¹⁹ BURMESTER, Ana Maria de Oliveira. **A população de Curitiba no século XVIII-1751-1800**: segundo os registros paroquiais. 107 f. Dissertação (Mestrado) Departamento de História. Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 1974.

NASCER EM TERESINA: apontamentos iniciais

As informações contidas nos registros de nascimento avaliados são riquíssimas, contêm dados de quase todos os indivíduos arrolados na ata, informações sobre o declarante, geralmente progenitor ou proprietário da mãe, ou ainda amigo da família, assim como da progenitora, como nacionalidade, estado civil, profissão do declarante e local de residência. Além de dados sobre as testemunhas, tais como profissão e local de residência, os avós maternos e paternos, dia, horário e local de nascimento da criança e, por fim, em algumas atas constam informações sobre o batismo, nome da criança e dos padrinhos e madrinhas.

12

3 Demografia histórica: busca de um entendimento

O primeiro passo no caminho para localizar informações sobre essa área de pesquisa seria compreender quais os objetivos de estudo da demografia. De acordo com Sergio Nadalin²⁰, a demografia dá prioridade à dinâmica populacional, algo que já possibilita uma relação bem próxima com a História. Além disso, os demógrafos utilizam como base para seus estudos dados estatísticos produzidos para aquela finalidade.

Nadalin salienta que essa é justamente uma das diferenças entre historiadores demógrafos e os demógrafos, pois geralmente esses pesquisadores terão que criar adaptações metodológicas para lidar com uma documentação que não foi produzida para ser avaliada demograficamente. Nas palavras do autor:

Deste modo, não basta incluímos simplesmente a variável tempo para se ter uma demografia histórica, porque, no fundo, toda demografia já é naturalmente “histórica”. Historicamente, a originalidade da demografia histórica é sua metodologia de base. Ela se constituiu como disciplina justamente em função dos registros de catolicidade, para dar conta de períodos geralmente mais distantes do presente, quando não se produziam correntemente dados para as contagens de populações.

Fica evidente pela colocação do autor que o mais relevante é a metodologia empregada e que não é nada tão simples como transparece a princípio, pois foge de uma demografia simplesmente com objetivo quantitativo, buscando a colaboração de outras áreas do conhecimento como a economia, sociologia, antropologia, entre outras, por meio da valorização de estudos interdisciplinares e o cruzamento com outras fontes. Além disso, a análise demográfica exige uma ampliação do estudo numa perspectiva macro, estrutural. Assim, o seu tempo histórico contempla uma longa duração, possui grande preocupação com generalizações

²⁰ NADALIN, Sérgio Odilon. **A demografia numa perspectiva histórica**. São Paulo: ABEP, 1994. p. 54

e uma busca pelas especificidades históricas e culturais.²¹ Outro ponto evidenciado seria a relação próxima entre a história demográfica e a história social.

Sobre a história demográfica é possível localizar o seu desenvolvimento na França, a partir de 1956 e 1965, com destaque para autores como Louis Henry e Michel Fleury. No Brasil, esta metodologia foi introduzida por Maria Luiza Marcílio na década de 1960. Marcílio foi orientada por Luís Henry, na França²².

Dessa forma, podemos compreender como as pesquisas com essa perspectiva buscam se direcionar e perceber a relevância do método a ser utilizado e os cuidados a serem tomados, para não cair numa pesquisa puramente quantitativa.

4 A infância em Teresina (PI) a partir dos registros de nascimentos de 1875

A princípio, cabe destacar que este trabalho está em fase inicial e não dispomos de análises, trata-se de uma apresentação geral das fontes e de suas potencialidades, por esse motivo, a amostra é composta apenas por um ano que não configura em série. Dessa forma, os 47 registros são da cidade de Teresina (PI) e do ano de 1875.

Outro ponto extremamente relevante é destacar que, assim como os registros pastorais comumente utilizadas em pesquisas de natureza histórica demográfica, os registros civis também se configuram como um belo manancial para a reconstrução da realidade social cultural de uma sociedade como a nossa. As fontes cartoriais são produzidas desde o início do século XIX, mas ganham maior relevância a partir da Proclamação da República²³, com a separação entre o Estado e a Igreja.

Bassanezi pontua em seu estudo algumas diferenças entre o registro de batismo e o registro de nascimento e essas podemos verificar dentro da nossa pequena amostra. O registro de batismo, por exemplo, é composto segundo a autora e consoante as recomendações do Concílio de Trento, por “data do evento, nome completo do batizando, nome dos pais, filiação legítima ou ilegítima, local de residência dos pais ou responsáveis, o nome de pelo menos um

²¹ NADALIN, Sérgio Odilon. **A demografia numa perspectiva histórica**. São Paulo: ABEP, 1994. p. 55-56.

²² LOTT, Mirian Moura. **Fontes paroquiais, suas permanências e mudanças: século XIX**. Disponível em: <https://www.google.com.br/search?q=fontes+paroquiais+suas+permanencias+e+mudan%C3%A7as:+seculo+X+&ie=utf-8&oe=utf-8&gwsrd=cr&ei=quYVsaBN4KNwgT04Y-YCg>. Acesso em: maio 2017. p.02

²³ BASSANEZI, Maria Silva. Os eventos vitais na reconstituição da história. In: PINSKY, Carla Bassanezi; LUCA, Tania Regina de (orgs.). **O Historiador e suas fontes**. 1. ed., 3ª reimpressão. São Paulo: Contexto, 2013. p. 154.

NASCER EM TERESINA: apontamentos iniciais

padrinho (melhor dois), a assinatura do sacerdote²⁴, com uma ressalva, pois no Brasil era comum o batizando ser registrado apenas com o seu primeiro nome. Agora, no que diz respeito ao registro de nascimento, temos:

Dados do registro: número, data e local; dados sobre o nascido: nome e prenome, data do nascimento, lugar do nascimento (geográfico e funcional), sexo, natureza do parto (gêmeos ou não), filiação (legítima ou ilegítima), cor (depois de 1928), nasceu vivo ou nasceu morto, morreu no ato ou logo depois do parto; dados sobre os pais: nome, naturalidade, profissão, residência, local do casamento, idade da mãe no momento do parto (pós 1574); outros dados: ordem de filiação de outros irmãos de mesmo pre- nome, nome de avós materno e paterno, nome, prenome, profissão e residência das testemunhas²⁵

14

As informações contidas no registro civil de nascimento analisado já foram mencionadas em outro momento, mas vale a pena recordar. Dessa forma, temos contato com informações sobre o declarante geralmente progenitor ou proprietário da mãe, ou ainda amigo da família, assim como da progenitora como nacionalidade, estado civil, profissão do declarante e local de residência. Além de dados sobre as testemunhas, como profissão e local de residência, dados dos avós maternos e paternos e do dia, horário e local de nascimento da criança, por fim em algumas atas constam informações sobre o batismo, primeiro nome da criança e nome e profissão dos padrinhos e madrinhas.

A diversidade das fontes já mencionada fica comprovada quando nos deparamos com registros de pessoas escravizadas como da filha da escravizada Basília²⁶ e de filhos de grandes nomes da cultura e da sociedade piauiense como Clodoaldo Freitas²⁷

²⁴ BASSANEZI, Maria Silva. Os eventos vitais na reconstituição da história. In: PINSKY, Carla Bassanezi; LUCA, Tania Regina de (orgs.). **O Historiador e suas fontes**. 1. ed., 3ª reimpressão. São Paulo: Contexto, 2013. p. 147.

²⁵ BASSANEZI, Maria Silva. Os eventos vitais na reconstituição da história. In: PINSKY, Carla Bassanezi; LUCA, Tania Regina de (orgs.). **O Historiador e suas fontes**. 1. ed., 3ª reimpressão. São Paulo: Contexto, 2013. p. 157.

²⁶ Trata-se de uma criança do sexo feminino cujo nome não foi informado no registro, filha da escravizada Basília, propriedade de João Edivardo Fernandes de Araújo e neta de Benedicta, escrava de Francisco Ribeiro Soares. Registro realizado em 27 de maio de 1875, nascida no dia 29 de março de 1875, às oito horas da noite. Esse registro compõe a amostra analisada.

²⁷ Trata-se de Marcellino Freitas, filho legítimo de Clodoaldo Freitas com Dona Corina Freitas, registro realizado em 15 de outubro de 1895, nascido no dia 8 de outubro de 1895, às cinco horas da tarde, em casa de residência do Doutor Clodoaldo Freitas, na rua da Glória localizada na cidade de Teresina. Esse registro não compõe a amostra avaliada neste estudo.

4.1 Legitimidade da criança

Ambos os estudos (2013), Lott e Nadalin (1994) apontam que o primeiro dado a ser conferido pelo pesquisador que se lança a um estudo demográfico, tendo como base registros de batismos/ nascimento, trata-se da legitimidade da criança, marcador social importante da sociedade brasileira, trata-se da verificação se a criança é fruto de uma união oficial, nesse contexto vinculado ao casamento religioso.

No período colonial brasileiro, a condição social da criança (contempla tanto ser filha legítima ou natural dos seus pais como livre, escrava ou exposta, ver esse ponto no próximo tópico). Os filhos ilegítimos e naturais se faziam presente nas análises. De acordo com Lott, “a criança dita natural era fruto de casais concubinados, ou não, porém ambos solteiros.”²⁸ Nesse caso, era possível constar no registro o nome do pai da criança. Muito embora houvesse essa autorização legal, não se tornou algo amplamente adotado pelos escrivães. Outro ponto interessante é que essas crianças não carregavam um peso do preconceito social, pois naquele contexto poucos conseguiam oficializar suas uniões. A criança ilegítima também podia ser proveniente de relações adúlteras, ou sacrílego (filho de padre), além disso, existiam as crianças expostas/ enjeitadas/ abandonadas.

Sobre esse aspecto é importante salientar que, na pesquisa iniciada, 78,7% das crianças registradas eram legítimas, o que equivale a 37 crianças. Além disso, 10,65% (5 registros) eram ilegítimas e em 10,65% dos registros não contam com tal informação (5 registros). A amostra nos informa inúmeras crianças legítimas e reduzido número de crianças naturais.

A condição de legitimidade de filhos (as) de mães escravizadas geralmente não é informada²⁹, exceto num caso em que o pai Raymundo José de Sousa era um homem de condição livre, casado com a escrava Francisca, na Paróquia de Nossa Senhora das Dores³⁰

²⁸ LOTT, Mirian Moura. **Fontes paroquiais, suas permanências e mudanças:** século XIX. Disponível em: <https://www.google.com.br/search?q=fontes+paroquiais+suas+permanencias+e+mudan%C3%A7as:+seculo+X+&ie=utf-8&oe=utf-8&gwsrd=cr&ei=quYVsaBN4KNwgT04Y-YCg>. Acesso em: maio 2017. p.03

²⁹ Segundo Lott, numa sociedade escravista, como a brasileira, onde era permitido ao senhor usufruir sexualmente de sua escrava, esta situação (filhos ilegítimos) não era rara. Cf.: LOTT, Mirian Moura. **Fontes paroquiais, suas permanências e mudanças:** século XIX. Disponível em: <https://www.google.com.br/search?q=fontes+paroquiais+suas+permanencias+e+mudan%C3%A7as:+seculo+X+&ie=utf-8&oe=utf-8&gwsrd=cr&ei=quYVsaBN4KNwgT04Y-YCg>. Acesso em: maio 2017. p.04

³⁰ Trata-se do registro de uma criança do sexo masculino, a ser chamado de Arthur, que consta ser filho legítimo de Raymundo José de Sousa, registro realizado em 16 de dezembro de 1875, nascido no dia 25 de novembro de 1875, às onze horas da manhã, na cidade de Teresina. Esse registro compõe a amostra avaliada nesse estudo

NASCER EM TERESINA: apontamentos iniciais

4.2 Condição da criança

Como já informado, no período colonial brasileiro, a condição social da criança englobava, tanto o aspecto da legitimidade quanto a condição da criança (livre, escravizada ou exposta). Sobre a condição da criança temos que 66% das crianças registradas eram filhos (as) de pais de condição livre, que corresponde a 31 crianças, 14,90% eram filhos (as) de mães escravizadas, embora tenham nascido livres em decorrência da lei do ventre livre³¹, ao todo sete crianças nasceram com essa condição e apenas uma criança era filho legítimo de um pai livre casado. E desses 19,10% (9 registros) não constam essa informação.

A lei do ventre livre (1871) possibilitou o acesso à condição de livre aos filhos de escravizadas, a partir de então, com algumas contradições, tendo em vista que essa criança precisaria de cuidados até atingir certa idade, basicamente ficava sob responsabilidade dos proprietários de suas mães, submetida à mesma vida da genitora. Uma vivência diferente do pequeno Arthur, já citado, que, embora filho de uma escrava, era filho legítimo de um homem de condição livre.

4.3 Batismo da criança

Priore³², como já exposto anteriormente, descreve o rito do batismo como ligado, tanto a uma ideia de purificação e de religiosidade, ao introduzir a criança nos ritos católicos, quanto na inserção da mesma na estrutura familiar e social. Além disso, segundo a mesma autora, era uma oportunidade de reunir padrinhos, madrinhas e outros familiares para fortalecer os laços afetivos existentes.

Conforme a amostra, em Teresina (1875), quando esta informação aparece na ata de nascimento traz os seguintes dados: dia do batismo, primeiro nome da criança, paróquia, nomes e, em alguns casos, profissão e residência dos padrinhos e local de realização do batismo. No que diz respeito ao batismo, em 57,44% (27 registros) não consta tal informação, aparecendo em 36,17% (17 registros) e em dois registros (4,26%) aparece a informação que a criança irá batizar e apenas um registro (2,13%) só consta o nome dos padrinhos.

³¹ Lei nº 2.040, de 28 de setembro de 1871: Declara de condição livre os filhos de mulher escrava que nascerem desde a data desta lei, libertos os escravos da nação e outros, e providência sobre a criação e tratamento daqueles filhos menores e sobre a libertação anual de escravos. Cf. BRASIL. Lei nº 2.040, de 28 de setembro de 1871. *Lei do ventre livre*. Rio de Janeiro: Paço do Senado, set 1871. Disponível em: <http://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/496715> Acesso em: 10 nov 2022.

³² PRIORE, Mary Del. O cotidiano da criança livre no Brasil entre a colônia e o império. In: PRIORE, Mary Del (org.) *História das crianças no Brasil*. 6 ed. 1ª reimpressão. São Paulo: Contexto, 2008. p. 95.

A ausência da informação sobre o batismo pode ser proveniente de vários fatores. O primeiro e provável é que esses dados tenham sido registrados em outra folha, ao longo da pesquisa localizamos várias anotações de batismos soltos, na mesma pasta referente aos registros de nascimento, confirmando que uma pesquisa aprofundada deve buscar cruzar os dados sobre nascimentos e batismos.

Outra possibilidade seriam os critérios utilizados pelo escrivão, já relatamos que, quando o registro era de uma pessoa abastada da sociedade, comumente havia mais informações, já no caso de pessoas mais humildes ou escravizadas, muitos dados eram suprimidos. Em todo caso, sabemos que em regra geral, o batismo era uma cerimônia altamente valorizada pela sociedade brasileira, desde o período colonial, certamente todas as crianças nascidas vivas ou mortas, recebiam os santos óleos. Conforme corrobora Falci

Tonar-se cristão, ingressar na sociedade, ser mostrado publicamente a todos e principalmente a Deus, era, certamente, um momento sagrado da criança no século passado. O primeiro momento em que o sagrado revestia-se da solenidade do mundano, o que iria ocorrer outras vezes em sua vida. Batizada com três, quatro, cinco ou mais meses, em dependência da presença do padre em suas desobrigas pelos lugares afastados ou em dependência das posses dos pais, o menor recebia o nome com a unção dos Santos Óleos.³³

Sobre o batismo de crianças filhas de escravizadas é ratificado por Priore a relevância dessas cerimônias para reforçar a rede familiar e afetiva de pessoas escravizadas, além de reforçar características étnicas e culturais. Ao avaliar a situação do Rio de Janeiro, Priore expõe

Os registros de batismo de localidades como Inhaúma e Jacarepaguá, no estado do Rio de Janeiro, no início do século XIX, revelam que entre 5% e 6% de escravos batizados tomavam os nomes de seus padrinhos e madrinhas escravos, numa forma de ampliar suas relações familiares.³⁴

Ao citar Alida Metcalf, Fátima Neves e S Schwrtz, Falci comprova e salienta a relevância do apadrinhamento obtido por meio do batismo de escravizados, ampliando os laços de solidariedade e da família escrava que sedimentava assim um espaço social.³⁵

É preciso, no entanto, fazer uma ressalva, ambas as autoras Falci e Priore discutem o período colonial, quando a instituição da escravidão era marca da nossa sociedade. O período

³³ FALCI, Miridan Knox Brito. **A criança na província do Piauí**. Teresina: APL, 1991. p. 13

³⁴ PRIORE, Mary Del. O cotidiano da criança livre no Brasil entre a colônia e o império. In: PRIORE, Mary Del (org.) **História das crianças no Brasil**. 6 ed. 1ª reimpressão. São Paulo: Contexto, 2008. p. 95.

³⁵ FALCI, Miridan Knox Brito. **A criança na província do Piauí**. Teresina: APL, 1991. p.15.

NASCER EM TERESINA: apontamentos iniciais

estudado, ano de 1875, contempla um recorte em que a escravidão ainda era presente, mas já contava com algumas leis, como a já citada do ventre livre.

4.4 Sexo da criança e profissão do pai da criança

Outro dado avaliado é referente ao sexo da criança, a maioria dos registros era de crianças do sexo masculino, 59, 58% (28 registros) e apenas 40, 42% (19 registros) do sexo feminino. Assim, em nossa pequena amostra nasceram mais meninos do que meninas.

No que diz respeito às profissões dos pais da criança, verificamos que não consta a informação em 34,04% (16 registros), e em 21,27% (10 registros) eram negociantes, 17,02% (8 registros) eram lavradores, 10,64% (5 registros) eram empregados públicos, 4,25% (2 registros) eram proprietários e, por fim, 2,13% (1 registro) era médico público, artista, comendador a vapor, oficial de marinheiro, professor particular e vivia de suas agências. Uma amostra bastante diversa, no que diz respeito às ocupações exercidas pelos progenitores e que retrata uma despreocupação do escrivão com relação ao dado avaliado, ao não realizar o registro de tal informação em 34% dos casos.

Conclusões

O trabalho consiste numa avaliação das possibilidades teóricas e metodológicas dos registros de nascimento da cidade de Teresina, na segunda metade do século XIX (restrito nesse estudo ao ano de 1875). Dessa forma, fica evidente que uma pesquisa nos moldes ora apresentados é riquíssima e oferece uma diversidade de caminhos possíveis.

Sobre a amostra temos que a maioria das crianças eram legítimas. Mais da metade das crianças nasceram e seus pais já eram de condição livre, por outro lado, sete crianças nasceram livres, filhos (as) de mães escravizadas. Na maioria dos registros havia uma ausência de informações sobre o batismo. Atesta-se também que as crianças registradas eram na maioria do sexo masculino e para Teresina havia uma diversidade de atividades laborais exercidas pelos progenitores dessas crianças, destaque para negociante, lavrador, médico, artista entre outros, apesar de que em 16 registros não obtivemos tal informação.

A pesquisa está na fase inicial, devido a isso, possui vários pontos a serem questionados, abrindo caminho para novas pesquisas e para o interesse de novos pesquisadores.

**“NINGUÉM VEM AO MUNDO SOB O ESTIGMA DA ESCRAVIDÃO”:
Os reflexos da Lei do Ventre Livre nos periódicos piauienses do século XIX**

Talyta Marjorie Lira Sousa¹

RESUMO

Partindo do referencial das fontes sobre escravidão no Brasil e no Piauí, analisamos os reflexos da Lei do Ventre Livre nos periódicos da província do Piauí durante a segunda metade século XIX. No que diz respeito ao levantamento da documentação pertinente ao tema, recorremos aos jornais *A Imprensa*, *A Época*, *O Semanário*, *O Piauí* e *O Abolicionista*, e aos Relatórios de Presidentes da Província. No que concerne à metodologia do processo investigativo, adotamos a pesquisa histórica descritiva a partir da consulta e análise da base documental. Espera-se que este trabalho ajude a historiografia piauiense no estudo sobre a escravidão, contribua, enriqueça e excite o interesse de novos pesquisadores.

Palavras-chave: História. Escravidão. Lei do Ventre Livre.

**“NO ONE COMES INTO THE WORLD UNDER THE STIGMA OF SLAVERY”:
the reflexes of the Law of the Free Womb in Piauí periodicals of the 19th century**

ABSTRACT

Based on the reference of sources on slavery in Brazil and Piauí, we analyze the reflections of the Lei do Ventre Livre in the periodicals of the province of Piauí during the second half of the 19th century. With regard to the survey of documentation relevant to the subject, we resorted to the newspapers *A Imprensa*, *A Época*, *O Semanário*, *O Piauí* and *O Abolicionista*, and the Reports of the President of the Province. With regard to the methodology of the investigative process, we adopted descriptive historical research based on consultation and analysis of the documentary base. We hope that this work will help Piauí historiography in the study of slavery, contribute, enrich and excite the interest of new researchers.

Keywords: History. Slavery. Law of the Free Womb

**“NADIE VIENE AL MUNDO BAJO EL ESTIGMA DE LA ESCLAVITUD”:
los reflejos de la Lei do Ventre Livre en los periódicos piauienses del siglo XIX**

RESUMEN

A partir de la referencia de fuentes sobre la esclavitud en Brasil y Piauí, analizamos las reflexiones de la Lei do Ventre Livre en los periódicos de la provincia de Piauí durante la segunda mitad del siglo XIX. En cuanto al levantamiento de la documentación relevante para el tema, se recurrió a los diarios *A Imprensa*, *A Época*, *O Semanário*, *O Piauí* y *O Abolicionista*, ya los Informes del Presidente de la Provincia. En cuanto a la metodología del proceso investigativo, adoptamos la investigación histórica descriptiva a partir de la consulta y análisis de la base documental. Esperamos que este trabajo ayude a la historiografía de Piauí en el estudio de la esclavitud, contribuya, enriquezca y suscite el interés de nuevos investigadores.

Palabras-clave: Historia, Esclavitud, Ley del Útero Libre

¹ Doutoranda em História do Brasil pela Universidade Federal do Piauí (2019), bolsista da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES, mestre em História do Brasil pela Universidade Federal do Piauí (2012), especialista na área de Políticas de Promoção da Igualdade Racial na Escola pelo Centro de Educação Aberta e a Distância da Universidade Federal do Piauí (2015), graduada em Licenciatura em História pela Universidade Federal do Piauí (2009). E-mail: talytamarjorie@hotmail.com

“NINGUÉM VEM AO MUNDO SOB O ESTIGMA DA ESCRAVIDÃO”: os reflexos da Lei do Ventre Livre nos periódicos piauienses do século XIX

Os jornais passaram a ser fonte de estudo para a historiografia da escravidão no Brasil a partir da década 1930, quando Gilberto Freyre usou essa fonte na escrita da conferência “O escravo nos anúncios de jornal do tempo do Império” para a Sociedade Felipe d’Oliveira, e a publicou na revista *Lanterna Verde*. Em 1963, foi publicada a obra *O escravo nos anúncios de jornais brasileiros do século XIX*, onde Freyre analisou a descrição dos escravos, seus aspectos antropológicos, culturais, marcas de violência e condições físicas, através dos anúncios de jornais referentes à fuga, venda e aluguel.

As divergências políticas, ideológicas e interpretativas levaram a novas compreensões teórico-metodológicas que se opuseram às ideias de Gilberto Freyre. Os pesquisadores da Escola Paulista, influenciados por Caio Prado Júnior, passaram a estudar a escravidão como um processo de coisificação social, numa visão delimitada de que o sistema escravista estava ligado ao capitalismo comercial global².

Na vertente desses estudos, Fernando Henrique Cardoso na obra *Capitalismo e escravidão no Brasil meridional*, considerou a constituição do escravismo na província do Rio Grande e analisou os anúncios de compra, venda e aluguel de escravos publicados nos jornais, chegando à conclusão de que a escravidão urbana, na região, foi doméstica e que o crescimento exponencial dos escravos negros data do início do século XIX³. Emília Viotti da Costa em *Da senzala à colônia*, utilizou anúncios de jornais paulistas, como *Correio Paulistano*, *A província de São Paulo* e *Diário de São Paulo*, para caracterizar a precariedade da liberdade conquistada pelos escravos fugidos, a profissão de capturar negros fugidos e comércio de escravos⁴.

Durante a década de 1980, sob a influência da História Social e transformação sobre o uso dos jornais como fonte e objeto de pesquisa, estudos revisitaram e utilizaram essa fonte como esboços da sociedade, multiplicando novos significados para o estudo da escravidão no Brasil. Sidney Chalhoub na obra *Visões da liberdade*, utilizou o *Jornal do Commercio* para analisar a compra e venda de escravos, as percepções e atitudes dos próprios cativos diante da transferência da propriedade⁵. Lília Moritz Schwarcz recorreu aos jornais do final do século XIX da cidade de São Paulo na obra *Retrato em branco e negro*, para compreender o modo como os brancos falavam sobre os negros e como o senhor buscava afirmar, através dos

² PALERMO, Luís Claudio. Disputas no campo da historiografia da escravidão brasileira: perspectivas clássicas e debates atuais. In: *Dimensões*, v. 39, jul.-dez. 2017, p. 330.

³ PALERMO, Luís Claudio. Disputas no campo da historiografia da escravidão brasileira: perspectivas clássicas e debates atuais. In: *Dimensões*, v. 39, jul.-dez. 2017, p. 332.

⁴ COSTA, Emília Viotti da. *Da senzala à colônia*. 4. ed. São Paulo: UNESP, 1988, p. 280.

⁵ CHALHOUB, Sidney. *Visões da liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na Corte*. São Paulo: Companhia das Letras, 2011, p. 29.

anúncios, sua supremacia, propriedade e dependência dos escravos⁶. Em *Experiências atlânticas*, o historiador Flávio Gomes apresentou o cotidiano e identidade dos escravos fugitivos por meio dos jornais *Gazeta do Rio de Janeiro* e *Diário do Rio de Janeiro*, publicados no Rio de Janeiro, nas primeiras décadas século XIX. Com esse estudo, o autor pôde traçar o perfil dos escravos fugidos, a data da fuga, a faixa etária dos evadidos, os prováveis caminhos e direções tomadas pelos fugitivos, a confluência de africanos e crioulos, e as estratégias de fuga utilizadas pelos cativos⁷.

A importância deste *corpus* documental se traduz na construção de perspectiva de estudo, enfatizando a subjetividade, os aspectos do cotidiano e os sujeitos históricos escravos como possuidores de espaços de negociação. As representações da escravidão não são simples ideias, são na verdade um conjunto de convicções, de orientações cognitivas orientadas por uma perspectiva social de classe⁸.

Neste artigo, analisamos os reflexos da Lei do Ventre Livre nos periódicos piauienses do século XIX. No que diz respeito ao levantamento da documentação pertinente ao tema, recorreremos aos jornais *A Imprensa*, *A Época*, *O Semanário*, *O Piauí* e *O Abolicionista*, e aos relatórios de presidentes da província. Os sujeitos históricos analisados foram influenciados pelo todo social, numa relação de dominação e exploração, que os une horizontalmente e os separa verticalmente, por meio das práticas cotidianas, costumes, resistências e acomodações. Ao contrário do que poderiam pensar os senhores ao considerar os cativos como mercadoria, como “coisa”, sujeito sem vontade própria, que devia se curvar à vontade senhorial, os escravos conquistavam espaços, ao impor limites nas negociações para venda interprovincial, na fuga, na formação de núcleos familiares, na compra da alforria, na aquisição do pecúlio e na brecha camponesa⁹.

O estado Imperial interveio efetivamente na relação senhor e escravo com a aprovação da Lei do Ventre Livre. Esta lei surgiu em meio à crescente agitação dos escravos, bem como pela preocupação dos senhores, pois, para os proprietários, abolir definitivamente a

⁶ SCHWARCZ, Lilia Katri Moritz. **Retrato em branco e negro**: jornais, escravos e cidadãos. São Paulo: Companhia das Letras, 2017, p. 175.

⁷ GOMES, Flávio dos Santos. Jogando a rede, revendo as malhas: fugas e fugitivos no Brasil escravista. Rio de Janeiro, **Tempo**, v. I, 1996, p. 67-93.

⁸ PEREIRA, Josenildo de Jesus. **As representações da escravidão na imprensa jornalística do Maranhão na década de 1880**. 2006. Tese. Doutorado em História Social. Universidade de São Paulo (USP). São Paulo. 2006. p. 13.

⁹ LARA, Sílvia. “Blowin’ in the wind. E. P. Thompson e a experiência negra no Brasil”. **Projeto História**, 12. São Paulo, 1995. p. 47.

“NINGUÉM VEM AO MUNDO SOB O ESTIGMA DA ESCRAVIDÃO”: os reflexos da Lei do Ventre Livre nos periódicos piauienses do século XIX

escravidão, representaria a fuga em massa dos cativos, a decadência financeira e o colapso da sociedade¹⁰.

O jornal *A Imprensa* apresentou a reforma na propriedade servil proferida pelas falas da abertura da Câmara de 1868. As bases do projeto da emancipação não eram conhecidas, mas era certo que o governo pretendia adotar uma lei que considerasse livre desde o ventre escravo, “o que vem ser a emancipação lenta, mas infalível, que a nação reclama”. Apresentou que a ideia da emancipação, “não nos veio do estrangeiro, como quis demonstrar a imprensa adversa ao gabinete do Senhor Zacarias, mas germinava no país desde os primeiros ensaios da independência e liberdade do Brasil”, desde os projetos dos últimos reis portugueses, das leis do primeiro reinado e que faltava uma mão robusta para dar o “último golpe à cabeça da hidra”. A manutenção do elemento servil era uma vergonha para um país, os interesses da humanidade deveriam sobrelevar aos do estado, era preciso render-se aos princípios da justiça, remindo “essa raça inferior”¹¹.

Durante o ano de 1868, o periódico publicou sobre os projetos de leis e resoluções da assembleia que empregavam o valor da receita da província na alforria de escravos. Segundo o jornal *A Imprensa*, o deputado Antonio de Hollanda Costa Freire, apresentou um projeto de lei que “foi uma verdadeira inspiração e que, por sem dúvida, merece que seja considerado, como um padrão de glória para o seu autor”¹². O projeto autorizava a presidência da província usar anualmente a quantia de 3:000\$000 com a libertação de “criancinhas escravas”, não excedendo o valor de 100\$000 para cada uma.

A lei de 31 de julho de 1868 autorizava que a receita anual do imposto sobre os escravizados exportados fosse revestida na alforria de escravinhas, nas seguintes condições: por vontade do proprietário, sendo a alforriada natural da província e seu dono morando nela; possuindo a mesma de um mês a dois anos de idade; sendo filha de pais que não sofram moléstia contagiosa ou hereditária; dando preferência aos de cor mais clara e que o valor não excedesse a 50\$000¹³. Na resolução nº 629, de 18 de agosto de 1868, o presidente da província mudou algumas disposições da resolução anterior, com a elevação da idade de 12 anos, a não necessidade da escrava ser natural da província, o limite do valor da escravizada a ser alforriada.

¹⁰ ZERO, Arethusa Helena. **O preço da liberdade**: caminhos da infância tutelada. Rio Claro (1871-1888). Dissertação (Mestrado). Campinas, SP, p. 47.

¹¹ TRANSCRIÇÃO. *A Imprensa*, Teresina, 1 de agosto de 1868, ano IV, nº 158, p. 3.

¹² PROJETO DE LEI. *A Imprensa*, Teresina, 21 de novembro de 1868, ano IV, nº 174, p. 1 e 2.

¹³ ELEMENTO SERVIL. *A Imprensa*, Teresina, 1 de agosto de 1868, ano IV, nº 158, p. 3.

Uma das últimas resoluções propostas, foi publicada em 1872, após a Lei do Ventre Livre, revogava todas as resoluções anteriores sobre a alforria de escravos e fazia as seguintes alterações: não havia idade limite para as alforrias, não existia distinção quanto ao sexo do cativo, e o valor não poderia exceder a seis mil réis. Leia-se:

Resolução, publicada em 28 de novembro de 1872

Altera a resolução nº 629 de 18 de agosto de 1868 e a nº 657 de 4 de setembro de 1869

Pedro Afonso Ferreira, Presidente da Província do Piauí

Faço saber à todos os seus habitantes, que a Assembleia Legislativa Provincial decretou e sancionei a resolução seguinte:

Art. 1º As resoluções 629 de 18 de agosto de 1868 e 4 de setembro de 1869, serão da hora em diante executadas com as seguintes alterações.

§ 1º Para o benefício da alforria não há idade limitada.

§ O valor da alforria, nunca excederá a seis mil réis.

§ 3º Os escravos que houverem de ser alforria dos em virtude da presente lei, poderão ser examinados e avaliados nos lugares, onde renderam, com audiência do coletor das rendas provinciais.

Art. 2º Ficarão revogados parágrafo terceiro do artigo 1º da resolução de 4 de setembro, supramencionado e mais disposições em contrário¹⁴.

As resoluções expõem as relações de poder que envolviam os senhores e os escravos e a pretensão de se manterem os vínculos de dependência. Dessa forma, o legislativo piauiense proporcionou a positivação de leis numa tentativa de acompanhar as transformações no universo das relações escravistas.

A Lei do Ventre Livre declarou livres os filhos de mulheres escravas que nasceram de 28 de setembro de 1871 em diante, libertos os escravos da nação e outros, providenciou a criação e tratamento de escravos menores, a libertação anual de cativos, através do Fundo de Emancipação e a implantação do pecúlio. A lei também foi decisiva para a organização do mercado do trabalho livre no Brasil, pois formulou estratégias para definir a forma pela qual ocorreria a abolição da escravidão, a transição para o sistema de trabalho livre e a configuração do mercado.¹⁵

Observamos que os discursos propagados pela imprensa estavam atrelados ao espaço oficial, assim como os relatórios de Presidente de Província, em que a escravidão contribuía para o cenário de barbárie, atraso e incivilidade. No relatório de Manoel do Rego Barros Sousa Leão, percebemos como a Lei do Ventre Livre foi recepcionada pelo governo:

O ano de 1871 era uma época memorável nos anais da história do Brasil: a 28 de setembro deste ano foi publicada a lei nº. 2040, que declara livre todos

¹⁴ ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ. 19ª legislatura, caixa 108, resolução nº 777.

¹⁵ ZERO, Arethusa Helena. **O preço da liberdade**: caminhos da infância tutelada. Rio Claro (1871-1888). Dissertação (Mestrado). Campinas, SP.

“NINGUÉM VEM AO MUNDO SOB O ESTIGMA DA ESCRAVIDÃO”: os reflexos da Lei do Ventre Livre nos periódicos piauienses do século XIX

os que nascerem desde aquela data. Podemos dizer com orgulho que já ninguém vem ao mundo sob o estigma da escravidão, no abençoado solo de Santa Cruz.¹⁶

Em sua escrita, o presidente mencionava sempre palavras de patriotismo e extinção de uma instituição estanque, ligadas à ideia de progresso/civilização, na intenção de produzir um discurso adequado às demandas socialmente aceitas no processo de transformação de hábitos e costumes ligados à escravidão¹⁷.

No relatório de Antônio Jansem de Mattos Pereira encontramos um quadro que traz o número dos filhos livres de mulher escrava na província do Piauí até 30 de junho de 1883, esse mapa foi organizado pela Secretária de Governo para dar conhecimento sobre a distribuição da quota para libertação e para saber sobre o movimento dos filhos de mulheres escravas.

24

Município	Entregue as mães libertas	Entregue ao Estado para opção de serviços	Existentes		
			Homens	Mulheres	Total
Teresina	—	—	383	430	813
Parnaíba	7	—	203	208	411
Amarração	4	—	6	4	10
União	3	2	192	134	326
Barras	3	7	295	292	577
Campo Maior	24	—	433	119	252
Pedro II	—	—	40	45	85
Piripiri	9	—	38	30	68
Piracuruca	1	—	430	96	526
Valença	48	9	366	363	731
Picos	—	—	408	401	809
Jaicós	12	—	584	640	1224
Oeiras	4	—	310	335	645
Marvão	13	—	90	115	205

¹⁶ ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ. Relatório do Presidente da Província do Piauí, Exm. Sr. Dr. Manoel do Rego Barros Sousa Leão, Teresina, 27 de fevereiro de 1872.

¹⁷ ELIAS, Norbert. **O processo civilizador**: uma história dos costumes. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994.

Paranaguá e Corrente	—	—	155	184	339
Amarante	—	—	104	263	347
Jerumenha e Manga	9	98	142	112	254
Bom Jesus do Gurgueia	—	—	31	37	68
Humilde	—	—	28	43	71

Quadro 1: Os filhos livres de mulher escrava da província do Piauí, até 30 de junho de 1883.

Fonte: RELATÓRIO DO PRESIDENTE DA PROVÍNCIA DO PIAUÍ. Emigdio Adolpho Victorio da Costa. Teresina, 7 de junho de 1884. Disponível: <<https://dds.crl.edu/crldelivery/5605>>. Acesso: 05/02/2021.

Segundo a Lei do Ventre Livre, os filhos das escravas que nascessem após promulgação da lei, eram considerados livres. A condição para a liberdade dos filhos das escravas era que elas permanecessem sob os cuidados dos senhores até os oito anos de idade, com a obrigação de cuidá-las e educá-las. Chegando a esta idade, o senhor teria as opções, ou de receber do Estado uma indenização de 600\$000 reis, ou utilizar-se dos serviços do menor até a idade de 21 anos. As crianças que fossem abandonadas deveriam ser educadas por associações criadas com esse propósito, essas teriam o direito aos serviços gratuitos dos menores até a idade de 21 anos completos e poderiam alugar seus serviços, mas eram obrigadas a criar e tratar os mesmos menores, a constituir para cada um deles um pecúlio consistente na quota que, para esse fim for reservada nos respectivos estatutos, e a conceder-lhes, findo o tempo de serviço, apropriada colocação.¹⁸

O jornal *O Piauí* destacou a análise e comentário crítico da proposta do governo imperial às câmaras legislativas sobre o elemento servil, a publicação completa da Lei e a divulgação dos nomes dos deputados piauienses que votaram a favor, “doutor Antonio Coelho Rodrigues e desembargador Antonio Francisco Salles”¹⁹. Segundo o jornal a análise e comentário crítico sobre a proposta do governo foi elaborada por um magistrado, mas não houve menção ao autor.

Esta áurea disposição difere nos termos do projeto apresentado pela comissão da câmara dos senhores deputados na sessão de 15 de agosto de 1870, em que apenas considera os filhos das escravas nascidos depois da lei com libertos; e essa diferença pelo lado moral e político e importantíssimo, porque reconhece o princípio por séculos esquecidos de que todos os homens nascem e devem nascer livres e habilita os filhos das escravas a gozarem no Estado de todos os direitos políticos, que pela nossa Constituição era

¹⁸ BIBLIOTECA NACIONAL. Coleção das Leis do Império do Brasil. 1871, Tomo XXXI, Parte I, Rio de Janeiro, 1871, Lei do Brasil nº 2040 de 28 de setembro de 1871 - Lei do Ventre Livre.

¹⁹ REFORMA DO ELEMENTO SERVIL. *O Piauí*, Teresina, 11 de novembro de 1871, ano V, nº 195, p. 4.

“NINGUÉM VEM AO MUNDO SOB O ESTIGMA DA ESCRAVIDÃO”: os reflexos da Lei do Ventre Livre nos periódicos piauienses do século XIX

denegado aos libertos, inibidos de receberem o voto passivo de seus concidadãos para o cargo de eleitores, deputados e senadores [...]”²⁰.

O periódico *A Imprensa* publicou que recebeu a notícia da sanção por meio de correspondência vinda de Caxias, província do Maranhão, “declarando livre o ventre das escravas, e libertando todos os escravos nacionais, e os dados em usufruto a coroa. A ordem religiosa Beneditina libertou todos os escravos que possuía. Ninguém nasceria mais escravo no Brasil [...]”²¹.

No centro desse debate observamos que a infância escrava ganhou espaço nos jornais, debates legislativos e ações cíveis²². A exemplo da publicação do jornal *O Piauí* sobre a liberdade individual e alforria concedida a dois escravos, um deles, “escravinho” de nome Calixto²³ e o caso de dois escravos que estavam com um bando de ciganos, entre eles um “escravinho” de 4 ou 5 anos, com vários sinais de mau-tratos²⁴. No jornal *A Época*, houve a denúncia de um português que questionou a propriedade do escravo Leonardo, de 12 anos²⁵ e a acusação a autoridades de Barras de terem açoitado duas negras e um “escravinho”, cuja idade não é citada²⁶.

Em edições seguintes o jornal *A Imprensa* publicou na íntegra a Lei do Ventre Livre e pedidos da coletoria da fazenda para a matrícula especial dos escravos. O objetivo da matrícula dos escravos foi arrecadar impostos, regulamentar a propriedade e servir como base para avaliar o cativo no processo de manumissão pelo fundo de emancipação ou compra da alforria através do pecúlio. O artigo oitavo da referida lei, ordenava a matrícula especial de todos os escravos do Império, com declaração do nome, sexo, estado, aptidão para o trabalho e filiação, se fosse conhecida.

Pela Coletoria do município de Teresina na província do Piauí, 5 de março de 1872, faz-se público de conformidade com o Regulamento de 1º de dezembro de 1871, que a matrícula dos escravos residentes neste município,

²⁰ PRIMEIRA PARTE. MANUMISSÃO PELO NASCIMENTO. *O Piauí*. Teresina, 21 de agosto de 1871, ano V, nº 185, p. 2 e 3.

²¹ ELEMENTO SERVIL. *A Imprensa*, Teresina, 28 de outubro de 1871, ano VII, nº 326, p. 4.

²² ARIZA, Marília B. A. Crianças/Ventre Livre. In: SCHWARCZ, Lilia Moritz; GOMES, Flávio dos Santos (org.). **Dicionário da escravidão e liberdade**: 50 textos críticos. São Paulo: Companhia das Letras, 2018. p. 169-175.

²³ RAIMUNDENSE, Um Sam. Sr. Redator da “Pátria”. *O Piauí*, Teresina, 30 de abril de 1873, ano 6, nº 262, p. 3-4.

²⁴ ROCEIRO, Velho. Amigos e srs. Redatores d'O Piauí. *O Piauí*, Teresina, 20 de outubro de 1873, ano 7, nº 284, p. 4.

²⁵ BACELLAR, Pedro J. A. L. Para o público ver a nova forma de filar o alheio. *A Época*. Teresina, 8 de junho de 1878ano 1, nº 10, p. 3-4.

²⁶ MAIS atentados. *A Época*, Teresina, 31 de maio de 1879, ano 2, nº 61, p. 4.

ordenada pela lei nº 2040, de 28 de setembro do dito ano, achar-se-a aberta na mesma coletoria desde o 1º de abril até 30 de setembro do corrente.

Para esse fim serão apresentadas relações, em duplicata, contendo a declaração do nome por inteiro e o lugar de residência do senhor do matriculando e do nome, sexo, cor, idade, estado, filiação (se for conhecida), aptidão para o trabalho e profissão deste, conforme o modelo B do mencionado regulamento.

As relações devem se datadas e assinadas pelas pessoas a quem incumbe a obrigação de dar à matrícula, ou por alguém a seu rogo com duas testemunhas, se essas não souberem ou não puderem escrever [...]²⁷.

A matrícula dos escravos tinha sido regulamentada pelo decreto nº 4.129, de 28 de março de 1868, mas sem a efetiva implementação. O decreto estabelecia que os escravos residentes nas cidades, vilas e povoações, mesmo que não tivessem 12 anos, deveriam ser apresentados e matriculados na repartição competente, durante os meses de julho e agosto do ano de 1868. Os proprietários e administradores que não apresentassem a relação incorriam na multa de 40\$000 a 100\$000 por cada escravo maior de 12 anos, e de 10\$000 se o escravo fosse menor dessa idade²⁸.

Robert Slenes aponta que os senhores não tinham motivos para não assentar os dados sobre seus escravos, defendendo a confiabilidade desses registrados como fonte histórica, além de acentuar que os proprietários estavam sujeitos a multas, caso não houvesse a matrícula, e poderiam perder o cativo diante de uma ação de liberdade, em que a inscrição era documento comprobatório da propriedade²⁹.

Com a Lei do Ventre Livre, houve a mudança nos valores dos emolumentos e multas para aqueles que não matriculassem os escravos no prazo. O Ministério da Agricultura, aprovou o decreto nº 4.835, para regulamentar a matrícula especial e executar o artigo oitavo da Lei 2.040³⁰. Deveria ser pago por cada escravo o emolumento de 500\$000, dentro do prazo marcado, e de 1\$000 depois de encerrado o prazo em 30 de setembro de 1873. O arrecadado com os emolumentos seria destinado às despesas da matrícula e o excedente iria para o fundo de emancipação³¹.

O Fundo de Emancipação era composto da taxa de escravos, dos impostos gerais sobre transmissão de propriedade dos cativos, do produto de seis loterias anuais, isentas de impostos, da décima parte das que forem concedidas, das multas impostas em virtude da lei,

²⁷ MATRÍCULA ESPECIAL DOS ESCRAVOS. A Imprensa, Teresina, 12 de abril de 1872, ano VII, nº 345, p. 4.

²⁸ MATRÍCULA DE ESCRAVOS. A Imprensa, Teresina, 18 de julho de 1868, ano IV, nº 156, p. 4.

²⁹ SLENES, Robert. "O que Rui Barbosa não queimou: novas fontes para o estudo da escravidão no século XIX". *Estudos Econômicos*, v. 13, n. 1, jan./abr. 1983, p. 126.

³⁰ MINISTÉRIO DA AGRICULTURA. A Imprensa, Teresina, 25 de janeiro de 1871, ano VII, nº 337, p. 2.

³¹ MATRÍCULA ESPECIAL DOS ESCRAVOS. A Imprensa, Teresina, 12 de abril de 1872, ano VII, nº 345, p. 4.

“NINGUÉM VEM AO MUNDO SOB O ESTIGMA DA ESCRAVIDÃO”: os reflexos da Lei do Ventre Livre nos periódicos piauienses do século XIX

das cotas que fossem marcadas no orçamento geral das províncias e municípios, e de subscrições, doações e legados com esse destino³².

Art. 3º: Serão anualmente libertados em cada província do Império tantos escravos quantos corresponderem à quota anualmente disponível do fundo destinado para a emancipação.

§1º: O fundo da emancipação compõe-se:

1º: Da taxa de escravos.

2º: Dos impostos gerais sobre transmissão de propriedade dos escravos.

3º: Do produto de seis loterias anuais, isentas de impostos, e da décima parte das que forem concedidas d'ora em diante para correrem na capital do Império.

4º: Das multas impostas em virtude desta lei.

5º: Das quotas que sejam marcadas no orçamento geral e nos provinciais e municipais.

6º: De subscrições, doações e legados com esse destino.

§2o: As quotas marcadas nos orçamentos provinciais e municipais, assim como as subscrições, doações e legados com destino local, serão aplicadas à emancipação nas províncias, comarcas, municípios e freguesias designadas.³³

Este foi um instrumento jurídico que previa a destinação de recursos pecuniários a cada província do país e ao Município Neutro (Rio de Janeiro) para a libertação de tantos escravizados quanto possível. Para fazer parte desse fundo, o proprietário deveria matricular o cativo, declarando a idade, o “estado civil”, a aptidão para o trabalho e demais características e estabelecer um valor para sua libertação. Este valor servia, tanto para a eventual compra de sua alforria (pelo próprio escravo e qualquer outro indivíduo) quanto para sua libertação pelo fundo de emancipação de escravos³⁴. Pelos termos da lei, o fundo deveria ser precedido de uma matrícula de todos os cativos do país, que serviria para se estabelecer as proporções, e de uma classificação de todos os escravizados matriculados, conforme critérios definidos em lei.

As juntas classificadoras reuniam-se em todos os municípios do país e classificavam os escravos com base nas informações prestadas pelos senhores e por esclarecimentos que julgassem necessários. Os critérios de classificação privilegiavam a libertação das famílias ou de escravos casados, em detrimento dos “indivíduos” – cativos que não tinham companheiros, nem filhos escravos ou ingênuos. A definição desses critérios certamente não era casual³⁵. O

³² BIBLIOTECA NACIONAL. Coleção das Leis do Império do Brasil. 1871, Tomo XXXI, Parte I, Rio de Janeiro, 1871, Lei do Brasil nº 2.040 de 28 de setembro de 1871 - Lei do Ventre Livre.

³³ BIBLIOTECA NACIONAL. Coleção das Leis do Império do Brasil. 1871, Tomo XXXI, Parte I, Rio de Janeiro, 1871, Lei do Brasil nº 2040 de 28 de setembro de 1871 - Lei do Ventre Livre.

³⁴ MOTTA, José Flávio; MARCONDE, Renato Leite. Duas fontes documentais para o estudo dos preços dos escravos no Vale do Paraíba paulista. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 21, nº 42, 2001. p. 4.

³⁵ MOTTA, José Flávio; MARCONDE, Renato Leite. Duas fontes documentais para o estudo dos preços dos escravos no Vale do Paraíba paulista. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 21, nº 42, 2001. p. 4.

Fundo de Emancipação preocupava-se com os aspectos numéricos, com o processo de organização estatística e classificatória que antecedeu à libertação institucional, além disso, existia a relutância dos senhores e a lentidão da matrícula.

Os critérios do Fundo de Emancipação determinavam que os primeiros beneficiados seriam aqueles que faziam parte de famílias nucleares, seguidos pelos homens ou mulheres que possuíam filhos ingênuos.³⁶A ordem de prioridade na libertação por famílias:

- 1º - Os cônjuges escravos de diferentes senhores;
 - 2º - Os cônjuges com filhos nascidos livres em virtude da lei de 28 de setembro de 1871 [Lei do Ventre Livre] e menores de oito anos de idade;
 - 3º - Os cônjuges com filhos livres menores de 21 anos;
 - 4º - Os cônjuges com filhos menores escravos;
 - 5º - As mães com filhos menores escravos;
 - 6º - Os cônjuges sem filhos menores.
- Na libertação por indivíduos a prioridade era a seguinte:
- 1º - A mãe ou pai com filhos livres;
 - 2º - Os escravos de 12 a 50 anos de idade, começando pelos mais moços do sexo feminino, e pelos mais velhos do sexo masculino.³⁷

As críticas que se fazem ao fundo versam principalmente sobre aspectos numéricos, a todo o processo de organização estatística e classificatória que antecede à libertação institucional, especialmente, quanto à lentidão da matrícula. Isso demonstra que esses processos, que estavam intimamente ligados, foram alvo de má execução pelo poder jurídico.

O jornal *O Abolicionista* publicou sobre a eficácia da Lei do Ventre Livre. O periódico afirmou que a lei foi uma reforma de grandes proporções para sua época, encontrou impugnadores que a combatiam com fundamentações inúteis, reservadas à morte das vítimas do cativeiro: “Veio a lei de 28 de setembro, que estancou no seio da maternidade a fonte do cativeiro; e a que distância nos achamos da redenção total? Pelo computo de José de Alencar, sem o auxílio dessa medida legislativa o país estaria limpo da nodosa em 1889”³⁸.

As Sociedades Emancipadoras também foram regulamentadas a partir da Lei do Ventre Livre. Elas libertavam os escravizados pertencentes ao Estado, os que haviam sido abandonados por seus proprietários, e os que eram parte de heranças não reclamadas. As Sociedades Emancipadoras espalharam-se por todo o Brasil com o intuito de ajudar a libertar escravizados através de doativos.

³⁶ CONRAD, Robert. **Os últimos anos da escravidão no Brasil**. São Paulo: Civilização Brasileira, 1978. p. 134.

³⁷ CONRAD, Robert. **Os últimos anos da escravidão no Brasil**. São Paulo: Civilização Brasileira, 1978. p. 134

³⁸ DA EMANCIPAÇÃO. *O Abolicionista Teresina*, 1º de outubro de 1884, ano 1, nº 1, p. 3.

“NINGUÉM VEM AO MUNDO SOB O ESTIGMA DA ESCRAVIDÃO”: os reflexos da Lei do Ventre Livre nos periódicos piauienses do século XIX

Art. 2º O Governo poderá entregar a associações por ele autorizadas, os filhos das escravas, nascidos desde a data desta lei, que sejam cedidos ou abandonados pelos senhores delas, ou tirados do poder destes em virtude do art. 1º § 6º.

§ 1º As ditas associações terão direito aos serviços gratuitos dos menores até a idade de 21 anos completos, e poderão alugar esses serviços, mas serão obrigadas:

1º A criar e tratar os mesmos menores;

2º A constituir para cada um deles um pecúlio, consistente na quota que para este fim for reservada nos respectivos estatutos;

3º A procurar-lhes, findo o tempo de serviço, apropriada colocação.

§ 2º As associações de que trata o parágrafo antecedente serão sujeitas à inspeção dos Juizes de Órfãos, quanto aos menores.

§ 3º A disposição deste artigo é aplicável às casas de expostos, e às pessoas a quem os Juizes de Órfãos encarregarem da educação dos ditos menores, na falta de associações ou estabelecimentos criados para tal fim.

§ 4º Fica salvo ao Governo o direito de mandar recolher os referidos menores aos estabelecimentos públicos, transferindo-se neste caso para o Estado as obrigações que o § 1º impõe às associações autorizadas³⁹.

Na legalização dessas sociedades, o governo poderia entregar “a associações por ele autorizadas, os filhos das escravas, nascidos desde a data desta lei, que sejam cedidos ou abandonados pelos senhores delas, ou tirados do poder destes em virtude do art. 1º §6º”, estavam sujeitas à inspeção dos Juizes de Órfãos e tinham “privilégio sobre os serviços dos escravos que libertarem, para indenização do preço da compra”⁴⁰.

Na capital da província do Piauí foi fundada a Sociedade Emancipadora Piauiense em 1º de novembro de 1870, por iniciativa do Dr. Antônio Coelho Rodrigues, cuja diretoria recebeu da Presidência da Província a quantia votada no orçamento de 1870, para a libertação de escravos. Por meio do estatuto desta sociedade emancipadora, Rodrigo Caetano Silva observou a preferência em libertar mulheres escravas e de idade de até um ano, o que reforçou sua hipótese de que a finalidade desta era libertar os cativos de forma lenta, gradual, sem causar danos maiores, e proporcionando aos senhores possibilidades de manobras⁴¹.

Outra Sociedade Emancipadora foi a Libertadora Piauiense, que teve seus estatutos aprovados em 17 de julho de 1883, sendo instalada em 22 de julho do mesmo ano, alforriando cerca de doze escravos e, após o ato, o leilão de prendas, que rendeu 400\$000 réis.

Tendo-se fundado nesta capital no dia 1º de novembro último uma sociedade emancipadora, compostas de pessoas das mais qualificadas, resolvi mandar entregar à mesma sociedade para ter a devida aplicação na formula das leis

³⁹ BIBLIOTECA NACIONAL. Coleção das Leis do Império do Brasil. 1871, Tomo XXXI, Parte I, Rio de Janeiro, 1871, Lei do Brasil nº 2.040 de 28 de setembro de 1871 - Lei do Ventre Livre.

⁴⁰ BIBLIOTECA NACIONAL. Coleção das Leis do Império do Brasil. 1871, Tomo XXXI, Parte I, Rio de Janeiro, 1871, Lei do Brasil nº 2.040 de 28 de setembro de 1871 - Lei do Ventre Livre.

⁴¹ SILVA, Rodrigo Caetano. **O escravo e o senhor nos últimos anos de escravidão no Piauí**. 2018. Dissertação. Mestrado. Universidade Federal do Piauí, Centro de Ciências Humanas e Letras, Programa de Pós-Graduação em História do Brasil, Teresina, 2018. p. 101.

provinciais de 18 de agosto de 1868 a 4 de dezembro do ano passado a quantia voltada no orçamento em vigor para libertação de escravos.

Francamente abolicionista, não duvidei fazer parte desta sociedade, cuja instalação solenizada com a alforria de dez escravinhos marca nos fatos piauienses um dos seus mais notáveis dias.

Fazendo, pois, votos pela sua prosperidade, tendo a mais viva satisfação em reconhecer que o desaparecimento da escravidão pela emancipação, geralmente aceito, não espera senão a sanção dos poderes do estado para ser uma realidade no país inteiro⁴².

Durante a instalação das sociedades emancipadoras, políticos costumavam fazer discursos em prol da liberdade, pátria, civilização e progresso, na fundação desta sociedade não diferiram, alguns políticos como Raimundo Tole, Gabriel Luiz Ferreira e Simplício Coelho de Rezende manifestaram-se⁴³. As ações das sociedades emancipadoras surgidas nesta província vão ser publicadas na sua íntegra nos jornais. Isso contribui para a formação da opinião pública que passa a avaliar o discurso dos periódicos.

As notícias sobre alforria de escravos e formação não ficavam restritas à província do Piauí. Na década de 1880, com a intensificação do abolicionismo no Brasil, muito jornais foram criados com o intuito de promover a propaganda abolicionista, e noticiavam a formação das sociedades emancipadoras. O jornal *O Libertador*, da província do Ceará, publicou sobre as cartas de alforria dadas a escravos na vila de Jaicós, corroborando a ideia de que nesta província se desenvolvia o “espírito libertador”. Segundo o periódico, o capitão Vicente Ernesto Feitosa do Valle, em memória à província do Ceará, “libertou o escravinho Laurentino”, e “o tenente Coronel Aristides Mendes de Carvalho quem libertava Ignez, hoje é o capitão Vicente Feitosa quem liberta Laurentino e amanhã serão muitos outros os imitadores. Já contamos com oito libertações espontâneas em poucos meses”⁴⁴.

Com o objetivo de alforriar escravos, as associações abolicionistas e sociedades emancipadoras usavam o fundo de emancipação e arrecadavam doações para alforriar escravos em cerimônias imponentes. Muitos proprietários utilizavam comemorações de aniversários e casamentos de filhos para libertar seus escravos gratuitamente, considerando-se ligados às iniciativas civilizatórias e progressistas, pois estavam lado a lado à liberdade⁴⁵. A

⁴² ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ. Relatório do Presidente de Província. Relatório com que o 1º vice-presidente da Província, o Exm. Sr. Dr. Manoel José Espínola Júnior, passou a administração ao Exm. Sr. Dr. Manoel do Rego Barros de Souza Leão. Em 25 de dez. 1870.

⁴³ SILVA, Rodrigo Caetano. **O escravo e o senhor nos últimos anos de escravidão no Piauí**. 2018. Dissertação. Mestrado. Universidade Federal do Piauí, Centro de Ciências Humanas e Letras, Programa de Pós-Graduação em História do Brasil, Teresina, 2018. p. 105.

⁴⁴ CARTA DE ALFORRIA. *Libertador*, Fortaleza, 28 de abril de 1884, ano IV, nº 83, p. 3.

⁴⁵ SILVA, Rodrigo Caetano. **O escravo e o senhor nos últimos anos de escravidão no Piauí**. 2018. Dissertação. Mestrado. Universidade Federal do Piauí, Centro de Ciências Humanas e Letras, Programa de Pós-Graduação em História do Brasil, Teresina, 2018. p.103.

“NINGUÉM VEM AO MUNDO SOB O ESTIGMA DA ESCRAVIDÃO”: os reflexos da Lei do Ventre Livre nos periódicos piauienses do século XIX

realização das cerimônias de alforria em espaços públicos é forjada pelos interesses de grupos sociais e representava a autopromoção deles na formação da opinião pública como benevolentes, civilizados, humanitários, e a melhor forma de encaminhamento para o fim da escravidão.

Os jornais tornaram-se espaços na ampliação dos ambientes públicos e também na construção da imagem desses sujeitos. Na cerimônia de manumissão de oito escravos, três eram do sexo feminino e, cinco, do masculino, na cidade de Parnaíba, no dia 7 de abril de 1877, pelo valor do fundo de emancipação na quantia de 2:736\$194 réis. Segundo a publicação do jornal *A Imprensa*:

O ato foi celebrado com a pompa possível, estando a casa da câmara ornamentada para a festa da liberdade, à qual compareceu grande parte da população, que não foi indiferente ao ato da manumissão pela primeira vez realizada nesta cidade, em virtude da Lei 2.040, de 28 de setembro de 1871⁴⁶.

O juiz de órfãos José Felix de Sampaio pronunciou um discurso com palavras eloquentes, vivazes e por vezes “abafada pelos bravos e aplausos dos espectadores”. As cartas foram entregues pelo juiz de direito daquela cidade que, ao conferir os títulos aos manumitidos, pronunciava a expressão *accipe vestem candidam libertatis* (receber a vestimenta branca da liberdade). Ao término da entrega dos títulos, os presentes no ato deram um brado uníssono de “viva à liberdade!”, que repercutiu pelo edifício da Câmara “com toda a expansividade de um coração patriota”⁴⁷.

Após o ato, o Dr. José Basson de Miranda Osório, filho do “velho patriota, veterano da independência, o honrado coronel José Francisco Miranda Osório” discursou sobre as cenas do cativo. Ao final, recebeu os aplausos dos presentes e “mais de uma lágrima molhou as faces dos ouvintes”⁴⁸

Escusado é dizer que houve música, flores e foguetes, sendo que foi sensível a ausência do belo sexo, devida não sei ao que.

Essa festa ficará gravada, por certo, na memória da população de Parnaíba, onde se fez ouvir o primeiro grito de independência. [...]

Relação dos escravos libertados com a quantia de 2:736\$194 réis, marcado ao município de Parnaíba.

1ª Sebastiana, parda, 32 anos, casada, costureira, de Francisco Xavier Passos
..... 350\$000

2ª Inácia, preta, 44 anos, casada, cozinheira, de F.S. de Moraes Correa Filho
..... 350\$000

⁴⁶ PARNAYBA. *A Imprensa*, Teresina, 2 de maio de 1877, ano XII, nº 505, p. 4.

⁴⁷ PARNAYBA. *A Imprensa*, Teresina, 2 de maio de 1877, ano XII, nº 505, p. 4.

⁴⁸ PARNAYBA. *A Imprensa*, Teresina, 2 de maio de 1877, ano XII, nº 505, p. 4.

3ª Eufemia, preta, 50 anos, casada, cozinheira, de José Francisco de Miranda Filho.....250\$000
4ª Amaro, pardo, 44 anos, casado, carpina, de Manoel Machado Balduino460\$000
5ª Lauriano, pardo, 64 anos, casado, vaqueiro, de Angela do Monte Serrate200\$000
6ª Athanazio, preto, 49 anos, casado, roceiro, de Virgulino Alves Ribeiro Franco.....200\$000
7ª Cerino, preto, 44 anos, casado, roceiro, de Manoel Rodrigues de Sampaio400\$000
8ª Henrique, preto, 32 anos, casado, vaqueiro, de Pedro de Brito Passo Netto526\$194
A mulher deste escravo foi libertada pelo senhor da mesma, dita Passos Netto, sem indenização ato digno de louvor⁴⁹.

Essa cerimônia de manumissão nos remete à crônica de Machado de Assis, de 19 de maio de 1888, publicada originalmente na sessão “Bons Dias” do jornal *Gazeta de Notícias* da cidade do Rio de Janeiro, entre 5 abril de 1888 e 29 de agosto de 1889. A crônica já foi analisada em vários trabalhos, inclusive na obra *Visões da liberdade* de Sidney Chalhoub, mesmo assim não deixamos de perceber semelhanças entre o ficcional e o documental, e a libertação de Pancrácio, personagem da crônica, e dos oito escravos na província do Piauí. Assim, como os oito cativos de Parnaíba, a outorga à liberdade de Pancrácio apresenta-se na perspectiva da defesa da propriedade privada, da política de controle social da escravidão e da não interferência do Estado no direito senhorial. Mesmo os proprietários de escravos tendo conhecimento sobre a crise da instituição escravista e sobre o fim da escravidão no Brasil, acreditavam que alforriar era uma decisão pessoal e o Estado deveria imiscuir-se desse papel. Em ambos os casos, não houve a imposição do Estado para a libertação dos cativos, os senhores parnaibanos aceitaram o valor proposto por cada cativo e o proprietário de Pancrácio ofereceu uma alforria “gratuita”. Há também a autorrepresentação do senhor/narrador como civilizado, reformador e generoso, pois seu ato antecedia à abolição da escravidão e o convite para o jantar era um motivo para apresentar-se à sociedade com essas características.

A Lei do Ventre Livre regulamentou a aquisição do pecúlio pelos escravos. Este poderia provir de três situações, por legado, por doações e por herança, como mostra a citação abaixo:

Art. 4º: É permitido ao escravo a formação de um pecúlio com o que lhe provier de doações, legados e heranças, e com o que, por consentimento do senhor, obtiver do seu trabalho e economias. O governo providenciará nos regulamentos sobre a colocação e segurança do mesmo pecúlio.
§1º: Por morte do escravo, metade do seu pecúlio pertencerá ao cônjuge sobrevivente, se o houver, e a outra metade se transmitirá aos seus herdeiros,

⁴⁹ PARNAYBA. A Imprensa, Teresina, 2 de maio de 1877, ano XII, nº 505, p. 4.

“NINGUÉM VEM AO MUNDO SOB O ESTIGMA DA ESCRAVIDÃO”: os reflexos da Lei do Ventre Livre nos periódicos piauienses do século XIX

na forma de lei civil. Na falta de herdeiros, o pecúlio será adjudicado ao fundo de emancipação de que trata o art. 3º.

§2º: O escravo que, por meio de seu pecúlio, obtiver meios para indenização de seu valor, tem direito à alforria. Se a indenização não for fixada por acordo, o será por arbitramento. Nas vendas judiciais ou nos inventários o preço da alforria será o da avaliação.

§3º: É, outrossim, permitido ao escravo, em favor da sua liberdade, contratar com terceiro a prestação de futuros serviços por tempo que não exceda de sete anos, mediante o consentimento do senhor e aprovação do juiz de órfãos.⁵⁰

Deve ser ressaltado que não era tão fácil adquirir o pecúlio devido às altas taxas que eram cobradas diariamente pelos senhores, e pela dificuldade de os cativos conseguirem pagar essa quantia estipulada e sobrar algum dinheiro para guardar. A utilização das economias dos escravizados na compra da alforria ainda dependia da vontade do senhor em revelar o preço pelo qual o cativo estava avaliado.

As cartas de alforria eram documentos em que um proprietário de escravizados renunciava a seus privilégios sobre o cativo e outorgava-lhe a liberdade. As alforrias eram compradas pelo valor da avaliação do escravo, quanto mais valioso ele era, mais cara sua alforria, lembrando que muitos trabalhadores não foram alforriados pelo valor da avaliação, o que acarretou um número reduzido das alforrias⁵¹. Segundo Francisca Raquel Costa, a distribuição de cartas de alforria foi uma forma de controle utilizada pelos senhores para garantir a continuação da obediência e da submissão produtiva de seus cativos⁵². Isso demonstra que não pretendiam romper com os laços que os ligavam a seus escravos, encaixando-se na ideologia paternalista, que se fundamentava na vontade senhorial, na qual a prerrogativa para conceder a alforria era estritamente do senhor⁵³. Desse modo, não havia rupturas bruscas, quando o cativo se tornava liberto, apenas se passava de um sistema socioeconômico injusto e opressivo para outro.

A Lei do Ventre Livre também interferiu sobre as questões comerciais. O decreto provincial nº. 1.695 de 9 de setembro de 1869, proibia separar “o marido da mulher, o filho do pai ou mãe, salvo sendo os filhos maiores de 15 anos”. O jornal *A Imprensa* chamou a atenção das autoridades desta província para o não cumprimento do decreto:

⁵⁰ BIBLIOTECA NACIONAL. **Coleção das Leis do Império do Brasil**. 1871, Tomo XXXI, Parte I, Rio de Janeiro, 1871, Lei do Brasil nº 2.040 de 28 de setembro de 1871 - Lei do Ventre Livre.

⁵¹ ALADRÉN, Gabriel. **Liberdades negras nas paragens do sul**: alforria e inserção social de libertos em Porto Alegre, 1800-1835. 2008. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2008. p. 160.

⁵² COSTA, Francisca Raquel. Além da liberdade: práticas de reescravização de libertos e pessoas livres no Piauí. 1850-1888. **Contraponto**: Revista do Departamento de História e do Programa de Pós-Graduação em História do Brasil da UFPI. Teresina, v. 3, n. 1, agosto de 2014, p. 2.

⁵³ CHALHOUB, Sidney. **Visões da liberdade**: uma história das últimas décadas da escravidão na Corte. São Paulo: Companhia das Letras, 2011, p. 68.

Infração da lei sobre venda de escravos – Temos certeza que o decreto nº 1695 de 5 de setembro de 1869, que regula a venda de escravos, não tem tido vigor nesta província, onde se tem continuado a vender filhos menores separados das mães, e homens casados separados da esposa.

Nesta cidade há quem tenha um escravo casado, cuja mulher ficou no lugar onde foi o escravo comprado, e supomos que ele tem de ser exportado para fora da província.

Chamamos atenção das autoridades competentes para o que fica relatado⁵⁴

Esse decreto foi ratificado pelo artigo 4º, § 7º da Lei de 28 de setembro de 1871 (Lei do Ventre Livre) e artigo 90 do Decreto de 12 de novembro de 1872, que dispunham sobre a proibição da alienação ou transmissão de cativos, e separar os cônjuges, e os filhos menores de 12 anos, do pai ou da mãe. A Lei do Ventre Livre causou impacto nas formas de comercialização dos cativos, pois anteriormente as escravas eram vistas como possível fonte de ganho para os senhores devido à capacidade reprodutiva e seus filhos serem um investimento a longo prazo para o incremento do patrimônio senhorial. Com a limitação imposta pela lei, esse investimento era menos atraente para os proprietários e reduziu o preço médio das cativas⁵⁵.

Nos anúncios comerciais dos periódicos, observamos publicações que apontam para o impacto da Lei do Ventre Livre. No primeiro anúncio a escrava foi vendida junto com os filhos e no segundo especifica-se que a escrava não tem filhos: “escrava de 22 anos de idade, preta de boa figura com um moleque de seis anos preto e três filhos mais de ventre livre, tudo isso por 1:200\$000”⁵⁶, “encomenda-se duas escravas, sem filhos, porém que sejam sadias e morigeradas”⁵⁷.

No plano teórico, a promulgação das medidas legais e a intervenção do Estado possibilitou aos escravos recorrerem à justiça, negociarem sua liberdade e questionarem a legitimidade da posse de seus senhores. Esse foi um fato que obteve força a partir da segunda metade do século XIX, visto que o Estado não só começou a interferir nas relações de senhores e escravos, mas a decidir as formas que deveriam ser seguidas por ambas as partes nos processos⁵⁸.

⁵⁴ INFRAÇÃO DA LEI SOBRE VENDA DE ESCRAVOS. A Imprensa, Teresina, 8 de abril de 1870, ano V, n.º 243, p. 3.

⁵⁵ VERSIANI, Flávio Rabelo; NOGUERÓL, Luiz Paulo F.; VERGOLINO, José R. O. Preços de escravos e racionalidade econômica. In: **Muitos escravos, muitos senhores: escravidão nordestina e gaúcha no século XIX**. São Cristóvão: Editora UFS; Brasília: Editora UNB, 2016, p. 275.

⁵⁶ ANÚNCIO. A Imprensa, Teresina, 2 de maio de 1877, ano XII, n.º 505, p. 4.

⁵⁷ ANÚNCIO. O Semanário, Teresina, 13 de março de 1883, ano VIII, n.º 291, p. 6.

⁵⁸ DIAS, Silvana de Oliveira. **As ações de liberdade de escravos na justiça de Mariana (1850-1888)**. 2010. Dissertação. Mestrado em História. Universidade Federal de Ouro Preto. Ouro Preto. 2010. p. 36.

“NINGUÉM VEM AO MUNDO SOB O ESTIGMA DA ESCRAVIDÃO”: os reflexos da Lei do Ventre Livre nos periódicos piauienses do século XIX

O objetivo do Estado em implantar medidas legais, não era beneficiar os cativos com a alternativa de abolir a escravidão de forma lenta e gradual, resguardando a economia e legislando a favor dos senhores. José Murilo de Carvalho ressalta que poucos senhores utilizaram a opção de entregar os ingênuos ao governo, em contraponto, optaram por manumissões voluntárias, com a finalidade de não correr risco de rebeliões e garantir a manutenção dos laços de dominação⁵⁹.

A Lei do Ventre Livre surgiu em meio a crescente agitação dos escravizados, bem como pela preocupação dos senhores, pois abolir definitivamente a escravidão representaria a fuga em massa dos escravizados, a decadência financeira dos proprietários e o colapso da sociedade, assim a Lei contribuiu para atenuar os ânimos dos abolicionistas, além de abrandar a inquietação dos proprietários que tinham medo da ruína.⁶⁰

A implementação dessa legislação foi o indicativo de que o Estado não manteria por muito tempo a escravidão e também que seriam estabelecidas novas formas de organização do trabalho. Nessa configuração, a partir de 1871, o Estado passou a ser o regulador das novas relações entre escravizados, libertos e senhores.⁶¹ O objetivo fundamental da Lei do Ventre Livre, era libertar os escravos gradualmente e dar possibilidades de manobras para os senhores.⁶² A lei foi utilizada pelos cativos como meio para negociar sua liberdade, o resultado dos esforços bem-sucedidos de um escravo para obter sua liberdade, e a esperteza para aproveitar as brechas da sociedade escravocrata.

⁵⁹ CARVALHO, José Murilo. A vida política. In: **A construção nacional: 1830-1889**. 1Vol. 2. Rio de Janeiro: Objetiva, 2012.

⁶⁰ ZERO, Arethusa Helena. **O preço da liberdade: caminhos da infância tutelada**. Rio Claro (1871-1888). Dissertação (Mestrado). Campinas, SP, p. 47.

⁶¹ ZERO, Arethusa Helena. **O preço da liberdade: caminhos da infância tutelada**. Rio Claro (1871-1888). Dissertação (Mestrado). Campinas, SP, p. 70.

⁶² GEBARA, GEBARA, Ademir. **O mercado de trabalho livre no Brasil (1871-1888)**. Brasiliense, 1986, p.60-61.

CRIANÇA E INFÂNCIA NEGRA NAS ESCRITAS DE HELENA MORLEY

Emerson Benedito Ferreira¹

RESUMO

O presente texto tem como objetivo analisar as escritas produzidas por Helena Morley (Alice Dayrell Caldeira Brant) na obra intitulada **Minha vida de menina**. Nesse sentido, investiga-se a maneira pela qual foi introduzida a figura do negro (em especial, a criança) nos registros produzidos pela autora nos fins do século XIX. Como questão central, busca-se cartografar as escritas de forma a evidenciar qual era o discurso ideado com relação ao negro naquela sociedade. Tal discussão se dá em um período de grandes transformações no cenário nacional, - “fim da escravidão”, Proclamação da República -, fluxos migratórios.

Palavras-chave: Infância. Criança. Diário. Racismo. Século XIX.

BLACK CHILDREN AND CHILDHOOD IN THE WRITINGS OF HELENA MORLEY

ABSTRACT

The present text aims to analyze the writings produced by Helena Morley (Alice Dayrell Caldeira Brant) in the work entitled “My life as a girl”. In this sense, we investigate the way in which the figure of the black person (especially the child) was introduced in the records produced by the author at the end of the 19th century. As a central question, we seek to map the writings in order to show what was the idealized discourse in relation to the black in that society. Such discussion takes place in a period of great transformations in the national scenario, - “end of slavery”, proclamation of the republic -, migratory flows.

Keywords: Childhood, Child, Diary, Racism, 19th century.

NIÑOS NEGROS E INFANCIA EN LOS ESCRITOS DE HELENA MORLEY

RESUMEN

El presente texto tiene como objetivo analizar los escritos producidos por Helena Morley (Alice Dayrell Caldeira Brant) en la obra titulada “Mi vida de niña”. En este sentido, investigamos la forma en que la figura de la persona negra (especialmente el niño) fue introducida en los registros producidos por el autor a fines del siglo XIX. Como cuestión central, buscamos mapear los escritos para mostrar cuál era el discurso idealizado en relación al negro en esa sociedad. Tal discusión se da en un período de grandes transformaciones en el escenario nacional, -“fin de la esclavitud”, proclamación de la república-, flujos migratorios.

Palabras clave: Infancia, Niño, Diario, Racismo, Siglo XIX.

¹ Doutor em Educação pela Universidade Federal de São Carlos - UFSCar. Professor da Universidade Estadual do Piauí – UESPI.

[...] Não sei se poderá interessar ao leitor de hoje a vida corrente de uma cidade do interior, no fim do século passado, através das impressões de uma menina, de uma cidade sem luz elétrica, água canalizada, telefone, nem mesmo padaria, quando se vivia contente com pouco, sem as preocupações de hoje. E como a vida era boa naquele tempo! Quanto desabafo, quantas queixas, quantos casos sobre os tios, as primas, os professores, as colegas e as amigas, coisas de que não poderia mais me lembrar, depois de tantos anos, encontrei agora nos meus cadernos antigos! [...] Agora uma palavra as minhas netas — Vocês que já nasceram na abundância e ficaram tão comovidas quando leram alguns episódios de minha infância, não precisam ter pena das meninas pobres, pelo fato de serem pobres. Nós éramos tão felizes! A felicidade não consiste em bens materiais, mas na harmonia do lar, na afeição entre a família, na vida simples, sem ambições - coisas que a fortuna não traz, e muitas vezes leva (Helena Morley).

O diário²

Arlete Farge em **Lugares para a história** expõe que “é preciso dar lugar a outras formas de história, aquelas das mentalidades, por exemplo, ou a história social, ou ainda a história sociocultural”, pois “elas encontram em seu caminho numerosos documentos que transcrevem ou evocam dizeres”³.

Philippe Ariès⁴ em ‘A história das mentalidades’⁵ (1990) espelha que “a história das mentalidades (...) nos faz descobrir o que subsiste das antigas oralidades reprimidas, de modo oculto, não consciente, seja sob a forma de sobrevivências camufladas, seja sob a forma de vazios, de enormes lacunas, em nossa cultura hodierna, em que triunfam as racionalidades da escrita”.

Façamos aqui, com base nas escritas de Farge e de Ariès, uma busca pela história das “atitudes mentais” como bem definiu este último historiador, ao citar Lucien Febvre⁶. Partiremos de um diário escrito entre os anos de 1893 e 1895 por uma menina entre os seus 13 e 15 anos. A originalidade destas escritas se distribui por narrativas com perspectivas

² “O professor de Português aconselhou todas as meninas a irem se acostumando a escrever, todo dia, uma carta ou qualquer coisa que lhes acontecer” MORLEY, Helena. **Minha vida de menina: Cadernos de uma Menina Provinciana nos fins do Século XIX**. 11ª ed. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1971, p. 11.

³ FARGE, Arlete. **Lugares para a história**. Tradução de Fernando Scheibe. Belo Horizonte: Autêntica, 2011, p. 60.

⁴ ARIÈS, Philippe. A história das mentalidades. In: LE GOFF, Jacques. **A História nova**. Tradução de Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 1990, p. 17.

⁵ Em um conceito mais ampliado, encontramos no Dicionário de Conceitos Históricos a seguinte definição: “Na historiografia, o conceito de mentalidades passou a designar as atitudes mentais de uma sociedade, os valores, o sentimento, o imaginário, os medos, o que se considera verdade, ou seja, todas as atividades inconscientes de determinada época. As mentalidades são aqueles elementos culturais e de pensamento inseridos no cotidiano, que os indivíduos não percebem. Ela é a estrutura que está por trás tanto dos fatos quanto das ideologias ou dos imaginários de uma sociedade” SILVA, Kalina Vanderlei. **Dicionário de conceitos históricos**. São Paulo: Contexto, 2009, p. 279.

⁶ Ariès, 1990, p. 15.

singulares. Nelas, o ‘ser um pouco criança’ e um ‘tanto adolescente’ da protagonista acabariam por exalar um frescor narrativo no texto que dificilmente a autora teria quando da publicação da primeira edição no ano de 1942 se tentasse resgatar suas memórias, pois já estaria marcada pelos anos e pelas experiências.

É o que se infere na última edição de seu trabalho:

Imaginemos, entretanto, que o livro se tratasse de uma impostura literária, e tivesse sido escrito, digamos, pela autora adulta – hipótese que qualquer leitor tem o direito de fazer, pago o preço de capa. Neste caso – dizia em conversa um grande escritor brasileiro, Guimarães Rosa – estaríamos diante de um “caso” ainda mais extraordinário, pois, que soubesse, não existia em nenhuma outra literatura mais pujante exemplo de tão literal reconstrução da infância⁷.

Os diários fazem-nos entender as ações cotidianas de sujeitos comuns, como bem grafou Ariès⁸ e Maria Cristina Soares de Gouvea⁹ (2019). As escritas de Alice Dayrell Caldeira Brant¹⁰ (Helena Morley) já foram aproveitadas de várias maneiras. A própria epígrafe deste texto é carregada de possibilidades. Mas aqui nos interessará em particular a questão racial, pois o que se busca é o registro vivo do limiar da República e do crepúsculo da escravidão. Afinal, o que sobre isso teria ela ouvido e visto? Qual seria a mentalidade de sua época? Este momento histórico germinou, de alguma forma, o racismo contemporâneo?

Traremos algumas passagens. Tentaremos entender. Faremos uma reflexão no limite que este e que aquele texto permitir. Ou como diria Ariès:

Talvez os homens de hoje sintam a necessidade de trazer para a superfície da consciência os sentimentos de outrora, enterrados numa memória coletiva profunda. Pesquisa subterrânea das sabedorias anônimas: não sabedoria ou verdade atemporal, mas sabedorias empíricas que regem as relações familiares entre as coletividades humanas e cada indivíduo, a natureza, a vida, a morte, Deus e o além¹¹.

⁷ Morley, 1971, XII

⁸ “Frutos desse mesmo espírito eram os diários de família, onde eram anotados, além das contas, os acontecimentos domésticos, os nascimentos e as mortes. Nesses diários se uniam a preocupação com a precisão cronológica e o sentimento familiar” ARIÈS, Philippe. **História social da criança e da família**. Tradução de Dora Flaksman. Rio de Janeiro: LTC, 2018, p.03.

⁹ GOUVEA, Maria Cristina Soares de. Fontes para escrita da história da juventude feminina: diálogos entre diários de Helena Morley e Bernardina Constant. **Pro-Posições**, Campinas - SP, V. 30, 2019.

¹⁰ Chamaremos a autora no transcurso do texto simplesmente de Helena.

¹¹ Ariès, 1990, p. 175.

Raça¹², criança e infância

Cândido de Figueiredo, em 1899, definiria infância como “o primeiro período da existência humana” e criança como o “ser humano que se começa a criar, menino ou menina”¹³. Já Antônio de Moraes Silva, em 1890, registraria que o termo “cria” “dizia-se das crianças das escravas”¹⁴.

Aqui já podemos eleger uma diferença de tratamento entre o que seria o emergir da criança branca e o emergir da criança negra. A diferença entre estes pequenos se fazia sentir também nos periódicos daquele século.

Precisa-se alugar uma **negrinha** de 12 a 13 anos para andar com **criança**¹⁵.
Precisa-se de uma **negrinha** de 10 a 12 anos para pagem de uma **criança**¹⁶.
Precisa-se de uma **negrinha** para lavar roupa de **criança**¹⁷.
Precisa-se **comprar uma negrinha** de 10 a 11 anos, sadia, na rua Formosa, n. 23¹⁸.
Precisa-se **comprar uma negrinha** de 8 a 10 anos. Para informações, na Botica do Castor¹⁹. – (Grifamos).

E é nesta atmosfera, propriamente no dia 18 de janeiro de 1893, que a menina Helena registraria uma de suas primeiras passagens dividindo o momento com outra menina – ‘Cesarina’:

Aqui na Boa Vista só querem minerar. É só diamante e ouro; não cuidam de outra coisa. Para plantar, eles todos dizem que a terra não presta. Mas agora nem sombra de fruta a gente verá mais, nestas férias, **por culpa de Cesarina. A demônia da negrinha** entornou o caldo todo²⁰ (grifamos).

Em outra passagem, agora em um domingo de Ramos do dia 26 de março, a nossa protagonista assim descreve o seu dia:

Tia Carlota comprou uma vaca com cria, para vender o leite e mamãe tomou freguesia com ela. Ela manda à nossa casa **a filha da alugada, Maria**, uma

¹² Para Sílvia Almeida, noção de raça é um “fator político importante, utilizado para naturalizar desigualdades, justificar a segregação e o genocídio de grupos sociologicamente considerados minoritários” ALMEIDA, Sílvia Luiz de. **O que é racismo estrutural?** Belo Horizonte: Letramento, 2018, p. 2.

¹³ FIGUEIREDO, Cândido de. **Novo Dicionário da Língua Portuguesa** [Vol. I]. Lisboa: Livraria Editôra Tavares Cardoso & Irmão, 1899, p. 362 e 752.

¹⁴ SILVA, Antônio de Moraes. **Dicionário da Língua Portuguesa**. Vol. I. 8. Ed. Rio de Janeiro: Ed. Empresa Litteraria Fluminense, 1890, p. 566.

¹⁵ CORREIO PAULISTANO. São Paulo, 25 de novembro de 1865, ano XII, n. 2.850, p. 03.

¹⁶ CORREIO PAULISTANO. São Paulo, 10 de janeiro de 1866, ano XIII, n. 2.899, p. 03.

¹⁷ CORREIO PAULISTANO. São Paulo, 12 de dezembro de 1868, ano XV, n. 3.754, p. 04.

¹⁸ O DESPERTADOR. Desterro, sexta feira, 31 de julho de 1871. Anno IX, n. 885, p. 04.

¹⁹ JORNAL DA TARDE. São Paulo. Segunda-feira, 02 de dezembro de 1878. Anno I, n. 27, p. 03.

²⁰ Morley, 1971, p. 07.

pretinha muito esperta, trazer o leite de manhã. Começamos todos a notar que o leite estava muito aguado. Hoje mamãe disse à **pretinha**: “Maria, você diga a Carlota que o leite está vindo muito aguado; que ela precisa dar mais fubá ou feijão branco à vaca, para engrossar o leite”. A **pretinha** respondeu: “Aguado? O leite de lá é tão forte que **Siá** Carlota precisa pô água nele, todo dia, pra destemperá”²¹ (grifamos).

Nestes acontecimentos, nota-se que entre Helena, Cesarina e Maria existiria um distanciamento marcado pela cor e pela raça. As meninas eram contemporâneas, dividiam a mesma idade, mas, naquele momento histórico, se diferenciavam pelo que Maria Luiza Tucci Carneiro denominou de “racismo moderno”, uma doutrina que afirmava “haver relação entre características raciais e culturais e que algumas raças [seriam], por natureza, superiores a outras”²².

No sentido da contribuição de Carneiro, se ficar entendido que os registros deste diário e, portanto, da mentalidade daquela sociedade formam em nós imaginários, por decorrência, passaremos a entender a gênese do racismo na atualidade. Esta busca Michel Foucault denominara de Ontologia Histórica do Presente²³. Mas sigamos com as passagens.

No relato do dia 26 de agosto daquele mesmo ano, eis o registro:

Eu e Luisinha gostamos tanto de crianças que a única distração que temos aqui na Cavahada é pajar os meninos dos vizinhos. Quando não encontramos **menino branquinho** carregamos mesmo os **negrinhos** da Chácara²⁴ (grifamos).

E em outro episódio, agora do dia 02 de novembro, registrando todo o imaginário racista de sua vizinha de nome “Siá Ritinha”:

Eu resolvi esse negócio de vestido curto dando uma volta para não passar na porta dela. Mas brincar de correr no Largo da Cavahada com minhas **colegas escuras**, eu não conseguia. Ela logo gritava e me dava uns ovos ou chuchus para mamãe e dizia: “Isto é para te **tirar da charola das negrinhas**. Já te disse que você não é menina para brincar com elas! E sua mãe não se importa, mas eu não consinto”²⁵ (grifamos).

Aqui, a autora faz referência a um diálogo com o seu pai. A data era 9 de novembro:

²¹ Morley, 1971, p. 23.

²² CARNEIRO, Maria Luiza Tucci. **O racismo na História do Brasil**. São Paulo: Àtica, 1995, p. 06 e 21.

²³ FERREIRA, Emerson Benedito; REINOL, Danilo Augusto. Criança, raça e imaginário social nos noticiários da segunda metade do dezenove. In: AUGUSTO, Diogo Luiz Lima; FREITAS, Patrícia Gonçalves de. **Memória em diálogo**. Rio de Janeiro: e-Publicar, 2021, p. 654.

²⁴ Morley, 1971, p. 54.

²⁵ Morley, 1971, p. 75.

Na escola de Mestra Joaquina eu não podia ter a menor briguinha com uma menina que ela não dissesse logo: “Meu avô não é como o seu que foi para o céu dos ingleses”. (...) Eu sofria muito quando as meninas diziam que ele estava no céu dos ingleses; falava a meu pai e ele dizia: “Responda a elas, minha filha, que é para lá que você também vai, que é **o céu dos brancos e não dos africanos**”²⁶ (grifamos).

Neste próximo evento, outra referência com dizeres racista, agora envolvendo o “Tio Joãozinho”. O fato é do dia 12 de novembro. Era um domingo:

42

Nunca gostei tanto na minha vida de uma coisa como a que aconteceu hoje a Emídio. Tio Joãozinho mandou-o levar uma carta ao Dr. Pedro Mata e ele voltou de cabeça quebrada. Foi mostrando a cabeça a tio Joãozinho e dizendo: “Olha o que o senhor me fez!” Tio Joãozinho perguntou: “Como foi isso?” Ele respondeu: “Foi o doido do Pedro Mata que me deu um pescoção e eu rolei pela escada abaixo.” Tio Joãozinho disse: “Quem sabe você lhe falou como está me falando, chamando-o de Pedro Mata?” Ele respondeu: “Como é que o senhor queria que eu falasse? Não **sou livre e tão bom como ele?**” Tio Joãozinho não pôde deixar de rir e disse: “Foi muito bem merecido esse tapa. Gostei de ver. Com mais alguns você aprenderá a **dobrar a língua para os brancos, negro sem vergonha**”. Eu também gostei, porque ele é muito intrometido. Emídio é um crioulo preguiçoso e esquisito. [...] ²⁷ (grifamos).

A próxima ocorrência envolve mãe da protagonista. A data seria o dia 10 de fevereiro. Era um sábado e o ano já era 1894. O registro também abrange questões de raça, cor e criança.

[...] Na outra noite a mesma coisa. Levantei-me e fiz como na véspera. No terceiro dia mamãe me segurou: “Não vá! Que bobagem é essa agora de passar as noites **pajeando negrinha?**” E não me deixou sair. A **negrinha** já tinha se acostumado comigo e não queria calar. Mamãe com raiva da coitadinha porque não deixava meu pai dormir. [...] e a **negrinha** gritando [...] Eu dou razão a mamãe de ficar zangada comigo. Mas que hei de fazer se não posso mudar meu gênio? Penso que se a menina fosse **branquinha** mamãe não se incomodava. Mas ela sempre ralha da gente **pajear negrinhos**. Que culpa tem os pobrezinhos de **serem pretos?** [...] ²⁸ (grifamos).

Aqui, podemos observar um relato ocorrido em 16 de fevereiro. Nele, Alice elege a cor que deve ser considerada bela:

²⁶ Morley, 1971, p. 77.

²⁷ Morley, 1971, p. 78.

²⁸ Morley, 1971, p. 93.

As **negras** da Chácara do tempo do cativo são **todas pretas**, mas não sei por que **saiu uma branca e bonita**. Chama-se Florisbela, mas nós a tratamos de Bela. Ela se casou com um **negro** que faz até tristeza. No dia do casamento houve uma mesa de doces e fazia pena ver Bela sentada perto do noivo, coitada. Marciano é o **negro** mais estimado da Chácara. Aprendeu ofício de ferreiro e entra na sala para cumprimentar vovó e minhas tias. Mesmo assim eu não queria que Bela casasse com ele. **Ela é tão bonitinha!** Parece até rosa camélia, **clara**, corada e com uns dentes lindos. No dia do casamento meu pai disse: “É um brilhante no focinho de um porco.” Todo mundo teve pena [...]”²⁹ (grifamos).

A questão da cor mais bela é refletida com bastante competência por Lia Vainer Schucman³⁰. Diz a autora que, a partir de Gilberto Freyre, temos no Brasil um tripé: “o branco colonizador”, o “negro escravo” e o “índio nativo”. Ensina ela que, no imaginário brasileiro, “é branca qualquer pessoa com feição branca, mesmo que sua ascendência esteja muito longe dos colonizadores brancos brasileiros”. E diz mais:

A linguagem e os significados compartilhados culturalmente funcionam como determinantes no processo de constituição de cada sujeito. Dessa forma, os conteúdos racistas de nossa linguagem, bem como a ideia de superioridade racial branca construída no século XIX, são ainda apropriados pelos sujeitos. E nesse movimento da constituição da consciência individual, os significados alheios se tornam sentidos próprios³¹.

Mas voltemos ao diário. Agora o acontecimento é de um sábado 18 de agosto de 1894. Novamente a escrita aponta questões raciais:

Meu pai e mãe sempre conversam em casa sobre a mania de vovó e Dindinha nunca passarem seu um **crioulinho** para criar e gostarem tanto **como se fosse branco**. Cada uma tem sempre o seu. Se aquele cresce já vem outro para o lugar. Vovó sempre **cria negrinhas** e Dindinha **negrinhos**. Quando são pequenos eu não me admiro, porque eu também gosto muito de menino pequeno e acha muita graça no Joaquim que Dindinha está criando agora. **Ela o manda fazer gracinhas para nós e ele é muito engraçadinho**. Mas **gostar de negrão** é que eu acho uma coisa esquisita [...]”³² (grifamos).

Outra passagem. Estamos agora em uma terça feira, 05 de março. O ano é 1895:

Hoje passou aqui em casa **uma pretinha** de Boa Vista, minha afilhada. A mãe tinha que vir à cidade e trouxe-a para me visitar. Deve estar com uns cinco anos, mas parece ter três, de tão mirradinha que está a acanhada. Não disse nada e nem ao menos respondia às perguntas. A mãe diz que ela é

²⁹ Morley, 1971, p. 95.

³⁰ SCHUCMAN, Lia Vainer. **Entre o Encardido, o Branco e o Branquíssimo: Branquitude, Hierarquia e Poder na Cidade de São Paulo**. São Paulo: Veneta, 2016, p. 122.

³¹ Schucman, 2016, p. 128.

³² Morley, 1971, p. 139.

assim mesmo, muito sossegada. Mas para mim aquilo é pancada ou falta de comida [...] ³³ (grifamos).

Alice, nesta anotação, reforça as contribuições de Jurandir Freire Costa³⁴ (1979) sobre “amas de leite”:

Hoje fui entrando pela casa adentro, morta de fome e via a porta da sala aberta e a sala cheia de gente. Olho e vejo em cima da mesa uma coisa tapada com um lençol. Mamãe foi dizendo: “É o Zézinho coitadinho!” Tomei um susto horrível, pois não há duas semanas que eu vi Zézinho brincando. Isto é, brincando, não; porque ele era menino muito sossegado. Nunca brincava. Ele só assistia ao brinquedo dos outros e só fazia uma carinha de riso. Este menino era filho de Mãe Tina, que **foi escrava** de mamãe e **deu de mamar a nós todos**. Ela e mamãe sempre tinham filhos ao mesmo tempo. **Mamãe não tinha leite; ela tinha e dava aos dois**. Mamãe parou de ter filhos e ela continuou até ter dois gêmeos, e por isso ficou fraca e morreu tísica. Dos gêmeos, Dindinha tomou um para criar. Ela perdeu a filhinha que teve, de ano e meio, e hoje gosta de **criar negrinhos**; já criou uns quatro. [...] Ele sofria de uma moléstia que as negras da Chácara chamam de fome canina. Ele ou havia de estar comendo ou resmungando. [...] ³⁵ (grifamos).

Nas datas de 25 de maio e 23 de julho, temos os seguintes acontecimentos:

Hoje tive pena de Siá Ritinha. [...] Siá Ritinha veio desabafar com mamãe. Desde que o macaco morreu, Inhá não tem mais distração. O Ciriaco, um **mulatinho** que elas criaram, deu para tão ruim, que **até furta dinheiro** quando vai receber as contas dos soldados. **Castigo, pancada, deixá-lo sem comida**, nada adianta. Perdeu a vergonha de um jeito o tal **moleque**, que ela e Inhá não sabem mais o que fazer [...] ³⁶ (grifamos).

Ultimamente eu andava com pena de tia Aurélia, pela luta que ela tinha com uma alugada que trazia a vida dela num inferno; era malcriada **porca, burra, idiota e ruim**, e minha tia vivia infeliz com a **demônia**. [...] Hoje eu faltei à aula de Desenho e corri para o café na casa da minha tia. Logo que nos sentamos na mesa, tia Aurélia foi dizendo: "Vou lhes dar uma notícia ótima. Fiquei livre da Isabel." Todos perguntamos: "como foi que a senhora conseguiu?" Ela disse: "**Dei-lhe uma surra**, ela ficou com medo, carregou a trouxa e foi-se, graças a Deus." Os primos todos disseram ao mesmo tempo: "Que absurdo a senhora fez, mamãe! **Ela é uma negra forte e doida** e a senhora tão pequena e magra; podia ter-lhe batido e machucado muito." E até matado!" ³⁷ (grifamos).

³³ Morley, 1971, p. 181.

³⁴ COSTA, Jurandir Freire. **Ordem médica e norma familiar**. Rio de Janeiro: Graal, 1979, p. 255-256. Diz o autor: “Inúmeras hipóteses podem explicar o hábito do aleitamento infantil por escravas. Pode-se admitir que o casamento em idade precoce impedisse muitas jovens mães de amamentarem por não disporem de condições físicas para tanto. É o ponto de vista sustentado por Imbert em seu Guia Médico”.

³⁵ Morley, 1971, p. 190.

³⁶ Morley, 1971, p. 203.

³⁷ Morley, 1971, p. 215.

Fechando esta chave de análise, Lilia Ferreira Lobo³⁸ dirá que o século XIX foi incrivelmente cruel com os negros, pois a “biologização da vida que acarretou a naturalização das diferenças como raça” justificaria sua escravidão e colocá-los-ia como inoperantes para o trabalho quando em liberdade. Neste contexto, o negro “figurava sempre no último lugar da inferioridade humana, do ponto de vista intelectual (menos evoluído, retardado), moral pervertido, degenerado) e físico (mais sujeito a doenças)”.

Eivado pelo racismo científico, era o que registraria o psiquiatra Henrique Brito de Belford Roxo no ano de 1904:

Em consequência da abolição da escravatura que veio modificar abruptamente os hábitos dos negros que compunham a vasta mole dos escravos, encontraram-se eles da noite para o dia livres das peias com que os fazendeiros lhes aguilhoavam os ímpetos de liberdade. Desencadearam-se em avalanche pela sociedade, expandiram-se em sua pujança de livres. Dentro em pouco, porém, a fome os torturava e a luta pela vida os compelia a se entregarem aos que, **superiores em evolução**, lhes podiam propinar trabalho e pão. Sucedia, no entanto, que **a organização da família neles não existia**, e assim as mulheres de energia mais reduzida, de atividade menos intensa, tiveram de baquear. **Entregaram-se ao álcool e à devassidão; tornaram-se alienados** em mais alta escala. [...] Estudando a relação entre **alienação mental na raça preta** e nas outras, temos a consignar que, se naquela **o cérebro não evoluiu de modo completo e a herança vai transmitindo esta condição meoprágica**, há também a considerar mais restrita e orbita de suas aspirações, ser menos acentuada a sua excitação cerebral pelos acidentes que constituem a vida intelectual. **Gastam menos o cérebro que os brancos**, que neles vão buscar os elementos com que se guiam em prol da vitória na concorrência vital³⁹ (grifamos).

Em análise, pode-se dizer que tanto Ciriaco quanto Isabel passariam, daquele momento em diante, a figurarem em uma categoria que a mentalidade daquele momento nominaria de Classe Perigosa. Era o racismo científico com absoluta força no pós-abolição.

Desde meados do século XIX, os chamados ‘desvios’ foram compreendidos a partir de duas causas: degeneração de fundo hereditário e produto da desordem social causada pelas grandes e profundas transformações históricas. A própria ideia de degeneração explicitada por Bénédict-Augustin Morel em seu Tratado sobre Degenerações Físicas, Intelectuais e Morais (1857) surgiu a partir de sua vinculação aos supostos efeitos do progresso, da urbanização e da industrialização. A degenerescência foi definida pelo estudioso francês como uma síndrome específica de declínio psiquiátrico que ocorria em famílias [...] as em fins do século, os intelectuais brasileiros

³⁸ Apud FERREIRA, Emerson Benedito. **Criança negra e cotidiano jurídico na Ribeirão Preto do Final dos Oitocentos**. Tese de Doutorado em Educação. São Carlos, Universidade Federal de São Carlos UFSCar, 2019, p. 197.

³⁹ Apud Ferreira, 2019, p. 125.

CRIANÇA E INFÂNCIA NEGRA NAS ESCRITAS DE HELENA MORLEY

usavam o termo de forma ampla, associando o declínio familiar à mistura racial, portanto, o controle da sexualidade e a construção da nação⁴⁰.

Caminhando pelas laudas do Diário, sobre a data de 13 de maio, Diz Helena:

[...] Vovó sempre se queixa que a **Lei de Treze de Maio** serviu para dar liberdade a todo mundo menos a ela, que ficou com a casa cheia de **negros velhos, negras e negrinhos**⁴¹ (grifamos).

[...] Eu ainda me lembro de quando chegou a notícia da **Lei de Treze de Maio**. Os **negros** todos largaram o serviço e se ajuntaram no terreiro, dançando e cantando que estavam livres e não queriam mais trabalhar. Vovó, com raiva da gritaria, chegou à porta ameaçando com a bengala e dizendo: “Pisem já de minha casa pra fora, seus tratantes! **A liberdade veio não foi pra vocês não, foi pra mim!** Saiam já!” Os **negros** calaram o bico e foram para a senzala. Daí a pouco veio Joaquim Angola em nome dos outros pedir perdão e dizer que todos queriam ficar⁴² (grifamos).

46

E na terça feira, 04 de junho, registraremos a passagem final para este trabalho:

Que pena que Lucas seja tão espirituoso e tão mau. Não se pode apreciar as graças dele pois são sempre de maldade. [...] Fomos ao jantar de Lucas. Ele nos recebeu com uma cara que eu já conheço de sobra quando quer fazer alguma maldade. Mas nada desconfiei. [...] Chegou a cozinheira e pôs na mesa a tal paca. Todos dissemos: “Que é isto? Parece um menino assado!”. Lucas não disse nada porque caía de rir. Reparámos melhor e vimos que era um macaco. Ninguém mais pôde acabar de jantar porque **parecia um crioulinho assado e nos fez nojo** [...] ⁴³ (grifamos).

Algumas reflexões e considerações finais

Em 2018, Sílvio Luiz de Almeida publicaria “O que é racismo estrutural”. É impensável tecer reflexões sobre as passagens do Diário de Alice Brant (Helena Morley) sem compassar aspectos desta obra. Para o autor:

[...] O racismo é sempre estrutural [...] ele é um elemento que integra a organização econômica e política da sociedade. O racismo fornece o sentido, a lógica e a tecnologia para as formas de desigualdade e violência que moldam a vida social contemporânea. De tal sorte, todas as outras classificações são apenas modos parciais -, portanto, incompletos – de conceber o racismo⁴⁴.

⁴⁰ Apud Ferreira, 2019, p. 122.

⁴¹ Morley, 1971, p. 95.

⁴² Morley, 1971, p. 167.

⁴³ Morley, 1971, p. 265-266.

⁴⁴ Almeida, 2018, p. 15 e 18.

E ainda:

Podemos dizer que o racismo é uma forma sistemática de discriminação que tem a raça como fundamento, e que se manifesta por meio de práticas conscientes ou inconscientes que culminam em desvantagens ou privilégios para indivíduos, a depender do grupo racial ao qual pertencem⁴⁵.

Aqui, as análises de Almeida encontram Ariès e Farge. O diário de Alice Brant (Helena Morley) espelha a mentalidade de uma época. As oralidades ali registradas e reprimidas durante anos por vezes flutuam e evocam dizeres que, mesmo ditos de maneira inconsciente⁴⁶, espelham nossa contemporaneidade. E ela é racista.

No Brasil, o racismo desenvolveu-se de forma particular, porque o Estado nunca o legitimou, mas foi e ainda é presente nas práticas sociais e nos discursos, ou seja, aqui temos um racismo de atitudes, porém não reconhecido pelo sistema jurídico e também negado pelo discurso de harmonia racial e não racialista da nação brasileira. [...] Ainda que todas as evidências apontem o racismo como explicação para as desigualdades raciais, o racismo brasileiro tem a especificidade de, em maior ou menor grau, ser velado e sutil⁴⁷.

Em uma rápida análise, notamos que o diário possui cerca de oitenta e três dias registrados com ao menos uma destas palavras: crioulo, negrinha, negra, negras, pretinha, ex-escrava, negro, negros, negro virar branco, negros da chácara, negra da casa, carregar negrinhos, negrinho de senzala, as escravas, dobrar a língua para os brancos, pajeando negrinha, se a menina fosse branquinha, preta e feia, negros sabem ler, santa dos pretos, mulata, mascar fumo como as negras, filhas de pretas, Joaquim Angola negro, negros de cá, negros felizes, negros sem ter para onde ir, uma pretinha, mulatinho, crioulinho assado, negraria, meninos pretos e burros, mulata, gente preta, dentre outras.

Ora, se as escritas de Alice permitem-nos conhecer o ponto de vista dos desvalidos, dos pobres, dos ex-escravos, dos esfomeados e também dar voz a algumas crianças como tão bem exprimiu Roberto Schwarz(1997), não se pode negar que são tristes registros de uma

⁴⁵ Almeida, 2018, p. 25.

⁴⁶ SCHWARZ, Roberto. **Duas meninas**. São Paulo; Companhia das letras, 1997, p. 132. Neste sentido: “A condução anti-convencional da prosa alimenta-se também do realismo da experiência infanto-juvenil e familiar, que sob o signo do esclarecimento - e do momento histórico - escapam à estreiteza que lhes é própria. A pertinência literária chega através de certa agregação de interesses: a escrita da menina faz com que o ponto de vista dos desvalidos, dos parentes pobres, dos ex-escravos, das mulheres, do trabalho, dos esfomeados, dos bichos, bem como da própria criança escape ao mutismo e se defronte com as regras da propriedade e da autoridade. São as energias misturadas da negação e da acomodação que somam e se canalizam com espontaneidade através da verve da escritora”.

⁴⁷ Schucman, 2016, p. 97.

sociedade que desde sempre se pretendeu hierarquizada, usando da raça como pedra de toque para esse intento.

No tocante à criança e à infância, estas escritas escancararam como nunca a diferença aplicada por aquela sociedade aos corpos pretos e aos corpos brancos. Não há ali nenhum registro que os iguale. E mesmo que a autora lance, em muitas oportunidades, um olhar caridoso para com aqueles corpos, ela mesma, muitas vezes sem intencionar, os coloca em degraus diverso.

Nesta chave de análise, podemos dizer que do estudo do diário:

[...] emergiam duas linhas distintas de crianças, a branca e a negra. Duas infâncias que jamais se encontrariam: a infância negra e a infância branca. [...] Suas histórias descrevem duas vias, que jamais se encontrarão. [...] E assim, com o andar do tempo, a criança negra – do nascimento à puberdade –, será sempre excluída desta ideia de “ser criança”⁴⁸.

⁴⁸ FERREIRA, Emerson Benedito; ABRAMOWICZ, Anete. **O racismo na infância e a infância do racismo: vida e rastros de uma criança negra.** *Pro-Posições*, Campinas, SP, v. 33, 2022.

É MELHOR PREVENIR E REMEDIAR: profilaxia e tratamento de verminoses, tracoma e sífilis em crianças em Teresina (1930-1940)

Ana Karoline de Freitas Nery¹

RESUMO

Este artigo analisa a profilaxia e o tratamento de verminoses, tracoma e sífilis na infância em Teresina, nos anos 1930 e 1940. No período, prevenir e tratar as doenças que se manifestavam nas crianças, envolvia tentativas de campanhas educacionais, medidas profiláticas em escolas e instituições de saúde e a atuação médica, todas gerenciadas pelo governo, que tinha como um dos planos públicos de saúde, enfrentar as mazelas que atingiam crianças pobres a partir de uma dinâmica de saúde centralizadora. A metodologia utilizada consistiu na sistematização de bibliografia relativa ao tema e análise do Jornal Diário Oficial do Piauí, de Códices de Saúde, de Revistas da Associação Piauiense de Medicina, além de Mensagens e Relatórios governamentais. Concluiu-se que o enfrentamento dessas doenças envolvia um plano de saúde nacional, que à época, visava a promoção da saúde dos infantes como um bem público e que propiciasse indivíduos fortes e saudáveis.

Palavras-chave: Tratamento Profilaxia. Verminoses. Tracoma. Sífilis. Crianças.

IT IS BETTER TO PREVENT AND REMEDY: prophylaxis and treatment of childhood worms, trachoma and syphilis in Teresina (1930-1940)

ABSTRACT

This article analyzes the prophylaxis and treatment of worms, trachoma and syphilis in childhood in Teresina, in the 1930s and 1940s. health institutions and medical activities, all managed by the government, which had, as one of the public health plans, to face the ills that affected poor children based on a centralized health dynamic. The methodology used consisted of the systematization of the bibliography related to the theme and analysis of the Official Journal of Piauí, of Health Codices, of Magazines of the Piauiense Medicine Association, in addition to Government Messages and Reports. It was concluded that the fight against these diseases involved a national health plan, which at the time, aimed at promoting the health of infants as a public good and that would provide strong and healthy individuals.

Keywords: Treatment Prophylaxis. Worms. Trachoma. Syphilis. Children.

¹ Doutoranda em História do Brasil pela Universidade Federal do Piauí- UFPI. Mestre em História do Brasil pela Universidade Federal do Piauí-UFPI (2021). Desenvolveu pesquisa intitulada Políticas Públicas de saúde, doenças e medicamentos em Teresina durante as décadas de 1930 e 1940. Pós graduação em História Sócio -Cultural pela FAMEP (2016). Possui graduação em Licenciatura Plena em História pela Universidade Estadual do Piauí - UESPI (2016).

É MELHOR PREVENIR E REMEDIAR: profilaxia e tratamento de verminoses, tracoma e sífilis em crianças em Teresina (1930-1940)

ES MEJOR PREVENIR Y remediar: profilaxis y tratamiento de lombrices, tracoma y sífilis en niños de Teresina (1930-1940)

RESUMEN

Este artículo analiza la profilaxis y el tratamiento de las lombrices, tracoma y sífilis en la infancia de Teresina, en las décadas de 1930 y 1940. Instituciones de salud y actividades médicas, todas gestionadas por el gobierno, que tenía como uno de los planes de salud pública, hacer frente a la males que afectaban a los niños pobres a partir de una dinámica sanitaria centralizada. La metodología utilizada consistió en la sistematización de la bibliografía relacionada con el tema y análisis del Diario Oficial de Piauí, de Códices de Salud, de Revistas de la Asociación Piauiense de Medicina, además de Mensajes e Informes de Gobierno. Se concluyó que la lucha contra estas enfermedades implicaba un plan nacional de salud, que en su momento, tenía como objetivo promover la salud de los lactantes como un bien público y que proporcionara individuos fuertes y sanos.

Palabras clave: Tratamiento Profilaxis Gusanos. Tracoma. Sífilis. Niños.

Introdução

Em Teresina, durante as décadas de 1930 e 1940, atuaram políticas públicas de saúde, a partir da ação do Estado, na busca de uma organização da saúde pública, empenhadas no cuidado de doenças que se alastravam na cidade. Isto posto, mediante medidas que se delineavam a partir de projetos de saneamento da cidade, profilaxia, tratamentos em instituições de saúde e em ações de educação sanitária organizados especialmente pelo corpo médico da capital, em parceria com o Estado (NERY,2021). Essas iniciativas eram fundamentadas em uma política nacional de saúde, que, durante esse período, procurou centralizar ações referentes à saúde, inspecionando, criando e especializando agentes, órgãos e instituições (BATISTA, 2011).

Dentre o público assistido por essas ações, estavam as crianças. A ampliação de políticas públicas materno-infantis nas décadas de 1930 e 1940, fazia parte dos planos de governo e de medidas que remetiam à saúde como um bem público (CARDOSO, 2010; MORAES, 2014; MARINHO, 2018). Portanto, entre as doenças que acometiam com recorrência os infantes estavam: as doenças do aparelho digestivo e respiratório, doenças do aparelho ocular e doenças sexualmente transmitidas hereditariamente, sendo aqui destacadas: verminoses, tracoma e sífilis.

Assim, abordaremos, neste artigo, a profilaxia e o tratamento de verminoses, tracoma e sífilis na infância, em Teresina, durante as décadas de 1930 e 1940. Nesse momento, assistir, prevenir, tratar e remediar as doenças que se manifestavam nas crianças, envolvia tentativas de

campanhas educacionais, medidas profiláticas em escolas e instituições de saúde e a atuação médica, todas agenciadas pelo governo, que tinha como um dos planos públicos de saúde, enfrentar as mazelas que atingiam crianças pobres, a partir de uma dinâmica de saúde centralizadora.

Medidas de educação sanitária e médicas contra verminoses, tracoma e sífilis em infantes

No Piauí, o ano de 1931 marca a reorganização da Diretoria de Saúde Pública do Estado.²Embora deficitária e destinada a medidas que iniciariam naquele momento, a Diretoria evidenciava a relação de vários agentes do Estado, de órgãos e instituições, que, juntos, objetivavam interesses em comum, que atuavam na tentativa da criação de uma “verdadeira instituição da saúde no país”, com “ampla infraestrutura que contava com hospitais, centros de saúde e postos de higiene, ao lado da intensa formação de especialistas em saúde”(BATISTA,2011, p.25).

As ações desenvolvidas, a partir da Diretoria de Saúde Pública, eram direcionadas ao controle e ao conhecimento de diversas doenças, que em determinadas regiões do Estado manifestavam-se de maneira endêmica ou se alastravam com facilidade, gerando surtos epidêmicos.

Entre as endemias que marcavam a capital, Teresina, as verminoses ocupavam o cenário e acometiam boa parte da população. As condições sanitárias da cidade eram propícias à presença recorrente da doença nos indivíduos, principalmente aqueles que não gozavam de higienização necessária em suas moradias e, além disso, pioravam esse quadro as constantes cheias dos rios Parnaíba e Poti (NERY,2021).

Um grupo que era muito afetado pela moléstia eram as crianças, porém, nas duas primeiras décadas do século XX, poucas eram as iniciativas de saúde que contemplavam especificadamente os infantes. Em trecho memorialístico de sua infância, Buggy Brito acentua:

Estivemos na rua São Pedro de outubro de 1918 a agosto de 1919. Era uma casa de palhas, de esquina, tendo um excelente quintal, bem plantado e cercado de estacas de unhas de gato em forma de faxina. Nela morreu o meu irmão Benedito, que tinha nascido a 24 de maio de 1916, no Zurich, nela

²A Diretoria de Saúde Pública do Estado foi criada através do decreto n. 89 do dia 6 de setembro de 1898, durante o governo de Raimundo Arthur de Vasconcelos. (APEPI, 1899). Na década de 1930, são organizados os serviços sanitários do Estado, decretando o regulamento anexo para a Diretoria de Saúde Pública – a cujo cargo ficam outros serviços.

É MELHOR PREVENIR E REMEDIAR: profilaxia e tratamento de verminoses, tracoma e sífilis em crianças em Teresina (1930-1940)

nascera outro irmão meu, em 24 de janeiro de 1919, que recebera o nome de Benedito devido o primeiro ter falecido [...]. O segundo Benedito veio a morrer 11 meses após o seu nascimento, quando nós estávamos noutra casa, sita à Rua Grande (Rua Alvaro Mendes) [...]. Ambas as crianças eram alouradas, robustas, chamadas na intimidade com o apelido de Bidô e receberam a minha ajuda no trato diário, eis que fui um auxiliar de minha mãe na criação de seus filhos. A causa mortis de cada uma falava em infecção intestinal. Seria a água o fator influente na doença? (BRITO, 1977, p. 171-172).

A partir do trecho de memória, é possível averiguar que durante o recorte temporal evidenciado, que o motivo da causa morte das duas crianças da mesma família é dado à infecção intestinal. A pouca estrutura sanitária da cidade fazia com que a qualidade da água que chegava às casas fosse precária, tendo a possibilidade do infestamento de vermes e bactérias, o que ocasionava mortes em pessoas com o organismo debilitado pela falta de nutrientes e pela limitação sanitária nos locais em que moravam. Nesse momento, as doenças que acometiam o aparelho digestivo das crianças eram comumente associadas às verminoses, embora não houvesse precisão no diagnóstico, devido à falta de exames precisos e espaços de saúde onde fossem efetivadas medidas profiláticas contra a doença.

Portanto, a primeira ação incisiva do governo, em Teresina, para o tratamento das verminoses, seria com a construção do Posto Sanitário, em 1921. Conforme apontava o governador Eurípedes de Aguiar, um ano antes da inauguração do posto: “quanto às verminoses, eu vos lembro que devemos começar pela montagem de um posto sanitário em Teresina, com recursos estritamente necessários ao diagnóstico e tratamento dessas entidades mórbidas” (PIAUI, 1921, p.44).

O Posto Sanitário ofertava serviço ambulatorial e domiciliar, no ano de inauguração. Das “1086 pessoas examinadas, 952 eram portadoras de vermes, e apenas 134 se apresentaram imunes, donde se deduz a alta porcentagem – maior de 87% – das verminoses” (PIAUI, 1921, p.42). Os indivíduos diagnosticados com verminoses eram medicados e orientados a ir ao Posto para administração de uma segunda dose de medicação (sulfato ferroso) e para a feitura de exames, caso fosse necessário novamente. Acreditava-se que a ida dos guardas sanitários às casas era o método de tratamento mais eficaz, uma vez que isso já vinha sendo operado em outros estados através da Fundação Rockefeller, porém, com os poucos recursos que o Piauí possuía, era mínimo o número de guardas para fazer exames em toda a cidade, já que apenas alguns bairros eram contemplados (PIAUI, 1921). Isso nos leva a crer que, certamente, os números de acometidos pela moléstia eram bem maiores, pois nem todos os bairros eram visitados.

Além disso, o Posto se encarregava de fazer uma profilaxia preventiva e educação higiênica das verminoses com a distribuição de cartilhas que continham vários ensinamentos sobre a vida e a penetração dos vermes no corpo humano, os sintomas das doenças causadas por verminoses e a medicação adequada (PIAUÍ, 1924).

Essas ações iniciantes do governo para o tratamento de verminoses eram destinadas ao público em geral, não havendo ainda medidas que fizessem uma profilaxia específica para o público infantil. Além disso, embora a doença fosse diagnosticada em números alarmantes, ainda eram ineficientes as ações estabelecidas no momento, devido especialmente à falta de recursos que pudessem atender um maior número de indivíduos, bem como médicos especialistas e laboratórios para os exames.

Todavia, é no contexto das décadas de 1930 e 1940 que, “as endemias rurais e as doenças transmissíveis mantiveram-se, entretanto, como principal foco dos agentes públicos, e muitas vezes definiram prioridades e orientaram as estratégias de ação e o perfil da população-alvo das políticas públicas de saúde” (FONSECA, 2007, p.51). Assim, as doenças e endemias tornar-se-iam, ainda, mais preocupantes para os médicos e o Estado.

Com o governo Vargas, elas seriam inseridas “em um projeto mais amplo de definição de políticas públicas de saúde, conduzido por um organismo nacional de nível ministerial e agregando novos atores para o seu combate” (FONSECA, 2007, p.52).

Dessa forma, com um acordo restabelecido em 1929 entre o Serviço de Saneamento Rural do Estado e o Departamento Nacional de Saúde Pública, foi inaugurado um novo estabelecimento no Piauí, o Centro de Saúde Clementino Fraga. Ele estava dividido em dois postos, o Posto de Saneamento Rural, que tratava das verminoses e do paludismo e o Dispensário de Doenças Venéreas (PIAUÍ, 1930). E, durante a década de 1930, o Posto de Saneamento Rural foi dividido em três seções, João Virgílio, Ribeiro Gonçalves e Arêa Leão, sendo a primeira delas era responsável pela profilaxia e o tratamento das verminoses e do impaludismo.

Com o surgimento da seção João Virgílio, eram ofertados exames de sangue, fezes, muco nasal e escarro, atendendo junto aos adultos o público infantil. E, quando necessário, eram feitos exames completos de urina, sendo estabelecida uma tabela para os doentes que podiam pagar, e, de acordo com o rendimento do laboratório, era dada uma gratificação aos funcionários que fizessem os exames (PIAUÍ, 1933).

Além da ação institucional da seção João Virgílio, o Instituto Alvarenga, instalado em Teresina, em 1932, entre as três seções existentes, tinha uma destinada aos exames

É MELHOR PREVENIR E REMEDIAR: profilaxia e tratamento de verminoses, tracoma e sífilis em crianças em Teresina (1930-1940)

microbiológicos, ofertando boas pesquisas sobre os focos de vermes na cidade. Com a nova organização da Saúde Pública durante a década de 1930, foi criado o Serviço de Polícia Sanitária e Polícia em Fôcus. Esse ficava encarregado de realizar visitas às casas e inspeções sanitárias (NERY, 2021). Essas medidas continuavam a atender o público em geral, não possuindo referência a ações mais específicas destinadas ao público infantil.

Todavia, iniciativas mais voltadas para a infestação da doença em crianças, foram colocadas em prática alianças entre médicos e o Estado, a partir de pesquisas e estudos biológicos da natureza de alguns vermes e da aplicabilidade de ações feitas por inspetores médicos escolares em algumas escolas públicas.

Em publicação denominada “Infestação por Helmintos intestinais em crianças de idade escolar em Teresina”, de 1936, de autoria do médico Cândido da Silva, chefe de serviço do Instituto Alvarenga, é mencionada a parceria estabelecida com o Dr. Oséas Gonçalves Sampaio, inspetor médico escolar de Teresina, sobre a realização de exames de fezes em crianças matriculadas em escolas da rede pública da capital.

Os exames eram feitos a partir da coleta das fezes de crianças de 7 a 12 anos, matriculadas. Eis os dados relativos a 1936: 1.865 exames de fezes, dos quais 229 foram negativos (12%) e 1.636 foram positivos (88%) (SILVA, 1936, p.4). As crianças dos subúrbios de Teresina apresentaram alto percentual de infestação de helmintos. As escolas, cujas crianças realizaram exames, com os referidos percentuais de contaminação, foram as seguintes: escolas suburbanas - Grupo Escolar Mathias Olímpio (94,4%); Grupo Escolar Domingos Jorge Velho (94,3%); Grupo Escolar Miguel Borges (94,0%); Grupo Escolar Gabriel Ferreira (92,2%) e Grupo Escolar João Costa (92,2%); escolas centrais - Grupo Escolar Theodoro Pacheco (84,9%); Grupo Escolar João Luís Ferreira (83,5%); Grupo Escolar Barão de Gurguéia (75,2%) e Escola Modelo (75,0%) (SILVA, 1936, p.8).

Após a averiguação dos exames realizados nas escolas localizadas nas diferentes regiões da cidade, o médico Cândido Silva referiu-se à eficiência das medidas tomadas pelo Posto Sanitário e pelas campanhas de educação sanitária. Essas medidas serviam para explicar as variações existentes no público de crianças que frequentavam as escolas do centro da cidade, em relação as que integravam os subúrbios. Segundo o médico:

As crianças que frequentam as escolas centrais são, na sua grande maioria, filhas de pessoas a quem não faltam conhecimentos dos malefícios causados pelas verminoses e que, sendo, em média, de nível econômico e intelectual regular, realizam o que é possível quanto ao diagnóstico e tratamento da doença, por isso, essas crianças são menos parasitadas (SILVA, 1936, p.9).

Como evidencia Marinho (2018), essas iniciativas acabavam por fazer o atendimento apenas de crianças que tinham o acesso à educação formal, aquelas que não frequentavam escolas estavam fora dessas medidas especializadas na profilaxia e tratamento da doença. Além disso, a higiene sanitária da cidade era um fator importante para a não infestação de verminoses nos indivíduos, havendo maiores iniciativas também nas regiões centrais, que acabavam por receber mais reformas estruturais, bem como vistorias de inspetores de higiene.

Integrando essas medidas, o serviço de Educação Sanitária e Higiene das Habitações atuante entre as décadas de 1930 e 1940, muito operava na fiscalização das condições de água instaladas e fossas biológicas, nas casas, o que gerava uma ampla proliferação de vermes, quando mal aparelhadas. Esses estabelecimentos e serviços ofertados pela Diretoria de Saúde pública atuavam no combate às verminoses de forma constante, embora esse tipo de moléstia permanecesse presente nas cidades, principalmente por questões de falta de hábitos higiênicos e dada à precariedade das condições financeiras e das habitações de boa parte da população.

Diante desse quadro das principais moléstias que atingiam as crianças, ocorreu, em 1929, a renovação de um acordo entre o Departamento Nacional de Saúde Pública e os serviços de saúde do Piauí. Os tratamentos de doenças ficavam, portanto, confiados somente ao serviço de Saneamento Rural, em parceria com o governo federal. Esse serviço continuaria no combate das doenças que mais afligiam a população, tendo destaque: verminose, paludismo, tracoma e raiva (PIAÚÍ,1930).

No que diz respeito ao tracoma, no ano de 1929, para o tratamento dos acometidos, criou-se o Posto Anti-Tracomatoso Moura Brasil, com ênfase nas crianças, público em que havia uma alta incidência da doença. O posto foi instalado em conjunto aos serviços públicos escolares (PIAÚÍ, 1930).

Com a renovação do acordo entre o governo estadual e o federal, um dos serviços criados e colocados, em prática, foi o de combate ao tracoma, que, naquele momento, intensificava seu curso ano a ano, principalmente, entre as crianças. O serviço do Posto naquele momento oferecia apenas consultas e exames. Caso surgisse a necessidade de cirurgia, por entendimento do Chefe do Serviço de Saneamento e do Provedor da Santa Casa de Misericórdia, o paciente seria internado na Santa Casa para a realização do procedimento (PIAÚÍ, 1930, p.70).

O movimento do Posto Anti-Tracomatoso Moura Brasil, em 1929, ano de inauguração foi o seguinte: pessoas examinadas (5833); tracomatosos (1228); consultas para outras afecções oculares (1190); intervenções cirúrgicas (27); doentes atendidos (26311); altas (340); e média

É MELHOR PREVENIR E REMEDIAR: profilaxia e tratamento de verminoses, tracoma e sífilis em crianças em Teresina (1930-1940)

de doentes atendidos por dia (123) (PIAUÍ,1930).

Tratava-se da primeira ação mais engajada pelo Estado para o tratamento do tracoma. Pelo número de pessoas examinadas, podemos constatar que era uma doença que prevalecia entre os indivíduos. Outras ações foram intensificadas em anos posteriores. Em 1931, foi inaugurada uma inspetoria de Higiene Escolar e a Inspetoria Médico Escolar, que criaram uma seção no Posto de Saneamento denominada “Ribeiro Gonçalves”, que ampliava o tratamento aos tracomatosos, oferecendo serviços mais específicos, inclusive os cirúrgicos. Além disso, era crescente o número de atendimentos aos doentes de outros estados. No Relatório de saúde pública de 1931, lê-se: “assim nos tem aparecido tracomatosos do Ceará, Maranhão e, principalmente, do sul do estado; de Uruçuí, de Picos, de Valença e de São Raimundo Nonato” (PIAUÍ,1932).

O serviço de Higiene Escolar, agindo em consonância com o ambulatório anti-tracomoso Ribeiro Gonçalves, ampliou medidas para o cuidado com as crianças. Nas matrículas da seção Ribeiro Gonçalves, mais de dois terços são representadas por crianças, em geral em idade escolar, o que faz ressaltar a importância da inspeção escolar no ponto de vista da profilaxia do tracoma (PIAUÍ,1932).

As escolas que passaram a comparecer à seção Ribeiro Gonçalves, em busca do serviço de Higiene Escolar, foram as seguintes: Escola Modelo, os Grupos Escolares: Antonino Freire, Abdias Neves, Barão de Gurgueia, Teodoro Pacheco, Matias Olimpio e Miguel Borges, num total de 1.152 alunos (PIAUÍ,1932). Dirigia essa inspetoria o Dr. José Epifânio de Carvalho, que, estando licenciado, foi substituído pelo Dr. Oséas Gonçalves de Sampaio.

De acordo com Joseanne Marinho, devido aos altos índices de crianças contaminadas, ocorre a tentativa de dificultar o avanço da doença no meio escolar. Assim, foi designada uma única escola para a matrícula dos doentes, que passaram a ser atendidos no Posto Abreu Fialho. Ainda segundo a autora, essa iniciativa foi pioneira no Piauí, pois seria o primeiro serviço especializado ao atendimento da criança, implementado pelo Estado, embora diagnosticando e tratando apenas uma doença. (MARINHO, 2018).

No ano de 1936, os serviços da inspetoria médico escolar para o tratamento do tracoma continuavam a contemplar um contingente de pessoas. Porém realçava-se a necessidade da oferta de exames oftalmológicos feitos por “médicos especialistas e de muitos outros recursos que estão sendo postos em prática nos meios escolares, apoiadas nos modernos ensinamentos de fisiologia” (PIAUÍ,1937).

Com a instalação do Centro de Saúde de Teresina (1938), foram ampliadas as atividades, passando a instituição a atender aqueles que procuravam o serviço no estabelecimento. No *Humana Res*, v. 5, n. 7, 2023, ISSN: 2675 - 3901 p. 49 – 65, jan. a ago. 2023. DOI 10.29327/2151838.5.7-4

entanto, os números de crianças tracomatosas atendidas continuavam altos. A doença se espalhava por diferentes regiões do Estado, além da capital, estando presente em União, Valença, Picos, Amarante, São Pedro, Altos, Uruçuí, São Raimundo Nonato, São João do Piauí, José de Freitas, Barras, Alto Longá, Pedro II, Parnaíba, Piripiri, Campo Maior, Castelo do Piauí, São Benedito, Floriano, Jerumenha, Oeiras, Simplicio Mendes, Jaicós e Corrente. O Centro de Saúde atendia inclusive a um público de adoentados de outros estados como o Amazonas, Pernambuco, Ceará e Maranhão (CARVALHO, 1939).

Em função disso, a partir do ano de 1948, foi realizada uma parceria entre o governo do Piauí e a “Divisão de Organização Sanitária (DOS), do Ministério da Saúde, melhorando-se então a aparelhagem e a qualidade do serviço, que começou a se estender pelo interior, pelos municípios de Pedro II, Piracuruca e Oeiras” (PORTO, 2019, p.233).

Outras doenças que acometiam com recorrência os infantes, durante o período, eram as doenças sexualmente transmitidas hereditariamente, sendo aqui abordada a sífilis congênita.

A virada do século XIX para o século XX acabou provocando uma mudança na percepção da nosologia da sífilis (SANGLARD, 2008). A interdição médica com a tentativa de tratamentos eficazes referentes a essa doença era uma medida estabelecida, desde o início do século XX, quando foram surgindo descobertas para a melhora ou cura da moléstia em seus portadores, inclusive, em crianças. Segundo Elizangela Cardoso, com o olhar e incidência médica sobre a criança a partir da década de 1930, o “corpo infantil, em princípio, seria caracterizado pela hereditariedade. O cordão umbilical para além de elo entre mãe e filho, representaria a herança patológica” (CARDOSO, 2017, p. 321).

No que tange à sífilis congênita, além dos alertas feitos à população por médicos através da imprensa jornalística e da oferta de serviços em clínicas particulares, as instituições de saúde também atuavam através da profilaxia medicamentosa e de tratamentos realizados em instituições como a Santa Casa de Misericórdia, o Dispensário Arêa Leão, o Centro de Saúde de Teresina e o Hospital Getúlio Vargas (NERY, 2021).

Enfatizaremos as medidas tomadas por médicos através da imprensa e de exames ofertados em consultórios e clínicas, na busca da profilaxia, tratamento e cura da sífilis em crianças. Nesse sentido, durante as décadas de 1930 e 1940, era divulgado na imprensa um sistema adotado pelos médicos através da solicitação de exames durante as consultas no período da gestação. Procurava-se, estabelecer a prevenção da saúde e a manutenção da vida no período de sua gestação. Além disso, a intenção também era de propagar um alerta à população sobre as medidas que deveriam ser tomadas em relação ao combate à sífilis congênita, fazendo a

É MELHOR PREVENIR E REMEDIAR: profilaxia e tratamento de verminoses, tracoma e sífilis em crianças em Teresina (1930-1940)

detecção através do exame de sangue. A prevenção que seria realizada a partir do exame, antes ou depois da gravidez, permitiria uma infância livre de todos os perigos de uma sífilis herdada.

Em uma notícia do jornal *Diário Oficial do Piauí*, um dos periódicos que mais circulavam em Teresina durante as décadas de 1930 e 1940, um médico destacou a importância do exame de sangue para o diagnóstico da sífilis, mostrando-se bastante preocupado com o contágio ocorrido durante o período da gestação. Ocorria que, naquele período, um grupo de médicos da capital costumava publicar em uma série denominada “Aprenda a defender seu filho,” onde eram divulgadas as medidas para que mães e pais pudessem cuidar de seus filhos e evitar a contaminação das doenças.

Na referida publicação, feita pelo médico Francisco Machado Lopes, foi destacada a importância do exame de sangue em casais que entrariam no matrimônio e, para além disso, o exame em mulheres que fossem dar à luz. Segundo o médico, as principais medidas contra a sífilis seria a realização do exame pré-nupcial e do exame pré-natal, para que fossem evitados “numerosos abortos, nati-mortos e aleijões que, além de exporem a mulher a grandes e frequentes perigos de vida, teriam ainda, como consequência causar profunda e irreparável dor aos pais.” (LOPES, 1938, p. 1). O medo³ da manifestação da doença, principalmente nos recém-nascidos, acometidos pela chamada sífilis congênita ou hereditária, era exposto através dessas medidas preventivas, como também por ações terapêuticas postas em prática nas instituições de saúde da capital.

A profilaxia e o tratamento da sífilis congênita, nas décadas de 1930 e 1940, foram integrados às políticas materno-infantis implantadas durante o período Vargas. No interior destas políticas, com base em aparato institucional, os médicos desenvolviam uma prática escriturística,⁴ na qual difundiam ideias de saúde, de família, de casamento e de maternidade, buscando impor o que consideravam correto, contra práticas de cura populares (MARINHO, 2018). Isso ocorria de forma explícita no que se refere às iniciativas que envolviam a saúde da população, em que se destacam o tratamento e a prevenção da sífilis de caráter congênito. Com isso procurava-se garantir:

³Para Jean Delumeau, “[...] o medo é ambíguo, inerente à nossa natureza, é uma defesa essencial, uma garantia contra os perigos, um reflexo indispensável que permite ao organismo escapar provisoriamente à morte. [...] Mas se ultrapassa uma dose suportável, ele se torna patológico e cria bloqueios. Pode-se morrer de medo, ou ao menos ficar paralisado por ele.” Neste caso, havia o medo da manifestação da doença antes mesmo do indivíduo estar acometido, especialmente no que se refere a sífilis em crianças. (DELUMEAU, 2009, p. 23-24).

⁴Nesse sentido, pode-se analisar a atuação dos médicos a partir do conceito de prática escriturística, uma vez que incidiam na promoção da racionalização da sociedade a partir da elaboração e propagação de um conhecimento formal, considerado como vetor de um projeto de desenvolvimento (CERTEAU, 2005).

Ao novo ser que lhe serão dispensados todos os cuidados no sentido de lhe reservar uma infância feliz e acobertar de todos os perigos de uma sífilis herdada, que, fatalmente, lhe ceifaria a vida no momento mesmo em que ela começasse a desabrochar, não fora logo descoberto e, convenientemente, tratado o mal que lhe presenteou o próprio berço. Se temos à nossa disposição os meios de diagnosticar, com segurança e de tratar, com proveito, a Sífilis, cabe a cada um constituir-se soldado vigilante e valente no combate ao mal mais degradante de um povo por isso mesmo que mais evitável. (LOPES, 1938, p. 1)

O objetivo era despertar um alerta na população a respeito da possível sífilis manifesta em crianças. O medo da presença da doença era foco das discussões não somente de médicos sifilógrafos, mas também de profissionais de variadas especialidades da medicina, que orientavam as políticas públicas de saúde dos governos estadual e municipal, no Piauí, acerca da profilaxia e da terapêutica da sífilis congênita. Prevenir e tratar à sífilis congênita eram vistos como imprescindíveis ao desenvolvimento e à civilização do Estado e do país.

Em uma das publicações, feita pelo médico Antônio Corrêa, denominada “Conselhos indispensáveis às senhoras grávidas”, evidenciou-se a importância de se ter noção da sífilis como “a causa maior dos abortos, monstruosidades, aleijões e muitos outros males que irão perturbar o desenvolvimento da criança e frequentemente acarretar consequências deploráveis para o resto da vida.” (CORRÊA, 1937, p.7). Sendo assim, apresentava-se a doença e a sua consequência, para que o cuidado em relação ao casamento e à suposta gravidez pudessem ser feitos com cautela a partir do conhecimento a respeito das doenças que vinham a ser transmissíveis.

O médico Lineu Araújo também deu sequência à série “Aprenda a defender seu filho”, retratando o mesmo assunto referente à sífilis passada para criança pelos pais. Intitulada “Como evitar a sífilis congênita”, a notícia que veicula a palestra do médico destinou-se a mostrar que “é tão grande, porém, o valor da criança como potencial humano e tão funesta a influência da sífilis sobre o organismo infantil, que o assunto, numa campanha em prol da criança, não pode deixar de merecer referência mais viva e comentário mais insistente.” (ARAÚJO, 1937, p.1). Dessa maneira, fortificava-se a campanha dos médicos em prol da defesa das crianças contra a sífilis herdada. Ao mesmo passo que a intensificação da propaganda, certamente, tinha como um de seus propósitos, alertar a sociedade sobre os perigos da sífilis manifesta.

O referido médico também deixava claro que, em situações da sífilis repassada dos pais para os filhos, o organismo materno acabaria sendo o foco transmissor, pois o mesmo afirmava que “é pelo cordão umbilical, com o sangue que nutre generosamente, que o pequeno ser recebe o *treponema pallidum*, isto é, o micróbio que produz a sífilis. Assim infectado, ele morre muita

É MELHOR PREVENIR E REMEDIAR: profilaxia e tratamento de verminoses, tracoma e sífilis em crianças em Teresina (1930-1940)

vez, sobrevivendo o aborto.” (ARAÚJO, 1937, p.1). O cordão umbilical seria, então, a ponte certa para a passagem da sífilis da mãe para o bebê. Era também por meio do cordão umbilical que se poderia realizar o exame para a detecção da sífilis, após o nascimento do bebê.

Dando sequência à série “Aprenda a defender seu filho”, o médico Francisco Machado Lopes, conhecido em Teresina, por possuir uma clínica de exames periódicos de saúde e que ofertava os exames específicos para se diagnosticar a sífilis como as Soro-reações Wassermann e Kahn, divulgou a discussão sobre o “Valor do exame de sangue na proteção à criança com sífilis,” sendo o meio mais prático, mais constante e mais fiel para o diagnóstico da sífilis (LOPES, 1938, p. 1).

Na divulgação dessa discussão sobre o valor do exame de sangue no diagnóstico, o médico divulgou ainda nas páginas da matéria do jornal, os resultados dos exames feitos naquele ano de 1938. No total de “50 exames feitos; 26 deram positivos; 20 deram negativos; e 4 foram duvidosos.” (LOPES, 1938, p. 1). Ainda segundo o médico, essa quantidade de exames e os dados revelados por eles não refletiam “[...] toda a extensão do grande mal que nos deprime, roubando-nos as energias vitais, por isso mesmo que na grande maioria dos exames negativos, se tratava de pessoas, anteriormente, submetidas ao tratamento específico.” (LOPES, 1938, p. 1). O médico também fazia a divulgação da importância de as pessoas procurarem tratamento especializado, para que se constatasse, efetivamente, a presença da doença, pois o exame, por si só, não trazia um diagnóstico completo. Em seus termos:

As reações que nos levam, pelo exame de sangue, ao diagnóstico da sífilis, são fenômenos de natureza complexa e delicada, cuja interpretação só ao médico cabe fazer [...] cada indivíduo antes de ir ao laboratório pedir um exame de sangue, deve recorrer a um clínico para que este, de acordo com o caso em apreço, escolha o exame que melhor se ajuste [...]. E então só o médico poderá determinar o número e natureza dos exames a serem realizados (LOPES, 1938, p. 1).

O médico Linneu Araújo, também alertava que, caso a gravidez ocorresse normalmente, a criança sobrevivente, “apresentará desde os primeiros dias de existência (sífilis congênita precoce), ou em caso mais dilatado após o nascimento (sífilis congênita tardia), as lesões, sinais, e estigmas da doença que os próprios pais lhe transmitiram.” (ARAÚJO, 1937, p. 1). A criança também apresentaria alguns sintomas comuns que traria o diagnóstico exato da presença da doença. Como alerta, o médico listava alguns sintomas mais frequentes, sendo falta de apetite, vômitos, convulsões, estrabismo, lesões da pele e das mucosas, alterações do esqueleto, constituindo o chamado raquitismo sífilítico, doenças do coração, além daquilo que ele denominou como deformações e monstruosidades de toda ordem.

É importante observar que, com as análises mais aprofundadas sobre a doença, os médicos constataram que os pais logo poderiam tomar como observação o crescimento dos dentes das crianças. De acordo com esses estudos, “a dentição não escapa à influência da sífilis. São quase sempre heredo-luéticas as crianças cujos dentes custam a aparecer, ou não aparecem todos, ou apresentam erosões, anomalias de forma e de implantação.” (ARAÚJO, 1937, p. 1). Nesse caso, os médicos colocavam-se com a detenção de um saber certo, em relação aos outros praticantes de cura para o tratamento desse tipo de manifestação da sífilis. Alertavam que nesses casos específicos mais valem injeções de bismuto ou arsênico do que a aplicação isolada do cálcio, que, segundo reiteravam, eram recomendados pelo conhecimento leigo, o que configura o embate onde a medicina procurava buscar legitimidade a partir da desqualificação das formas de tratamento daqueles e daquelas que não eram diplomados pela ciência.

Nem sempre, porém, era recomendado o uso do arsênico para o tratamento da sífilis, principalmente, quando se tratava de crianças. Esse alerta estava presente desde o século XIX, pois era comum, entre os europeus, ser feita a decoração de suas casas com papéis de parede que continham doses de arsênico. Segundo Stefan Ujvari (2019), essas crianças iniciavam sintomas crônicos de vômitos, diarreias, fraqueza, perda de apetite, irritabilidade e emagrecimento. Dessa forma, por algum tempo, foram feitas campanhas para que se evitasse o uso do arsênico. Mas, com estudos aprimorados e com o uso de doses pequenas conseguiu-se encontrar utilidade no arsênico, sendo uma esperança dos sífilíticos.

Os pediatras seguiam essas orientações referentes à sífilis, e, com a mesma finalidade, sobre casamento e gravidez. O médico pediatra Noronha Almeida afirmava que “já se discutia no Brasil a regulamentação do casamento, a esterilização, a educação higiênica e o exame pré-nupcial, assim como se propagavam, de forma crescente, os princípios da eugenia, que ganhava cada vez mais defensores no Piauí.” (MARINHO, 2018, p. 158). O pediatra Vitorino Assunção trouxe também a debate a questão da eugenia referente ao casamento, para se evitar a mortalidade infantil, a partir de um trabalho apresentado por ele na Conferência Nacional de Proteção à Infância, realizada no Rio de Janeiro. Dando maior evidência ao cuidado com a criança que viesse a ser gerada, ele afirmou:

Uma organização sanitária de proteção à saúde da infância deve compreender serviço pré-nupcial, pré-natal, natal, neonatal, pré-escolar e escolar. A educação sanitária das mães, dos pais, dos rapazes, o ensino obrigatório de higiene infantil em todas as escolas, primárias, secundárias, normais, etc... de par com os dispensários, as maternidades, as creches [...]. Um indivíduo de consciência sanitária não ousará se casar quando portador de doença capaz de transmitir-se a sua descendência, trata-se ou se conforma. (ASSUNÇÃO, 1939, p. 19-20).

É MELHOR PREVENIR E REMEDIAR: profilaxia e tratamento de verminoses, tracoma e sífilis em crianças em Teresina (1930-1940)

A ideia de tornar o exame pré-nupcial um hábito era um dos pontos mais destacados pelos médicos. Isso faria com que os portadores evitassem a transmissão da bactéria durante a relação sexual. O médico Lineu Araújo reforçava que:

No interesse de sua futura felicidade doméstica, todo candidato ao matrimônio deve submeter-se a exame pré-nupcial. Devem observá-la mesmo os indivíduos de aparência a mais saudável, pois ninguém é sadio apenas porque se julga ou se sente sadio. (ARAÚJO, 1937, p. 8)

Ainda segundo o médico, em caso de diagnóstico ou se tivesse suspeita da presença da sífilis em indivíduos que iriam ser submetidos ao casamento, o médico deveria ser procurado para que orientasse o tratamento pré-nupcial. Somente ele poderia determinar a intensidade e duração do tratamento, bem como fazer a escolha dos remédios, de acordo com as condições clínicas que eram específicas de cada caso.

Quanto à ideia do tratamento pré-natal, os médicos relatavam que, em primeiro lugar, “deve ser precoce e prolongado. Desde o início da gravidez, o mais cedo possível, a mulher fará o tratamento específico e o continuará por toda a gestação, com as pausas que o médico determinar.” (ARAÚJO, 1937, p. 1). E para que se tivesse êxito, nesse tipo de tratamento, as gestantes deveriam ter consciência que a gravidez não determina, por si só, nenhuma diminuição da tolerância aos medicamentos específicos, sendo, pois, injustificado que receassem as injeções de 914 ou bismuto.

Outro ponto bastante enfatizado pelos médicos era o caso de, quando sobrevivente, a criança com sífilis seria marcada por graus de desenvolvimento diferentes das outras de mesma idade. Segundo o Dr. Lineu Araújo, “a sífilis prende-se muitas vezes o estado que os pediatras chamam distrofia, em que há notável atraso do desenvolvimento. A criança vive em condições favoráveis, alimenta-se ao seio materno, não tem febre, não tem diarreia, e, entretanto, não progride.” (ARAÚJO, 1937, p. 1). Além do desenvolvimento intelectual considerado pelo médico como deficitário, o comprometimento do organismo infantil também implicava desordens físicas, pois a criança que crescia adoentada pela sífilis podia manifestar um descontrole hormonal, acarretando as glândulas de secreções internas como a hipófise, tireoide e glândulas sexuais. O mau funcionamento delas implicaria uma infinidade de outras doenças, como o nanismo, o gigantismo, o infantilismo e a obesidade. Sendo assim, pregava-se a ideia da consciência social e sanitária pelos médicos e, a partir da predisposição dos indivíduos, acreditava-se na ampliação e aceitação desses cuidados.

Além dos médicos que divulgavam na série “Aprenda a defender seu filho,” havia na cidade alguns médicos engajados no cuidado da sífilis. Dentre eles, podemos destacar o Dr.

Jarbas Martins, Dr. Luiz F. Batista, Dr. Hugo Bastos, Dr. Walter Abreu, Dr. Cândido Silva, Dr. Ursulino Martins, Dr. Lineu Araújo e o Dr. Ferreira Sobrinho. De acordo com Livia Moraes, “o parto e as doenças femininas ainda não eram serviços especializados e estavam inseridos dentro de uma oferta geral de serviços médicos.” (MORAES, 2014, p. 66). É possível pensar que, para a sífilis, a situação era a mesma, não havendo médico que tenha se especializado somente para o tratamento dessa enfermidade, portanto, quase sempre, os médicos que se concentravam no atendimento a esse tipo de doença ofereciam outros serviços.

O médico Oscar Clark, no ano de 1942, prosseguia na discussão sobre a sífilis. Em uma publicação sobre a educação e a higiene das crianças, externou a importância do tratamento das crianças que pertenciam aos grupos escolares e possuíam sífilis congênita. Segundo o médico, “o tratamento sistemático dessas crianças acompanhado de respectiva educação sanitária, representaria, dentro de alguns anos, a verdadeira redenção física da gente brasileira.” (ESCOLAS, 1942, p. 2). Não encontramos menções à presença das Escolas Hospitalares em Teresina, o que se sabe é que campanhas em escolas costumavam ocorrer durante estas décadas, especialmente na Escola Normal de Teresina. A educação junto com a atuação médica, no que se refere à prevenção da sífilis congênita, andavam lado a lado.

O tratamento de doenças que acometiam o público infantil fazia parte do projeto de institucionalização da saúde em Teresina, que durante as décadas de 1930 e 1940, junto a ações de ordem nacional, empreendidas por inspetores federais, médicos e outros agentes da área da saúde, promoviam a profilaxia e o tratamento de doenças, por meio de políticas públicas, através da criação de campanhas e palestras educacionais sanitárias, tratamentos ofertados pelas instituições de saúde e por meio da intervenção médica em clínicas, consultórios e produções científicas divulgadas na imprensa e em revistas médicas especializadas.

As doenças que acometiam o público infantil com mais recorrência eram as do aparelho digestivo, ocular e sexualmente transmissíveis, sendo elas: verminoses, tracoma e sífilis congênita. A profilaxia e o tratamento envolviam um plano de saúde nacional, que, à época, visava à promoção da saúde dos infantes como um bem público e que propiciasse indivíduos fortes e saudáveis.

Referências

BATISTA, Sorailk Lopes. **Saneamento, educação e instrução**: a configuração do campo da saúde pública no Piauí. 2011. Dissertação (Mestrado em História do Brasil) – Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2011.

Humana Res, v. 5, n. 7, 2023, ISSN: 2675 - 3901 p. 49 – 65, jan. a ago. 2023. DOI 10.29327/2151838.5.7-4

É MELHOR PREVENIR E REMEDIAR: profilaxia e tratamento de verminoses, tracoma e sífilis em crianças em Teresina (1930-1940)

BRITO, Antonio Burgyja. **Narrativas autobiográficas**. Rio de Janeiro: [s.n.], 1977.

CARDOSO, Elizangela Barbosa. **Identidades de gênero, amor e casamento em Teresina (1920- 1960)**. 2010. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2010.

CARDOSO, Elizangela Barbosa. Infância, médicos e mulheres em Teresina nas décadas de 1930 e 1940. **Projeto História**, São Paulo, v. 60, pp. 319-350, Out-Dez, 2017.

DELUMEAU. Jean. **História do medo no Ocidente 1300-1800**: uma cidade sitiada. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

FONSECA, Cristina M. Oliveira. **Saúde no Governo Vargas (1930-1945)**: dualidade institucional de um bem público. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2007.

MARINHO, JoseanneZingleara Soares. “**Manter sadia a criança sã**”: as políticas públicas de saúde materno-infantil no Piauí de 1930 a 1945. Jundiá: Paco Editorial, 2018.

MORAES, Livia Suelen S. **Saúde materno-infantil, mulheres e médicos em Teresina (1930-1950)**. 2014. Dissertação (Mestrado em História do Brasil) – Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2014.

NERY, Ana Karoline de Freitas. **Políticas públicas de saúde, doenças e medicamentos em Teresina durante as décadas de 1930 e 1940**. 2021. Dissertação (Mestrado em história do Brasil) – Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2021.

PORTO, Carlos Eugênio. **Roteiro do Piauí**. Teresina: Academia Piauiense de Letras, 2019.

SANGLARD, Gisele. **Entre os salões e o laboratório**: Guilherme Guinle, a saúde e a ciência no Rio de Janeiro, 1920-1940. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2008.

SILVA, Cândido. **Infestação por helmintos intestinaes em creanças de idade escolar**. Rio de Janeiro: Oficinas Gráficas d’A Noite, 1936.

UJVARI, Stefan Cunha. **A história da humanidade contada pelos vírus, bactérias, parasitas e outros microrganismos**. São Paulo: Contexto, 2019.

Fontes

APEPI. **Mensagem Apresentada à Câmara Legislativa Pelo Dr. Raymundo Arthur de Vasconcelos no dia 1 de junho de 1899**. Teresina: Tipografia d’O Piauí, 1899.

ARAÚJO, Linneu. Como evitar a sífilis congênita. **Diário Oficial**. Teresina, ano 7, n. 291, p. 8, 31 dez. 1937.

ASSUNÇÃO, F. Vitoriano. A mortalidade infantil em Teresina: defesa sanitária da criança. **Revista da Associação Piauiense de Medicina**, Teresina, v. 1, n. 1, p. 19-20, 1939.

CARVALHO, José Epifânio de. O tracoma no Piauí. **Revista da Associação Piauiense de Medicina**, Teresina, n. 2, 1939.

CORRÊA, Antônio M. Conselhos indispensáveis às senhoras grávidas. **Diário Oficial**. Teresina, ano 7, n. 275, p. 7, 11 dez. 1937.

ESCOLAS Hospitais. **Diário Oficial**. Teresina, ano 12, n. 141, p. 2, 27 jun. 1942.

LOPES, Francisco Machado. Valor do exame de sangue na proteção à criança contra a sífilis. **Diário Oficial**. Teresina, ano 8, n. 5, p. 1, 8 jan. 1938.

PIAUI. Diretoria de Saúde Pública. Relatório de Saúde Pública no ano de 1931. **Código de Saúde de relatórios diversos 1424**. Teresina, 1932.

PIAUI. Diretoria de Saúde Pública. Relatório de Saúde Pública no ano de 1936. **Código de Saúde de relatórios diversos 1424**. Teresina, 1937.

PIAUI. Diretoria de Saúde Pública. Relatório do diretor de Saúde Pública ao Secretário Geral sobre o exercício do ano de 1932. **Código de Saúde de relatórios diversos 1424**. Teresina, 1933.

PIAUI. **Mensagem apresentada à Câmara Legislativa pelo Exmo. Dr. João de Deus Pires Leal, governador do Estado, no dia 1º de julho de 1930**. Teresina: Tipografia d'O Piauí, 1930.

PIAUI. **Mensagem apresentada à Câmara Legislativa, pelo governador do Estado Exmo. Sr. Dr. João Luiz Ferreira**. Teresina: Imprensa Oficial, 1921.

PIAUI. **Mensagem apresentada à Câmara Legislativa, pelo governador do Estado Exmo. Sr. Dr. João Luiz Ferreira**. Teresina: Imprensa Oficial, 1924.

ALIMENTAÇÃO HIGIÊNICA: medicina, filantropia e assistência à infância no lactário Suzanne Jacob no Piauí (1930-1940)

Lívia Suelen Sousa Moraes Meneses¹
Elizangela Barbosa Cardoso²

RESUMO

Este trabalho mostra o processo de valorização do tema da alimentação infantil higiênica como degrau para vencer o problema dos elevados índices de mortalidade dos infantes e sua relação com a institucionalização de políticas de proteção materno-infantis no Piauí, a partir da ênfase nas condições históricas que possibilitaram a criação do Lactário Suzanne Jacob, em 1938, em Parnaíba/PI. Trata-se da primeira instituição piauiense voltada para atendimento de crianças e mães pobres, com base em conhecimentos médico-científicos. A criação da instituição foi tributária tanto do processo de profissionalização da medicina voltada para o atendimento e o cuidado de crianças, como também esteve ligada ao enraizamento das relações entre filantropia e medicina, existentes na cidade. A instituição foi incorporada à dinâmica de centralização da saúde pública, quando da criação de políticas públicas materno-infantis, atuando na difusão da alimentação infantil higiênica.

Palavras-chave: História. Medicina. Infância. Alimentação. Lactário Suzanne Jacob.

HYGIENIC FOOD: medicine, philanthropy and childcare at the Suzanne Jacob lactary in Piauí (1930-1940)

ABSTRACT

This work shows the process of valuing the issue of hygienic infant feeding as a stepping stone to overcoming the problem of high infant mortality rates and its relationship with the institutionalization of mother-infant protection policies in Piauí, based on the emphasis on conditions history that made possible the creation of the Lactário Suzanne Jacob., in 1938, in Parnaíba/PI. It is the first institution in Piauí focused on caring for poor children and mothers, based on medical-scientific knowledge. The creation of the institution was a tribute both to the process of professionalization of medicine focused on the care and care of children, and was also linked to the rooting of the relationships between philanthropy and medicine, existing in the city. The institution was incorporated into the dynamics of centralization of public health, when creating maternal and child public policies, acting in the dissemination of hygienic infant feeding.

Keywords: History. Medicine. Childhood. Food. Lactário Suzanne Jacob.

¹Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em História do Brasil, UFPI. E-mail: liviasuelen@hotmail.com. A pesquisa realiza-se com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES).

²Professora Doutora do Programa de Pós-Graduação em História do Brasil (UFPI). E-mail: elibcardoso@yahoo.com.br.

ALIMENTACIÓN HIGIÉNICA: medicina, filantropía y puericultura en la enfermería Suzanne Jacob de Piauí (1930-1940).

RESUMEN

Este trabajo muestra el proceso de valorización del tema de la alimentación infantil higiénica como un peldaño para la superación del problema de las altas tasas de mortalidad infantil y su relación con la institucionalización de las políticas de protección materno-infantil en Piauí, a partir del énfasis en la historia de las condiciones que hizo posible la creación de la Lactário Suzanne Jacob, en 1938, en Parnaíba/PI. Es la primera institución de Piauí enfocada en la atención a niños y madres pobres, basada en conocimientos médico-científicos. La creación de la institución fue un homenaje tanto al proceso de profesionalización de la medicina enfocada a la atención y cuidado de los niños, como también estuvo ligada al arraigo de las relaciones entre filantropía y medicina, existentes en la ciudad. La institución se incorporó a la dinámica de centralización de la salud pública, al crear políticas públicas materno-infantiles, actuando en la difusión de la alimentación higiénica infantil.

Palabras clave: Historia. Medicina. Infancia. Alimentación. Lactário Suzanne Jacob.

Introdução

O desenvolvimento da medicina e de suas especialidades atua na construção do sentimento de infância, enquanto idade específica da vida, e de maternidade,³ bem como apresenta modelos de maternagem e de gestão das crianças, nos quais se articulam formas de alimentação e cuidados infantis centrados na puericultura e na higiene. No Brasil, a temática da infância surgiu no debate público como assunto ligado à civilidade e à cidadania, no contexto do final do século XIX.⁴

Segundo Maria Luiza Marcílio,⁵ quando se considera a história da institucionalização da assistência à infância no Brasil, pode-se destacar três fases: a caritativa, a filantrópica e a de bem-estar social, que expressam a crescente intervenção do Estado. Na primeira fase, que durou até meados do século XIX, predominaram ações movidas eminentemente pela piedade cristã, cujo maior símbolo foi a Roda dos Expostos.⁶ Na fase filantrópica, presente até a década de

³GÉLIS, Jacques. A individualização da criança. In: ARIÈS, Philippe; CHARTIER, Roger (Org.). **História da vida privada: da Renascença ao Século das Luzes**. São Paulo: Cia das Letras, 1991. v. 3.; BADINTER, Elisabeth. **Um amor conquistado: o mito do amor materno**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.; DONZELOT, Jacques. **A polícia das famílias**. 3. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.; FLANDRIN, Jean-Louis. *O sexo e o Ocidente*. São Paulo: Brasiliense, 1988.

⁴COSTA, Jurandir Freire. *Ordem Médica e norma familiar*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2004.

⁵MARCÍLIO, Maria Luiza. **História social da criança abandonada**. São Paulo: Hucitec, 2006. p. 132.

⁶A Roda dos Expostos foi criada em 1758 na França, para acolher crianças órfãs ou abandonadas. Era formada por um dispositivo cilíndrico contendo um recipiente voltado para a rua, o qual, quando girado em torno do seu eixo, era direcionado para o interior do estabelecimento. As Rodas rapidamente se multiplicaram em todo o mundo ocidental; geralmente, eram instaladas na entrada de hospitais. Até o final do século XIX foram criadas 15 instalações desse tipo, em cidades brasileiras, e algumas delas funcionaram até meados do século XX. Cf.: FREIRE, Maria Martha de Luna; LEONY, Vinícius da Silva. A caridade científica: Moncorvo Filho e o Instituto Humana Res, v. 5, n. 7, 2023, ISSN: 2675 - 3901 p. 66 – 89, jan. a ago. 2023. DOI 10.29327/2151838.5.7-5

ALIMENTAÇÃO HIGIÊNICA: medicina, filantropia e assistência à infância no lactário Suzanne Jacob no Piauí (1930-1940)

1960, destacam-se a preocupação com a saúde das crianças e o desenvolvimento de práticas de assistência baseadas nos princípios da higiene, realizadas em novas instituições, de base filantrópica, com a participação, ainda que tímida, do Estado. Segundo Ana Paula Vosne Martins e Maria Martha de Luna Freire, a combinação de três elementos – ciência, filantropia e intervenção pública –, adotada no terreno da assistência como um todo, se consolidaria como protótipo da rede de cuidado materno-infantil e políticas públicas desenvolvidas a partir de 1930.⁷

Nesse modelo de assistência de caráter médico-filantrópico,⁸ destacou-se no Piauí, o Lactário Suzanne Jacob. Criado em 1938, foi a primeira instituição piauiense voltada exclusivamente para o atendimento de crianças e de mães pobres, com base em conhecimentos médico-científicos. O artigo aborda, portanto, as condições históricas que possibilitaram a criação desta instituição e sua relação com a difusão da alimentação higiênica infantil. Destaca-se, inicialmente, a mobilização médica no Piauí em prol da infância, com ênfase na temática da mortalidade infantil e na sua relação com a alimentação. Enfatiza-se que, no contexto, a maneira mais recorrente de os médicos aproximarem-se das mães era enfatizando o tema da alimentação. Ressalta-se, em seguida, a mobilização civil e política, em ações de filantropia e de Estado, com vistas à institucionalização de espaços de assistência que tinham como característica a atuação no campo da higiene materno-infantil. Aborda-se a atuação do Lactário na difusão da alimentação infantil considerada adequada, seja via distribuição de leite pasteurizado ou por meio de informações sobre puericultura.

Médicos, mortalidade infantil e alimentação no Piauí

No ano de 1933, quando da realização da Conferência Nacional de Proteção à Infância, no Rio de Janeiro, o médico piauiense Vitoriano de Assunção, representando o Departamento de Saúde do Piauí, apresentou um trabalho acerca da mortalidade infantil no estado, utilizando como referência a capital, Teresina. De acordo com o médico, “o sacrifício de crianças” era, como em todo Brasil, alarmante. Significava ainda, flagelo nacional e social. Dentre as causas de morte, no correr do primeiro ano de vida,

de Proteção e Assistência à Infância do Rio de Janeiro (1899-1930). *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*. Rio de Janeiro, v. 18, supl. 1, p. 199-225, dez. 2011.

⁷MARTINS, Ana Paula Vosne; FREIRE, Maria Martha L. História dos cuidados com a saúde da mulher e da criança. In: PIMENTA, Tania Salgado; HOCHMAN, Gilberto (Org.). *História da saúde no Brasil*. São Paulo: Hucitec, 2018. p. 182- 224

⁸O modelo médico-filantrópico era baseado na prestação de serviços assistenciais à saúde infantil através de ações filantrópicas que envolviam trabalho voluntário e doações de recursos por parte de filantropos e até mesmo do próprio Estado.

figuravam-se em primeira linha as diarreias e enterites.⁹ Essas doenças, em sua concepção, muitas vezes ocorriam devido à falta de instrução da população pobre¹⁰ ou em decorrência da falta de assistência médica.¹¹ Outras doenças que também se manifestavam de forma expressiva eram a sífilis, o alcoolismo e a tuberculose. No trabalho, o médico ressaltava que havia uma fatídica aliança entre as doenças infantis e a nutrição das crianças –“o fundo do quadro negro dos distúrbios nutritivos”. Segundo o médico, embora sendo a amamentação ao seio materno uma prática usual, também era frequente o uso intempestivo, de permeio e de mingaus de farinha seca.¹²

A defesa sanitária da criança assumia, para o médico, o caráter de “uma força imperativa, decisiva do futuro e indicadora do destino de todos os países e todos os povos”.¹³ Ao mesmo tempo essa defesa era, em sua avaliação, “um problema complexo que implicava a solução de problemas outros que lhe são correlatos”.¹⁴

Com as elevadas taxas de mortalidade infantil e a atribuição da criança à condição de problema nacional, os discursos médicos singularizaram a infância enquanto idade da vida, em torno da doença, da fragilidade e da instabilidade. Tais características trouxeram à medicina o desafio de pensar em uma abordagem específica, que visasse ao atendimento das crianças, sujeitos cada vez mais diferenciados dos adultos.¹⁵

Estes discursos articulam-se, por sua vez, a processo de profissionalização da medicina voltada para o atendimento e cuidado de crianças. Vale destacar que, a partir de 1911, houve o reconhecimento formal nas Faculdades de Medicina da especialidade pediátrica.¹⁶ Com a especialidade, outro enfoque foi dado à palavra do médico, agora especializado no corpo infantil, assinalando uma divisão hierárquica de trabalho, dentro da própria medicina.¹⁷

Com efeito, médicos pediatras atuaram, no Brasil, em diversas iniciativas que visavam à proteção à infância. Trabalharam com medicina curativa e preventiva em seus consultórios,

⁹ASSUNÇÃO, Vitoriano de. Mortalidade infantil em Teresina: defesa sanitária da criança. **Revista da Associação Piauiense de Medicina**. Teresina, v. 1, n. 1, p. 10-21, 1939. p. 11.

¹⁰ASSUNÇÃO, 1939, p. 17.

¹¹Em 1932, o Boletim Anual de Demografia Sanitária de Teresina apontava que das 460 pessoas que morreram naquele ano, 276 faleciam sem assistência médica. Nos 460 óbitos verificados, contam-se 137 crianças de 0 a 1 ano, tendo assistência médica, somente, 37. Cf.: ASSUNÇÃO, 1939, p. 15.

¹²ASSUNÇÃO, 1939, p. 17.

¹³ASSUNÇÃO, 1939, p. 10.

¹⁴ASSUNÇÃO, 1939, p. 18.

¹⁵Para Norbert Elias, o processo de civilização na cultura ocidental caracterizou-se por uma profunda discrepância entre o comportamento dos adultos e das crianças. A vida instintiva delas tem que ser rapidamente submetida ao controle rigoroso e modelagem específica que formam a sociedade. Cf.: ELIAS, Norbert. **O processo civilizador: uma história dos costumes**. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1994. p. 146.

¹⁶GOVERNO Federal. *Diário do Piauí*. Teresina, n. 63, p. 2, 13 maio 1911.

¹⁷MARTINS, Ana Paula Vosne. “Vamos criar seu filho”: os médicos puericultores e a pedagogia materna no século XX. **História, Ciências, Saúde – Manguinhos**. Rio de Janeiro, v. 15, n. 1, p. 135-154, jan./mar. 2008.

Humana Res, v. 5, n. 7, 2023, ISSN: 2675 - 3901 p. 66 – 89, jan. a ago. 2023. DOI 10.29327/2151838.5.7-5

ALIMENTAÇÃO HIGIÊNICA: medicina, filantropia e assistência à infância no lactário Suzanne Jacob no Piauí (1930-1940)

nas instâncias públicas, como funcionários públicos dos estabelecimentos ligados ao governo, como legisladores que aprovavam leis e projetos, para a proteção materno-infantil; e, por fim, na educação das mães, através da busca de redefinição da maternidade, mediante difusão de noções de higiene e de puericultura, que incidiam na alimentação do infante.

Coube ao pediatra, a difusão de novas formas de cuidar, de alimentar, de vestir e de higienizar. Os médicos elaboraram discursos voltados para a mulher, representada, com frequência, como parteiras, amas de leite e mães. Nesses discursos, configurou-se inferiorização das práticas sociais de cuidado infantil então em vigor, condenando-se práticas femininas transmitidas de geração a geração, descritas como crendices a serem expurgadas, em nome da assunção de práticas mediadas pela medicina.

Via-se a criança como um ser com necessidades e especificidades próprias, importante por si mesma. Elo entre o presente e o futuro. Assim, os médicos passaram a escrever sobre o assunto, partindo do princípio de que não havia um modo natural de criar filhos, ou seja, as mães, por mais amorosas e bem-intencionadas, cometiam, na visão médica, muitos erros e deviam ser guiadas pela racionalidade científica da medicina dos especialistas.¹⁸ No discurso médico analisado, a mãe é colocada sob tutela do pediatra. Ao pediatra deveria confiar inteiramente suas dúvidas, recorrendo a ele, quando necessário. Maria Marta Luna Freire, em estudo sobre o discurso maternalista no Brasil, destaca a configuração de aliança entre mães e médicos para livrar a criança do perigo, da doença e da dor.¹⁹

A chegada dos primeiros médicos piauienses com especialização em pediatria, bem como a intensificação de políticas de saúde materno-infantil, tornou os conselhos médicos em relação às práticas de maternagem bem mais frequentes.²⁰ Apenas na década de 1930 foi registrada a inserção dos primeiros médicos pediatras no Piauí, como Antônio Noronha

¹⁸MARTINS, 2008, p. 141-142.

¹⁹FREIRE, Maria Martha de Luna. **Mulheres, mães e médicos**: discurso maternalista no Brasil. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009.

²⁰CARDOSO, Elizangela Barbosa. Em defesa da pátria: proteção social, infância e maternidade no Estado Novo. **Revista Brasileira de História e Ciências Sociais**. [S. l.], v. 4, n. 8, p. 400-418, dez. 2012. p. 403.; CARDOSO, Elizangela Barbosa. Infância, médicos e mulheres em Teresina nas décadas de 1930 e 1940. **Projeto História**. São Paulo, v. 60, p. 319-350, out./dez. 2017.

Humana Res, v. 5, n. 7, 2023, ISSN: 2675 - 3901 p. 66 – 89, jan. a ago. 2023. DOI 10.29327/2151838.5.7-5

Almeida²¹ e Olavo Alexandrino Corrêa Lima,²² na cidade de Teresina²³ e o médico pediatra Equililérico da Fonseca Nogueira,²⁴ na cidade de Parnaíba.

Vale destacar que a esfera dos cuidados relacionada à saúde das crianças, inclusive as questões relacionadas à alimentação, situavam-se em tradição de cura enraizados em uma cultura feminina. Mães efetivavam práticas curativas aprendidas com mulheres mais velhas da família e de sua rede de sociabilidades.²⁵ Assim, utilizavam diversas receitas, chás e remédios caseiros para assegurar a saúde dos filhos. O elo que ligava médicos e crianças era o tratamento de doenças consideradas graves²⁶ e também aquele efetivado no momento do nascimento, pois à medida que os médicos adentravam as casas das parturientes, aconselhavam sobre práticas higiênicas, destacavam a importância de cômodos arejados, da limpeza das mãos e dos objetos utilizados. Tratava-se, portanto, de um tempo atravessado por permanências e pela emergência de mudanças, no que tange às práticas curativas infantis.²⁷

Médicos que atuavam no Estado, difundindo noção corrente entre pediatras e puericultores que atuavam em instituições de assistência à infância no Brasil, atribuíam o alto índice de mortalidade infantil, em grande medida à ignorância das mães. Os conhecimentos passados de mãe para filha, bem como aqueles transmitidos por mulheres mais velhas detentoras de saberes populares sobre alimentação e criação da prole, eram considerados errôneos ou insuficientes.²⁸

²¹Médico formado pela Faculdade de Medicina da Universidade do Brasil. Especializou-se em pediatria. Cf.: GONÇALVES, Wilson Carvalho. **Dicionário enciclopédico piauiense ilustrado**. Teresina: Halley, 2003. p. 12-16.

²²Médico pediatra. Foi chefe do Ambulatório de Pediatria do Hospital Getúlio Vargas e professor do curso de puericultura “Escola de Mãesinhas”, em Teresina. Cf.: LIMA, Olavo Correia. Assistência à infância no Piauí. **Revista da Associação Piauiense de Medicina**. Teresina, n. 1, v. esp., p. 12-16, dez. 1941.

²³MACEDO, Antônio da Silva. História da pediatria. In: SANTOS JÚNIOR, Luiz Airton (Org.). *História da medicina no Piauí*. Teresina: Academia de Medicina do Piauí, 2003. p. 277- 286.

²⁴Formado em Medicina pela Faculdade de Medicina da Bahia, em 1936. cursou pós-graduação da Policlínica do Botafogo no Rio de Janeiro, e fez um estágio de 2 anos na Clínica Pediátrica. Cf.: RAMOS, Francisco Ferreira. **Memorial do Hospital Getúlio Vargas: contexto histórico-político-econômico-sócio-cultural (1500-2000)**. Teresina: Gráfica do Povo, 2003. p. 88. A Policlínica de Botafogo foi criada por Luiz Barbosa em finais de 1899 e iniciou suas atividades em junho de 1900 visando ao atendimento de crianças. Luiz Barbosa elegeu o tema da alimentação (natural e artificial) como seu “núcleo principal” de ação. Confirmava assim, o paradigma dominante na pediatria da época como também reiterava a estratégia prioritária das instituições de assistência à infância em atividade no Rio de Janeiro desde 1900. Cf.: FERREIRA, Luiz Otávio. Luiz Barbosa, a assistência à infância e a institucionalização da pediatria no Rio de Janeiro da Primeira República. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA. 27., 2013. **Anais do XXVII Simpósio Nacional de História**. Natal: ANPUH, 2013.; SANGLARD, Gisele. **Entre salões e laboratórios: Guilherme Guinle, a saúde e a ciência no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2008.

²⁵CARDOSO, Elizangela Barbosa. **Identidades de gênero, amor e casamento em Teresina (1920-1960)**. 2010. 535 f. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2010. p. 453.

²⁶MELO, Leônidas de Castro. Trechos do meu caminho: “memórias” à feição de autobiografia. Teresina: COMEPI, 1976. p. 74.; BRITO, Antonio Burguja. **Narrativas autobiográficas**. Rio de Janeiro: [s.n.], 1977. v. 1. p. 194.

²⁷CARDOSO, 2017, p. 319-350.

²⁸CARDOSO, 2010, p. 426.

ALIMENTAÇÃO HIGIÊNICA: medicina, filantropia e assistência à infância no lactário Suzanne Jacob no Piauí (1930-1940)

Aos médicos, professoras e professores locais coube o papel de ressaltar as noções de pátria e raça associados à infância e a convocação das mães para tornarem-se aliadas dos médicos.²⁹ A aliança deveria sedimentar-se na incorporação de noções de higiene e de puericultura nas práticas de maternagem.

A ênfase na necessidade de a mãe ser detentora conhecimentos relativos à puericultura intensificou-se nos anos 1930. Uma das formas de divulgar esses conhecimentos era através realização da Semana da Criança, em Teresina,³⁰ no mês de outubro, na semana do dia 12, sob influência da Cruzada Pró-Infância.³¹ Através da participação nas comemorações da Semana da Criança, bem como através de outros mecanismos, como por meio de palestras e da escrita veiculada na imprensa local, nos consultórios médicos particulares e nos serviços de saúde, os médicos que trabalhavam na cidade começaram a difundir a necessidade de incorporação de conhecimentos científicos às práticas de maternagem.³²

Em 1935, o pediatra piauiense Aduino de Rezende, membro da Diretoria de Proteção à Maternidade e à Infância, no Rio de Janeiro, redigiu um conjunto de artigos que abordavam temas como a higiene, a educação e a saúde da criança intitulados Conselhos às mães, publicados no jornal *O Tempo*. No primeiro texto enfatizou o papel da mãe e, em seguida, as características do recém-nascido, os cuidados requeridos, o prematuro, a alimentação da criança, a alimentação natural e a artificial, bem como noções de higiene geral e educação das crianças.³³

Compartilhando formas de pensar a questão da infância com pediatras e puericultores, que estavam à frente do programa de assistência materno-infantil desenvolvido pelo Diretoria de Proteção à Maternidade e à Infância, como Aduino de Rezende, uma série de trabalhos médicos foi publicada nos jornais que circulavam no estado, como *O Momento* e *Diário Oficial*,

²⁹CARDOSO, 2010, p. 400.

³⁰Em Teresina desde o início da década de 1930 era realizada no mês de outubro a Semana da Criança. Durante as solenidades, médicos, professores e professoras debatiam problemas que assolavam a infância. Procuravam mobilizar a sociedade civil, para que colaborasse com a proteção materno-infantil. Esses profissionais valorizavam a aliança entre médicos e mães no cuidado da criança. Também colocavam em circulação noções de higiene e de puericultura. Cf.: CARDOSO, 2010, p. 443-444.

³¹Com o objetivo de ampliar as discussões na sociedade sobre os problemas na infância, divulgar metas e propostas, aumentar o número de sócios e os recursos financeiros e conseguir um número maior de parceiros, a comissão organizadora da Cruzada em São Paulo planejou a comemoração do Dia da Criança, que, posteriormente, foi ampliado para Semana da Criança, festejada no mês de outubro. Durante a semana, foram realizadas sessões cinematográficas, programas de rádio, palestras de médicos e educadores, audições, distribuições de donativos e brinquedos para as crianças asiladas e hospitalizadas, exposições de trabalhos e diversas comemorações em escolas públicas a profissionais. Possuía um Dispensário Central e quatro Centros de Assistência, que prestavam serviços voltados para a infância e a maternidade, uma Cozinha Dietética, a Casa Maternal e a Escola de Saúde. Cf.: MOTT, Maria Lúcia; BYINGTON, Maria Elisa B.; ALVES, Olga Sofia F. *O gesto que salva: Pérola Byington e a Cruzada Pró-Infância*. São Paulo: Grifo Projetos Históricos e Editoriais, 2005.

³²CARDOSO, 2010, p. 404.

³³CARDOSO, 2010, p. 406.

intitulado Aprenda a defender seu filho. Eis algumas das temáticas abordadas pelos médicos: Cândido Silva, Aprenda a defender seu filho; Rocha Furtado, Como alimentar as crianças; Noronha Almeida, Calor e diarreia; Edison Carvalho, Primeiros cuidados ao recém-nascido; Antônio M. Correia, Conselhos indispensáveis às mulheres grávidas; Lineu Araújo, Como evitar a sífilis congênita; Epifânio Carvalho, Conjuntivites na infância.³⁴

Em Parnaíba, corroborando com o propósito de proteção à infância, o inspetor sanitário Cândido Athayde promoveu, em 1937, as conferências da Semana da Criança no Dispensário de Assistência Médica da Santa Casa de Misericórdia. Os temas envolviam: Dia das Mães; Dia do lactante; Dia do pré-escolar; Dia da criança asilada; Dia da criança hospitalizada. As palestras foram proferidas por médicos e professoras, a saber, Dr. Mário Carvalho; Dr. Mirócles Campos Vêras; Dr. Diógenes Rebelo; Dr. João Silva Filho; Dr. Salmon de Noronha Lustosa Nogueira; Dr. Cândido Athayde; Profa. Maria Celeste de Jesus; Profa. Franci Furtado de Araújo e Profa. Neide Rodrigues.³⁵

Inserido ao projeto nacional em prol da infância, o tema da alimentação ganhou notoriedade e ações mais específicas. Em meados dos anos 1930 uma Campanha Nacional pela Alimentação da Criança foi iniciada pela Diretoria de Proteção à Maternidade e à Infância e divulgada no Piauí pela Sociedade Piauiense de Medicina e Cirurgia.³⁶ A alimentação da criança, especialmente a do lactente destacou-se como grande grave problema brasileiro, exigindo uma soma de esforços, a saber:

A iniciativa particular, em casos tais, tem capital importância. Os meios oficiais, por si sós, não resolvem o caso [...] Mas o apelo [...] vai muito mais longe. Recorre aos príncipes da Igreja e, por seu intermédio, a todo o Clero, sempre pronto aos grandes e nobres gestos; aos Diretores de Saúde Pública dos Estados; aos Professores de Pediatria e de Higiene nas Escolas Secundárias, à classe médica do país, à Imprensa Médica ou não, aos Professores primários e, muito particularmente, às Senhoras brasileiras, que tantas e tão decisivas provas de bondade mostram em tudo a que, de coração, se dedicam.³⁷

Os propósitos da campanha eram ambiciosos: incentivar a amamentação natural; promover o uso do leite como melhor alimento depois do desmame; promover o uso de alimentos com vitaminas; diligenciar para que toda criança recebesse o alimento apropriado e

³⁴A PRIMEIRA semana médica do Piauí. *Revista da Associação Piauiense de Medicina*. Teresina, n. 1, p. 73, ago. 1939.

³⁵PIAUI. Dispensário de Assistência Médica de Parnaíba. Parnaíba, 23 out. 1936. **Código 1362 – Ofícios dirigido ao diretor do departamento de saúde pública por diversas autoridades 1936**. Arquivo Público do Piauí, Teresina.

³⁶APRENDIA a defender seu filho: campanha nacional pela alimentação da criança. Divulgação da Sociedade Piauiense de Medicina e Cirurgia. *Diário Oficial*. Teresina, n. 22, p. 9, 29 jan. 1938.

³⁷APRENDIA..., 1938, p. 9.

ALIMENTAÇÃO HIGIÊNICA: medicina, filantropia e assistência à infância no lactário Suzanne Jacob no Piauí (1930-1940)

em quantidade suficiente, bem alimentar nutrízes e gestantes, combater erros, preconceitos, pouco caso em matéria de alimentação.³⁸ A ação médica incidia na promoção da educação higiênica.

A preocupação com a qualidade da alimentação das crianças era comum aos médicos pediatras, pois as doenças gastrointestinais eram as principais responsáveis pelas altas taxas de mortalidade infantil. Na perspectiva médica, qualquer mudança, por menor que fosse, na alimentação do bebê, deveria ser orientada e recomendada somente pelo médico, devendo a mãe comportar-se como uma enfermeira, que não pode tomar decisões de ordem terapêutica sozinha.

O tema do aleitamento materno foi bastante enfatizado pelos médicos, considerado prática de alimentação mais adequada para primeira infância. O médico-pediatra Noronha Almeida destacou este aspecto em conferência proferida na Semana da Criança, em 1936, intitulada Aleitamento e mortalidade infantil.³⁹ Segundo o médico, o leite humano, além de qualidades físicas e químicas comuns a outros leites – presença gordura, proteínas, sais, lactos -, possuía propriedades biológicas que o transformam em “líquido vivo”. A presença de enzima (oxidase, lipase, amilase), assim como de alexinas, anticorpos específicos (difteria, tétano) e aglutininas (febre tífica), transformavam-no em “produto profilático e curativo”⁴⁰.

A conferência *Como alimentar as crianças*, proferida pelo médico Rocha Furtado, em 1937, argumentava que os erros na alimentação eram um dos grandes responsáveis pelo alto nível de mortalidade infantil e para detê-la seria necessário instituir o aleitamento materno até o sexto mês de vida, uma vez que seria a alimentação correta.⁴¹ O ideal, conforme argumentava, era fixar horários para as mamadas, sendo este de três em três horas. Quando a mãe não tivesse leite, o médico especialista em crianças poderia prescrever um regime alimentar apropriado à produção láctea. Após o sexto mês, o bebê deveria passar à alimentação mista constituída por leite materno e leite de vaca, fresco ou em pó. Do décimo mês em diante um novo regime deveria ser incorporado, a chamada alimentação artificial, representada por leite, sopas etc. A assistência médica especializada era enfatizada como indispensável por ocasião dessas mudanças nos regimes de alimentação durante o primeiro ano da criança. Esta idade da vida

³⁸ APRENDA..., 1938, p. 9.

³⁹ ALEITAMENTO E MORTALIDADE INFANTIL. Conferência pronunciada pelo Dr. Noronha Almeida em sessão da Semana da Criança em 13 de outubro de 1936. Teresina: Tipografia O Tempo, 1939.

⁴⁰ ALEITAMENTO E MORTALIDADE INFANTIL, 1939.

⁴¹ CARDOSO, 2010, p. 404.

era considerada justamente àquela que costumava se instalar graves distúrbios nutritivos, por má orientação das mães.⁴²

Além de reforçar a relação entre amamentação e alimentação adequada, os médicos enfatizavam a praticidade em relação à alimentação artificial. No artigo Primeiros cuidados com o recém-nascido, publicado em 1937 no *Almanaque da Parnaíba*, destaca:

O melhor alimento para o recém-nascido é o leite materno. Além disso é mais fácil a amamentação que a nutrição artificial. Obter leite de boa proveniência, pasteurizá-lo ou fervê-lo, juntar-lhe água na proporção certa, para humanizá-lo, administrá-lo em temperatura adequada, manter limpo todos os apetrechos indispensáveis ao seu preparo, ter mamadeiras e bicos fervidos, tais são as múltiplas providências que a mãe não pode, em sã consciência, confiar à ignorância ou desmazelo de outros. Por isso somente em casos especialíssimos, em que a amamentação for proibida, a mãe privará o filhinho do leite que lhe pertence e que o garante de inúmeros perigos.⁴³

O médico Sebastião Martins de Araújo Costa,⁴⁴ em palestra sobre puericultura, proferida nas comemorações da Semana da Criança, em 1943, destaca que “de todos os cuidados com a criança, o principal, aquele que sobrepuja os demais, é certamente a alimentação”.⁴⁵ A amamentação desde os primeiros dias de vida tornava-se fundamental, pois o colostro, rico em proteínas, evitaria a desnutrição e, contendo grandes glóbulos gordurosos e laxativos, provocaria a expulsão do mecônio, tornando-se dispensável o uso do tradicional óleo de rícino. Além dessas vantagens, a sucção, mesmo que sofrida e escassa nos primeiros dias, apressava o aparecimento do leite. Apontava, ainda, os componentes essenciais do leite materno, como hidratos de carbono, proteínas, gorduras, água, sais minerais e vitaminas, que o tornava um alimento completo até o sexto mês de vida do bebê e indispensável ao seu crescimento.

Segundo o médico, alimentando ao seio, “tem o bebê boas cores, a fruição de boa saúde e resistência às infecções”.⁴⁶ Nessa concepção, as diversas doenças sofridas pela mãe, conferiam-lhe imunidades, graças aos anticorpos e estes, pelo leite, protegeriam o filho.

No ano seguinte, o responsável por reforçar a importância da amamentação materna foi o pediatra Dr. Domingos Matos Pereira, que proferiu uma palestra ao microfone, na Praça Rio

⁴²FURTADO, Rocha. Aprenda a defender seu filho: como alimentar as crianças. *Diário Oficial*. Teresina, p. 8, 5 fev. 1938.

⁴³PRIMEIROS cuidados com o recém-nascido. *Almanaque da Parnaíba*. Parnaíba, ano 14, p. 12-19, 1937.

⁴⁴Médico e político. Ao formar-se, em 1925, pela Faculdade de Medicina da Bahia defendeu sua tese pela Cadeira de Clínica Pediátrica Médica e Higiene Infantil. Cf.: COSTA, Sebastião Martins de Araújo. *Sôro-profilaxia do sarampo*. 1925. Tese (Cadeira de Clínica Pediátrica Médica e Higiene Infantil) – Faculdade de Medicina da Bahia, Salvador, 1925.; GONÇALVES, 2003, p. 139.

⁴⁵PALESTRAS feitas ao microfone, no desenvolvimento da Semana da Criança pelos Drs. Sebastião Martins de Araújo Costa, a 12 deste, sobre puericultura e Paulino Barros, a 14, sobre o aspecto da criança perante a saúde pública. *Diário Oficial*. Teresina, ano 13, n. 127, p. 4-6, 16 out. 1943.

⁴⁶PALESTRAS..., 1943, p. 4-6.

ALIMENTAÇÃO HIGIÊNICA: medicina, filantropia e assistência à infância no lactário Suzanne Jacob no Piauí (1930-1940)

Branco, intitulada As vantagens do leite humano na alimentação da criança.⁴⁷ Na ocasião, o pediatra chamou atenção para uma justificativa bastante comum entre as mulheres para o abandono do aleitamento, o leite fraco. Em suas palavras:

É muito comum apelarem para a falta de leite ou que o mesmo é de má qualidade. De um modo geral podemos dizer que toda mãe tem leite para o filho que gerou, pelo menos nos primeiros meses. Em estatística feita em uma maternidade, chegou-se a conclusão que 90% das mulheres internadas, tinham leite suficiente para as necessidades nutritivas dos seus filhos.⁴⁸

A valorização médica da amamentação natural não foi apanágio dos anos 1930. No Brasil, desde século XIX, os médicos vinham procurando incentivar as mulheres a amamentar os próprios filhos, como parte do projeto mais amplo de construção da nação através de famílias fortes, com crianças saudáveis. Jurandir Freire Costa argumenta que foi, a partir da terceira década do século XIX, que o discurso higienista procurou impor à família uma educação física, moral e sexual e no que tange às mulheres, o amor materno, era intimamente ligado ao cuidado e ao zelo pelos filhos, iniciados com a amamentação.⁴⁹ Acrescentemos que o discurso médico de combate às amas de leite e de estímulo ao aleitamento materno ganharia novo rumo com a criação da pediatria como especialidade médica, a partir de 1870, uma vez que os médicos fomentavam a amamentação como meio de combate à mortalidade infantil.⁵⁰

No início do século XX, Moncorvo Filho divulgava os resultados de suas investigações a respeito da composição do leite humano, nas quais comparava-o ao leite de animais comumente usados à época como substitutos ao aleitamento materno. Alertava as mães para o perigo do desmame.⁵¹ À época, médicos usavam diversos argumentos para convencer as mulheres da relevância da nobre missão de amamentar. O Dr. Oscar Clark, por exemplo, afirmava que “o aleitamento natural foi sempre considerado como o regime ideal para a 1ª idade; o único adequado a ela”.⁵²

A insistência no tema sugere que a amamentação não era prática tão frequente entre as mulheres. Importa destacar que, no decorrer do período em estudo, cresceu a participação

⁴⁷SEMANA DA CRIANÇA. **Diário Oficial**. Teresina, ano 14, n. 127, p. 1-6, 17 out. 1944.

⁴⁸SEMANA DA CRIANÇA, 1944, p. 1-6.

⁴⁹COSTA, 2004, p. 255-264.

⁵⁰FREIRE, 2009, p. 211.

⁵¹FREIRE, 2009, p. 214.

⁵²CLARK, Oscar. **Ensino de Waisenhaus em Berlim**: patogenia e tratamento das perturbações da nutrição na infância. Rio de Janeiro:Tipografia do Jornal do Comércio, 1913.

feminina no mercado de trabalho,⁵³ o que impactou na duração e frequência das mamadas entre as lactantes.

Cientes dessa realidade, os médicos receitavam como alimento indicado, “na falta do leite materno”, o leite de outra mulher. Nesse caso, tornava-se necessário que “a nutriz seja examinada minudentemente”.⁵⁴ Na impossibilidade do leite da mulher, os médicos indicavam que o bebê passasse à alimentação artificial, desde que indicados o tipo e as proporções certas pelo médico pediatra.⁵⁵

O emprego da alimentação artificial exigia conhecimento geral de nutrição, portanto, deveria ser mediada por conhecimentos médicos bastante específicos. Quando mal orientada e sem os cuidados de puericultura, transformava-se, segundo a perspectiva médica, uma das grandes causas de doenças. Em 1945, Dr. Equilelérico Nogueira, o médico-pediatra da cidade de Parnaíba discorreu sobre a alimentação artificial em artigo publicado no *Almanaque da Parnaíba*.⁵⁶ Segundo o médico:

Nenhuma mistura artificial substitui alimentação materna. [...] Com a melhor alimentação artificial, a mortalidade infantil é ainda cinco vezes maior que com a alimentação natural.[...] É praticamente impossível a ausência absoluta de micróbios no leite. [...] No nosso meio, não há serviços de esterilização de leite. Assim, aconselhamos que, ao chegar em casa, o leite de melhor procedência da cidade se pratique logo a fervura conservando na geladeira, se possível. Para o seu emprego em dietética infantil, teremos que levar em consideração não só a diferença de decomposição dos leites, como a assepsia relativa e idade da criança. Nos três primeiros meses, usa-se o leite ao meio (1 parte de leite, 1 parte de água, 1 colher de chá de farinha, 1 de colher de chá de açúcar). No segundo trimestre, emprega-se o leite aos dois terços (2 partes de leite, 1 parte de água, farinha e açúcar). Depois dos seis meses, já pode ser administrado o leite sem água, não diluído.⁵⁷

Além da alimentação artificial via leite de origem animal (como leite de jumento ou de vaca), outra opção passou a ser o leite industrializado, como podemos perceber na discussão do médico Equilelérico Nogueira. A indústria investiu na produção do leite em pó em condições que se tornasse “aceitável” às exigências pediátricas.⁵⁸ Os médicos foram também responsáveis pela campanha do leite, aliando-se à indústria de laticínios.

⁵³CARDOSO, Elizangela Barbosa. Múltiplas e singulares: história e memória de estudantes universitárias em Teresina (1930-1970). Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 2003.; CARDOSO, 2010, p. 24-95.; CASTELO BRANCO, Pedro Vilarinho. **Mulheres plurais**. Recife: Edições Bagaço, 2005. p. 97-110.

⁵⁴PALESTRAS..., 1943, p. 4-6.

⁵⁵PALESTRAS..., 1943, p. 4-6.

⁵⁶NOGUEIRA, Equilelérico. Alimentação artificial. *Almanaque da Parnaíba*. Parnaíba, ano 22, p. 167-169, 1945.

⁵⁷NOGUEIRA, 1945, p. 167-169.

⁵⁸FREIRE, 2009, p. 221-243.

ALIMENTAÇÃO HIGIÊNICA: medicina, filantropia e assistência à infância no lactário Suzanne Jacob no Piauí (1930-1940)

Assim, no contexto, o principal “problema da infância” foi considerado a perda da criança nos primeiros anos de vida, em decorrência de problemas alimentares. As altas taxas de mortalidade infantil foram um dos motivos que levaram os médicos a se empenharem na causa da adequada alimentação na primeira infância. Como meio de combate, os médicos agiam em duas vias de discursos, um moral, que reforçava o valor da infância, e outro científico, que enfatizava os aspectos nutricionais e associavam a alimentação adequada às boas condições de saúde. O objetivo médico era educar as mães para adequar a alimentação ao máximo possível aos padrões considerados higiênicos.

78

Lactário Suzanne Jacob: modelo médico-filantrópico na assistência à infância

No Piauí, a preocupação do poder público com a mortalidade infantil aparece na primeira década do século XX. Em 1911, na mensagem apresentada à Câmara Legislativa pelo governador Antonino Freire da Silva, somava-se à insatisfação por falta de um serviço de saúde, a preocupação com a mortalidade infantil, tida como “exageradíssima em Teresina”.⁵⁹ Na década de 1920, o governador João Luiz Ferreira também reconheceu que, entre as causas de mortalidade infantil, destacavam-se as moléstias do aparelho respiratório, as doenças gastrointestinais e as enfermidades contagiosas.⁶⁰ Essas moléstias eram associadas tipicamente à pobreza, uma vez que estavam associadas ao tipo de alimentação que estas crianças possuíam e à falta de condições de salubridade e de higiene nos lugares que residiam.

No entanto, durante a Primeira República, não se verificou qualquer manifestação dos poderes públicos sobre a estruturação de um sistema de proteção da saúde materno-infantil que oferecesse serviços especializados no Estado.⁶¹ Isto porque os governos ainda não consideravam que a assistência a este público fosse de sua responsabilidade. As ações de caridade e de filantropia, promovidas e organizadas pela sociedade civil, mobilizavam o campo da assistência à população, sobretudo, à pobreza, tendo como preocupação central a vida em coletividade e o afastamento das doenças.⁶² No Piauí, as cidades de Teresina, Parnaíba e Floriano destacavam-se pela assistência médica promovida nas instituições Santa Casa de

⁵⁹PIAUI. **Mensagem apresentada à Câmara dos Deputados pelo Exmo. Sr. Dr. Antonino Freire da Silva, governador do Estado, no dia 1º de junho de 1911.** Teresina: Imprensa Oficial, 1911. p. 15-16.

⁶⁰MARINHO, Joseanne Zingleara Soares. A mãe cuidadosa também enterra seus anjinhos: a mortalidade infantil no Piauí (1889-1945). **Revista TEL.** Irati, v. 10, n. 2, p. 154-176, 2019.

⁶¹MARINHO, 2019, p. 154-176.

⁶²No Brasil, até a década de 1930, os serviços voltados à área materno-infantil foram, na sua maioria, de caráter filantrópico. No início dessa mesma década, os serviços de assistência à infância eram executados, principalmente, por instituições privadas não tendo ocorrido até aquele momento uma atuação sistemática e intensiva do governo nesse setor. Cf.: FONSECA, Cristina M. Oliveira. A saúde da criança na Política Social do Primeiro Governo Vargas. **PHYSIS: Revista de Saúde Coletiva.** Rio de Janeiro, v. 3, n. 2, p. 97-116, 1993. p. 105.

Misericórdia de Teresina, Santa Casa de Misericórdia de Parnaíba e Hospital São Vicente de Paula de Floriano, respectivamente. Esses estabelecimentos tinham caráter filantrópico, mas contavam, principalmente, com o auxílio financeiro do governo do Estado, e também das prefeituras, tendo em comum o funcionamento precário dos serviços de assistência médica.⁶³

No início do Governo Provisório, o Ministério da Educação e da Saúde Pública proporcionou o surgimento de um serviço ligado ao Departamento Nacional de Saúde Pública (DNSP). Tratava-se da Inspetoria de Higiene Infantil, responsável pelas discussões em torno das políticas de saúde materno-infantil. A ação da Inspetoria, com a inauguração de lactários, serviços de pré-natal e clínicas pediátricas, ficara restrita apenas às capitais, com algumas exceções, os estados que já realizavam algum tipo de ação, a exemplo da Bahia.⁶⁴ Assim como as demais atividades em saúde pública, a assistência direcionada à infância e à maternidade permanecia descentralizada.

Foi entre o final da década de 1930 e a década de 1940 que o Estado realizou a organização administrativa efetiva, o planejamento nacional de medidas protetivas e a efetivação de ações nacionais para o amparo materno-infantil.⁶⁵

Em 1937, a partir da reforma do Ministério da Educação e Saúde implantada por Capanema, o Departamento Nacional de Saúde transforma a Diretoria de Proteção à Infância em Divisão de Amparo à Maternidade e à Infância (D.A.M.I). Este foi o primeiro programa estatal de proteção à maternidade e à infância, o que implicou a consonância com a política centralista de governo, a normatização das políticas de saúde pública e o aumento da importância médica na hierarquia burocrática.⁶⁶ O programa de assistência foi desenvolvido por médicos inseridos no aparelho estatal.

Nesse contexto, como desdobramento de uma política centralista e das reformas de saúde pública desenvolvidas pelo governo Vargas, conformam-se, no Piauí, ações em prol da proteção materno-infantil. Não por acaso, essas ações também ocorreram à medida que médicos se inseriram na gestão do Estado.

⁶³MARINHO, Joseanne Zingleara Soares. “**Manter sadia a criança sã**”: as políticas públicas de saúde materno-infantil no Piauí de 1930 a 1945. Jundiá: Paco Editorial, 2018. p. 41.

⁶⁴MARTINS, Ana Paula Vosne. Políticas públicas para a maternidade e a infância no Brasil na primeira metade do século XX. In: MONTEIRO, Yara Nogueira. **História da saúde: olhares e veredas**. São Paulo: Instituto de Saúde, 2010. p. 116.

⁶⁵CARDOSO, 2010, p. 427.

⁶⁶BRASIL. Ministério da Saúde. **Gestões e gestores de políticas públicas de atenção à saúde da criança: 70 anos de história**. Brasília: Ministério da Saúde, 2011. p. 9.; CARDOSO, 2012, p. 404.

Humana Res, v. 5, n. 7, 2023, ISSN: 2675 - 3901 p. 66 – 89, jan. a ago. 2023. DOI 10.29327/2151838.5.7-5

ALIMENTAÇÃO HIGIÊNICA: medicina, filantropia e assistência à infância no lactário Suzanne Jacob no Piauí (1930-1940)

Em 1935, o médico Leônidas de Castro Melo⁶⁷ é eleito governador do Estado pelo sistema de votação indireta, realizada pela Assembleia Estadual Constituinte. Com o advento do Estado Novo, foi confirmado no cargo, como Interventor Federal, permanecendo no cargo até 1945.

Nas municipalidades, duas cidades importantes do Piauí, Teresina e Parnaíba, encontravam-se, no momento da implantação das reformas nacionais de saúde pública, geridas pelos médicos Lindolfo do Rego Monteiro⁶⁸ e Mirócles Campos Veras,⁶⁹ respectivamente.

Dado o grau de importância atribuído à saúde materno-infantil para a nação, necessitava-se, pois, de uma estrutura autônoma de saúde pública voltada para a formulação e a implementação das políticas voltadas a esse público.⁷⁰ Em 1940, o D.A.M.I., vinculado ao Departamento Nacional de Saúde, foi extinto e criado o Departamento Nacional da Criança (DNC), diretamente subordinado ao Ministério da Educação e Saúde.⁷¹

Fixavam-se, assim, as bases da organização da proteção à maternidade, à infância e à adolescência em todo o país. Além de ampla liberdade administrativa e econômica, o Departamento sistematizou e unificou toda a iniciativa nacional em prol da mãe e da criança, seja de ordem pública, seja de ordem privada.⁷²

O processo de institucionalização de um campo de assistência à saúde materno-infantil no Piauí ocorreu ao longo da primeira metade do século XX, com iniciativas pioneiras na cidade de Parnaíba. As ações no período eram elogiadas e atribuídas ao “espírito de filantropia e caridade”⁷³ de sua população e apareciam como vinculadas às tentativas de assistir aos males em decorrência da crescente pobreza, sendo uma destas a promoção da assistência pública. Estas ações, individuais e coletivas, ao mesmo tempo em que confundidas em termos

⁶⁷Nasceu em 1897 na cidade de Barras (PI). Formou-se em medicina pela Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, em 1920. Político. Cf.: GONÇALVES, 2003, p. 253-254.

⁶⁸Médico e político. Exercia como médico, a pediatria. Foi diretor da Casa Anísio Brito, da Caixa Econômica Federal no Piauí e do Departamento de Saúde do Estado. Como prefeito de Teresina, exerceu mandato de fevereiro de 1936 à novembro de 1945. Cf.: GONÇALVES, 2003, p. 269.

⁶⁹Médico e político. Natural de Parnaíba (PI). Formado pela Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, em 1913. Foi prefeito municipal da sua terra natal, no período de 1934-1945. Foi fundador da Sociedade dos Lázarus. Criou a Maternidade Marques Bastos. Diretor da Santa Casa de Misericórdia. Cf.: GONÇALVES, 2003, p. 418-419.

⁷⁰MARTINS, 2010, p. 117.

⁷¹O Departamento Nacional da Criança coordenou a assistência materno-infantil no Brasil até o ano de 1969, desenvolvendo atividades dirigidas à infância e à maternidade, com o objetivo de normatizar o atendimento à dupla mãe-filho e combater a mortalidade infantil. Cf.: HOCHMAN, Gilberto. Reformas, instituições e políticas de saúde no Brasil (1930-1945). *Educar*. Curitiba, n. 25, p. 127-141, 2005.

⁷²LIMA, 1941, p. 12-16.

⁷³A PALAVRA do interventor. Discurso pronunciado pelo Dr. Leônidas de Castro Melo por ocasião da inauguração do monumento erigido na Praça Santo Antonio, em comemoração do primeiro centenário da elevação de Parnaíba à categoria de cidade. In: CORREIA, Benedicto Jonas; LIMA, Benedicto dos Santos (Org.) *O livro do centenário da Parnaíba: estudo histórico, corográfico, estatístico e social do município de Parnaíba*. Parnaíba: Gráfica Americana, 1945. p. 29-33.

conceituais, complementavam-se, na prática, e eram valorizadas na sociedade civil, indicando altruísmo, bondade, generosidade daqueles que habitavam a cidade.⁷⁴

Localizada no extremo norte do Piauí, a cidade de Parnaíba constituiu-se historicamente com importante papel econômico, social e político. Desde o século XVIII, com a atividade pecuária e a indústria do charque, até sua transformação no principal “empório comercial do Piauí”,⁷⁵ Parnaíba foi fundamental para a inserção do Estado no contexto da economia internacional, por meio da exportação.⁷⁶

No que tange à cidade de Parnaíba, o período favorável pelas relações comerciais, vivenciados desde o final do século XIX se postergou até meados do século XX. O recorte foi marcado por intensas transformações sociais, além de novas dinâmicas urbanas agudizadas pelas relações de trabalho estabelecidas no pós-abolição. O comércio passou a ser um dos pontos fortes da cidade, quando ali se estabeleceram casas importadoras e exportadoras de produtos variados, vindos do Brasil e do exterior. Essas casas comerciais funcionavam como entreposto de comércio e de distribuição de mercadorias entre o litoral e o interior do Piauí.⁷⁷

O “progresso”, contudo, não alcançava a totalidade da população. À medida que a dinâmica comercial se intensificava, as famílias pobres eram empurradas para zonas periféricas, principalmente, para bairros distantes⁷⁸ ou áreas mais próximas dos rios, especialmente, o Parnaíba e o Igarassú (braço do rio Parnaíba).⁷⁹

A vida das crianças pobres se tornava mais vulnerável e precária e, não por acaso, os índices de mortalidade eram elevados. A demanda por assistência a este público, priorizando a preservação da saúde, foi aos poucos incentivada. A assistência no seio da sociedade civil aliou-se às tentativas de implantação de políticas públicas de saúde pelo Estado e ao aumento da demanda de oferta de atendimento médico, sobretudo com especialidades voltadas para ginecologia, obstetrícia e pediatria.

⁷⁴CAMPOS, João. A assistência social em Parnaíba. **Almanaque da Parnaíba. Parnaíba**, ano 16, p. 141-145, 1939.

⁷⁵PARANAGUÁ, Joaquim Nogueira. **Do Rio de Janeiro ao Piauí pelo interior do país: impressões de viagem (1855-1926)**. Brasília: Senado Federal, 2019. p. 149-150.

⁷⁶REGO, Junia Motta Antonaccio Napoleão do. **Dos sertões aos mares: história do comércio e dos comerciantes da cidade de Parnaíba**. Teresina: EDUFPI, 2013. p. 21-114.

⁷⁷GANDARA, Gercinair Silvério. **Rio Parnaíba... cidades-beira (1850-1950)**. Teresina: EDUFPI, 2010.

⁷⁸Nesse recorte temporal, os bairros Campos, Macacal, Tucuns, Coroa e Guarita são registros das mudanças e da diversidade de atores sociais, importantes para o funcionamento dos setores sócio produtivos de Parnaíba. Esses espaços ainda configuram como demonstrativo de que o município, bem como os diferentes homens e mulheres que ali residiam, não foram beneficiados da mesma forma. Cf.: PASSOS, Caio. **Cada rua sua história**. Parnaíba: IOCE, 1982.

⁷⁹A cidade também é banhada pelos rios Piranguí e Portinho. Cf.: CORREIA; LIMA, 1945, p. 52.

ALIMENTAÇÃO HIGIÊNICA: medicina, filantropia e assistência à infância no lactário Suzanne Jacob no Piauí (1930-1940)

A primeira instituição direcionada unicamente à assistência infantil com base em conhecimentos médico-científicos, no Estado, foi o *Lactário Suzanne Jacob*. A criação da instituição esteve envolta às práticas de caridade e de filantropia existentes na cidade. A construção de sua memória relaciona-se à caridade às crianças por meio do fornecimento de leite às famílias que não podiam comprá-lo para seus filhos. Dona Suzanne Jacob⁸⁰ demonstrou “ardente desejo” de “criar aqui uma instituição assistencial à infância e à maternidade”.⁸¹

A iniciativa de construção do lactário esteve associada à “bondade” e ao “espírito humanitário” de Roland Jacob,⁸² esposo de Suzanne e alto comerciante da cidade, em 1935. Com a morte de Suzanne Jacob, no Rio de Janeiro, em 1937, a instituição passou a ter o seu nome como forma de homenageá-la. Funcionava em prédio próprio, à rua Riachuelo. Ao lado do Lactário, foi construída, também, a Maternidade Marques Basto, pioneira no Piauí.

Ficaram a cargo de Roland Jacob os gastos iniciais de instalação, no valor de cerca de sessenta contos de réis. Posteriormente, a institucionalização incorporou subvenções municipal e estadual, com a quantia de doze contos de réis por ano (6:000\$000 cada). Com este auxílio, assume o Sr. Roland Jacob a responsabilidade da manutenção de todo o serviço, cuja despesa mensal constava, em média, de dois contos e quinhentos mil réis (2:500\$000).⁸³ Além destes, a receita da instituição contava com as doações e arrecadações decorrentes de quermesses e de contribuições de qualquer natureza e origem.⁸⁴

Recursos públicos parecem também ter sido investidos na instituição. Destaca-se a “homenagem de gratidão dos parnaibanos, ao Dr. Herbert Antunes, o digno delegado da 3ª Região de Saúde, que nos proporcionou a felicidade de podermos transformar em realidade esta grande obra”.⁸⁵

A instituição também contou com auxílios do interventor cearense, Dr. Menezes Pimentel,

enviando para sua organização a inteligente enfermeira D. Diva Campos, cujos inestimáveis trabalhos aqui evidenciados na ordem, no asseio e na admirável distribuição do serviço, traduzem a sua operosidade e a sua competência neste delicado departamento do saber, em que se confunde a inteligência com o coração.⁸⁶

⁸⁰Suzanne Margueritte Geisman, nascida em Fribourg, a 1 de dezembro de 1927, em Sarrebourg (França). Esposa de Roland Jacob, alto comerciante da cidade. Cf.: JACOB, Marc-Theophile. A pequena e brava família Jacob. In: ARAÚJO, Maria Mafalda Baldoíno de; EUGÊNIO, João Kennedy (Org.). **Gente de longe**: histórias e memórias. Teresina: Halley, 2006. p. 273-334.

⁸¹PASSOS, 1982, p. 331-332.

⁸²LACTÁRIO Suzanne Jacob em Parnaíba. **Revista da Associação Piauiense de Medicina**. Teresina, n. 2, p. 139-140, dez. 1939.; CARDOSO, 2010, p. 430.

⁸³LACTÁRIO..., 1939, p. 139-140.

⁸⁴ESTATUTOS Lactário Suzanne Jacob de Parnaíba-Piauí. **Diário Oficial**. Teresina, n. 69, p. 8, 24 mar. 1939.

⁸⁵LACTÁRIO Suzanne Jacob. **Almanaque da Parnaíba**. Teresina, ano 17, p. 266-269, 1940.

⁸⁶LACTÁRIO..., 1940, p. 266-269.

O Lactário representava a mais eficiente empreitada de cooperação entre os governos e a iniciativa particular, aprovada pelos congressos internacionais de higiene e por isso, considerada uma organização de base social.

Operava-se, portanto, uma Campanha que se desdobrava pelo Brasil, na qual se requeria a união de todos e todas, homens e mulheres, poderes público e privado, particulares e associações, em torno do “bem da criança”.

Na ocasião da inauguração, em 1938, o médico e prefeito Mirócles Veras enfatizava a satisfação em ver “concretizada mais uma das minhas aspirações profissionais em prol da saúde de meus patrícios, em benefício do saneamento da cidade e na defesa da eugenia e da raça”.⁸⁷

A partir de 1943, o controle dos serviços passou a ser feito pelo Centro de Saúde de Parnaíba, instituição do Departamento de Saúde Pública do Estado.⁸⁸ Esse foi um desdobramento das políticas sociais de saúde materno-infantil. O Lactário Suzanne Jacob, posteriormente, passou a denominar-se Posto de Puericultura Suzanne Jacob, após mudar de sede em 1945. O novo prédio foi subsidiado por Roland Jacob, a Legião Brasileira de Assistência e a Associação Comercial de Parnaíba.

O *Lactário Suzanne Jacob* instituiu-se com base em modelo assistencial que tinha como base serviços médicos e sociais especializados, que, sob o comando de profissionais da saúde (médicos e enfermeiras), colocariam em prática métodos preconizados pela higiene infantil. No Lactário, a aproximação entre mães e médicos ocorria em torno da alimentação infantil.⁸⁹

No início, o Lactário esteve sob orientação do Dr. Mirócles Campos Veras, obstetra e com larga experiência na Santa Casa de Misericórdia. Após a oficialização dos Estatutos do Lactário Suzanne Jacob⁹⁰ e realização de sessão para escolha da mesa diretora, a instituição passou a ser gerida pelo Médico-Chefe, o pediatra Dr. Equililérico Nogueira, e a Diretora Anália da Silva Rios.⁹¹ Dona Anália da Silva Rios, primeira diretora da instituição, tinha

⁸⁷LACTÁRIO..., 1940, p. 266-269.

⁸⁸LACTÁRIO Suzanne Jacob. **Almanaque da Parnaíba**. Parnaíba, ano 22, p. 396, 1945.

⁸⁹Os leites distribuídos no Lactário Suzanne Jacob poderiam ser, o leiteiro, o leite acidulado, o mingau, o leite de vaca a dois terços, o leite de vaca ao meio, o leite em pó e o leite com açúcar. Cf.: LACTÁRIO..., 1939, p. 139-140.

⁹⁰ESTATUTOS..., 1939.

⁹¹LACTÁRIO..., 1939, p. 139-140.

ALIMENTAÇÃO HIGIÊNICA: medicina, filantropia e assistência à infância no lactário Suzanne Jacob no Piauí (1930-1940)

experiência com partos e puericultura na cidade.⁹² Integravam-se à equipe também, duas enfermeiras auxiliares e uma enfermeira visitadora.⁹³

O Lactário, estaria, portanto, sob a orientação de médicos especialistas, fornecendo “leite cientificamente preparado aos lactentes privados da alimentação materna”.⁹⁴ O leite cientificamente preparado diz respeito à utilização de técnicas de pasteurização.

O Lactário considerava a renda das famílias, no momento de prestar assistência. As famílias consideradas mais pobres, com menos condições de oferecer uma alimentação adequada às crianças, eram aquelas beneficiadas pelo serviço. Conforme ressalta o médico Equililérico Nogueira:

Dispõe o Lactário de ambulatório para exame das crianças sadias ou doentes, e de cozinha dietética que fornece o alimento já preparado, de acordo com as normas da higiene infantil e em harmonia com a exigência do caso clínico. O direito ao alimento é adquirido após a necessária sindicância sobre a situação financeira dos pais.⁹⁵

A clientela primordial a ser assistida, no Lactário, tornou-se justamente a criança pobre, até 18 (dezoito) meses de idade, cuja assistência alimentar adequada poderia evitar as doenças. As crianças acima dessa idade também eram atendidas e constavam nos registros da instituição, mas não eram objeto de um acompanhamento sistemático.⁹⁶ A ligação entre a instituição e as crianças era via mulheres/mães pobres. Eram elas que deveriam ser convencidas de frequentar os serviços.

Acusar as amas de leite como responsáveis pela mortalidade infantil foi uma estratégia para incentivar as mulheres a aderirem à prática da amamentação dos próprios filhos. Outro atrativo era a distribuição de alimentação adequada às crianças, sobretudo, àquelas de mães trabalhadoras.

A distribuição das fórmulas alimentares preparadas no Lactário Suzanne Jacob assumia relevância em um contexto em que o tema da mortalidade infantil e da alimentação adequada serviu de elo entre mulheres, mães e médicos, conforme já destacamos.⁹⁷

⁹²Anália Rios possuía um curso especializado em alimentação e higiene infantis, experiência de trabalho na maternidade Dr. João da Rocha Moreira na cidade de São Luís no Maranhão e como auxiliar dos Dispensários Sífilis e Dietética na cidade de Sobral, no mesmo estado. Ademais, oferecia seus serviços como parteira diplomada às “dignas senhoras mães” que quisessem pagar para receber conselhos sobre cuidados e alimentação dos bebês, na cidade de Parnaíba e localidades vizinhas. Cf.: PARTEIRA. **Almanaque da Parnaíba**. Parnaíba, ano 16, p. 330, 1939.; LACTÁRIO..., 1940, p. 266-308.

⁹³LACTÁRIO..., 1945.

⁹⁴LACTÁRIO..., 1940, p. 266-269.

⁹⁵LACTÁRIO..., 1940, p. 266-269.

⁹⁶LACTÁRIO..., 1939, p. 139-140.

⁹⁷FREIRE, 2009.

O Lactário era considerado “órgão vital de um Centro Infantil que educa, instrui, alimenta e assiste”.⁹⁸ Os serviços oferecidos, na instituição, dividiam-se, inicialmente, entre Ambulatório e Cozinha Dietética. No ambulatório, as crianças passavam por triagem, consulta, pesagem, bem como recebiam alimentação considerada adequada e conselhos de puericultura. Na cozinha dietética, destinava-se um serviço mais amplo de educação às mães, uma espécie de “escola prática para as mães pobres e ricas, que aprendem [...] o preparo dos alimentos e um modelar serviço de assistência”.⁹⁹

Havia, ainda, o registro de crianças inscritas, crianças atendidas, pesadas, consultas, conselhos individuais de puericultura, crianças encaminhadas à cozinha e demonstrações de dietética. Em relação à natureza das dietas, ao que consta nas fichas, o Lactário distribuía leite em pó, mingau, leite de vaca, leite com açúcar, leite acidulado e leiteinho.¹⁰⁰

A distribuição de alimento fazia-se:

diariamente, pela manhã, em mamadeiras graduadas e esterilizadas (na instituição havia Secção de Esterilização com aparelho autoclave), que levam a quantidade de alimento para cada refeição; a criança recebe logo o número de mamadeiras correspondente ao número das suas refeições.¹⁰¹

O serviço do Lactário, apesar de distribuir fórmulas e leites de vaca, fazia grande propaganda do aleitamento natural, divulgando as noções de higiene e puericultura com demonstrações diárias às mães que frequentavam o estabelecimento.

A instituição, no seu funcionamento, permite também produção de novos saberes relacionados às práticas tradicionais femininas, tal como a amamentação materna. A oferta de serviços no Lactário e a observação de casos clínicos possibilitou ao médico da instituição, o Dr. Equililérico Nogueira, que discorresse em artigo da *Revista da Associação Piauiense de Medicina*, sobre as diarreias em crianças alimentadas com leite materno.¹⁰² Segundo o médico:

Os ‘leigos entendidos’ concebem a péssima qualidade do leite humano e ensinam a prática do desmame. Desastre fatal. Cabe recordar aqui a expressão de Schlossmann: o médico, em certas circunstâncias, deve decidir-se mais facilmente a praticar uma laparotomia do que separar um lactente do leite materno. Para sua saúde e vida, este ainda permanece insubstituível.¹⁰³

⁹⁸LACTÁRIO..., 1940, p. 266-269.

⁹⁹LACTÁRIO..., 1940, p. 266-269.

¹⁰⁰PIAUI. Lactário Suzanne Jacob. Movimento mensal do posto de higiene de Teresina, Parnaíba e Floriano em 1944. *Códice 1406*. Arquivo Público do Piauí, Teresina.

¹⁰¹LACTÁRIO..., 1939, p. 139-140.

¹⁰²NOGUEIRA, Equililérico. Diarreias em crianças alimentadas com leite materno. **Revista na Associação Piauiense de Medicina**. Teresina, n. 1, v. 2, p. 36-39, 1940.

¹⁰³NOGUEIRA, 1940, p. 36.

ALIMENTAÇÃO HIGIÊNICA: medicina, filantropia e assistência à infância no lactário Suzanne Jacob no Piauí (1930-1940)

Condenava, ainda, a medicação caseira, da vizinha, das comadres, dos “entendidos”, que muitas vezes, entravam em cena, antes do tratamento considerado adequado. Estes, prescreviam “a lavagem, o purgativo, os anticépticos intestinais, benzonaftol, hopogan, aniodol (por não usarem terapêutica infantil), os fermentos lácticos”, todos julgados inúteis na ótica médica.¹⁰⁴

A finalidade do pediatra de atingir as práticas das mães conformou-se mediante a crítica dos conhecimentos tradicionais. Depois de mostrar qual era a atitude das comadres, reivindicava para si o direito de ensinar a prática alimentícia correta, do ponto de vista acadêmico. Pelo menos no nível institucional, cada vez mais lhe era dado o direito de julgar o procedimento materno.

No trabalho, o Dr. Equililérico Nogueira, apresenta a sua terapêutica de dois “doentinhos” no Lactário Suzanne Jacob, frisando a importância da observação da curva semanal do peso.¹⁰⁵ Em um dos pacientes, recomendava o leite materno de 3 (três) em 3 (três) horas, 6 (seis) vezes ao dia, quinze minutos para cada mamada; água fervida fria nos intervalos e meia colher de chá de Larosan dissolvido em água mineral e adoçado com sacarina, para ser dado duas vezes ao dia. Para o outro paciente, sugeriu uma ligeira modificação no regime. Cinco mamadas e a substituição da mamada do meio-dia por uma mamadeira de leiteiro, na seguinte fórmula: “mucilagem de farinha de milho, previamente torrada, a um e meio por cento; nutromalte; eledon”. Além disso, prescreveu água de cal. Finaliza o trabalho nos seguintes termos:

Aqui o valor da simplicidade é incontestável. A arraigada mania de drogas é inútil, algumas vezes, quando não é prejudicial em outros. A medicina, e, em particular, a do lactente, cuida antes de prevenir as doenças do que curá-las. E, para a realização deste estado, poucas preocupações com substâncias medicamentosas. A profilaxia é quase tudo.¹⁰⁶

Conforme os médicos, a alimentação com leite materno não deveria ser cessada mesmo que ocorresse alguma anormalidade ou o leite fosse considerado fraco ou insuficiente. Muitos médicos concordavam que o aleitamento misto oferecia a vantagem de “preparar” o organismo infantil para o desmame, evitando a interrupção brusca da amamentação.¹⁰⁷

Eventos, como concursos de Robustez Infantil eram realizados na instituição como forma de promover uma maior aproximação com a sociedade civil, em especial, com os

¹⁰⁴NOGUEIRA, 1940, p. 36-39.

¹⁰⁵NOGUEIRA, 1940, p. 39.

¹⁰⁶NOGUEIRA, 1940, p. 39.

¹⁰⁷FREIRE, 2009, p. 222.

inscritos nos serviços oferecidos, de forma a incentivar a permanência. O evento destinava-se à premiação para crianças matriculadas nos serviços do Lactário. Na oportunidade, também eram realizadas palestras educativas, ministradas pelo médico Equililérico Nogueira.

Na organização do concurso envolviam-se associações com finalidade caritativa e filantrópica, como Rotary Club de Parnaíba. O evento contava com doações de comerciantes, como o próprio Roland Jacob, representante Companhia Nestlé, que “contribuíra para a distribuição dos prêmios, oferecendo vários mimos que iam ser presenteados as crianças vencedoras do concurso”. Nos concursos de robustez faziam-se presentes as “autoridades locais, rotarianos, famílias e representantes de todas as classes sociais”.¹⁰⁸

Segundo Maria Martha de Luna Freire, os concursos de robustez infantil iniciaram como práticas recorrentes no Brasil, a partir no início do século XX. Neles, os principais critérios utilizados eram o vigor, a beleza, a saúde e o peso das crianças. A realização desses eventos era defendida como uma das estratégias de incentivo ao aperfeiçoamento da raça através da alimentação adequada. De clara inspiração eugênica, haviam sido propostos de forma pioneira pelo Dr. Moncorvo Filho; dirigiam-se, particularmente, às mães pobres, conferindo premiação em dinheiro ao bebê mais saudável, até doze meses, que tivesse sido amamentado ao peito, no mínimo até seis meses de idade.¹⁰⁹

A realização dos concursos, em Parnaíba, indica tanto a tentativa de difusão da higiene, pelos médicos, como a incorporação, pelas mães, da representação da robustez enquanto sinônimo de zelo materno em relação à alimentação e à saúde do filho.

A prática desse modelo de assistência à infância associado ao “sistema de lactações subsidiadas” pelas entidades filantrópicas foi experiência comum em outros estados brasileiros, especialmente, no Rio de Janeiro e na Bahia.¹¹⁰

Os serviços oferecidos via Lactário Suzanne Jacob parecem aproximar-se bastantes das atividades incentivadas pelo pediatra Moncorvo Filho no Instituto de Proteção à Assistência à Infância (IPAI), no Rio de Janeiro. Incorporavam a questão da alimentação infantil de forma abrangente e inclusiva, num aparente esforço em se adequar às estratégias que já vinham sendo adotadas pelas mulheres, apoiando-as, corrigindo-as, quando julgasse necessário, e conferindo-lhes um selo de cientificidade. Se, por um lado, incentivava à adoção de nutrizes – desde que vigiadas pela família e examinadas e supervisionadas pelos médicos –, por outro lado, tolerava

¹⁰⁸ROTARY Club de Parnaíba um concurso de robustez infantil. **Diário Oficial**. Teresina, ano 12, n. 70, p. 16, 28 mar. 1942.

¹⁰⁹FREIRE, 2009, p. 237-238.

¹¹⁰SANGLARD, Gisele (Org.). Amamentação e políticas para a infância no Brasil: a atuação de Fernandes Figueira, 1902-1928. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2016.

ALIMENTAÇÃO HIGIÊNICA: medicina, filantropia e assistência à infância no lactário Suzanne Jacob no Piauí (1930-1940)

e orientava o aleitamento misto e o artificial. Conforme este princípio, o médico adotou no IPAI o modelo francês das Gotas de Leite esterilizado, simultaneamente, à oferta de assistência e orientação técnica a mães e filhos. Moncorvo aparentemente tentava proporcionar às mulheres, alternativas alimentares mais seguras para seus filhos e reduzir os riscos de distúrbios do aparelho digestivo e, conseqüentemente, de adoecimento e morte infantis.¹¹¹

A ação da sociedade civil, em Parnaíba, na criação de instituições de assistência à saúde não se restringiu aos casos apresentados, pois, nos anos 1930, era a Sociedade Feminina de Proteção aos Pobres que custeava uma delegacia de saúde municipal.¹¹²

Fruto da iniciativa do Dr. Mirócles Campos Veras, a ação da Sociedade de Proteção à Maternidade e Infância de Parnaíba (SPMIP), em 1936, iniciou a construção da Maternidade Marques Bastos, na cidade.¹¹³

Essas experiências de benemerência em favor da assistência à maternidade e à infância, no Piauí, fizeram parte de uma tradição brasileira desde a virada do século XIX para o XX. Segundo Renilda Barreto, alguns segmentos urbanos demonstraram preocupação com os elevados índices de mortalidade infantil. Médicos e puericultores, por exemplo, com o apoio das elites e das mulheres, organizaram entidades de assistência materno-infantil, focadas, entre outros objetivos, na construção de instituições hospitalares especializadas em obstetrícia e pediatria, e de espaços de educação higiênica voltados para o cuidado da infância.¹¹⁴ Foi este o caso do Lactário Suzanne Jacob. No Piauí, timidamente, a sociedade civil instituía mecanismos para assistir à infância, ora prescindindo do Estado, ora aliando-se a ele.

A nova sensibilidade em relação ao destino das crianças, a preocupação com as elevadas taxas de mortalidade e a defesa do aleitamento deste público não foi exatamente um paradigma exclusivamente médico. No que tange à mortalidade infantil, tratava-se de assunto que figurava, desde o início do século XX, como desafio resultante da crescente pobreza urbana e obstáculo ao projeto republicano de nação populosa, saudável e produtiva. Resultava, portanto, de uma nova sensibilidade em relação às questões sociais¹¹⁵ e à criança. Considerava-se que a solução

¹¹¹FREIRE, Maria Martha de Luna. Salvando o esteio da nação: Moncorvo Filho e o Instituto de Proteção à Assistência à Infância no Rio de Janeiro. In: SANGULAR, Gisele (Org.). **Amamentação e políticas para a infância no Brasil: a atuação de Fernandes Figueira, 1902-1928**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2016. p. 90-97.

¹¹²PIAUI. **Relatório apresentado ao Exmo. Sr. Dr. Getúlio Vargas, M. D. Presidente da República, pelo Cap. Landry Salles Gonçalves, interventor federal do Estado do Piauí**. Teresina: Imprensa Oficial, 1931-1935. p. 41.

¹¹³RAMOS, Francisco Ferreira. **Memorial do Hospital Getúlio Vargas: contexto histórico-político-econômico-sócio-cultural (1500-2000)**. Teresina: Gráfica do povo, 2003. p. 87.

¹¹⁴BARRETO, Maria Renilda Nery. Assistência ao nascimento na Bahia oitocentista. **História, Ciências, Saúde – Manguinhos**. Rio de Janeiro, v.15, n. 4, p. 901-925, out./dez. 2008.

¹¹⁵No Brasil, a questão social foi a forma de denominar a preocupação com os pobres e a pobreza urbanas, vinculada ao processo de abolição da escravatura. Essa sensibilidade com questões sociais e em especial com a **Humana Res**, v. 5, n. 7, 2023, ISSN: 2675 - 3901 p. 66 – 89, jan. a ago. 2023. DOI 10.29327/2151838.5.7-5

dos problemas sociais, o progresso da nação e a formação do novo cidadão brasileiro dependiam, em larga medida, da proteção à infância. A mobilização em favor da saúde na infância, sobretudo quanto à alimentação, exigiu esforços variados - médicos, políticos e sociedade civil (elites e classes médias) -, com vistas à construção do futuro nacional.

Considerações Finais

A criação da instituição Lactário Suzanne Jacob, em Parnaíba, mostra um desdobramento da valorização do profissional médico no campo da assistência à saúde via filantropia, que já havia sendo construído em contextos anteriores no Piauí. Ao mesmo tempo, o seu funcionamento acaba valorizando ainda mais um saber especializado da medicina, a pediatria e a puericultura, nos cuidados com a alimentação e higiene das crianças

Por mais que na instituição houvesse um reforço nos sentimentos de benevolência, de doação, de cuidado e preocupação com a criança pobre, havia também uma racionalidade nas ações e na assistência. Tratava-se da valorização de novas práticas de maternagem, da busca pela normatização das práticas relativas ao cuidado diário e à alimentação dos infantes, sob preceitos médicos e higiênicos. Ressalta-se que estes aspectos eram até então tratados como esfera privada e feminina.

O processo que envolve a institucionalização do Lactário Suzanne Jacob em Parnaíba insere-se, portanto, como marco no modelo institucional da proteção à infância no Piauí, baseado no saber médico e na ênfase da alimentação higiênica. Ao mesmo tempo, promove o estabelecimento de uma nova consciência social em relação às crianças baseado na prática filantrópica de fundamentação científica que aos poucos foi sendo incorporada enquanto políticas de saúde materno-infantil, pelo Estado.

pobreza, movimentou o campo da caridade e da filantropia em vários sentidos, destacando-se a preocupação com as crianças. Cf.: SANGIARD, Gisele; FERREIRA, Luiz Otávio. Caridade e filantropia: elites, estado e assistência à saúde no Brasil. In: PIMENTA, Tania Salgado; HOCHMAN, Gilberto (Org.). **História da Saúde no Brasil**. São Paulo: Hucitec, 2018. p. 145-181.

A VIAGEM CIENTIFICA DE NEIVA E PENNA: Saúde e doença de infantes no Piauí (1889-1930)

Aricélia Soares Barros¹

RESUMO

O artigo analisa as constituições e estratégias dos discursos higienistas, bem como as doenças das crianças no Piauí, no período de 1889 a 1930. Examina a o relatório de viagem científica dos médicos Arthur Neiva e Belizário Penna em sua passagem pelo Estado, especialmente nas discussões sobre a modernidade nacional e no que se refere ao movimento sanitarista, em seu discurso documentário, quanto as doenças das crianças locais e suas prescrições de cura no caminho narrativo considerando articulação do discurso com meio natural e social. A metodologia utilizada consistiu na sistematização de bibliografia relativa ao tema o relatório mencionado acima e análise do Almanaque da Farmácia dos Pobres, além de Mensagens e Relatórios governamentais.

Palavras-chave: Crianças. Medicina. Doenças. Expedições científicas.

THE SCIENTIFIC JOURNEY OF NEIVA AND PENNA: health and illness of infants in Piauí (1889-1930)

ABSTRACT

It analyzes the constitutions and strategies of the hygienist discourses as well as the illnesses of children in Piauí, in the period from 1889 to 1930. It examines the scientific trip report of the doctors Arthur Neiva and Belizário Penna in their passage through the State, especially in the discussions about the national modernity and with regard to the sanitary movement, in its documentary discourse, regarding the diseases of local children and their prescriptions for healing in the narrative path, considering articulation of the discourse with the natural and social environment. The methodology used consisted of the systematization of the bibliography related to the theme, the report mentioned above and analysis of the almanac of the pharmacy of the poor, in addition to Government Messages and Reports.

Key words: Kids. Medicine. Illnesses. Scientific expeditions.

EL VIAJE CIENTÍFICO DE NEIVA Y PENNA: Salud y enfermedad de los infantes en Piauí (1889-1930)

RESUMEN

Analiza las constituciones y estrategias de los discursos higienistas así como de las enfermedades infantiles en Piauí, en el período de 1889 a 1930. Examina el relato de viaje científico de los doctores Arthur Neiva y Belizário Penna en su paso por el Estado, especialmente en las discusiones sobre la modernidad nacional y con respecto al movimiento sanitario, en su discurso documental, en cuanto a las enfermedades de los niños locales y sus prescripciones de cura en el recorrido narrativo, considerando la articulación del discurso con el medio natural y social. La metodología utilizada consistió en la sistematización de la bibliografía relacionada con el tema, el informe antes mencionado y el análisis del almanaque de la farmacia de los pobres, además de los Mensajes e Informes de Gobierno.

Palabras-clave: Niños. Medicamento. Enfermedades. Expediciones científicas.

¹ Aricélia Soares Barros é graduada em Licenciatura Plena em História pela Universidade Federal do Piauí (UFPI) (2005) possui pós-graduação em História Cultural pela Universidade Estadual do Piauí (UESPI) (2013). Atualmente é Mestranda em História do Brasil, na Universidade Federal do Piauí (UFPI). E-mail: ariceliabarros16@gmail.com

Introdução

Nosso objetivo principal é analisar a constituição dos discursos higienistas, buscando identificar no **Relatório de viagem científica** dos médicos Arthur Neiva² e Belizário Penna³, em seu trajeto pelo Piauí, no seu discurso documentário, as doenças das crianças locais e as suas prescrições de cura científicas no caminho narrativo levando em conta a articulação do discurso com meio natural e social. Outras fontes utilizadas foram os discursos postos no produzidos pelo **Almanaque de Farmácia dos Pobres**, texto prescritivo⁴, as mensagens e relatórios de governo do executivo e legislativo piauiense.

Para tal fim, abordaremos os discursos inseridos no relatório dos médicos Arthur Neiva e Belizário Penna produzido no ano de 1912. Buscamos elucidar as escolhas e ênfases adotadas na elaboração desse documento imagético e discursivo. Observamos suas impressões sobre as doenças das crianças e suas prescrições de cura, bem como a consonância entre o espaço natural, a vida social e as evidências de doenças infantis nos rincões sertanejos, para a construção de um discurso que difunde o movimento pelo saneamento do interior do país.

A referida viagem foi realizada pelo Instituto Oswaldo Cruz (IOC) para percorrer o Interior dos pais. O trajeto foi através da Bahia, Pernambuco Piauí e Goiás. O resultado foi compilado em documento intitulado: **Viagem científica pelo norte da Bahia, sudoeste de Pernambuco, sul do Piauí e de norte a sul de Goiás**, que trata a respeito do território geográfico, flora, fauna e hábitos das populações. Ressalte-se que a publicação desse

² Arthur Neiva nasceu em Salvador, Bahia, em 1880. Embora tenha começado seus estudos universitários na Faculdade de Medicina da Bahia, concluiu-os na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, em 1903. Dois anos depois, ingressou no Instituto de Manguinhos, sendo nomeado por Oswaldo Cruz como auxiliar técnico do Laboratório Bacteriológico, onde executou trabalhos especialmente na área da entomologia. Após realizar expedições científicas pelo interior do Brasil, viajar pelos Estados Unidos e Europa e atuar no Instituto Bacteriológico de Buenos Aires entre 1915 e 1916, foi contratado pelo governo de São Paulo como diretor do Serviço Sanitário do Estado, ocasião em que elaborou o primeiro código sanitário brasileiro. Ainda em São Paulo, ficou conhecido pela campanha que realizou contra a broca-do-café, praga que ameaçava a produção de todo o estado. Atuou entre 1923 e 1927 como diretor do Museu Nacional do Rio de Janeiro e, posteriormente, como diretor do Instituto Biológico de São Paulo. No campo político, foi interventor da Bahia em 1931 e eleito representante de seu estado na Assembleia Nacional Constituinte de 1933, onde se ocupou, especialmente, da questão da saúde pública e do debate sobre imigração e colonização do território nacional. (SOUZA,2009, p.262).

³ Belizário Augusto de Oliveira Penna, mineiro de Barbacena (1868-1939) Formou-se pela Faculdade de Medicina da Bahia, em 1890. Aprovado em concurso público, foi nomeado Inspetor Sanitário do governo federal e designado para as campanhas de profilaxia da febre amarela no Distrito Federal, em 1905. Um convite de Oswaldo Cruz deslocou-o para a Amazônia. No Pará, empenhou-se na luta anti-amarela. Isto foi em 1911 e pode-se dizer que este contato com populações longínquas e abandonadas lhe abriu as portas para uma militância que jamais abandonaria. (CASTRO SANTOS; FIGUEIREDO,2012, p.2).

⁴ Sobre literatura prescritiva ver Michel Foucault, **História da sexualidade: o uso dos prazeres**. Rio de Janeiro, Edições Graal, 1984, p. 16.

A VIAGEM CIENTÍFICA DE NEIVA E PENNA: Saúde e doença de infantes no Piauí (1889-1930)

documento ocorreu somente em 1916, instaurando, a partir de então, um marco no pensamento social brasileiro, ao tratar da situação do interior do País. Inaugura uma interpretação do sertão no contexto vinculado à doença e ao descaso, por parte do poder político.

O relatório acima foi importante instrumento para ajudar, junto de outros documentos, a instituir no Brasil *a liga pró-saneamento*, em 1918. Lembre-se que essa data é emblemática, pois a liga foi criada apenas um ano depois da morte de Osvaldo Cruz.

Neiva e Penna, em sua passagem pelo Estado do Piauí, em 1912, percorreram sete mil quilômetros, entre março e outubro, incluindo também Bahia, Pernambuco e Goiás e produziram um relatório com 178 páginas, incluindo um total de 116 imagens organizadas em 28 páginas. O relatório aborda vários aspectos pertinentes à saúde da população, seu comportamento, tradições e religiosidade, bem como as condições de vida, educação, alimentação, modos de sobrevivência, crenças denominadas no relatório de terapêutica pé no chão e terapêutica popular o que, neste texto, designa-se de artes de curar por referência às práticas de cura populares e crenças, que eram comuns nos locais visitados e contradiziam a ciência médica. Essas práticas são apontadas pelos doutores como quase sempre sem resultado.

No percurso para analisar esses sujeitos, bem como as doenças infantis e as prescrições de cura da medicina tradicional junto as outras fontes mencionadas, é premente vagar pelos espaços-tempo do Nordeste brasileiro⁵

Levando isso em conta, vamos pensar sobre nossas origens locais culturalmente ligadas ao ruralismo e suas tradições. “O Piauí desde seu processo de colonização passou pelo problema de erguer suas cidades. A “ditadura do ruralismo” prevalecia frente ao desejo daqueles que pretendiam incitar a vida urbana e social das vilas que surgiram com as fazendas de gado.” (LIMA, Nilsangêla. C.2001, p.02).

A narrativa do Nordeste e do nordestino remonta à construção de sentidos pensados histórica e culturalmente cujos relatos corporificam a valentia, força, machismo do nordestino, conforme escreve Albuquerque Júnior (2004), na obra **O nordestino e a invenção do falo**. Esses sentidos sobre o Nordeste são familiares, ao nos identificarmos com eles, criamos identidades, inventando hoje uma tradição.⁶

⁵ Para Durval Muniz de Albuquerque Júnior (2001), o Nordeste só passou a existir como região a partir da segunda década do século XX. Neste artigo utilizo ‘Nordeste’ para melhor situar o leitor em relação à espacialidade, embora saiba-se que, no período em questão (final do século XIX e primeira década do século XX), tal cartografia correspondia ao Norte do país.

⁶ Segundo Hobsbawm e Ranger (2002), a tradição inventada significa um conjunto de práticas de natureza ritual ou simbólica, que busca inculcar certos valores e normas de comportamentos por meio da repetição, o que, automaticamente, implica continuidade com um passado histórico adequado.

No Piauí esse processo também se deu pelas tradições rurais e práticas cotidianas ligadas à tradição, que corrobora uma certa resistência, numa visão historiográfica tradicional da qual discordamos, visto que essa naturaliza o “Sertão” e o “Nordeste” como lugar pertencente ao atraso, à ignorância, à pobreza, à doença e à violência. Foram relevantes na formação desse imaginário as obras **Os sertões**, de Euclides da Cunha (1866 – 1909) e **Jeca Tatu**, de Monteiro Lobato (1882- 1948).

O termo Sertão é recorrente na historiografia. Segundo Nísia Trindade Lima, (1998, p. 6), “há uma tendência de uso desse termo, posterior à colonização portuguesa, de naturalizar a palavra referindo-se a um espaço físico claramente delimitado, se desconsidera sua gênese e alta carga de valores simbólicos a ela associada” A esse respeito, sabe-se que o termo se refere à oposição sertão-litoral, o primeiro termo mais do que em oposição a litoral é em contraste com a ideia de “região colonial” que o imaginário sobre sertão constitui.

Nesse sentido, continua a autora: “A região colonial representaria o espaço preenchido pelo colonizador o mundo da ordem estabelecida por duas instâncias de poder: a Igreja e o Estado. Em antítese, encontra-se o sertão: o território do vazio, o domínio do desconhecido, o espaço ainda não preenchido pela colonização”, durante a pesquisa serão evidenciadas as representações feitas nos discursos da população piauiense, a relação desses com a medicina tradicional e com as demais artes de curar no espaço do Sertão.

Apontamentos históricos

O clima entre os intelectuais brasileiros, na transição do Império para a República era de euforia patriótica, o nacionalismo lhes conferia tal atmosfera de encanto e pesar, ao mesmo tempo. O positivismo e o nacionalismo embasavam ideais de federalizar, civilizar e sanear os Estados. Nas palavras de Francisco Foot Hardman:

Da mesma forma que o despotismo esclarecido foi o modelo preferido de entrada dos países europeus economicamente atraídos na era do capital e das luzes, o Brasil também se atualizava combinando rigidez burocrática do sistema político e violência da forma de trabalho com a plasticidade das práticas culturais. [...] Conectar-se com a nova paisagem do cosmopolitismo: eis o desafio lançado aos técnicos, engenheiros e outros empreendedores ativos das classes dominantes brasileiras na segunda metade do século XIX (1988, p. 72 e 79)

Na virada do século XIX para o XX, havia intelectuais que começaram a se especializar, como Neiva e Penna, reconhecidos como “homens de ciência” e aqueles que ainda caminhavam segundo o Romantismo e a retórica bacharelesca, refutados pelos primeiros colegas. Havia, portanto, duas

A VIAGEM CIENTIFICA DE NEIVA E PENNA: Saúde e doença de infantes no Piauí (1889-1930)

vertentes: os primeiros defendiam a criação de uma identidade nacional e de modelos de pensamento originais. Já os segundos usavam a imitação de teorias importadas e buscavam soluções a partir delas.

Cada Estado devia, a partir de então, se manter financeiramente, criar receitas e mecanismos de fiscalização; garantir a ordem, a moral e a saúde da população. Cabia à União ajudar nesse intuito, dentro do possível, porém. Com o advento da República, a ordem era organizar burocraticamente a vida pública, garantindo melhores condições de vida, saúde, trabalho aos compatriotas.

Nesse momento, devemos lembrar as políticas governamentais de repressão à ociosidade, que começaram com a pós-abolição em 1888 e se preocupavam com a organização do trabalho (CHALHOUN, 1996, p.28), pois essas iniciativas criaram novas definições e conceitos que tangem as tentativas de administração sobre a pobreza e estão ligadas diretamente às questões de higienização das cidades e a normatização da vida no transitar por elas.

A medicina oficial era baseada em técnicas e saberes racionalistas e ideias científicas europeias e as demais “artes de curar”, ou seja, práticas e curas baseadas em saberes diversos, com origens culturais variadas, com traços que misturavam magia e religião, existentes no Brasil. Essas práticas estão ligadas aos cultos africanos e suas tradições.

O discurso médico com ênfase na abordagem higienista⁷ não é novo no Brasil. Desde o Império, buscou ganhar fôlego, mas foi a partir do célebre discurso do médico Manuel Pereira⁸, baseado no relatório dos médicos Arthur Neiva e Belisário Penna e na experiência pessoal do médico, cuja frase “O Brasil é um imenso hospital” ressoou como pólvora nos ouvidos da elite intelectual brasileira (LIMA; HOCHMAN, 1996, p. 24-26).

Segundo Simone Petraglia Kropf, “esse discurso proferido em 1916 foi um marco não por inaugurar a noção do Brasil doente, mas sim por conferir-lhe nova amplitude” e, mais ainda, “por fazer com que a partir dela se concretizar um programa de intervenção e reforma social” (KROPF, 2009, p. 214). Nota-se que é um deslocamento interessante de foco sobre a integração

⁷ Utilizamos os termos higienista e sanitarista; higienistas e sanitaristas para designar o mesmo grupo de pessoas e ações relativas à saúde pública no Brasil nas primeiras décadas do século XX. De modo geral, de acordo com Lilia Mortiz Schwartz a divisão entre sanitaristas-responsáveis pelos grandes projetos público e higienistas-vinculados diretamente às pesquisas e a atuação médica, mas individualizada-funcionou muitas vezes de maneira apenas teórica. Na prática, as duas formas de atuação apareceram de modo indiscriminado. In: SCHWARTZ, Lilia Mortiz Schwartz. **O espetáculo das raças**. São Paulo: Cia das Letras, 1993. p.206.

⁸ Miguel Silva Pereira (1871-1918). Nasceu em São Paulo e diplomou-se pela Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, em 1897, com a tese de doutoramento sobre hematologia tropical. No mesmo ano tornou-se membro da academia nacional de medicina, mediante trabalho intitulado anemia tropical, presidiu a Academia Nacional de Medicina em 1910/1911.

nacional a substituição da visão pejorativa da raça para a importância dada à saúde e à educação nessa recuperação ou criação da nacionalidade brasileira. Conforme comprova o trecho abaixo:

O texto do relatório e outros que a ele se seguiram em torno da temática do saneamento do Brasil constituíram um quadro de referência importante para o debate sobre a identidade nacional no país, através da metáfora da doença como explicação para os problemas do atraso e dos contrastes nacionais. Este tema revela, como bem aponta Thomas Skidmore (1976), o debate mais amplo promovido pelos movimentos nacionalistas que se sucederam à Primeira Guerra Mundial, substituindo a ênfase negativa na raça pela importância atribuída à saúde e à educação no processo de recuperação ou mesmo fundação da nacionalidade (SKIDMORE; OLIVEIRA apud LIMA, 1998, p. 178).

O conhecimento científico sobre o interior do país incluía atividades de diagnóstico, combate, estudo, controle e erradicação de doenças e da pobreza. O Ministério dos Negócios da Indústria, Viação e Obras Públicas era o órgão encarregado de promover a integração nacional, por isso há uma associação com instituições de pesquisa, entre outras, o Instituto Oswaldo Cruz (IOC), o Museu Nacional e o IGHB, uma instituição ligada também à Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional.

É importante citar como exemplos as campanhas de vacinação obrigatória e as observações de geografia médica, para a análise da importância do meio ambiente com enfoque no aparecimento e distribuição de doenças, a fim de ampliar o povoamento do Brasil. Nesses termos, percebe-se que os discursos higienistas estão nas esferas públicas e privadas, e que a higienização perpassou, além dos corpos, como cita a historiadora Maria Stella Bresciani:

Nasce com dupla concepção física e moral, ou melhor, com a sugestão de que se atingiria a mente e a formação moral do homem por meio da codificação do ambiente e, em decorrência, do corpo e do comportamento das pessoas. Estrutura-se o sanitarríssimo sobre os saberes médicos e da engenharia, sempre tendo em vista, porém a preocupação filantrópica com vida urbana sempre esteve o de civilizar os seres semibárbaros (BRESCIANI 1991, p. 11).

Dessa forma, a medicina higienista tem como pressuposto principal na virada do século XIX para o XX, que a medicina não deve ser considerada meramente como conhecimento e prática científica relacionada à manutenção da saúde, mas discurso sobre a sociedade e programa visando à reforma social.

Em sua obra **Ordem médica e norma familiar**, Jurandir Freire Costa aborda uma questão proposta por Michel Foucault sobre padrões de comportamento social em que explica

A VIAGEM CIENTIFICA DE NEIVA E PENNA: Saúde e doença de infantes no Piauí (1889-1930)

a diferença entre *ordem da lei e norma*, no que concerne aos mecanismos disciplinares do estado moderno. Costa esclarece que:

A ordem se impõe por um poder essencialmente punitivo [...], fundada na concepção jurídico-discursiva do poder e histórico-politicamente criada pelo Estado medieval e clássico. A norma, pelo contrário, tem seus fundamentos históricos- políticos nos Estados modernos dos séculos XVIII e XIX e sua compreensão teórica explicada pela noção de dispositivo. Os dispositivos são formados pelos conjuntos de práticas discursivas e não discursivas que agem à margem da lei, contra ou a favor delas, mas de qualquer modo empregando uma tecnologia de sujeição própria (COSTA, 2004, p. 50).

Entende-se dispositivo como um conjunto multilinear composto por três eixos principais: poder, saber e construção de sujeitos. Assim, esses apontamentos de Jurandir Costa nos lembram a discussão posta na obra **A ordem do discurso**, que liga as práticas discursivas ao desejo de poder. Nessa obra, Michel Foucault afirma que a “vontade de verdade será um dos meios usados como discurso pelo poder” (FOUCAULT, 2002, p. 20), que o autor chama de uma “força doce e insidiosamente universal”.

Todo discurso que recebe *status* de verdade diz respeito a essa força; uma força moral sobre certa questão social. O discurso da higiene é uma “vertigem”, que se coloca como uma realidade boa e unânime, pois essa se colocou como mediadora entre o Estado e as famílias: “desenvolveu a ideia que, se os pais erravam com os filhos, era por ignorância [...] no fundo desejavam para os filhos aquilo que a higiene previa como correto e bom” (COSTA, 2004, p.70).

Esse tema também é abordado com o viés de singularidade brasileira no seu mister por outros autores. De acordo com Maria Martha de Luna Freire e Vinícius da Silva Leony:

Após a instauração da República, o chamado problema da infância – caracterizado, em especial, pela elevada mortalidade infantil – tornou-se intolerável, segundo as novas sensibilidades e exigências civilizatórias, e passou a representar uma ameaça ao ideal de construção da nação. O novo valor atribuído à infância e a conseqüente necessidade de protegê-la fundamentaram uma convergência identitária entre saúde, educação e nação, que uniu a intelectualidade urbana na elaboração de ampla proposta reformadora cujo eixo orientador era a higiene (FREIRE E LEONY, 2011, p.202)

Nesse contexto, o cuidado com a saúde das mulheres e dos seus filhos foi tomada a peito pelos médicos higienistas com ações além da assistência, pois focam em educar moral e socialmente, para que as mulheres, por sua vez, o façam com as crianças. Há nesse intuito uma crítica ao uso indiscriminado das “amas de leite”, o que, para alguns médicos, era uma das

maiores causas de mortalidade infantil, sobretudo nas rodas de crianças abandonadas nas Santas Casas de Misericórdia. Os doutores chamavam esse tipo de amamentação de aleitamento mercenário⁹, observando, na prática, as teorias higiênicas aplicadas à reforma social.

Essas instituições nascem respectivamente em Teresina, no ano de 1861, e em Parnaíba no ano de 1896. Tais modelos de assistência se baseavam na caridade, socorro aos pobres, os quais implicam relações de poder entre o Estado e as elites locais. As Santas Casas de Misericórdia era o lugar para atender essa população chamada de “pobre” e “necessitada, “porém as condições desses locais eram precárias, faltavam recursos financeiros, mercadorias e remédios.

Em Relatório do provedor da Santa Casa de Parnaíba, médico Antônio do Monte Furtado¹⁰, ao Governador do Estado, Eurípedes Clementino de Aguiar, este relata as dificuldades de manter a instituição, com recursos financeiros que estão com os repasses atrasados, como escreve:

Tendo a Administração dessa Pia Instituição grande necessidade de Fundos, para poder manter o número de doentes pobres acolhidos nos hospitais, cuja despesa vai aumentando de dia para dia por causa do alto preço dos remédios e das mercadorias em argumentando, por deliberação da mesa administrativa, em sessão de 21 do corrente administrativa a V.Exa. ordem de pagamento da subvenção criada pelo Estado em favor desse estabelecimento de caridade e em atraso desde o segundo semestre de 1916, para o pronto deferimento deste nosso pedido, aproveito-me do ensejo para apresentar a V.Exa. os meus protestos de subida estima e elevada consideração (RELATORIO, 1918, p [?].)

A construção da Nação brasileira e as reformas propostas precisavam de sujeitos ativos, cada um buscava seu espaço de poder dentro de suas instituições e fora delas, destacamos que todas essas entidades científicas buscavam apoio e patrocínio do Estado para suas atividades. A criação de novas instituições médicas faz parte desse processo, a Sociedade de Medicina do Rio de Janeiro (1829), após os cursos médicos do Rio de Janeiro e da Bahia, serem convertidos em Faculdade- FMRJ-(1832), a Sociedade de Medicina, se transforma em Academia Imperial de Medicina-AIM-(1835) e o Instituto Oswaldo Cruz-IOC-(1907).

⁹ O aleitamento chamado pelos doutores de mercenário era o realizado pelas amas-de-leite. Nesse caso, os médicos realizavam um exame rigoroso das condições de saúde da candidata, que passava por sua constituição física (deveria ser forte ou pelo menos regular), pela análise da possibilidade de as amas terem leite abundante e de boa qualidade, pela demonstração de bons costumes, experiência de cuidado com crianças, fisionomia alegre e agradável e, dentre outros fatores, pela questão da manutenção de uma boa alimentação. (CF: KOUTSOUKOS, Sandra Sofia Machado. Amas mercenárias: o discurso dos doutores em medicina e os retratos de amas – Brasil, segunda metade do século XIX. **História, Ciências, Saúde** – // Manguinhos, Rio de Janeiro, v.16, n.2, abr.-jun. 2009, p. 309.

¹⁰ Antônio do Monte Furtado médico e diretor da Santa Casa de Misericórdia de Parnaíba (1918)

A VIAGEM CIENTIFICA DE NEIVA E PENNA: Saúde e doença de infantes no Piauí (1889-1930)

Estas novas casas de saber junto à escrita médica serviram para combater os empíricos e charlatões e buscar unidade de formação, pensamentos e práticas visando ao reconhecimento. Mas, o ensino médico com novas formas de ser e fazer teve dificuldades de ser aceito, não foi unânime, nem mesmo onde era produzido.

A intelectualidade nacional no trabalho de escrita dos médicos e bacharéis, o qual chamaremos de “periodização” foi criando uma estética literária e uma “formação” para além daquela proposta pelas Instituições oficiais. A retórica dos advogados e as publicações desses e dos médicos provam esse legado. Vejamos no fragmento abaixo a comprovação:

Misto de descobridores e missionários, esses cientistas ora encontravam uma nova nação para admirar, ora se debruçavam com temor sobre o país, propondo reformas e saídas que dependiam da atuação deles. Visto sob esse prisma, talvez o debate tenha se concentrado mesmo entre as escolas de direito e medicina. Instaurada uma espécie de disputa pela hegemonia e predomínio científico, percebem-se dois contendores destacados: de um lado o remédio, de outro a lei; o veneno previsto por uns, o antídoto na mão dos outros. Se para “os homens de direito” a responsabilidade de conduzir a nação estava vinculada à elaboração de um código unificado, para os profissionais médicos somente de suas mãos sairiam os diagnósticos e a cura dos males que assolavam a nação. Enquanto os pesquisadores médicos previam a degeneração, constatavam as doenças e propunham projetos higienistas e saneadores, bacharéis acreditavam encontrar no direito uma prática acima das diferenças sociais e raciais (GONDRA; apud SCHWARTZ, 1995, p.241).

Ao tratar da infância em Teresina na primeira república, destacamos a cobrança feita à família quanto a educar os filhos e sobretudo a responsabilidade atribuída à genitora nesse processo. Assevera Pedro Vilarinho Castelo Branco:

Convém enfatizar que as novas formas de objetivação das crianças no seio familiar não se esgotam nas demonstrações de carinho e afeto. As crianças passam a ocupar o centro das atenções familiares, também com relação à formação moral e ao seu caráter. Principalmente das mães, são cobrados os olhares vigilantes, que observam comportamentos, hábitos, companhias, leituras, reprimindo o que for considerado indevido. (CASTELO BRANCO, 2005, p. 53).

O Relatório Neiva e Penna e as doenças infantis

A referida viagem foi realizada pelo Instituto Oswaldo Cruz (IOC) para percorrer o interior do país. O trajeto foi através da Bahia, Pernambuco, Piauí e Goiás. O resultado foi compilado em documento intitulado: **Viagem científica pelo norte da Bahia, sudoeste de Humana Res**, v. 5, n.7, 2023 , ISSN: 2675 - 3901 p. 90 – 106 , jan. a ago . 2023. DOI 10.29327/2151838.5.7-6

Pernambuco, sul do Piauí e de norte a sul de Goiás. Ressalte-se que a publicação desse documento ocorreu somente em 1916 e inaugura, a partir de então, um marco no pensamento social brasileiro, ao tratar da situação do interior do país. Introduce uma interpretação do Sertão vinculado à doença e ao descaso do poder político. O relatório foi meio para ajudar, junto de outros documentos, a instituir no Brasil a *liga pró-saneamento*, em 1918. Maria Teresa Mello e Fernando Vilhena Pereira de Pires Alves o descrevem:

Na primeira parte encontram-se a descrição e sistematização dos principais temas observados pelos pesquisadores durante a viagem: clima, vegetação (estudo detalhado sobre a flora incluindo a identificação das espécies, com referências a textos anteriores de naturalistas brasileiros e estrangeiros); processos de desertificação do interior do país (relacionado à diminuição das águas e o desflorestamento); observação científica sobre plantas venenosas, protozoários, vermes, insetos e sobre as principais doenças encontradas, tais como a doença de Chagas, febre amarela, impaludismo, esquistossomose, tuberculose e disfagia espasmódica. “Contêm ainda observações sobre a Terapêutica Popular,” também chamada de terapêutica pé no chão, ou seja, um conjunto de práticas cujos médicos higienistas chamam de “curandeirismo”, crendices e rezas, frutos da ignorância e do abandono a que essas populações estão submetidas. Notas gerais em que os autores desenvolvem, uma narrativa mais fluida, suas observações e análises sobre as condições de vida e trabalho das populações dessas regiões. A segunda parte intitula-se “Itinerário (parte mais descritiva)” diário de viagem propriamente dito, com observações dos cientistas desde a saída do Rio de Janeiro, em março de 1912, até o retorno à mesma cidade, em outubro do mesmo ano. Segue então, fotografias. [...] (MELLO, PIRRES-Alves, 2009 p. 158).

No Relatório, são constantemente mencionados o “espírito de rotina”, ou seja, a tendência ao retrocesso, a falta de ação das autoridades públicas nesse lugar, devido ao isolamento. Anotam a difícil adaptação das pessoas às coisas simples e a sua falta, o sistema métrico de medidas, o uso do moinho de café, de máquinas de costura, a ausência de moeda, a linguagem. Escrevem que, exceto os proprietários de terras e pessoas viajadas, ninguém relacionava importância ao dinheiro, comentam que se podia ofertar valor relativamente grande por uma dúzia de ovos. Observam o assombro com a iluminação e os fósforos usados por eles.

Essa é uma visão da historiografia tradicional da qual discordamos. Quanto à ignorância ou primitividade dos sertanejos, mesmo sem instrução, possuem um tipo de “saber especial”, adequado a garantir a sobrevivência, o sistema de medidas existe, porque não é convencionalizado, não significa que é ineficaz. A relação do sertanejo com a moeda se justifica, em parte,

A VIAGEM CIENTIFICA DE NEIVA E PENNA: Saúde e doença de infantes no Piauí (1889-1930)

considerando que as relações familiares e de compadrio, o modelo de família patriarcal não usa dinheiro para remunerar seus empregados.

O pensamento social brasileiro se caracteriza pelo princípio de conscientização nacional, ou seja, os intelectuais tomam para si a missão de instruir o povo esquecido pelas autoridades públicas. É relevante o paradoxo aparente entre essa visão negativa sobre a população e, ao mesmo tempo positiva, devido aos seus esforços para sobreviver, diante da falta de direitos essenciais, como escrevem os esculápios:

Foi bem dolorosa a nossa impressão [...] pela escassez ou ausência mesma de recurso, pelo atraso ou ignorância de seus habitantes, embora hospitaleiros e de índole pacífica e prestimosos. É uma região que embora há séculos habitada, ainda se encontra impermeável ao progresso, vivendo seus habitantes como os povos primitivos. Vivem eles abandonados a toda e qualquer assistência, sem estrada sem polícia, sem escolas, sem cuidados médicos e higiênicos, contando exclusivamente com seus parquíssimos recursos, defendendo suas vidas e propriedades a bacamarte, sem proteção de espécie alguma, sabendo da existência de governos porque se lhes cobram impostos de bezerros de bois, de cavalos e burros. Vítimas de um clima ingrato, da caatinga hostil e de moléstias como o impaludismo a que mais castiga a região em épocas certas do ano e outras desconhecidas e que só agora vão sendo denunciadas como o *vexame* e a *entalção*. (NEIVA, PENNA, 1916, p.199).

Considerando os temas mais relevantes no relatório para tratar da sua relação com as doenças infantis, temos: a pobreza, a descrição do meio, incluindo as casas, uso da água, hábitos de alimentação e comportamento social da população. Iremos nos deter mais às suas impressões e suas prescrições de saúde e doenças.

A pobreza da população é apontada constantemente. Segundo os médicos, uma forma de reconhecê-la é pelo vestuário rudimentar ou pior pela falta dele, no caso das crianças de famílias pobres, nesse fato reforçam o discurso de que há falta de ação das autoridades para sanar-lhes causas e efeitos. Esse trecho é bem coerente com essa interpretação:

O vestuário é o mais rudimentar possível a não ser nas zonas das caatingas, onde a abundância de espinhos torna obrigatório o uso de alpercatas de couro, no resto do trajeto os habitantes em geral andam descalços e esse habita é tão comum que praças de polícia em São Raimundo Nonato e Paranaguá, mesmo fardados nunca os vimos calçados. As crianças de ambos os sexos das famílias mais pobres, andam nuas mesmo quando já bem crescidas, os adultos vivem andrajosamente (NEIVA, PENNA 1916, p.167.)

O tema da falta de higiene da população é recorrente pois um dos objetivos da expedição foi investigar os focos a *Malária* ou *Impaludismo* uma doença epidêmica bastante

comum nesse período, os médicos propunha uma profilaxia dos açudes e lagoas, incluindo a limpeza da vegetação que cresça na sua superfície, pois “as larvas dos mosquitos principalmente as do *Anopheline*¹¹ não se desenvolvem em lugares onde a massa da água seja profunda; por isso há alguns metros das margens dos açudes as larvas dos mosquitos não são encontradas, (NEIVA, PENNA 1916, p.146) .Conforme comprova o trecho a seguir:

Nas fazendas em geral o líquido é fornecido pelos açudes; os habitantes da lagoa de Parnaguá se abastecem da lagoa de mesmo nome ou o que é, mas comum de cacimbas cavadas em determinados lugares. Em Caracol a água existente para todos os misteres procede de lagoa rasa; procurando os habitantes utilizá-la de uma das margens para lavagem de roupas, abeberar animais, enquanto a outra fica reservada para a população beber, nem sempre, porém esse cuidado é tomado; podemos verificar em um grande número no único depósito de água existente, a separação por uma cerca de madeira ficando a parte interna reservada para os moradores e a externa para outros usos [...]A separação como facilmente se compreende é perfeitamente teórica e de fato o que se dá ,é o regime de água comum para homens e animais; é inútil lembrar os perigos de tal promiscuidade, pois é crença arraigada que “na água nada pega” (NEIVA, PENNA 1916, p.162 e 166).

Os médicos se depararam em seu trajeto com mais dois casos do impaludismo, mas o que chamou mais atenção deles foi o relato dos doentes que ao comprarem um medicamento por, segundo eles, bom valor e com a promessa de” ser promessa os doentes em situação pior. De acordo com o fragmento abaixo:

No trajeto de hoje passamos pelo barracão de um maníçobeiro, onde havia 2 impaludados (pai e filha). O pobre homem mostro-nos uma garrafa com o seguinte rotulo: **Possão anti-periodica para a cura de todas as febres” (assinada Dr. Barroso)** que lhe venderam por bom dinheiro como infalível. Beberam ele e a filha quatro colheradas cada um, de tal droga e quase morreram vitimados por vômitos e diarreia abundante. A tal droga cheirava a limão. Suspeitamos duma tisana contendo tártaro emético. (NEIVA, PENNA 1916, p.196).

Os doutores apontam ser comum os casos de doenças nos olhos no Brasil central, cabe enfatizar que entre os doentes se encontram duas meninas piauienses em tenra idade, e mostram estranheza com os tipos de tratamentos feitos pela população, observamos em seus comentários:

Desde de Caracol impressiona a abundância de conjuntivites, blefarites, d’olhos, leucomas e outras moléstias de olhos. Há quatro doentes de conjuntivites. O tratamento aqui é o seguinte: moem entre duas pedras, um grão de chumbo de caça mistura o pó com suco de limão e sarro de

¹¹ A malária é causada por parasitos do gênero Plasmodium, que são transmitidos às pessoas pela picada de **mosquitos** fêmeas infectadas do gênero **Anopheles**, chamados de “vetores da malária”. Existem cinco espécies de parasitos que causam malária em humanos e duas delas – *P. falciparum* e *P. vivax* – apresentam a maior ameaça. **Humana Res**, v. 5, n.7, 2023 , ISSN: 2675 - 3901 p. 90 – 106 , jan. a ago . 2023. DOI 10.29327/2151838.5.7-6

A VIAGEM CIENTIFICA DE NEIVA E PENNA: Saúde e doença de infantes no Piauí (1889-1930)

cachimbo e aplicam nos olhos essa mistura infernal (NEIVA, PENNA, 1916, p.195).

A descrição das casas segue o mesmo raciocínio são anti-higiênicas, causam estranheza aos doutores as casas cobertas de telhas em toda região da caatinga até as proximidades de São Raimundo Nonato, “fato se explica pela raridade das palmeiras e do sapê. Isso explica a existência da indústria oleira [...] as demais dos outros trechos lhes faltam de altura dos telhados. Outro ponto interessante é a descrição das casas dos fazendeiros “por ser caiada”. Eles destacam que no Piauí e Bahia há palhoças feitas com carnaúbas e piaçavas, conforme as observações:

Além desse material é comum habitações feitas do córtice do “pau da casca “espécie vegetal que não conseguimos determinar ao certo. Alguns barracões de maniçobeiros são cobertos com gramíneas e com um revestimento externo de barro, o que deve constituir excelente abrigo para os triatomas; todavia esse modo de proceder é raro, pois só o observamos uma vez. Moradias há tão primitivas que nem usam o barro; são entrançados de varras com cobertura de pau de casca ou de folhas de palmeiras que também completam o revestimento das paredes. (NEIVA, PENNA 1916, p.167).

A base da alimentação do Piauí é uma parte destacada pelos viajantes e relacionada aos hábitos da população, suas consequências para a saúde e condições de higiene, observamos críticas dos médicos a alguns hábitos e também a mistura entre moscas e leite na fabricação de requeijão em algumas fazendas e sítios. Vejamos:

A base da alimentação é a carne de sol (carne de boi ou de cabrito) seca ao sol e a farinha de mandioca grossa. feijão, às vezes arroz raramente. O fubá de milho é desconhecido; legumes escassos; a abóbora (gerimum) nas colheitas das roças de milho, ausência de verdura. Pouca criação de galinha: o leite só é aproveitado, logo após as chuvas para o fabrico de requeijão. A carne de galinha, os ovos e o leite são julgados nocivos à saúde e agravantes de moléstias. [...] A quantidade de moscas nos sítios e fazendas onde se fabrica o requeijão é simplesmente fantástica. Entram pela boca ao falar-se, pousam ou caem aos magotes, na tigela de leite ou da coalhada, de quem se descuida, em cobri-las, ou não se as abanam rapidamente. Vimos sacos cheios de coalhada, pendurados em um portal, que estavam negros cobertos de camadas de milhares de moscas, as quais, enxotadas, faziam um zumbido dum colossal enxame de abelhas. (NEIVA, PENNA 1916, p.191.)

Quanto a esse tema é importante salientar que os médicos relacionam a má qualidade da alimentação da população menos abastada com algumas doenças como é o caso do mal chamado de entalção ou engasgo. “Casos há onde os doentes se caracterizam por deficiência de

alimentação e casos há de várias pessoas nos referiam casos de morte por inanição, devido a impossibilidade de ser ingerida qualquer alimentação” (NEIVA, PENNA, 1916, p.135).

Na cidade de Parnaguá, o destaque para os médicos são os casos da *doença de Chagas* e os casos de *pescoço grosso* com bócio bem visível, outros de *anquilostomose*¹², *impaludismo*, *entalção*¹³ e vítimas de *vexame*¹⁴ e casos excessos de *estalecido(asma)*. Vejamos em suas palavras:

[...] .Aí já se encontra a moléstia de Chagas, bem caracterizada porém pouco disseminada sendo raros os casos graves de manifestações nervosas ou cardíacas da moléstia .**Pela primeira vez desde o início da viagem, encontramos o parasito causador da moléstia em 3 ninfas de *T. megistos*, depois de centenas de exames negativos(grifo nosso)**Insistimos nos exames de novos insetos e não mais se encontrou o parasito .São já em numero apreciável, os portadores de *pescoço grosso* e alguns com bócio bem visível. Verificamos alguns casos de *anquilostomose*, muitos de *impaludismo* não recente, grandes números de *entalados* e de vítimas de *vexame*. (NEIVA, PENNA, 1916, p.198).

Quanto a esse tema é importante salientar que os médicos relacionam a má qualidade da alimentação, da população menos abastada, com algumas doenças como é o caso do mal chamado de entalção ou engasgo citado acima. Há registros de casos de crianças doentes de impaludismo, entalção e vexame, sendo essa última menos comum que as demais.

Vejamos o caso em Caracol de duas meninas chamadas Maria Rita e Isabel com respectivamente nove e sete anos vitimas de entalção. De acordo com os médicos:

[...] Anna Rita deglute com dificuldade e regorjita muitas vezes o alimento e a água. Ocasões há, porém, que deglute regularmente e facilmente desentala com um pouco de água; outras vezes para deglutir tem necessidade de andar, elevar os braços ou deitar-se e rolar no chão. Izabel é menos entalada. A mãe diz que o mal apareceu sem causa aparente. O alimento é bem digerido e eliminado às fezes são diárias. Tireoide e aparelho circulatório são normais. Essas meninas têm o aspecto de todas do lugar, altura regular para as idades, magras e um pouco pálidas. [...] (NEIVA, PENNA 1916, p.137).

¹² A ancilostomíase é causada por parasitas nematoides das espécies *Necator americanus* e *Ancylostoma duodenale*. É uma das formas de infecção crônica mais comum em humanos com estimativa de 740 milhões de casos especialmente em áreas rurais pobres dos trópicos e subtropicais segundo a Organização Mundial de Saúde. Também chamada de amarelão ou doença do Jeca Tatu.

¹³ "Disfagia ou dificuldade na deglutição. Esta afecção pode depender de diferentes causas. Mencionaremos aqui, porém, uma espécie de disfagia, que a muitos respeito nos pareceu digna de ser estudada por meus colegas brasileiros, principalmente por causa de sua frequência e dificuldade de curá-la" (Dicionário - Langgaard, 1865, p.2-5)

¹⁴.Doença do coração caracterizada por crises de palpitações que pode levar ao paciente perder a consciência. (Neiva, Penna, 1916, p.139).

A VIAGEM CIENTIFICA DE NEIVA E PENNA: Saúde e doença de infantes no Piauí (1889-1930)

Ainda comentam outro caso de entalção, em Caracol, de menina chamada Josina de seis de entalção. De acordo com os médicos:

[...] Josina 6 anos, sofre do mal há 8 meses, entala às vezes até com a água. Já se tem entalado a noite com a saliva, passa, no entanto, dias a fio sem sentir o menor embaraço na deglutição. Queixa-se de cólicas, às vezes. Passa dois e três sem defecar. Tireoide normal. A mãe queixa-se de baticum (palpitação) e escurecimento da vista. [...] (NEIVA, PENNA 1916, p.138).

A respeito do prognóstico e tratamento para os casos observados eles anotam: “prognóstico geralmente benigno à vida do doente não correndo perigo senão muito raramente. Tratamento: deve estar subordinado à causa patogênica, a qual continua no nosso modo de entender completamente ignorada” (NEIVA, PENNA 1916, p.138). Outro sintoma citado pelos médicos é a chamada “caseira” à doença denominada de diarreia. É interessante que eles anotam que as crianças têm menos esse quadro que os adultos.

104

Considerações finais

Ao considerar a história institucionalização da assistência à infância no Brasil, observamos a relação entre filantropia laica, médicos higienistas e Estado, da qual o relatório Neiva e Penna é precursor e exemplo, pois denota como já mencionado anteriormente, o discurso de Brasil doente.

De acordo com Maria Martha de Luna Freire e Vinícius da Silva Leony: [...] Marcílio (2006, p.132) sugere uma grade analítica para a história da institucionalização da assistência à infância no Brasil, dividindo-a em três fases – caritativa, filantrópica e de bem-estar social –, que expressam a crescente intervenção do Estado. Na primeira fase, que durou até meados do século XIX, predominaram ações movidas eminentemente pela piedade cristã, cujo maior símbolo foi a Roda dos Expostos. Na fase filantrópica, presente até a década de 1960, notam-se a preocupação com a saúde das crianças e o desenvolvimento de práticas de assistência baseadas nos princípios da higiene, com a participação, ainda que tímida, mas gradualmente crescente, do poder público. O papel dos médicos higienistas que se mobilizaram na crítica às condições sanitárias das instituições caritativas tradicionais, em especial à Roda, destacou-se nesse cenário. ((FREIRE E LEONY, 2011, p.202).

Referências

- ALBUQUERQUE Júnior, Durval Muniz de. **O nordestino e a invenção do falo**. Maceió: Catamento. 2004.
- ALBUQUERQUE Júnior Durval Muniz de. **A invenção do Nordeste e outras artes**. São Paulo: Cortez 2001.
- BERMAN, Marshall. **Tudo que é solido se desmancha no ar: a aventura na modernidade**. São Paulo, Companhia das letras, 2007.
- COSTA, Jurandir Freire. **Ordem médica e norma familiar**. Rio de Janeiro: Edições Graú, 2004.
- CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano: 1 artes de fazer**. 9. ed. Petrópolis: Vozes, 1994.
- CHARTIER, Roger. **A história cultural: entre práticas e representações**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990.
- CHARTIER, Roger. Introdução – O livro dos livros. In Park, Margareth Brandini. **Histórias e leituras de almanaques no Brasil**. Campinas, SP: Mercado das Letras: Associação de Leitura do Brasil; São Paulo: Fanesp, 1999.
- CHALHOUB, Sidney. **Cidade febril: cortiços e epidemias na Corte Imperial**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.
- CASTELO BRANCO, Pedro Vilarinho. **Famílias e escritas: a prática dos literatos e as relações familiares em Teresina nas primeiras décadas do século XX**. Tese (Doutorado em História), Teresina, Universidade Federal de Pernambuco, 2005
- ELIAS, Norbert. A civilização como transformação do comportamento humano. In: **O processo civilizador: Uma história dos costumes**. (Tradução: Rui Jungmann). vol. 1. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2011.
- FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**. São Paulo: Edição Loyola, 2002.
- FOUCAULT, Michel. **A microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Graal, 1996.
- FOUCAULT, Michel, **História da sexualidade: o uso dos prazeres**. Rio de Janeiro, Edições Graal, 1984 São Paulo: Loyola, 2007.
- FREIRE, Maria Martha de Luna; LEONY, Vinícius da Silva. A caridade científica: Moncorvo Filho e o Instituto de Proteção e Assistência à Infância do Rio de Janeiro (1899-1930). **História, Ciências, Saúde – Manguinhos**, Rio de Janeiro, v.18, supl. 1, dez. 2011, p.199-225.
- GONDRA, José Gonçalves. **Artes de civilizar: medicina, higiene e educação escolar na Corte imperial / José Gonçalves Gandra**. – Rio de Janeiro: Eder, 2004. 562 p.
- HARDMAN, Francisco Foot. **Trem Fantasma- a modernidade na selva**. São Paulo: Cia das Letras, 1988.
- HOBBSBAWN, Eric; RANGER, Terence. **A invenção das tradições**. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 2002.
- KROPF, Simone Petraglia. Carlos Chagas e os debates e controvérsias sobre a doença do Brasil (1009-1923) **História, Ciências e Saúde-Manguinhos**, Rio de Janeiro, v.16, supl.1, jul.2009, p.205-227.
- Humana Res**, v. 5, n.7, 2023 , ISSN: 2675 - 3901 p. 90 – 106 , jan. a ago . 2023. DOI 10.29327/2151838.5.7-6

A VIAGEM CIENTÍFICA DE NEIVA E PENNA: Saúde e doença de infantes no Piauí (1889-1930)

LIMA, Nilsangela. C. Imagens de Teresina (PI) do Século XIX-XX: sentimentos e desejos, tramas urbanas e práticas jornalísticas. In: **Anais do XXVI Simpósio Nacional de História ANPUH** • São Paulo, julho 2011.

LANGGAARD, Theodoro J.H. Mal de engasgo. **Dicionário de medicina doméstica e popular**. Rio de Janeiro: Laemmert.p.2-5. 1865

MELO Antônio Filho. **Teresina a condição da saúde pública na primeira República (1889-1930)**. Tese de mestrado. Universidade Federal de Pernambuco.

MELLO Maria Teresa Villela Bandeira de. PIRES-ALVES, Fernando. Expedição científica, fotografia e intenção documentária: as viagens do Instituto Oswaldo Cruz (1911-1913). **História, Ciências e Saúde-Manguinhos**, Rio de Janeiro, v.16, supl.1, jul.2009, p.139-179.

MAGALHÃES, Sônia Maria de. Batalha contra o Charlatanismo: institucionalização da medicina científica na província de Goiás **História, Ciências e Saúde- Manguinhos**, Rio de Janeiro, v.18, supl.1, Jul-out 2011, p.1095-1109.

NEIVA, Arthur; PENNA, Belizário. Viagem científica pelo norte da Bahia, sudoeste de Pernambuco, Sul do Piauí e de norte a sul de Goiás. **Memórias do Instituto Oswaldo Cruz**, Rio de Janeiro, v.8, n.3, p.74-224. 1916.

ROCHA. Aleisa de Sousa carvalho. Relações Cotidianas do Hospital da Santa Casa de Misericórdia de Parnaíba (1914 a 1928). Artigo apresentado no 30ª Encontro Nacional de História, Recife, 2019.

SÁ. Dominique Miranda de. Uma interpretação do Brasil como doença e rotina: a repercussão do relatório médico de Arthur Neiva e Belizário Penna (1917-1935). **História, Ciências e Saúde-Manguinhos**, Rio de Janeiro, v.16, supl.1, jul.2009, p.183-203.

SOUZA. Vanderlei Sebastião de. Arthur Neiva e Questão nacional nos anos 1910 e 1920 **História, Ciências e Saúde-Manguinhos**, Rio de Janeiro, v.16, supl.1, jul.2009, p.249-264.

SCHWARTZ, Lilia Motriz, **O espetáculo das raças; cientistas, instituições e a questão racial no Brasil-1870-1930**. São Paulo: Cia das Letras, 1993.

SILVA, Rafaela Martins. Seca e doenças em Teresina: A Santa Casa de Misericórdia e a Assistência Médica aos pobres na cidade (1877-1915) [SYN]THESIS, Rio de Janeiro, v. 13, n. 2, p. 96-106, maio/ago. 2020. 96 **Cadernos do Centro de Ciências Sociais da Universidade do Estado do Rio de Janeiro**.

SANTANA, Márcia Castelo Branco. **Médicos, Doentes e hospitais: a construção de uma memória da criação dos espaços hospitalares em Teresina entre 1889 e 1920 (Encontro de História Oral.)** - Universidade Federal do Ceara, 2017.

SERCENCO, Nicolau. **Literatura como missão: tensões culturais e criação cultural na primeira República**. São Paulo: Brasiliense, 1995.

Mensagens e relatórios de governo

Correspondência do provedor da Santa Casa de Misericórdia de Parnaíba, Antônio do Monte Furtado ao Governador do Estado Eurípedes Clementino de Aguiar. Teresina, 1918. (Arquivo Público do Estado do Piauí).

“GOTAS DE ESPERANÇA”: Paralisando a Pólio para libertar a infância.

Antonia Valtéria Melo Alvarenga¹
Josiel Luis Franco de Andrade Carvalho²
Alice Ohanna Leal Nunes³

RESUMO

Dados informados recentemente pelas autoridades nacionais e internacionais de saúde sobre a baixa cobertura vacinal contra a Poliomielite, em países da América Latina, África e Ásia, colocaram a sociedade mundial e os organismos internacionais de saúde em alerta, por representarem uma grave ameaça ao futuro das crianças e adolescentes destes países e de outras partes do mundo. O estudo que permitiu a realização deste artigo buscou amparo em pesquisadores que, durante as décadas de 1980, 1990 e 2000, centraram suas atenções no grande volume de documentos, bem como sobre os muitos vestígios que a importante luta contra o poliovírus produziu. Nesse sentido, serviram como referências os trabalhos vinculados à Fiocruz, a exemplo de Benchimol (2001), Schatzmayr et al. (2002), Campos et al (2003), Maciel e Almeida (2010), Nascimento (2011) e muitos outros que dialogaram com esses que formaram a base da História da saúde e das doenças, ou ainda, das políticas públicas de saúde no país. Constituiu fonte para a pesquisa, o acervo digital da Hemeroteca da Biblioteca Nacional, onde foi possível identificar um grande volume de matérias sobre a temática, publicadas nos periódicos de diferentes regiões do país. O texto foi dividido em três partes: a primeira discute o processo de assimilação da presença do poliovírus em algumas regiões do país; na segunda trata sobre a experiência de introdução das vacinas Salk e Sabin (VOP) no território nacional e a última trata da intensificação do combate ao poliovírus, através da implantação de programas nacionais e campanhas obrigatórias de vacinação.

Palavras-chave: Poliomielite. Enfermidade. Vacina. Paralisia infantil

“DROPS OF HOPE”: Paralyzing Polio to Free Childhood.

ABSTRACT

Information recently reported by national and international health authorities on the low vaccination coverage against Poliomyelitis in countries in Latin America, Africa and Asia, put the world society and international health organizations on alert, as they represent a serious threat to the future of children and adolescents from these countries and other parts of the world. In fact, the study that made this article possible was supported by researchers who, during the 1980s, 1990s and 2000s, focused their attention on the large volume of documents, as well as on the many traces that the important fight against the poliovirus produced. In this sense, works linked to Fiocruz, such as Benchimol (2001), Schatzmayr et al, served as a reference. (2002), Campos et al (2003), Maciel and Almeida (2010), Nascimento (2011) and many others who dialogue with those who formed the basis of the History of health and diseases, or even public health policies in this field. country. The digital collection of the Hemeroteca of the National Library was the source for the research, where it was possible to identify a large volume of articles on the subject, published in periodicals from different regions of the country. The text was divided into three parts: the first discussed the process of assimilating the presence of the poliovirus in some regions of the country; the second dealt with the introduction of Salk and Sabin vaccines (VOP) in the national territory and, the last one dealt with the intensification of the fight against poliovirus, through the implementation of national programs and mandatory vaccination campaigns.

keywords: poliomyelitis, disease, vaccine, infantile paralysis

¹ Professora Adjunta da Universidade Estadual do Maranhão e da Universidade Estadual do Piauí. Emails: valteriaalvarenga@cchl.uespi.br / antoniaalvarenga@professor.uema.br.

² Graduado em História pela Universidade Estadual do Maranhão. Realizou a pesquisa como bolsista PIBIC/FAPEMA.

³ Graduanda em Medicina (UFPI)

GOTAS DE ESPERANÇA”: paralisando a Pólio para libertar a infância

“GOTAS DE ESPERANZA”: Poliomiélitis paralizante para una infancia libre.

RESUMEN

Los datos recientemente reportados por las autoridades sanitarias nacionales e internacionales sobre las bajas coberturas de vacunación contra la Poliomiélitis en países de América Latina, África y Asia, han puesto en alerta a la sociedad mundial y a los organismos internacionales de salud, ya que representan una grave amenaza para el futuro de los niños, adolescentes de estos países y de otras partes del mundo. De hecho, el estudio que hizo posible este artículo fue apoyado por investigadores que, durante las décadas de 1980, 1990 y 2000, centraron su atención en el gran volumen de documentos, así como en las múltiples huellas que produjo la importante lucha contra el poliovirus. En ese sentido, trabajos vinculados a la Fiocruz, como Benchimol (2001), Schatzmayr et al, sirvieron de referencia. (2002), Campos et al (2003), Maciel y Almeida (2010), Nascimento (2011) y tantos otros que dialogan con quienes formaron la base de la Historia de la salud y las enfermedades, o incluso de las políticas públicas de salud en este campo. país. La colección digital de la Hemeroteca de la Biblioteca Nacional fue la fuente de la investigación, donde fue posible identificar un gran volumen de artículos sobre el tema, publicados en periódicos de diferentes regiones del país. El texto se dividió en tres partes: la primera discutió el proceso de asimilación de la presencia del poliovirus en algunas regiones del país; el segundo versó sobre la introducción de las vacunas Salk y Sabin (VOP) en el territorio nacional y, el último, sobre la intensificación de la lucha contra el poliovirus, a través de la implementación de programas nacionales y campañas obligatorias de vacunación.

Palabras clave: poliomiélitis, enfermedad, vacuna, parálisis infantil

Introdução



Uma sociedade com ideário moderno pressupõe planejamentos e ações sanitárias para garantir à sua população segurança, qualidade de vida e proteção à saúde. Mas essas condições ficam afetadas, quando as pessoas se deparam com a presença de ameaças que colocam em perigo a segurança dos seus lares, a exemplo das causadas por agentes biológicos responsáveis pela manifestação de doenças infectocontagiosas graves. Essa foi uma experiência que o mundo enfrentou com a expansão do poliovírus, causador do agravo que ficou conhecido como poliomiélite, que vitimou grande número de pessoas no século XX, a maioria crianças e adolescentes. Neste artigo tratar-se-á de aspectos da trajetória traçada para o combate a essa enfermidade, cuja justificativa em fazê-lo será explicada a seguir.

O aviso no início do texto, publicado recentemente em um site nacional produzido para discutir sobre a doença, trouxe o alerta do risco de retorno da poliomiélite, uma doença erradicada no Brasil, na primeira metade da década de 1990, e erradicada ou controlada na

⁴ Sociedade Brasileira de Imunizações. Você quer esse risco para sua vida?. Disponível em <https://paralisiainfantil.com.br/>. Acesso em 30 de jan. de 2023.

Antonia Valtéria Melo Alvarenga
Josiel Luis Franco de Andrade Carvalho
Alice Horrana Leal Nunes

maioria dos demais países do mundo e que, na terceira década do século XXI, ameaça retornar em vinte e oito (28) países que se encontram com baixa cobertura vacinal. Alguns dos integrantes da lista estão situados na América Latina, entre eles, o Brasil. Segundo informações disponibilizadas no DATASUS⁵, referentes a agosto de 2021, 30% das crianças brasileiras com menos de um ano de idade não foram vacinadas; 40% não haviam recebido o primeiro reforço com um ano de idade e, 55% das crianças de quatro anos de vida não tinham recebido o segundo reforço. Dados como os indicados para países com o perfil social da América Latina, África e Ásia, colocam a sociedade mundial e os organismos internacionais de saúde em alerta, por estarem relacionados a uma doença infectocontagiosa que produz consequências graves para o futuro das crianças e adolescentes por ela vitimados.

Assim, foi a provocação de um presente que ameaça as memórias das vítimas de um passado recente, esforços humanos, investimentos financeiros e sacrifícios sociais realizados que levou à decisão de escrita desse texto. De início, adverte-se que talvez ele não traga reflexões que já não tenham sido apresentadas na vasta literatura produzida pelos campos de conhecimentos que trataram da referida doença. Na verdade, o estudo que permitiu a produção deste texto buscou amparo naqueles que, durante as décadas de 1980, 1990 e 2000, centraram suas atenções sobre o grande volume de documentos, bem como nos muitos vestígios que a importante luta contra o poliovírus produziu. Nesse sentido, serviram como referências os trabalhos vinculados à Fiocruz, a exemplo de Benchimol (2001), Schatzmayr et al (2002), Campos et al (2003), Maciel e Almeida (2010), Nascimento (2011) e muitos outros que dialogaram com esses que formaram a base da História da saúde e das doenças, ou ainda, das políticas públicas de saúde nesse país. Constituiu fonte para a pesquisa, o acervo digital da Hemeroteca da Biblioteca Nacional, local em que foi possível identificar um grande volume de matérias sobre a temática, produzidas nas diferentes regiões do país.

Como o propósito da escrita é contribuir para recolocar no meio acadêmico a discussão sobre um problema que a sociedade julgava resolvido, e que nos últimos anos voltou a ameaçar a segurança sanitária de vários países no mundo, inclusive do Brasil, conforme pode ser identificado no gráfico nº 01 que apresenta a cobertura vacinal brasileira no século XXI para a referida endemia, não foram realizadas análises das situações específicas às regiões ou

⁵⁵ Brasil. DATASUS. Disponível em: <https://datasus.saude.gov.br/> acessado em 12/06/2022.

GOTAS DE ESPERANÇA”: paralisando a Pólio para libertar a infância

locais, a não ser em situações em que se buscou, como recurso explicativo, produzir uma reflexão sobre dados disponíveis a respeito dos maiores centros do país, em relação às regiões com menor visibilidade na imprensa nacional, e que recebiam precária assistência por parte dos órgãos de controle e vigilância sanitária.

O texto foi dividido em três partes. Na primeira realizou-se um debate sobre o processo de assimilação da presença do poliovírus por gestores, profissionais de saúde e a população de algumas regiões do país. Para esse aspecto buscou-se analisar a maneira como governos e sociedades se comportaram frente aos casos notificados pelos órgãos de saúde e diante das situações epidêmicas internacionais em relação à doença. Na segunda parte do texto foi tratada a experiência de introdução das vacinas Salk e Sabin (VOP) no território nacional, em áreas que serviram como projeto piloto para a implementação da política sanitária nas demais partes do território nacional, bem como sobre os comportamentos adotados pelas populações, frente à chegada dos imunizantes. No último tópico, que dialoga intensamente com os dois iniciais, desenvolveu-se uma discussão a respeito da intensificação do combate ao poliovírus, através da implantação de programas nacionais, campanhas obrigatórias de vacinação, adesão de organismos nacionais e internacionais à causa e o apoio da sociedade civil na difícil caminhada realizada em prol da erradicação da poliomielite e da construção de uma cultura da imunização no Brasil.

2 Poliomielite ⁶: a presença e o perigo da enfermidade

Nísia Trindade (2019) no prefácio ao livro **Poliomielite no Brasil: do reconhecimento da doença ao fim das transmissões**⁷, organizado por João Baptista Risi Júnior (2019), afirma que, embora existam registros da enfermidade no país desde as primeiras décadas do século XX, foi apenas na década de 1950, notadamente no contexto das epidemias que assolaram a capital da República e o estado de São Paulo, que a Pólio passou a ser considerada um problema de saúde pública. Mas apesar da pouca visibilidade alcançada diante dos órgãos de saúde pública na primeira metade do século XX, a doença já instigava o campo científico a descobrir

⁶ A poliomielite é uma doença infectocontagiosa aguda, causada por um vírus que vive no intestino, denominado Poliovírus. Embora ocorra com maior frequência em crianças menores de quatro anos, também pode ocorrer em adultos. O período de incubação da doença varia de dois a trinta dias sendo, em geral, de sete a doze dias. A maior parte das infecções apresenta poucos sintomas (forma subclínica) ou nenhum e estes são parecidos com os de outras doenças virais ou semelhantes às infecções respiratórias como gripe - febre e dor de garganta - ou infecções gastrointestinais como náusea, vômito, constipação (prisão de ventre), dor abdominal e, raramente, diarreia. Disponível em: <https://www.bio.fiocruz.br/index.php/br/poliomielite-sintomas-transmissao-e-prevencao>. Acesso em 10.02.2023

⁷ RISI JÚNIOR, João Baptista Risi Júnior (Org). **Poliomielite no Brasil: do reconhecimento da doença ao fim da transmissão**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2019.
Humana Res, v. 5, n. 7, 2023, ISSN: 2675 - 3901 p. 107 – 131, jan. a ago. 2023. DOI 10.29327/2151838.5.7-7

Antonia Valtéria Melo Alvarenga
Josiel Luis Franco de Andrade Carvalho
Alice Horrana Leal Nunes

seus sintomas e tratamentos, integrando discursos dos profissionais da saúde e da imprensa, notadamente de setores que mostravam maior interação com a trajetória da doença na comunidade internacional, a exemplo da epidemia registrada no ano de 1916 na cidade de Nova York- EUA, que produziu forte impacto naquela comunidade e levou o poder público a adotar medidas incisivas para conter a doença⁸.

Observando-se os jornais que circularam nas grandes cidades brasileiras na primeira metade do século passado, identifica-se a presença de matérias informativas e outros tipos de noticiários a respeito da Pólio. O jornal **Correio da Manhã** (RJ)⁹ de 1º de outubro de 1939 publicou na página 16 uma notícia com o título “Paralysis (sic) Infantil”, em que o editor iniciou sua abordagem fazendo comentários orientados a acalmar a população carioca, ao informar que os casos de Poliomielite registrados na capital não eram numerosos, e nem se apresentavam na forma grave, modalidade da doença que trazia perigo de morte às vítimas. Alertava, no entanto, que, apesar disso, as consequências da “malfadada doença” eram preocupantes, pois poderiam produzir paralisias em diferentes partes do corpo, inclusive nos músculos da caixa torácica e, mais comumente nas pernas, o que causava assombro aos pais e médicos, considerando que acometia, preferencialmente, crianças entre seis meses e oito anos de idade.

Afirmava, ainda, o desconhecimento do “germe” causador da moléstia, o que tornava impossível a ocorrência de uma imunização ativa. Por outro lado, a imunização passiva obtida através do soro produzido com material de doentes curados não era suficiente para atender às necessidades que a população local apresentava, notadamente quando considerado que o universo da pessoas mais propensas à infecção encontrava-se em idade escolar, expondo-se a contatos frequentes com possíveis transmissores do agente causador.

Embora a imprensa nacional tenha informado o desconhecimento, à época, do agente patológico causador da Pólio, a literatura médica posterior mostrou que o pesquisador sueco Carl Kling havia isolado o poliovirus em amostra de fezes e de secreção de orofaringe de pacientes com a doença, desde o início da segunda década do século XX, descoberta que permitiu identificar que a transmissão ocorria por vias digestivas ou respiratórias de pessoas infectadas¹⁰.

⁸ Idem.

⁹ Jornal Correio da Manhã (1939).

¹⁰ WALDMAN, Eliseu Alves. Poliomielite e seu controle pela imunização. In: RISI JÚNIOR, op. cit.

Humana Res, v. 5, n. 7, 2023, ISSN: 2675 - 3901 p. 107 – 131, jan. a ago. 2023. DOI 10.29327/2151838.5.7-7

GOTAS DE ESPERANÇA”: paralisando a Pólio para libertar a infância

Ainda no mesmo mês de outubro, o referido periódico produziu outra matéria demonstrando a importância que o tema passava a assumir para a opinião pública. Tratou-se de uma entrevista realizada com um conceituado higienista local, Dr. Figueiredo Rodrigues, que o editor informou fazer parte do convívio profissional de Oswaldo Cruz e Carlos Chagas, de ter notoriedade na pauta da saúde pública, situação que lhe conferia “autoridade incontestável para ventilar problemas como o da paralytia (sic) infantil”. Segundo o médico entrevistado:

É a primeira vez que no Rio de Janeiro se verifica um pequeno surto de poliomyelite aguda anterior ou moléstia de Heine Medin. Sendo o amor materno, um dos sentimentos mais exaltados que caracterizam a nossa raça, não é de extranhar (sic) as proporções impressionantes do alarma que o facto (sic) causou no Rio de Janeiro¹¹.

O comentário acima permite suspeitar que a doença se espalhava pela cidade do Rio de Janeiro, apesar de o médico tratar o caso como “pequeno surto”, produzindo pânico na população, notadamente nas mães de crianças e adolescentes que, diante do que imaginavam ser uma situação de gravidade, percebiam o perigo rondando a vida e o bem-estar dos seus filhos e de todos da família. O “alarme”, portanto, parece não ser sem razão, mesmo que as palavras falassem o contrário. Não teriam periódicos do nível do *Correio da Manhã* (RJ) disponibilizado espaços e tempo tão importantes para esse tipo de matéria repetidas vezes, caso não existissem riscos evidentes e perigo iminente.

A notícia a seguir, publicada pelo *Correio da Manhã* (1947)¹², fortalece a suspeita que o número de afetados pela doença na capital do país crescia com o decorrer dos anos. Observa-se que se trata de informações prestadas pelo Departamento de Higiene Municipal, com dados de 1939 a 1946. Ao longo do período informado, é possível identificar o crescimento do número de casos. Chegava-se assim à segunda metade do século XX, observando uma ampliação do debate sobre a doença, em decorrência não só do crescimento no número de vítimas pelas cidades brasileiras, mas do avanço alcançado pela medicina internacional a respeito de sua etiologia, e das medidas nacionais adotadas no campo da saúde pública com a incorporação de novas tecnologias como as vacinas, o diagnóstico laboratorial e a vigilância sanitária e epidemiológica.

¹¹ *Correio da Manhã*, 25/10/1939, p.03.

¹² *Correio da Manhã*, 1947.

Poliomielite no Rio de Janeiro

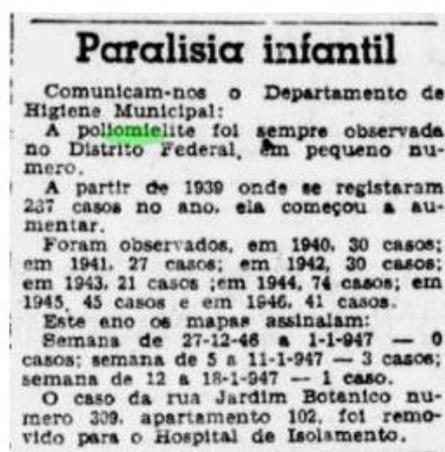


Imagem nº 1

Fonte: Hemeroteca da Biblioteca Nacional.

A partir dessa década, encontra-se com frequência notícias referentes à enfermidade nos jornais de grande circulação no país, quase todas as semanas. Chama a atenção o anseio da comunidade médica em singularizar a doença, definir seu agente causador, suas formas de tratamento e, principalmente, as drogas que poderiam agir contra a mesma. No rol dos medicamentos apresentados, estavam o potássio e as sulfas artificiais, que amenizavam o quadro geral, mas não livravam os infectados das sequelas do mal, nos casos de maior gravidade.

A situação de insegurança era crescente, o que levava as autoridades médicas a procurar por soluções que contivessem a enfermidade que produzia efeitos tão graves ao futuro das sociedades: crianças e adolescentes tinham seus corpos deformados da noite para o dia pela paralisia muscular. Após essa primeira fase, ainda bastante obscura, pelo menos para a população em geral, as notícias foram informando sobre medidas de controle e combate à doença, demonstrando que os organismos oficiais de saúde haviam avançado para a tentativa de instituir políticas públicas de saúde que incluíam a prevenção como aspecto importante na batalha contra a doença. É o que se observa a seguir:

Se na primeira metade do século XX as discussões sobre a poliomielite no Brasil se davam basicamente no âmbito médico e giravam principalmente em torno de modelos científicos explicativos da doença e sua forma epidêmica de incidência, na segunda metade do século, a aquisição de novas tecnologias vacina, vigilância epidemiológica e diagnóstico laboratorial do poliovírus

GOTAS DE ESPERANÇA”: paralisando a Pólio para libertar a infância

deslocou o âmbito da discussão para a área da saúde pública e possibilitou o estabelecimento de políticas de controle da doença no país¹³.

Notícias contidas no periódico **Correio da Manhã** (17/09/1955)¹⁴ permitem identificar o medo que passava a tomar conta de alguns setores da população brasileira. Nessa edição foram publicadas na primeira página duas notas que demonstravam que o pânico em relação à poliomielite podia afetar até o comércio internacional brasileiro, por serem colocadas em dúvida as condições sanitárias dos produtos entregues pelos exportadores. Em uma das notas, o diretor do Instituto de Puericultura e Medicina, Martinho Rocha, declarou o “grande perigo” produzido pela importação dos produtos argentinos.

O médico advertia que as frutas, notadamente aquelas de cascas leves, que normalmente integram o cardápio alimentar das crianças e adolescentes, eram perigosos meios de contaminação, orientando que sua importação fosse interrompida. Outro produto exportado da Argentina que entrou na lista de preocupação do diretor do Instituto de Puericultura e Medicina foi o trigo. Recomendou que as autoridades de saúde do país deveriam suspender com urgência a compra desse produto, para evitar o risco de colocar o Brasil na mesma condição epidêmica que se encontrava o país vizinho.

A segunda nota, com um texto maior, legenda em destaque e posicionada de maneira mais visível na página, era uma espécie de resposta ao comentário realizado pelo médico. Com o título “Foram acertadas as medidas de defesa contra a Poliomielite” o texto informava a boa avaliação do Conselho Nacional de Saúde em relação às medidas adotadas pelo Ministro da Saúde na defesa da população contra a paralisia infantil, alegando serem as “únicas cabíveis no momento”. Recomendou que a população se tranquilizasse, pois “no nosso país há condições de imunidade natural, que constitui o seu melhor elemento de defesa”. Finalizou dirigindo-se especificamente às recomendações realizadas pelo diretor do Instituto de Puericultura e Medicina, afirmando ser um absurdo o aconselhamento de qualquer medida restritiva com a Argentina.

Para se entender os posicionamentos das autoridades citadas, faz-se necessário considerar que estes estavam fundados em razões e interesses diferentes. No primeiro caso, a posição assumida havia sido guiada pelas finalidades de saúde pública. É possível imaginar as preocupações que ampararam a fala do médico ao periódico. O Brasil é um país de dimensões

¹³ CAMPOS, André Luiz Vieira de; NASCIMENTO, Dilene Raimundo do; MARANHÃO, Eduardo. **A história da poliomielite no Brasil e seu controle por imunização**. História, Ciências, Saúde-Manguinhos, v. 10, p. 573-600, 2003.

¹⁴ Correio da Manhã (17/09/1955).

Antonia Valtéria Melo Alvarenga
Josiel Luis Franco de Andrade Carvalho
Alice Horrana Leal Nunes

continentais, na época, com infraestrutura muito precária, especialmente no que dizia respeito à sua malha rodoviária. As dificuldades de acesso a algumas regiões eram obstáculo até para identificação dos casos existentes, fator que dificultaria qualquer tipo de intervenção no caso de uma epidemia da doença.

A posição do Ministro da Saúde, por outro lado, não podia se afastar da responsabilidade política que a função lhe impunha, pois embora chefiasse a pasta responsável pela organização da saúde pública no país, medidas preventivas como as orientadas pelo Diretor do Instituto de Puericultura e Medicina tinham consequências amplas para diversos setores da sociedade, notadamente para o econômico. É importante lembrar que o contexto tratado refere-se a um momento em que o Brasil experimentava uma extraordinária efervescência socioeconômica, consequência das políticas adotadas pelo Estado nas duas últimas décadas, e de investimentos realizados pelo setor privado, notadamente direcionados para o Centro-Sul do país, objetivando o incremento da industrialização nacional.

No início da década de 1950, a situação internacional tornou-se mais grave com repetidos casos de epidemia de pólio atingindo principalmente as populações dos Estados Unidos e Europa Ocidental, resultando em um grande número de óbitos e a produção de um exército de indivíduos com sequelas permanentes. Esses episódios ampliaram a pressão por medidas efetivas, fazendo crescer a disposição para a formação de fundos de financiamentos com o propósito de produção da vacina. A poliomielite era um problema de saúde pública e os governos de todos os países precisavam agir em prol do seu controle e erradicação.

Os esforços realizados por governos e sociedades, ao longo de décadas, dentre estes, o apoio do presidente norte-americano Franklin Delano Roosevelt na década de 1930, uma das vítimas da paralisia infantil, permitiram a ampliação e acúmulo de conhecimentos científicos e tecnológicos em direção à imunização produzida pela infecção do poliovírus, identificando seu caráter duradouro e favorecendo o lançamento de bases para as pesquisas a respeito da produção de soros epidemiológicos. Tais estudos contribuíram, inclusive, para compreender o comportamento da enfermidade em países desenvolvidos e naqueles que se encontravam com condições sanitárias abaixo dos padrões definidos para segurança à saúde da população.

À época, a medicina norte-americana chegou a duas possibilidades: a produção da vacina com o vírus inativo ou com o atenuado, levando a um intenso debate causado pela sensação de incerteza que as duas possibilidades ainda ofereciam. A virologia não conseguia, naquele momento, afastar os riscos da presença de micro-organismos não conhecidos no

GOTAS DE ESPERANÇA”: paralisando a Pólio para libertar a infância

material inoculado em culturas celulares, nos meios em que as células eram propagadas ou mesmo nas células em que o poliovírus era cultivado. Prevaleceu a escolha pelo vírus inativado, passando a Fundação Nacional para Paralisia, dos Estados Unidos, a apoiar os pesquisadores da Universidade de Pittsburgh (EUA), coordenados por Jonas Salk, no prosseguimento de estudos que levaram à produção da vacina de combate à pólio¹⁵.

Como um problema de saúde pública, o combate ao poliovírus passou a figurar nas agendas públicas de saúde de vários países, com prioridade para a produção de vacinas que pudessem agir com eficiência no seu controle e erradicação. Com a inserção da vacina de Salk, iniciou-se o enfrentamento mais eficaz a essa doença que ameaçava o futuro das crianças e adolescentes de todo o mundo. Nascimento (2011) a esse respeito afirma que:

Salk e sua equipe foram os primeiros a apresentarem resultados, e sua vacina injetável, com vírus inativado, obteve autorização de uso pelos Estados Unidos em 1955. Sabin, a seguir, produziu a vacina com vírus atenuado e de aplicação oral, recebendo autorização de uso em 1960. Assim, chegou-se à descoberta de duas vacinas contra a poliomielite – a vacina Salk e a vacina Sabin, ambas de laboratórios americanos¹⁶.

2 “Uma gota, duas doses: uma criança sadia, livre da paralisia”¹⁷

Segundo Nascimento¹⁸, “no Brasil, a vacina Salk¹⁹ foi utilizada a partir de 1955 por médicos pediatras”, ainda que em processos de imunização de amplitudes reduzidas, promovidos pelas Secretarias Municipais e Estaduais de Saúde, principalmente do Rio de Janeiro e São Paulo. O combate à Poliomielite havia se tornado uma questão de interesse nacional, adquirindo destaque inclusive na plataforma de governo apresentada por candidatos ao executivo federal nas eleições daquele ano. Na Campanha à presidência da República em 1955, o candidato populista Adhemar de Barros, que concorreu ao cargo contra Juscelino

¹⁵ WALDMAN, 2019, *op. cit.*

¹⁶ NASCIMENTO, Dilene Raimundo do. **AS CAMPANHAS DE VACINAÇÃO CONTRA A POLIOMIELITE NO BRASIL (1960-1990)**. In: *Ciênc. saúde coletiva* 16 (2) . fev 2011. p. 502: Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csc/a/sfdxc3fpmjgmdkynbr9n9p/>. Acesso em 18.05.2022,

¹⁷ Lema da Campanha de vacinação contra a poliomielite, instituída no Rio de Janeiro em 1961, “que contou com a colaboração de 2.500 voluntários e de diversas instituições, oficiais e particulares. A campanha recomendava que mesmo as crianças já imunizadas pelo processo Salk deveriam receber a vacina Sabin” (CAMPOS et al, 2003, p.587).

¹⁸ *Idem*, p. 503.

¹⁹ A vacina Salk contra a poliomielite (paralisia infantil) é feita de vírus inativados, para aplicação intramuscular ou subcutânea. [...] A primeira e segunda doses devem ser aplicadas aos 2 e 4 meses de idade, respectivamente, e a terceira dose entre 6 e 12 meses após a segunda dose. No Brasil, o Ministério da Saúde vai substituir gradualmente a gotinha Sabin (vírus vivo atenuado) pela injeção Salk (vírus morto) nas campanhas de vacinação. Essa vacina foi desenvolvida pelo médico norte-americano Jonas Salk em 1954 e desde 2000 é a única vacina contra poliomielite utilizada nos Estados Unidos. http://fapaesp.org.br/material_download/196_Vacina%20Sabin.pdf. Acesso em 28 de jan. de 2023.

Antonia Valtéria Melo Alvarenga
Josiel Luis Franco de Andrade Carvalho
Alice Horrana Leal Nunes

Kubitschek, Juarez Távora e Plínio Salgado, apresentou como um dos pontos do seu programa de governo o tema “ Maior proteção à mulher e à infância”. Aproveitando-se de suas experiências como médico e gestor público, destacou o “flagelo da mortalidade infantil” que, conforme argumentava, abria “enormes claros na nossa população”.

Articulando um dos aspectos que ganhou relevo na sua plataforma política, o “avanço na infraestrutura e na legislação social”, o presidenciável ressaltou o cuidado com grupos sociais ainda em situação de vulnerabilidade, a mulher e a criança, enfatizando a atenção que havia lhes dirigido na sua passagem pelo governo de São Paulo. Desse modo, na lista de serviços dirigidos a esses setores sociais encontrava-se o “[...], combate à paralisia infantil e recuperação das crianças atacadas desse mal; fabricação intensiva em nosso país da vacina contra a poliomielite e outras doenças que afetam a população infantil [...]”²⁰. Abaixo, o aspecto relatado da proposta de governo de Adhemar de Barros:

Mensagem do presidenciável Adhemar de Barros aos eleitores (1955)



Imagem nº 02:
Fonte: Hemeroteca da Biblioteca Nacional

O destaque dado à poliomielite entre as outras doenças que afetavam a população infantil evidencia o potencial mobilizador que a enfermidade apresentava, na tentativa de interação que o candidato acostumado a falar às massas, procurava estabelecer com os eleitores. A partir dos anos de 1960, informações publicadas nos periódicos analisados deixaram de tratar das discussões sobre a presença da doença, e passaram a dispor sobre a ocorrência da

²⁰ **Jornal do Comércio**, do Amazonas, 14 de ago. 1955, p.4.
Humana Res, v. 5, n. 7, 2023, ISSN: 2675 - 3901 p. 107 – 131, jan. a ago. 2023. DOI 10.29327/2151838.5.7-7

GOTAS DE ESPERANÇA”: paralisando a Pólio para libertar a infância

vacinação infantil contra a poliomielite em algumas áreas do território nacional. O processo seguiu com a criação da vacina Sabin²¹, que teve uso autorizado no Brasil ainda nessa década. Tavares (2015)²² afirma que, por apresentar uma produção mais barata e permitir a imunidade secundária, a vacina oral poliomielite (VOP) foi largamente utilizada desde o início dos anos 1960. No entanto, adverte que o Brasil não possui registros precisos sobre essas experiências, por a poliomielite só ter se tornado uma doença de notificação compulsória a partir de 1968.

Importante ressaltar que a produção da vacina antipólio era uma conquista importante, mas não o suficiente para a derrota do inimigo invisível. Isso explica porque mesmo depois de iniciado o processo de vacinação, ainda terem ocorrido muitos episódios de surto da doença em algumas cidades, inclusive na capital do país onde o processo foi iniciado como piloto. Manifestações de órgãos e entidades que acompanhavam o procedimento vacinal eram de que precisava haver uma orientação ampla sobre a importância da vacinação em massa. A produção da vacina em quantidade suficiente para cobrir a população nacional, mesmo quando possível, não garantiria a imunização pretendida, caso sua distribuição não fosse realizada seguindo uma organização que possibilitasse sua chegada a todos os municípios do País e, quando nesses, aos postos de saúde disseminados pelos bairros, localidades e comunidades em que a população encontrava-se distribuída.

Outro aspecto destacado foi a questão do contágio. Matéria divulgada no **Diário de Notícias** (RJ)²³ de 07 de junho de 1960, chamou a atenção para o problema, argumentando que em um meio como o que formava a Capital da República, de padrão comparativamente baixo, camada numerosa da população teria que ser instruída sobre o risco real da paralisia infantil, bem como de sua sintomatologia, em termos de fácil assimilação para os grupos mais “incultos”.

Não bastava, evidentemente, dizer a essas pessoas que elas precisavam vacinar seus filhos, conforme o protocolo das organizações de saúde. Era preciso garantir que os imunizantes chegassem aos núcleos onde se encontravam as pessoas menos favorecidas e onde os riscos de irradiação de uma epidemia eram mais previsíveis. Importante destacar que, embora o quadro

²¹ A vacina Sabin é uma vacina contra a paralisia infantil, composta por vírus vivos atenuados, aplicada na forma oral e autorizada nos Estados Unidos em 1962. Ela deve ser tomada sob a forma de duas “gotinhas” pingadas na língua. Essa vacina foi desenvolvida pelo médico americano Albert Sabin (1906-1993) e é utilizada no Brasil desde 1964. http://fapaesp.org.br/material_download/196_Vacina%20Sabin.pdf. Acesso em 28.de jan. de 2023.

²² TAVARES, Fernando Neto. O início do fim da poliomielite: 60 anos do desenvolvimento da vacina. In: **Rev Pan-Amaz Saude**. v.6 n.3 Ananindeua set. 2015, <http://dx.doi.org/10.5123/S2176-62232015000300001>. p. 09 a 11.

²³ Diário de Notícias (RJ) de 07 de junho de 1960, p.04

Antonia Valtéria Melo Alvarenga
Josiel Luis Franco de Andrade Carvalho
Alice Horrana Leal Nunes

sanitário da capital tenha ganhado maior projeção na mídia nacional, a presença da doença em outros estados também se encontra registrada, a exemplo do Amazonas, Maranhão, Rio Grande do Sul, Minas Gerais, mesmo que com menor intensidade. A manchete da matéria abaixo mostra aspectos da doença, na capital do país na década de 1960²⁴:

Paralisia Infantil no Rio de Janeiro



Imagem nº 03:
Fonte: Hemeroteca da Biblioteca Nacional

Ainda que a cobertura vacinal não tivesse atingido o total da população infanto-juvenil do País, a trajetória do combate à poliomielite, assim como de outras doenças infectocontagiosas, estava contribuindo para o fortalecimento da cultura de vacinação, colaborando para que a população nacional percebesse a importância dessa prática para a saúde de todos, notadamente das crianças e adolescentes pertencentes a setores com maior vulnerabilidade diante de um quadro epidêmico, como o que poderia ser causado pela pólio ou outra doença viral grave. Nesse contexto, a Fiocruz intensificou pesquisas para melhorar as notificações e prevenção da pólio, ampliando a eficácia da ação para o seu combate com o aperfeiçoamento dos imunizantes disponíveis:

No início da década de 1960, a Fiocruz começou a pesquisar tecnologias que foram fundamentais para o controle da poliomielite. O Instituto Oswaldo Cruz desenvolveu técnicas cada vez mais sensíveis e rápidas de diagnóstico do poliovírus, assim como o aperfeiçoamento da formulação da vacina antipólio oral²⁵.

Observa-se que desde os anos de 1960 os governos nacionais passaram a tratar com maior cuidado o controle e o combate à poliomielite no território brasileiro. Em 1961, o

²⁴ Jornal Última Hora (RJ), 1968.

²⁵ Nascimento (2011), *op. cit.*, p. 503.

GOTAS DE ESPERANÇA”: paralisando a Pólio para libertar a infância

Ministério da Saúde adotou oficialmente a vacina Sabin, iniciando “a primeira experiência de vacinação em massa na cidade de Santo André, no estado de São Paulo, com a expectativa de vacinar 25 mil crianças dos municípios de Santo André, São Bernardo e São Caetano”²⁶. Avaliando como positivo o resultado da iniciativa em São Paulo, o governo Federal adquiriu mais três milhões de doses da vacina Sabin para utilizar uma parte em campanha que seria realizada no Rio de Janeiro, e o restante em várias capitais brasileiras. Porém, as campanhas de vacinação iniciadas sofreram grande descontinuidade em razão da capacidade de abastecimento demonstrada pelo poder público. Assim, a trajetória das campanhas de combate a pólio no Brasil acontecia com a vacinação andando sempre atrasada em relação à doença, pois a vacinação era dirigida *a posteriori* para os locais onde era anunciada a existência de surtos da enfermidade.

Nascimento (2011)²⁷ afirma que “em face de ocorrência de repetidos surtos da poliomielite em várias cidades brasileiras, o Ministério da Saúde instituiu o Plano Nacional de Controle da Poliomielite, em 1971”, iniciando pelo Estado do Espírito Santo e estendendo-o, posteriormente, para outros Estados, visando a realização de ações de controle e combate à doença de forma homogênea no território nacional. O estabelecimento de um Plano Nacional de controle da pólio tornava evidente que o desafio continuava, mesmo depois de uma década do início do processo de vacinação no Brasil.

A ação contou com um forte apoio da sociedade civil, a exemplo do Clube de Diretores Lojistas e da Associação Brasileira de Relações Públicas, para a distribuição de mais de 100 mil cartazes pelo território nacional, além da exibição de filmes nas escolas e na televisão, com a finalidade de informar aos pais e responsáveis pelos menores de idade, as orientações adequadas sobre a enfermidade. A campanha chamava a atenção para as deformações físicas impostas às vítimas, além da possibilidade de afetar a personalidade psíquica dos molestados²⁸. A seguir, imagens de duas cenas comuns no passado, com consequências das sequelas permanentes causadas pela poliomielite. Na cena 01, crianças com paralisia infantil e na 02 pacientes respirando pelo pulmão de aço:

²⁶ CAMPOS et al, op. cit. p. 587.

²⁷ Op. cit., p.503

²⁸ Jornal Última Hora (RJ), 1971.

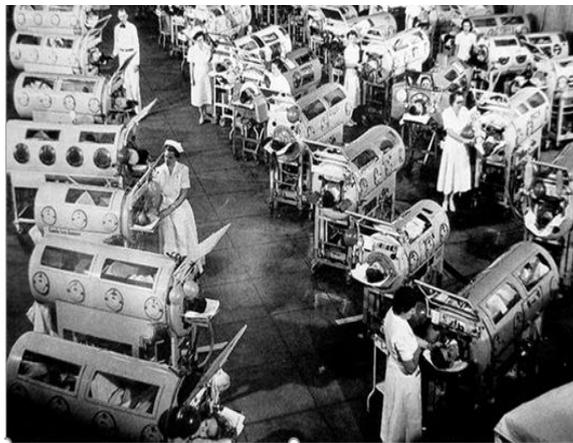
Antonia Valtéria Melo Alvarenga
Josiel Luis Franco de Andrade Carvalho
Alice Horrana Leal Nunes

SEQUELAS PRODUZIDAS PELA POLIOMIELITE



Painel nº 01

Fonte: Arquivo/OPAS



Fonte: <https://www12.senado.leg.br/2022/>

121

3 Programas Nacionais de Imunizações (PIN): as “campanhas” que deram certo.

Em 1973 o governo brasileiro criou o Programa Nacional de Imunizações (PNI), que incorporou o controle da poliomielite e introduziu a multivacinação, adicionando à imunização doenças como a varíola²⁹ e o sarampo³⁰. Essa ação visou à reestruturação das campanhas de vacinação e a organização das ações dos diferentes programas que estavam em execução no país. Outra ação importante ocorreu internacionalmente nesse mesmo período: em 1974 a Organização Mundial da Saúde-OMS lançou o Programa Ampliado de Imunização (PAI), visando disponibilizar vacinas de combate à poliomielite para as crianças de diferentes partes do mundo. No Brasil, a estratégia das campanhas de saúde foi substituída pela vacinação nos centros de saúde, associada a uma política sanitária. Mas as vacinações de rotina não conseguiram produzir o resultado esperado, exigindo que as autoridades governamentais desenvolvessem estratégias mais agressivas para a finalidade pretendida³¹.

²⁹ A varíola é uma doença infecciosa que é considerada como erradicada pela Organização Mundial da Saúde (OMS) desde os anos 80, após a realização de uma campanha de vacinação maciça, que envolveu o mundo inteiro. A OMS considera a varíola uma das doenças mais devastadoras de toda a história e o diagnóstico rápido dessa condição aumenta as chances de sobrevivência do paciente. Disponível em <https://www.rededorsaoluiz.com.br/doencas/variola>. Acesso: 28.01.2023.

³⁰ Sarampo é uma doença infecciosa grave, causada por um vírus, que pode ser fatal. Sua transmissão ocorre quando o doente tosse, fala, espirra ou respira próximo de outras pessoas. A única maneira de evitar o sarampo é pela vacina. Disponível em: <https://www.saude.pr.gov.br/Pagina/Sarampo>. Acesso em 12/05/2022.

³¹ Waldman, 2019, op. cit.

GOTAS DE ESPERANÇA”: paralisando a Pólio para libertar a infância

Assim, uma importante logística foi sendo montada ao longo dos anos com investimentos realizados por parte do governo federal em infraestrutura, formação de pessoal, pesquisas, melhoria nos transportes e conservação das vacinas, o que ajudou nos deslocamentos desses imunizantes para as partes mais remotas do país. Através das parcerias com os demais entes federativos, entidades privadas e a sociedade civil, uma forte e eficiente propaganda atingiu os diversos setores da sociedade. Outro aspecto importante desta política foi a organização das campanhas de vacinação nacional por faixas etárias, possibilitando que a atenção se voltasse para o público alvo.

Na década de 1970, as políticas públicas em relação ao abastecimento dos imunológicos no Brasil visaram fortalecer a produção e a disponibilidade dessas substâncias no território nacional. O personagem Sujismundo³² (Painel nº 02) foi utilizado pelo governo civil-militar para impulsionar as Campanhas de Vacinação através do alerta à população sobre a importância da imunização contra diversas doenças, destacando a obrigatoriedade da vacinação em crianças. Informações contidas no jornal **Correio da Manhã** (RJ) de 19 de setembro de 1973³³ mostram a criação de um Grupo Técnico em Saúde, cuja missão era a elaboração de um Plano de vacinação geral até 1979. O Ministro da Saúde à época, Mário Machado, informou a respeito da avaliação do Programa Nacional de Imunizações, que tinha a meta de promover o controle do sarampo, tuberculose, difteria, tétano, coqueluche, poliomielite e manter erradicada a varíola.

Essa ação conjugava esforços da Central de Medicamentos do governo Federal com as Secretarias de Saúde dos Estados. O Governo Federal comprometia-se com um total de 220 milhões de cruzeiros, enquanto os governos estaduais participavam com outra parcela de recursos proporcional às especificidades de cada um, cabendo-lhes a parte operacional e a utilização de sua estrutura material e de pessoal. Nas metas estabelecidas por essa política estava a redução dos casos de poliomielite para 0,1 por 100 mil habitantes, desde que fosse possível atingir o mínimo 80% da população infantil menor de 5 anos, e que as vacinas contra essa enfermidade e todas as outras citadas anteriormente, conseguissem alcançar as áreas rurais, ampliando as barreiras e o sistema de vigilância epidemiológica do País.

³² O Sujismundo foi criado na década de 1970 pelo publicitário Ruy Perotti. O personagem não tomava banho, vivia rodeado de mosquitos e jogava papel na rua. Na época, Sujismundo foi criado para a campanha educativa do governo federal “Povo desenvolvido é povo limpo” e incentivava a limpeza e higiene nas cidades. Disponível em: <https://www.sc.gov.br/noticias/temas/meio-ambiente/projeto-de-educacao-ambiental-resgata-personagem-de-historias-em-quadrinhos>. Acessado em 12/06/2022.

³³ Jornal Correio da Manhã (RJ) de 19 de setembro de 1973.

Antonia Valtéria Melo Alvarenga
Josiel Luis Franco de Andrade Carvalho
Alice Horrana Leal Nunes

Durante a referida Campanha foi utilizada a pistola de pressão para aplicação da vacina, que substituiu métodos anteriores — escarificação e multicultura. As novas estratégias organizacionais, assim como as tecnologias que foram sendo incorporadas a essas políticas, possibilitaram a ampliação da vacinação a mais pessoas em um curto espaço de tempo. A seguir, exemplos de utilização dos personagens Dr. “Prevenildo” e “Sugismundo”, vinculados à política de vacinação, que tiveram grande capacidade de penetração na mentalidade coletiva nacional.

Campanhas educativas para a vacinação infantil (década de 1970)³⁴



Painel nº 02

Fonte : Casa de Oswaldo Cruz –COC

As diferentes estratégias ajudavam as autoridades em saúde a aproximarem-se dos objetivos pretendidos, a exemplo da implantação do dia nacional da vacina que trouxe resultados promissores no combate a Pólio. Essa estratégia permitiu a concentração das atenções para esse tipo de agravo, fazendo com que as famílias pudessem se programar para realizar a vacinação de suas crianças. Tavares (2015)³⁵ afirma que os resultados dessa política são notórios, ao informar que em 1975 o Brasil notificou cerca de 3.600 casos de poliomielite, reduzindo sensivelmente em 1980 para 1.290 casos, quando foram executadas as Campanhas Nacionais de Vacinação. Na década seguinte, os números foram muito esperançosos, tendo em

³⁴ BENCHIMOL, J.L, coord. **Febre amarela: a doença e a vacina, uma história inacabada** [online]. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2001. 470 p. ISBN 85-85676-98-1. Available from Scielo books.

³⁵ Op. cit.

GOTAS DE ESPERANÇA”: paralisando a Pólio para libertar a infância

vista que em 1981 apenas 122 casos da doença foram notificados no País. É o que se percebe no fragmento de texto a seguir:

[...]. Os méritos da vitória sobre a poliomielite são de todos e vêm de antes, graças a um processo continuado de qualificação das ações de imunizações e de vigilância epidemiológica. Tivemos 2.564 casos de pólio notificados em 1979, e 1.290 em 1980, quando se iniciaram as campanhas nacionais de vacinação.

Em 1981, foram apenas 122 casos notificados. Tratava-se de uma conquista importante. Mas era ainda a implantação de uma atitude, uma alteração em usos e costumes, o que pode significar retrocessos, como se viu em 1984, quando se registrou queda nas coberturas vacinais das campanhas. Houve problemas, também, com a composição da vacina utilizada na época. Ressurgiu então a epidemia, com pico em 1986.³⁶

Schatzmayr et. all³⁷ afirma que em decorrência de diversas falhas no Programa de Vacinação implantado na década de 1970, quase todos os estados brasileiros notificaram surtos de poliomielite no período. Esse fato levou as autoridades em saúde a implantar um novo plano de ação para o período de 1980 a 1984. A base da nova política era a criação de dois dias nacionais de vacinação em massa utilizando-se a vacina oral, objetivando alcançar uma alta cobertura vacinal em todas as regiões brasileiras e, com esse resultado, interromper a propagação do poliovírus. Considerando que pesquisas mostravam que 91,5 % dos casos de poliomielite ocorriam em crianças abaixo de quatro anos de idade, todas as crianças dentro dessa faixa etária foram convocadas a receber a vacina. Os pesquisadores ressaltam o sucesso da medida, informando os ótimos resultados em relação à participação social. As estatísticas do período mostraram que “[...] de outubro de 1980 a setembro de 1982, observa-se o registro de apenas oito casos em média por mês, quando a incidência de 1975 a 1980 alcançou entre cem a quinhentos casos mensais, com uma média anual de 2,1 casos por cem mil habitantes”³⁸.

Mais uma vez ficava evidente a importância das campanhas de vacinação, por sua capacidade de penetração em diferentes lugares e maior mobilização dos grupos populacionais do país. A despeito disso, o imunizante ainda não havia conseguido alcançar a totalidade da população infantil nacional, permitindo que, em 1984, fosse registrado o recrudescimento de casos no Nordeste brasileiro, atribuído à baixa cobertura vacinal e a problemas na conservação de vacinas. Quando a Organização Mundial de Saúde conclamou a todos os países que

³⁶ Brasil, 2003, p. 9.

³⁷ SCHATZMAYR, H. G.; FILIPPIS, A. M. B. de; FRIEDRICH, F. e LEAL, M. da L. F.: **Erradicação da poliomielite no Brasil: a contribuição da Fundação Oswaldo Cruz**. História, Ciências, Saúde Manguinhos, Rio de Janeiro, vol. 9(1): 11-24, jan.-abr. 2002.

³⁸ Op. cit. p.14

Antonia Valtéria Melo Alvarenga
Josiel Luis Franco de Andrade Carvalho
Alice Horrana Leal Nunes

definissem políticas mais eficientes de combate à poliomielite, o governo brasileiro, através do Ministério da Saúde, aplicou as estratégias de comunicação para encaminhar uma mensagem aos pais e à comunidade, em geral. As estatísticas sobre a enfermidade mostraram que em 1985 ainda havia cerca de 350 mil casos da doença em mais de 125 países³⁹.

A partir de 1988, as agências da ONU, OMS, UNICEF e o Rotary Internacional, passaram a trabalhar com membros da Iniciativa Global de Erradicação da Pólio, imunizando em curto período mais de 2,5 bilhões de crianças, alcançando como resultado uma redução no número de casos em 99,9%. A permanência da Pólio pelo mundo tinha um custo social e financeiro muito alto, despendendo milhares de dólares no tratamento das vítimas e no controle do poliovírus. Esse quadro motivou investimentos públicos e privados para sua erradicação global, política financiada pela OMS, OPAS, UNICEF, Rotary Internacional, Banco Interamericano de Desenvolvimento e outras instituições financeiras dos países ricos.

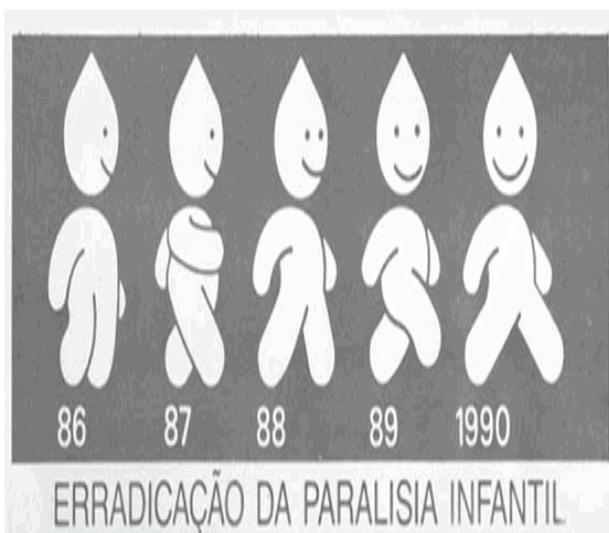
No Brasil a campanha foi intensificada com a criação de diversos materiais informativos, a exemplo de cartazes, campanhas publicitárias e cartilhas. Darlan Rosa, funcionário de um setor de publicidade de medicamentos do Ministério da Saúde, criou o Zé Gotinha que se transformou no símbolo das campanhas de vacinação, personagem que trouxe efeitos simbólicos importantes para impulsionar o processo. Artistas de popularidade nacional entre crianças e adolescentes brasileiros, a exemplo da apresentadora de programa infantil Xuxa Meneghel protagonizaram, ao lado de Zé Gotinha, a campanha de vacinação em 1989⁴⁰.

³⁹ Invivo. **Poliomielite: a pólio está voltando?**. Disponível em: <http://www.invivo.fiocruz.br/saude/poliomielite-esta-voltando/>. Acesso em 23.01.2023.

⁴⁰ Senado Federal. **Vacinação infantil despenca no País e epidemias graves ameaçam voltar**. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/infomaterias/2022/05/vacinacao-infantil-despenca-no-pais-e-epidemias-graves-ameacam-voltar>. Acesso em 31 de jan. .2023

GOTAS DE ESPERANÇA”: paralisando a Pólio para libertar a infância

Campanha de combate a paralisia infantil – Ministério da Saúde.



Painel nº 03

Fonte: PORTO, 2003



Fonte: Biblioteca Nacional Digital

Assim, o Programa Nacional de Imunização-PNI, responsável pela realização dos eventos que envolveram a vacinação contra várias enfermidades infectocontagiosas, contribuiu substancialmente para a difusão da cultura da vacina na sociedade brasileira, preparando uma rotinização imunizante dos indivíduos. Desta forma, pode-se analisar que o PNI atingiu suas finalidades e vem, deste então, consolidando-se no cenário brasileiro e internacional como uma política pública reconhecida e respeitada. A imagem do Zé Gotinha mostra uma trajetória de confiança sendo produzida para as crianças nacionais. Entre os anos de 1986 e 1990, a expressão é de esperança e certeza que os infantes poderiam crescer livres das sequelas das várias enfermidades conhecidas e controladas, entre elas a poliomielite. É o que se observa no trecho a seguir:

O que foi alcançado pelo Brasil, em imunizações, está muito além do que foi conseguido por qualquer outro país de dimensões continentais e de tão grande diversidade socioeconômica. No campo das imunizações, somos vistos com respeito e admiração até por países dotados de condições mais propícias para esse trabalho, por terem população menor e ou disporem de espectro social e econômico diferenciado⁴¹.

Esse comportamento foi sendo construído porque desde a criação do PNI, o governo brasileiro passou a disponibilizar imunizantes às diversas doenças para todo o território nacional, fazendo com que as ações realizadas por este programa ganhassem reconhecimentos nacional e internacional. Essa era uma política que governo e sociedade não apresentavam

⁴¹ BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Programa Nacional de Imunizações 30 anos. Brasília, 2003, p.07. Disponível: <https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/>. Acessado em 15/04/2022.

GOTAS DE ESPERANÇA”: paralisando a Pólio para libertar a infância

e Almeida (2010)⁴³ mostram que a erradicação da Pólio contribuiu do ponto de vista dos esforços governamentais e da construção de uma cultura da vacinação, para o controle de várias outras doenças.

Utilizando-se de depoimentos de agentes envolvidos nesse processo, apresenta sobre o assunto, o posicionamento de Ciro de Quadros, médico que liderou os esforços para a erradicação da poliomielite no continente americano, participando de um comitê formado por representantes da OPAS, do Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef), da Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional (Usaid), do Banco Interamericano de Desenvolvimento (Bird) e do Rotary Club Internacional. O médico foi membro da força-tarefa para sobrevivência da criança e de diversos comitês ligados à vacinação e à saúde infantil, além de ter liderado o programa de erradicação da pólio na Etiópia, onde ficou até 1977, integrando posteriormente, a equipe de estruturação do Programa Ampliado de Imunizações (PAI) na OPAS em Washington. Segundo o médico:

A erradicação da pólio não foi em si um objetivo único. A erradicação da pólio foi um objetivo que era alcançar a erradicação da pólio. O segundo foi reforçar o Programa Nacional de Vacinas, ou seja, alcançar a imunização universal, e um outro era mobilizar a sociedade, ou seja, um enfoque político muito importante de mobilização da sociedade no aspecto de saúde, de mudar um pouco a mentalidade dos governos, de mudar a mentalidade da população, ou seja, tem três objetivos fundamentais, dos quais a erradicação já foi alcançada, a mobilização... digamos, o Programa de Vacinação saiu fortalecido, e a mobilização política e social eu acho que também se avançou bastante, porque na maioria dos países agora existem leis de vacina e se você toma o mundo como um todo e olha novas vacinas como a haemophilus influenzae, a hepatite. A única região do mundo que incorporou essas vacinas foi as Américas, ou seja, isso significou que realmente, politicamente a vacina ficou como uma coisa importante e a prevenção também muito importante [...].⁴⁴

Schatzmayr et al. (2002)⁴⁵ mostram que as campanhas nacionais de vacinação realizadas no Brasil chegaram a alcançar cerca de 18 milhões de crianças em um único dia, apresentando-se como uma referência na organização desse tipo de política em outras partes do mundo, principalmente naqueles que apresentavam características socioeconômicas similares a algumas regiões brasileiras, a exemplo da Ásia e a África, locais onde ainda eram identificados casos clínicos com o vírus selvagem. Campos et al.⁴⁶ informam que o Brasil

⁴³ MACIEL, Laurinda Rosa e ALMEIDA, Anna Beatriz de Sá. Controle e erradicação de uma doença: história da poliomielite e seus atores. In: **Tempo e Argumento**. Florianópolis, v. 2, n. 1, p. 200 – 220, jan. / jun. 2010.

⁴⁴ Quadros, fita 2, lado B – ênfases do depoente. *Apud.* Maciel e Almeida, 2010, p. 205.

⁴⁵ Op. cit.

⁴⁶ Campos et al. Op.cit, p.597 .

Antonia Valtéria Melo Alvarenga
Josiel Luis Franco de Andrade Carvalho
Alice Horrana Leal Nunes

criou em 1986 o Grupo de Trabalho para a erradicação da poliomielite (GT-poliomielite) com a finalidade de atribuir maior “eficiência ao programa de vacinação, fazer um acompanhamento mais refinado do comportamento epidemiológico da poliomielite e desencadear as medidas de controle necessárias, supervisionadas e avaliadas adequadamente”.

O último caso de infecção pelo poliovírus selvagem no Brasil foi notificado na cidade de Souza, na Paraíba, evidenciando que o longo percurso traçado pelas autoridades sanitárias, estado e sociedade civil mostrava os resultados esperados. Nos anos seguintes, os pesquisadores informaram que a vigilância foi mantida, com os trabalhos denominados “operação de limpeza” nos diferentes municípios brasileiros, sendo a maioria deles localizados na região Nordeste. Em 1994, o Brasil recebeu a Certificação da Erradicação da Poliomielite, livrando as gerações que nasceram a partir da década de 1990 das consequências limitadoras que as sequelas da contaminação do poliovírus podem produzir.

A seguir, um panorama da vacinação contra a poliomielite na atualidade, apresentado com a finalidade de deixar aberta uma reflexão sobre o comportamento nacional frente aos esforços empreendidos em passado bem próximo, para que a sociedade atual pudesse desfrutar de uma existência livre de ameaças biológicas que fizeram parte das experiências de gerações que antecederam as atuais.

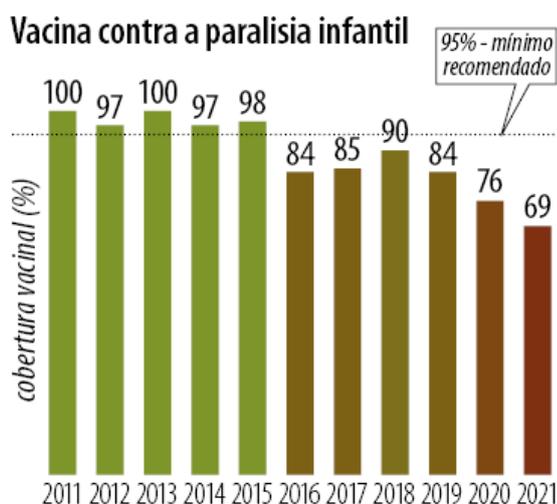


Gráfico 01

Fonte: <https://www12.senado.leg.br/noticias>

GOTAS DE ESPERANÇA”: paralisando a Pólio para libertar a infância

Considerações finais

O exposto permitiu analisar que as políticas públicas de saúde vêm sendo construídas no sentido de ampliar a prevenção e evitar a incidência de diversos tipos de enfermidades. A participação das sociedades civil e dos governos na implementação de programas de controle à várias moléstias, fez com que os indivíduos desenvolvessem comportamentos mais saudáveis e práticas higiênicas de convivência com a natureza, fazendo surgir novos hábitos alimentares e aceitação de rotinas que integram as políticas de saúde, a exemplo das vacinas obrigatórias e recomendadas e dos programas preventivos que são disponibilizados a setores específicos da sociedade nas agendas anuais dos órgãos de saúde pública dos países.

A trajetória do combate ao poliovírus contribuiu muito para essa cultura. Não apenas para a formação da necessária imunização, mas para que sociedades e governos entendessem a ampla dimensão que constitui a saúde pública de um país. Nesse ensaio, buscou-se contribuir com essa reflexão, ao trazer para a escrita do texto aspectos cotidianos das sociedades que conviveram com a presença dessa entidade chamada Poliomielite, bem como a oportunidade para pensar o impacto que a experiência produziu em algumas gerações do século XX. Nessa abordagem, utilizou-se do conhecimentos a respeito das decisões, atividades e articulações realizadas pelos centros de poder político e científico da época, para definir as estratégias da luta contra a referida enfermidade, disponíveis em um corpus de textos produzidos a respeito da temática até a primeira década do século XXI.

A contribuição desejada com esse artigo, orientou-se em duas direções: a primeira buscar trazer para o debate acadêmico atual esse importante material produzido a respeito da pólio e de outras doenças infectocontagiosas, em um momento em que o perigo do retorno de virologias já controladas, tornam-se iminentes. O segundo aspecto está relacionado com as escolhas das fontes trabalhadas. A pesquisa em periódicos que circularam no período, notadamente nas grandes cidades do país, objetivaram buscar outro aspecto dessa difícil experiência que marcou a luta contra a poliomielite: as formas das sociedades, nos seus diferentes extratos, sentir, participar, demonstrar e perceber os episódios que se formavam em torno da doença.

Ao longo do texto foi sendo mostrado como as campanhas realizadas em âmbito estadual e nacional contribuíram para que as pessoas fossem conhecendo a doença, ao tomarem ciência de sua presença, identificarem seus sintomas, as possibilidades de enfrentamento e assimilarem os riscos de suas sequelas, em especial, para as crianças e adolescentes. Também foi possível observar como se comportaram os governos e demais setores que constituíam as

Antonia Valtéria Melo Alvarenga
Josiel Luis Franco de Andrade Carvalho
Alice Horrana Leal Nunes

sociedades em relação às ameaças de uma epidemia causado pelo poliovírus, os recursos mobilizados, erros e acertos na execução das políticas definidas e, os difíceis quadros revelados em relação às populações do mundo, através do enfrentamento à enfermidade.

O Brasil entre erros e acertos avançou na luta contra a Pólio e conseguiu nesse trajeto a realização de outras conquistas, a exemplo da educação de sua população para o reconhecimento da importância das vacinas contra a referida enfermidade e contra outras doenças. Porém, o combate a Pólio trouxe à público a situação precária em que viviam muitas comunidades brasileiras, sem as mínimas condições para a execução segura das atividades traçadas pelas políticas públicas colocadas em execução. Algumas estruturas de saúde, a exemplo dos postos, pequenos hospitais, laboratórios e ambulatórios, diante das inadequadas situação reveladas precisaram ser reestruturados para recepção, armazenamento e distribuição das vacinas durante as campanhas e nas atividades de rotinas. Assim, o Brasil tornou-se um modelo mundial no enfrentamento à pólio, colaborando com a expertise dos seus profissionais e as experiências desenvolvidas nas muitas campanhas nacionais de vacinação realizadas, com outros países nessa luta. Resta às novas gerações o compromisso com os esforços realizados por este passado, agindo de modo que os mesmos não tenham sido realizados em vão.

SER CRIANÇA NO HORIZONTE HUMANIZADOR DA LITERATURA INFANTIL: IMAGINÁRIOS ILUSTRADOS DE ESPERANÇA

Dheiky do Rêgo Monteiro Rocha¹

RESUMO

A literatura infantil contemporânea produzida no século XXI tem apresentado para os leitores crianças possibilidades de pensar a respeito do mundo a sua volta por meio das composições verbais e visuais do livro ilustrado. Este artigo tem como objetivo apresentar reflexões acerca do *ser criança* na condição de sujeito sócio-histórico, representado na literatura infantil, que pode gerar um horizonte humanizador na formação de um leitor sensível, crítico e criativo. Nesse sentido, destacam-se narrativas que abordam o protagonismo emancipador em contextos temáticos distintos, a saber: *O vestido de Afiya* (2022), de James Berry, *Julián é uma sereia* (2021), de Jessica Love, e *O garoto da camisa vermelha* (2020), de Otávio Júnior. Na construção da reflexão, através de uma pesquisa bibliográfica, o estudo apoia-se, principalmente, no pensamento dos estudiosos: Candido (1976, 2002, 2021) e Aguiar (2011), sobre o lugar da literatura na vida social; Cohn (2005), sobre a antropologia da criança; Queirós (2005, 2019), sobre o poder da palavra na leitura da literatura; e Nodelman (1981) e Nikolajeva e Scott (2011), sobre as relações entre palavra e imagem no livro ilustrado. Conclui-se que as composições verbais e visuais da literatura infantil contemporânea dialogam com a realidade, por meio dos caracteres temático e estético, possibilitando ao leitor criança uma autonomia na construção de sensibilidades humanizadoras.

Palavras-chave: Literatura infantil. Livro ilustrado. Função humanizadora da literatura.

BEING A CHILD IN THE HUMANIZING HORIZON OF CHILDREN'S LITERATURE: ILLUSTRATED IMAGINARIES OF HOPE

ABSTRACT

The contemporary children's literature produced in the 21st century has presented possibilities for young readers to think about the world around them through the verbal and visual compositions of the illustrated book. This article aims to present reflections about *being a child* as a socio-historical subject, represented in children's literature, which can generate a humanizing horizon in the formation of a sensitive, critical and creative reader. In this sense, narratives that address emancipatory protagonism in different thematic contexts are highlighted, namely: *O vestido de Afiya* (2022), by James Berry, *Julián é uma sereia* (2021), by Jessica Love, and *O garoto da camisa vermelha* (2020), by Otávio Júnior. In the construction of the reflection, through bibliographical research, the study is based mainly on the thinking of scholars: Candido (1976, 2002, 2021) and Aguiar (2011), on the place of literature in social life; Cohn (2005), on the anthropology of children; Queirós (2005, 2019), on the

¹ Doutorando em Linguagem e Ensino (2021-atual), na área de concentração em Estudos Literários, na linha de pesquisa Práticas Leitoras e Diversidade de Gêneros Literários, do Programa de Pós-Graduação em Linguagem e Ensino (PPGLE), pela Universidade Federal de Campina Grande (UFCG), na qualidade de bolsista da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, CAPES, Brasil. Mestre em Letras, área de concentração Literatura, Memória e Cultura, Especialista em Literatura Brasileira e Graduado em Licenciatura Plena em Letras, com habilitação em Língua Portuguesa e Literaturas de Língua Portuguesa, títulos obtidos pela Universidade Estadual do Piauí (UESPI). Professora de Literatura, nos campos da teoria, crítica, leitura e ensino, desenvolvendo pesquisas nas áreas de Literatura Brasileira Contemporânea e Literatura Infantil e Juvenil. E-mail: dheiky@yahoo.com.br

power of the word in reading literature; and Nodelman (1981) and Nikolajeva and Scott (2011), on the relationship between word and image in picture books. It is concluded that the verbal and visual compositions of contemporary children's literature dialogue with reality, through thematic and aesthetic characters, allowing the child reader autonomy in the construction of humanizing sensibilities.

Keywords: Children's literature. Illustrated book. Humanizing function of literature.

SER NIÑO EN EL HORIZONTE HUMANIZADOR DE LA LITERATURA INFANTIL: IMAGINARIOS ILUSTRADOS DE ESPERANZA

133

RESUMEN

La literatura infantil contemporánea producida en el siglo XXI ha presentado a los niños lectores posibilidades de pensar sobre el mundo que les rodea a través de las composiciones verbales y visuales del libro ilustrado. Este artículo tiene como objetivo presentar reflexiones sobre el *ser niño* como sujeto sociohistórico, representado en la literatura infantil, que puede generar un horizonte humanizador en la formación de un lector sensible, crítico y creativo. En este sentido, se destacan narrativas que abordan el protagonismo emancipador en diferentes contextos temáticos, a saber: *O vestido de Afya* (2022), de James Berry, *Julián é uma sereia* (2021), de Jessica Love, y *O garoto da camisa vermelha* (2020), de Otávio Júnior. En la construcción de la reflexión, a través de una investigación bibliográfica, el estudio se apoya principalmente en el pensamiento de los estudiosos: Candido (1976, 2002, 2021) y Aguiar (2011), sobre el lugar de la literatura en la vida social; Cohn (2005), sobre la antropología de los niños; Queirós (2005, 2019), sobre el poder de la palabra en la lectura de literatura; y Nodelman (1981) y Nikolajeva y Scott (2011), sobre la relación entre palabra e imagen en el libro ilustrado. Se concluye que las composiciones verbales y visuales de la literatura infantil contemporánea dialogan con la realidad, a través de los caracteres temático y estético, posibilitando al niño lector autonomía en la construcción de sensibilidades humanizadoras.

Palabras clave: Literatura infantil. Libro ilustrado. Función humanizadora de la literatura.

“As palavras são portas e janelas. Se debruçamos e reparamos, nos inscrevemos na paisagem. Se destrancamos as portas, o enredo do universo nos visita. Ler e somar-se ao mundo é iluminar-se com a claridade do já decifrado. Escrever e dividir-se.”²

Bartolomeu Campos de Queirós

Na aurora do horizonte das considerações³

Ao relacionarmos a literatura e o real como dois polos distintos e, ao mesmo tempo, abertos para um diálogo perene, seguramente, estamos realçando caminhos para a leitura

² QUEIRÓS, Bartolomeu Campos de. **Sobre ler, escrever e outros diálogos**. Organização Júlio Abreu. 2. ed. São Paulo: Global, 2019. p. 61.

³ De modo técnico e, paralelamente, simbólico, adotamos denominar o título deste tópico do texto e dos seguintes partindo da ideia do vocábulo “horizonte” e seus sentidos relativos ao campo de visibilidade de uma pessoa e à linha circular aparente que une a terra ou o mar ao céu, em razão dos sentidos de alargamento dos olhares sobre a vida individual e social e o mundo que as obras literárias aqui exemplificadas suscitam.

SER CRIANÇA NO HORIZONTE HUMANIZADOR DA LITERATURA INFANTIL: IMAGINÁRIOS ILUSTRADOS DE ESPERANÇA

literária dinâmica e relacional com o mundo que nos rodeia. O horizonte humanizador, instado nas linhas e entrelinhas da ficção literária, preserva traços característicos dos seres humanos, pertencentes aos sujeitos da história. O cruzamento da “vida ficcional” com a vida social propicia comparações e descobertas, por meio da experiência humana dos sujeitos leitores, pois esses polos se friccionam na possibilidade esperançosa de criar mundos diversos para e com seres que habitam universos abstratos, ou seja, de certa forma, o mundo real é construído ou (des)ordenado pela intervenção humana. Evocando as palavras do educador, crítico e escritor Bartolomeu Campos de Queirós, que, num tom filosófico e poético, anunciam esta introdução, entendemos que a literatura ganha corpo no objeto livro, trazendo o leitor para um lugar de entrelace de duas “realidades”, isto é, a vida ficcional e a vida social, incorporando à experiência humana do leitor a formação de novas subjetividades. As palavras tidas como portas e janelas no texto literário permitem ao leitor uma travessia que funda a relação primordial do seu *ser* sócio-histórico com o direito de fabular, fantasiar, ou seja, exercer o direito à literatura, preconizado por Antonio Candido (2021), desde 1988, e que ecoa até os dias de hoje, resistentemente: “Toda obra literária é antes de mais nada uma espécie de objeto, de objeto construído; e é grande o poder humanizador desta construção, enquanto construção”⁴. Logo, esse *ser* criança-leitor necessita, universalmente, *agir* realizando suas potencialidades no mundo decifrado.

No século XXI, a produção de literatura infantil, no mundo, tem aumentado quando se trata de temas que envolvem questões representativas de sujeitos inseridos numa coletividade. Por isso, autores e autoras criam narrativas que primam pelo caráter humanizador, no sentido de o leitor projetar-se na ficção e, ao mesmo tempo, agir no convívio social se utilizando do eventual pensamento crítico e criativo pelo contato com livros que, de alguma forma, salvaguardam o estético e o ético que nos constituem enquanto seres históricos, em face das subjetividades impostas pelas realidades num horizonte esperançoso.

O livro literário traz no seu conjunto possibilidades de linguagens verbais e visuais que garantem o acesso ao ficcional e, logo, aos traços sociais constantes. A construção do texto literário volta-se para composições que destacam a sensibilidade do viver em comum, realçando vários matizes temáticos relacionados ao ser humano, tais como *infância, cultura, meio ambiente, identidade, diversidade, relação familiar, viver na favela, desigualdade social e incentivo à leitura*, os quais configuram a expectativa dos leitores crianças e adolescentes de compreenderem o seu mundo interior e o mundo à sua volta. É oportuno dizer também que

⁴ CANDIDO, Antonio. O direito à literatura. In: LOUZADA, Daniel (org.). **Livros para todos**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2021. p. 21, grifo do autor.

um texto literário é constituído por diversas temáticas, sendo algumas mais predominantes que outras, de acordo com a dimensão ficcional da narrativa.

Este estudo propõe refletir sobre a noção de *ser criança* na condição da pluralidade de sujeito sócio-histórico, presente na literatura infantil, ancorada nas bases epistemológicas contemporâneas que vislumbram esperança no horizonte humanizador, para a formação de um leitor sensível, crítico e criativo. Num plano genérico, identificamos narrativas que abordam o protagonismo emancipador em contextos temáticos diferentes, trazendo como objetos de estudo um *corpus* definido com as obras: **O vestido de Afiya** (2022)⁵, de James Berry, **Julián é uma sereia** (2021)⁶, de Jessica Love, e **O garoto da camisa vermelha** (2020)⁷, de Otávio Júnior.

Na construção dessa reflexão, a partir das ideias de alguns estudiosos, destacamos: Antonio Candido (1976, 2002, 2021) e Vera Teixeira de Aguiar (2011), pensando sobre o lugar da literatura na vida social; Clarice Cohn (2005), sobre a antropologia da criança; Bartolomeu Campos de Queirós (2005, 2019), sobre o poder da palavra na literatura, seja no ofício da escrita, seja no campo da leitura; e Perry Nodelman (1981) e Maria Nikolajeva e Carole Scott (2011), sobre as relações entre texto escrito, imagem e projeto gráfico, no livro ilustrado.

O ser criança antes de exercer e experimentar a fantasia, o lúdico, a fabulação e as subjetividades, caracteres fundamentais presentes na sua vivência no mundo, está enraizado no universo das interações singulares e plurais, com os outros seres. Sendo assim, qualquer produção literária infantil de qualidade, que apresente as emergentes temáticas que dizem respeito à sensibilidade do viver em comunidade, é lícita de ser partilhada, mediada e consumida, com a finalidade de uma experiência estética que salvguarde os preceitos éticos da vida social, que, de certa forma, são transfigurados na tessitura ficcional, considerando o texto literário como sistema, um produto cultural e simbólico que dialoga com a vida social.

A literatura infantil do século XXI cada vez mais se apropria de imaginários e adquire graus de composições que concentram várias linguagens, com o auxílio de uma comunicação criativa e simbólica do mundo. Logo, toca o leitor preferencial, reverberando na sua reflexão individual e, possivelmente, na sua ação consciente e atrelada ao coletivo, em favor de uma aliança afetiva que permita a perenidade dos fios da criação literária e, ao mesmo tempo, a

⁵ BERRY, James. **O vestido de Afiya**. Ilustrações de Anna Cunha. Tradução de Marcos Marcionilo. Curitiba: Olho de Vidro, 2022. 28 p.

⁶ LOVE, Jessica. **Julián é uma sereia**. Ilustração de Jessica Love. Tradução de Bruna Beber. São Paulo: Boitatá, 2021. 40 p.

⁷ JÚNIOR, Otávio. **O garoto da camisa vermelha**. 2. ed. Ilustrações de Angelo Abu. Belo Horizonte: Yellowfante, 2020. (Coleção Lá do beco). 24 p.

SER CRIANÇA NO HORIZONTE HUMANIZADOR DA LITERATURA INFANTIL: IMAGINÁRIOS ILUSTRADOS DE ESPERANÇA

construção de subjetividades que acenam a um por vir diverso, afirmativo e respeitoso. Assim, a experiência literária variada, contando com a diversidade de gêneros literários e de temas preponderantes nas narrativas, possibilita aos leitores criança e adolescente uma emancipação.

Na clareza das reflexões teóricas e críticas para uma literatura infantil de função humanizadora

Iniciamos uma reflexão com o pensamento do crítico literário Candido (2002), exposto no texto “A literatura e a formação do homem”⁸, em que afirma que a literatura provoca o leitor a refletir acerca dos aspectos sociais da sua própria realidade, por meio das representações que a ficção erige para a construção da obra literária, culminando na formação do homem. Esse pensamento de Candido atribui à literatura uma força humanizadora que se apropria da expressão do homem nas suas múltiplas possibilidades do *ser*, e atua na sua formação, gerando uma certa emancipação no seu papel de sujeito sócio-histórico. Desse modo, a literatura, pois, possibilita ao leitor o alargamento das visões de mundo através das representações da vida social transfigurada, uma vez que esse sujeito se projeta no plano ficcional e, em seguida, volta-se para as suas vivências no mundo real, construindo novas posturas de um *agir* alinhado com as demandas que se impõem na sociedade.

Ao recuperarmos o pensamento de Abgar Renault no prefácio da primeira edição da obra **Problemas da literatura infantil**, de Cecília Meireles, publicada em 1951, temos a noção de que, já nesse período, o olhar para o ser criança detinha-se na interação leitora entre aquele que adentra o universo narrativo da literatura e é capaz de elaborar construções de sentidos com o mundo real, considerando a sua natureza de sujeito mais ligado à fantasia, ao poético, ao proceder a leitura de obras literárias voltadas a esse público. Segue o pensamento do autor:

A criança é, essencialmente, o ser que constrói, e constrói menos manual do que imaginativamente. Ora, qualquer construção exige materiais exteriores ao construtor, e o conto, sob qualquer das suas formas, é material de teor excelente para as criações da criança, que, por meio delas, se constrói a si mesma. Do material depende, em larga escala, a qualidade da construção, ou seja – a espécie de conto, que a criança ouve ou lê, determina, em grande

⁸ CANDIDO, Antonio. A literatura e a formação do homem. In: **Textos de intervenção**. São Paulo: Duas Cidades; Editora 34, 2002, p. 77-92. (Coleção Espírito Crítico).
Humana Res, v.5, n.7, 2023, ISSN: 2675 - 3901 p. 132 – 156, jan. a ago . 2023. DOI 10.29327/2151838.5.7-8

parte, a espécie de construção que fará e na qual a sua pessoa se mistura, se compromete e se completa.⁹

A própria Cecília Meireles, educadora, crítica literária, poetisa e escritora, na obra mencionada, aproveitando sua condição de exprimir aspiração aos outros especialistas e agenciadores do livro infantil, já aponta para uma necessidade de uma organização mundial desse objeto tão apreciado pelas crianças, no intuito de subsidiar a infância dos países do mundo para unificar as culturas dos diversos países. Trata-se do que a autora, ainda que precariamente, denomina de “humanismo infantil”, assim justificado em suas próprias palavras: “Na esperança de que, se todas as crianças se entendessem, talvez os homens não se hostilizassem”¹⁰. Isso posto, é imprescindível reconhecer que o caráter humanizador presente nas narrativas da literatura infantil contemporânea, no século XXI, também dá condições ao leitor criança de entender a si e ao outro, em qualquer contexto existencial e cultural, numa visada positiva de construção da sociedade, com as diferenças e singularidades que constituem o ser humano.

A nosso ver, como a própria terminologia “criança” sugere indicar que esse indivíduo é autorizado à permanente possibilidade de criação e recriação na sua instância de sujeito da história, a sociedade não pode afastá-lo das expressões literárias que abordam a formação de subjetividades em torno de temas vinculados à vida social. Sendo assim, de acordo com Cohn (2005), os papéis que as crianças desempenham na condição de sujeitos sócio-históricos são tornados reais mediante o sistema simbólico estruturado e consciente para que sentidos e significados sejam gerados de uma contínua produção de relações e interações sociais.¹¹

Na perspectiva sobre uma nova antropologia da criança, Cohn (2005) concorda com os especialistas que veem as crianças como sujeitos sociais plenos, que exercem, no sistema simbólico do mundo, suas relações e interações, atuando na configuração da sua vida existencial, à medida que o diálogo com o mundo real, inacabado, exige delas. Cohn alerta para a necessidade de entender as crianças de uma forma diferente: “Ao contrário de seres incompletos, treinando para a vida adulta, encenando papéis sociais enquanto são socializados ou adquirindo competências e formando sua personalidade social, passam a ter um papel ativo na definição de sua própria condição”¹². Assim, o pensar sobre o *ser criança* abrange uma diversidade de sujeitos em distintos contextos socioculturais que carecemos compreender.

⁹ RENAULT, Abgar. Prefácio da primeira edição. In: MEIRELES, Cecília. **Problemas da literatura infantil**. 3. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1984, p. 13-14.

¹⁰ MEIRELES, 1984, p. 16.

¹¹ COHN, Clarice. **Antropologia da criança**. Rio de Janeiro: Zahar, 2005. (Ciências Sociais passo-a-passo; 57).

¹² COHN, 2005, p. 21.

SER CRIANÇA NO HORIZONTE HUMANIZADOR DA LITERATURA INFANTIL: IMAGINÁRIOS ILUSTRADOS DE ESPERANÇA

Logo, o pensar sobre *ser criança* na literatura infantil exige do leitor de mesma condição existencial exercícios de *agir*, no incessante exercício de imaginar substantivamente, por meio das descobertas e dos questionamentos interpretados na fluidez das linguagens (verbais e visuais) que se concentram no livro de literatura infantil contemporâneo.

Aguiar (2011), a respeito do compromisso da criação do texto literário para crianças e jovens, pontua que esses dois públicos possuem desenvolvimento humano diferenciado com etapas específicas, no tocante à descoberta das suas relações consigo e com o mundo. A autora acredita que os comportamentos humanos no espaço social estão ligados diretamente à quantidade de suas vivências.¹³ Logo, a descoberta do eu *versus* mundo na existência humana pode ser experimentada, de modo simbólico, no texto literário, tido como organismo dinâmico, pautando de maneira não panfletária temas que fazem parte da ordem do dia, na atualidade.

Aguiar (2011) sublinha que crianças e jovens do mundo atual, com o maior acesso à informação, vivenciam quase concomitantemente as situações de várias fases do desenvolvimento humano, fruto da diversidade de estímulos que o espaço social contemporâneo propicia. Assim, as novas gerações de leitores do século XXI, com perfis de visões alargadas, seja do mundo interior, seja do mundo social, *a priori*, são capazes de estabelecer relações da experiência literária com a vida prática, nos espaços sociais, refletindo no seu modo de agir significativamente¹⁴, como preconiza Candido (1976).¹⁵ A autora afirma que a literatura possui um papel singular:

[...] porque ela traz em seu bojo um sentido globalizante, que se vale das ações e sentimentos individuais das personagens para atingir a generalização da condição humana. Em outras palavras, ao lermos uma história ou um poema, estamos diante de um quadro ficcional que não diz respeito apenas ao sujeito ali modelado, mas refere-se a todos nós, pelas sensações e emoções que suscita. A leitura, pois, possibilita a descoberta da vida como ela pode ser, para além das contingências do real imediato.¹⁶

Essa possibilidade de *ser* e *agir* do leitor literário, mencionada pela autora, está ligada ao espírito do seu tempo. Assim, a literatura propicia a criação de um mundo em constante transformação simbólica. A condição humana representada em textos literários de excelente

¹³ AGUIAR, Vera Teixeira de. O compromisso de fazer literatura para crianças e jovens. In: OLIVEIRA, Ieda de (org.). **O que é qualidade em literatura infantil e juvenil?**: com a palavra o educador. São Paulo: DCL, 2011.

¹⁴ AGUIAR, 2011.

¹⁵ CANDIDO, Antonio. **Literatura e sociedade**. Rio de Janeiro: Nacional, 1976.

¹⁶ AGUIAR, 2011, p. 122.

qualidade estética oferece aos leitores subsídios para a compreensão e o acesso coerente à construção da trajetória de vida, aprimorando suas histórias de leitura.

A estudiosa Elizabeth D'Angelo Serra, em depoimento à Ieda de Oliveira na obra **O que é qualidade em literatura infantil e juvenil?**: com a palavra o educador (2011), faz a seguinte afirmação acerca da formação e manutenção de leitores:

[...] testemunhando o valor da leitura literária para viver a vida em sociedade e consigo mesmo em uma perspectiva planetária, de conhecimento e respeito às diferenças e de transformações para um mundo mais justo e solidário. E, claro, proporcionando sempre, às crianças e aos jovens, o direito de escolha.¹⁷

Essa escolha necessita ser motivada pelo interesse dos leitores de penetrar o universo ficcional, numa atitude de apreciação e prazer pela leitura, podendo, assim, transitar entre a fantasia¹⁸ e o mundo real, na perspectiva de amadurecimento cognitivo e emocional, por meio da construção de sentidos. Assim, do alinhamento das reflexões instadas e provocadas no texto literário ao alinhamento das ações e relações dos/entre leitores pode culminar em ressonâncias transformadoras na experiência humana, uma vez que a sociedade atual está, relativamente, conectada às demandas humanas que ela própria (des)constrói e (res)significa.

A literatura faz parte das atividades humanas relacionadas à arte e, *a priori*, a sua leitura auxilia na construção da sociedade, pois a matéria ficcional salvaguarda o que há de essencial na experiência humana, acionando e desenvolvendo a criatividade, o pensamento crítico, a interação verbal e emocional entre sujeitos distintos. O leitor criança é um ser que sonha, infere e enfrenta as realidades impostas nas suas vivências. No seu texto “Leitura, um diálogo subjetivo”¹⁹ (2005), Bartolomeu Campos de Queirós pontua que a experiência literária necessita promover divergências, uma vez que a natureza do texto literário, na sua relação de mediação, é fazer com que os leitores tenham considerações diversificadas, interpretações que toquem o mais particular do olhar e do sentimento. Desse modo, o texto literário alcança maiores patamares na condição de uma estética para receber e criar sentidos. Como diz o Queirós: “Todo leitor se inscreve nas entrelinhas de uma obra. [...] A história do leitor permeia a história do escritor. Há sempre um diálogo subjetivo entre escritor e leitor. Na

¹⁷ OLIVEIRA, Ieda de (org.). **O que é qualidade em literatura infantil e juvenil?**: com a palavra o educador. São Paulo: DCL, 2011. p. 317.

¹⁸ A respeito da sensibilidade na abordagem lúdica da visão do livro infantil, Walter Benjamin (2002) sublinha que “[...] a fantasia da criança aprofunda-se sonhadora em si mesma [...]”. Ver: BENJAMIN, Walter. **Reflexões sobre a criança, o brinquedo e a educação**. Tradução de Marcus Vinicius Mazzari. São Paulo: Duas Cidades; Ed. 34, 2002. p. 70. (Coleção Espírito Crítico).

¹⁹ QUEIRÓS, Bartolomeu Campos de. Leitura, um diálogo subjetivo. In: OLIVEIRA, Ieda de (org.). *O que é qualidade em literatura infantil e juvenil?*: com a palavra o escritor. São Paulo: DCL, 2005.

SER CRIANÇA NO HORIZONTE HUMANIZADOR DA LITERATURA INFANTIL: IMAGINÁRIOS ILUSTRADOS DE ESPERANÇA

subjetividade dos diálogos nasce um terceiro livro, que ficará por escrever. São diálogos para sempre inéditos”²⁰. Portanto, essa adesão do leitor ao enredo configura a constituição do sistema literário, tornando o texto literário um organismo vivo e dinâmico que afeta, distintamente, cada leitor.

A fusão entre fantasia e real na literatura infantil estimula as reinvenções substantivas de como os sujeitos leem o mundo, determinadas por seu diálogo em plena mobilização das interpretações na leitura. Segundo Queirós, “[...] é preciso acreditar que todo real é uma fantasia que ganhou corpo. O mundo é movido pela fantasia. É por meio dela que nos acrescentamos ao mundo e nos inscrevemos nele. A fantasia é responsável pelas surpreendências do cotidiano”²¹. Nessa visada em que a coexistência de fantasia e real é uma conjugação importante na formação do leitor como sujeito da história, o protagonismo de crianças na literatura infantil, considerando espaços e temporalidades pertinentes às suas relações no universo individual, no âmbito doméstico e no âmbito da comunidade, possivelmente, insere o leitor preferencial no espectro da construção da sociedade, em face das possibilidades de expressões e identificações que o imaginário humano cultiva num por vir de esperança.

O substantivo “esperança” necessita ser atrelado ao verbo agir. Essa atitude afasta qualquer traço de passividade do sujeito sócio-histórico. A ação construtiva da sociedade por meio da conscientização e do próprio entendimento de pertencer a uma comunidade global em emancipação, pela literatura, promove qualquer sensibilização acerca de uma configuração humanista, fundamentada na ética e no respeito aos diversos indivíduos que compõem as formulações e o ritmo da vida. Logo, é possível que esperança e fantasia na literatura infantil adquiram propriedades humanizadoras que mobilizam de forma crítica e criativa o ato de leitura. Por isso, esses caracteres ganham corpo na dimensão do imaginário pós-moderno.

Nesse sentido, a criança como protagonista exercendo esses caracteres tão inerentes e atuais para nós, que se apresentam baseados na realidade, figura em eventos narrativos que são compostos de alusões familiares, sem a expectativa de oferecer modelos. Ou seja, como afirma Gianni Rodari (2021), as crianças gostam de se reconhecerem nas histórias inventadas, carregadas com detalhes do seu universo, que acentuam o mecanismo de identificação.²² Assim, a identificação pode estar presente nos lugares, nos objetos, nas próprias situações e performances que envolvem as personagens etc., propiciando uma entrada mais acessível ao

²⁰ QUEIRÓS, 2005, p. 171.

²¹ QUEIRÓS, 2005, p. 173.

²² RODARI, Gianni. **Gramática da fantasia**: introdução à arte de inventar histórias. Tradução de Antonio Negrini. 12. ed. São Paulo: Summus, 2021.

universo narrativo destinado ao leitor criança, alcançando imaginários humanizadores na recepção de obras literárias.

A propósito do acesso à dimensão narrativa, o livro ilustrado traz a concentração de linguagens verbais e visuais, permitindo a construção de sentidos a partir do seu funcionamento, no que tange aos elementos da narrativa. Em se tratando das relações entre texto escrito, imagem e projeto gráfico, no livro ilustrado, Nodelman (1981)²³ e Nikolajeva e Scott (2011)²⁴ entendem que o texto ilustrado possui convenções próprias que resultam na comunicação e leitura visual, prevalecendo a maneira como essas linguagens podem se articular para a finalidade estética de caráter ficcional.

De acordo com Nodelman (1981), quando se trata de livro ilustrado, podemos imaginar possibilidades de interpretações a partir do jogo entre palavra e imagem. Como diz o autor mencionado: “Na verdade, tanto as palavras quanto as imagens exercitam nossa imaginação, dando-nos algo novo para refletir a respeito”²⁵. Palavras e imagens contam a história numa dinâmica que, necessariamente, *a priori*, depende da proposta gráfica que o livro apresenta para o leitor. Nikolajeva e Scott (2011) enfatizam que o livro ilustrado possibilita grande diversidade de interações entre texto e imagem, considerando os elementos narrativos e a própria materialidade gráfica da obra. Outrossim, as autoras partilham da ideia de que a ilustração posta na capa do livro ilustrado, juntamente com o título e o nome do autor, constituindo o que se chama paratexto, configura a obra como artefato, que, de certo modo, focaliza a mensagem central da história, marcando de forma atrativa a existência do livro. Nesse sentido, podemos depreender que essa ideia de livro como artefato converge também para a designação de um objeto que oferece indicações sobre a época em que foi produzido, conduzindo temáticas proeminentes no cerne da criação, eventualmente, alinhando-se às demandas da sociedade.

Rumo aos protagonismos diversos em contextos diferentes, com vozes e olhares humanizadores, em termos de projeto editorial, seguindo as concepções de Nikolajeva e Scott (2011) sobre livro ilustrado, enfatizamos os seguintes elementos narrativos: *ambientação*, *caracterização de personagens*, *temporalidade e movimento* e *paratextos*. De acordo com as autoras, a *ambientação* no livro ilustrado consiste em determinar a situação da história narrada e influência no desenvolvimento do enredo. A *caracterização de personagens* no

²³ NODELMAN, Perry. **How picture books work**. Children's Literature Association Quarterly, 1981 Proceedings, p. 57-68. Disponível em: <https://muse.jhu.edu/article/457415/pdf>. Acesso em: 1 dez. 2022.

²⁴ NIKOLAJEVA, Maria; SCOTT, Carole. *Livro ilustrado: palavras e imagens*. Tradução de Cid Knipel. São Paulo: Cosac Naify, 2011.

²⁵ NODELMAN, 1981, p. 60, tradução nossa. No original: **In fact, both words and pictures exercise our imaginations by giving us something definite and new to think about.**

SER CRIANÇA NO HORIZONTE HUMANIZADOR DA LITERATURA INFANTIL: IMAGINÁRIOS ILUSTRADOS DE ESPERANÇA

livro ilustrado permite uma lógica de comunicação verbal e visual, dimensionando a aparência física e características emocionais, psicológicas e filosóficas. *Temporalidade e movimento* consistem em determinar, de forma sugestiva na representação, o fluxo do tempo e a dimensão da espacialidade expressos verbal e visualmente, indicando o desenvolvimento do enredo na construção dos significados. Os *paratextos* dos livros ilustrados são compostos por formato, títulos, capas, guardas, frontispício e quarta capa, também formados por palavra e imagem, fazendo parte da narrativa e de seus potenciais significados, com a finalidade de contribuir para a totalidade estética do livro. Desse modo, diante desses conceitos, os elementos da linguagem narrativa do livro ilustrado propiciam o realce do caráter humanizador da literatura infantil, oferecendo ao leitor criança uma via estética que espia e conversa com o mundo, como poderemos constatar nas obras citadas na próxima seção do presente artigo.

Portanto, esse excuro teórico e crítico aqui em discussão subsidia a construção do nosso olhar reflexivo para uma abordagem analítica ou, simplesmente, para uma exemplificação de obras literárias infantis, que possam suportar a convergência dessas bases epistemológicas empreendidas no escopo da reflexão acerca do horizonte humanizador da literatura infantil, na perspectiva das linguagens verbais e visuais no livro ilustrado. Assim, seguramente, essas formas narrativas constroem uma aliança de esperança dos pontos de vistas diegético e estético e das possíveis ressonâncias na vida social do leitor real, decantando suas múltiplas aproximações com as composições ficcionais que transfiguram os sentimentos humanos.

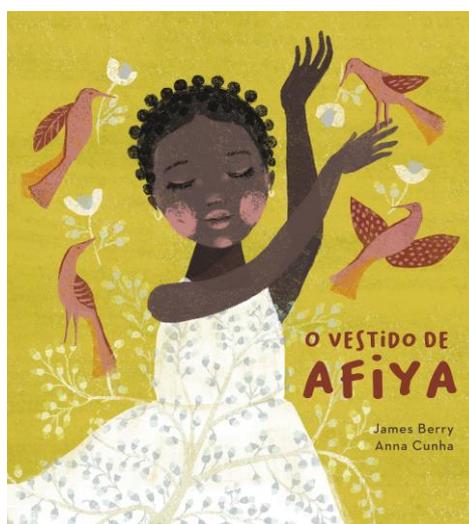
No horizonte do *ser e agir*: imaginários humanizadores na literatura infantil

A proposta deste tópico é apresentar obras literárias em que o ser leitor criança, no processo de experiência literária, tem o direito à escolha de livros que possuam bons textos e boas ilustrações que, a título de exemplo, aqui apontadas trazem na forma narrativa um percurso de leitura que privilegia temas relevantes como passaporte para o seu imaginário e, por conseguinte, para a dinâmica da leitura, numa função humanizadora, a saber: *infância, cultura, meio ambiente, identidade, diversidade, relação familiar, viver na favela, desigualdade social e incentivo à leitura*. É provável que esse rol de temáticas seja pauta na constituição das obras literárias contemporâneas, principalmente na modalidade infantil, visto tratar-se de uma produção artística voltada aos caracteres de valorização estética e de formação humanística dos leitores específicos.

De maneira genérica, o conjunto de obras literárias que apresentamos possui, em comum, personagens crianças negras inseridas em contextos diferentes e que provocam, nos sujeitos leitores, potentes pensamentos e reinvenções de empoderamento, alegria, respeito, afetividade, resistência e sonhos, cruzando a linha da fantasia e do real. A invenção do literário permite que esses dois domínios coexistam na representação da construção da sociedade, garantindo a matéria viva das composições literárias que propicia a criação dos sentidos por meio da leitura.

A obra **O vestido de Afiya** (2022), escrita pelo jamaicano James Berry e ilustrada pela brasileira Anna Cunha, é uma celebração da infância representada pela relação de uma menina de delicada pele negra com o mundo. A menina de nome Afiya, possui um vestido branco que registra as memórias de seus dias, estabelecendo uma relação fantasiosa e de cooperação com outros seres viventes, como girassóis, roseiras, borboletas, pombas, tigres e peixes. O nome Afiya é de origem suaíli que significa “saúde”, o que é informado na página da ficha catalográfica do livro.

Figura 1 – Capa da obra *O vestido de Afiya*, de James Berry



Fonte: Editora Olho de Vidro (BERRY, 2022).

Originalmente, **O vestido de Afiya** foi publicado pela Lantana Publishing Ltd., em 2020, na Inglaterra, com o título **A story about Afiya**. A edição inglesa recebeu alguns prêmios e distinções, como: prêmio Northern Lights Picture Book of the Year 2020; New York Times, 25 melhores livros infantis de 2020; indicação à Medalha Kate Greenaway 2021; USBBY Outstanding International Books 2021; e selecionada para o catálogo *The White Ravens 2021*, pela Internationale Jugendbibliothek, de Munique, entre os 200 livros infantis e juvenis notáveis do mundo todo, por suas qualidades estético-literárias. A edição brasileira de *Humana Res*, v.5, n.7, 2023, ISSN: 2675 - 3901 p. 132 – 156, jan. a ago . 2023. DOI 10.29327/2151838.5.7-8

SER CRIANÇA NO HORIZONTE HUMANIZADOR DA LITERATURA INFANTIL: IMAGINÁRIOS ILUSTRADOS DE ESPERANÇA

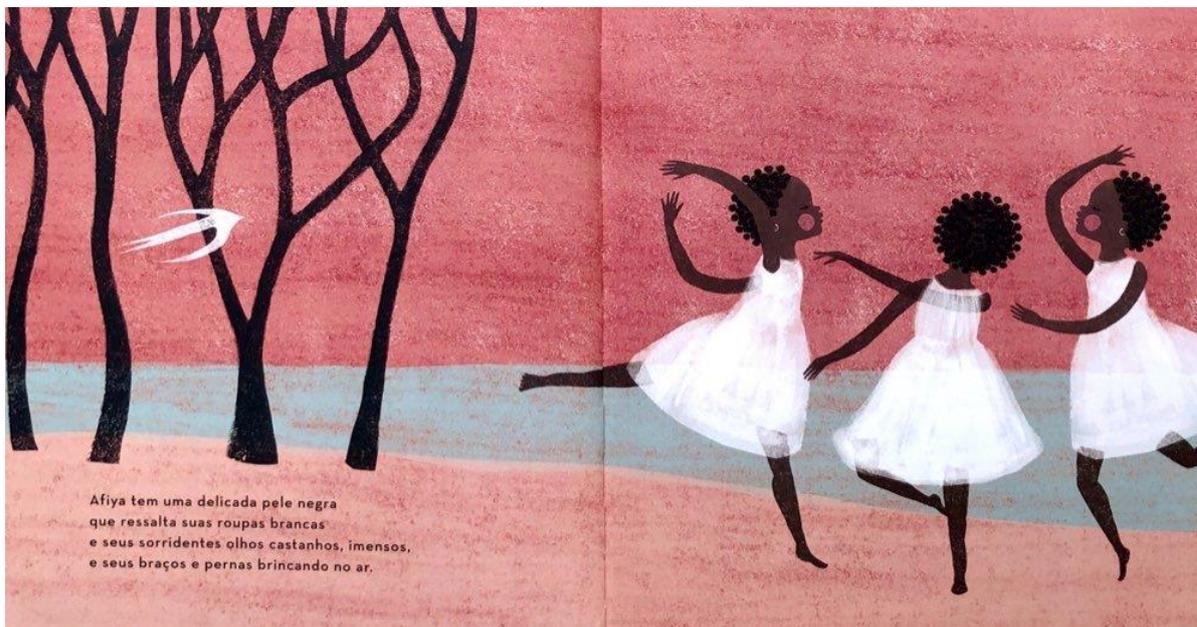
2022 (figura 1) foi publicada pela editora Olho de Vidro, com tradução de Marcos Marcionilo. Como constatamos na figura 1, a capa dos novos títulos da literatura infantil contemporânea, por exemplo, vem ganhando mais força estética no mercado editorial e, conseqüentemente, mais presença enquanto elemento importante na construção dos sentidos da narrativa, pois a capa, classificada como paratexto, de certo modo, anuncia sinteticamente a narrativa e muitas vezes já a inicia.

A obra sugere ser uma potente forma de mediação entre o leitor e o mundo com linguagens concentradas na sua constituição, como texto, imagem e projeto gráfico, valorizando na narrativa a visibilidade do ser humano negro, com sua beleza e respeito ao mundo que o cerca, de maneira sublime e mágica, como verificamos nas figuras 2 e 3. A caracterização da protagonista com o traje mágico torna possível a urgente visibilidade de um bem-estar com sua identidade e o mundo circundante, dimensionando características emocionais e filosóficas. O comportamento da personagem revela a sua postura imediata de cultivadora da paz, simbolizada por sua interação com os animais e os vegetais, a qualquer estação do ano. A sucessão simultânea de imagens da personagem, na figura 2, confere a ação de tempo e do movimento na página dupla, demonstrando, sugestivamente, que ela brinca no ar e, paralelamente, o seu corpo, em certa medida, dialoga com os corpos firmes das árvores na página da esquerda. Isso configura a relação de delicadeza e responsabilidade com o mundo. As cores dos ambientes por onde Afiya passa são bem diversificadas, com resoluções estéticas bastante harmônicas que confortam o olhar do leitor. E a sua interação com o ambiente é mediada pelo vestido, elemento mágico, evocando no imaginário do leitor a sua presença nos contos populares mais antigos.

A percepção de Afiya se constitui à medida que o corpo dela brinca/interage com o mundo, por meio do vestido, tornando visíveis suas subjetividades, de maneira simbólica, a respeito da liberdade que a própria infância pode legitimar, nas diversas formas de sociabilidades, bem como dos possíveis enfrentamentos que a sua trajetória enquanto ser criança pode experimentar. A título de exemplo, essa elaboração interpretativa, do ponto de vista da leitura do livro ilustrado, pode ser apreendida nas seguintes situações de passagem da protagonista: pelos girassóis e pelos cachos de rosas vermelhas, realçando sua beleza feminina e identidade racial; pelas borboletas, caracterizando as transformações de um por vir próspero; pela revoada de pombas, insinuando sua capacidade de conquistar outros mundos; pelos tigres e pelas rochas, revelando sua força interior diante das adversidades. Assim, essas características configuram possíveis renovações da existência humana que a personagem representa no enredo.

Humana Res, v.5, n.7, 2023, ISSN: 2675 - 3901 p. 132 – 156, jan. a ago . 2023. DOI 10.29327/2151838.5.7-8

Figura 2 – A beleza de Afiya em sintonia com a harmonia do meio ambiente



Fonte: Editora Olho de Vidro (BERRY, 2022, p. 4-5).

Figura 3 – A beleza de Afiya em realce com a beleza das flores



Fonte: Editora Olho de Vidro (BERRY, 2022, p. 8-9).

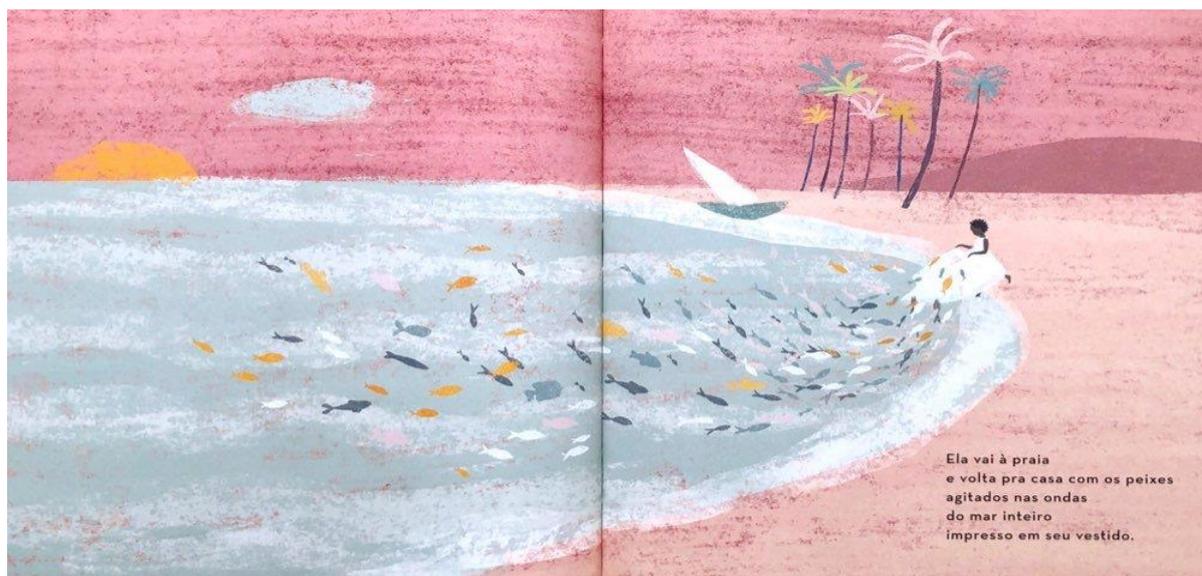
Essa narrativa traz uma poética que dialoga com o universo infantil, representado pelo vestido mágico que, inerentemente, é um elemento que carrega a feminilidade e, simbolicamente, alimenta os sonhos de uma mulher. Através da arte expressiva, esse livro abre o olhar dos leitores para possíveis formas de leitura que incidem sobre o imaginário de empoderamento feminino e de respeito aos outros seres e às coisas do nosso planeta, numa visada que destaca a vitalidade da natureza que nos cerca, ou seja, o meio ambiente pulsante e

Humana Res, v.5, n.7, 2023, ISSN: 2675 - 3901 p. 132 – 156, jan. a ago . 2023. DOI 10.29327/2151838.5.7-8

SER CRIANÇA NO HORIZONTE HUMANIZADOR DA LITERATURA INFANTIL: IMAGINÁRIOS ILUSTRADOS DE ESPERANÇA

em harmoniosa interação com o ser humano. É uma obra que alcança um resultado estético de qualidade nas composições de texto e imagem, abrangendo trechos de uma escrita curta e presença marcante de imagens coloridas, realçando a expressão do ser mulher num contexto cultural, que acaba provocando os leitores a imaginarem os seus próprios contextos, conforme nos apresenta a figura 4.

Figura 4 – A cultura do seu lugar impressa no vestido mágico de Afiya



Fonte: Editora Olho de Vidro (BERRY, 2022, p. 22-23).

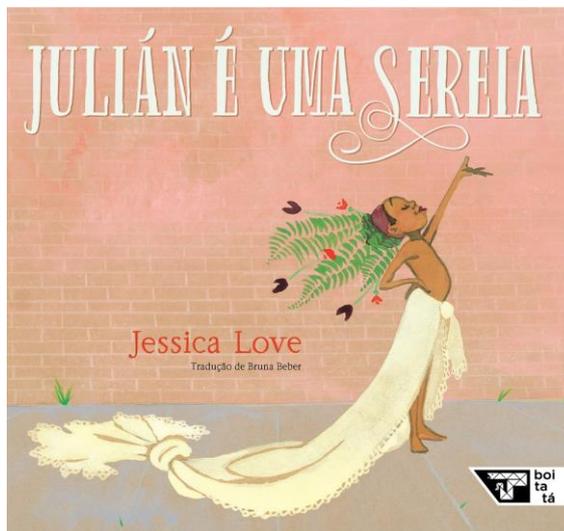
Magicamente, o alvo vestido de Afiya, lavado toda noite, imprime as memórias de sua interação com o mundo, contadas em página dupla nas linguagens que o livro ilustrado pode oferecer ao leitor, numa construção narrativa de tom íntimo, cotidiano e familiar à protagonista, com relação ao universo local que a rodeia, configurando pertencimento a uma cultura e ação de articulação afetiva no meio ambiente, de forma sincronizada.

O livro **Julián é uma sereia** (2021), escrito e ilustrado pela americana Jessica Love, narra a individualidade de uma criança chamada Julián, refletindo o exercício do fantasiar e, ao mesmo tempo, de maneira delicada, aponta traços da sua identidade enquanto ser humano. Esse foi o livro de estreia da autora, o qual recebeu muitos prêmios, dentre eles, o da Feira do Livro Infantil e Juvenil de Bolonha, categoria Opera Prima, em 2019. Originalmente, **Julián é uma sereia** foi publicado pela Walker Books Ltd., em 2018, na Inglaterra, com o título **Julian is a mermaid**. A edição brasileira de 2021 (figura 5) foi publicada pela editora Boitatá, com tradução de Bruna Beber. De acordo com a figura 5, na capa, o rapazinho Julián já demonstra uma decidida postura em exercer sua condição de ser criança, ser humano, com seus desejos e fantasias inerentes ao universo da infância, o que é expresso na sua

Humana Res, v.5, n.7, 2023, ISSN: 2675 - 3901 p. 132 – 156, jan. a ago. 2023. DOI 10.29327/2151838.5.7-8

caracterização, de maneira ativa e, de certo modo, emancipatória, em consonância com sua disposição interior.

Figura 5 – Capa da obra **Julián é uma sereia**, de Jessica Love



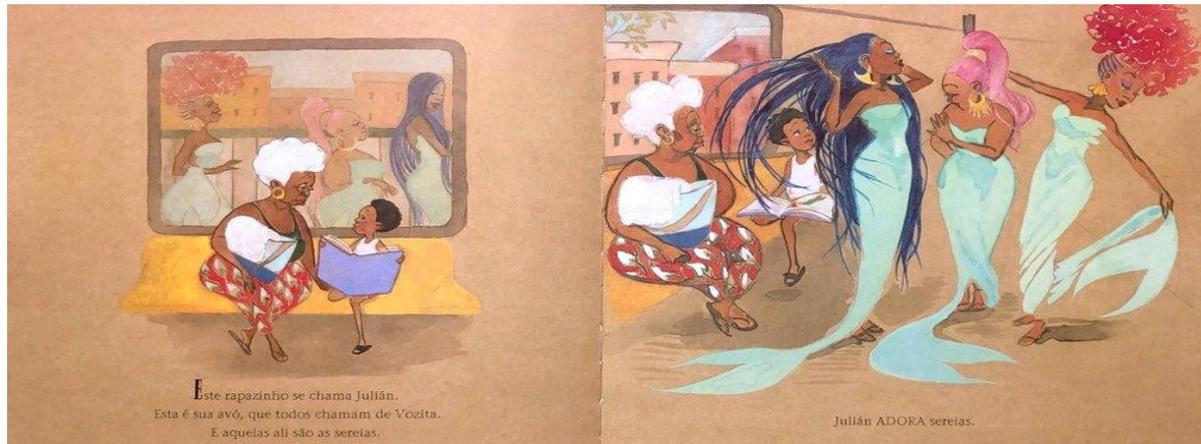
Fonte: Editora Boitatá (LOVE, 2021).

Com a predominância de imagens na narrativa integral do livro, acompanhada de sua avó, Vozita, a criança leitora Julián dá lugar à imaginação, quando, ao voltar da natação, no metrô, vê três mulheres trajando vestidos que simulam caudas de sereia, com os cabelos esvoaçantes e coloridos (figura 6). Também, em face da provocação do livro que o garoto carrega, possivelmente um texto literário, que traz a imagem de uma sereia impressa, a imaginação do garoto (figura 7) ganha corpo e torna-se real, num horizonte humanizador e representativo da sua diversidade enquanto sujeito sócio-histórico, inscrevendo a obra no lastro global da história da literatura infantil. Esse momento fantasioso do protagonista é revelado na figura 7, na sequência de imagens dele, caracterizando sua ação com determinado tempo e movimento, em que ele vai se despindo até tornar-se sereia. Julián adora sereias, tendo-as como referência de leitura, identificando-se, portanto, com elas: “– Vó, eu também sou uma sereia”²⁶.

²⁶ LOVE, 2021, p. 18.

SER CRIANÇA NO HORIZONTE HUMANIZADOR DA LITERATURA INFANTIL: IMAGINÁRIOS ILUSTRADOS DE ESPERANÇA

Figura 6 – O encontro casual de Julián com as mulheres vestidas de sereia



Fonte: Editora Boitató (LOVE, 2021, p. 6-7).

Figura 7 – Julián exercendo a sua imaginação no ato da leitura



Fonte: Editora Boitató (LOVE, 2021, p. 8-9).

Em estado de encantamento pelas mulheres-“sereias”, Julián decide enfeitar os cabelos com folhagens e flores para alongá-los e vestir-se de sereia também com a cortina da casa de sua avó. Os trechos com texto escrito são poucos e curtos e as imagens ganham destaque, na história, nas páginas duplas coloridas. Em pleno exercício da imaginação, Julián consegue vivenciar a sua fantasia e o seu desejo íntimo de ser o que naquele momento deseja ser, com o apoio incondicional da família, especialmente da sua avó, que convive diretamente com ele, como constatamos na figura 8, cujo texto diz o seguinte: “– É pra mim, vó? – Pra você, Julián.”²⁷. A sua caracterização na aparência física com a cortina e os adereços compõem uma similaridade fantasiosa com a sereia que povoa o seu imaginário de criança, dimensionando características emocionais e psicológicas.

²⁷ LOVE, 2021, p. 28.

Figura 8 – O apoio da avó à individualidade do neto Julián



Fonte: Editora Boitatá (LOVE, 2021, p. 28-29).

A ambientação na narrativa está focada no cotidiano do protagonista, mostrando os espaços sociais em que ele transita, como o local de natação, o metrô, a rua, a casa da sua avó, a praia, retratando a sua trajetória rumo à liberdade de fantasiar e de vivenciar a fantasia na vida real, simbolizada também por sua ação na piscina da natação, ambiente limitado, em comparação com a sua ação já no mar, ambiente imenso, finalizando a narrativa, assim espraçando o olhar do leitor a respeito das liberdades do ser humano.

O amor e o respeito prevalecem nessa narrativa que imprime a diversidade da identidade dos seres humanos. Essa atitude do protagonista encoraja os leitores crianças a agirem de maneira respeitosa com quem é diferente do padrão social majoritário. O jogo da fantasia e do real se conjuga na construção de sentidos na articulação do imaginário do leitor Julián com o seu desejo de satisfazer o seu agir no espaço social, legitimado pelo apoio da avó e das personagens vestidas como sereias.

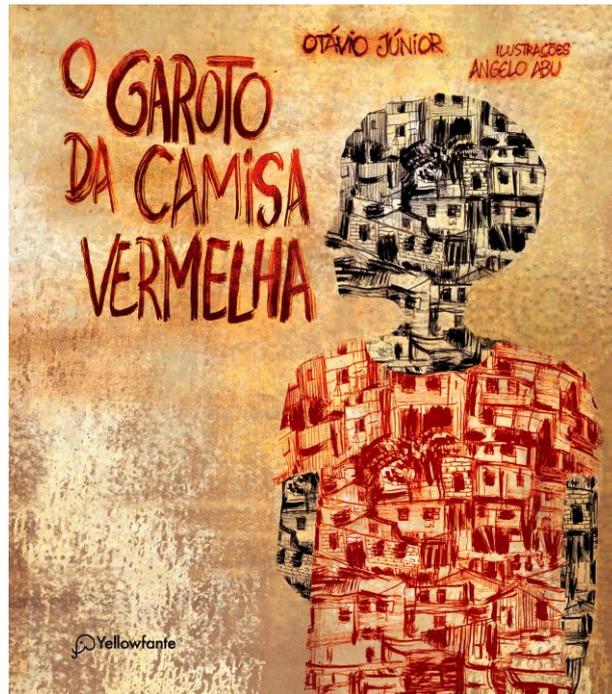
A obra **O garoto da camisa vermelha** (2020), escrita pelo brasileiro Otávio Júnior e ilustrada pelo brasileiro Angelo Abu, narra a história de Juninho que vive numa casa amarela no alto da favela. Fazendo parte de um horizonte de carências sociais, o garoto sonha, fantasia e realiza outras vivências. A primeira edição da obra é do ano de 2013, pela editora Autêntica. É o primeiro livro infantil de Otávio Júnior²⁸. Segundo a figura 9, na capa, plasticamente, a imagem do garoto Juninho confirma que ele assume o espaço social onde vive, mostrando que

²⁸ O autor, Otávio Júnior, é também contador de histórias, ator e produtor teatral, é um grande incentivador da leitura nas comunidades das zonas populares do Rio de Janeiro. Para o autor, o projeto “Ler é 10 – Leia Favela”, criado por ele, constrói uma rede de leitores em contextos de violência das comunidades cariocas. Ele construiu uma biblioteca comunitária no Complexo do Alemão, por isso, passou a ser conhecido como o Livreiro do Alemão.

SER CRIANÇA NO HORIZONTE HUMANIZADOR DA LITERATURA INFANTIL: IMAGINÁRIOS ILUSTRADOS DE ESPERANÇA

o lugar faz parte da sua identidade existencial e que nele existem caminhos para a transformação individual e social pelo encanto com as palavras. Emblematicamente, a capa imprime certo anonimato ao perfil do menino, conferindo uma apropriação orgânica do seu espaço social, traduz um alerta e um convite para o enfrentamento do ambiente de degradação imposto pela sociedade privilegiada.

Figura 9 – Capa da obra **O garoto da camisa vermelha**, de Otávio Júnior



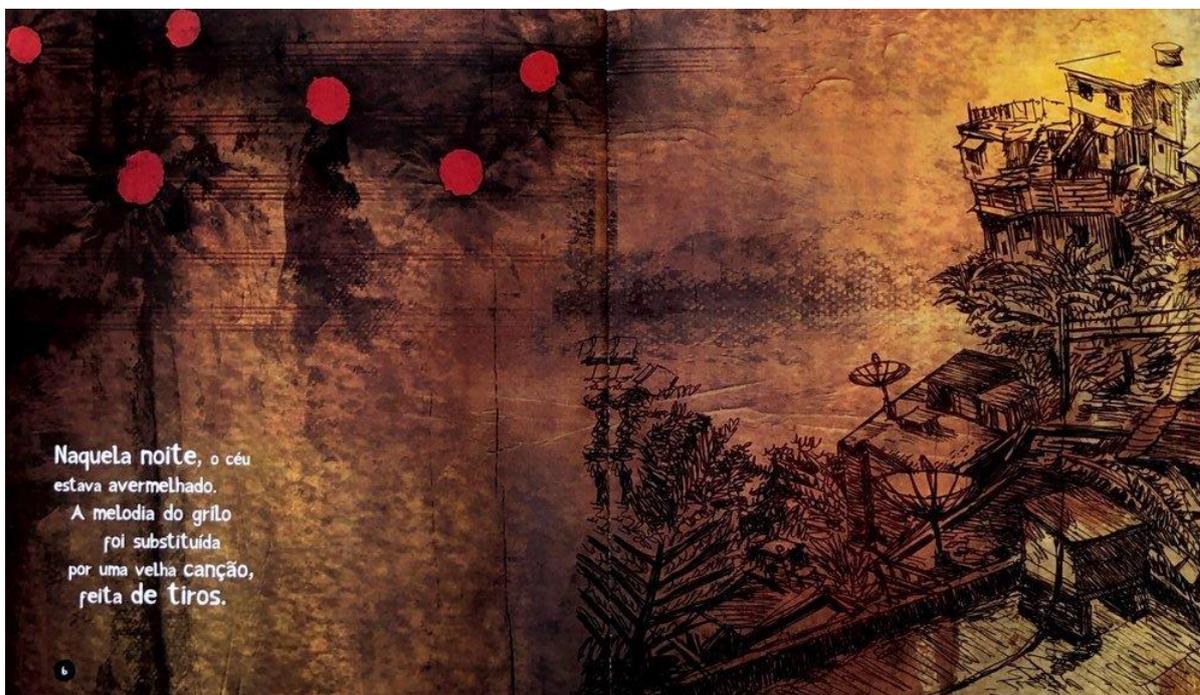
Fonte: Editora Yellowfante (JÚNIOR, 2020).

A realidade do garoto Juninho é como a de muitos outros que moram em regiões urbanas, nas periferias das cidades, que sofrem com o abandono do poder público e a perene violência que domina a sua rotina, com os súbitos tiroteios que abalam a paz dos moradores da favela (figura 10), como constatamos na imagem, em página dupla, e no texto que diz o seguinte: “Naquela noite, o céu estava avermelhado. A melodia do grilo foi substituída por uma velha canção, feita de tiros”²⁹. O ambiente de intranquilidade e as condições desfavoráveis para viver com bem-estar são mitigados pelos sonhos de Juninho e realizações de um por vir próspero, motivado pelo contato com o livro literário. Juninho sonha com a mudança na sua história de vida, a exemplo de outras milhares de crianças que vivem nessa condição social. A caracterização da aparência da personagem Juninho dimensiona suas características sociais, emocionais, psicológicas e filosóficas. O traje de camisa vermelha do

²⁹ JÚNIOR, 2020, p. 6.

garoto confere, simbolicamente, um efeito provocador e emocional da tensão do espaço social e, ao mesmo tempo, um efeito de vitalidade e esperança, que intensifica ao se misturar com as cores amarelo e laranja.

Figura 10 – A violência na favela de Juninho impressa de modo simbólico



Fonte: Editora Yellowfante (JÚNIOR, 2020, p. 6-7).

Trata-se de uma narrativa em prosa com tom poético nas composições verbais e visuais. Do ponto de vista verbal, a obra apresenta um curto texto escrito que acompanha as imagens em páginas duplas, cujo enredo contém algumas metáforas, como o já mencionado texto da figura 10. O texto é composto por frases que denotam uma próspera emancipação do sujeito da história por meio da leitura do livro literário, como constatamos na página dupla seguinte: “Milhares de meninos e meninas foram dormir escutando essa canção. Juninho preferia ouvir uma história: queria mudar a sua história”³⁰.

O mesmo desenho das casas da favela na figura 10, apresentado no início da narrativa, repete-se no final do livro (figura 11), com a diferença que o céu não apresenta mais os tiroteios, pois um arco-íris invade a página dupla, cujo texto diz o seguinte: “Chuva. Leitura. Bolinho de chuva. Bem de tardinha, a favela foi tomada por um grande arco-íris. Já era noite, e o menino nem se deu conta: estava em outro planeta. O garoto da camisa vermelha dormiu –

³⁰ JÚNIOR, 2020, p. 8.

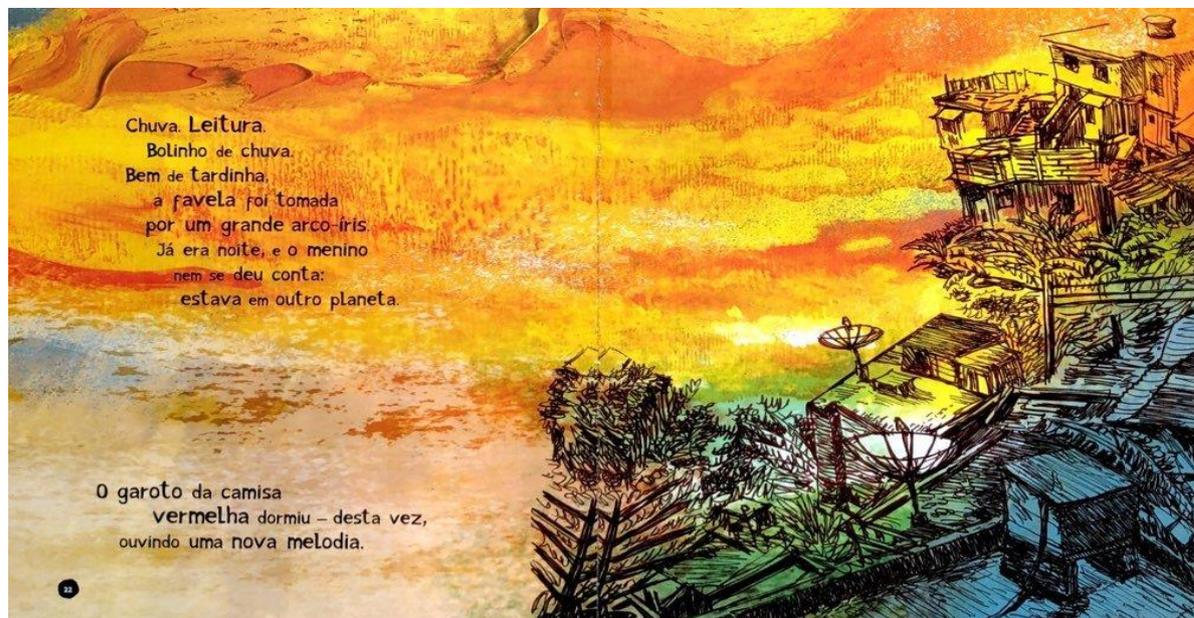
SER CRIANÇA NO HORIZONTE HUMANIZADOR DA LITERATURA INFANTIL: IMAGINÁRIOS ILUSTRADOS DE ESPERANÇA

desta vez, ouvindo uma nova melodia”³¹. A intensidade das cores amarelo, laranja e vermelho misturam-se às cores verde e azul, suavizando o efeito de horror, anteriormente elaborado, vislumbrando um novo horizonte para o garoto Juninho e as outras crianças, reforçado pelas palavras que remetem a acalanto e paz.

Desse modo, a comparação entre esses dois trechos verbais e visuais das figuras 10 e 11 estabelecem um contraponto para a sonhada mudança na vida dos moradores da favela, sinalizando também, semanticamente, por meio da imagem de tintas coloridas misturadas na parte superior da página dupla na figura 11, um possível convite para o leitor dar forma ao seu próprio destino, de maneira autônoma e conectada com as necessidades coletivas.

152

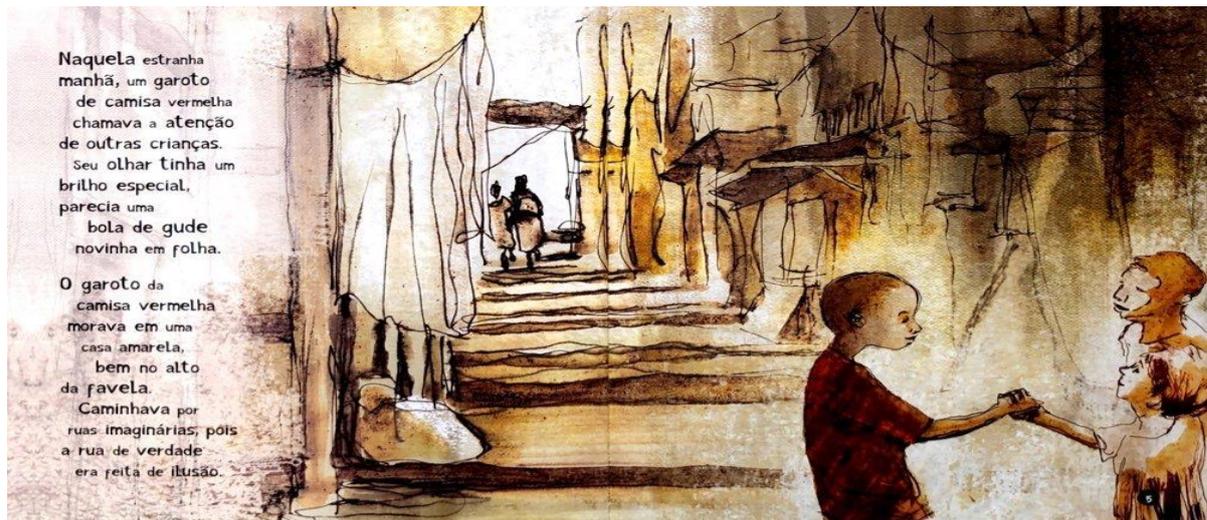
Figura 11 – A esperança na favela de Juninho impressa de modo simbólico



Fonte: Editora Yellowfante (JÚNIOR, 2020, p. 22-23).

³¹ JÚNIOR, 2020, p. 22.

Figura 12 – A realidade de Juninho e das outras crianças no cotidiano da favela



Fonte: Editora Yellowfante (JÚNIOR, 2020, p. 14-15).

Do ponto de vista visual, a obra apresenta as cores amarelo, laranja, vermelho e cinza que dominam a criação estética do livro, conferindo uma atmosfera de dura realidade e, paralelamente, de sensibilidade ao encorajamento dos sonhos que mobilizam o menino, por meio de traços e cores nos desenhos (figura 12) que insinuam o inacabamento que o mundo oferece na sua constituição.

A participação do menino, por sua vez, é importante para a sua própria história de vida, bem como para toda a coletividade, quando ele encontra uma caixa cheia de livros no lixão da sua comunidade (figura 13). As figuras 13 e 14, que constam, nessa sequência no livro de Otávio Júnior, demonstram bem a temporalidade, a espacialidade e o movimento na narrativa, caracterizando o fluxo das relações temporais e causais, entre encontrar o livro, imergir no mundo ficcional da leitura e nutrir esperanças quanto ao seu mundo tangível.

Assim, a literatura abre portas para outras realidades, tanto na dimensão ficcional da narrativa como na dimensão da vida social do leitor, cumprindo, portanto, uma função humanizadora. O jogo de linguagens na literatura infantil, vinculado ao imaginário, constitui diversas camadas de interpretações, uma vez que aponta caminhos estéticos, por meio das configurações da representação dos sentimentos humanos, potencializando a percepção do leitor em face da sua relação com a obra literária e com as possibilidades de interação com o mundo real.

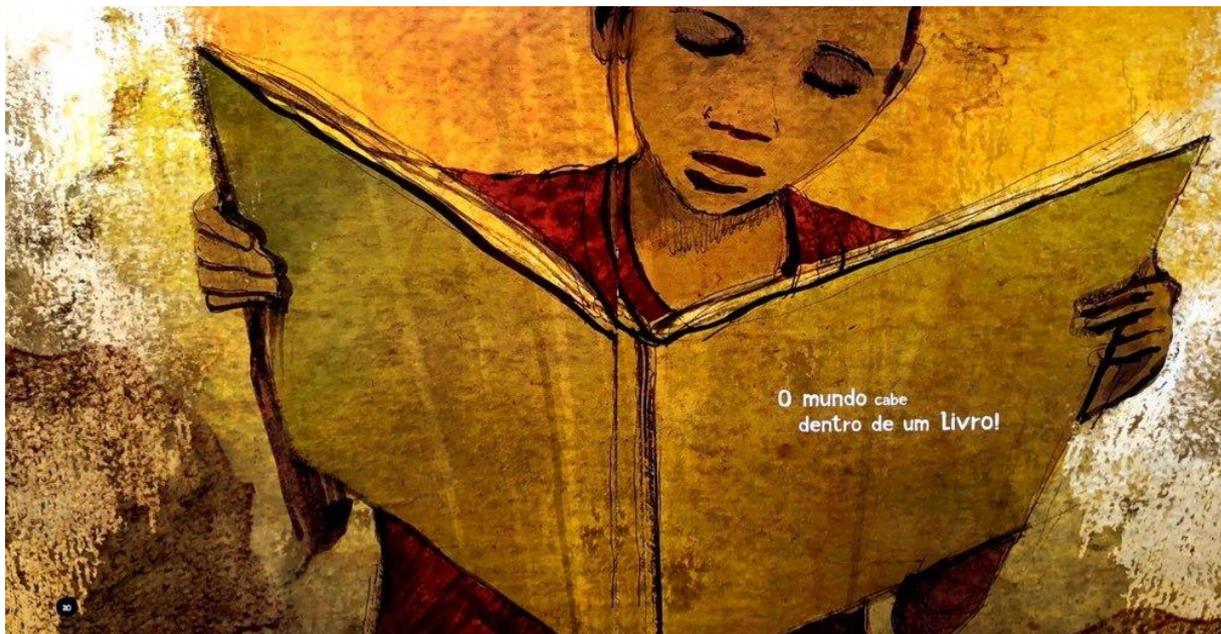
SER CRIANÇA NO HORIZONTE HUMANIZADOR DA LITERATURA INFANTIL: IMAGINÁRIOS ILUSTRADOS DE ESPERANÇA

Figura 13 – Juninho e a caixa com livros no lixão



Fonte: Editora Yellowfante (JÚNIOR, 2020, p. 18-19).

Figura 14 – Juninho abrindo as portas para o universo da leitura



Fonte: Editora Yellowfante (JÚNIOR, 2020, p. 20-21).

Juninho protagoniza um chamamento às outras crianças para o convívio com a leitura, para a descoberta de novos mundos. É um verdadeiro convite e incentivo à leitura, que se torna um passaporte para a transformação das suas vidas, marcadas pelas adversidades de uma trajetória vivenciada em contextos de desigualdades sociais. O encontro do garoto da camisa vermelha com o livro (figura 14) provoca os leitores a sonharem com dias mais esperançosos

nas comunidades de zonas populares, estendendo-se também a outros contextos. É uma narrativa baseada na história do próprio autor do texto escrito, Otávio Júnior, o que é confirmado por Rogério Andrade Barbosa, na quarta capa do livro *O garoto da camisa vermelha*.

Na esteira de um horizonte humanizador na literatura infantil, as reflexões apresentadas dão conta de uma produção literária para crianças, que mobiliza o leitor para o universo ficcional sem “tirar o pé” da realidade, mostrando sinteticamente o cotidiano de personagens em diferentes contextos, cujas temáticas principais se desdobram ou se conjugam com outras. Desse modo, os criadores da arte literária, escritores e ilustradores, conectam-se com o mundo e, conseqüentemente, com os seus leitores, numa relação em que a conversa íntima entre narradores e leitores é a aliança necessária para acessar o vasto mundo que cabe dentro de um livro, parafraseando Otávio Júnior. O (re)conhecimento da condição humana pelo universo da leitura da literatura possibilita o acesso a múltiplas vozes e visões de mundo, que acabam por constituir uma rede de diálogos e descobertas que articulam consciências criativas e críticas, reverberando, refletindo uma formação leitora livre e sem fronteiras para o sensível, dentre produções nacionais e internacionais, no segmento editorial da literatura infantil.

O excuro narrativo voltado às demandas sociais emergentes no século XXI converge para um empoderamento do *ser* e, logo, no *agir* da humanidade, pelas palavras e imagens do livro ilustrado, uma vez que o íntimo da infância e as derivações do seu universo são pautados na literatura infantil. Essa articulação das linguagens na narrativa do livro infantil ilustrado contribui para a formação de sujeitos leitores atrelados à história, que fazem uso das linguagens à sua disposição no exercício da apropriação e expressão da língua e das artes. Nesse sentido, isso os habilita para o diálogo com o mundo, munidos de suas visões construídas no aporte das sensibilidades, das reflexões e das ações que convergem para um estado contínuo e revolucionário da história de leitura de cada um deles.

SER CRIANÇA NO HORIZONTE HUMANIZADOR DA LITERATURA INFANTIL: IMAGINÁRIOS ILUSTRADOS DE ESPERANÇA

No ocaso das considerações, para além da linha do horizonte³²

Ao articularmos este pensamento de Queirós com aquela ideia apresentada nas palavras que inauguram este texto, concluímos, na perspectiva das subjetividades, se tratando do compromisso de escrever e do ato de ler o texto literário:

Reconheço que se a escrita não permite voos aos leitores ela não é literária. Suponho que a literatura abre porta, mas a paisagem está aninhada no coração do leitor. A imaginação é privilégio de todos os indivíduos. [...] Quero um texto que tenha ressonância, capaz de provocar ecos, ir além da linha do horizonte.³³

156

Por fim, a nosso ver, há uma fusão entre os domínios da fantasia e da realidade instaurados na narrativa das obras apontadas, pois assumem um papel importante na articulação da diegese, bem como na corporeidade dos protagonistas, criando características que implicam na composição do livro e, conseqüentemente, nos modos de educação do olhar das crianças leitoras de textos literários. Os eventos que constituem as narrativas elaboradas pela palavra, imagem e projeto gráfico sinalizam como emblemáticos e, potencialmente, geradores de renovadas visões críticas que os leitores crianças da contemporaneidade necessitam para emancipações do presente e do futuro no horizonte do *ser* e *agir*.

Assim, na perspectiva da bibliodiversidade e universalidade da literatura infantil, as crianças do século XXI carecem de estímulos à leitura de obras de excelente qualidade, para a formação de subjetividades acerca das suas personalidades individuais e para a participação na coletividade, no âmbito da família, da comunidade, do meio ambiente, entre outros, conforme exemplificado nas obras literárias. Ou seja, quando o *ser criança* figura em eventos narrativos na literatura infantil, o *ser criança-leitor* constrói sensibilidades humanizadoras no momento em que suas subjetividades se tornam visíveis na representação das relações interacionais criança-criança, criança-adulto e criança-mundo.

Em síntese, a esperança nos imaginários ilustrados da literatura infantil influencia na formação de uma ordem simbólica que visa salvaguardar o caráter decifrável da própria humanidade de autores e leitores.

³² O título deste tópico das considerações finais remonta o momento em que o sol atravessa a linha do horizonte, designado pela palavra “Ocaso”, podendo aqui configurar, subjetivamente, o que desaparece da nossa visão, mas que, a nosso ver, seguramente, continua a existir.

³³ QUEIRÓS, 2005, p. 170.

CARIDOSA, ALTRUÍSTA, OBEDIENTE E MODESTA: as instruções de Nísia Floresta para a educação das meninas no Brasil oitocentista

Luma Pinheiro Dias¹
Teresinha de Jesus Mesquita Queiroz²

RESUMO

O presente artigo tem como objetivo apresentar e analisar os modelos prescritos pela escritora e educadora Nísia Floresta Brasileira Augusta (1810-1885) para a educação de meninas no Brasil nos Oitocentos, uma vez que a infância é considerada por ela como fase decisiva para o desenvolvimento de virtudes ou vícios. Para isso, três de suas produções são analisadas: *Conselhos à minha filha* (1842), *Fany ou o modelo das donzelas* (1847) e *Opúsculo humanitário* (1853). Nestas produções, Nísia Floresta apresenta o modelo ideal de filha e critica a educação reservada às meninas no período. Para que suas observações sejam inteligíveis dentro do recorte escolhido, recorre-se a biógrafos da escritora, bem como a bibliografia sobre infância e sobre o contexto histórico referido.

Palavras-chave: História. Infância. Educação de meninas. Nísia Floresta.

CHARITY, ALTRUIST, OBEDIENT AND MODEST: Nísia Floresta's instructions for the education of girls in nineteenth-century Brazil

ABSTRACT

This article aims to present and analyze the models prescribed by the writer and educator Nísia Floresta Brasileira Augusta (1810-1885) for the education of girls in Brazil in the 19th century, since childhood is considered by her as a decisive phase for the development of virtues or vices. For this, three of his productions are analyzed: *Conselhos à minha filha* (1842), *Fany ou o modelo das donzelas* (1847) and *Opúsculo humanitário* (1853). In these productions, Nísia Floresta presents the ideal model of a daughter and criticizes the education reserved for girls in the period. In order for her observations to be intelligible within the chosen frame, biographers of the writer are used, as well as the bibliography on childhood and on the historical context referred to.

Keywords: History. Childhood. Girls education. Nisia Floresta.

¹ Mestre em História do Brasil pela Universidade Federal do Piauí. Doutoranda em História do Brasil pela Universidade Federal do Piauí. Bolsista FAPPEPI. E-mail: luma_pd@hotmail.com

² Doutora em História Social pela Universidade de São Paulo (USP) e professora do Programa de Pós-Graduação em História do Brasil (PPGHB-UFPI). E-mail: teresinhaqueiroz@bol.com.br

CARIDOSA, ALTRUÍSTA, OBEDIENTE E MODESTA: as instruções de Nísia Floresta para a educação das meninas no Brasil oitocentista

CARIDAD, ALTRUISTA, OBEDIENTES Y MODESTA: las instrucciones de Nísia Floresta para la educación de las niñas en el Brasil del siglo XIX

RESUMEN

Este artículo tiene como objetivo presentar y analizar los modelos prescritos por la escritora y educadora Nísia Floresta Brasileira Augusta (1810-1885) para la educación de las niñas en Brasil en el siglo XIX, ya que la infancia es considerada por ella como una etapa decisiva para la desarrollo de virtudes o vicios. Para ello, se analizan tres de sus producciones: *Conselhos à minha filha* (1842), *Fany ou o modelo das donzelas* (1847) y *Opúsculo humanitário* (1853). En estas producciones, Nísia Floresta presenta el modelo ideal de una hija y critica la educación reservada a las niñas en la época. Para que sus observaciones sean inteligibles dentro del marco elegido, se utilizan biógrafos de la escritora, así como la bibliografía sobre la infancia y sobre el contexto histórico aludido.

Palabras llave: Historia. Infancia. Educación de niñas. Nisia Floresta.

Nísia Floresta Brasileira Augusta foi o pseudônimo adotado por Dionísia Gonçalves Pinto. Nascida em Papari, Rio Grande do Norte, em 1810, atuou como preceptora, escritora e diretora do Colégio Augusto, instituição fundada por ela, na Corte, no ano 1838. Sua atividade como educadora e escritora estavam associadas ao interesse em melhorar a educação dispensada às mulheres, tema recorrente de suas publicações. A brasileira morou e viajou por diferentes províncias no Brasil, como Pernambuco, Rio Grande do Sul e Rio de Janeiro e também por outros países, como Alemanha, Portugal e França, onde faleceu em 1885.³

É importante destacar alguns aspectos biográficos que possibilitem a compreensão de sua trajetória e a formulação de modelos femininos nos Oitocentos. Quanto à sua família, o pai, Dionísio Gonçalves Pinto, era português e atuava como advogado, e a mãe, Antônia Clara Freire, era brasileira. Nísia Floresta teve três irmãos: Clara, Joaquim e outra irmã proveniente do primeiro casamento da mãe, que era viúva, antes do casamento com Dionísio Pinto.⁴

Aos treze anos, Nísia Floresta foi dada em casamento a Manuel Alexandre Seabra de Melo, descrito como um homem rude, de pouca instrução, proprietário de terras. No entanto, desafiando os padrões da época, ela o abandonou em poucas semanas, voltando a morar com os pais. Em 1824, sua família mudou-se para Pernambuco, onde ela conheceu aquele que afirma ser seu grande amor, o estudante de direito Manoel Augusto de Faria Rocha.⁵

Quatro anos depois, em 1828, Nísia Floresta perdeu o pai, que foi assassinado no exercício da profissão, defendendo causas contrárias aos interesses dos poderosos da localidade.

³ DIAS, Luma Pinheiro. *Nísia Floresta e a escrita em defesa da educação feminina nos Oitocentos*. 2017. 166 f. Dissertação (Mestrado em História do Brasil) – Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2017.

⁴ DUARTE, Constância Lima. *Nísia Floresta: vida e obra*. Natal: UFRN. Ed. Universitária, 1995.

⁵ DUARTE, 1995.

Norma Telles afirma que, após o assassinato do pai, ela assumiu o sustento da família, provavelmente como preceptora.⁶

A formação de Nísia Floresta é pouco conhecida. Adauto da Câmara sugere que os seus primeiros estudos tenham se dado em Goiana, tendo em vista a ausência de estabelecimentos de ensino em Papari. Sugere também que o pai, Dionísio Pinto, tenha encaminhado a filha nos estudos rudimentares, pois era um homem culto.⁷ Outro apontamento do autor diz respeito a sua estada em Recife e em Olinda, onde provavelmente teve contato com a leitura de autores clássicos portugueses. Nísia Floresta falava francês e conhecia o inglês. Aos 28 anos de idade, anunciou no jornal ser professora particular de latim, francês e italiano.⁸

Ainda em 1828, é certo que Nísia Floresta tenha ido morar junto com Manoel Augusto, com quem formou uma família e a quem chamava carinhosamente de Augusto. Em 1830, nasceu a primeira filha do casal, Lívia Augusta de Faria Rocha, a sua principal companheira em viagens e tradutora de sua obra em diversos idiomas. No ano de 1831, nasceu o segundo filho do casal, mas faleceu pouco depois.⁹

O ano de 1832 tornou-se marcante na história dessa personagem brasileira: é o ano da publicação de seu primeiro livro, **Direito das mulheres e injustiça dos homens**,¹⁰ quando, também, começou a utilizar o pseudônimo pelo qual ficou conhecida em seu país e no exterior. Ainda em 1832, Nísia Floresta passou a residir em Porto Alegre junto com a mãe, as irmãs, a filha e o companheiro Augusto. Em janeiro do ano seguinte, nasceu Augusto Américo de Faria Rocha, outro filho do casal e, em agosto, Manoel Augusto faleceu.¹¹

Durante toda a sua vida, Nísia Floresta chorou a perda do companheiro, lamentando em letras a saudade pela partida precoce. A partir de então, Nísia Floresta passou a se reconhecer e a ser reconhecida como viúva, o que confere novos valores à sua posição social. Jaqueline Padovani da Silva ressalta que “a ‘classe’ das viúvas, comparada à posição que as demais mulheres ocupavam, costumava assumir um status diferenciado, em termos de vantagens econômicas e sociais”.¹² Acrescenta que: “essa distinção que cabia à viúva conferia-lhe maiores

⁶ TELLES, Norma. Escritoras, escritas, escrituras. In: DEL PRIORE, Mary; BASSANEZI, Carla (Org.). **História das mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2004. p. 401-442.

⁷ CÂMARA, Adauto da. **História de Nísia Floresta**. Rio de Janeiro: Irmãos Pongetti, 1941.

⁸ CÂMARA, 1941, p. 46.

⁹ DIAS, 2017.

¹⁰ FLORESTA, Nísia. **Direito das mulheres e injustiça dos homens**. São Paulo, Cortez: 1989.

¹¹ DIAS, 2017.

¹² SILVA, Jaqueline Padovani da. De esposa a viúva, de viúva a esposa. In: SILVA, Jaqueline Padovani da. *“Destá para a melhor”*: a presença das viúvas machadianas no Jornal das Famílias. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2015. p. 116.

CARIDOSA, ALTRUÍSTA, OBEDIENTE E MODESTA: as instruções de Nísia Floresta para a educação das meninas no Brasil oitocentista

oportunidades de administrar sua própria rotina, sem se prender com excessos à rigidez do esquema paternalista, cujo expoente mais comum se associava à figura do pai ou do marido”.¹³

Observando a trajetória de Nísia Floresta, ela não parece se encaixar no estereótipo de mulher submissa à autoridade masculina. No entanto, ser reconhecida como viúva lhe conferiu mais respeito que ser identificada como mulher separada, com o agravante de ter tido filhos de uma união ilegítima. Assim, ela se tornou uma mulher digna de respeito e, também, a cabeça da família.¹⁴

Em 1837, Nísia Floresta mudou-se com os filhos e a mãe para o Rio de Janeiro, onde, no ano seguinte, fundou o Colégio Augusto, dedicado à educação de meninas. A instituição foi presidida diretamente por ela nos anos em que permaneceu no Brasil. Elogiada por uns e duramente criticada por outros, Nísia Floresta manteve o colégio em funcionamento durante 17 anos, o que pode significar que se tornou uma instituição com bom conceito na Corte.

Com pouco mais de 15 títulos publicados, Nísia Floresta defendeu recorrentemente o direito das mulheres à educação e formatou modelos femininos que deveriam colaborar para o progresso da humanidade. A escritora não propôs o rompimento com o ambiente doméstico, mas que a mulher devidamente educada seria capaz de exercer adequadamente as funções de filha, esposa e mãe. Nesse sentido, interessa a este trabalho apresentar e analisar as prescrições de Nísia Floresta quanto à infância e à educação de meninas.

Para isso, três de suas produções são utilizadas como fonte: **Conselhos à minha filha** (1842),¹⁵ **Fany ou o modelo das donzelas** (1847)¹⁶ e **Opúsculo humanitário** (1853).¹⁷ A escolha é explicada a partir do tema de interesse, visto que nos referidos textos a escritora expõe a preocupação com a infância das meninas brasileiras e define essa fase como a mais propícia para o desenvolvimento de virtudes. Para a compreensão do contexto histórico de sua escrita, recorre-se a bibliografias sobre o período e sobre a noção de infância.

Philippe Ariès, a partir da análise de produções artísticas e intelectuais, destaca que até o século XIII, havia, na Europa, verdadeiro desinteresse pela criança. Exemplo desse sentimento é a ausência de vestimentas conforme a idade, uma vez que, ao sair dos cueiros, logo as crianças eram vestidas como mulheres ou homens adultos. De acordo com Ariès, não

¹³ SILVA, 2015, p. 116.

¹⁴ SILVA, 2015, p. 117.

¹⁵ FLORESTA, Nísia. **Conselhos à minha filha**. 2. ed. Rio de Janeiro: Typ. Imp. de F. de Paula Brito, 1845.

¹⁶ FLORESTA, Nísia. **Fany ou o modelo das donzelas**. In: DUARTE, Constância Lima (Org.). **Inéditos e dispersos de Nísia Floresta**. Natal: EDUFERN, 2009. p. 95-102.

¹⁷ FLORESTA, Nísia. **Opúsculo humanitário**. Rio de Janeiro: Typ. de M. A. Silva Lima, 1853.

Humana Res, v. 5, n. 7, 2023, ISSN: 2675 - 3901 p. 157 – 171, jan. a ago. 2023 DOI 10.29327/2151838.5.7-9

havia a consciência da particularidade infantil. Essa realidade começou a mudar apenas a partir da virada do século XVI para o XVII.¹⁸

No Brasil, Mary Del Priore destaca que a infância era tida como um momento em que o indivíduo não possuía personalidade e passava por uma transição. Durante o século XIX, houve uma especialização do conhecimento a respeito da criança, com o aperfeiçoamento do discurso médico para garantir a sobrevivência do recém-nascido.¹⁹ Até então, a infância não possuía valor significativo para a sociedade, e a responsabilidade para com a criança era terceirizada, ficando sob os cuidados dos serviçais, no caso das famílias de elite.

De acordo com Ana Maria Mauad, no século XIX, a descoberta humanista da especificidade da infância e da adolescência como idades da vida foi confirmada. A autora informa que dicionários da década de 1830 trazem os termos criança, adolescente e menino. O termo menina só foi incorporado mais tarde, associado à ideia de criança do sexo feminino.²⁰ A partir do reconhecimento da existência da infância, esses sujeitos passaram a ser objeto de observação e preocupação de alguns, especialmente no que se refere à educação.

Nísia Floresta reconhece a importância do período da infância na formação do homem e da mulher, questão relevante para aquele momento, onde se delimitavam as noções básicas sobre a criança e a infância. Afirma a educadora:

As crianças são de mais precoce entendimento do que acreditaríeis. Observai-as com atenção e vereis que são todas propensas por natureza a imitar aqueles que estão à sua volta. No início o fazem ser se aperceberem; mas com o desenvolvimento progressivo de sua razão, seguem o modelo que melhor condiz com sua índole e maneira de viver. Então começam a despontar nelas aquelas inclinações que chamais naturais, e que muitas vezes não são mais que o resultado dos gostos por vós instilados em seus tenros corações, e dos exemplos que imitaram quando não prestáveis atenção.²¹

A educação de meninos e meninas durante o século XIX no Brasil era voltada para o desenvolvimento de aptidões que deveriam ser praticadas na vida adulta, de acordo com o lugar ocupado por cada sexo naquela sociedade. Enquanto os homens tinham livre acesso à instrução, desde que pertencessem à família abastada, podendo viajar para o exterior para concluir seus estudos e até formar-se na Europa, as moças poderiam aprender a ler, escrever e noções básicas de cálculos e geografia, geralmente no espaço doméstico, com professores particulares. As

¹⁸ ARIÈS, Philippe. **História social da criança e da família**. 2. ed. Rio de Janeiro: Guanabara, 1986.

¹⁹ PRIORE, Mary Del. O cotidiano da criança livre no Brasil entre a Colônia e o Império. In: PRIORE, Mary Del (Org.). **História das crianças no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2009.

²⁰ MAUAD, Ana Maria. A vida das crianças de elite durante do Império. In: DEL PRIORE, Mary (org.). **História das crianças no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2010.

²¹ FLORESTA, Nísia. A mulher. In: FLORESTA, Nísia. **Cintilações de uma alma brasileira**. Florianópolis: Editora Mulheres, 1997. p. 83-159. p. 117.

CARIDOSA, ALTRUÍSTA, OBEDIENTE E MODESTA: as instruções de Nísia Floresta para a educação das meninas no Brasil oitocentista

impressões oferecidas por John Luccock, em 1813, colaboram para a compreensão desse aspecto:

Seria absurdo pretendermos um relato igualmente detalhado das diferentes falou ordens de mulheres e de suas várias ocupações. Têm estas que ser, fatalmente, de natureza particular e é preciso que se lembre que as mulheres das classes altas e médias, e especialmente as mais moças, vivem muito mais reclusas que em nossa própria terra. O pouco contato que os costumes com elas permitem, dentro em breve, põem a nu a sua falta de educação e instrução. Isto, aliás, fazia parte do sistema declarado; estava assentado que o saber ler para elas não devia ir além do livro de rezas, pois isso lhes seria inútil, nem tampouco se desejava que escrevessem a fim de não fizessem, como sabiamente se observava, um mau uso dessa arte.²²

162

Os pais não queriam que as suas filhas soubessem mais que o necessário para gerirem um lar. Assim, não deveriam ter conhecimento suficiente para não serem capazes de ler romances indecentes, ou de escrever bilhetes para paixões proibidas. Nísia Floresta, referindo-se à ignorância proposital reservada às mulheres na primeira metade dos Oitocentos, afirma:

Dizia-se geralmente que ensinar-lhes a ler e escrever era proporcionar-lhes os meios de entreterem correspondências amorosas, e repetia-se, sempre, que costura e trabalhos domésticos eram as únicas ocupações próprias da mulher. Este prejuízo estava de tal sorte arraigado no espírito de nossos antepassados, que qualquer pai que ousava vencê-lo e proporcionar às suas filhas lições que não as daqueles misteres, era para logo censurado querer arrancar o sexo ao estado de ignorância que lhe convinha.²³

Assim, a educação para meninas funcionava como instrumento de subjugação e reforço das diferenças entre os sexos. Quando adultas, deveriam desempenhar o papel de zeladoras do lar, cabendo às mulheres aprenderem, fosse através de brincadeiras ou da educação, a realizar tarefas que lhes seriam exigidas quando se casassem. Deveriam desenvolver suas virtudes ainda quando crianças, para que pudessem realizar um casamento satisfatório e manter a honra da família. As mulheres de elite eram ensinadas a reproduzirem e, posteriormente, transmitirem o modelo feminino construído pelo discurso patriarcal brasileiro.

Poucas foram as intervenções do Estado para colaborar com a educação feminina. O Decreto imperial de 15 de outubro de 1827 determinou a criação de escolas de primeiras letras nos lugares mais populosos do Império e regulamentou o ensino de meninas. Com destaque em três artigos desse decreto, é possível analisar sua relevância para a educação feminina:

Art. 6º – Os professores ensinarão a ler, escrever, as quatro operações aritméticas, práticas de quebrados, decimais e proporções, as noções mais gerais de geometria prática, a gramática de língua nacional, e os princípios de moral cristã e da doutrina da religião católica e apostólica romana,

²² LUCOCK apud LEITE, Míriam Moreira (Org.). **A condição feminina no Rio de Janeiro século XIX**. São Paulo: HUCITEC, 1984. p. 68.

²³ FLORESTA, 1853, p. 68.

proporcionados à compreensão dos meninos, preferindo para as leituras a Constituição do Império e a História do Brasil.

Art. 11 – Haverão escolas de meninas nas cidades e vilas mais populosas, em que os Presidentes em Conselho, julgarem necessário este estabelecimento.

Art. 12 – As mestras, além do declarado no artigo 6º, com a exclusão das noções de geometria e limitado a instrução aritmética só as suas quatro operações, ensinarão também as prendas que servem à economia doméstica [...].²⁴

Assim, fica evidente que, apesar de estabelecer o ensino para meninas, a instrução feminina institucional estava estritamente ligada à sua função social. O decreto, ainda que não tenha sido colocado em prática de forma eficiente nem ter minimizado as distâncias entre o ensino para meninos e para meninas, constituiu o primeiro passo para a institucionalização e difusão do ensino feminino além do ambiente doméstico.

No ano de 1834, uma nova emenda transferiu a responsabilidade do ensino primário e secundário para o poder local, resultando em uma desorganização do sistema educacional do Brasil. As principais instituições de ensino naquele momento eram os colégios religiosos e particulares, muitos dirigidos por estrangeiros.²⁵

É necessário considerar a distância existente entre a educação para moças de elite e para as pertencentes a famílias pobres. Washington Dener dos Santos Cunha e Rosemaria Vieira Silva destacam que, no decorrer do século XIX, o número de escolas era muito pequeno, insuficiente em algumas localidades para atender a demanda da clientela, apesar de a procura ser mínima:

[...] Uma vez que parte da população mais pobre não acreditava e não via grande interesse pelo aprendizado da leitura e da escrita, enquanto nas classes mais abastadas este tipo de ensino era suprido pela prática de contratação de preceptores.²⁶

É possível identificar a deficiência do ensino público para meninas nas informações trazidas por Nísia Floresta a partir dos dados contidos no Quadro Demonstrativo do Estado da Instrução Primária e Secundária das Províncias do Império e do Município da Corte, de 1852. A escritora denuncia a disparidade entre o número de meninos e meninas que frequentavam as aulas públicas; de 55.000, apenas 8.443 eram do sexo feminino. Apresenta, ainda, os seguintes dados: em Minas Gerais, que contava com 209 escolas de primeiras letras, somente 24 eram

²⁴ BRASIL. *Lei de 15 de outubro de 1827*. Rio de Janeiro, 1827. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lim/LIM..-15-10-1827.htm#:~:text=LIM%2D15%2D10%2D1827&text=LEI%20DE%2015%20DE%20OUTUBRO,lugares%20mais%20populosos%20do%20Imp%C3%A9rio. Acesso em: 1 out. 2022.

²⁵ WEREBE, Maria José Garcia. A educação. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de. **O Brasil monárquico: declínio e queda do Império** (org.). Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995. p. 376.

²⁶ CUNHA, Washington Dener dos Santos SILVA; Rosemaria J. A educação feminina no século XIX: entre a escola e a literatura. **Gênero**. Niterói, v. 11, n. 1, 2. sem. 2010. p. 98.

CARIDOSA, ALTRUÍSTA, OBEDIENTE E MODESTA: as instruções de Nísia Floresta para a educação das meninas no Brasil oitocentista

destinadas às meninas. A Bahia contava com 184 escolas primárias, sendo apenas 26 de instrução feminina. Pernambuco tinha 16 escolas de ensino para meninas de um total de 82. No caso do Rio de Janeiro, eram 36 destinadas ao sexo feminino de 116 no total.²⁷ Além dessas informações que evidenciam o atraso de investimentos na educação feminina, Nísia Floresta pontua outros elementos que contribuía para a situação observada:

Acrescentamos agora ao medíocre número dessas escolas a confusão de métodos, das doutrinas seguidas pelas professoras, quase sempre discordes em seus sistemas e, como já observamos, em grande parte sem as necessárias habilitações e teremos reduzido à expressão mais simples o número da nossa população feminina que participa do ensino público e o grau de instrução que recebe.²⁸

164

A educação secundária, especialmente após 1834, ficou a cargo das instituições privadas. Cunha e Silva afirmam que foi a partir da década de 1850 que se intensificou a organização das escolas secundárias femininas, “tornando-se espaços notórios de sociabilidade, marcados pelas reuniões da elite local, empenhando-se mais na realização de festas do que na função a que se destinavam – o ensino”.²⁹

Nísia Floresta critica o ensino primário no Brasil, público e particular, denunciando o descaso das autoridades durante a primeira metade do século XIX. A esse respeito ela afirma:

Nada, porém, ou quase nada temos visto fazer-se para remover os obstáculos que retardam os progressos da educação de nossas mulheres, a fim de que elas possam vencer as trevas que lhes obscurecem a inteligência, e conhecer as doçuras infinitas da vida intelectual, a que têm direito as mulheres de uma nação livre e civilizada.³⁰

Portanto, é a partir da observação da precariedade da educação oferecida às meninas e da sua prática como educadora que Nísia Floresta elabora seu modelo ideal de educação, capaz de estimular o desenvolvimento de virtudes e não de vícios nas mulheres brasileiras. Sendo a infância momento de grande definição na vida do indivíduo, essa se torna uma preocupação de Nísia Floresta. Uma vez incutidos vícios ainda nessa fase de desenvolvimento, mais difícil seria para conseguir reverter tais danos através da educação moral e religiosa.

Com o objetivo de aconselhar sua filha, Livia, e estender suas prescrições a outras meninas, especialmente às suas educandas, Nísia Floresta publicou em 1842 o livreto **Conselhos à minha filha**, editado pela tipografia de J. E. S. Cabral, do Rio de Janeiro, e assinado por F. Augusta Brasileira. Este é o texto da escritora que possui mais edições e

²⁷ FLORESTA, 1853, p. 85.

²⁸ FLORESTA, 1853, p. 86-87.

²⁹ CUNHA; SILVA, 2010, p. 100.

³⁰ FLORESTA, 1853, p. 43.

traduções: em 1845 saiu a segunda edição, dessa vez pela tipografia de Paula e Brito, acrescentada de quarenta pensamentos em versos; em 1858 saiu a primeira versão com tradução para o italiano, *Consigli a mia figlia*, editado pela tipografia Stamperie Sulle Logge del Gren, em Florença; em 1859, a Associação da Propaganda de Valença lançou a segunda edição italiana, que foi recomendada pelo bispo de Mandovi para uso nas escolas de Piemonte; no mesmo ano foi lançada a primeira edição francesa, **Conseils à ma fille**, pela Impr. de Monnier, traduzido por Braye Debysé.

Escrito como presente para o aniversário de doze anos de Lívia, Nísia Floresta inicia seus **Conselhos** falando sobre a força do sentimento materno, que “está além de todas as paixões humanas”, uma vez que “só uma mãe é capaz dos maiores sacrifícios sem outras vistas, sem outra recompensa mais do que seu próprio amor”.³¹

Inspirada por esse sentimento, a autora ressalta o dever de sua escrita: “Eu começarei por insinuar-te aqui em um estilo simples e claro os deveres e as virtudes filiais”,³² e esclarece que parte de seu próprio exemplo: “(...) possam a ternura e a experiência de tua mãe servir-te então de guia na escabrosa senda da vida”.³³

A vaidade é o primeiro vício a ser evitado por Lívia. Suas boas ações e o amor pela ciência não devem estar associados à busca pelo elogio, o que faria perder “as qualidades do coração, sem as quais nada pode brilhar em uma mulher”.³⁴ Nísia Floresta pretende instruir a filha de acordo com as virtudes cristãs, incentivando sua obediência filial. Sobre isso, afirma: “Ser obediente a seus pais, mesmo quando eles forem intratáveis e austeros, amá-los, mesmo a despeito de seus vícios grosseiros e ingratidões, é uma virtude rara e de um grande merecimento’. Reflete nesse sublime pensamento; foi um santo homem quem o escreveu”.³⁵

Nísia Floresta segue recomendando que a filha se afaste dos filhos que murmuram de seus pais, assim como daqueles que usam os “autores de sua existência” como meio para satisfazer seus caprichos. No entanto, a autora faz uma ressalva: a obediência não deve ser cega ao ponto de negar a si mesmo, nem fruto do medo de repreensões.³⁶

Outros conselhos incluem ser condescendente, boa, solícita, caridosa e benevolente.³⁷ “Decida-te sempre pelo oprimido; os desgraçados têm incontestáveis direitos à nossa proteção

³¹ FLORESTA, 1845, p. 8.

³² FLORESTA, 1845, p. 11.

³³ FLORESTA, 1845, p. 11.

³⁴ FLORESTA, 1845, p. 17.

³⁵ FLORESTA, 1845, p. 19.

³⁶ FLORESTA, 1845, p. 19-20.

³⁷ FLORESTA, 1845, p. 21-22.

CARIDOSA, ALTRUÍSTA, OBEDIENTE E MODESTA: as instruções de Nísia Floresta para a educação das meninas no Brasil oitocentista

e amizade”.³⁸ Recomenda que a filha não julgue as coisas pelo exterior, pois “muitas vezes, encontram-se sob feias aparências o realce de todas as virtudes reunidas”.³⁹

Lívia deveria ser generosa, praticar o bem sem ostentação, e jamais deveria vingar-se. Deveria amar sua família e tributar a ela “um profundo sentimento de veneração e estima”.⁴⁰ Indica que a menina “sejas atenciosa para todos, e com particularidade para a velhice”.⁴¹ Em situações em que não fosse possível fugir de palavras de lisonja excessiva, deveria dizer em seu coração “quanto são exagerados semelhantes elogios!”.⁴²

De acordo com Nísia Floresta, havia dois tipos de adoradores do sexo feminino. O mais comum era daqueles que as olhavam com desprezo, que enxergavam na mulher apenas uma beleza passageira, que tentariam conquistá-la através do uso de elogios vazios, referentes apenas à sua imagem. O segundo tipo, mais raro, é dos homens “cujo coração formado na escola da virtude, para honra da humanidade, se prestam espontaneamente a vingar-nos dos ultrajes, com que pretendem abocanhar-nos o crédito aqueles, de que acabo de falar-te”.⁴³

Detalhando o homem sério como aquele cuja inteligência sabe discernir as fraquezas e as elevações femininas e que não abusa de sua posição, Nísia Floresta afirma: “É de um tal homem, minha filha, que te recomendo procures a comunicação, e cultives a amizade, quanto sua razão se tiver dissolvido”.⁴⁴ E alerta: “Foge cautelosa aos primeiros, que só te falarão de uma maneira própria para lisonjear a tua vaidade”.⁴⁵ Assim, a autora segue para a conclusão de seus **Conselhos**, desejando que a filha possa “pela regularidade de sua conduta, pela sua obediência, e docilidade aos conselhos de sua mãe, preparar-se uma mocidade feliz e uma velhice sem remorsos!”.⁴⁶

No decorrer da vida de Lívia, sua trajetória muito se aproximou do que desejou Nísia Floresta. Ela é apontada como filha exemplar. Em matérias de jornais da época, chega a levar como sobrenome parte do pseudônimo utilizado pela mãe, Lívia Augusta Brasileira Rocha. Dispomos de poucas informações a seu respeito. Sabe-se que foi após seus problemas de saúde que Nísia Floresta foi para a Europa acompanhada dos filhos pela primeira vez, em 1849. Nas

³⁸ FLORESTA, 1845, p. 22.

³⁹ FLORESTA, 1845, p. 22.

⁴⁰ FLORESTA, 1845, p. 26.

⁴¹ FLORESTA, 1845, p. 26.

⁴² FLORESTA, 1845, p. 27.

⁴³ FLORESTA, 1845, p. 28.

⁴⁴ FLORESTA, 1845, p. 28-29.

⁴⁵ FLORESTA, 1845, p. 29.

⁴⁶ FLORESTA, 1845, p. 30.

viagens seguintes, somente Lívia acompanhou a mãe. Teria casado e ficado viúva pouco depois, além de ser preceptora e tradutora das obras da mãe em outros idiomas.

Lívia é reconhecida pela instrução. Nas publicações das listas de alunas premiadas em exames finais do Colégio Augusto é comum ver o seu nome. Em artigo publicado no *Jornal do Comércio* em 1841, vemos um elogio à filha de Nísia Floresta:

Seguiu-se depois disso exame de inglês, da Sra. D. Lívia Augusta Brasileira Rocha, filha da diretora do colégio. Que talento raro! Que habilidade extrema! Não podemos fazer-lhe maior elogio do que publicando o seu nome, e fazendo observar que com doze anos de idade está uma senhora moralmente completa, e nesse dia apresentou um brilhante exame de inglês e francês, que fala com perfeição e muita facilidade, e geografia astronômica, física e política.⁴⁷

Alguns anos mais tarde, um artigo foi publicado no *Diário do Rio de Janeiro*, noticiando o paradeiro de Lívia e sua mãe:

Chegou a Lisboa no último pacote de Inglaterra a célebre poetisa, natural do Rio de Janeiro, Brasileira Augusta, em sua companhia um anjo de formosura, - perfeita composição de tudo que a mulher pode reunir, - a par das graças dos dotes intelectuais – Falo sua filha D. Nísia, - que aos dezoito anos de idade já junta vastos conhecimentos, falando os principais idiomas da Europa, mui instruída em matemática, física, e em música, – encanta todas as pessoas que tem a ventura de lhe serem apresentadas.⁴⁸

Lívia não seguiu os passos da mãe apenas como companheira de viagem, preceptora e tradutora das obras de Nísia Floresta. Há nos jornais **O Anunciador** e no **Periódico dos Pobres** anúncios⁴⁹ de uma tradução feita por Lívia e vendida no Brasil no ano de 1850 intitulada “Esperemos sempre”, com a seguinte informação: “Conto moral, traduzido do francês, por Lívia Augusta de Faria Rocha; acha-se a venda na Rua do Ouvidor n. 158, a sair do Largo de S. Francisco de Paula”.⁵⁰ Logo, os trabalhos desenvolvidos por Lívia não estiveram restritos aos de sua mãe.

Outra produção em que é possível analisar o modelo de filha formatado por Nísia Floresta é **Fany ou o modelo das donzelas**, de 1847, publicada pelo Colégio Augusto.⁵¹ Fany, personagem principal da novela, é o principal modelo de menina apresentado pela autora.

⁴⁷ COMUNICADO. *Jornal do Comércio*. Rio de Janeiro, ano 16, n. 332, p. 2, 24 dez. 1841.

⁴⁸ CHEGOU A Lisboa... *Diário do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, p. 1, 13 set. 1851.

⁴⁹ ESPEREMOS sempre. *O Anunciador*. Rio de Janeiro, n. 4, p. 1, 4 fev. 1850.; ESPEREMOS sempre. *O Anunciador*. Rio de Janeiro, n. 5, p. 4, 5 fev. 1850.; ESPEREMOS sempre. *O Anunciador*. Rio de Janeiro, n. 6, p. 1, 6 fev. 1850.; ESPEREMOS sempre. *O Anunciador*. Rio de Janeiro, n. 11, p. 2, 11 fev. 1850.; ESPEREMOS sempre. *O Anunciador*. Rio de Janeiro, n. 17, p. 4, 19 fev. 1850.; ESPEREMOS sempre. *Periódico dos Pobres*. Rio de Janeiro, n. 20, p. 4, 1 jun. 1850.; ESPEREMOS sempre. *Periódico dos Pobres*. Rio de Janeiro, n. 26, p. 4, 17 jun. 1850.

⁵⁰ ANÚNCIOS. *Periódico dos Pobres*. Rio de Janeiro, n. 16, p. 4, 22 maio 1850.

⁵¹ FLORESTA, Nísia. *Fany ou o modelo das donzelas*. Rio de Janeiro: Edição do Colégio Augusto, 1847.

CARIDOSA, ALTRUÍSTA, OBEDIENTE E MODESTA: as instruções de Nísia Floresta para a educação das meninas no Brasil oitocentista

Fany nascera em Porto Alegre, onde residia com seus pais e oito irmãos, sendo ela a primogênita. “Contava com apenas treze anos e as felizes propensões que ela anunciava já, prometiam aos caros autores de seus dias uma ventura que nada parecia disputar-lhes”.⁵² A menina era ciente de suas obrigações enquanto filha, como a obediência aos pais, tanto que não se envaidecia quando reconheciam suas virtudes. Apesar de sua beleza e dos progressos nos estudos, Fany sabia que suas qualidades eram um “favor da sábia Providência”.

Nísia Floresta apresenta Fany como uma menina a caminho de tornar-se uma boa mãe de família, pois, desde cedo, auxiliava sua mãe nos cuidados com os irmãos e nos afazeres domésticos. A escritora detalha algumas das atividades desenvolvidas por Fany após completar sua educação:

Era ela quem dirigia sob as ordens de sua mãe todo o governo da casa; cosia a roupa de seus irmãos, tratava de sua mãe com uma devoção angélica; e longe de assemelhar-se a essas jovens que apenas deixam de ser colegiais, folgam de haver recobrado uma coisa que chamam liberdade, e que lhes permite dormirem até alto dia, passarem a mor parte deles despenteadas ou à janela, aborrecendo os livros, em que grande parte delas não pegam mais ou leem sem fruto. Fany, no meio de tantas ocupações, achava tempo de empregar-se em cultivar os estudos, que havia aprendido, e conservar uma correspondência diária com aquela que havia cuidado de sua educação.⁵³

No trecho acima, Nísia Floresta evidencia duas possibilidades de existência feminina ao contrapor o modelo que imprime em Fany ao que era costumeiramente observado entre as suas alunas. Diferindo da maioria, a personagem, quando distante do colégio, não abandona o interesse pelo conhecimento, nem se entrega ao ócio. Ao contrário, permanece firme no cultivo de suas virtudes, uma filha exemplar e irmã generosa.

As virtudes de Fany são colocadas à prova diante das dificuldades enfrentadas por sua família com a desordem em Porto Alegre, suscitada pela Revolução Farroupilha.⁵⁴ Sua família acaba envolvida através da participação dos pais no conflito. No entanto, Fany não se desvirtua, apesar das turbulências sociais:

Enquanto tinha lugar esse grande movimento, e quando mesmo entre as mulheres algumas, esquecendo as virtudes pacíficas de seu sexo, elevavam o grito amotinado de particulares vinganças, profanando o santo nome da liberdade em seu fatal entusiasmo, Fany, no recinto do seu quarto, dirigia ardentes preces ao Divino Autor da Natureza para que protegesse os dias de

⁵² FLORESTA, 2009, p. 96.

⁵³ FLORESTA, 2009, p. 97.

⁵⁴ Revolta armada com forte apelo popular ocorrida no Rio Grande do Sul entre os anos de 1835 e 1845. Dentre as principais motivações para o conflito, é possível citar o descontentamento com os governantes, altos impostos, inclusive sobre o charque, principal produto econômico da região naquele momento, e a dificuldade ou inexistência de transportes terrestres, dentre outros. Cf.: HARTMANN, Ivan. **Aspetos da Guerra dos Farrapos**. Novo Hamburgo: Feevale, 2002.

seu pai; de seu pai que imprudentemente comandava uma das forças rebeldes [...].⁵⁵

Novamente, a atitude de Fany é contraposta àquela da maioria, uma vez que não se junta aos revoltosos, mas permanece firme nas virtudes de seu sexo, pedindo auxílio e proteção divina. Já sua mãe se deixou levar pelas paixões do marido, especialmente, quando os rebeldes têm sua primeira vitória, incentivando-o daí em diante a permanecer na batalha.

Nesse momento, Nísia Floresta contrapõe os exemplos de mãe e filha, exaltando mais uma vez as virtudes de Fany:

A sensível Fany, pelo contrário, sem proferir uma palavra que ferisse o que seu pai, chamava de nobre patriotismo, com sua mãe apresentava, em sua mudez, um contraste singular com aquele entusiasmo, que tão pouco acordava com a doçura e timidez natural de seu excelente caráter. Ela implorava ao Criador pelos caros autores de seus dias e continuava com mais ardor nos seus exercícios diários, sem que aquela mudança política tão vantajosa para seu pai, tivesse em nada influído sobre seus hábitos ordinários.⁵⁶

Diferente de sua mãe e apesar de manter sua obediência ao pai e incapaz de questionar suas decisões, Fany permanece executando seu papel de boa filha, pedindo pela preservação da vida de seus pais, reconhecendo os males das suas atitudes. Enquanto outras mulheres abandonavam suas virtudes, suas obrigações familiares, Fany reforça ainda mais seu compromisso com as atividades domésticas, independentemente dos conflitos políticos que agitavam seu lar.

A repressão aos rebeldes levou a batalhas sangrentas, com prisões e morte dos revoltosos e daqueles que os apoiavam. Foi diante de uma batalha que a vida dos pais de Fany foi colocada em risco, situação em que agiu com “heroica coragem”, prestando socorro aos seus progenitores e a outros que necessitavam de seus cuidados:

Foi então que Fany desenvolveu grandemente todas as virtudes de seu sexo: animava com suas doces carícias a mãe abatida, cuidava dos irmãos, prestava socorro aos que caíam feridos aos seus pés, rompendo suas roupas para estancar o sangue que corria de suas feridas, e impondo um religioso respeito aos soldados, que a contemplavam tão bela, e tão jovem no meio deles!⁵⁷

Diante das dificuldades, Fany, como exemplo de filha, permanece ao lado de seus pais e dos necessitados. Logo em seguida, o seu pai morre e, órfã, Fany também encarou a pobreza com a devida resignação. Mesmo com a possibilidade de conseguir um bom casamento, a moça opta por cuidar de sua mãe e irmãos:

⁵⁵ FLORESTA, 2009, p. 98.

⁵⁶ FLORESTA, 2009, p. 98-99.

⁵⁷ FLORESTA, 2009, p. 100.

Em sua desgraça, desprovida daqueles meios que mais deslumbram os homens quando tratam de fazer uma união, ela teve partidos, mas querendo viver somente para a mãe e seus irmãos ao menos por alguns anos ainda, renunciou ao casamento e encarou resignada com sua mãe a pobreza, e o desdém de um povo, cuja causa seu pai não havia seguido. Sempre boa, sempre dócil aos conselhos dessa mãe que ela adorava, sempre modesta e atenciosa com toda sorte de pessoas, Fany em sua pobreza como no tempo de sua prosperidade, atraía a admiração dos que a conheciam.⁵⁸

Fany não se ressentia da perda da fortuna por si mesma, mas pela mãe e os irmãos. Altruísta, abdicava de sua mocidade e felicidade para cuidar da família. Não murmurava e se mostrava uma verdadeira cristã a esperar a Providência Divina. Assim foi durante oito anos, quando o Governo Imperial finalmente declarou anistia geral, devolvendo os bens de sua mãe, e a paz para Fany, que permaneceu auxiliando na educação dos irmãos, cuidando dos afazeres domésticos e merecedora da admiração de um povo.

Por fim, Nísia Floresta deixa clara sua intenção ao escrever essa história, recomendando: “Possam todas as Donzelas e principalmente para quem escrevi esses ligeiros traços da história de Fany, imitar suas virtudes, e exercitarem uma pena mais hábil do que a minha para descrevê-las”.⁵⁹

Dessa maneira, é evidente que o objetivo de Nísia Floresta era atingir e modificar consciências. Através do exemplo de Fany, a autora apresenta as virtudes e comportamentos que deveriam ser absorvidos por suas alunas e leitoras externas. Caridosa, altruísta, obediente, modesta são as principais características de uma boa filha.

É interessante observar que, ao apresentar a personagem, a autora parece tê-la conhecido:

Fany frequentava um Colégio da Capital, cuja Diretora, fazendo justiça a seu merecimento, lhe havia conferido depois de algum tempo o título de Monitora. Nesse lugar a jovem educanda, longe de inspirar às suas companheiras um sentimento desfavorável, atraiu em pouco tempo pela doçura, amabilidade de caráter, e terna perseverança em transmitir-lhes as lições que recebia da Diretora, a geral estima mesmo das colegiais que não estavam sob sua direção. Seus progressos foram rápidos, todos que a conheciam admiravam-na, todos estavam maravilhados de suas nascentes qualidades; somente ela as ignorava porque a mais perfeita modéstia coroava todas as outras virtudes.⁶⁰

Não é possível confirmar a existência de Fany para além da escrita de Nísia Floresta, mas é provável que sua criação tenha reflexos da realidade vivenciada pela educadora no

⁵⁸ FLORESTA, 2009, p. 101.

⁵⁹ FLORESTA, 2009, p. 102.

⁶⁰ FLORESTA, 2009, p. 96.

Colégio Augusto, ou dos anos que passou em Porto Alegre. A imagem da diretora muito lembra os relatos autobiográficos elaborados por Nísia Floresta em outros escritos.

A história de Fany se assemelha à trajetória da autora. Assim como a personagem, Nísia Floresta vivenciou os conflitos envolvendo sua família, as perseguições antilusitanas que resultavam nas fugas constantes para outros locais, a violência é comum às duas. Fany, assim como a autora, perde o pai ainda muito jovem e se dispõe a colaborar com a mãe nos cuidados domésticos. O interesse pelo conhecimento, a admiração pelos exemplos maternos e a saudade do pai são outros pontos concordantes entre a criadora e a criatura.

Fany e Livia são modelos femininos a serem seguidos. A fama da filha é lisonja para mãe, a prova de que era competente como matriarca e educadora. É com o pretexto de escrever para a filha que Nísia Floresta elabora manuais a serem seguidos, não somente por Livia e suas educandas, mas por todas aquelas que almejavam fazer parte da regeneração moral da sociedade. Ao conseguir desempenhar bem o papel de filhas, logo seriam boas esposas e boas mães, contribuindo para o progresso da humanidade.

DESENVOLVIMENTO URBANO E ENSINO: novas configurações para as infâncias (Paraná 1960-1970)

Jorge Luiz Zaluski¹

RESUMO

Este texto tem como objetivo refletir sobre as transformações urbanas provocadas a partir do projeto desenvolvimentista experienciado durante a ditadura militar. O Milagre Econômico, como ficou conhecido, expos novas exigências ao mercado e as formas de viver em sociedade. Com ênfase no estado do Paraná, as observações contidas neste trabalho visam levantar considerações sobre as transformações ocorridas no estado de modo a identificar parte das transformações e a movimentação social a partir de novos cenários provocados pelo viés modernizante. Objetiva-se ainda, identificar a configuração populacional da época. Com ênfase em Curitiba, capital do estado, a partir dos dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), serão observados os dados disponíveis com o intuito de perceber a transformação da composição urbana, em especial da infância. Acredita-se que é oportuno observar esses dados de modo a perceber como eles dialogam com outras transformações da época, em especial a educação escolar, da qual coaduna como política pública desenvolvida entre a conquista de direitos e o atendimento ao mercado de trabalho em expansão.

Palavras chave: Desenvolvimento; Ensino; Infâncias; Urbano.

URBAN DEVELOPMENT AND EDUCATION: new configurations for childhoods (Paraná 1960-1970)

ABSTRACT

This text aims to reflect on the urban transformations caused by the developmental project experienced during the military dictatorship. The Economic Miracle, as it became known, exposed new demands to the market and ways of living in society. With an emphasis on the state of Paraná, the observations contained in this work aim to raise considerations about the transformations that have taken place in the state in order to identify part of the transformations and social movement from new scenarios caused by the modernizing bias. It also aims to identify the population configuration of the time. With emphasis on Curitiba, capital of the state, based on data from the Brazilian Institute of Geography and Statistics (IBGE), the available data will be observed in order to understand the transformation of urban composition, especially childhood. It is believed that it is opportune to observe these data in order to perceive how they dialogue with other transformations of the time, especially school education, which is consistent with a public policy developed between the conquest of rights and the service to the expanding labor market.

Keywords: Development; Teaching; childhoods; Urban.

¹ Doutor em História do Tempo Presente pelo Programa de Pós-Graduação em História da UDESC, na linha de pesquisa Culturas Políticas e Sociabilidades. Vinculado ao Laboratório de Relações de Gênero e Família (LABGEF). Mestre em História PPGH-UNICENTRO. Atualmente é professor colaborador no departamento de história da Unicentro. <https://orcid.org/0000-0003-0795-263X> E-mail: jorgezaluski@hotmail.com -Unicentro

URBANISMO Y EDUCACIÓN: nuevas configuraciones para las infancias (Paraná 1960-1970)

RESUMEN

Este texto pretende reflexionar sobre las transformaciones urbanas provocadas por el proyecto desarrollista vivido durante la dictadura militar. El Milagro Económico, como se le conoció, expuso nuevas exigencias al mercado y formas de vivir en sociedad. Con énfasis en el estado de Paraná, las observaciones contenidas en este trabajo pretenden suscitar consideraciones sobre las transformaciones ocurridas en el estado para identificar parte de las transformaciones y movimientos sociales a partir de nuevos escenarios provocados por el sesgo modernizador. También pretende identificar la configuración poblacional de la época. Con énfasis en Curitiba, capital del estado, a partir de datos del Instituto Brasileño de Geografía y Estadística (IBGE), se observarán los datos disponibles para comprender la transformación de la composición urbana, especialmente la infancia. Se cree oportuno observar estos datos para percibir cómo dialogan con otras transformaciones de la época, en especial la educación escolar, lo cual es congruente con una política pública desarrollada entre la conquista de derechos y el servicio al mercado laboral en expansión.

Palabras clave: Desarrollo; Enseñando; infancias; Urbano.

Introdução

As transformações provocadas pelo investimento em infraestrutura e desenvolvimento econômico não devem serem observadas apenas pelo viés modernizador. Ao longo do século XX, tivemos distintas experiências incitadas a partir de projetos de desenvolvimento. Nesse cenário que atinge diretamente a vida das pessoas, as formas de viver em sociedade são atravessadas por um novo ritmo que constantemente são reconfiguradas. Nesse processo, a educação escolar, ao mesmo tempo que é moldada pelas novas exigências do mercado, passa a forjar novas concepções sobre a infância e juventude.

Partindo do pressuposto de que as transformações urbanas exigem novas sociabilidades para com a infância e de que a educação escolar caminha de forma conjunta com as experiências de cada contexto, bem como os direitos conquistados gradativamente pela população infantojuvenil (ZALUSKI, 2021), este texto tem como objetivo refletir sobre as transformações ocorridas no estado do Paraná durante as décadas de 1960-1970, com a intenção de perceber quais as particularidades do Estado durante o período conhecido como “Milagre Econômico”. Nesse percurso, a Lei de Diretrizes e Bases, nº. 5692, de 11 de agosto de 1971, instituiu a obrigatoriedade do ensino para a formação do trabalho, com ênfase no ensino profissional para atender o mercado de trabalho, os estados tiveram que desenvolver suas propostas curriculares

DESENVOLVIMENTO URBANO E ENSINO: novas configurações para as infâncias (Paraná 1960-1970)

para atender a referida legislação, bem como as particularidades de cada Estado. No Paraná, já vinham sendo desenvolvidas propostas de um ensino profissional desde o início da década de 1960, anterior a Lei nº. 5692/1971 (MARTINS, 2002).

Partindo do projeto desenvolvimentista do Estado, cabe neste texto observar a movimentação populacional e as transformações urbanas provocadas.. Acredito que esse olhar é fundamental para compreender como, ao longo do tempo, passam a serem forjadas novas formas de viver em sociedade. Diante de exposto, intenta-se ainda em analisar o índice populacional do Paraná a partir do recorde idade, gênero e local onde vive. Essas observações são oportunas para a reflexão histórica sobre o contexto, bem como perceber sobre as novas demandas sociais para a aquisição de políticas públicas que vão sendo constituídas no tempo.

174

Relações de trabalho e novas configurações urbanas

Para os historiadores João Manuel Cardoso de Mello e Fernando Novais, desde a década de 1950, uma parcela da sociedade brasileira partilhava de grande otimismo em relação à modernização. Nesse ensejo, a economia foi apontada como um dos principais impulsionadores para proporcionar a conciliação entre desenvolvimento, produção e consumo. Com a instauração da ditadura militar, como apontam os autores, “o ano de 1964 marca uma inflexão, com a mudança do modelo econômico, social e político de desenvolvimento, e esta transformação vai se consolidando a partir de 1967-68” (MELLO; NOVAES, 1997, p. 561). Para os autores, tínhamos sido capazes, no final da década de 1970, “de construir uma economia moderna, incorporando os padrões de produção e consumo próprios aos países desenvolvidos” (MELLO; NOVAES, 1997, p. 562). Tais modificações, todavia, acarretaram profundas transformações no âmbito das relações de trabalho, nos espaços urbanos e rurais, na intensificação dos fluxos migratórios, na ampliação do mercado de consumo etc.².

No caso brasileiro, o processo de modernização ocorreu tanto no mundo rural como no urbano. Na década de 1960, a chamada Revolução Verde contribuiu para a aceleração da produção por meio do uso de maquinários, insumos agrícolas e da integralização da produção

² Não se descarta aqui as observações de Lélia Gonzalez (2020), sobre a experimentação do “Milagre Econômico”. Para a autora o projeto desenvolvimentista esteve atrelado a uma configuração social e espacial excludente, onde determinadas regiões tiveram maior (ou total) investimento. Tal fator provocou para o deslocamento migratório forçado em busca de melhores condições de vida. Diante do recorte gênero, raça e classe, podemos observar como novos cenários urbanos foram sendo forjados de modo a construir ou fortalecer relações sociais excludentes, seja no modo de morar, acesso a saúde, escola, alimentação, condições salariais, dentre outros reflexões de uma política excludente (GONZALEZ, 2020).

à indústria. Com forte atuação do Estado brasileiro, principalmente com o fornecimento de crédito e assistência técnica, “o país se consolidou como grande produtor e exportador de produtos advindos do setor agropecuário, principalmente no setor de *commodities*” (ROSSONI; SILVA; MORAES; STEGE, 2018, p. 73).

O estado do Paraná ocupa posição de destaque na consolidação dos projetos econômicos desenvolvidos no âmbito do agronegócio, levados a cabo através de verbas públicas e privadas. Em fins do século XIX, a produção industrial paranaense esteve atrelada à mineração, à extração da erva-mate, à madeira e à cafeicultura. Esse cenário apresentou drásticas mudanças na segunda metade do século XX, marcado por políticas desenvolvimentistas que tiveram profundas relações com os fenômenos migratórios e a tentativa de promover a competição dos produtos da região no mercado nacional. A criação da Companhia de Desenvolvimento do Paraná (Codepar) em 1962, durante o governo de Ney Braga, marcou um novo “*Projeto de Desenvolvimento Industrial do Paraná*”, responsável por grandes transformações na infraestrutura, nas telecomunicações, nas políticas públicas e no setor industrial, o que também acarretou no aumento populacional do estado (GREGORY, 2002) (BRAVIN; GOES; BRAVIN, 2015).

De acordo com os dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), de pouco mais de 2,1 milhões de habitantes, em 1950, a população do Paraná saltou para quase 7 milhões, em 1970. Esse fluxo pode ser percebido também como parte das propostas desenvolvimentistas realizadas durante a década a 1960. Neste sentido, é notável que as propostas de desenvolvimento econômico estiveram aliadas ao agronegócio, e podem ser observadas já na década de 1950, a partir de projetos de construção de colônias para imigrantes de origem europeia, apoiados pelo governador Bento Munhoz da Rocha Neto.

Importante destacar que esta não foi a primeira vez que foi desenvolvido no estado do Paraná incentivo à vinda de imigrantes europeus e ao uso de maquinário agrícola. Em pesquisa realizada para atender à sua dissertação em história, William Ribeiro Pinto identificou que, na região sudoeste do estado, proprietários das terras compradas pelas empresas *Brazil Railway Company* e *Southern Brazil Lumber & Colonization Company*, responsáveis pela construção da linha ferroviária no sul do País, resolveu transformar parte das terras paranaenses em colônia, cedendo terras a colonos holandeses. Assim, em 1911, fundado em Carambeí, imigrantes de origem europeia foram os/as primeiros a utilizar o trator como maquinário agrícola no estado. O projeto não prosperou; contudo, em 1925, fundaram a Cooperativa Holandesa de Laticínios Batavo e, em 1940, a Cooperativa Agropecuária Batavo Ltda, que marca as primeiras experiências de cooperativas desenvolvidas no estado e gradativamente altera as relações de

DESENVOLVIMENTO URBANO E ENSINO: novas configurações para as infâncias (Paraná 1960-1970)

trabalho, produção e consumo (PINTO, 2017). A historiadora Monique Gärtner, ao investigar sobre a “europeização” da paisagem do distrito de Entre Rios, em Guarapuava, levanta considerações pertinentes para compreender parte da configuração populacional do estado do Paraná. Conforme a autora, em 1951, esse estado recebeu um grande número de imigrantes, vindos do Rio Grande do Sul, e, junto ao incentivo do governo estadual, imigrantes europeus, ambos de origem alemã, os “suábios do Danúbio”. Para a autora, os “suábios do Danúbio” constituem um grupo étnico formado a partir da imigração da Alemanha para as margens do rio Danúbio, território da ex-Iugoslávia, ainda no século XVIII. Com a eclosão da Segunda Guerra Mundial, principalmente com a derrota alemã, muitos imigraram, principalmente para o estado do Paraná, “que incorporou aos seus interesses políticos o projeto de colonização agrícola e étnica como elemento fundamental para o desenvolvimento socioeconômico do estado no início dos anos 1950” (GÄRTNER, 2014, p. 10).

Os historiadores Jó Klanovicz e Lucas Mores, visando compreender a produção de soja no Paraná no século XX, identificaram que os impressos assumiram uma função importante neste cenário. Para os autores, “mais do que a imprensa de grande porte, devotou atenção, especialmente a partir dos anos 1970, a uma espécie de missão pedagógica sobre a sojicultura, entendida como sinônimo de progresso” (KLANOVICZ e MORES, 2017, p. 243). Por compreenderem a produção de monocultura como projeto político, os autores destacam que a produção de soja esteve vinculada aos discursos desenvolvimentistas no estado do Paraná, e, por representarem importante impulso econômico e social, “a soja acabou sendo inserida como cultura substitutiva ao café no âmbito das transformações econômicas pelas quais o Paraná passaria a partir da década de 1950” (KLANOVICZ; MORES, 2017, p. 248). Esse crescimento também pôde ser percebido na substituição dos plantios de batata, onde a soja se inseriu como símbolo de futuro, modernização e progresso (KLANOVICZ; MORES, 2017).

Para o historiador Antônio de Pádua Bosi, a produção aviária também teve grande impacto na agroindústria paranaense. Ao investigar a região oeste, o autor destaca que a instalação do primeiro frigorífico, em 1964, marcou o início de ações que modificaram as configurações na vida no meio rural, provocaram o surgimento de novas cidades e afetaram sobretudo as relações de trabalho de pequenos agricultores/as, cuja produção se destinava a cooperativas e frigoríficos que passaram a impor determinados tipos de produção e os valores pagos, como igualmente o do preparado da carne em um espaço fabril³. Com o amparo de

³ Na época, a produção de suínos também passou por modificações. Junto com a produção de grãos e frango, era responsável por grande parte da renda do estado. Para os historiadores Miguel Mundstock Xavier de Carvalho, Bruno Griebler Provin e Renan Paganini Valentini, a industrialização da carne de porco contribuiu para o Paraná *Humana Res*, v.5, n.7, 2023, ISSN: 2675 - 3901 p. 172 – 186, jan. a ago. 2023. DOI 10.29327/2151838.5.7-10

insumos de melhoramento genético para acelerar o crescimento do animal e graças a uma mão de obra barata, a industrialização da carne ampliou a produção, assim como provocou o aumento do consumo de produtos de origem aviária e injetou novas formas de se alimentar (BOSI, 2016).

Conforme estudo realizado pela historiadora Márcia Tembil, a exploração de madeira foi outra atividade econômica que contribuiu para os processos migratórios e a reconfiguração da vida no campo e na cidade, principalmente para o crescimento urbano. O estado do Paraná destacava-se também como setor de processamento da madeira nos anos 1960, e de maneira intensa na década de 1970, principalmente nas cidades de Guarapuava e Ponta Grossa. Na década de 1980, esse setor passou por uma crise e levou várias empresas a encerrar suas atividades, o que provocou aumento de desemprego (TEMBIL, 2007).

Para atender à expansão econômica do estado do Paraná, também foi necessário investir na infraestrutura, principalmente na construção e/ou melhoria de rodovias para atender ao transporte de produtos para cooperativas, portos, indústrias e as cidades consumidoras. Na década de 1960, a inauguração da Rodovia do Café tinha por finalidade melhorar a integração entre a região noroeste, o estado do Mato Grosso do Sul, o acesso a Curitiba e ao porto de Paranaguá. Ainda na década de 1960, a BR-277 foi finalizada e se tornou uma das principais rodovias do estado, ligando a região leste a oeste, facilitando o acesso a outros estados, assim como à Argentina e ao Paraguai. O setor elétrico também foi ampliado com vistas a atender à demanda sobretudo da produção industrial da região e do Brasil. Foi concluída em 1967, por exemplo, a Hidrelétrica de Salto Grande do Iguaçu, e a Itaipu Binacional, construída entre 1974-1982 (MARCINIAK, 2018).

É importante destacar que esses processos de modernização do estado do Paraná, em seus diferentes aspectos, foram fortemente constituídos a partir de embates com comunidades indígenas, quilombolas e camponeses, que, além do conflito agrário, contribuíram para reconfigurar relações socioculturais. Para pequenos agricultores/as, em muitos casos, a dificuldade em competir com grandes latifundiários, ou até mesmo em manter a produção sem o uso de agrotóxicos, contribuiu para que muitas famílias deixassem a área rural por áreas urbanas na tentativa de conseguir melhores oportunidades, fator que contribuiu para a

assumir posição de destaque na produção e venda do produto. Fator que também contribuiu para modificar as relações de trabalho e produção no campo e na cidade. Para os autores, na década de 1970, o estado do Paraná ocupava a primeira posição na produção de carne suína do País, sendo responsável por 19,7% de toda a produção nacional que ocorria em 16 frigoríficos (situados na cidade de Ponta Grossa e na região oeste (CARVALHO; PROVIN; PAGANINI, 2016).

DESENVOLVIMENTO URBANO E ENSINO: novas configurações para as infâncias (Paraná 1960-1970)

concentração populacional em poucas cidades do estado (MARCINIAK, 2018) (KAMINSKI; FAJARDO, 2013).

Por mais que o agronegócio se tenha tornado uma fonte expressiva de renda do estado, informam Nilvam Jeronimo Ribeiro Bravin, Sandra Lúcia Videira Góes e Sullien Miranda Ribeiro Bravin que, segundo levantamento realizado na década de 1970, “as indústrias de maior importância econômica nesse período eram de minerais não metálicos, madeira, papel e papelão, química, têxtil e produtos alimentares” (BRAVIN; GÓES; BRAVIN, 2015, p. 55). Como destacam os autores, porém, o desenvolvimento de grandes empresas se concentrou em poucas cidades, que ofereciam infraestrutura e mercado consumidor. Nesse cenário, destacam-se a região metropolitana da capital e as cidades de Londrina, Maringá e Ponta Grossa.

O historiador Leandro Garcia Niehues mostra que, no ano de 1970, a microrregião do norte do Paraná, composta pelas cidades de Londrina e Maringá, era responsável por 24% de toda produção industrial do estado, ficando atrás apenas da microrregião de Curitiba, que somava 28% de toda a produção. Cenário esse que tomou outros rumos ao longo da década de 1970. Em 1979, as duas cidades tiveram uma redução na produção total, tendo, juntas, fornecido apenas 13,1% de toda a produção industrial. A microrregião de Curitiba, sozinha, passou a produzir 52,7% da produção estadual (NIEHUES, 2014). Pode-se afirmar que parte desse processo foi resultado de ações realizadas pelos governantes do estado e da prefeitura de Curitiba, que, além de resultar no crescimento industrial, contribuiu para o desenvolvimento da região metropolitana (RMC).⁴

Em 1973, em plano de desenvolvimento urbano e industrial, o governador do estado juntamente com o prefeito de Curitiba, na época, Jaime Lerner, em conjunto com a Companhia de Urbanização e Saneamento de Curitiba (Urbs), isentaram de impostos a instalação de empresas na tentativa de colocar o estado do Paraná no cenário nacional e descentralizar a produção industrial do eixo São Paulo-Rio de Janeiro. Para tanto, assinaram acordo para a construção da Cidade Industrial de Curitiba (CIC)⁵, do Centro Industrial de Araucária e da Refinaria Presidente Vargas, em Araucária, veio a se constituir na maior planta industrial no Sul do País. A CIC foi implementada em área distante do centro da cidade de Curitiba, de fácil acesso às rodovias para o litoral do estado (em especial para o porto de Paranaguá), para São

⁴ Atualmente, a Região Metropolitana de Curitiba é composta por 29 cidades. Na década de 1970, as cidades que apresentaram maior índice de desenvolvimento industrial e evolução no produto interno bruto (PIB) foram: Curitiba; Araucária; São José dos Pinhais; Campo Largo; Piraquara; Quatro Barras; Campina Grande do Sul e Mandirituba (IBGE, 2010).

⁵ Concebida pela Lei Municipal nº. 4.199, de 1972, artigo 10, implementada a partir de 1973 e institucionalizada pela Lei nº. 4.772 de 174 (LOEFFLER, 2009).

Paulo e os dois estados da Região Sul. Esse processo fez com que o Paraná alterasse a sua condição de fornecedor de matéria-prima para a de produtor industrial, principalmente pela criação da Refinaria Presidente Getúlio Vargas (também conhecida como Refinaria do Paraná), em Araucária, principal fornecedora de refino de petróleo para a produção de uma variedade de produtos que passaram a ser consumidos cada vez mais. E, com as taxas de impostos atrativas das grandes indústrias, as ações permitiram o desenvolvimento industrial em outras cidades próximas à capital, tais como Rio Branco do Sul e Almirante Tamandaré (LOEFFLER, 2009) (COSTA; SCHMIDT, 2019).

O referido processo na RMC contribuiu para alterar a configuração social e urbana de forma drástica da região. Na década de 1950, tendo por base os dados do IBGE, Curitiba, possuía um total de 180.575 habitantes. Esse número dobrou na década de 1960, e chegou a 624.362 mil habitantes em 1970, ultrapassando 1 milhão de habitantes na década 1980.⁶ Contudo, o desenvolvimento urbano/industrial não significou que a maior parte das pessoas pudesse ocupar uma vaga de emprego. Em finais da década de 1970, conforme o IBGE, 82.591 homens e 234.433 mulheres, a partir dos 10 anos de idade⁷, não possuíam renda. Problema que se tornava ainda mais agravado quando se tratava de diferenças salariais.

Conforme o Censo de 1980, em finais da década de 1970, em Curitiba, 9.830 pessoas recebiam $\frac{1}{4}$ do salário mínimo (2.888 homens e 6.942 mulheres); 19.728 pessoas recebiam entre $\frac{1}{4}$ e $\frac{1}{2}$ de salário mínimo (5.245 homens e 14.483 mulheres); 61.310 trabalhadores/as recebiam entre $\frac{1}{2}$ e um salário mínimo (22.357 homens e 38.953 mulheres); 91.889 pessoas recebiam de um a um salário e meio, sendo 47.904 homens e 43.985 mulheres. Tais informações correspondem a quase 20% da população trabalhadora da capital do estado. Somam-se, ainda, 60.725 trabalhadores/as, que recebiam de um salário e meio a dois salários mínimos (39.241 homens e 21.484 mulheres); 76.170 trabalhadores/as com renda de dois a três salários mínimo (54.370 homens e 21.800 mulheres). Em número concentrado, 67.950 trabalhadores/as recebiam de 3 a 5 salários, sendo 50.224 homens e 17.726 mulheres, e 50.589 pessoas tinham renda entre cinco e dez salários, sendo 39.979 homens e 10.610 mulheres. Em número ainda mais reduzido, 24.949 pessoas recebiam de dez a vinte salários (21.931 homens e 3.018 mulheres) e 11.590 pessoas com salário superior a 20 salários-mínimos, sendo 10.960 homens e 630 mulheres. Com elevada concentração de renda para pouca parcela da população, as

⁶ Desse total, 495.876 correspondiam à população masculina e 529.104, à feminina. A renda média per capita era de 7.577,28 CR\$, com média de CR\$ 12.436,83 CR\$ para a população masculina e de CR\$ 3.021,05 para a feminina (IBGE, 1980). Na época, com base nos valores atualizados do salário-mínimo, eram, a partir de novembro de 1979 (Decreto nº 8.4135) Cr\$ 2.932,80; a partir de maio 1980 (Decreto nº 8.4674), de Cr\$ 4.149,60.

⁷ Mantem-se a nomenclatura utilizada pelo IBGE com referência ao recorte etário a partir dos 10 anos de idade.

DESENVOLVIMENTO URBANO E ENSINO: novas configurações para as infâncias (Paraná 1960-1970)

diferenças são ainda maiores quando se trata da renda das mulheres, tendo os homens os maiores rendimentos.

Ensino escolar e novos cenários urbanos

As transformações urbanas provocaram forte influências no cenário educacional. As propostas educacionais desenvolvidas no estado do Paraná tiveram, entre seus objetivos, atender o desenvolvimento social e econômico. A existência de cursos profissionalizantes em escolas espalhadas pelo estado atenderia, de certa forma, a uma demanda econômica aliada à força de trabalho exigida pelo crescimento da agroindústria, principalmente a partir da década de 1960. Nesse sentido, o interesse dos governantes do estado em proporcionar o ensino técnico nessa década expressa uma estreita relação do ensino escolar com a da formação da classe trabalhadora rural.

Com a obrigatoriedade imposta pela Lei nº 5.692/1971, em qualificar para o trabalho, a diretriz curricular paranaense apresentou, de forma explícita, que o ensino escolar deveria proporcionar a formação integral aos/as estudantes para atender ao mercado de trabalho. Nessa proposta, a narrativa do documento informa sobre relações com a agroindústria, tanto no afastamento de técnicas antigas de produção animal e vegetal para atender a uma nova demanda social e de mercado, como para instruir os/as futuros trabalhadores/as para esses setores que necessitavam de mão de obra especializada. Relação essa diversa na RMC, em vista do impacto acelerado de um modelo industrial recém-chegado ao estado.⁸ Neste caso, as recomendações curriculares dialogam com as exigências do conhecimento de técnicas de trabalho e produção do setor fabril, de segurança do trabalho e de preparo corporal exigido pela movimentação repetida, da carga horária de trabalho e da alimentação necessária para que, os/as trabalhadores/as tivessem condições de resistir à rotina de trabalho.

⁸ É importante destacar que antes da instalação de grandes indústrias, que exigiam tecnologia de ponta, o estado do Paraná possuía outros setores industriais, que, devido ao processo de produção, considerado rudimentar, conseguiam empregar um número maior de trabalhadores/as. Conforme estudo de Walli Loeffler, na década de 1960 essas empresas receberam auxílio governamental por meio do Setor de Assistência à Pequena Empresa (Sape). Auxiliar pequenas empresas seria uma forma de contribuir para o desenvolvimento local, e, caso a empresa fosse à falência, o impacto econômico do estado seria menor, se comparado ao de empresas nacionais e multinacionais. Conforme o autor, ao comparar dados fornecidos pela Sape, entre 1965 e 1967, com grande concentração em Curitiba, 235 empresas receberam auxílio do estado, pertencendo elas aos setores de alimentação (75); bebidas (04); têxteis (3); calçados e vestuário (8); madeira (16); móveis (20); papel (2); imprensa (9); couro (4); borracha (7); química (13); minerais não metálicos (29); produtos metálicos (20); máquinas elétricas (1); equipamentos elétricos (7); material de transporte (15) e manufaturas diversas (2). Essas empresas foram responsáveis pela criação direta de 1.018 vagas de emprego, com maior concentração no setor de alimentos (178) (LOEFFLER, 2009).

As propostas educacionais, voltadas ao setor industrial, tinham como foco sobretudo a região metropolitana da capital do estado e as cidades de Londrina, Maringá e Ponta Grossa, onde havia maior concentração de indústrias. Conforme os dados do IBGE, no Brasil, a população que possuía entre cinco e nove anos aumentou de forma significativa (7.015.527, em 1950; 10.161.291, em 1960, e 13.301.427, em 1970). O mesmo ocorreu em relação às pessoas na faixa etária dos 10 aos 14 anos (6.308.567 em 1950, 8 573 877 em 1960 e 11.665.724 em 1970). Importante destacar que as legislações brasileiras que regulamentavam o ensino escolar passaram por modificações durante o século XX, ocasionando alterações no acesso à escola de grupos etários distintos. A partir da Lei nº .8.529, de 2 de janeiro de 1946, que tornou obrigatório matricular no ensino escolar as crianças de até 12 anos de idade, tivemos o aumento do número de estudantes, principalmente das meninas, o que fez com que as crianças tivessem acesso mais cedo ao ensino. Já com a Lei 5.692/1971, tivemos, ao menos na letra da lei, a expansão do número de pessoas atingidas pelo ensino escolar, pois a matrícula tornou-se obrigatória a partir dos 7 anos para ingresso, com previsão de conclusão do ensino fundamental aos 14 anos.

Para o historiador Ailton José Morelli, as transformações no cenário do cenário urbano, seja sua reconfiguração para algo considerado mais moderno, ou da modificação dos espaços rurais para paisagens urbanas, acarretou uma grande transformação nos modos de viver, na sociabilidade, na forma de trabalhar, estudar, dentre outras ações atravessadas por um novo ritmo. Para Morelli, com as infâncias não foi diferente. Uma nova concepção de infância passou a ser introjetada e ao mesmo tempo entrava em choque com as distintas realidades. Nem todos podiam usufruir das mesmas oportunidades, experimentar a infância era algo distinto para as populações mais pobres onde a vida rodeada por brincadeiras era encurtada para a inserção no mercado de trabalho (MORELLI, 2021).

Para Jorge Luiz Zaluski, por meio das legislações educacionais é possível perceber como, gradativamente, ao longo do século XX, por meio do ensino escolar foram sendo apresentadas novas concepções sobre a infância e a juventude. Dada as transformações de cada contexto, atrelado à questões políticas, sociais e econômicas, a concepção de infância e juventude na legislação educacional passou cada vez mais forjar uma ideia de que nessa fase da vida, enquanto estudantes, deveriam receber uma educação para compartilharem valores morais, principalmente para a preparação para o trabalho (ZALUSKI, 2021).

Nesse sentido, as transformações urbanas envolvidas com o projeto de modernização desenvolvido durante a ditadura militar, atravessadas pelo modelo de ensino, contribuíram para forjar uma nova ideia de infância. A partir da tabela 1 - “População infantojuvenil e “idade escolar” – Paraná – 1970 -, elaborada a partir da coleta de dados do censo demográfico do **Humana Res**, v.5, n.7, 2023, ISSN: 2675 - 3901 p. 172 – 186, jan. a ago. 2023. DOI 10.29327/2151838.5.7-10

DESENVOLVIMENTO URBANO E ENSINO: novas configurações para as infâncias (Paraná 1960-1970)

IBGE, é possível ter um panorama da população infantojuvenil do estado do Paraná, que, no início de 1970 estava em idade escolar.

Tabela 1 - População infantojuvenil e “idade escolar” – Paraná - 1970

População infantojuvenil e “idade escolar” – Paraná - 1970.							
Grupo de Idade	Total	Total por região		Meninas		Meninos	
		Urbano	Rural	Urbano	Rural	Urbano	Rural
05 a 09 anos	1.053.300	362.712	690.588	179.459	338.385	183.253	352.203
10 e 14 anos	896.619	315.044	581.575	159.253	278.729	155.791	302.846
Total	1.949.919	677.756	1.272.163	338.712	617.114	339.044	655.049

Org.: ZALUSKI, 2021. Fonte: IBGE, Censo demográfico.

182

Com base na tabela, o Paraná, no início de 1970, tinha quase 2 milhões de pessoas em idade escolar (1.949.919), e, por mais que no quadro tenha abrangido a população a partir dos cinco anos de idade, quando implementada a Lei 5.692/1971, já estariam nos bancos escolares. Em conjunto com o índice populacional, também pode ser identificada a configuração urbana e rural do estado, cujo índice demográfico nas áreas rurais, até aquele momento, era maior que na urbana.

Neste sentido, o ensino escolar teria êxito se contribuísse para auxiliar no desenvolvimento urbano, pretendido pela ação econômica de nível federal e estadual, que era a de preparar de forma intensa os/as estudantes para a profissionalização e adequá-los/as ao mercado de trabalho condizente com as suas supostas aptidões. Neste sentido, a população infantojuvenil que ingressasse no ensino a partir de 1972 teria sua trajetória escolar norteadada pelas recomendações da Lei 5.692/1971 e da Diretriz Curricular que circulava no estado. Ainda em relação aos dados fornecidos pelo IBGE, as tabelas 2 - População infantojuvenil de Curitiba – censo 1970” e a tabela 3 - População infantojuvenil de Curitiba – censo 1980 - permitem direcionar o olhar para a população infantojuvenil da capital do estado.

Tabela 2 - “População infantojuvenil de Curitiba – Censo 1970”

População infantojuvenil de Curitiba com base na distinção de idade, gênero e área onde vive						
1970						
Grupo de idade	Sexo e local do domicílio					
	Total		Masculino		Feminino	
	Urbana	Rural	Urbana	Rural	Urbana	Rural
7 anos	14727	749	7225	350	7502	399
8 anos	14560	720	7478	365	7082	355
9 anos	13993	662	7247	315	6746	347

10 anos	13818	582	6897	311	6921	271
11 anos	13180	579	6438	280	6742	299
12 anos	13210	616	6482	292	6728	324
13 anos	12450	446	6028	200	6422	246
14 anos	12385	510	5832	228	6553	282

Org: ZALUSKI, 2021. Fonte: IBGE, Censo demográfico.

Tabela 3: “População infantojuvenil de Curitiba – Censo 1980”

População infantojuvenil de Curitiba, com base na distinção de idade, gênero e local do domicílio						
1980						
Grupo de idade	Sexo e local do domicílio					
	Total		Masculino		Feminino	
	Urbana	Rural	Urbana	Rural	Urbana	Rural
7 anos	21074	-	10622	-	10452	-
8 anos	21164	-	10670	-	10494	-
9 anos	21170	-	10655	-	10515	-
10 anos	20601	-	10382	-	10219	-
11 anos	20750	-	10644	-	10106	-
12 anos	21018	-	10474	-	10544	-
13 anos	20930	-	10173	-	10757	-
14 anos	22527	-	10978	-	11549	-

Org: ZALUSKI, 2021. Fonte: IBGE, Censo demográfico.

Com base nas duas tabelas, a tabela 4 - População total de Curitiba em “Idade Escolar” - apresenta o número total da população infantojuvenil dos 7 aos 14 anos de idade, principal público a ser atendido pela Lei 5.692/1971, de acordo com a tabela 4.

Tabela 4: População total de Curitiba em “Idade Escolar”

Década	População total de Curitiba em “Idade Escolar”					
	Curitiba		Masculino		Feminino	
	Urbana	Rural	Urbana	Rural	Urbana	Rural
1970	108.3333	4.864	53.627	2.341	54.696	2.523
1980	169.234	-	84.598	-	84.636	-

Org: ZALUSKI, 2021. Fonte: IBGE, Censo demográfico.

Tendo em vista os dados acima é possível afirmar que a capital do estado teve um crescimento, na década de 1970, da população infantojuvenil em idade escolar. O grupo etário entre 10 e 14 anos, principal público do ensino fundamental II, correspondente às séries da 5ª à 8ª, teve crescimento maior que o índice geral da cidade. É importante destacar que o crescimento urbano provocado ao longo da década de 1970, em especial em Curitiba, provocou a modificação do cenário em que, pelos dados de 1980, Curitiba não foi mais apresentada como

DESENVOLVIMENTO URBANO E ENSINO: novas configurações para as infâncias (Paraná 1960-1970)

rural e urbana, constando apenas dados da população urbana. Contudo, esse índice não pode ser visto apenas como resultado da movimentação da estrutura física da cidade. Ao longo da década de 1970, houve importantes debates sobre os direitos da população infantojuvenil, principalmente em relação à saúde, que contribuíram para a redução da mortalidade infantil.

Em relação ao ensino, caso os/as matriculados/as concluíssem o ensino escolar, a cada ano Curitiba teria mais de 20 mil pessoas aptas para ingressar no mercado de trabalho, ou então com a pretensão de seguir os estudos em nível superior. Os dados também informam sobre uma nova reconfiguração social urbana, pois, em menos de 10 anos, a capital não mais apresentou população rural.

Tendo como atenção especial o atendimento ao mercado de trabalho e as transformações no cenário urbano, a Secretária de Educação do Estado do Paraná, por meio de equipe de trabalho, construíram um Plano de Ação, desenvolvido como projeto-piloto em Curitiba, em que o Colégio Estadual do Paraná (CEP) foi considerado como a instituição central para a implementação da proposta de ensino, devendo servir como guia para as demais instituições do estado em função de seu estrito atendimento aos objetivos da Lei 5.692/1971. Ponto esse que segue sendo analisado em futuros trabalhos.

Referências

BRAVIN, Nilvam Jeronimo Ribeiro; GÓES, Sandra Lúcia Videira; BRAVIN, Sullien Miranda Ribeiro. A Formação Industrial no Paraná: Do desenvolvimento e formação de aglomerados a distribuição desigual no espaço. **OBSERVATORIUM**: Revista Eletrônica de Geografia, v.7, n.18, p. 48-66, set. 2015. Disponível em: <http://www.observatorium.ig.ufu.br/pdfs/7edicao/n18/3.pdf> Acesso em 09 de setembro de 2022.

CARVALHO, Miguel Mundstock Xavier de; PROVIN, Bruno Griebler; VALENTINI, Renan Paganini. Uma leitura da modernização da suinocultura: história, agropecuária e bem-estar animal - Paraná, Brasil (1960 - 1980). **Revista Expedições**: Teoria da História e da historiografia. Morrinhos, v.7, n.2, 2016. p. 119-140.

COSTA, Pierre; SCHMIDT, Lisandro Pezzi. O refino de petróleo no Paraná: Uma análise geoeconômica. **Espaço e Economia**: Revista brasileira de geografia econômica. v. 8, n. 14, 2019. DOI: <https://doi.org/10.4000/espacoeconomia.6058> Disponível em: <http://journals.openedition.org/espacoeconomia/6058> Acesso em 25 de setembro de 2022.

GÄRTNER, Monique. **Alguns elementos para a construção de uma história ambiental do processo de “europeização” da paisagem do Distrito de Entre Rios, Guarapuava, Paraná**. Dissertação (Mestrado em História) - Irati: Unicentro, 2014.

GONZALEZ, Lélia. **Por um feminismo afro-latino-americano**. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

Humana Res, v.5, n.7, 2023, ISSN: 2675 - 3901 p. 172 – 186, jan. a ago. 2023. DOI 10.29327/2151838.5.7-10

GREGORY, Valdir. **Os eurobrasileiros e o espaço colonial**: migrações no Oeste do Paraná. Cascavel: EDUNIOESTE, 2002.

KAMINSKI, Marisa do Belem Pereira; FAJARDO, Sergio. A apropriação econômica do território pela Cooperativa Agrária Agroindustrial, em Entre Rios, no município de Guarapuava (PR). **Revista Campo-Território**, v. 8, n. 15, 17 mar. 2013. Disponível em: <http://www.seer.ufu.br/index.php/campoterritorio/article/view/18235> Acesso em 10 de setembro de 2022.

KLANOVICZ, József; MORES, Lucas. “A Sojização da Agricultura Moderna No Paraná, Brasil: Uma Questão De História Ambiental”. **Fronteiras: Journal of Social, Technological and Environmental Science** 6 (2), 240-63. DOI <http://dx.doi.org/10.21664/2238-8869.2017v6i2.p240-263> Acesso em 10 de setembro de 2022.

LOEFFLER, Walli. Aspectos da indústria paranaense: 1930 – 1970. 2009. Dissertação (Mestrado em História Econômica) - Universidade de São Paulo (USP), 2009.

MARCINIAK, Fernando. **Águas para o deserto**: O Processo de Adaptação Socioeconômica nos Reassentamentos da Usina Hidrelétrica de Salto Caxias - PR (1987-2017). Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Estadual do Centro-Oeste, Irati, 2018.

MARTINS, Cláudia Regina Kawka. O Ensino de História no Paraná, na década de setenta: as legislações e o pioneirismo do estado nas reformas educacionais. **Revista História & Ensino**. Londrina-PR, 2002, v. 8, p. 7 – 28.

MELLO, João Manuel Cardoso de; NOVAIS, Fernando. Capitalismo tardio e sociabilidade moderna. In: SCHWARCZ, Lilia Moritz (Org.). **História da Vida Privada no Brasil, 4**: contrastes da intimidade contemporânea. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, p. 559-658.

MORELLI, Ailton José. O papel do espaço nas memórias da infância. **Fronteiras: Revista Catarinense de História**, n. 38, p. 175-188, 29 dez. 2021. Disponível em: <https://periodicos.uffs.edu.br/index.php/FRCH/article/view/12579> Acesso de 10 de novembro de 2022.

NIEHUES, Leandro Garcia. A industrialização do Paraná: abordagens de um processo de desenvolvimento concentrado. **Geographia Opportuno Tempore**, Londrina, v. 1, número especial, p. 454-466, jul./dez. 2014. Disponível em: <https://www.uel.br/revistas/uel/index.php/Geographia/article/view/20307/15354> Acesso de 12 de setembro de 2022.

PINTO, Willian Ribeiro. **Cercados e tratores**: imagens e memória da ruralidade na região dos faxinais (1950-1970). Dissertação (Mestrado em História), Universidade Estadual do Centro-Oeste – Unicentro, Irati, 2017.

ROSSONI, Roger Alexandre; SILVA, Gerson Henrique da; MORAES, Marcelo Lopes de; STEGE, Alysson Luiz. A modernização da agricultura do Paraná. **Revista da ANPEGE**, [S.l.], v. 14, n. 25, p. 71-102, ago. 2019. Disponível em: <https://ojs.ufgd.edu.br/index.php/anpege/article/view/8809/pdf>

**DESENVOLVIMENTO URBANO E ENSINO: novas configurações para as infâncias
(Paraná 1960-1970)**

TEMBIL, Márcia. **Em busca da cidade moderna**: Guarapuava...Recompondo histórias, tecendo memórias. Guarapuava: Editora da UNICENTRO, 2007.

ZALUSKI, Jorge Luiz. Entre a infância e a vida adulta: as fases da vida nas legislações educacionais em contexto de ditadura militar. **Confluenze**. Rivista di Studi Iberoamericani, [S. l.], v. 13, n. 2, p. 53–78, 2021. DOI: 10.6092/issn.2036-0967/13411. Disponível em: <https://confluenze.unibo.it/article/view/13411>. Acesso em: 14 nov. 2022.

**PARA ALÉM DA PAIDEIA: nacionalismo, educação e juventude no Piauí varguista
(1930 – 1945)**

José de Arimatéa Freitas Aguiar Júnior ¹
Pedro Pio Fontineles Filho ²

RESUMO

O presente estudo tem como objetivo refletir sobre as inter-relações entre os discursos nacionalistas e a juventude nas escolas piauienses no período varguista (1930 – 1945), momento em que o governo getulista e as interventorias locais estiveram irmanados na busca pela modernização dos espaços de ensino e criaram um amplo repertório nacionalista que intentava normatizar comportamentos dos alunos e a fortalecer a força política do chefe nacional e dos interventores piauienses. A partir da variedade de fontes consultadas, percebe-se que o governo nacional e as gestões estaduais movimentaram ações que permitiram modernizar as escolas piauienses e a propagar discursos ufanistas, especialmente com a difusão de disciplinas como o Canto Orfeônico, Educação Física e na realização de festividades patrióticas nas escolas e no espaço público, tomando a juventude como principal *locus* de direcionamento de discursos e práticas de valorização do governo varguista.

Palavras-chave: História. Juventude. Modernização. Educação. Nacionalismo.

BEYOND PAIDEIA: nationalism, education and youth in varguista Piauí (1930 – 1945)

ABSTRACT

This study aims to reflect on the interrelationships between nationalist discourses and youth in schools in Piauí during the Varguista period (1930 - 1945), a moment in which the Getulista government and the local interventorships were united in the search for the modernization of spaces of teaching and created a wide nationalist repertoire that tried to standardize students' behavior and strengthen the political strength of the national leader and Piauí interventors. From the variety of sources consulted, it is clear that the national government and state administrations promoted actions that allowed modernizing schools in Piauí and propagating boastful speeches, especially with the dissemination of disciplines such as Orpheonic Singing, Physical Education and the realization of patriotic festivities in schools and in the public space, taking youth as the main locus for directing speeches and practices that value the Varguista government.

Keywords: History. Youth. Modernization. Education. Nationalism.

¹ Doutorando em História do Brasil pela Universidade Federal do Piauí – UFPI. Mestre em História do Brasil pela UFPI. Especialista em Estado, Movimentos Sociais e Cultura pela Universidade Estadual do Piauí – UESPI. Graduado em Licenciatura Plena em História pela UESPI. E-mail: arimateaaguiar@hotmail.com

² Doutor em História Social (UFC). Mestre em História do Brasil (UFPI). Especialista em História do Brasil (UFPI). Graduado em Licenciatura Plena em História (UESPI). Professor do Mestrado Profissional em História da UESPI. (ProfHistória/UESPI). Professor Colaborador do Programa de Pós-Graduação em História do Brasil (PPGHB/UFPI). Diretor de Departamento de Pós-Graduação, da Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação - PROP/ UESPI. Atualmente, é Professor Adjunto - Dedicção Exclusiva da Universidade Estadual do Piauí. Membro do Núcleo de Pesquisa em História e Educação – NUPEHED/UESPI. E-mail: pedropio@ccm.uespi.br
Humana Res, v.5, n.7, 2023, ISSN: 2675 - 3901 p. 187 – 201, jan. a ago. 2023. DOI 10.29327/2151838.5.7-11

**PARA ALÉM DA PAIDEIA: nacionalismo, educação e juventude no Piauí varguista
(1930 – 1945)**

**MÁS ALLÁ DE PAIDEIA: nacionalismo, educación y juventud en varguista Piauí (1930
– 1945)**

RESUMEN

Este estudio tiene como objetivo reflexionar sobre las interrelaciones entre los discursos nacionalistas y la juventud en las escuelas de Piauí durante el período Varguista (1930 - 1945), momento en que el gobierno getulista y las interventorias locales se unieron en la búsqueda de la modernización de los espacios de enseñanza. y creó un amplio repertorio nacionalista que trató de estandarizar el comportamiento estudiantil y fortalecer la fuerza política del líder nacional y los interventores de Piauí. De la variedad de fuentes consultadas, se puede ver que el gobierno nacional y las administraciones estaduais impulsaron acciones que permitieron la modernización de las escuelas de Piauí y la propagación de discursos orgullosos, especialmente con la difusión de disciplinas como el Canto Orfeónico, la Educación Física y la realización de festividades patrióticas en las escuelas y en el espacio público, tomando a la juventud como locus principal para encauzar discursos y prácticas que valoren al gobierno varguista.

Palabras clave: Historia. Juventud. Modernización. Educación. Nacionalismo.

Introdução

*Como as demais épocas da vida, quem sabe numa medida mais acentuada, também a juventude é uma social e cultural*³

O governo getulista passou a ser representado como o grande incentivador da educação nacional, impactando, em larga medida, a construção de um ideário de juventude, pois alcançava jovens estudantes, professores, trabalhadores e soldados. Nesse sentido, a *Paideia*⁴ parece uma noção que se aplica às diferentes estratégias utilizadas pelo governo varguista, no intuito de moldar sujeitos. Esse projeto modernizador patriótico, implementado por Getúlio Vargas, ganhava um amplo destaque nos discursos transcritos nos jornais escolares. O “Brasil Novo” não comportava mais aspectos que o associassem a fatores de atraso, dispersão nos estudos e juventude não escolarizada. Os governos estaduais são convocados para atuarem como colaboradores nesse projeto nacional de criar uma pátria grande e assentada no pedestal da instrução. E esse incentivo à educação formal deveria chegar em todo o território brasileiro e combater uma das principais assombrações do desenvolvimento do Brasil, o analfabetismo.

³ LEVI, Giovanni; SCHMITT, Jean Claude. Introdução. In: LEVI, Giovanni; SCHMITT, Jean Claude. *História dos Jovens*. São Paulo: Companhia da Letras, 1996, p. 07-08.

⁴ A *paideia* é um termo da cultura grega clássica, utilizado para remeter a todo e qualquer projeto educacional, visando à construção de uma sociedade conduzida por princípios de bons modos, de moralidade e de civilidade. Ver: SCHNAPP, Alain. A imagem dos jovens na cidade grega. In: LEVI, Giovanni; SCHMITT, Jean Claude. *História dos Jovens*. São Paulo: Companhia da Letras, 1996, p. 19-57.

A década de 1930 assinala um momento em que o governo nacional busca construir uma cultura política nacionalista em diversos espaços, as escolas foram ambientes utilizados para se propagar ideias que giravam em torno do patriotismo, da normatização de comportamentos dos brasileiros, em criar os “inimigos” do período, em construir a imagem do presidente Getúlio Vargas como um “grande líder” nacional, em que, segundo o discurso oficial, saberia apontar os destinos que o país deveria seguir no caminho do progresso e da ordem. De acordo com Serge Berstein, cultura política configura-se como um conjunto harmonioso que busca gerar um sentimento de identidade para as pessoas que dela participam, que busca nutrir uma representação comum, amparada em normatizações, visando atingir uma sociedade ideal, em que as práticas são compostas por “[...] um discurso codificado, em que o vocabulário utilizado, as palavras-chave, as fórmulas repetitivas são portadoras de significação, enquanto ritos e símbolos desempenham, ao nível do gesto e da representação visual, o mesmo papel significante”.⁵

A partir do ano de 1930, o Departamento de Educação do Piauí passou a receber investimentos que possibilitaram uma modernização do setor escolar, principalmente através da expansão dos grupos escolares pelas cidades piauienses e da difusão de uma cultura política nacionalista. Neste cenário, o estado passou a disseminar nas escolas e em outros espaços estratégias que visavam criar elementos de adesão ao projeto nacionalista do regime.

Para a realização do trabalho, utilizou-se os jornais *Diário Oficial*, *A Escola*, *A Liberdade*, *Mensagens Governamentais* e o Almanaque da Parnaíba, fontes que possibilitaram refletir sobre o amplo repertório nacionalista elaborado pelo Estado varguista e disseminado pela imprensa e pelas instituições escolares. Para analisar esse material de pesquisa, foi de fundamental importância os estudos de Levi e Schmitt, para pensar sobre as relações entre História e Juventude⁶. John Breuilly⁷ e Simon Schwartzman⁸ auxiliaram nas reflexões sobre o discurso nacionalista e sua disseminação em governos autoritários, como o Estado Novo. Para compreender a modernização escolar em território piauiense, foram essenciais as obras de

⁵ BERSTEIN, Serge. A cultura política. In: RIOUX, Jean-Pierre; SIRINELLI, Jean-François. *Para uma história cultural*. Lisboa: Estampa, 1998. p. 351.

⁶ LEVI, Giovanni; SCHMITT, Jean Claude. *História dos Jovens*. São Paulo: Companhia da Letras, 1996.

⁷ BREUILLY, John. Abordagens do nacionalismo. In: BALAKRISHNAN, Gopal (Org.). *Um mapa da questão nacional*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2000, p.155-184.

⁸ SCHWARTZMAN, Simon. *Estado Novo, um Auto-retrato* (Arquivo Gustavo Capanema). Brasília, CPDOC/FGV, Editora Universidade de Brasília, 1983. p. 355-359.

PARA ALÉM DA PAIDEIA: nacionalismo, educação e juventude no Piauí varguista (1930 – 1945)

Maria do Amparo Ferro⁹ e Antônio de Pádua Carvalho Lopes.¹⁰ Em relação a construção dos dispositivos do poder varguista, foram relevantes os estudos de Maurício Parada¹¹ e Salânia Maria Barbosa Melo¹² para refletir como o poder nacional e determinados grupos atuaram na propagação de múltiplos mecanismos disciplinadores para atingir os escolares e a população brasileira.

O governo getulista, as interventorias locais e as instituições escolares difundiram práticas nacionalistas para a infância e a juventude do período, visando criar um espaço de conformação dos valores apreçados pelo regime. Contudo, é oportuno mencionar que os escolares manifestaram diversos comportamentos diante das práticas nacionalistas e dos rituais criados pelo poder político, posturas que passavam pela adesão aos códigos do regime, mas, também, adotaram condutas que confrontaram a ordem varguista.

190

Nacionalismo e as normatizações do poder varguista

A presença de professores realizando conferências com teor nacionalista era algo comum nas solenidades do governo de Leônidas Melo. A Escola Normal Oficial era uma das instituições que designou diversos professores para comparecerem nos eventos do calendário político a fim de homenagearem o interventor federal e o presidente Getúlio Vargas. No oitavo aniversário de governo, realizado no ano de 1943, a professora Zenóbia Ribeiro discursou representando o estabelecimento de ensino, “[...] vibra em todos nós, Sr. Interventor, um contentamento extraordinário, porque reconhecemos a grandeza dos benefícios que tendes prestado ao Piauí”.¹³ Em seu pronunciamento, a professora representa o governo como fecundo e patriótico, e enfatiza que todos os corações piauienses estavam irmanados e prestando homenagens a Leônidas Melo. O evento, que aconteceu no Teatro 4 de Setembro, contou com a presença do interventor, dos comandantes da Força Policial e do 25º Batalhão de Caçadores,

⁹ FERRO, Maria do Amparo Borges. A escola primária do Piauí. In: ARAÚJO, José Carlos Souza; SOUZA, Rosa Fátima de; PINTO, Rubia-Mar Nunes (Orgs.). *Escola Primária na Primeira República (1889-1930): subsídios para uma história comparada*. Araraquara – SP: Junqueira&Marin, 2012. p. 194-209.

¹⁰ LOPES, Antônio de Pádua Carvalho. *Superando a pedagogia sertaneja: Grupos Escolar, Escola Normal e a modernização da escola primária pública piauiense (1908 - 1930)*. Tese (Doutorado em Educação). Fortaleza: UFC, 2001.

¹¹ PARADA, Maurício. *Educando corpos e criando a nação: cerimônias cívicas e práticas disciplinares no Estado Novo*. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio: Apicuri, 2009. p. 157-179.

¹² MELO, Salânia Maria Barbosa. *A Construção da memória cívica: espetáculos de civilidade no Piauí (1930 – 1945)*. Teresina: EDUFPI, 2010.

¹³ RIBEIRO, Zenóbia. Discurso pronunciado na sessão solene em comemoração ao 8º aniversário do governo Leônidas Melo, no dia 3 de maio. *A Escola*, Teresina, ano 6, n. 9, p. 1, 15 maio 1943.

dos professores do estabelecimento de ensino normal e dos estudantes. Os discursos dos aliados do governo colocavam Leônidas Melo como integrado a consciência nacional e que ele representava um “marco indelével” para a história do Piauí e do Brasil.

A retomada do jornal *A Escola* traz uma matéria em que enfatiza o quanto o mundo encontrava-se “agitado”, como se estivesse em uma “arena” e que as ideias digladiavam-se e poderiam causar “desequilíbrio” para o país, que buscava construir sua imagem em torno da coesão e da unidade nacional. Era comum, no pós-1930, o discurso nacionalista focar na necessidade de todo o país encontrar-se irmanado na busca de adesão ao que o regime apontava como prioritário na educação dos brasileiros:

Partindo dos centros adiantados marcham celeremente em todas as direções e tendem a chegar até o longínquo e inculto sertão, destruindo blocos dispare, conceitos falsos, para deixar lugar ao levantamento do grande edifício da nacionalidade. Em todos os setores de atividades o progresso tem sido enorme. Mas é principalmente a educação das massas – base angular da felicidade de uma raça – o que mais tem preocupado os espíritos generosos e esclarecidos. Procuram eles dar ao nosso povo uma instrução unitária, verdadeiramente nacional.¹⁴

Segundo o discurso acima, a constituição do “grande edifício da nacionalidade” só seria possível quando a educação chegasse em todos os rincões do Brasil. Não teria como construir a representação de um “Brasil Novo” permanecendo com taxas elevadas de analfabetismo, fator que gerava constante atrito com a ideia de progresso defendida pelo governo varguista. Sobre os professores do ensino primário recaíam grandes responsabilidades sobre o futuro da nação. O mestre era considerado como um espelho para os alunos e o estudante como o retrato do mestre. Nesse sentido, os professores eram constantemente solicitados para participarem do projeto político nacionalista difundido pelo país, em que era feito um forte apelo à instrução da infância e da juventude. Vale lembrar que, em boa medida, a juventude “se situa no interior das margens móveis entre a dependência infantil e a autonomia da idade adulta”¹⁵. É exatamente por causa desse aspecto movediço, que os discursos nacionalistas centraram suas ações no público em idade escolar, utilizando o ambiente educacional como meio de alcance e convencimento dos sujeitos. Os discursos e ações nacionalistas do governo varguista entendiam que a passividade das crianças é o espaço para que ideias e costumes sejam plantados; e que na juventude tais comportamentos ganham solidez.

¹⁴ NOVAMENTE no campo da luta. *A Escola*, Teresina, ano 6, n. 9, p. 1, 15 maio 1943.

¹⁵ LEVI, Giovanni; SCHMITT, Jean Claude. Introdução. In: LEVI, Giovanni; SCHMITT, Jean Claude. *História dos Jovens*. São Paulo: Companhia da Letras, 1996, p. 07-08.

PARA ALÉM DA PAIDEIA: nacionalismo, educação e juventude no Piauí varguista (1930 – 1945)

De acordo com os estudos de John Breuilly, o nacionalismo costuma ser compreendido nas dimensões da doutrina, da política e dos sentimentos nacionais. No tocante à ação política nacionalista, busca criar um forte aparato de doutrinas e sentimentos e a direcioná-los para as normatizações almejadas pelo Estado, disciplinando as ideias e as direcionando para objetivos práticos, bem como canalizando sentimentos difusos numa direção específica.¹⁶

O Brasil ainda possuía taxas altíssimas de analfabetismo e isso gerava atritos com a representação do progresso que se tentava implantar com a chegada de Getúlio Vargas ao poder, a partir de 1930. Por essa perspectiva, uma das primeiras medidas adotadas pelo presidente foi a criação do Ministério da Educação e Saúde Pública. Este órgão teria gerado um grande impulso aos trabalhos relativos a essas duas áreas. Empreenderam-se no novo Ministério todos os elementos de ação para a realização de uma obra de alcance nacional. Desse modo, “[...] o antigo caos e anterior dispersão dos serviços educacionais cedem lugar a um sistema nacional, coeso e funcional, que comunica a todas as instituições e aparelhos do nosso ensino uma mesma dinâmica e um só sentido”.¹⁷

Um colaborador do jornal *A Liberdade* ressalta “e essa necessidade de dar escolas aos milhões de ignaros que habitam as plagas brasileiras, chega até tomar o caracter de uma medida de grande emergência”.¹⁸ O analfabetismo passou a representar uma das sombras que maculava a imagem de desenvolvimento pretendida pelo presidente em construir o “Brasil Novo”. Getúlio Vargas e seus aliados de governo projetavam na educação das massas uma forma de levar a imagem ufanista de um país em constante progresso e que seria um dos elos que constituiria a identidade nacional.

Modernização escolar e os dispositivos patrióticos no Piauí

Na década de 1930, aconteceu uma expansão das escolas primárias pelo território piauiense. No ambiente urbano os prédios escolares mais comuns eram os grupos escolares e as escolas agrupadas. Na área rural existiam as escolas singulares e as escolas nucleares.¹⁹ No

¹⁶ BREUILLY, John. Abordagens do nacionalismo. In: BALAKRISHNAN, Gopal (Org.). *Um mapa da questão nacional*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2000, p.155-184.

¹⁷ SCHWARTZMAN, Simon. *Estado Novo, um Auto-retrato* (Arquivo Gustavo Capanema). Brasília, CPDOC/FGV, Editora Universidade de Brasília, 1983. p. 355-359.

¹⁸ RAMOS, Ribamar. Mentalidade Nova...Brasil Novo. *A Liberdade*, Florianópolis, ano IV, n. 114, p. 2, 10 jan. 1932.

¹⁹ PIAUÍ. Governo 1935-1945. *Mensagem apresentada a Assembléa Legislativa do Estado do Piauí, a 1º de junho de 1937, pelo Sr. Dr. Leônidas de Castro Mello, Governador do Estado*. Teresina: Imprensa Oficial, 1937. p. 31-44.

governo de Landrí Sales Gonçalves foram construídos e inaugurados grupos escolares em várias cidades do estado, como Teresina, Picos, Campo Maior, Piripiri e Miguel Alves, além de terem sido construídas escolas agrupadas nas cidades de Batalha, Valença do Piauí, entre outras cidades. Era dado destaque também para os grupos escolares e escolas agrupadas que estavam em construção e em vias de acabamento por parte do poder público. Nesse cenário, os grupos escolares em Barras, Piracuruca, Pedro II, dois em Parnaíba seriam inaugurados em momentos posteriores. O governo de Landrí também iniciou a construção das escolas agrupadas em Castelo do Piauí, Bom Jesus e São Raimundo Nonato.²⁰

Os grupos escolares representavam a modernização no ambiente educacional e um maior acesso à escola pública primária no Brasil. Eram organizados nos moldes da escola graduada, com a classificação dos alunos pelo nível de conhecimento, a divisão do trabalho docente, a constituição das classes, o funcionamento em edifício com várias salas de aula e da ordenação da jornada escolar. Vários estados brasileiros buscaram implantar essa escola primária moderna ao longo da Primeira República, tendo como marco inicial o estado de São Paulo em 1893, o Piauí implantou seu primeiro grupo escolar no ano de 1922. A criação dos grupos escolares representa o processo de institucionalização da escola pública no país.²¹

Os grupos escolares foram criados, legalmente, no Piauí, na reforma da instrução pública de 1910, sendo proposto como um elemento no processo de modernização do sistema escolar piauiense, em que deveria superar o modelo da casa-escola. Entretanto, sua concretização não foi imediata e a opção considerada mais viável para a realidade piauiense foram as chamadas escolas reunidas, que eram junções das escolas isoladas, em um mesmo espaço físico, implicando no aparecimento da figura do diretor e do porteiro. O grupo escolar, pela necessidade de instalações amplas e apropriadas, pelos recursos materiais que deveria possuir, o tornava uma opção onerosa para a realidade piauiense. Em virtude disso, a instalação do primeiro grupo escolar piauiense aconteceu somente em 1922. Neste ano, foi inaugurado o Grupo Escolar Miranda Osório, na cidade de Parnaíba.²² Entre 1922 e 1930, ocorreu a

²⁰ DURANTE a gestão Landri Sales, foram construídos e inaugurados os seguintes estabelecimentos escolares. *Almanaque da Parnaíba*, Parnaíba, ano XIII, p. 301, 1936.

²¹ ARAÚJO, José Carlos Souza; SOUZA, Rosa Fátima de; PINTO, Rubia-Mar Nunes. A institucionalização da escola primária no Brasil. ARAÚJO, José Carlos Souza; SOUZA, Rosa Fátima de; PINTO, Rubia-Mar Nunes (Orgs.). *Escola Primária na Primeira República (1889-1930): subsídios para uma história comparada*. Araraquara – SP: Junqueira&Marin, 2012. p. 9-22; FERRO, Maria do Amparo Borges. A escola primária do Piauí. In: ARAÚJO, José Carlos Souza; SOUZA, Rosa Fátima de; PINTO, Rubia-Mar Nunes (Orgs.). *Escola Primária na Primeira República (1889-1930): subsídios para uma história comparada*. Araraquara – SP: Junqueira&Marin, 2012. p. 194-209.

²² LOPES, Antônio de Pádua Carvalho. Das Escolas Reunidas ao Grupo Escolar: a escola como repartição pública de verdade. In: VIDAL, Diana Gonçalves (Org.). *Grupos Escolares: cultura escolar primária e escolarização da infância no Brasil (1893 – 1971)*. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2006, p. 68-90.

**PARA ALÉM DA PAIDEIA: nacionalismo, educação e juventude no Piauí varguista
(1930 – 1945)**

implantação de 17 grupos escolares pelo Piauí. Teresina teve seu primeiro grupo escolar no ano 1926, constituído pela junção das escolas isoladas Frei Serafim e Casusa Avelino, que passou a ser chamado Grupo Escolar Demóstenes Avelino. Os grupos escolares eram a representação mais significativa de modernização escolar no período.²³ Entretanto, é oportuno lembrar que muitas cidades piauienses não possuíam esses prédios modernos e encontravam uma realidade bastante diferente da vivenciada nos principais centros urbanos piauienses.

A música exerceu um papel de destaque na cultura escolar e no esforço de mobilização da população brasileira no período varguista. Essa área contou com a presença ativa do maestro Heitor Villa-Lobos, que exercia o cargo de diretor de educação musical e artística na cidade do Rio de Janeiro e representava o governo brasileiro em viagens pelo Brasil e no exterior. Seu trabalho concentrava-se no desenvolvimento da educação musical através do canto coral popular ou canto orfeônico. Em suas conferências destacava-se que nenhuma arte exercia mais influência sobre as massas que o ensino de música, que, segundo ele, tocava até os espíritos menos desenvolvidos. Percorreu diversas cidades no Brasil, realizando palestras e realizando demonstrações de cantos de hinos patrióticos, com a presença de corais e orquestras. Em suas preleções e folhetos, ressaltava que a prática de canto orfeônico ensinada as crianças, nas escolas, seriam propagadas aos lares e dariam gerações renovadas pela disciplina social e baseada no devotamento da pátria. Em relatório produzido, Gustavo Capanema destacava que o canto orfeônico e a educação física integravam as práticas educativas que visavam a formação física, cívica e moral das crianças e dos jovens do período.²⁴

Nos aniversários do governo estadual, era comum acontecer conferências do interventor e de sua equipe, para divulgar o balanço nos setores da administração pública e projetarem o Piauí no caminho do engrandecimento nacional. Leônidas Melo costumava ressaltar os investimentos que havia feito na área da instrução. Dentro dessa área, destacavam-se o aumento no número de matrículas de crianças nas escolas, a conclusão do prédio do Liceu Piauiense, construção de grupos escolares pelo Piauí, a criação do cinema educativo em Teresina, que o governante manifestava interesse em expandir para outros municípios que tivessem iluminação elétrica. No dia 1º de abril de 1939, foi criada a Inspeção de Educação Física. Também foi contratado um técnico, que veio do Rio de Janeiro, para ficar responsável pelo ensino de música

²³ LOPES, Antônio de Pádua Carvalho. *Superando a pedagogia sertaneja: Grupos Escolar, Escola Normal e a modernização da escola primária pública piauiense (1908 - 1930)*. Tese (Doutorado em Educação). Fortaleza: UFC, 2001.

²⁴ SCHWARTZMAN, Simon; BOMENY, Helena Maria Bousquet; COSTA, Vanda Maria Ribeiro (Orgs.). *Tempos de Capanema*. Rio de Janeiro: Paz e Terra; São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1984. p. 90-93.

e de canto orfeônico na Escola Normal de Teresina.²⁵ Esse cenário de desenvolvimento na área da instrução e em torno do progresso eram assuntos abordados nas entrevistas que o interventor concedia pelo país.²⁶

No ano de 1942, o interventor Leônidas Melo, por intermédio do Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos e das delegacias regionais de ensino, abriu inscrições para a escolha de candidatos ao cargo de professor de Música e Canto Orfeônico para ministrar as matérias na Escola Normal de Teresina. A remuneração anunciada era de 1:500\$000 mensais, com ajuda de custo igual a essa importância para a compra das passagens da viagem. O anúncio dizia que o candidato poderia estar exercendo o magistério oficial ou não; no primeiro caso, seria requisitado pelo governo do estado e nomeado em comissão, sem ônus para o tesouro; no último, seria contratado. O pedido de cada candidato deveria ser instruído com documentos comprobatórios de competência profissional, saúde física e entregue em quaisquer das delegacias regionais de ensino.²⁷

Em virtude da comemoração do 89º aniversário do Liceu Piauiense, o diretor do estabelecimento, professor Agripino Oliveira, organizou uma programação de festas, que contava com exercícios e provas esportivas que foram executadas pelos liceístas e outros escolares, em frente ao prédio da Escola Normal.²⁸ A diretoria do estabelecimento escolar elaborou convites e enviou para os diversos departamentos do estado, para tomarem conhecimento da realização das festividades e participarem dos momentos de exaltação patriótica. Os convites chegavam a se estender a outras cidades do estado, como Parnaíba, que enviava caravana de estudantes secundaristas para participar do aniversário de fundação do Liceu Piauiense. No ano de 1934, os caravaneiros pertenciam ao Ginásio Parnaibano e acompanharam as várias provas esportivas realizadas pelos alunos do Liceu e da Escola Normal, além dos discursos realizados por vários oradores da solenidade. O dia festivo encerrou-se com um baile, em que foram convidados vários segmentos da sociedade teresinense, que aconteceu no Clube dos Diários.²⁹

²⁵ MELO, Leônidas. Discurso em que agradeceu o grande banquete que foi oferecido no Teatro 4 de Setembro. *Diário Oficial*, Teresina, ano IX, n. 101, p. 2-3, 6 maio 1939.

²⁶ FIEL a seu povo e a sua profissão! *Diário Oficial*, Teresina, ano IX, p. 5-6, 21 jun. 1939.

²⁷ PROFESSOR de Música e Canto Orfeônico para a Escola Normal da capital do Piauí. *Diário Oficial*, Teresina, ano XII, n. 121, p. 16, 3 jun. 1942.

²⁸ A FESTA Comemorativa do aniversário do Lyceu Piauhyense. *Diário Oficial*, Teresina, ano IV, n. 224, p. 8, 2 out. 1934.

²⁹ CARAVANA de estudantes parnahybanos. *Diário Oficial*, Teresina, ano IV, n. 226, p. 8, 4 out. 1934.

**PARA ALÉM DA PAIDEIA: nacionalismo, educação e juventude no Piauí varguista
(1930 – 1945)**

No expediente do mês de outubro de 1935, do Liceu Piauiense, foi observado que havia comportamentos, como desobediência e agitação nas aulas de Música e de Educação Física, por parte de alguns estudantes do estabelecimento de ensino secundário, que geravam punições:

Portaria nº 37 - O Director do Lyceu Piauhyense determina aos inspetores de alumnos, que, de acordo com o art. 57 do Regimento Interno, não permitam a entrada de alumnos no Estabelecimento, sem estarem devidamente uniformizados, e bem assim, que seja obrigatória a frequência das aulas de música e Educação Physica. Cumpra-se. a) João Pinheiro – Director³⁰

Portaria nº 47 - O Director do Lyceu Piauhyense usando das atribuições que lhes são conferidas por lei, e tendo em vista a parte escripta que lhe foi apresentada pelo inspetor da 1ª série – Francisco Moraes Brito, resolve suspender por dez dias, os alumnos – Aniceto Sousa, Antonio Luiz Fernandes Torres, Alprim da Silva Ary, Antonio José da Costa, Afonso Ferro Gomes, Antonio Farias Filho, Afrânio Clementino Martins, Benedicto Torres, Benedicto Ribeiro de Brito e José Gonçalves Costa, por estarem promovendo algararra em plena aula de música. Cumpra-se. a) João Pinheiro – Director³¹

Entende-se que o Diretor João Pinheiro estava levando os alunos a cumprir o Regimento Interno da instituição, mas também devemos considerar que era durante as aulas de Música e de Educação Física que os estudantes entravam em contato com os diversos hinos e cânticos patrióticos usados em comemorações públicas e nas demais festividades realizadas na escola. A Educação Física era outra disciplina que favorecia o acompanhamento e o doutrinamento da educação no período, sobretudo quando teriam que ensaiar as marchas, coreografias e números diversos apresentados nas festividades escolares.

De acordo com Maurício Parada, a década de 1930 representou um momento em que foram formuladas diversas concepções sobre o corpo. O Ministério da Educação e Saúde Pública preocupou-se em coordenar ações que incentivassem a prática da educação física por todo o país. No início do século XX, já existiam incentivos relacionados aos esportes e a prática de educação física, no entanto, estavam mais voltadas ao lazer ou a disputas esportivas. Paralelo a isso, grupos de militares, de médicos higienistas e de pedagogos já preocupavam-se em associar a educação física e os esportes ao desenvolvimento da raça e da consciência cívica. Em 1937, foi criado a Divisão de Educação Física - DEF, subordinada ao Departamento Nacional de Educação, que tinha como um de seus objetivos a organização de um programa de propaganda e difusão da educação física, visando a prática dos exercícios físicos e a preparação de profissionais especializados. A Divisão passou a agir como órgão doutrinário, definindo as diretrizes para a área, preparando profissionais e atuando com fiscalizadora perante as escolas

³⁰ LYCEU Piauhyense- Expediente do mês de outubro. *Diário Oficial*, Teresina, ano V, n. 229, p. 5, 16 out. 1935.

³¹ LYCEU Piauhyense- Expediente do mês de outubro. *Diário Oficial*, Teresina, ano V, n. 240, p. 4, 29 out. 1935.
Humana Res, v.5, n.7, 2023, ISSN: 2675 - 3901 p. 187 – 201, jan. a ago. 2023. DOI 10.29327/2151838.5.7-11

e ao professorado da época. Entre as ações de divulgação da Educação Física executadas pela DEF, estão a publicação do Boletim de Educação Física, que reunia as produções de técnicos do ministério, conferências, relatórios, e a criação, em 1944, da Revista Brasileira de Educação Física.³²

Uma das preocupações de Getúlio Vargas, ao instaurar o Estado Novo, foi criar mais momentos que despertassem o patriotismo nas crianças e nos jovens brasileiros. O projeto inicial de criação de uma Organização Nacional da Juventude, com patrocínio governamental, foi gerado em 1938, no Ministério da Justiça, na gestão de Francisco Campos. Inspirava-se claramente em modelos europeus e tinha por objetivo formar uma organização paramilitar de mobilização.³³ O projeto de Francisco Campos não vingou e outros projetos surgiram posteriormente, sobretudo sob o comando de Gustavo Capanema e Eurico Dutra, que esvaziava o conteúdo militarista da proposta anterior. Nesse sentido, a ONJ cedeu lugar à “Juventude Brasileira”, com a participação direta do Ministério da Educação e Saúde Pública. O decreto-lei que institui a Juventude Brasileira é de número 2.072, de 8 de março de 1940, e qualifica como uma corporação formada pela juventude escolar de todo o país, com a finalidade de prestar culto à Pátria. Esse decreto dispõe ainda sobre a obrigatoriedade da educação física, moral e cívica da infância e da juventude. É importante frisar que esse tipo de educação era destinada à juventude masculina e feminina do período.

Dentro do projeto político do Estado Novo, as festas cívicas foram instrumentos de difusão e propagação do ideário nacionalista, que foi levado para as escolas, quartéis e pelo espaço público, como praças, ruas e avenidas. De acordo com Salânia Maria Barbosa Melo, o governo varguista e o estado piauiense estabeleceram diversas orientações para as escolas piauienses na busca da construção da memória cívica nas décadas de 1930 e 1940. Nesses eventos do calendário cívico escolar, organizavam homenagens de exaltação do regime político, do chefe nacional, em que eram celebrados sentimentos de cooperação, união e de

³² PARADA, Maurício. *Educando corpos e criando a nação: cerimônias cívicas e práticas disciplinares no Estado Novo*. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio: Apicuri, 2009. p. 157-179.

³³ O projeto de Francisco Campos, ONJ, previa uma educação para a mocidade brasileira equivalente aos prestados pelo serviço militar. O projeto não teve boa acolhida, sobretudo pelo Ministro da Guerra e pelo Ministro da Educação, uma das justificativas dadas pelos ministros era que a proposta não se adequaria ao meio brasileiro, tendo em vista, as altas taxas de analfabetismo entre jovens de 7 a 17 anos. Os países que se destacavam, no período, na organização da mocidade eram Alemanha, Itália e Portugal. Maiores informações sobre este projeto, ver: SCHWARTZMAN, Simon; BOMENY, Helena Maria Bousquet; COSTA, Vanda Maria Ribeiro (Orgs). *Tempos de Capanema*. Rio de Janeiro: Paz e Terra; São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1984. p. 123-132; HORTA, José Silvério Baia. *O hino, o sermão e a ordem do dia: regime autoritário e a educação no Brasil (1930-1945)*. 2 ed. Campinas-SP: Autores Associados, 2012.

**PARA ALÉM DA PAIDEIA: nacionalismo, educação e juventude no Piauí varguista
(1930 – 1945)**

fortalecimento do nacionalismo. Esses eventos cívicos tinham a intensão de inculcar nos escolares noções patriotismo, de civilidade e de obediência às normas do período.³⁴

Segundo Antônio de Pádua Carvalho Lopes, as festas escolares eram momentos em que as escolas ocupavam outros espaços da cidade e que também abriam-se para receber os cidadãos para as programações festivas. Os eventos cívicos eram de diferentes tipos e motivações, em que destacavam-se as ações pedagógicas no contexto escolar. Em território piauiense, foi com o advento das escolas reunidas e dos grupos escolares que as festas escolares se expandiram e se consolidaram pelo estado. Nas festividades cívicas ocorriam preleções, movimentação de alunos pelas cidades, exposição de programações patrióticas e mobilização dos escolares em torno dos assuntos nacionais.³⁵

O aniversário de Getúlio Vargas, 19 de abril, passou a ser celebrado em todo território brasileiro. Vargas recebeu diversas homenagens por todo o país em decorrência do seu natalício, as festividades envolviam preleções sobre a trajetória de vida do presidente, recitação de poesias realizada pelos escolares e realização de atividades patrióticas. O presidente era representado como o depositário do sentimento da nacionalidade:

Toda a nação brasileira festeja hoje o aniversário natalício de seu supremo magistrado, cujo patriotismo e cuja força moral, ao serviço do Brasil, tanto tem impressionado a alma sensível das multidões. Vencendo os inimigos da pátria, fazendo despertar em cada brasileiro o claro sentimento nacionalista, rasgando estradas, fomentando a lavoura, estimulando a pecuária, batendo quilhar, reerguendo as forças armadas, valorizando, enfim, o homem e a terra, o presidente Getúlio Vargas concretiza no momento histórico que vivemos a expressão mais elevada do sentimento nacional. Em sua própria e envolvente personalidade, nas dobras de sua calma confiante, no sorriso bondoso, com que acolhe, em plena via pública, solicitantes imprevistos e quiza perigosos, mais do que talvez em sua formidável ação realizadora de estadista, reside o segredo misterioso da majestosa popularidade de que desfruta o presidente. Disciplinando a nação, ensinando-lhe a trabalhar sem egoísmo ou regionalismo dentro do salutar princípio de que não há estados pequenos, nem estados grandes, porque grande é apenas o Brasil, o presidente Vargas, em verdade, tornou-se o sustentáculo das instituições, o gerador da ordem e o instrumento predestinado do desenvolvimento assombroso do país, nestes últimos anos.³⁶

³⁴ MELO, Salânia Maria Barbosa. *A Construção da memória cívica: espetáculos de civilidade no Piauí (1930 – 1945)*. Teresina: EDUFPI, 2010.

³⁵ LOPES, Antônio de Pádua Carvalho. Escola e cidade: as festividades escolares no Piauí. In: IBIAPINA, Ivana Maria Lopes de Melo; CARVALHO, Maria Vilani Cosme de (Orgs.). *A pesquisa como mediação de práticas socioeducativas*. Teresina: EDUFPI, 2007, v. 2. p. 11- 20.

³⁶ PRESIDENTE Getúlio Vargas. *Diário Oficial*, Teresina, ano IX, n. 89, p. 1, 19 abr. 1939.

Através dos telegramas e dos jornais, chegavam notícias de como os estados brasileiros estavam celebrando o Dia do Presidente. Os jornais noticiavam a passagem da data, em longo noticiário, dedicando várias páginas dos periódicos, que abordavam as obras realizadas pelo chefe nacional. Ressaltava-se que Vargas havia enfrentado a “onda de extremismos”, que eram as ideias associadas ao comunismo, tanto em 1935, como no momento de instauração do golpe do Estado Novo. Além disso, muitos jornalistas renomados escreviam longos estudos sobre a personalidade do chefe da nação.

Um órgão literário que colaborava com as homenagens ao Dia do Presidente, era o Grêmio Literário “Getúlio Vargas”, localizado na Escola Normal Oficial.³⁷ Em 1942, o aniversário do presidente foi muito celebrado na capital do estado, representado como o “patriota máximo”, a passagem do 19 de abril ganhava grandes proporções no cenário urbano de Teresina.

O programa de festas, previamente organizado pelas autoridades do estado, contavam com o amplo envolvimento de escolares, militares e das classes trabalhista. Logo no início do dia, teve o toque da alvorada pela banda de música da Força Policial; concentração dos alunos das escolas de ensino primário e secundário na praça Pedro II, momento em que os alunos empunhavam bandeirolas com os retratos do presidente Vargas e do interventor Leônidas Melo, ouvindo-se na ocasião o discurso do prefeito de Teresina, Lindolfo Monteiro, sobre a personalidade do homenageado; em seguida, aconteceu uma missa na igreja de São Benedito, assistida pelo interventor, autoridades e pelo povo. Na parte da tarde, houve preleções em todas as escolas primárias do estado, com a intensão de divulgar a imagem, a vida e as obras realizadas por Vargas, também aconteceu distribuição de livros didáticos as crianças pobres de Teresina. E, para encerrar, houve sessão cívica, presidida pelo interventor, no Teatro 4 de Setembro, que discursou congratulando-se pela passagem da data e o envolvimento dos piauienses nas celebrações do poder varguista. Em seguida, diversos representantes das classes trabalhistas proferiram discursos enaltecendo o presidente. Como acontecia em anos anteriores, a data costumava ser um momento para haver inaugurações pelo estado. Em 1942, ocorreu a inauguração do Grupo Escolar Cassiana Rocha, na cidade de Piripiri, e a fundação de 20 escolas nucleares pelas cidades no interior do Piauí.³⁸

Percebe-se que o Dia do Presidente foi uma comemoração cívica criada para celebrar a figura de Getúlio Vargas como condutor do país, bem como para propagar o ideário nacionalista

³⁷ GRÊMIO Literário Getúlio Vargas. *Diário Oficial*, Teresina, ano XII, n. 77, p. 12, 8 abr. 1942.

³⁸ O ANIVERSÁRIO do presidente Getúlio Vargas: as festividades com que o Piauí homenageou o patriota máximo. *Diário Oficial*, Teresina, ano XII, n. 87, p. 1-5, 20 abr. 1942.

PARA ALÉM DA PAIDEIA: nacionalismo, educação e juventude no Piauí varguista (1930 – 1945)

em diversos ambientes, como nas instituições escolares e espaço urbano. Nas diversas cidades do Piauí, os professores, os trabalhadores, os alunos, entre outros grupos, foram solicitados a se organizarem e a prestarem suas homenagens ao presidente, que permanecia no poder a partir de um golpe de Estado, instaurado em 1937. Neste sentido, infere-se que o Estado varguista buscava aproximar-se constantemente da sociedade, com isso ele criava datas patrióticas a fim de difundir suas concepções para os brasileiros. O Dia do Presidente foi uma das festividades que entravam nesse processo de propagação e busca pelo fortalecimento do regime, frente à sociedade, em especial aos jovens, pois “na juventude concentra-se ainda um conjunto de imagens fortes, de modos de pensar, de representações de si própria e também da sociedade como um todo”³⁹. Representava-se, assim, um governo e seu representante político como indicativo daquela juventude pungente. Por esse diapasão, considera-se que “a juventude é, portanto, também uma representação simbólica fabricada pelos grupos sociais em seus diferentes tempo e espaço”⁴⁰. Como construção simbólica a juventude também é alvo da construção de memórias e de identidades, como é o caso dos nacionalismos e civismos.

Considerações Finais

A década de 1930 é um momento marcado pela chegada de Getúlio Vargas a presidência do Brasil. Nesse período, o chefe do executivo nacional e grupos aliados buscavam construir a imagem de um “Brasil “Novo”, em que pautava-se na modernização das cidades brasileiras e, conseqüentemente, em investimentos em áreas como a educação. O governo varguista, especialmente a partir do golpe do Estado Novo, produziu elementos que visavam fortalecer a figura de Getúlio Vargas e criou diversas formas de controle para normatizar os comportamentos dos brasileiros. Os dispositivos do poder varguista buscavam instituir um ambiente favorável para as ações do presidente e auxiliavam na disseminação de uma cultura política nacionalista em diversos espaços do país. O presidente era representado como um grande líder e que sabia interpretar as aspirações coletivas.

O projeto modernizador chegou ao território piauiense. O chefe nacional e as interventorias locais buscaram investir na modernização e a na criação de instituições escolares

³⁹ LEVI, Giovanni; SCHMITT, Jean Claude. Introdução. In: LEVI, Giovanni; SCHMITT, Jean Claude. *História dos Jovens*. São Paulo: Companhia da Letras, 1996, p. 12.

⁴⁰ CASSAB, Clarice. Refazendo percursos: considerações acerca das categorias jovem e juventude no Brasil. *Perspectiva*, v. 34, n. 128, p. 50, dez. 2010.

por todo o estado. Nesse cenário, o discurso oficial tratava de anunciar que investia em construções modernas que colocam o Piauí no caminho do progresso, buscando romper a imagem de atraso e de abandono, que eram concepções atribuídas ao período da Primeira República. As interventorias de Landrú Sales e de Leônidas Melo passaram a ser representadas como as que instituíram um “novo momento” para o estado.

O Estado varguista elaborou uma multiplicidade de dispositivos que foram disseminados pelas escolas e por outros espaços ao longo do período. Entre o amplo repertório, constavam o ensino de Canto Orfeônico, Educação Física e a realização de festividades cívicas que visavam que despertar o nacionalismo na infância e juventude. O governo nacional, as gestões estaduais e o Departamento de Educação nutriram práticas cívico-pedagógicas a fim de envolver os escolares nas normatizações varguistas e na busca pelo fortalecimento político e simbólico do regime. A imprensa oficial se encarregou de fazer ampla divulgação das obras públicas e a colocar os piauienses como devotados as ações do regime. Entretanto, notou-se, através das fontes consultadas, indícios de comportamentos escolares que iam na contramão das prescrições varguistas, demonstrando os conflitos discursivos e as práticas e experiências da juventude daquele período.

O ENSINO BÁSICO DE HISTÓRIA PARA JOVENS DURANTE A PANDEMIA DE COVID: experiências desenvolvidas no Programa de Residência Pedagógica em Teresina- PI

Danielle Filgueiras Santos¹
Joseanne Zingleara Soares Marinho²

RESUMO

O objetivo desse artigo é analisar as contribuições da aplicação de metodologias ativas no ensino de História para jovens da educação básica durante a pandemia de COVID- 19, considerando as experiências em sala de aula no contexto do Programa de Residência Pedagógica- PRP/CAPES, que foi desenvolvido em Teresina mediante a parceria com a Universidade Estadual do Piauí- UESPI. A participação ocorreu no exercício da docência na modalidade de residente a partir de atividades realizadas em turmas do Ensino Médio, no Colégio da Polícia Militar do Piauí- CPMP. O período foi marcado pela pandemia de COVID-19, que levou à adoção do sistema de ensino remoto e acentuou a necessidade de integração dos discentes no processo de ensino e aprendizagem. Nesse contexto, as metodologias ativas foram convertidas em ferramentas importantes para o ensino de História, pois puderam contribuir com uma maior efetividade da educação ao reduzir os impactos problemáticos ocasionados pela pandemia no contexto escolar.

Palavras-chave: Ensino de História. COVID-19. Ensino Remoto. Programa de Residência Pedagógica.

THE BASIC TEACHING OF HISTORY TO YOUNG PEOPLE DURING THE COVID PANDEMIC: experiences developed in the Pedagogical Residency Program in Teresina – PI

ABSTRACT

The objective of this article is to analyze the contributions of the application of active methodologies in the teaching of History to young people in basic education during the COVID-19 pandemic, considering the classroom experiences in the context of the Pedagogical Residency Program - PRP/CAPES, which was developed in Teresina through a partnership with the State University of Piauí - UESPI. The participation occurred in the exercise of teaching as a resident from activities carried out in high school classes, in the Military Police School of Piauí - CPMP. The period was marked by the COVID-19 pandemic, which led to the adoption of the remote teaching system and emphasized the need to integrate the students in the teaching and learning process. In this context, the active methodologies were converted into important tools for the teaching of History, as they could contribute to a greater effectiveness of education by reducing the problematic impacts caused by the pandemic in the school context.

Keywords: History Teaching. COVID-19. Remote Teaching. Program of Pedagogical Residency.

¹ Mestranda em História do Brasil pela Universidade Federal do Piauí (UFPI). Graduada em Licenciatura Plena em História pela Universidade Estadual do Piauí (UESPI). E-mail: daniellefilgueiras@outlook.com.

² Doutora em História pela Universidade Federal do Paraná (UFPR), Professora Adjunta da Universidade Estadual do Piauí (UESPI), docente do Mestrado Profissional em Ensino de História (ProfHistória/UESPI) e do Programa de Pós-Graduação em História do Brasil da Universidade Federal do Piauí (PPGHB/UFPI). E-mail: joseannemarinho@cchl.uespi.br.

LA EDUCACIÓN BÁSICA DE HISTORIA PARA JÓVENES DURANTE LA PANDEMIA DE COVID: experiencias desarrolladas en el Programa de Residencia Pedagógica en Teresina- PI

RESUMEN:

El objetivo de este artículo es analizar las contribuciones de la aplicación de metodologías activas en la enseñanza de Historia para jóvenes de la educación básica durante la pandemia de COVID- 19, considerando las experiencias en el aula en el contexto del Programa de Residencia Pedagógica-PRP/CAPES, que fue desarrollado en Teresina mediante la colaboración con la Universidad Estatal de Piauí- UESPI. La participación ocurrió en el ejercicio de la docencia en la modalidad de residente a partir de actividades realizadas en clases de Enseñanza Media, en el Colegio de la Policía Militar de Piauí- CPMP. El período estuvo marcado por la pandemia de COVID-19, que llevó a la adopción del sistema de enseñanza remota y acentuó la necesidad de integración de los estudiantes en el proceso de enseñanza y aprendizaje. En ese contexto, las metodologías activas fueron convertidas en herramientas importantes para la enseñanza de Historia, pues pudieron contribuir con una mayor efectividad de la educación al reducir los impactos problemáticos ocasionados por la pandemia en el contexto escolar.

Palabras llave: Enseñanza de Historia. COVID-19. Enseñanza Remota. Programa de Residencia Pedagógica.

Introdução

Há muito se tem discutido sobre a dicotomia entre o saber acadêmico e o ensino escolar. Enquanto nas universidades espalhadas pelo país as discussões históricas ocorrem em ritmo acalorado e propiciam a formação de um senso crítico em pesquisadores de diferentes faixas etárias, os debates nas salas de aula do ensino básico desvanecem, e quando ocorrem, geralmente são sufocados pelas narrativas engessadas e muitas vezes tediosas que fazem da História um saber desinteressante e supostamente irrelevante para os dias atuais.

A História faz parte do conjunto de disciplinas que compõem os saberes fundamentais do processo de escolarização no Brasil. Em 1837, ela já constava nos planos de estudo da primeira escola pública do país, ou seja, já dava as vezes de disciplina escolar, conforme aponta Circe Bittencourt.³ Apesar disso, foi somente no século XX que passou a ser de fato integrada no currículo de diversos níveis do ensino básico e superior. A partir de então, sofreu diversas alterações e passou por reformas até se constituir da maneira como a conhecemos atualmente, considerando-se os impactos controversos decorrentes da elaboração e implantação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC).⁴

³ BITTENCOURT, Circe Fernandes. Reflexões sobre o Ensino de História. *Estudos Avançados*, v. 32, n. 93, 2018.

⁴ BRASIL. Base Nacional Comum Curricular. 2017. Disponível em: <http://agbcampinas.com.br/site/2017/08/BNCC_publicacao.pdf>. Acesso em: 26 dez. 2022.

O ENSINO BÁSICO DE HISTÓRIA PARA JOVENS DURANTE A PANDEMIA DE COVID: experiências desenvolvidas no Programa de Residência Pedagógica em Teresina- PI

Durante o século XIX e no decorrer da Primeira República, a disciplina foi utilizada como ferramenta de preparação para o exercício do poder e para a ocupação de cargos de liderança na sociedade. Estabeleceu-se, portanto, uma ligação entre o ensino de história e os objetivos de projetos de cunho político, seja proveniente de grupos partidários ou do próprio Estado, posto que o conhecimento histórico era visto como um elemento necessário para a condução de tais projetos, como aponta Ivan Manoel.⁵

Somente a partir da década de 1920 a educação passou a ocupar um lugar de prioridade nas pautas políticas e foi concedida uma abertura para discutir de forma mais profícua as nuances da escolarização no Brasil. Nas décadas seguintes, os assuntos referentes ao setor educacional foram elevados a um grau significativo de relevância, visto que havia uma crença de que, dependendo do tipo de orientação pedagógica direcionada para a constituição da infância e juventude, o país poderia vivenciar um futuro de prosperidade e desenvolvimento ou constituir-se em uma tragédia.⁶

Nesse período, surgiram propostas de substituição da História, da Geografia e do Civismo pelos chamados Estudos Sociais. Tendo como inspiração as escolas norte-americanas, o principal objetivo dos Estudos Sociais era a integração do indivíduo na sociedade. Pautados nos ensinamentos da psicologia cognitiva, esperava-se obter a inserção dos educandos em suas comunidades através de conteúdos familiares, que diziam respeito, sobretudo, ao contexto local, sendo estes expandidos de acordo com a faixa etária das crianças e adolescentes atendidos. Outras iniciativas foram empreendidas posteriormente com a justificativa de aprimoramento da educação, adaptando-a ao contexto presenciado.⁷

No século XXI, além dos desafios já conhecidos na educação, as escolas passaram a lidar com novos dilemas decorrentes, em grande parte, das mudanças sociais provocadas pelo avanço tecnológico. Os chamados Nativos Digitais não possuem dificuldades com o ambiente virtual e mediante os estímulos que recebem, acabam por pensar e processar as informações de maneira distinta. Esse termo é utilizado para se referir às crianças e jovens⁸ que já nasceram na

⁵ MANOEL, Ivan Aparecido. O ensino da História do Brasil: origens e significados. **Cadernos CIMEAC**, Ribeirão Preto, v. 01, n. 01, p. 44-75, 2011.

⁶ MARINHO, Joseanne Zingleara Soares. O Estatuto da Educação Primária como condição para o progresso do Piauí entre os anos 1920 e 1940. In: ROIZ, Diogo (org.). **As concepções de ensino no Brasil republicano**. Jundiaí: Paco Editorial, 2020.

⁷ BITTENCOURT, Circe Fernandes. Reflexões sobre o Ensino de História. **Estudos Avançados**, v. 32, n. 93, 2018.

⁸ Para a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura- UNESCO, agência especializada das Nações Unidas, a “juventude” é faixa etária que abrange pessoas entre os 15 e os 24 anos de idade. Contudo, considera-se que a experiência de ser jovem pode variar enormemente em todo o mundo, e que, juventude é uma categoria fluida e mutável. TRANCOSO, Alcimar Enéas Rocha; OLIVEIRA, Adélia Augusta Souto. *Juventudes:*

era dos “[...] computadores, vídeo games, tocadores de música digitais, telefones celulares, tablets e as demais ferramentas” e desde pequenos conhecem e utilizam essas tecnologias.⁹

No que concerne à disciplina de História, percebe-se o aumento do incentivo ao abandono de metodologias pautadas no ensino tradicional, que apresentam uma história linear, repleta de marcadores marginalizantes, que induz à memorização de fatos e de nomes, sem uma efetiva compreensão do processo histórico. Essa nova perspectiva visa retirar o foco do aprendizado da ênfase excessiva na cronologia, bem como nos fatos notáveis, e permite a inserção de temas que antes eram pouco trabalhados em sala de aula, promovendo assim uma expressiva contribuição para a democratização da educação.

Nesse sentido, o aluno sairia da posição de receptor e passaria a ser inserido no contexto educacional como indivíduo atuante, tornando-se o centro do processo de ensino-aprendizagem. O professor, por sua vez, “[...] afasta-se da postura dominadora” e coloca-se como “[...] responsável pela nutrição motivacional do discente”, o que faz com que o ambiente escolar se torne propício para o desenvolvimento de cada educando de forma respeitosa e inclusiva.¹⁰

Partindo disso, o artigo visa analisar as contribuições da aplicação de novas metodologias para o ensino de História na modalidade remota durante a pandemia de COVID-19, considerando as experiências decorrentes da participação no Programa de Residência Pedagógica- PRP promovido pela CAPES e desenvolvido em parceria com a Universidade Estadual do Piauí-UESPI. A atuação como residente se deu entre novembro de 2020 e abril de 2022, em turmas do Ensino Médio do Colégio da Polícia Militar do Piauí - CPMP. Considerou-se relevante partir de uma discussão a respeito das metodologias ativas, buscando compreender a definição e os modos de aplicação no contexto da disciplina de História. Também foi basilar refletir sobre o ensino de História no contexto da pandemia de Covid-19, bem como a inserção de mecanismos tecnológicos nesse processo, visto que os impactos dessas inovações nos sistemas educacionais são perceptíveis entre os jovens da educação básica.

desafios contemporâneos conceituais. *Ecos: estudos contemporâneos da subjetividade*. v. 4, n. 2, p. 263-273, jul./dez. 2014.

⁹ Seguindo a mesma premissa, os que não nasceram no mundo digital e precisaram se familiarizar com ele, como é o caso da geração do século XX, podem ser considerados imigrantes digitais, visto que apenas incorporaram ao cotidiano as inovações tecnológicas que surgiram. SOUSA JÚNIOR, Alexandre de. Educação 4.0 e Educação Histórica: mídias digitais, ensino de história e metodologias ativas para o século XXI. In: LEITE, Priscila Gontijo (org.). **Ensino de história, tecnologias e metodologias ativas: novas experiências e saberes escolares**. João Pessoa: Editora do CCTA, 2022. p. 48.

¹⁰ LIMA, Cleber Augusto A' Costa de. Metodologias ativas no Ensino de História: uma experiência do ensino a partir da pesquisa. In: CUNHA, Fernando Icaro Jorge. 2021. **Educação e Ensino: reflexões teóricas e práticas**. Maringá, PR: Uniedusul, 2021. p. 70.

O ENSINO BÁSICO DE HISTÓRIA PARA JOVENS DURANTE A PANDEMIA DE COVID: experiências desenvolvidas no Programa de Residência Pedagógica em Teresina- PI

1 Metodologias ativas na Educação Básica: reflexões para o ensino de História

Uma das perguntas mais recorrentes em sala de aula diz respeito à serventia da História no desenrolar da trajetória individual de cada estudante. Conforme Ivan Manoel, a resposta a esse questionamento se tornou consensual entre os historiadores: sua relevância consiste no fato de que a História “[...] nos dá o conhecimento do passado, as condições de entendermos e nos situarmos no presente e projetar o futuro.”¹¹ De fato, essa colocação é bastante difundida e possui certo respaldo, mas, como ressalta o autor, as indagações a respeito do assunto não devem se limitar ao questionamento da importância da disciplina em si. Elas precisam estar vinculadas à preocupação com a eficácia do processo de ensino e o impacto do conhecimento adquirido na trajetória particular do aluno.

O ensino tradicional posiciona os aprendizes apenas como ouvintes e, por conseguinte, reprodutores de um saber adquirido pelo orador, que no caso é o professor. Sabe-se que essa modalidade de ensino é pautada no ato da retenção e memorização de conteúdo. Esse tipo de abordagem, superficial e indiferente, faz com que o estudo mais aprofundado por parte do indivíduo fique restrito ao período de avaliações que, por sua vez, passa a ser encarado como um momento de estresse e pressão para os estudantes. A aplicação do aprendizado se torna quase inexistente, visto que, além de os assuntos não se firmarem como memórias consolidadas, o aluno não consegue estabelecer ligação entre o que é ensinado em sala de aula e a realidade vivenciada fora dela.

A defasagem desse tipo de ensino fica evidente diante dos novos desafios enfrentados pela sociedade hodierna, cujas exigências são cada vez maiores para os jovens. O contexto do século XXI requer pessoas competentes em suas profissões, mas que sejam também dotadas de habilidades necessárias para resolver os problemas diários, capazes de exercer sensibilidade humana, agir de modo ético, assim como pensar de forma cada vez mais ampla e profunda.

Conforme Neusi Berbel,¹² as metodologias ativas podem contribuir significativamente para o distanciamento desse cenário, onde o aluno não se sente pertencente ao ambiente em que está inserido, no caso, a escola. Tais metodologias podem ser definidas como um conjunto de práticas que visam desenvolver o processo de aprendizagem a partir da utilização de

¹¹ MANOEL, Ivan Aparecido. O ensino da História do Brasil: origens e significados. **Cadernos CIMEAC**, Ribeirão Preto, v. 01, n. 01, 2011. p. 44.

¹² BERBEL, Neusi Aparecida Navas. As metodologias ativas e a promoção da autonomia de estudantes. **Semina: Ciências Sociais e Humanas**, Londrina, v. 32, n. 1, p. 25-40, jan./jun. 2011.
Humana Res, v. 5, n.7, 2023, ISSN: 2675 - 3901 p. 202 – 217, jan. a ago.2023. DOI 10.29327/2151838.5.7-12

experiências reais ou simuladas, a fim de criar oportunidades de crescimento através da solução de desafios sociais que podem se apresentar em diferentes contextos.

Baseada em outros estudos acadêmicos, a autora coloca em evidência os impactos psicológicos da aplicação desses novos métodos de ensino em contraste com os que são percebidos na escola tradicional. Ela explica que as emoções são um ponto relevante dentro do processo de ensino-aprendizagem, visto que “[...] os indivíduos são naturalmente propensos a realizar uma atividade por acreditarem que o fazem por vontade própria, porque assim o desejam e não por serem obrigados por força de demandas externas”.¹³ Isso significa que, ao participar de forma ativa do processo de ensino-aprendizagem, o aluno se conecta emocionalmente e de forma positiva com o conteúdo, com o professor e com a escola, o que gera satisfação ao aprender e facilita a aquisição de novos conhecimentos.

É importante reiterar que a função da escola é proporcionar aos jovens os mecanismos necessários para uma aprendizagem concreta e significativa, sendo que nesse cenário o professor é o mediador de tais objetivos.¹⁴ Portanto, essa característica pode ser utilizada a favor do ensino de História, bem como das demais disciplinas, por meio de um planejamento adequado, que estabeleça metas compreensíveis e aplicáveis, onde os acertos são reconhecidos e as dificuldades acolhidas e, de maneira respeitosa, corrigidas por meio orientações. Por outro lado, quando a experiência no espaço escolar se resume à exposição de conteúdos de diversas disciplinas, e não atende às necessidades de autonomia do indivíduo, é possível que os alunos passem a se perceber:

[...] como ‘marionetes’, apresentando sentimentos negativos por serem externamente guiados, tendo as causas de seus comportamentos relacionadas a fatores externos, como o comportamento ou a pressão de outras pessoas. [...] Essa situação promove sentimentos de fraqueza e ineficácia [...] e acarreta o desenvolvimento precário das habilidades que possibilitariam uma melhor interação com eventos do ambiente [...].¹⁵

Sentimentos como esses provocam o distanciamento do aluno e o desinteresse pelo que está sendo ensinado. Quando essa situação se alinha à conjuntura social do século XXI, onde a tecnologia tem ganhado proporções cada vez maiores e provocado uma série de mudanças, nem sempre positivas, a transposição de conteúdos por meio das metodologias ativas surge como

¹³ BERBEL, Neusi Aparecida Navas. As metodologias ativas e a promoção da autonomia de estudantes. **Semina: Ciências Sociais e Humanas**, Londrina, v. 32, n. 1, p. 25-40, jan./jun. 2011. p. 26.

¹⁴ BITTENCOURT, Circe Fernandes. Reflexões sobre o Ensino de História. **Estudos Avançados**, v. 32, n. 93, 2018.

¹⁵ BERBEL, Neusi Aparecida Navas. As metodologias ativas e a promoção da autonomia de estudantes. **Semina: Ciências Sociais e Humanas**, Londrina, v. 32, n. 1, p. 25-40, jan./jun. 2011. p. 27.

O ENSINO BÁSICO DE HISTÓRIA PARA JOVENS DURANTE A PANDEMIA DE COVID: experiências desenvolvidas no Programa de Residência Pedagógica em Teresina- PI

alternativa para o ensino de História, posto que elas não apenas proporcionam um ambiente favorável à aprendizagem, mas também suprem as necessidades específicas da geração atual, quando viabilizam a inovação e validam o exercício da criatividade nos espaços educacionais.

Os estudantes dessa nova geração estão acostumados com o uso cotidiano dos aparelhos tecnológicos e passam a maior parte do dia conectados com a internet, usufruindo da vasta gama de conteúdo. A rapidez e a dinamicidade, seja dos dedos que tocam as telas ou das informações que são exibidas por meio delas, fazem parte da rotina desses jovens, o que gera um desejo por independência que acaba se estendendo para outras as áreas da vida. Por isso, a ausência desses estímulos também contribui para que enxerguem o ensino escolar como algo entediante.

Nesse contexto os jovens adquiriram um lugar novo e de destaque na estrutura social. A partir das complexas relações entre a cultura e biologia, o indivíduo desenvolve capacidades de análise do mundo de maneira mais complexa e de comunicar esta análise aos seus pares, bem como aos demais membros da sociedade. É relevante considerar que, no século XXI, esta capacidade de comunicação está sendo potencializada pelos meios tecnológicos que se distinguem pela inovação crescente e sem limites.¹⁶ No que diz respeito aos professores, de acordo com Alexandre de Sousa, essa nova conjuntura faz com que sintam-se impelidos a “[...] conhecer, interagir e dominar os usos de novas tecnologias, sob pena de se tornar um(a) profissional anacrônico(a), incapaz de dialogar com o próprio tempo em que vive”, acreditando ser essa a solução para os problemas percebidos nos espaços educacionais.¹⁷

Sabe-se que a discussão sobre a inserção da tecnologia em sala de aula é muito mais profunda e não pode ser reduzida à breves reflexões, haja vista que a escola não deve se esquivar da realidade vivenciada pelos jovens, pois tem como função conceder bases para o desenvolvimento pessoal do indivíduo de forma global. Por isso, embora a participação de educadores engajados na tarefa de utilizar as tecnologias em favor da educação seja crucial para repensar as formas de ensino, é mais importante que esses profissionais estejam voltados para o que realmente pode conferir ao aluno a satisfação em aprender algo novo, tendo em vista que giz, lousa, computadores, *tablets* e celulares são apenas ferramentas.

Nesse sentido, a relação entre o professor e os discentes também é beneficiada mediante a aplicação de atividades pautadas nas novas metodologias, pois elas viabilizam a criação de um ambiente de interatividade e competitividade saudável, onde o professor se posiciona como

¹⁶ TRANCOSO, Alcimar Enéas Rocha; OLIVEIRA, Adélia Augusta Souto. Juventudes: desafios contemporâneos conceituais. *Ecos: estudos contemporâneos da subjetividade*. v. 4, n. 2, p. 263-273, jul./dez. 2014.

¹⁷ SOUSA JÚNIOR, Alexandre de. Educação 4.0 e Educação Histórica: mídias digitais, ensino de história e metodologias ativas para o século XXI. In: LEITE, Priscila Gontijo (org.). **Ensino de história, tecnologias e metodologias ativas: novas experiências e saberes escolares**. João Pessoa: Editora do CCTA, 2022. p. 41. **Humana Res**, v. 5, n.7, 2023, ISSN: 2675 - 3901 p. 202 – 217, jan. a ago.2023. DOI 10.29327/2151838.5.7-12

mediador e não mais como um detentor de todo o conhecimento. Esse ambiente permeado por cumplicidade e respeito permite que o jovem desenvolva habilidades sociais necessárias para o convívio diário com as pessoas e para o exercício da sua cidadania.

Existem vários tipos de atividades que visam inserir o educando ativamente no processo de ensino. Algumas delas, inclusive, viabilizam o uso de tecnologias que já fazem parte da vida rotineira dos discentes para potencializar a aquisição e compreensão de novos conteúdos, ao passo em que também estimulam o desenvolvimento de competências inerentes ao ser humano, como a coordenação motora e raciocínio lógico. Entre as mais recorrentes estão a gamificação, o júri simulado, a sala de aula invertida, a aprendizagem baseada em projetos, o mapa conceitual e a aula expositiva dialogada.

Embora sejam sistematizadas previamente, essas metodologias podem ser adaptadas para ao contexto específico de cada escola. Dessa forma, cabe ao professor realizar um mapeamento da turma, procurando entender as particularidades decorrentes do local em que seus alunos vivem e estudam, para assim identificar as modalidades mais indicadas e garantir um resultado satisfatório e compensador para todas as pessoas envolvidas no processo.

Dentro das diversas possibilidades que se abrem a partir do uso das metodologias ativas, uma das mais recorrentes nas aulas de História é a utilização de fontes primárias. Os docentes perceberam que através da aplicação de determinados mecanismos didáticos, é possível não apenas fazer uso dos mesmos documentos que os historiadores analisam em suas pesquisas acadêmicas, como obter melhoras significativas no engajamento e desempenho dos educandos no Ensino Básico. Ao discorrer sobre o assunto, Nilton Pereira¹⁸ afirma que:

[...] o uso de fontes no ensino de história pode ser uma estratégia adequada e produtiva para ensinar história a indivíduos que não tem como objetivo se tornar historiadores, mas para os quais o conhecimento da história pode fazer muita diferença na compreensão do mundo em que vivem.

Como o autor enfatiza, o objetivo não é transformar o educando em pesquisador, mas os benefícios do uso didático de fontes históricas são reconhecidos. Quando aplicadas corretamente, além de garantir a dinamicidade das aulas e a participação efetiva dos alunos, elas podem potencializar o desenvolvimento da capacidade intelectual e da autonomia necessária para a realização de análises críticas da sociedade em uma perspectiva temporal.¹⁹

¹⁸ PEREIRA, Nilton Mullet. O que pode o ensino de história? Sobre o uso de fontes na sala de aula. **Anos 90**, Porto Alegre, v. 15, n. 28, p.113-128, dez. 2008. p. 114.

¹⁹ BITTENCOURT, Circe Fernandes. Reflexões sobre o Ensino de História. **Estudos Avançados**, v. 32, n. 93, 2018.

O ENSINO BÁSICO DE HISTÓRIA PARA JOVENS DURANTE A PANDEMIA DE COVID: experiências desenvolvidas no Programa de Residência Pedagógica em Teresina- PI

Isso mostra ao estudante que o conhecimento histórico não é apenas um saber basilar para a compreensão de outras disciplinas ou para a aprovação no Exame Nacional do Ensino Médio, mas que é relevante o seu desenvolvimento pessoal.

Para isso, contudo, é necessário a observação de alguns critérios que possibilitarão a adequação ao nível de conhecimento dos alunos, visando a um melhor aproveitamento. O primeiro deles é a escolha do material que será utilizado, tendo em vista que as fontes primárias correspondem a um grupo vasto de documentos, que podem ser escritos, audiovisuais, materiais, entre outros. A partir disso, é necessário observar a linguagem presente nas fontes para que não se tornem um obstáculo durante a leitura e pensar nas competências que serão trabalhadas por meio da abordagem.

Nota-se que a aplicação de novas metodologias depende de “[...] um profissional em Educação voltado ao estudo, criatividade, dinamismo e transigência.”²⁰ Elas exigem do professor um constante processo de qualificação dos seus modos de ensinar. O educador que desenvolve tais características torna-se um elemento fundamental para a quebra de velhos paradigmas, criando espaço para a prática docente realizada a partir de novos marcos reguladores, bem como a promoção de um ensino de histórias plurais.

Para que haja uma prática docente efetiva e, por conseguinte, um real aproveitamento por parte dos discentes, é necessário mergulhar em reflexões mais profundas, com perguntas que partem não mais do educando, mas do próprio educador. Assim, cabe ao professor questionar se o ensino de história, como é feito hoje, pode de fato capacitar o indivíduo a projetar seu futuro ou se isso é apenas uma utopia dos acadêmicos.²¹ Esse tipo de questionamento inibe a romantização do processo de ensino e aprendizagem e viabiliza um olhar mais assertivo a respeito do papel da disciplina de História, bem como do desempenho das funções do professor.

2 Metodologias ativas no período pandêmico: relato de experiência

Entre os meses de novembro de 2020 e abril de 2022, ainda durante o período de graduação em Licenciatura Plena em História, foram desenvolvidas atividades do Programa de Residência Pedagógica - PRP, subprojeto História. A atuação dos residentes se deu em turmas

²⁰ LIMA, Cleber Augusto A’Costa de. Metodologias ativas no Ensino de História: uma experiência do ensino a partir da pesquisa. In: CUNHA, Fernando Icaro Jorge. 2021. **Educação e Ensino**: reflexões teóricas e práticas. Maringá, PR: Uniedusul, 2021. p. 71.

²¹ MANOEL, Ivan Aparecido. O ensino da História do Brasil: origens e significados. **Cadernos CIMEAC**, Ribeirão Preto, v. 01, n. 01, 2011. p. 45.

Humana Res, v. 5, n.7, 2023, ISSN: 2675 - 3901 p. 202 – 217, jan. a ago.2023. DOI 10.29327/2151838.5.7-12

do 1º e do 2º ano do Ensino Médio do Centro Estadual de Educação Profissional em Tempo Integral – CETI Dirceu Arcoverde. A escola fica situada na cidade de Teresina, capital do Piauí, e foi fundada em 1978. Em 2015, a Secretaria de Educação do Piauí – SEDUC-PI lançou um projeto piloto de militarização das escolas públicas de Ensino Médio, sobretudo em zonas periféricas, com o objetivo de reduzir os índices de violência nas escolas do estado. A partir de então, o CETI Dirceu Mendes Arcoverde tornou-se Colégio da Polícia Militar do Piauí - CPMP.

De acordo com Marina Soares²², existem distinções entre o Colégio Militar e a Escola Militarizada. Enquanto os colégios militares visam preparar os discentes para ingressar em cargos dentro de instituições como a Marinha, o Exército e a Aeronáutica, as escolas militarizadas buscam apenas inserir as instituições de segurança na gestão das escolas públicas, visando a uma melhor organização, bem como a redução da criminalização entre adolescentes e jovens. Nesse sentido, é possível inferir que, embora carregue o nome de Colégio Militar, o CETI Dirceu Mendes Arcoverde se enquadra como uma escola militarizada.

O Colégio atende turmas presenciais do 1º ao 3º ano do Ensino Médio, nos turnos matutino e vespertino, e oferece Cursos Técnicos concomitantes na modalidade de Ensino à Distância- EAD. Além das disciplinas regulares, os alunos têm acesso às aulas de Educação Artística, Teatro, Dança, Música, Artes Plásticas, entre outras. O ingresso na instituição ocorre por meio de processo seletivo efetuado a partir da realização de um exame do tipo múltipla escolha, com vinte questões de Língua Portuguesa e vinte de Matemática.²³

O período de desenvolvimento das atividades do Programa de Residência Pedagógica foi marcado por adversidades, decorrentes da pandemia de Covid-19, que levou à implementação do sistema de ensino remoto. O Decreto de nº 18.913 de 30 de março de 2020²⁴, prorrogou a suspensão das aulas presenciais na rede pública e privada no Piauí, já interrompidas por meio de um decreto anterior²⁵, como medida de contenção da propagação do vírus. Por essa

²² SOARES, Marina Gleika Felipe. et. al. Escola militar para quem? O processo de militarização das escolas na rede estadual de ensino do Piauí. **Revista Brasileira de Política e Administração da Educação**, v. 35, n. 3, p. 786-805, set./dez. 2019.

²³ Conforme o último edital do Colégio da Polícia Militar do Piauí, publicado em novembro de 2022. COLÉGIO da Polícia Militar: inscrições abertas para o processo seletivo. **Governo do Piauí**. 2022. Disponível em: <https://cutt.ly/406aEw2>. Acesso em: 28 dez. 2022.

²⁴ PIAUÍ. **Decreto de nº 18.913 de 30 de março de 2020**. Prorroga e determina, nas redes públicas e privadas, a suspensão das aulas, como medida excepcional para o enfrentamento ao Covid-19 e dá outras providências. Disponível em: <https://cutt.ly/206p0ZT>. Acesso em: 27 dez. 2022.

²⁵ O Art. 10, inciso I, do Decreto nº 18.884, de 16 de março de 2020, determinou a “[...] suspensão, por quinze dias, de aulas da rede pública estadual de ensino”. PIAUÍ. **Decreto nº 18.884, de 16 de março de 2020**. Regulamenta a Lei nº 13.979, de 06 de fevereiro de 2020, para dispor no âmbito do Estado do Piauí, sobre as medidas de emergência de saúde pública de importância nacional em vista a classificação da situação mundial do novo coronavírus como pandemia, institui o Comitê de Gestão de Crise, e dá outras providências. Disponível em: <https://cutt.ly/406aEw2>. Acesso em: 27 dez. 2022.

O ENSINO BÁSICO DE HISTÓRIA PARA JOVENS DURANTE A PANDEMIA DE COVID: experiências desenvolvidas no Programa de Residência Pedagógica em Teresina- PI

razão, durante o período, todas as ações escolares foram empreendidas por meio de plataformas digitais, como *Google Meet* e *Classroom*.

A pandemia provocou diversas alterações no calendário no contexto da escola em questão, além da necessidade de adaptação ao sistema de ensino remoto e posteriormente ao sistema híbrido²⁶, o cancelamento de projetos e mudanças repentinas no planejamento da disciplina, geralmente feitos no início de cada semestre. Por conseguinte, o desempenho das atividades dos residentes foi reduzido diante da crise na saúde e na educação. As aulas foram ministradas de maneira remota até agosto de 2021, quando foi adotado o sistema híbrido, que permitia a realização de aulas remotas e presenciais. Todavia, mesmo após o retorno parcial, não foi possível ter contato presencial com os alunos, visto que, em decorrência das decisões da instituição de origem, o professor²⁷ ficou responsável por ministrar as aulas na escola, enquanto os residentes lecionavam por meio das plataformas de videoconferência.

Apesar das dificuldades, foi possível desenvolver alguns projetos a partir de atividades com o intuito de conferir aos estudantes os mecanismos necessários para a realização da autogestão dos seus estudos. Dessa forma, a sala de aula se tornaria um ambiente de troca de informações e de aprimoramento do conhecimento já adquirido. É válido ressaltar que, durante todo o período de duração do Programa, os residentes foram acompanhados pelo professor orientador, o responsável pela disciplina, que assistia as aulas e promovia reuniões semanais para alinhamento de objetivos e troca de experiências entre os residentes.

Desde as primeiras reuniões de orientação, o professor evidenciou seu intuito de direcionar as aulas remotas com base na utilização das metodologias ativas. As atividades deveriam ser pensadas com objetivo de aguçar a percepção dos discentes acerca dos desdobramentos da história no cotidiano, pois a interligação do conteúdo explanado com os fatos vivenciados pelo próprio aluno contribui para o desenvolvimento da consciência

²⁶ Diferente do ensino remoto, que funciona mediante o uso exclusivo de ferramentas digitais, o ensino híbrido se configura como uma metodologia ativa em que há o predomínio da pluriatividade, segundo aponta Alexandre de Sousa. Ele é caracterizado pela alternância entre aulas remotas e presenciais e tem como foco promover os mecanismos necessários para o desenvolvimento do aluno, desenvolvendo “[...] atividades e competências que melhor se alinhem com seu perfil e projeto de vida [...]”. SOUSA JÚNIOR, Alexandre de. Educação 4.0 e Educação Histórica: mídias digitais, ensino de história e metodologias ativas para o século XXI. In: LEITE, Priscila Gontijo (org.). **Ensino de história, tecnologias e metodologias ativas: novas experiências e saberes escolares**. João Pessoa: Editora do CCTA, 2022. p. 52.

²⁷ Devido à ausência de consulta para autorização, optou-se por preservar a privacidade do professor e os demais residentes envolvidos, não divulgando seus nomes.

histórica,²⁸ que deve passar a compreender como a História desdobra-se no decorrer do tempo a partir de diferentes contextos.

Nos primeiros encontros promovidos pelo Programa, os residentes foram divididos em pequenos grupos, geralmente compostos por duplas ou trios, com o objetivo de promover a realização das aulas. As turmas acompanhadas pelos residentes foram majoritariamente do 2º ano, visto que já estavam habituados à dinâmica da escola, mas ainda não tinham o foco totalmente voltado para o Exame Nacional do Ensino Médio, como aquelas do 3º ano. Assim, cada grupo de residentes ficou responsável por uma turma e tinham liberdade para definir as estratégias de aplicação dos conteúdos, com exceção dos projetos que seriam realizados por todas as classes, que eram planejados em conjunto.

Considerando que “[...] pesquisas da ciência cognitiva apontam que os alunos devem fazer algo mais do que simplesmente ouvir para que a aprendizagem seja efetiva”²⁹ e fazendo uso das plataformas digitais, as aulas ministradas nas turmas do 2º ano, seguiam as diretrizes da aula expositiva dialogada. Essa metodologia permite a interação entre os alunos e a exposição das opiniões e pensamentos, o que abre espaço para questionamentos e evita que a aula se torne monólogo, onde somente o professor tem lugar de fala.

O espaço propício à troca de informações e opiniões promoveu a interação entre os estudantes, visto que alguns deles não se conheciam pessoalmente, e facilitou o diálogo entre os educandos e os residentes. Costumeiramente, os alunos utilizavam-se do microfone disponível no *Meet* para fazer perguntas durante a explanação dos conteúdos, escreviam comentários por meio do *chat* e respondiam as indagações levantadas pelos residentes, o que conferia certa dinamicidade para as aulas.

No decorrer dos dois anos do Programa, os discentes também apresentaram seminários, executaram alguns projetos e foi realizada uma gincana entre as turmas do 2º ano, empreendida por meio do *Google Forms*. Para a realização dessa atividade, foi enviado um questionário para todas as turmas com dez perguntas objetivas sobre a escravidão no Brasil Colonial. O formulário foi configurado para receber apenas uma resposta por *e-mail* cadastrado e não aceitar modificações após o envio. As turmas, ou as equipes, deveriam responder dentro do prazo proposto, que foi entre 28 de abril e 02 de maio de 2021. No fim desse período, a própria

²⁸ RÜSEN, Jörn. O desenvolvimento da competência narrativa na aprendizagem histórica: uma hipótese ontogenética relativa à consciência moral. In: SCHMIDT, Maria; BARCA, Isabel; MARTINS, Estevão (Org.). **Jörn Rüsen e o Ensino de História**. Curitiba: Editora UFPR, 2010, p. 51-77.

²⁹ LOVATO, Fabrício Luís. Metodologias Ativas de Aprendizagem: uma breve revisão. *Acta Scientiae*, Canoas, v. 20, n. 2, p. 154-171, mar./abr. 2018. p. 155.

O ENSINO BÁSICO DE HISTÓRIA PARA JOVENS DURANTE A PANDEMIA DE COVID: experiências desenvolvidas no Programa de Residência Pedagógica em Teresina- PI

plataforma forneceu as métricas da atividade, revelando que a Turma 2A teve o maior índice de acertos e que, portanto, foi a vencedora.

Dentre as ações realizadas, também se destacou a aplicação de um projeto denominado História e Notícia, que ocorreu durante o mês de junho e julho de 2021. A ideia do projeto surgiu a partir de reflexões feitas em sala de aula e nas reuniões semanais com o professor acerca do acesso à informação e dos prejuízos decorrentes do repasse de notícias falsas, as chamadas *fake-news*. Além disso, foi trabalhada a desconstrução da concepção de que a disciplina de História é apenas decorativa e da ideia de que os acontecimentos do passado não influem na realidade experienciada no tempo presente.

O projeto História e Notícia consistiu na elaboração de jornais em formato digital sobre a Conjuração Baiana e a Inconfidência Mineira que seriam publicados em redes sociais. As turmas foram divididas em sete grupos e cada um ficou responsável por um aspecto do tema macro.³⁰ A atividade foi pensada visando à participação dos alunos em todas as etapas, que consistiram na aula de apresentação do projeto, reuniões de orientação com os grupos, o período de pesquisa e de elaboração dos jornais, culminando na apresentação do material produzido e na publicação em uma página do *Instagram* criada e administrada pelos discentes.

Na aula de introdução ao projeto apresentada para as turmas do 2º ano, foi abordada a notícia enquanto gênero textual, bem como a estrutura das matérias veiculadas nos periódicos, o estudo da linguagem utilizada nos jornais atuais, a estrutura seguida pelos editores, assim como a composição das matérias jornalísticas. Considerando a proposta da atividade de ensino-aprendizagem e algumas discussões anteriores onde os discentes apresentaram dúvidas a respeito da produção dos livros didáticos, foram apresentadas em sala de aula algumas matérias publicadas na **Gazeta do Rio de Janeiro** e no **Correio Braziliense**, ambos de 1808, bem como alguns exemplares dos jornais piauienses **O Telégrafo** e **O Espectro**, também datados do século XIX.

³⁰ Os temas eram os seguintes: 1) Vilão ou mocinho? As várias faces de Tiradentes. Objetivo: Analisar os valores atribuídos a imagem de Tiradentes, bem como seus objetivos; 2) Quem foram? Um pequeno esboço bibliográfico dos líderes da Conjuração Baiana. Objetivo: Relatar a história dos principais líderes da Conjuração Baiana; 3) Outros personagens: o papel feminino durante a Conjuração Mineira. Objetivo: Entender como foi a participação feminina na Conjuração Mineira, seus nomes, atos de colaboração e penalidades; 4) É o El Dourado? Ascendência e decadência da mineração. Objetivo: Explicar o crescimento e a crise da mineração bem como seus impactos na sociedade brasileira; 5) Retrato de um povo: as condições que levaram a organização da Conjuração Baiana. Objetivo: Explicar quais foram as condições sociais, econômicas e políticas que propiciou a eclosão da Conjuração Baiana; 6) O aspecto abolicionista na Conjuração Baiana. Objetivo: Destacar como a temática abolicionista estava presente na Conjuração Baiana; 7) Um duplo olhar: as diferenças e semelhanças entre a Conjuração Mineira e Baiana Objetivo: Comparar os principais aspectos entre os dois movimentos separatistas.

O objetivo foi familiarizar os estudantes com as fontes primárias, tendo em vista que não conheciam o processo de análise de documentos e de produção acadêmica, realizados pelo historiador. Para fins do projeto, os alunos buscaram aplicar a explicação teórica ministrada na sala, procurando identificar características comuns nas estruturas dos jornais, como posicionamento dos títulos, data de publicação e exposição do texto em colunas.

Embora aplicado em todas as turmas do 2º ano, foi imprescindível considerar as especificidades de cada uma e adaptar o projeto, acrescentando ou retirando etapas, aumentando ou diminuindo a quantidade de grupos, de maneira a garantir a viabilidade da execução. O cronograma, os objetivos, a metodologia e os critérios avaliativos foram discutidos com os estudantes ainda na aula de apresentação e eles expuseram suas percepções e as dificuldades encontradas. Nessa ocasião, grande parte dos alunos informou que não sabia utilizar o *Canva*, a plataforma sugerida para a elaboração dos jornais. Para o enfrentamento do problema, foram realizadas reuniões de orientação com cada grupo para ensinar as ferramentas básicas oferecidas pela plataforma no decorrer da primeira semana de julho de 2021.

Uma breve explicação do conteúdo foi ministrada durante os encontros a fim de fornecer embasamento necessário para a realização das etapas práticas do projeto. Os documentos da exposição digital Heróis Negros do Brasil, promovida pelo Arquivo Público da Bahia,³¹ serviram nesse momento para aprofundar as discussões e revelar perspectivas pouco exploradas pelo ensino tradicional. Essa exposição apresenta uma série de fontes primárias sobre a Revolta dos Búzios, como também ficou conhecida a Conjuração Baiana.³² O próprio site disponibiliza a transcrição dos documentos e isso facilitou a leitura e a compreensão dos alunos.

No decorrer das etapas do projeto, os discentes mantiveram contato com os residentes via *WhatsApp* e através da aba de comentários da plataforma *Canva*. Os grupos elaboraram os títulos das matérias, a *lead*,³³ o corpo da notícia e deram nomes para os jornais:

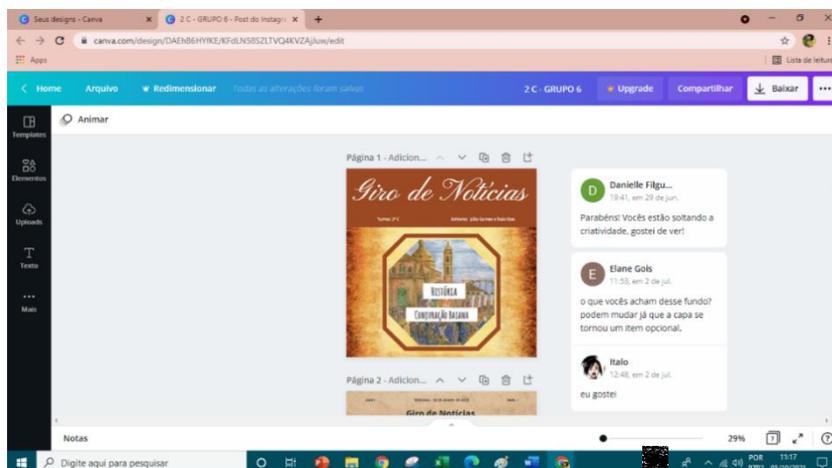
³¹ HÉROIS Negros do Brasil. Bahia 1798, A Revolta dos Búzios. Disponível em: <https://cutt.ly/002DoZy>. Acesso em: 2 jul. 2021.

³² A CONURAÇÃO Baiana de 1798. Revolta dos Búzios: liberdade, fraternidade, igualdade. **Instituto Búzios**. Disponível em: <https://cutt.ly/J02SFjp>. Acesso em: 23 dez. 2022.

³³ Diz respeito ao primeiro parágrafo do texto da notícia, que responde às perguntas: Quem? O quê? Quando? Onde?

O ENSINO BÁSICO DE HISTÓRIA PARA JOVENS DURANTE A PANDEMIA DE COVID: experiências desenvolvidas no Programa de Residência Pedagógica em Teresina- PI

Figura 1: Acompanhamento de produção do jornal

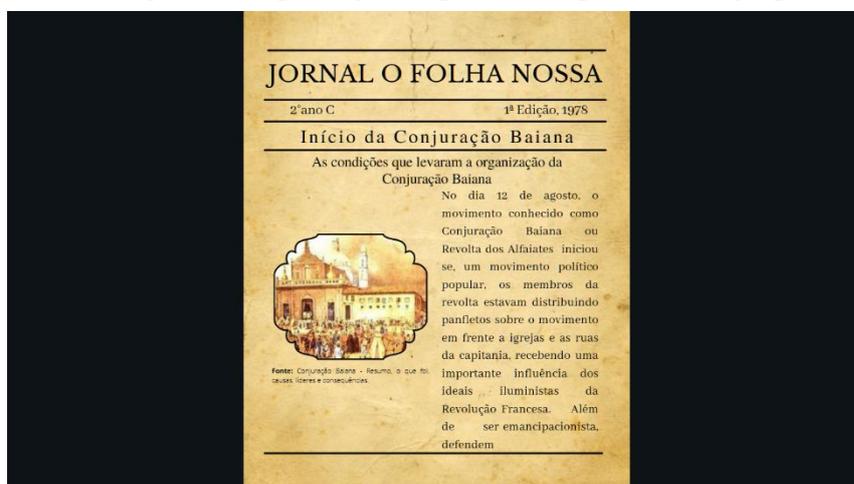


216

Fonte: Acervo Pessoal.

Além da estrutura básica do gênero notícia, os jornais contavam com capa, data de publicação, nome dos editores, paginação e glossário. As percepções dos educandos também foram apontadas através de uma sessão especial denominada Notas dos Autores, onde evidenciaram seus posicionamentos e aprendizados acerca do assunto. O corpo da notícia foi escrito pelos componentes dos grupos a partir de pesquisas no material didático utilizado pela escola e em sites da internet. Nas últimas páginas, constavam as referências dos materiais de embasamento. O *layout* foi majoritariamente pautado nas fontes primárias apresentadas em sala de aula e alguns grupos reproduziram, inclusive, a cor do papel envelhecido:

Figura 2: Capa do jornal produzido por um dos grupos.



Fonte: Acervo Pessoal.

Os discentes desenvolveram a atividade com entusiasmo e nos encontros falavam sobre os aprendizados decorrentes dela. Os resultados dos trabalhos foram apresentados ao professor e demais colegas de classe por meio de seminários. As apresentações ocorreram ao longo da segunda e da terceira semana de julho de 2021, porém, em razão do agravamento da pandemia, o cronograma inicial ficou prejudicado e a publicação no *Instagram* precisou ser suspensa devido ao fim das atividades do semestre letivo.

Considerações Finais

Os historiadores que se debruçam sobre os estudos referentes à educação lançam olhares para o passado, analisam o desenvolvimento da instrução no país e buscam possíveis soluções para o ensino-aprendizagem da disciplina História no contexto do século XXI. Como alternativa para o ensino baseado apenas em aulas expositivas, defende-se a propagação de uma abordagem que busca conceder um olhar mais amplo para acontecimentos históricos, percebendo-os a partir de perspectivas sociais, econômicas, culturais e políticas.

Diante do que foi vivenciado no período de execução das atividades do Programa de Residência Pedagógica, ficou evidente a importância da aplicação de metodologias que promovam a participação ativa do aluno em sala de aula e que as tecnologias foram potencializadoras das novas abordagens metodológicas no contexto do ensino remoto diante a pandemia de COVID- 19. De igual modo, a experiência mostrou que é possível promover no Ensino Médio discussões que geralmente ficam restritas às universidades, desde que sejam adaptadas ao nível de escolaridade das turmas e que se estabeleça relação com os conteúdos que estão dispostos nos currículos escolares.

As novas tecnologias utilizadas como metodologias ativas facilitam o processo de ensino-aprendizagem e proporcionam a inserção de outras perspectivas no ensino de História, ao passo em que oportunizam aos docentes uma melhor efetividade das aulas e garantem aos jovens discentes a oportunidade de produzir conhecimento de forma significativa para o seu contexto de vivências, fazendo com que deixem de ocupar a posição de espectadores e possam tornar-se agentes ativos no processo de ensino-aprendizagem.

EDUCAÇÃO, CULTURA E IDEIAS JUVENIS EM TERESINA NOS ANOS 30 e 40: CENTRO ESTUDANTIL PIAUIENSE.

Vanessa Soares Negreiros Farias¹

RESUMO

Este texto mostra a protagonização da juventude piauiense a partir da criação do primeiro Centro Estudantil na cidade de Teresina, nas décadas de 30 e 40, período em que ocorrem transformações decisivas nos planos político, econômico, social e cultural brasileiro, período da formação escolar e intelectual dos homens de letras, Manoel Paulo Nunes, Hindemburgo Dobal Teixeira e Orlando Geraldo Rego de Carvalho. Esses escritores, foram objeto de estudo na obra *Em busca da Geração Perdida*, quando jovens, contribuíram com as ações em prol das questões ligadas à educação e a cultura piauiense. Procurou-se verificar o panorama educacional da cidade, tendo em vista compreender o cenário cultural encontrado pelos jovens homens de letras, que propiciou as suas atuações na imprensa e nos espaços de sociabilidades, através da formação de grupos e da prática escriturística.

Palavras-Chaves: Teresina. Juventude. História. Educação. Cultura.

ABSTRACT

This text shows the protagonism of Piauí youth from the creation of the first Student Center in the city of Teresina in the 30s and 40s, a period in which decisive transformations occur in the Brazilian political, economic, social and cultural plans, period of school formation and intellectual of men of letters, Manoel Paulo Nunes, Hindenburg Dobal Teixeira and Orlando Geraldo Rego de Carvalho. These writers, who were the object of study in the book *Em Busca da Geração Perdida*, when young, contributed to actions in favor of issues related to education and culture in Piauí. An attempt was made to verify the educational panorama of the city, with a view to understanding the cultural scenario found by the young men of letters, which led to their performances in the press and in sociability spaces, through the formation of groups and scriptural practice.

Keywords: Teresina. Youth. History. Education. Culture.

RESUMEN

Este texto muestra el protagonismo de la juventud piauiense a partir de la creación del primer Centro de Estudiantes en la ciudad de Teresina, en las décadas de 1930 y 1940, período en que ocurren transformaciones decisivas en los planes políticos, económicos, sociales y culturales brasileños, período de formación escolar e intelectual de los hombres de letras, Manoel Paulo Nunes, Hindenburg Dobal Teixeira y Orlando Geraldo Rego de Carvalho. Estos escritores, que fueron objeto de estudio en el libro *Em Busca da Geração Perdida*, cuando jóvenes, contribuyeron a acciones a favor de cuestiones relacionadas con la educación y la cultura en Piauí. Se intentó verificar el panorama educativo de la ciudad, con miras a comprender el escenario cultural encontrado por los jóvenes de letras, que propició sus actuaciones en la prensa y en espacios de sociabilidad, a través de la formación de grupos y la práctica escriturística.

Palabras-clave: Teresina. Juventud. Historia. Educación. Cultura.

¹ Mestre e Doutoranda em História do Brasil pela Universidade Federal do Piauí (UFPI). Professora Assistente do curso de História da Universidade Estadual do Piauí (UESPI). Autora do Livro *Em busca da Geração Perdida: Formação Escolar e Intelectual de Homens de Letras em Teresina*. Email: vanessasoares@cpm.uespi.br.
Humana Res, v. 5, n.7, 2023, ISSN: 2675 - 3901 p. 218 – 231, jan. a ago. 2023 DOI 10.29327/2151838.5.7-13

Introdução

As mudanças processadas nos anos 1930 tornaram possíveis a ampliação da educação popular e a fundação da primeira instituição de ensino superior do estado. Neste texto procura-se dar visibilidade ao alvo das ações políticas à época – os estudantes. Manter uma boa relação com os estudantes era imprescindível para a manutenção da ordem do estado centralizador, isso sem contar que o controle da atividade estudantil representava a valorização dessas ações políticas. E, para conhecer um pouco da interferência e da influência do estado no ambiente estudantil, fez-se necessário desenvolver esse artigo.

O meio utilizado pelo Estado para efetuar esse controle foi o ideário da educação moral e cívica nas escolas, que tinha como pressuposto a necessidade de construir a nacionalidade através da atividade pedagógica. O projeto de construção da nacionalidade é retomado pelo estado varguista nos anos 1930 a 1950, e não é por acaso que nesse período a questão nacional se impõe com toda a sua força.² Para Renato Ortiz, propostas diferenciadas como o Estado Novo (1937-1945) partiam do princípio de que:

Era necessário edificar uma realidade que ainda não havia se concretizado entre nós. O Estado seria o espaço no interior do qual se realizaria a integração das partes da nação [...] Como a indústria cultural é incipiente, toda discussão sobre a integração nacional se concentra no Estado, que em princípio deteria o poder e a vontade política para a transformação da sociedade brasileira. Os intelectuais, ao se voltarem para o Estado, seja para fortalecê-lo como fizeram durante Vargas, seja para criticá-lo, como os isebianos, o reconhecem como o espaço privilegiado por onde passa a questão cultural.³

Para dar suporte à integração dessas “partes da nação” foi necessária a ação conjunta de diversas esferas da sociedade brasileira, dentre as quais se encontram os modernistas, os intelectuais que idealizavam o Estado, católicos, militares, professores, operários, todos com o interesse de “dar um caráter nacional, de nacionalizar tudo, criando assim justificativas para reproduzir a cultura nacional e que o homem brasileiro assumisse o sentimento de brasilidade e de pertencimento ao Brasil”.⁴

² ORTIZ, Renato. **A moderna tradição brasileira**. São Paulo: Brasiliense, 2001. p. 50.

³ ORTIZ, 2001, p. 50-51.

⁴ MELO, Salânia Maria Barbosa. **A construção da memória cívica: as festas escolares espetáculos de civilidade no Piauí 1930-1945**. Tese (Doutorado em Educação Brasileira) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2009. p. 26.

EDUCAÇÃO, CULTURA E IDEIAS JUVENIS EM TERESINA NOS ANOS 30 e 40: CENTRO ESTUDANTIL PIAUIENSE

Ademais, na busca da edificação dessa “nova realidade”, a relação entre o Estado e o segmento estudantil se torna um dos pilares para sustentar essa formação. O poder e a vontade política da classe dirigente, associada ao vigor da juventude estudantil, eram relevantes para nova organização social brasileira, sobretudo em um momento marcado pela predominância dos interesses coletivos.

Grande parte da juventude brasileira da época estava atenta às mudanças políticas instauradas. Ao perceber que os estudantes se transformavam numa força operante na sociedade, o Estado procurou propagar os valores pautados na tradição, no civismo e no amor à Pátria, os quais deveriam ser absorvidos pelos estudantes, através da propaganda política e da atividade pedagógica reformada pela República Nova⁵. Esses valores são encontrados em quase todas as publicações estudantis da época.

O Estado varguista mobilizou a imprensa e, principalmente, as escolas para instituírem no segmento estudantil as ideias que deveriam “sanar as mazelas da República Velha”⁶, pois, para a consolidação da “nacionalização da sociedade”⁷, era indispensável o auxílio da educação e da cultura.

Nesse momento, pode-se afirmar que esses setores contribuíram para a afirmação gradativa da imagem popular de Getúlio Vargas, uma vez que, seu poder “não foi decorrência de sua popularidade e carisma, mas, ao contrário, é no exercício do poder que esses atributos são construídos através de uma eficiente campanha política e ideológica”⁸.

A relação entre Estado e estudantes piauienses se torna mais sólida após a fundação da primeira organização estudantil, em 13 de janeiro de 1935, com a denominação de Centro Estudantil Piauiense (CEP), liderada pelos jovens da Faculdade de Direito do Piauí, Jonas Cavalcante, Moaci Madeira Campos⁹ e Abrahão Attem.

O Centro Estudantil Piauiense surgiu num ambiente marcado por um horizonte de propostas vinculadas a finalidades cívicas e harmonizadas com a autoridade estatal. Segundo João Batista Vale Júnior, havia na época uma conformação na atuação política dos estudantes,

⁵ Era através da implantação de um modelo educativo amplo, que deveria ser fiscalizado pelos gestores de cada estado, que esses valores eram propagados.

⁶ GOMES, Ângela de Castro; SOARES, Maria Celina. Ascensão do getulismo. In: GOMES, Ângela de Castro; SOARES, Maria Celina. **Getulismo e trabalhismo**. São Paulo: Ática, 1989. p. 26.

⁷ MELO, 2009, p. 26.

⁸ GOMES, 1989, p. 6.

⁹ Moaci Ribeiro Madeira Campos (Regeneração-PI, 13/6/1914 – 1999) se destacou na cultura piauiense. Bacharelou-se em Direito e foi professor. Ministrou aulas de matemática no Liceu Piauiense, Colégio Leão XIII (antes Ateneu Piauiense) e na Escola Técnica do Comércio do Piauí. Em parceria com o professor Felismino de Freitas Weser, fundou a Escola de Comércio do Piauí e Colégio Leão XIII. Foi membro do Conselho Estadual de Educação. Publicou: **Reminiscências de um mestre-escola** (1989). GONÇALVES, 2003, p. 95.

em virtude da própria natureza organizativa da rede de ensino de Teresina, marcada por forte inserção de uma cultura disciplinadora e elitizada¹⁰.

Em termos mais claros, o pesquisador avalia que a “existência de rígidos regimentos de organização e funcionamento das instituições escolares combinava-se com o fato de serem as escolas, e em especial a instituição de ensino superior da capital, ambientes por excelência de formação e sociabilização dos filhos das elites locais”¹¹. Assim, nesse momento, a Faculdade de Direito:

[...] representava importante agência de preparação e legitimação dos sujeitos institucionais que, após sua formação acadêmica, tornar-se-iam responsáveis pelo controle dos meios de exercício do poder político-administrativo no Estado. Essa realidade, marcadamente classista, da estrutura e funcionamento da educação no Piauí, repercutia de uma maneira direta sobre as entidades estudantis e sobre a própria representação socialmente elaborada e aceita a respeito delas.¹²

Portanto, o Centro Estudantil Piauiense foi uma entidade que surgiu dessa formação acadêmica rígida e socialmente elaborada para estar em sintonia com os interesses do Estado. Sendo assim, a organização estudantil passa a desempenhar um relevante papel para as propagandas políticas, que contribuíram para a obtenção do apoio político indispensável às primeiras conquistas dos estudantes teresinenses.

Na matéria que divulga a inauguração do CEP, pode ser observado o apoio da classe dirigente e das instituições escolares a essa organização.

Esteve, hoje, nesta redação, uma comissão composta dos estudantes, Jonas Cavalcante, Moaci Madeira Campos e Abrahão Attem, que nos veio comunicar o início dos trabalhos para a organização e fundação do Centro Estudantil Piauiense, que segundo ligeiros detalhes fornecidos, será uma sociedade congênere à do Ceará e terá como finalidade primordial congregar todos os estudantes do Piauí – acadêmicos, ginásianos e normalistas. Contando, já a ideia como nos acrescentou a comissão, com o apoio moral do governo do Estado, Sr. Diretor Geral de Instrução Pública, Diretores da Faculdade de Direito, Liceu Piauiense, Ginásio Municipal São Francisco de Sales, Escola Normal, Colégio Rui Barbosa e imprensa local, é de prever-se o próximo triunfo desses moços, *portadores de uma ideia nova e patriótica*, por cuja objetivação, o Piauí, de há muito, vem reclamando. Pela altruística iniciativa, fazemos votos de feliz êxito.¹³ (grifo nosso)

¹⁰ VALE JÚNIOR, João Batista. **Longe demais das Capitais?** Cultura política, distinção social e Movimento Estudantil no Piauí 1935-1984. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2010. p. 123.

¹¹ VALE JÚNIOR, 2010, p. 123.

¹² VALE JÚNIOR, 2010, p. 123-124.

¹³ CENTRO Estudantil Piauiense. Sua fundação em nosso meio. **O Tempo**. Teresina, ano 3, n. 368, 14 jan. 1935, p. 3.

EDUCAÇÃO, CULTURA E IDEIAS JUVENIS EM TERESINA NOS ANOS 30 e 40: CENTRO ESTUDANTIL PIAUIENSE

Como se pode observar, também por intermédio dos estudantes as ideias “novas” e “patrióticas” seriam disseminadas no meio social. Para o êxito desse objetivo, era indispensável a organização da diretoria do Centro, tendo em vista que essas “formas de representação estáveis” eram necessárias no nível da organização das entidades estudantis¹⁴. No fragmento a seguir, encontra-se a formação da primeira diretoria do Centro Estudantil Piauiense.

Recebemos a seguinte comunicação:

Sr. Diretor de *O Tempo*, temos o grato prazer de comunicar a essa conceituada redação, que ontem, em reunião especial, em um dos salões do Ginásio Municipal S. Francisco de Sales, realizou-se uma sessão de estudantes, a qual teve por objetivo a organização da diretoria provisória do Centro Estudantil Piauiense, que responderá pelo expediente por tempo indeterminado, até que, crescido o número de sócios, esteja a sociedade apta a proceder à primeira eleição dos membros dirigentes. Depois de discutidos e aprovados vários projetos de interesses primários da classe estudantil, assim ficou constituída a diretoria: Presidente: – Jonas Cavalcante; Vice-Presidente: – Antônio Lisboa Leal; Secretário: – Moaci Madeira Campos; Orador: – José Virgílio Rocha; Tesoureiro: – Aluísio Ribeiro; Adj. Tesoureiro: – Carlos Castelo Branco; Bibliotecário: – Pedro Silva. Para o vosso conhecimento e do público em geral, abaixo transcrevemos vários artigos dos estatutos da nossa recém sociedade, os quais traduzem em síntese as nossas aspirações.¹⁵

222

Na reunião ficaram consolidados onze artigos dos estatutos daquela nova sociedade, os quais traduziram as aspirações dos jovens estudantes de Teresina. Dentre as finalidades, achava-se o desejo de uma congregação harmônica do segmento estudantil. Havia também a vontade de adquirir junto aos diretores dos estabelecimentos de ensino privado, descontos nas mensalidades dos estudantes filiados à sociedade.

Os anseios dos moços eram diversos e, portanto, as cláusulas do estatuto eram bastante plurais. Havia propostas imediatistas e de longo prazo. O Centro não tinha conotação política¹⁶, as ideias estavam mais voltadas para uma movimentação no cenário cultural da sociedade. Foi com base na proposta de atuar no meio social que os estudantes elaboraram o quinto artigo que

¹⁴ Para João Batista Vale Júnior, uma das formas de organização estável era fundada na existência de cargos vitalícios de direção. Tal procedimento, além de garantir a permanência de diretores confiáveis à esfera estatal, por evitar o rodízio de lideranças, inibia a ocorrência de conflitos e cisões capazes de gerar clima de instabilidade e risco de conflito entre as entidades estudantis e o poder público, já que as frestas geradas por estas divisões internas poderiam representar um vazio a ser preenchido por ideias e propostas não harmonizadas com o discurso oficial. VALE JÚNIOR, 2010, p. 124.

¹⁵ CENTRO Estudantil Piauiense. A constituição da nova Diretoria. *O Tempo*. Teresina, ano 3, n. 371, 17 jan. 1935, p. 3.

¹⁶ No décimo artigo do estatuto está disposto em frase única: *O Centro não terá absolutamente caráter político*. Afirmção que deixa explícita a relação entre o estado e os estudantes da época, sobretudo na gestão de Leônidas de Castro Melo.

tinha como missão “promover festividades cujo proveito deveria reverter em favor da sociedade”¹⁷.

De acordo com o estatuto do Centro Estudantil Piauiense, a instituição se direcionava para os fins filantrópicos, literários e de lazer.¹⁸ A política estava fora das discussões do Centro, também por uma questão estratégica, visto que os estudantes percebiam que, para evitar o fracasso da organização, era imprescindível constituir uma unidade. As discussões acerca da política, assim como da religião, poderiam gerar dispersões e discordâncias capazes de abalar a tão almejada congregação dos estudantes teresinenses.

No quarto artigo do estatuto os estudantes solicitavam desconto no valor das entradas nos cinemas e nas companhias teatrais, pois uma das propostas do Centro Estudantil era o acesso a esses espaços culturais da cidade. Esse artigo propõe também a dedução no preço das passagens de empresas fluviais do Parnaíba, de navios e trens, tendo em vista que a circulação do meio de transporte coletivo terrestre¹⁹ no município era pequena e ainda precária. Nesse momento, sobre o Estado pesava ainda, a necessidade de melhorias no setor de transporte, pois não só a educação constituía o foco das ações políticas, mas também as reformas na saúde pública e as transformações urbanas eram essenciais para o desenvolvimento do processo modernizador.

Para a entidade, fazia-se necessária também a organização de uma biblioteca que contasse principalmente com obras literárias, científicas e religiosas, e que deveriam estar sempre à disposição dos sócios. Havia também nos planos do CEP a fundação de uma residência para abrigo dos estudantes e ele filiados, denominada Casa do Estudante.

Naquele momento, a Casa do Estudante já se encontrava bem encaminhada. “Contava com a avultada quantia adquirida pelos esforços da Cruzada Pró Casa do Estudante, que seria inaugurada, assim que aquela sociedade estivesse verdadeiramente solidificada”.²⁰ A Casa do Estudante representava um trunfo utilizado como fator de arregimentação de novos filiados e de apoio político e financeiro, não apenas no Piauí. Desde o final da década de 1920, já se observava uma ação direta do Estado na promoção do que as autoridades consideravam como um dos principais problemas enfrentados pelos estudantes: a questão da moradia.²¹

O oitavo artigo do Estatuto tratava da necessidade de fundar na capital uma escola primária pública, noturna e gratuita e, junto à mesma, um curso especial, destinado a preparar

¹⁷ CENTRO, 1935, p. 3.

¹⁸ ESTADO DO PIAUÍ. *Diário Oficial*. Teresina, 15. mar. 1935.

¹⁹ A inauguração do serviço regular de ônibus em Teresina ocorreu em 1930, pela empresa Auto Viação Piauiense. *O Piauí*, Teresina, ano 39, n. 21, 28 jan. 1930, p. 3.

²⁰ CENTRO Estudantil Piauiense. A constituição da nova Diretoria. *O Tempo*, Teresina, ano 3, n. 371, 17 jan. 1935, p. 3.

²¹ VALE JÚNIOR, 2010, p. 128.

EDUCAÇÃO, CULTURA E IDEIAS JUVENIS EM TERESINA NOS ANOS 30 e 40: CENTRO ESTUDANTIL PIAUIENSE

alunos ao exame de admissão, mediante insignificante contribuição mensal. De acordo com o plano dos estudantes, essa escola seria de grande interesse para as famílias pobres de Teresina, que teriam assim um meio fácil de educar seus filhos, muitos deles empregados durante o dia para auxiliar nas despesas domésticas.

No nono artigo constava a necessidade de criação de uma “polícia centrista” com caráter oficial, destinada a assegurar a ordem no seio da classe estudantil, que faria prevalecer a força moral e, quando fosse necessário, opinião imparcial, serena e ponderada do policiamento.²² Acerca desse dispositivo, João Batista Vale Júnior avalia que ao próprio CEP assistiam poderes para promover o controle e a vigilância interna, naquilo que dizia respeito ao comportamento dos seus associados. “A entidade, dessa forma, arvorava para si mesma atribuições que tornava prescindível a intervenção do Estado com vistas à manutenção do controle sobre os estudantes”.²³

O décimo artigo tratava da conduta do sócio e do grau de atividade do Centro. Quanto ao papel desempenhado pelo integrante, estava expresso no artigo que o sócio que praticasse qualquer ação que desabonasse a sua conduta e que viesse de algum modo prejudicar o bom conceito da sociedade, seria eliminado. Além dessa penalidade, havia ainda as de suspensão, admoestação etc. Em consonância com a esfera política da época, o décimo primeiro artigo proibia o centrista de provocar discussões de política militante ou até mesmo de religião durante as reuniões. Em suma, o que João Batista Vale Júnior conclui acerca da organização dessa primeira entidade representativa dos estudantes piauienses é que:

Promoveu-se assim, [...] uma combinação de uma missão institucional fundada nos princípios de ordem e disciplina típicos da cultura de mobilização política da classe estudantil defendida pelo Ministério da Educação e Saúde do Governo Constitucional de Vargas, com pretensões policiais voltadas ao controle sobre ideias e comportamentos da categoria que o CEP dispunha-se a representar.²⁴

Percebe-se que no exercício desse controle existia o que Michel Foucault em *Microfísica do poder* aponta como “relações de poder que atravessam, caracterizam e constituem o corpo social”²⁵ da entidade estudantil. Esse poder se fez presente nas atividades centristas, desde a

²² Observa-se que essas ações sociais e esses ideais de ordem e progresso estavam em consonância com as que eram impostas pela política centralizadora vigente na época. CENTRO..., 1935, p. 3.

²³ VALE JÚNIOR, 2010, p. 126.

²⁴ VALE JÚNIOR, 2010, p. 126-127.

²⁵ FOUCAULT, Michel. Soberania e disciplina. In: **Microfísica do poder**. 26. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1979. p. 179.

sua formação, organização e ação social e se fez sentir no campo das produções simbólicas²⁶ como instrumentos de uma cultura política dominante, pois, como se viu, o projeto estadonovista pode ser comparado ao que Pierre Bourdieu, em **O poder simbólico**, caracteriza como produto coletivo e coletivamente apropriado. De acordo com o teórico, esse produto surge de interesses particulares, mas é apresentado como interesses universais, comuns ao conjunto do grupo.²⁷

Formada e organizada a entidade no contexto político vigente, dois meses após a fundação do CEP, o presidente Jonas Cavalcante noticiou o que considerava uma importante conquista, a concessão de descontos em ingressos de cinema.

Pedem-nos a publicação seguinte comunicado:

Estudantes teresinenses:

O Centro Estudantil Piauiense acaba de conquistar uma grande vitória, que bem traduz a confiança e revela consideração que em nós depositam e dispensam os dignos sócios das empresas Teatral Cinematográfica Piauiense, respectivamente, Jorge João Tajra e Alfredo Ferreira. Obteve, para todos os estudantes teresinenses, acadêmicos, ginasianos e normalistas, 50% de abatimento nos seus ingressos, a serem obedecidas às disposições, a que abaixo nos referimos. Foi um triunfo alcançado sem relutâncias e sem pelezas, porque encontramos nas pessoas daqueles representantes a melhor boa vontade em nos satisfazer.²⁸

Essas disposições eram referentes ao acordo firmado entre a comissão composta pelos estudantes Jonas Cavalcante, Moaci Madeira Campos e Aluizio Cavalcante e os empresários. No acordo, os estudantes apresentaram as seguintes propostas: acesso aos espaços culturais através da exibição da caderneta centrista, sem uso da farda, direito que também deveria ser concedido às normalistas; quando se tratasse de uma película dedicada gratuitamente às normalistas, a exibição da caderneta era dispensada e exigido o uniforme; que, apenas nas vesperais, não deveria ser concedido desconto, e, por último, que os estudantes seriam, no recinto dos prédios das empresas referidas, policiados pelos fiscais da polícia centrista, brevemente a ser organizada com caráter oficial. Após o êxito do acordo, no fim do comunicado, o presidente fez mais um pedido aos estudantes da capital.

Colegas acadêmicos, ginasianos e normalistas:

²⁶ BOURDIEU, Pierre. Sobre o poder simbólico. **O poder simbólico**. 12. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2009. p. 10.

²⁷ BOURDIEU, 2009, p. 10.

²⁸ CENTRO Estudantil Piauiense. Comunicado. **O Tempo**, Teresina, ano 3, n. 416, 14 mar. 1935, p. 2.

EDUCAÇÃO, CULTURA E IDEIAS JUVENIS EM TERESINA NOS ANOS 30 e 40: CENTRO ESTUDANTIL PIAUIENSE

O Centro Estudantil Piauiense é o pátio sob cuja sombra nos devemos congreguar, sem caráter político, para que sejamos unidos e fortes. A nossa sociedade tem como paradigma, O CENTRO ESTUDANTIL CEARENSE, que também é nosso, como disse seu presidente. E é mesmo, porque é brasileiro. Estudantes do Liceu e Ginásio São Francisco de Sales, vinde permutar a vossa caderneta particular pela oficial do Centro. Ingressar no Centro é corroborar diretamente para a fundação da Casa do Estudante. Ser centrista é ser patriota, é ser amigo do progresso e inimigo do analfabetismo. Inscrever-se no Centro é abominar com rancor o indiferentismo e o comodismo que nos são peculiares; é acompanhar a marcha do século; é ser dinâmico e idealista.²⁹

226

Nesse mesmo comunicado, o presidente do CEP enviou aos diretores da Instrução Pública e da Escola Normal Oficial, ao secretário Joel Mendes e às normalistas, o seu agradecimento pela colaboração e contribuição que resultaram em 153\$000 para benefício da sociedade. Fez amplo agradecimento aos empresários Alfredo Ferreira³⁰ e Jorge João Tajra.

Após esse passo, visando ao fortalecimento do Centro e depois de conseguirem chamar a atenção da sociedade, mais uma vez a comissão se reuniu e reorganizou o primeiro estatuto: “Com o objetivo de todos os estudantes teresinenses ficarem conhecedores dos estatutos do Centro, iniciamos hoje, a publicação de vários de seus dispositivos, que, mais de perto falam aos interesses da classe”.³¹

O novo estatuto foi elaborado com o intuito de “dar mais legitimidade e credibilidade” ao Centro. No estatuto ficaram estabelecidos dez artigos, que foram ampliados, visto que no interior dos mesmos foram inseridos os incisos e parágrafos. O documento foi dividido em duas partes: da finalidade e dos deveres sociais do CEP.

Dentre as novas inclusões, chama atenção a consolidação do dia do estudante. No terceiro artigo das finalidades, foi definido que, como preito de admiração e homenagem ao “espírito empreendedor” e “esforço ciclópico” da “mocidade centrista” do Ceará, o Centro Estudantil do Piauí também consideraria o dia 11 de agosto como o Dia do Estudante brasileiro, pois nessa data foi fundada o Centro Estudantil Cearense. Não obstante, havia uma forte ligação entre os estudantes dos dois estados, pois na primeira fase, a organização piauiense estava vinculada ao Centro Estudantil do Ceará.³² O fragmento a seguir traduz parte do que se encontra a respeito dessa parceria na imprensa teresinense.

²⁹ CENTRO..., 1935, p. 2.

³⁰ Alfredo Ferreira (Hans – Síria, 1900 – Teresina-PI, 1972) era empresário. Pioneiro no cinema em Teresina e em Parnaíba. Fundou, em 1920, o primeiro cinema em Parnaíba – o Cine-Teatro Éden. Em 1930, inaugurou o primeiro cinema falado de Teresina, exibindo, no Theatro 4 de Setembro, o filme *Doce como mel*.

³¹ CENTRO Estudantil Piauiense. *O Tempo*, Teresina, ano 3, n. 419, 18 mar, 1935, p. 2.

³² CENTRO Estudantil Piauiense. *O Tempo*, Teresina, ano 3, n. 427, 27 mar, 1935, p. 2.

O CENTRO ESTUDANTIL CEARENSE, recebendo a comunicação da fundação, em nosso meio, do CENTRO ESTUDANTIL PIAUIENSE, para há qual muito concorreu e trabalhou, logo quis demonstrar sua admiração, pelos esforços da mocidade estudiosa do Piauí. E o fez, dedicando em homenagem especial ao CENTRO ESTUDANTIL PIAUIENSE, uma tiragem de seu órgão, a FOLHA ESTUDANTIL, que traz rica bagagem literária, e cujo artigo de fundo aqui transcrevemos, atendendo as solicitações que nos foram dirigidas [...]³³

Em síntese, essa transcrição se referia a uma parte da história de luta dos estudantes do Ceará. Mencionava que o Centro Estudantil Cearense havia nascido de um sonho, de uma vontade vigorosa e do pensamento de vários moços, os quais, debruçados sobre os livros, cedo perceberam, na sua profundidade, as reservas enérgicas de que poderia a classe estudantil dispor em proveito de seus benefícios e preparo futuro da pátria.³⁴

Segundo a publicação, só a juventude era, de fato, o campo aberto às grandes florações.³⁵ É possível perceber, a partir dessas publicações, a absorção entre os estudantes, dos valores propagados pelo Estado. Naquele momento, prevalecia o anseio de que os ideais dos jovens se propagassem com intensidade semeando tradições gloriosas de amor à pátria. O fragmento a seguir torna possível observar como esses valores eram cristalizados no meio pedagógico local.

A constante preocupação dos professores primários deve ser a de procurar despertar o patriotismo latente nos corações da infância porque a ela estarão entregues os destinos da Pátria nos dias futuros. Reparaí bem as nossas crianças: elas já nascem patrióticas! Antes de aprenderem a primeira leitura elas já sentem a grandeza do Brasil quando assistem a uma solenidade cívica. Parecem compreender o passado glorioso dos nossos antepassados e desvendar o futuro radiante que as espera para guiar os passos da grande Pátria estremecida [...] Um país que não cultiva o civismo dos seus filhos está destinado a desaparecer mais tarde, estrangulado pela sanha dos povos mais poderosos [...] Eu confio na mocidade das escolas. Mas confio mais ainda na infância que não despertou completamente para a vida.³⁶

O que se observa na matéria é que ela sintetiza o que era difundido na infância e juventude da época. Essas palavras haviam sido proferidas em uma palestra no Palácio da Escola Normal em comemoração ao Dia da Pátria, entretanto, traduziam bem os anseios do Estado no período. A educação cívica deveria ser o alicerce fundamental das escolas da cidade. Era nessa atmosfera

³³ CENTRO..., 1935, p. 2.

³⁴ CENTRO..., 1935, p. 2.

³⁵ CENTRO..., 1935, p. 2.

³⁶ AZEVEDO, James. A educação cívica e a grandeza da pátria. **Educação**. Órgão de propaganda educativa. Escola Normal Oficial. Teresina, 25 dez. 1936, p. 2-4.

EDUCAÇÃO, CULTURA E IDEIAS JUVENIS EM TERESINA NOS ANOS 30 e 40: CENTRO ESTUDANTIL PIAUIENSE

que haviam surgido os ideais centristas que floresciam em sintonia com as transformações que se direcionavam para a construção da nacionalidade brasileira.

Nesse clima, os estudantes não pararam de trabalhar e os resultados eram cada vez mais alcançados. Depois da concessão de desconto no acesso aos espaços culturais, outra grande conquista do CEP foi divulgada na segunda reunião extraordinária no salão de Congregação da Faculdade de Direito, que ocorreu às 15 horas do dia 31 de março de 1935, cuja ata foi publicada no dia 8 de abril do mesmo ano. Tratava-se da aquisição de assistência médica gratuita do Instituto Policlínico para os estudantes centristas desprovidos de fortuna. Conquista que, de acordo com a matéria, foi recebida com geral entusiasmo e provocou uma “acalorada salva de palmas”. Alguns dias após a publicação da ata da reunião, o jornal **O Tempo** publicou matéria encaminhada pelo CEP, especialmente dedicada à divulgação de mais um mérito dos estudantes.

Nós do Centro Estudantil Piauiense, temos hoje, mais do que nunca, um motivo de excepcional satisfação, porque vimos de obter o que desde o início da nossa sociedade, muito anelávamos – assistência médica gratuita aos centristas. Os beneméritos membros do Instituto Policlínico, compreendendo o nosso justo e nobre anseio, como pais de família, patriotas e portadores de sentimentos altruísticos, num ato louvável e meritório, que não somente ficará na nossa memória, mas também nas páginas de nosso querido Piauí – futuro São Paulo do Nordeste; reconhecendo ainda mais que somos na totalidade, uma mocidade pobre que braceia tenazmente para aprender a viver, para cultivar a inteligência para servir à Pátria – concederam assistência médica gratuita ao Centro Estudantil Piauiense. Este formidável triunfo, que é demonstração perfeita de uma consideração especial e que ora auréola os nossos esforços, é como que um impetuoso AVANTE! aos ouvidos da mocidade, bradado pelo nosso próprio Brasil Colosso preludiando o dia de sua glória e de sua hegemonia no âmbito internacional. A mocidade desperta. Lança ao alto o seu olhar atônito. Harmoniosamente se aglutina como as águas límpidas dos córregos para formar uma grande torrente contra a qual se esboroem os maus, os cétricos, os procenetas.³⁷

Em apreço aos parceiros que contribuía para a visibilidade do Centro, os estudantes não economizavam nos adjetivos, agradecendo-os de todas as formas possíveis. Quanto mais parcerias, mais populares ficavam os que concediam os convênios, mais benefícios os estudantes recebiam e, por conseguinte, mais poder possuíam aqueles que faziam parte da linha de frente do CEP.

As ideias de tradição, ordem e progresso, provenientes do positivismo da República Velha e que ainda permaneciam em uma Nova República carregada de anseios nacionalistas, faziam com que os jovens fossem bem-vistos pelos grupos dominantes e pela sociedade em geral. Para

³⁷ CENTRO Estudantil Piauiense. Mais uma grande vitória. **O Tempo**, Teresina, ano 3, n. 444, 16 abr. 1935, p. 3. **Humana Res**, v. 5, n.7, 2023, ISSN: 2675 - 3901 p. 218 – 231, jan. a ago. 2023 DOI 10.29327/2151838.5.7-13

definir melhor essa afirmação, em nota no mesmo artigo que divulgava a boa nova, se encontrava o agradecimento do médico e político Lindolfo Monteiro, pelas promissoras atitudes dos estudantes.³⁸

O ano de 1935 foi um marco na história dos estudantes em face das articulações e das conquistas inéditas. Em meados desse mesmo ano, foi eleita uma nova diretoria. O centrista Moaci Madeira Campos assumiu a presidência, passou a organizar festas e a arrecadar fundos para a organização.

O reconhecimento do CEP como instituição de utilidade pública estadual deu-se em 1936, através da Lei Estadual nº 50 de 17/7/1936. Para João Batista Vale Júnior, isso demonstrava a relativa proximidade com o poder local, além de adequação às diretrizes estabelecidas pela dupla de ministros varguistas, Francisco Campos, da Justiça, e Gustavo Capanema, da Educação e Saúde.”³⁹

Contudo, constata-se que os anseios daqueles jovens eram diversos. A luta estava só começando. As dificuldades enfrentadas pelos estudantes em Teresina eram muitas e o apoio da classe dirigente era insuficiente.

Os contatos dos estudantes teresinenses com os dos centros estudantis de outros estados influenciaram a criação de um jornal que divulgasse as conquistas e as limitações dos jovens piauienses. Esse jornal passou a circular na cidade com a denominação **Folha Estudantil**. No início, o Estado apoiou a publicação, era nas oficinas da imprensa oficial que as tiragens eram produzidas.

Com o início do Estado Novo, os estudantes se encontraram cada vez mais limitados diante de um regime controlador e passaram a se organizar, dentre outras ações, para combater os “descasos pelas letras na cidade”. Essa atitude dos estudantes levou as lideranças políticas a perceberem naquele momento que as ações da classe estudantil estavam fugindo do controle do estado e, por consequência foi proibida a circulação do jornal estudantil e extinto o próprio Centro Estudantil, que só ressurgiu em 1946, após as deposições do presidente Getúlio Vargas, do interventor federal Leônidas Melo e do prefeito Lindolfo Monteiro. A imprensa local rememora os fatos:

Quem conheceu o movimento estudantil de Teresina, antes do tão falado Estado Novo, ao aqui chegar, no auge do fascismo, sofria uma grande decepção, notando o

³⁸ Do Rio de Janeiro, Lindolfo Monteiro respondeu por telegrama uma carta do estudante Jonas Cavalcante, em nome do Centro, para agradecer o apoio dos profissionais da saúde. Na correspondência, o médico dizia estar de pleno acordo com a assistência e qualificava a atitude do CEP como justa e nobre.

³⁹ VALE JÚNIOR, 2010, p. 124.

desfalecimento porque passava a juventude de nossa terra outrora movimentada e sempre no sentido de fazer por onde merecer os aplausos dos mais experimentados na vida. Jornais estudantis eram editados em nossa capital, procurando os moços, por esse meio congregarem-se para combater o descaso pelas letras. Quem não se lembra da *Folha Estudantil*? Acreditamos que todos tenham ainda, pelo menos, uma vaga lembrança do órgão que tantos benefícios trouxe à mocidade de Teresina. Por que desapareceu? Não sabem, estamos certos, porém vamos dizer qual a razão do seu desaparecimento [...] ⁴⁰.

O articulista anônimo expôs questionamentos acerca da extinção do periódico. Segundo o mesmo, no aceso do regime de Getúlio Vargas, o Sr. Dejar Mendonça, sobrinho do ministro Mendonça Lima, chegou a Teresina com o propósito de criar um jornal. Entrando em negociações com o Dr. Cláudio Pacheco, adquiriu o jornal **O Tempo**, e, desde logo, se dedicou ao trabalho de combater a oposição na capital. O jornal **O Piauí** aponta uma das versões para o desaparecimento da **Folha Estudantil** e do CEP.

O jornalista Dejar Mendonça, em princípio logo demonstrou ser um tratante e desonesto, mas nada importava ao interventor, pois era ele afinal de contas sobrinho do ministro. Pela confecção do jornal que ressurgia, o povo talvez sem intenções, não aceitou o jornal de Dejar Mendonça e dava preferência à *Folha Estudantil*, embora fosse um órgão de estudantes. Conhecendo que não era possível combater o jornal dos estudantes com seu próprio jornal, Dejar Mendonça vai ao Palácio de Karnak solicitar do interventor, a suspensão da tiragem da *Folha Estudantil* das oficinas da Imprensa Oficial e a ordem é imediatamente dada. Desaparece assim de forma escandalosa o órgão que mantinha coesa a classe estudantil de nossa capital. Com o desaparecimento do jornal, desaparece também o Centro Estudantil Piauiense. Estava portanto o terreno com a desagregação dos estudantes, bom para o Estado Novo que temia a força das classes, fossem fracas ou não. Hoje, porém que desapareceu a mão de ferro dos estadonovistas, a classe estudantil volta a se movimentar e dentro de poucos dias estará reorganizado o velho Centro Estudantil Piauiense para continuar na obra de defesa dos interesses da classe. ⁴¹

O jornal **O Piauí** fazia oposição a Getúlio Vargas, Leônidas Melo e Lindolfo Monteiro. ⁴² Era o órgão da União Democrática Nacional (UDN). Esse jornal havia ressurgido em uma nova fase no ano de 1945, era de propriedade do comandante Helvécio Coelho Rodrigues e estava sob orientação do ex-governador do Estado do Piauí, Eurípedes de Aguiar ⁴³, de Esmaragdo de

⁴⁰ A CIDADE. **O Piauí**. Teresina, ano 57, n. 85, 12 maio 1946, p. 3.

⁴¹ A CIDADE..., 1946, p. 4.

⁴² Após a leitura de algumas colunas que foram publicadas nesse período, observa-se que a pauta mais debatida pela oposição dizia respeito à denúncia da falta de saneamento básico e à precária distribuição de água e energia elétrica, que travavam o desenvolvimento da cidade de Teresina.

⁴³ Eurípedes Aguiar (São José dos Matões-MA, 19/1/1880 – Teresina-PI, 2/3/1953). Médico, político e jornalista. Médico e farmacêutico pela Faculdade de Medicina da Bahia, em 1902. Governador do estado (1916-1920). Fez severas críticas ao golpe das forças armadas em 1937 e ao representante federal no Piauí, Leônidas Melo. A queda da ditadura, em 1945, propiciou a formação de partidos políticos, entre os quais a União Democrática Nacional (UDN), que Eurípedes Aguiar comandou. GONÇALVES, 2003, p. 15-16.

Freitas, Simplício Mendes, Arimathéa Tito, Ofélio Leitão⁴⁴ e Júlio Martins Vieira⁴⁵. Na coluna A Cidade havia diariamente denúncias sobre a má administração dessas três lideranças do poder executivo.

Nos espaços de educação e cultura, os estudantes atuaram como guardiões dos valores políticos tradicionalmente cultivados na sociedade piauiense, contra qualquer ameaça ao espírito cívico e aos valores familiares, mesmo quando foram silenciados pelo mesmo Estado que os apoiou e o controlou. Esses espaços foram apropriados pelo campo político o qual, segundo Pierre Bourdieu, se constitui:

O lugar em que se geram, na concorrência entre os agentes que nele se acham envolvidos, produtos políticos, problemas, programas, análises, comentários, conceitos, acontecimentos, entre os quais os cidadãos comuns, reduzidos ao estatuto de consumidores, devem escolher, com probabilidades de mal-entendido tanto maiores quanto mais afastados estão do lugar de produção.

A partir das fontes consultadas, pode-se afirmar que, em nenhum momento, o ideário de esquerda ganhou força no segmento estudantil. O predomínio desses “códigos e condutas” das gerações mais velhas, nesse lugar onde são gerados “produtos políticos” - como a manutenção do espírito cívico que esteve presente nas ações dos estudantes do CEP - estará presente na escrita dos jovens escritores que darão início às suas trajetórias intelectuais nas revistas estudantis.

As atuações dos estudantes do Centro Estudantil Piauiense no universo escolar contribuíram para a publicação dos primeiros periódicos escolares da cidade de Teresina. Em parte das revistas estudantis que irão circular a partir de 1940, haverá menções à história dos estudantes piauienses, às conquistas resultantes do surgimento dos ideais centristas e textos com temáticas acerca dos interesses dos jovens da época.

Por fim, registra-se que esse ambiente escolar e acadêmico, moldado pelos princípios políticos, morais e culturais do Estado varguista, prevalecerá na cidade de Teresina até a fundação da Faculdade Católica de Filosofia no final da década de 1950. Foi esse o cenário escolar que os intelectuais Manoel Paulo Nunes, Hindemburgo Dobal Teixeira e Orlando Geraldo Rego de Carvalho encontraram quando vieram estudar na capital. É essa formação que a “Geração perdida” irá receber.

⁴⁴ Ofélio das Chagas Leitão (Picos-PI, 4/12/1915 – Teresina, 30/5/1989). Formou-se em Direito pela Faculdade do Maranhão (1940). Foi juiz do trabalho, procurador-geral de justiça, advogado do Branco do Brasil, e outros. Teve intensa atividade na imprensa piauiense. Foi redator-chefe da *Imprensa Oficial do Estado* e do jornal *O Piauí*. Publicou diversas obras. Em 1980, ingressou na Academia Piauiense de Letras.

⁴⁵ Júlio Antônio Martins Viera (Teresina-PI, 29/4/1905 – 1984). Professor, jornalista e escritor. Bacharel em Direito (1941). Juiz de direito. Professor durante quarenta anos. Paralelamente ao magistério, atuou na imprensa. Publicou obras. Pertenceu à Academia Piauiense de Letras e ao Cenáculo Piauiense de Letras.

“SE COMPADEÇA DE MIM, QUE POR POUCOS MIOLOS E VERDES DE RAPARIGA E MAL-EDUCADA”: as juventudes da capitania de São José do Piauí, no século XVIII

Rosamaria de Sousa Fé Barbosa¹

RESUMO

O presente trabalho tem por objetivo perceber parte das práticas comuns aos sujeitos durante a fase da vida que antecede a maturidade na capitania de São José do Piauí, a qual chamaremos de juventude. Para tal, nos servirão de suporte os relatos de moças cujas vidas foram capturadas nos livros do Santo Ofício em via de seus pecados. Posto isso, as confissões feitas por Maria Leonor, Joana Pereira e Custódia Abreu ao padre missionário jesuíta Manoel da Silva, nos anos de 1757 e 1758, serão nosso principal centro de análise. As jovens de diferentes condições sociais, assentadas no sítio de José de Abreu Bacelar, tratam em seus relatos sobre seus respectivos desvios da fé, ao tempo que dissertam sobre fragmentos do seu cotidiano e das suas relações sociais. Neste sentido, servirão de inspiração teórica os escritos de Natalie Zemon Davis e Robert Darnton, posto que a narrativa visa perceber as diversas possibilidades que as fontes propiciam e, enviando pelo caminho trilhado por personagens específicos, tenta atravessar as realidades socioculturais do Piauí setecentista.

Palavras-chave: Inquisição. Juventudes. Capitania de São José do Piauí.

“BE COMPASSIONATE ON ME, WHICH FOR A LITTLE BRAINS AND GREENS OF A GIRL AND POOR-EDUCATED”: the youths of the captaincy of São José do Piauí, in the 18th century

ABSTRACT

This work aims to understand part of the practices common to subjects during the phase of life that precedes maturity in the captaincy of São José do Piauí, which we will call youth. To this end, we will support the reports of girls whose lives were captured in the books of the Holy Office as a result of their sins. That said, the confessions made by Maria Leonor, Joana Pereira and Custódia Abreu to the Jesuit missionary priest Manoel da Silva, in the years 1757 and 1758, will be our main center of analysis. The young women from different social conditions, settled on José de Abreu Bacelar's farm, deal in their reports with their respective deviations from the faith, while they talk about fragments of their daily life and their social relationships. In this sense, the writings of Natalie Zemon Davis and Robert Darnton will serve as theoretical inspiration, since the narrative aims to perceive the different possibilities that the sources provide and, skewing the path trodden by specific characters, tries to cross the sociocultural realities of Piauí in the 18th century.

Keywords: Inquisition. Youths. Captaincy of São José do Piauí.

¹ Mestra em História do Brasil e licenciada em História pela Universidade Federal do Piauí (UFPI).
rosamaria.barbosa97@gmail.com

“SÉ COMPASIVO DE MÍ, ESO POR UN POCO DE CEREBRO Y VERDE DE NIÑA Y POBRE EDUCACIÓN”: los jóvenes de la capitanía de São José do Piauí, en el siglo XVIII

RESUMEN

Este trabajo tiene como objetivo comprender parte de las prácticas comunes a los sujetos durante la fase de vida que precede a la madurez en la capitanía de São José do Piauí, que llamaremos juventud. Con este fin, apoyaremos los informes de niñas cuyas vidas quedaron plasmadas en los libros del Santo Oficio como resultado de sus pecados. Dicho esto, las confesiones realizadas por María Leonor, Joana Pereira y Custódia Abreu al sacerdote misionero jesuita Manoel da Silva, en los años 1757 y 1758, serán nuestro principal centro de análisis. Las jóvenes de distintas condiciones sociales, asentadas en la finca de José de Abreu Bacelar, abordan en sus relatos sus respectivos desvíos de la fe, al tiempo que hablan de fragmentos de su vida cotidiana y de sus relaciones sociales. En ese sentido, los escritos de Natalie Zemon Davis y Robert Darnton servirán de inspiración teórica, ya que la narración tiene como objetivo percibir las diferentes posibilidades que brindan las fuentes y, sesgando el camino tomado por personajes específicos, intenta cruzar las realidades socioculturales de Piauí. en el siglo 18.

Palabras clave: Inquisición. Jóvenes. Capitanía de São José do Piauí.

Aceitei eu, como rapariga de nenhum miolos; e por outra parte de costumes de pouca, ou nenhuma boa educação.

Joana Pereira

Introdução

A colonização, em termos culturais, foi circunscrita pelo atravessamento de diversas formas de viver no mundo. Ademais, como em boa parte das sociedades, essas experiências, também, costumavam ser influenciadas por outros marcadores, como, por exemplo, as vivências concernentes às faixas etárias de cada indivíduo. Entretanto, esses elementos que conhecemos hoje como infância, juventude, vida adulta e velhice não foram reconhecidos de maneira homogênea, ao longo da história do Ocidente. Assim, apesar de existirem práticas que eram comuns a cada uma dessas etapas, no mundo colonial, ainda não havia uma definição que marcasse a existência de alguns desses elementos, como no caso da juventude.

Posto isso, o objetivo do nosso escrito visa perceber quais as práticas registradas pela Igreja Católica no Piauí do século XVIII que eram comuns ao que hoje conhecemos como aos sujeitos antes de atingirem a “maturidade”. Para isso, as confissões Joana Pereira, Custódia Abreu e Maria Leonor,² obtidas pelo padre missionário jesuíta, Manoel da Silva, nos servirão como ponto de partida para essa empreitada, uma vez que elas reúnem experiências atribuídas

² ANTT, IL, Caderno do Promotor n.121. Livro 313, n.125, 126 e 127.

“SE COMPADEÇA DE MIM, QUE POR POUÇOS MIOLOS E VERDES DE RAPARIGA E MAL-EDUCADA”: as juventudes da capitania de São José do Piauí, no século XVIII

às jovens viventes do referido espaço-tempo. Desse modo, apesar de se tratar de relatos incomuns, compreendemos que tais trajetórias são marcadas por elementos semelhantes ao que podemos chamar de mocidade dentro do universo colonial de São José do Piauí, de modo que nos auxiliarão no sentido de pensarmos as características marcantes a esse tempo o qual antecede a vida adulta no Piauí setecentista.

Nesse sentido, a epígrafe escolhida por nós para dar início ao nosso texto diz respeito a um trecho da confissão de Joana Pereira, no qual ela propõe que seu estado de “rapariga”, ou seja, a sua mocidade, teria interferido nas escolhas e a levaram a pecar. O documento escrito e enviado ao Caderno do Promotor pelo padre Manoel da Silva classificava o delito cometido por Joana Pereira como idolatria. Naquela ocasião, datada como 27 de abril de 1758, Joana teria discorrido diante do padre seu encontro com um ser que ela diz ser o “demônio em figura humana”, cujo nome ela dizia ser Tundá, se referindo também a ele como Lúcifer, “homem” e como “senhor”. Essas confissões estão registradas no Caderno do Promotor 121, pertencente ao Tribunal Inquisitorial. Nele, estavam agregadas as diversas denúncias enviadas ao Santo Ofício, com o intuito de serem revistas pelo promotor, para que, então, fosse definido o destino de cada uma delas. No caso das citadas fontes, não há registros de terem se tornado processos, ou de ter havido alguma punição por parte do Santo Ofício.

Maria Leonor, Joana Pereira e Custódia Abreu, na época de suas respectivas confissões, tinham entre 15 e 18 anos, todas solteiras e, naquele momento, moradoras no sítio de Cajazeiras, localizado na capitania de São José do Piauí. Cerca de trinta anos após o recolhimento de seus depoimentos, foi feito naquela capitania um mapeamento, a pedido do governador José Telles de Souza, em 1787,³ no qual constava os dados demográficos daquela localidade, tais como a raça, as idades e a quantidade de pessoas que assentavam cada um dos povoamentos. A partir desse mapa, foi constatado que a capitania possuía 37.044 habitantes, subdivididos entre escravizados, mulatos, pretos forros, indígenas e brancos. Desses habitantes, 11.957 eram pessoas que possuíam entre oito e vinte anos de idade, ou seja, cerca de 32% da população. Nesse sentido, apesar das supraditas moças já não fazerem parte desse grupo, quando o mapeamento ocorreu, é importante para nós, destacar a importância dada a essa segmentação etária naquele momento. Posto isso, era a partir desse mapeamento que o governo saberia sobre os índices de nascimento e mortalidade, sobre como a população estava distribuída e, sobretudo,

³ Mapa das cidades, vilas, lugares e freguezias das capitanias do Maranhão e Piauhy [cartográfico]: com número em geral dos habitantes das ditas capitanias. 1787. Disponível em:

http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_cartografia/cart543219/cart543219.html

Humana Res, v.5, n.7, 2023, ISSN: 2675 - 3901 p. 235 – 250, jan. a ago 2023. DOI 10.29327/2151838.5.7-14

quantos jovens e adultos poderiam lutar pela coroa, caso fosse necessário. Não à toa, na parte inferior do mapa, a legenda destaca a quantidade de homens capazes de pegar em armas. Dessa forma, ele nos mostra que, para além dos comportamentos e prática que tornavam esses jovens semelhantes, havia sobre eles um olhar exterior, que os identificava e lhes davam atribuições.

No que segue, uma vez que nossa análise parte da confissão de três mulheres, fica entendido que lançaremos nosso olhar de maneira afínca ao que tange esse gênero. Ademais, apesar das semelhanças compreendidas por essa etapa que antecede a maturidade e pelo próprio gênero, há de se destacar que há de se tratar de três pessoas que pertencem a raças e classes diferentes.⁴ Assim, enquanto Maria Leonor é uma moça branca e abastada, que apesar de órfã de pai, vive sob a tutela de seu tio, um sujeito de destaque dentro da Capitania do Piauí,⁵ Joana Pereira e Custódia Abreu são moças escravizadas, e, que também possuem suas diferenças. Joana, uma mulher mestiça, que viveu em diferentes lugares durante sua trajetória de vida, tendo tido mais de um dono. Apesar disso, Joana possuía junto a si uma referência familiar, sua irmã Josefa Linda, de quem fala e denuncia durante a confissão. Já Custódia, era uma moça indígena, nascida em liberdade, mas capturada ainda nos primeiros anos de vida para ser escravizada. Sob esse complexo, nas linhas que seguiremos tratar de refletir sobre as “raparigagens” constituídas em São José do Piauí, nos idos do século XVIII.

RAPARIGAGENS: interações juvenis na Colônia

O ano era 1757, quando, na fazenda de José de Abreu Bacelar,⁶ um dos mais ricos moradores da capitania de São José do Piauí, o padre Manoel da Silva, recebe a confissão dos moradores do local. Uma dessas moradoras era Maria Leonor,⁷ filha da sua sobrinha cujo marido havia falecido e que, por esse motivo, agora estava sob sua proteção. Maria, uma jovem

⁴ Destacamos, com isso, que nosso entendemos o gênero, a raça e a classe como categorias interseccionais, das quais dependem umas das outras para serem efetivamente compreendidas, visto os atravessamentos que esses pertencimentos geram. Elementos que coadunam com o que propõe Anibal Quijano, posto a ideia de racismo como um mecanismo do Estado para instrumentalizar papéis sociais, forjando uma estrutura global de controle do trabalho, e para além, do controle dos corpos. Ver em:

QUIJANO, Anibal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, Edgardo (org.). **A colonialidade do saber: Eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas Latino-americanas.** Buenos Aires: Clacso, 2005, pp. 117-142

McCLINTOCK, Anne. **Couro Imperial: raça, gênero e sexualidade no embate colonial.** Campinas: Editora da UNICAMP, 2010.

⁵ MIRANDA, Reginaldo. **Piauienses notáveis.** Teresina: Academia Piauiense de Letras, 2019.

⁶ José de Abreu Bacelar era um português que veio à colônia em busca de riquezas. Assentado na capitania de São José do Piauí, passou a possuir nela numerosos escravizados e cabeças de gado. Além disso, foi nomeado capitão-mor de Parnaguá, distrito em que residia. Com seu empreendimento bem-sucedido, se tonou, nas palavras de Miranda, “um dos principais colonizadores do Piauí” e o “homem mais rico de seu tempo”. Ver em: MIRANDA, Reginaldo. **Piauienses notáveis.** Teresina: Academia Piauiense de Letras, 2019. p.330-334.

⁷ ANTT, IL, Caderno do Promotor n.121. Livro 313, n. 127.

“SE COMPADEÇA DE MIM, QUE POR POUCOS MIOLOS E VERDES DE RAPARIGA E MAL-EDUCADA”: as juventudes da capitania de São José do Piauí, no século XVIII

de quinze anos, acusa ter aprendido, através de Maria Ferreira, uma escravizada mameluca, pertencente a seu tio, a rezar a oração do Pai Nosso de maneira diferente à proposta do catolicismo. A oração trazia os seguintes versos “creio em Deus Padre, mas ele não é padre: todo poderoso, mas ele não é poderoso: e em Jesus Cristo; mas não é Jesus Cristo; e assim até o fim virando às avessas”.⁸ Segundo a moça, isso teria acontecido quando estava por volta de doze anos, e a intenção da oração era saber “o que tivesse secreto no coração” de determinada pessoa.

Maria Leonor afirma que nunca havia concretizado, de fato, o ritual, que consistia em repetir tais versos ao tempo que segurava uma vela sobre o próprio peito, enquanto aquele, ou aquela de quem gostaria de saber os segredos estivesse dormindo. Entretanto, Leonor confessa que havia repetido a oração diversas vezes apenas por diversão. Assim, embora saliente que não sabia que isso era errado, deixa subentendido que havia, para ela, certo gozo em ter conhecimentos que não eram partilhados, ou, não eram bem quistos pelos seus familiares. Isso porque ela ressalta que somente dizia tais versos na frente das escravas da casa e jamais na frente da sua mãe ou do seu tio, provavelmente, por receio de ser corrigida, ou, pelo regozijo de manter um segredo.

No que segue, para defender a si mesma, Maria Leonor explica ao padre que suas ofensas à fé eram, na verdade, “despropósitos de raparigagens que proferia como papagaio”. A afirmação que explorava a sua mocidade como motivação para a suposta incapacidade de refletir sobre os próprios atos (informação repetida nas demais confissões feitas naquela casa, tal como veremos adiante). Além disso, em sua fala, Leonor afirma que o ritual e a oração que havia aprendido eram feitos por ela apenas como um ato de reprodução daquilo que escutava das escravizadas, gesto que também atrelava a sua pouca maturidade. Dessa forma, percebemos nela a ideia de que essa etapa por ela vivenciada seria marcada pela captura das formas de ser e estar no mundo, absorvendo de maneira indiscriminada as informações e exemplos que estavam a sua volta.

Ao fim da sua confissão, Maria Leonor explica que, depois dos doze anos de idade, deixara de proferir a oração, mas não esclarece os motivos que a fizeram interromper esse comportamento. Posto isso, esse fato tanto pode ter sido mencionado na intenção de aliviar uma possível pena que poderia ser a ela imposta, e/ou se tratar de uma insinuação de que após aquela

⁸ ANTT, IL, Caderno do Promotor n.121. Livro 313, n. 127.

idade ela começara a atingir certa maturidade. Para Fabre,⁹ ao falar sobre determinada aldeia no mundo moderno, ele explica a necessidade de deixar “a juventude passar”, no sentido que essa fase que outrora deveria ser suplantada era intransponível e ao mesmo tempo crucial na construção da maturidade dos indivíduos.

Foi nessa mesma idade que Joana Pereira¹⁰ e Custódia Abreu¹¹ também tiveram acesso a elementos contrapostos ao catolicismo. O caso confesso por elas diz respeito a um ritual de cunho sexual, registrado pelo padre Manoel da Silva como pecado de idolatria. Nas confissões feitas por elas, em abril de 1758, cerca de quatro meses após a de Maria Leonor, as moças explicam como se deram os contatos de cada uma com o cerimonial confesso.

Joana, que antes de se mudar para a fazenda de Cajazeiras, onde residia junto a Custódia Abreu e Maria Leonor - posto que escravizada por José Bacelar -, morava em Vila da Mocha, espaço central da capitania de São José do Piauí. Ali, a escravizada estava como pertence de Antônio da Silva dos Santos (também conhecido como Pitomba), assim como sua irmã mais velha, Josefa Linda. Na confissão atribuída a Joana Pereira, ela conta que teria sido convidada por uma forra de nome Cecília Rodrigues a conhecer um suposto homem - no qual Joana, ao contrário do vocabulário de Cecília, chama de demônio - que se relacionava sexualmente com várias mulheres. Convite que, segundo ela, teria aceitado devido a seus “poucos miolos e verdes de rapariga e mal-educada”,¹² justificativa semelhante àquela usada por Maria Leonor. Nessa situação, no entanto, ao invés da mera diversão, o desvio instigado pela mocidade de Joana estava atrelado ao desejo de uma relação carnal. Em via disso, para que esse fosse concretizado, ela teria que se relacionar com um ser, até então, desconhecido. Ato que demonstraria uma facilidade em ceder às tentações do momento, ou uma simples ânsia pelo inexplorado.

Nessa esteira, sob a ótica cristã, o uso da invocação de determinado ser, seja ele benigno ou maligno, geralmente vem junto com o desejo de alcançar determinado objetivo.¹³ Entretanto, o propósito idealizado na cerimônia apresentada a Joana era justamente a concretização do encontro com o ser invocado e o envolvimento sexual com ele. O contato inicial de Joana

⁹ FABRE, Daniel. Ser jovem na aldeia. In: SCHMITT, Jean-Claude; LEVI, Giovanni. **História dos jovens**. Editorial Taurus, 1994.

¹⁰ ANTT, IL, Caderno do Promotor n.121. Livro 313, n.125.

¹¹ ANTT, IL, Caderno do Promotor n.121. Livro 313, n.126.

¹² ANTT, IL, Caderno do Promotor n.121. Livro 313, n.125.

¹³ GINZBURG, Carlo. **Os Andarilhos do Bem: feitiçaria a cultos agrários nos séculos XVI e XVII**. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

SOUZA, Laura de Mello e. **Inferno Atlântico: demonologia e colonização, séculos XVI-XVIII**. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

SOUZA, Laura de Mello e. **O diabo e a terra de Santa Cruz: feitiçaria e religiosidade popular no Brasil colonial**. São Paulo: Companhia das Letras, 1986.

“SE COMPADEÇA DE MIM, QUE POR POUÇOS MIOLOS E VERDES DE RAPARIGA E MAL-EDUCADA”: as juventudes da capitania de São José do Piauí, no século XVIII

Pereira com esse ritual de invocação, segundo o relato atribuído à própria, teria se dado de duas maneiras e momentos diferentes. A primeira, já citada, através de Cecília Rodrigues e a segunda através da própria irmã, Josefa Linda, que não sabia daquele envolvimento primeiro. É provável que esse duplo convite estivesse diretamente relacionado ao fato de essas duas mulheres verem a fase vivenciada por Joana como apta ao sexo. Elemento corroborado pelo convite que Josefa faz a Custódia, para que ela participasse do ritual, quando moça, situação vivida por ela também, quando tinha cerca de doze anos de idade. Nesse sentido, embora essa não fosse exatamente a pretensão das anfitriãs, esses atos nos suscitam um padrão na etapa adequada ao recebimento de tal convite. Elemento que, provavelmente, também poderia ser estendido a outras situações de cunho amoroso. Nessa perspectiva, Fabre afirma que “a juventude é, desde o início dos tempos modernos, pelo menos, a idade das paixões e o fermento da mudança”.¹⁴

Ademais, chegada à idade determinada, as famílias das mulheres, principalmente as abastadas, já começavam a perscrutar quem seria o homem ideal para negociar o casamento. A passagem das responsabilidades do pai para o marido era algo delicado especialmente porque dizia a respeito aos bens econômicos que seriam partilhados, bem como o zelo pelo nome das famílias envolvidas.¹⁵ No caso das mulheres pobres, o casamento ainda na mocidade poderia significar um alívio econômico por parte da família, uma vez que o marido se tornaria o responsável por aquela mulher, ou, se agregaria aos demais entes no labor e no sustento da família. Quanto às mulheres escravizadas, não havia tanto traquejo nos relacionamentos, principalmente pela instabilidade que o sistema escravagista os impelia. Entretanto, o historiador Robert Slenes¹⁶ defende que muitos desses relacionamentos, embora existentes e duradouros, fugiam dos registros da igreja católica pelo desinteresse - e pelo custo - em relação aos casamentos, uma vez que não faziam parte do universo cultural dos envolvidos. O apreço pela virgindade, no entanto, era mais forte no caso das mulheres ricas.

Nesse ínterim, na confissão de Custódia, a moça comenta que, antes de se entregar àquele a quem chama de “senhor”, não havia se relacionado com outros homens. Assim, ao partilhar essa informação com o ser invocado, ele haveria afirmado “que não importava o estar ainda virgem”.¹⁷ Além disso, é possível afirmar que aquele entrelace com Tundá não era

¹⁴ FABRE, Daniel. Ser jovem na aldeia. In: SCHMITT, Jean-Claude; LEVI, Giovanni. **História dos jovens**. Editorial Taurus, 1994. p.75.

¹⁵ NAZZARI, Muriel. **O desaparecimento do dote**: mulheres, famílias e mudança social em São Paulo, Brasil, 1600 - 1900. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

¹⁶ SLENES, R. W. **Na Senzala, Uma Flor**: esperanças e recordações na formação da família escrava - Brasil Sudeste, Século XIX. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

¹⁷ ANTT, IL, Caderno do Promotor n.121. Livro 313, n.126.

considerado por elas como um ato de defloração, ao passo que Custódia afirma que “nem ele o demônio nunca me deflorou: deflorei-me eu adiante, mas com pessoa humana, homem com quem tive torpezas”.¹⁸ Entretanto, segundo ela, “Tinha comigo o demônio nestes tempos antes de deflorada todos os atos torpes *per extenora pudenda; post de deflorahone intra*: e quando já me achou deflorada me disse: agora está bem”.¹⁹ Essa afirmação nos leva a crer que o sexo praticado não se resumia somente à penetração vaginal, mas também à sodomia e a molícies.

No que segue, Joana conta que, no tempo que antecedeu sua primeira invocação de Tundá, por vários dias foram dados a ela os direcionamentos de como deveria agir e o que deveria falar durante o ritual. Em suas palavras: “as ladainhas das blasfêmias iam sempre acompanhando a qualquer universal, não só antes de entrar aos atos torpes, mas sempre pelo decurso deles, e nunca a língua ficava impedida, ainda que servida a boca como tendo dito”.²⁰ Destarte, chegada a noite da véspera de São João, data indicada como propícia para esse acontecimento, Joana teria que se dirigir à igreja e ali se despir, proferindo uma oração e, em seguida, esfregar o seu corpo na porta do templo católico. Na sequência, ela teria que se encaminhar ao cemitério e lá clamar pela presença do ser desejado, abaixando-se para ficar “de quatro”. Nesse tempo, ocorreria o ápice do ritual, quando o ser invocado deveria aparecer nas suas costas e penetrar-lhe. E assim Joana o fez.

Dias antes desse acontecido, Joana foi procurada por sua irmã, Josefa Linda, que, a exemplo de Cecília, se preocupou em ensinar a ela o ritual de invocação de Tundá. Na ocasião, Joana dissimulou o fato de já ter conhecimento sobre a cerimônia, muito embora suspeitasse que Cecília também fosse a mestra dela. Dessa forma, Joana conta:

Entre os primeiros dois dias, a saber, véspera de São João nesse ano, que não sei ao certo a era, por nós mestiços, escravos, pretos etc não tomamos conta das eras entre esses dois dias minha irmã Josepha Linda, tendo-me ensinado também as ladainhas da mestra Cecília por uns dias antes me mandou que fosse pelas mesmas doutrinas a uma parte junto da nossa casa: que ali me havia de aparecer aquele homem que tinha assim e assim etc com as mulheres: Mostrava ela, que não sabia de Cecília, ou fazia, que não sabia, sendo que eu julgo a sua mestra foi a mesma Cecília: e tinha já esta discípula mestra: a minha dita irmã disse que eu me pusesse de joelhos, quando ele aparecesse e batesse nos peitos: o que também tudo me tinha já ensinado a mestra Cecília.²¹

¹⁸ ANTT, IL, Caderno do Promotor n.121. Livro 313, n.126.

¹⁹ ANTT, IL, Caderno do Promotor n.121. Livro 313, n.126.

²⁰ ANTT, IL, Caderno do Promotor n.121. Livro 313, n.125.

²¹ ANTT, IL, Caderno do Promotor n.121. Livro 313, n.125.

“SE COMPADEÇA DE MIM, QUE POR POUÇOS MIOLOS E VERDES DE RAPARIGA E MAL-EDUCADA”: as juventudes da capitania de São José do Piauí, no século XVIII

Josefa, assim como Cecília, tinha se tornado mestra daquele ritual, havendo, pois, o ensinado tanto a Joana, como a Thereza Mulata e Agostinha Mulata, moças citadas na confissão de Joana, bem como Custódia Abreu. Essa, dezessete dias antes de Joana, havia também confessado ao padre Manoel da Silva o fato de reproduzir aquela cerimônia de invocação.

Custódia Abreu era uma moça da nação Gueguê, tribo do Tronco Macro-jê,²² e que havia sido escravizada por José Bacelar em tenra idade. Furtada de seu local de origem, ela havia crescido na fazenda de seu senhor e foi a responsável por receber Josefa Linda, quando esta foi comprada por Bacelar. Assim como Custódia, muitos indígenas eram capturados “ainda pequenotes” (termo utilizado por ela para descrever os anos iniciais de sua existência) e levados, com ou sem a presença de seus pais, para serem escravizados. Só no ano de 1766 foram encontrados por nós um batismo massivo de noventa e seis indígenas, prováveis frutos de capturas, e/ou investidas dos missionários cristãos na capitania de São José do Piauí.²³ A incerteza na afirmação se dá devido os registros constarem apenas a quem a mãe e/ou o pai (caso possuíssem) pertenciam.

O fato é que tão logo suas capacidades cognitivas fossem desenvolvidas, os filhos de escravizados eram inseridos no labor das casas e fazendas. Nessa região, cuja economia era marcada pela pecuária e agricultura de subsistência,²⁴ era nos currais e nas plantações que esses sujeitos estavam inseridos. No caso das moças, ainda havia também os trabalhos dentro das casas, que variavam desde a cozinha ao cuidado dos filhos do patrão. Ao contrário de José Bacelar, que possuía mais de trinta escravizadas e escravizados trabalhando para si, na Capitania do Piauí, a maioria dos fazendeiros possuía um número menor de indivíduos sob suas propriedades²⁵ e, por conta disso, aumentava a carga de trabalho e o número de ofícios que cada um deveria exercer.

Segundo Miridan Knox

Os escravos trabalhavam desde a infância. Aos seis anos, tanto os meninos quanto as meninas, trabalhavam na roça, tomando conta de animais ou fazendo covas para o plantio do milho. Mais tarde, poderiam aprender outras atividades. Em Oeiras, por exemplo, grande parte das meninas eram levadas a

²² Os Jaicó, Acroá e Gueguê, eram pertencentes ao grupo de Tronco Macro-Jê, assim como os Canella, Botocudo e Timbira e estavam mais concentrados na parte central e no sul do Piauí. Ver em: OLIVEIRA, Cláudia A. Perspectiva Etno-Histórica no estado do Piauí-Brasil. *Revista CLIO Arqueológica. Editora da UFPE*, Recife, PE, v. 1, n. 15, p. 171-188, 2002.

²³ Informações retiradas do livro do registro de batismo 1767-1775, Oeiras, pertencente ao acervo do Núcleo de pesquisa e documentação em História (NUPEDUCH).

²⁴ LIMA, Solimar Oliveira. **Fazenda: pecuária, agricultura e trabalho no Piauí escravista (séc. XVII – séc. XIX)**. EDUFPI: Teresina, 2016.

²⁵ BRANDÃO. Tanya Maria Pires. **O escravo na formação social do Piauí**. Teresina: EDUFPI, 1999.

especializar-se no trabalho das rendas. A metade das mulheres que exerciam essa atividade, iniciaram-na antes dos 14 anos de idade; já aos 5 ou 6 anos tinham seus dedinhos ágeis aproveitados nesse ofício: as pequeninas rendeiras, sentadas sobre uma esteira, com as pernas cruzadas, tinham à sua frente a almofada de bilros onde eram presos os papelões pinicados e com motivos desenhados em forma de “cobra doida”, “rabo de pato” e “espinha de peixe”. Os bilros, torneados numa madeira leve, como a sambaíba, sustentados por espinhos de cardos, passavam rapidamente entre os pequeninos dedos, e as rendas de “bico”, “entremeio” e “ponta” iam surgindo no fio de algodão, alvíssimo, fiado ali mesmo na região.²⁶

Vemos, pois, que a primazia da existência fora do mundo abastado estava na força de trabalho. Situação que abarcava tanto os escravizados, como os sujeitos mais pobres, uma vez que a inserção da prole nos postos de trabalho era primordial para sustento da família. Nessa senda, “torar paus, carregar feixes de lenha, cavoucar, semear, limpar a roça do mato e colher”,²⁷ eram atividades desenvolvidas tanto pelos homens como pelas mulheres pobres. Dessa maneira, as trocas de experiências culturais e as sociabilidades eram correntemente desenvolvidas dentro do ambiente de trabalho. Exemplo disso é o caso já citado de Maria Leonor, que, por sua idade e condição de tutelada, convivia de maneira mais afínca com as escravizadas da casa, provavelmente mais para o seu entretenimento, como ela menciona na sua confissão.

Em vista disso, foi nesse convívio que ela aprendeu as orações das quais diz se arrepender. O ambiente descontraído, quando livre da presença dos patrões, foi o mesmo que incitou Joana a querer compartilhar com Leonor e com as algumas das escravas da casa o ritual outrora aprendido, tal como ela conta na seguinte passagem:

Depois de eu vir da vila da Mocha para as Cajazeiras, com má intenção e para induzir, contei por via de conto diante de três pessoas desta casa de meu senhor Capitão Mor, a saber diante de duas escravas da casa, uma chamada Izabel Maria, outra Margarida Barbosa e outra moça branca de casa, e ainda parenta do dito Capitão Mor, filha de uma sua sobrinha Anna Maria, e de seu defunto marido Joseph de Almeida, chamada Maria Leonor que eu tinha ouvido, que lá na Mocha, havia mulheres, que tomavam Tundá como Demônio: e que para tomarem haviam de ir bater com as partes preposterias na porta da igreja: e que logo haviam de ir para as covas de algum defunto e que ali vinha o demônio em figura de bode com *is ceri cum illis preposteris*. Mas não dizia mais, nem mais eu contava e o contava como de ouvido por me encobrir, nas a intenção e fim era pra ver se alguma inclinava para isso: mas como não inclinaram, não prossegui eu a mais, que estes contos por vezes: nem sei que tenha havido mais nem sei mais, que me lembre.²⁸

²⁶ KNOX FALCI, Miridan. Mulheres do Sertão Nordeste. In: DEL PRIORI, Mary (Org.). **A Mulher na História do Brasil**. São Paulo: Contexto, 1988.

²⁷ KNOX FALCI, Miridan. Mulheres do Sertão Nordeste. In: DEL PRIORI, Mary (Org.). **A Mulher na História do Brasil**. São Paulo: Contexto, 1988. p.250.

²⁸ ANTT, IL, **Caderno do Promotor** n.121. Livro 313, n.125.

“SE COMPADEÇA DE MIM, QUE POR POUÇOS MIOLOS E VERDES DE RAPARIGA E MAL-EDUCADA”: as juventudes da capitania de São José do Piauí, no século XVIII

No trecho acima, Joana explica a maneira que tentou compartilhar seus conhecimentos com as mulheres com as quais tinha contato. Ela não deixa claro há quanto tempo havia sido comprada, quando isso aconteceu, o que nos faz pensar que essa partilha talvez fosse uma maneira de criar vínculos com seus pares. No entanto, apesar de seu interesse, ela mantém os cuidados necessários para que não fosse malquista pelas demais. Posto isso, Joana apenas introduz o assunto, para saber se existia algum interesse ou abertura que possibilitasse o aprofundamento daquele assunto, o que na ocasião aconteceu.

Josefa Linda, ao contrário de Joana, foi mais direta e persuasiva nas suas palavras, seguramente, por já ser mestra naquele ritual e, por isso, ter mais experiência na sua transmissão. Desse modo, logo que se tornou propriedade de José Bacelar, Josefa tratou de convidar Custódia Abreu para conhecer Tundá. Segundo Custódia, logo nas primeiras trocas de palavras entre as duas, Josefa disse que havia de lhe contar um segredo e desatou a falar sobre sua vida na Vila Mocha. Feita a introdução que capturaria a atenção da moça, Josefa conta a Custódia que

lá tinha um homem muito destro e que não parecia com os mais homens, que este tinha e exercitava com as mulheres muitas e várias sortes e atos torpes; e que sabia fazer coisas incríveis; e que se eu ouvisse havia de ficar com a boca aberta; que ela podia andar com quem quer sem outra gente o saber, ainda que estivesse ao pé: e logo me foi convidando se eu queria também andar a ver me com esse homem.²⁹

A resposta obtida por Josefa foi positiva, uma vez que Custódia, incitada pela história por ela contada, principalmente no que dizia respeito ao sigilo proposto, aceitou o convite. Nessa senda, vemos que, para a jovem, foi importante a informação de que poderia se encontrar com o referido homem sem que os demais moradores e os que frequentavam a casa soubessem. Dentre os motivos para esse desejo, podemos citar o flerte com a liberdade proporcionado pelo sigilo e/ou o anseio pelo encontro amoroso que, de acordo com a colega, muito iria lhe satisfazer. Esse último destaca a importância do bem-estar próprio através do sexo, buscado por ela e por todas as que aceitavam celebrar aquela cerimônia. Assim, vemos como as palavras de Josefa, parecidas com as que Cecília utilizou para chegar até Joana, foram encorajadoras no sentido de trazer outras experiências positivas de outras mulheres. O convite, naquela ocasião, bem como aconteceu com Joana, também pode ser entendido por nós como uma tentativa de

²⁹ ANTT, IL, **Caderno do Promotor** n.121. Livro 313, n.126.

buscar uma aliada dentro do ambiente vivido.³⁰ Um esforço bem-sucedido, uma vez que elas permaneceram juntas até o dia da confissão de Custódia.

Nessa perspectiva, Custódia, como Joana, precisou ser preparada para o recebimento do ser invocado. A prévia, entretanto, aconteceu de maneira breve. Foram três dias de preparação até que ela estivesse pronta para realizar o ritual. Na falta de uma igreja próxima, Josefa conseguiu adaptar para que a cerimônia ocorresse dentro da casa em que habitavam. Assim, o templo como exemplo do sagrado foi trocado pelos ícones da Virgem Maria e de Cristo crucificado. Acompanhando as ladainhas de praxe, elas açoitavam as imagens, urinavam e se masturbavam com elas. Feita a invocação, ambas se deleitavam da presença do ser desejado, a quem Custódia chama “nosso homem”, assim descrito por ela:

Em figura brutal se deitava entre nós ambas muitas vezes na cama, e nós nuas. A meia noite, cantava o galo, era no canto dito em figura humana. Mandava-me a minha mestra; e quando eu ia ficava ela na cama; acabava eu; ia ela: mas com esta advertência entre nós: que por todo o tempo, que ela estava exercendo turpia com o demônio nessa figura humana; ficava eu, e estava por todo esse espaço de tempo açoitando o que chamava negrinha, dando coices, os e a imagem da virgem senhora dita: e quando eu lá estava exercendo torpezas com o mesmo demônio a figura dita, estava, e ficava a mestra açoitando ao que chamava moleque isto é a imagem de cristo na cruz dita.³¹

O ato descrito por Custódia se mostrava não mais uma ação individual, como aconteceu com Joana, mas uma partilha direta entre três figuras, a saber: Custódia, Josefa e Tundá. Um laço que, apesar de tudo, era também hierárquico. Tundá como mestre de todas e Josefa, apesar de companheira de labor, a submetia como mestra e madrinha de Custódia. O fato de apresentar e guiar Custódia naquele ritual tornou Josefa uma espécie de referência para ela. No entanto, convém lembrarmos que Josefa era a irmã mais velha de Joana que, por sua vez, tinha cerca da mesma idade de Custódia. Assim, embora não saibamos o quão discrepante era essa diferença de faixas etárias, é possível que isso também interferisse na relação entre as duas moças.

Desse modo, durante a confissão, o fato de Custódia se mostrar vulnerável à presença de Josefa enquanto sua tutora isso poderia ser uma maneira de apaziguar as suas culpas. Por outro lado, também nos provoca a pensar essa relação a partir da ideia de aprendiz, na qual

³⁰ Discorremos melhor sobre isso no seguinte texto: BARBOSA, Rosamaria de Sousa Fé. “Entremos na nossa vida nova”: a atuação feminina no interior do território de São José do Piauí, século XVIII. In: **Anais II SEMINÁRIO NACIONAL “MULHERES E A ESCRITA DA HISTÓRIA”**: estudo de gênero e epistemologias feministas. Juiz de Fora, MG: Silvana Mota Barbosa, 2022.

³¹ ANTT, IL, **Caderno do Promotor** n.121. Livro 313, n.126.

“SE COMPADEÇA DE MIM, QUE POR POUCOS MIOLOS E VERDES DE RAPARIGA E MAL-EDUCADA”: as juventudes da capitania de São José do Piauí, no século XVIII

Custódia se coloca. Nesse sentido, dar espaço para que alguém cujo grau de conhecimento de mundo parece ser maior, tanto por sua idade, como por suas experiências de vida e envolvimento culturais, é uma relação de confiança e entrega. Ao contrário de Joana Pereira e Maria Leonor, Custódia não culpa a sua juventude pela suscetibilidade aos supostos desvios da fé,³² mas, deixa claro a influência da mestra na sua vida, bem como o desejo e o respeito vicejados por ela.

A manutenção desse enlace acontecia no dia a dia. A excitação inicial de Custódia por se relacionar com alguém que não podia ser visto pelos demais foi por ela aproveitada. Sob as advertências da mestra, de que não gostaria de vê-la andando no exterior da casa com o ser invocado, Custódia se mostrou satisfeita pela companhia daquele homem. Dessa forma, até onde os limites eram possíveis elas exploravam não somente o sexo, mas presença do outro, bem como o que era conversado entre eles, se, de fato, havia conversas.

Sabemos, no entanto, que esses desejos não eram raros, ainda que estas tenham sido as únicas confissões encontradas por nós acerca desse conteúdo. Entre as confissões de Joana e Custódia, são citadas por elas ao menos uma dezena de moças que partilhavam “da mesma sorte”. Essas moças, apesar de não necessariamente conviverem entre si, em certa ocasião tiveram a oportunidade de se reunirem. Joana Pereira, em seu relato conta sobre um “congresso” ocorrido no território de Vila da Mocha, em que ela, sua irmã e outras tantas mulheres foram recebidas por Cecília Rodrigues para celebrarem juntas o ritual. No relato, Joana se mostra surpresa pela quantidade e pela diversidade de mulheres que lá se encontravam. Entretanto, apesar de reunidas, cada qual tinha seu próprio homem, com quem iriam copular. Assim, como quem ainda tentava assimilar aquilo que tinha vivido, Joana descreve:

o que passo por mim julgo passar pelos demais. Ainda que nenhuma do congresso me tenha dito, exceto as minhas mestras: pois me disseram aos tempos de ensino, que aquele homem fazia de muitas sortes com as mulheres. Ali estamos nesses infernais exercícios dos demônios até cantar o galo.³³

No supradito trecho, Joana conclui o significado da frase que Cecília e Josefa partilharam com ela assim que a convidaram para fazer parte do ritual. Posto isso, apesar das várias diferenças entre elas e as mulheres que ali estavam, o desejo pela partilha afetiva e/ou

³² Nota-se, contudo, que apesar de Custódia não culpabilizar sua pouca idade, ela atribui a sua naturalidade indígena o motivo da sua fácil persuasão e fidelidade para com Josefa.

³³ ANTT, IL, **Caderno do Promotor** n.121. Livro 313, n.125.

sexual era comum a todas elas, mesmo as que já eram casadas, como Maria José, uma de suas conhecidas que também se fazia presente. O segredo no qual todas estavam envolvidas era, provavelmente, o que as encorajava a estarem diante uma das outras, rompendo, inclusive, as barreiras sociais que existiam entre elas.

Conclusão

A sociedade no modelo europeu era construída a partir de família e da economia, ou seja, após a etapa do nascimento, quando a criança adquire as habilidades de fala e desenvolvimento motor, ela começa a ser preparada para as atividades que irá desempenhar na vida adulta. Esse espaço que hoje conhecemos como infância e adolescência, se mesclava, bem como era marcado como espaço de definição para o que seria vivido futuramente por esse indivíduo. Era nesse tempo, por exemplo, que certos homens mais abastados seriam encaminhados para o seminário, outros para as escolas e faculdades de outras regiões. De mesmo modo, as mulheres abastadas iniciavam o preparo para o casamento. Já os escravizados e escravizadas se apartavam dos pais na lida, sendo eles próprios inseridos no labor. Quanto aos pobres, esses começavam a acompanhar seus genitores no ofício, os auxiliando no sustento da casa.

Nesse tempo, que mais parecia voltado para o ganho e a manutenção dele, a vida dos ricos e escravizados era marcada por esse fio. No primeiro caso, os homens abastados, preocupados em manter as propriedades da família, portanto, redirecionavam as mulheres para casamentos que coadunassem com essa preocupação. Enquanto os escravizados, como objetos vivos da fazenda, eram inseridos nessa dinâmica como produtores do ganho de seus senhores, de forma que suas vidas forçosamente se encaminhavam nesse sentido. Dito isso, entendemos que o desenvolvimento desses indivíduos, desde seu nascimento, era voltado para alimentação dessa engrenagem.

Assim, ao confessar seus pecados ao padre Manoel, Joana e Custódia revelavam também o local, o espaço que elas e seus demais pares ocupavam dentro da sociedade. Elas, como Cecília e Josefa, suas “mestras” de ensino do ritual, estavam submetidas ao sistema escravagista, muito embora Cecília já tivesse, nesse momento, conseguido sua carta de alforria. A mocidade, exercida entre suas várias formas, através da invocação de Tundá, demarcava a fuga de um controle social. Andar com seu senhor às escondidas, ter seus segredos e partilhar deles com suas aliadas, estabelecia uma conexão que era repassada de uma moça para outra.

“SE COMPADEÇA DE MIM, QUE POR POUÇOS MIOLOS E VERDES DE RAPARIGA E MAL-EDUCADA”: as juventudes da capitania de São José do Piauí, no século XVIII

Dessa maneira, o uso do corpo, a aceitação do desejo e a ânsia pelo gozo faziam parte das práticas comuns a essas jovens.

Ademais, a confissão de Maria Leonor, em paralelo às demais, reafirma que esse desafio às autoridades, na figura das pessoas mais velhas, não era exclusivas à dualidade entre os escravizados e seus senhores, posto que as tensões também abarcavam os contrastes etários. Dessa maneira, ela caracterizava um ímpeto da mocidade. Portanto, tendia a ser amenizada à medida que se adquiria aquilo que era chamado de “maturidade”. Por tudo isso, essa incursão pelas raparigagens, ou, mocidades, corroboram com a ideia de que as vivências propiciadas por ela, constituíam em parte os elementos característicos ao ser adulto.

246

FONTES

ANTT, IL, Caderno do Promotor n.121. Livro 313, n.125.

ANTT, IL, Caderno do Promotor n.121. Livro 313, n.126.

ANTT, IL, Caderno do Promotor n.121. Livro 313, n.127.

Livro do registro de batismo 1767-1775, Oeiras. Disponível em: Núcleo de pesquisa e documentação em História (NUPEDOCH).

Mapa das cidades, vilas, lugares e freguezias das capitanias do Maranhão e Piauíhy [cartográfico]: com número em geral dos habitantes das ditas capitanias. 1787. Disponível em: http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_cartografia/cart543219/cart543219.html

REFERÊNCIAS

BARBOSA, Rosamaria de Sousa Fé. “Entremos na nossa vida nova”: a atuação feminina no interior do território de São José do Piauí, século XVIII. In: **Anais II SEMINÁRIO NACIONAL “MULHERES E A ESCRITA DA HISTÓRIA”**: estudo de gênero e epistemologias feministas. Juiz de Fora, MG: Silvana Mota Barbosa, 2022.

FABRE, Daniel. Ser jovem na aldeia. In: SCHMITT, Jean-Claude; LEVI, Giovanni. **História dos jovens**. Editorial Taurus, 1994.

GINZBURG, Carlo. **Os Andarilhos do Bem**: feitiçaria a cultos agrários nos séculos XVI e XVII. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

KNOX FALCI, Miridan. Mulheres do Sertão Nordeste. In: DEL PRIORI, Mary (Org.). **A Mulher na História do Brasil**. São Paulo: Contexto, 1988.

LIMA, Solimar Oliveira. **Fazenda**: pecuária, agricultura e trabalho no Piauí escravista (séc. XVII – séc. XIX). EDUFPI: Teresina, 2016. BRANDÃO. Tanya Maria Pires. **O escravo na formação social do Piauí**. Teresina: EDUFPI, 1999.

Humana Res, v.5, n.7, 2023, ISSN: 2675 - 3901 p. 235 – 250, jan. a ago 2023. DOI 10.29327/2151838.5.7-14

McCLINTOCK, Anne. **Couro Imperial: raça, gênero e sexualidade no embate colonial**. Campinas: Editora da UNICAMP, 2010.

MIRANDA, Reginaldo. **Piauienses notáveis**. Teresina: Academia Piauiense de Letras, 2019.

NAZZARI, Muriel. **O desaparecimento do dote: mulheres, famílias e mudança social em São Paulo, Brasil, 1600 - 1900**. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

OLIVEIRA, Cláudia A. Perspectiva Etno-Histórica no estado do Piauí-Brasil. **Revista CLIO Arqueológica. Editora da UFPE**, Recife, PE, v. 1, n. 15, p. 171-188, 2002.

QUIJANO, Anibal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, Edgardo (org.). **A colonialidade do saber: Eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas Latino-americanas**. Buenos Aires: Clacso, 2005, pp. 117-142.

SOUZA, Laura de Mello e. **Inferno Atlântico: demonologia e colonização, séculos XVI-XVIII**. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

SOUZA, Laura de Mello e. **O diabo e a terra de Santa Cruz: feitiçaria e religiosidade popular no Brasil colonial**. São Paulo: Companhia das Letras, 1986.

SLENES, R. W. **Na Senzala, Uma Flor: esperanças e recordações na formação da família escrava – Brasil Sudeste, Século XIX**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

A ITÁLIA PELA COLÔNIA: UMA ETNOGRAFIA DA COLONIZAÇÃO COM IMIGRANTES E DESCENDENTES DE ITALIANOS

Luiza Giordani¹

RESUMO

A partir de um trabalho etnográfico realizado com imigrantes e descendentes de imigrantes italianos no Rio Grande do Sul pertencentes a diferentes levas migratórias, este artigo se propõe a fazer uma releitura do histórico da imigração, suas motivações e os impactos causados nas vidas destes indivíduos. O objetivo é apresentar uma síntese dos acontecimentos tanto sob a perspectiva daqueles que vieram colonizar o RS durante o século 19 quanto dos que chegaram ao estado após a Segunda Guerra Mundial, bem como narrar as diferentes realidades que permearam a vida e o cotidiano, tanto na Itália quanto no Brasil.

Palavras-chave: imigração italiana, colonização no RS, mito do imigrante, memória.

ITALY THROUGH THE COLONY: an ethnography of colonization with Italian immigrants and descendants

ABSTRACT

From an ethnographic work carried out with immigrants and descendants of Italian immigrants in Rio Grande do Sul belonging to different migratory waves, this article proposes to re-read the history of immigration, its motivations and the impacts caused in the lives of these individuals. The aim is to present a summary of events both from the perspective of those who came to colonize RS during the 19th century and those who arrived in the state after the Second World War, as well as to narrate the different realities that permeated life and everyday life, both in the Italy and Brazil.

Keywords: Italian immigration, colonization in RS, myth of the immigrant, memory

RESUMEN

ITALIA A TRAVÉS DE LA COLONIA: una etnografía de la colonización con inmigrantes y descendientes de italianos.

A partir de un trabajo etnográfico realizado con inmigrantes y descendientes de inmigrantes italianos en Rio Grande do Sul pertenecientes a diferentes olas migratorias, este artículo propone releer la historia de la inmigración, sus motivaciones y los impactos causados en la vida de estos individuos. El objetivo es presentar un resumen de los acontecimientos tanto desde la perspectiva de quienes vinieron a colonizar RS durante el siglo XIX como de quienes llegaron al estado después de la Segunda Guerra Mundial, así como narrar las diferentes realidades que impregnaron la vida y la cotidianidad. vida, tanto en Italia como en Brasil.

Palabras clave: inmigración italiana, colonización en RS, mito del inmigrante, memoria

¹ Doutoranda em Antropologia Social pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (2024). Mestra em Antropologia Social pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (2020). Graduada em Tecnologia em Gastronomia pela Fundação Universidade Federal de Ciências da Saúde de Porto Alegre (2018). Bacharela em Comunicação Social pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (2014).

1 Introdução

Este artigo é fruto de um trabalho realizado junto a imigrantes e descendentes de imigrantes italianos na cidade de Porto Alegre, no período de março a dezembro de 2019. Cheguei a estes indivíduos a partir da Sociedade Italiana do Rio Grande do Sul, que me colocou em contato com eles após um encontro com a diretoria para explicar o trabalho. Durante a realização desta etnografia, tive a oportunidade de ter como interlocutores os imigrantes Marinho, que chegou ao Brasil na década de 1950, aos 15 anos, acompanhado dos pais e dos irmãos; e Camélia, que chegou ao Brasil também na década de 1950, aos três anos, acompanhada dos pais e do irmão. Entre os descendentes de imigrantes, participaram Rosa, neta de italianos que chegaram ao Brasil por volta de 1900 e se estabeleceram na região metropolitana de Porto Alegre, e que é casada com Marinho; Violeta, descendente de italianos que chegaram ao Brasil por volta de 1890 e se estabeleceram na região central do RS; e Nero, descendente de italianos que chegaram ao Brasil por volta de 1890 e se estabeleceram na região da serra do RS, e que é casado com Violeta.

Para que se entenda as razões que fizeram com que os interlocutores e eu cruzássemos caminhos e construíssemos juntos o trabalho que foi desenvolvido neste artigo, é importante que se contextualize quais foram os fundamentos que motivaram a migração deles e de seus antepassados em primeiro lugar. Para isso, recorro à história da Itália e aos imbricados processos que ocorreram durante um período de aproximadamente 100 anos, que vai da metade do século 19 à metade do século 20, que separam as duas levas migratórias trabalhadas nesta dissertação e que estão principalmente relacionados à unificação dos territórios enquanto nação, tomando os contornos do que se conhece geograficamente como Itália no século 21.

A Itália é um dos países europeus que passou pelo processo de unificação do seu território mais tardiamente. A maioria das regiões que compunham aquilo que veio a se tornar a nação italiana era constituída de vários pequenos Estados, e muitas delas ainda estavam sob controle direto ou indireto de impérios vizinhos, como o Austro-Húngaro ou a França. Entre os obstáculos que advieram deste processo, a disputa pelo poder por parte dos monarcas e as incertezas nas tomadas de decisão dos nacionalistas fizeram do movimento uma verdadeira revolução.

2 A situação italiana no século 19

A ITÁLIA PELA COLÔNIA: uma etnografia da colonização com imigrantes e descendentes de italianos

O movimento migratório dos italianos para outros países foi o resultado de uma sucessão de ocorrências que se abateram sobre a nação em construção durante o século 19, especialmente após as Invasões Napoleônicas. Conforme apontado por Gooch (1991, p. 14), tudo iniciou com o Risorgimento (1815-1870), movimento que buscava a unificação da Itália e onde as lutas das diferentes regiões, com seus diversos objetivos, tornaram-se um só, com duas metas principais: liberdade política para dentro da Itália e independência da dominação estrangeira em seu território.

A primeira tentativa de unificação, com as revoltas que vieram em consequência a ela, e que duraram até 1847, fracassou. Em 1861, o Reino da Itália passou a existir formalmente, sob comando do rei Vitor Emmanuel II. No entanto, territórios como Trento, Roma e Veneza (que compõem as atuais províncias de Vêneto e Friul-Veneza Júlia) só passaram a integrar a nação italiana algum tempo depois, segundo Gooch (1991, p. 49-63). A unificação da Itália não veio sem luta. Foram necessárias três guerras, que ocorreram entre as décadas de 1859 e 1870, para que o país conquistasse gradualmente sua configuração e certo respeito dos países vizinhos.

Não é possível falar de Risorgimento sem falar em um dos principais orquestrantes para o sucesso da unificação da Itália. Giuseppe Garibaldi viveu em meio à disseminação das ideias nacionalistas, que, de acordo com Hobsbawn (2000, p. 33), naquele momento significava a união, promovida pelos movimentos nacionais, em busca da unificação ou expansão nacional, visando reunir o povo em um Estado.

Garibaldi, movido pelos ideais revolucionários e nacionalistas, desejava unificar a Itália e acreditava que o sul da península deveria fazer parte da nova nação. Para isso, liderou seus apoiadores nas disputas em diversas regiões da Itália. Entre os feitos mais notáveis, estão a luta no Piemonte, a marcha por Nápoles e Sicília e a declaração de Roma como uma república, sempre em apoio a Vitor Emmanuel. Blackett (1888, p. 302-310) afirma que entre suas últimas vitórias estão as conquistas de Veneza e Roma, já na década de 1860.

As guerras de unificação da Itália estão entre as causas que fizeram com que os imigrantes saíssem em busca de outros lugares para viver e trabalhar. Devido à “ocupação sucessiva por diversos exércitos do norte da Itália, com danos à propriedade, desrespeito à dignidade da família, impedindo ou devastando plantações, aumentando a miséria por toda a parte” (COSTA et al., 1974, p. 18), as pessoas já não enxergavam a permanência na jovem nação como uma alternativa viável.

A Itália também passou por uma severa crise econômica durante o século 19, e a luta pela unificação deixou a situação ainda pior, não apenas pela devastação ocorrida no seu território. Para começar, a Itália sofreu um processo de industrialização tardia. Battistel (1981, p. 17) afirma que foi apenas a partir da década de 1870 que o país começou, gradualmente, a substituir as antigas práticas feudais de produção por um modelo de industrialização capitalista. Com a diminuição cada vez maior do sistema artesanal de produção em nome do esperado progresso industrial, a vida rural e citadina ficou ainda mais difícil. Além disso, a discrepância entre as regiões norte e sul eram notáveis, visto que foi no Norte onde se concentrou o parco desenvolvimento industrial, enquanto o sul permanecia primariamente na produção rural.

Somando-se aos problemas enfrentados pelos produtores, que representavam, na época, cerca de 40% da população com mais de 19 anos, a produtividade também foi reduzida por diversos fatores. Um deles, bastante significativo, era o desgaste do terreno de plantação, devido ao excesso de cultura e falta de adubação adequada. Cenni (1975, p. 168-169) afirma que tal situação foi agravada pelas doenças que acometeram as videiras e a falta de racionalização na cultura de milho, resultando em uma terra cuja produção era estéril. O clima desfavorável na região sul da nação, acometida por temporadas de estiagem, e o impacto humano negativo na natureza, também prejudicaram o quadro geral.

A grande maioria dos agricultores, na época, não era proprietário de suas terras. O arrendamento era uma prática comum para que esta população pudesse produzir, e conforme apontam Boni e Costa (1984, p. 52) as terras eram compostas por grandes latifúndios e uma infinidade de minifúndios cujo rendimento nem sempre era suficiente para assegurar o sustento das famílias que lá viviam. Os sistemas que regiam o contrato de arrendamento eram os mais diversos, indo desde pagamento em dinheiro até participação em parte da produção de gêneros alimentícios cultivados na terra arrendada. A esse quadro acrescentavam-se os pesados tributos que recaíram sobre a população como forma de salvar a economia italiana e o resultado é o endividamento geral. As terras eram tomadas pelo governo para pagamento das dívidas, o que deixava mão-de-obra excedente nos campos, que a cidade não conseguia absorver com a incipiente industrialização.

Desde o início do processo de unificação a Itália já enfrentava problemas com a excedente mão-de-obra. Costa et al. (1974, p. 19) expõem que, com a perda do mercado Austro-Húngaro, perdeu-se também uma importante forma de reposicionar a força de trabalho italiana em um espaço em que ela pudesse ser aproveitada, no lugar de estar ociosa e sem condições financeiras. Para agravar essa situação, a Itália, seguindo uma tendência observada no restante da Europa na mesma época, também passava por um período de grande aumento na taxa de

natalidade, e o governo não tinha como atender e sustentar as novas gerações que estavam chegando. Além disso, conforme Cenni (1975, p. 166), o direito de sucessão nas terras e propriedades favorecia apenas o primeiro filho, deixando os demais desamparados e em situação economicamente complicada, sem trabalho e sem subsistência.

Como uma medida desesperada de tentar salvar a economia cada vez mais afundada, o governo italiano recorreu ao protecionismo. Manfroi (1975) afirma que a taxa alfandegária aplicada pelo governo italiano aos produtos de importação visava barrar a queda dos preços dos produtos agrícolas nacionais e estimular sua produção. “Essa medida unilateral provocou uma viva irritação das autoridades francesas, que responderam pela imposição de uma taxa de represália aos produtos italianos. Essa guerra comercial entre a Itália e a França teve efeitos catastróficos sobre a economia italiana.” (MANFROI, 1975, p. 49) O Norte era a região que mais dependia da exportação de seus produtos para a França, e em função da disputa, acabou imersa em uma crise sem precedentes.

3 O Brasil e a imigração italiana

Nessa mesma época, o Brasil buscava alternativas para, primeiramente, suprir os postos de trabalho que surgiram depois de 1850, com a abolição do tráfico de escravos para o Brasil e que posteriormente culminou com a abolição da escravatura em 1888; e, em segundo plano, para a ocupação dos seus territórios. De acordo com Cenni (1975, p. 105), “naquele tempo os escravos eram considerados, no Rio Grande do Sul, elementos de perturbação econômica e a Lei nº 183 de 13 de outubro de 1850, que respondia a um desejo geral, proibiu sua introdução nos distritos coloniais da Antiga Província.”

Importante destacar que o termo “colônia” é utilizado ao longo deste trabalho para se referir aos núcleos territoriais que foram ocupados pelos imigrantes. Maciel (1994, p. 39) afirma que “os imigrantes aqui chegados eram estabelecidos em áreas não ocupadas pelo latifúndio pecuarista, desbravando estes territórios e fundando núcleos coloniais.”

Atendendo a um apelo racista, a alternativa mais lógica para os governantes era buscar, na Europa, a população considerada por eles adequada para o trabalho e a colonização, criando-se uma “política do branqueamento”. Segundo Manuela Carneiro da Cunha (1985, p. 79-81), o “medo” de uma invasão negra no país era tão grande por parte das elites que os governos de algumas províncias criaram “facilitadores” para que os negros voltassem para a África.

Enfim, o problema de se forjar uma *identidade nacional* confluía para a questão insistentemente colocada pelos imigrantistas - a purificação racial, o que queria dizer não só a substituição do negro pelo branco nos setores

fundamentais da produção, como também a esperança de um processo de miscigenação moralizadora e embranquecedora.
(AZEVEDO, 1987, p. 144)

Possamai (2005) vai além, e afirma que José da Silva Lisboa era abolicionista por receio de que o Brasil se tornasse uma “negrolândia”. Cita também uma passagem de José Bonifácio, também abolicionista, que chama os navios negreiros de “gangrena da nossa sociedade” e afirma também que a população que querem para o Brasil é branca. “O racismo orientou a busca de imigrantes europeus a fim de criar um povo brasileiro que fosse aceitável para as elites. O processo de ‘branqueamento’ do Brasil dar-se-ia através da colonização europeia.” (POSSAMAI, 2005, p. 47)

Para o governo e os cientistas brasileiros, “o branqueamento da raça era visualizado como um processo seletivo de miscigenação que, dentro de um certo tempo (três gerações), produziria uma população de fenótipo branco. [...] Sendo assim, os imigrantes tinham um papel adicional a exercer: contribuir para o branqueamento e, ao mesmo tempo, submergir na cultura brasileira através de um processo de assimilação.” (SEYFERTH, p. 49)

O governo brasileiro, então, investiu maciçamente em agentes de propaganda migratória, a fim de trazer estrangeiros para o país. No caso dos italianos, diversas vantagens foram oferecidas pelos cônsules para que os imigrantes trocassem sua terra pelo Brasil. Manfroi (1975, p. 35) afirma que, a partir de 1965, a possibilidade de naturalização aos proprietários de terra após um período de residência, dispensa do serviço militar, viagem gratuita até a colônia, compra de crédito rural a longo prazo, assistência médica e religiosa e até mesmo compensações financeiras estavam entre as promessas oferecidas para aqueles que decidissem emigrar para o Brasil. Com o aumento massivo das imigrações, tais vantagens foram inteiramente suspensas por volta de 1879.

O período em que o Brasil mais precisava de mão-de-obra para a expansão das lavouras coincidiu com o auge da crise na Itália. “O governo italiano pouco se importou com a emigração. Pelo contrário, sentia-se satisfeito, pois assim aumentava seus privilégios e exportava boa parte da mão-de-obra desqualificada.” (BATTISTEL, 1981, p. 17-18) A possibilidade de ser dono da própria terra foi um estímulo bastante convidativo principalmente para os agricultores, que poderiam ficar livres dos arrendamentos.

No entanto, a preferência dos italianos ao emigrarem não era pelo Brasil, mas sim pelos Estados Unidos. Na América do Sul, a Argentina era a primeira escolha dos imigrantes. Só depois é que o Brasil surgia como uma alternativa. Conforme Di Comitè (1983, p. 512), os Estados Unidos receberam quase quatro vezes mais imigrantes italianos do que o Brasil no

A ITÁLIA PELA COLÔNIA: uma etnografia da colonização com imigrantes e descendentes de italianos

mesmo período. Entre 1880 e 1915, os EUA receberam 4.149.420 imigrantes italianos, a Argentina recebeu 1.764.880 e o Brasil recebeu 1.212.639 imigrantes.

Cenni (1975, p. 105-106) afirma que, com a retirada dos subsídios do governo para os imigrantes, as condições para a colonização começaram a mudar. O colono seria responsável por pagar sua passagem, ressarcindo o governo em até cinco anos pelas eventuais despesas para sua estabilização na colônia. O colono também precisaria prestar serviços para desenvolver a infraestrutura da região, como a construção de ruas e estradas.

As primeiras colônias italianas estabelecidas pelo governo da província foram Conde D'Eu e Princesa Dona Isabel (atuais cidades de Garibaldi e Bento Gonçalves, respectivamente). Embora as terras a serem ocupadas já estivessem designadas, os loteamentos em si, ou seja, a demarcação destas terras, só ocorreu concomitante à colonização.

Com a Lei Geral nº 601, de 1850, o governo definiu que as terras de colonização deveriam ser adquiridas, e não mais cedidas. Isso fez com que muitos latifundiários brasileiros acabassem comprando as terras. “Assim, entre 1854, ano de publicação do Regulamento, e 1900, só no Rio Grande do Sul, perto de 1 milhão de hectares de terras públicas passaram mais ou menos fraudulentamente às mãos particulares.” (BONI e COSTA, 1984, p. 30) Os reflexos disso foram vistos mais adiante: a partir de 1882, segundo os autores, os particulares revenderam as terras aos imigrantes com uma margem de lucro altíssima.

4 Chegada e estabelecimento na colônia

No trajeto entre as pequenas cidades italianas de onde saíram os primeiros imigrantes até o estabelecimento e os primeiros anos no Rio Grande do Sul, as linhas entre os fatos e o imaginário pode por vezes ficar um pouco turva. De certa forma, os descendentes dos imigrantes “criaram” um “mito de origem” sobre a vivência de seus antepassados, que conforme Lévi-Strauss (2012, p. 224), “o valor intrínseco atribuído ao mito provém do fato de os eventos que se supõe ocorrer num momento do tempo também formarem uma estrutura permanente, que se refere simultaneamente ao passado, ao presente e ao futuro.” A grande aventura, a superação das adversidades e o triunfo final dizem muito sobre a forma como eles mesmos se identificam nos dias de hoje. A construção dos relatos apresentados a seguir envolve um tanto de história extraída das mais diversas fontes, mas também foi reconstruída a partir do imaginário estabelecido pelos descendentes sobre seus antepassados.

Esse imaginário a partir do qual os indivíduos estabelecem uma representação com função simbólica está carregado de emoções poéticas. “O imaginário faz parte da representação como tradução mental de uma realidade exterior percebida, mas apenas ocupa uma fração do campo da representação, à medida que ultrapassa um processo mental que vai além da representação intelectual ou cognitiva.” (LAPLANTINE E TRINDADE, 2003, p. 25)

Sair da Itália e mudar para outro país com hábitos e costumes diferentes, clima diferente e cultura diferente certamente não foi fácil. Começando pelo empreendimento que era dar início à viagem. “Vendiam-se as pequenas posses, às vezes um pedaço de terra, uma casinha, algum animal, instrumentos de trabalho, para comprar a passagem até Gênova, e para a longa viagem transoceânica. E assim partiam os colonos, para uma aventura num mundo desconhecido.” (BONNI e COSTA, 1984, p. 95) No imaginário de seus descendentes, o percurso envolvia várias paradas de cidade em cidade até que conseguissem recursos para chegarem às embarcações e aos agentes que arranjavam as viagens.

É neste contexto que entra a etnografia que realizei com imigrantes e descendentes de imigrantes italianos na cidade de Porto Alegre. O primeiro interlocutor com quem conversei foi Nero, na Sociedade Italiana do Rio Grande do Sul. Ao explicar o trabalho que estava realizando e acertar detalhes sobre nossas conversas, ele me contou sobre como sua família fez para chegar ao Brasil: saídos do Vêneto, foram de cidade em cidade, trabalhando um pouco aqui e ali para juntar dinheiro suficiente para ir à próxima cidade e então trabalhar mais. Fizeram isso até conseguirem comprar a passagem no porto de Veneza:

Um dia eu quero fazer isso, esse mesmo trajeto que meus antepassados fizeram, passar de cidade em cidade, parar nos lugares, tentar identificar onde eles ficaram nesses lugares. Não foi uma coisa fácil que eles fizeram, de trabalho em trabalho até chegar no porto, com família, com tudo.

Ao chegarem ao porto, alguns descendentes apresentam relatos de extorsões, extravio e roubo de bagagens, sobretaxas e câmbios desfavoráveis no período de antes e durante o embarque. Battistel (1981, p. 18-19) afirma que os futuros colonos se dividiam em dois grupos: os que tinham dinheiro, pagavam sua passagem e viajavam em navios mercantis, em acomodações melhores; e os que não tinham dinheiro, que ficavam esperando no porto até que conseguissem passagem gratuita, e acabavam embarcados em navios de piores condições. Os navios trafegavam com excesso de passageiros, sendo comum a disseminação de doenças devido às más condições higiênicas. No trajeto que levava mais de 40 dias para ser completado,

A ITÁLIA PELA COLÔNIA: uma etnografia da colonização com imigrantes e descendentes de italianos

há relatos de mortes entre os imigrantes, assim como muitos que nasceram nos navios a caminho das regiões de colonização.

Os navios paravam no Rio de Janeiro e em Santos, antes de seguirem para o Rio Grande do Sul. De acordo com Manfroi (1975, p. 107-108), uma das duas situações acontecia: o navio atracava no porto de Rio Grande, onde os imigrantes eram obrigados a pegar baldeação em um pequeno vapor e seguir para Porto Alegre; ou o navio seguia direto para a capital, entrando pela Lagoa dos Patos. Em ambos os casos, os imigrantes, recepcionados por um agente oficial de colonização, recebiam serviço de hospedagem e alimentação.

256

A parte superior da Encosta da Serra, situada entre os Campos de Cima da Serra, ao Norte, e as colônias alemãs do Sul, ainda estava deserta em 1870. Os colonos alemães tinham chegado somente até os primeiros contrafortes da Serra, a 300 metros de altitude. Além, dominava a floresta virgem, densa e impenetrável, a serra abrupta que cortava o RS de Leste a Oeste, em dois territórios distintos. Foi esta zona que o governo provincial decidiu colonizar, em 1869, e que chamar-se-ia, mais tarde: região colonial italiana. (MANFROI, 1975, p. 57)

Destaquei a passagem anterior, pois acho importante abordar uma questão fundamental sobre a narrativa construída por alguns autores que relatam “a epopéia italiana”². É notório entre vários pesquisadores que têm se debruçado sobre a história do Rio Grande do Sul que, muitas vezes, ao narrar a chegada dos imigrantes italianos no estado, o relato acaba se transformando em uma “saga épica” onde alguns fatos não são completamente explorados. Um destes fatos se refere à ocupação da região de colonização durante o século 19. De acordo com Laroque (2007, p. 142), desde o ano de 1846 o governo da província já trabalhava na política de aldeamentos dos Kaingang, a fim de liberar seus territórios para a colonização. Dornelles (2011, p. 99) afirma que, ainda na década de 1870, a região que está entre o que hoje se chama Campos de Cima da Serra e as colônias alemãs compreendia o território de circulação dos Coroados³, onde também haviam sido aldeados. Os Coroados cederam sua mão-de-obra para a construção de obras públicas e abertura de estradas, e a chegada do imigrante italiano na região da Serra coincide com esse contexto.

² Nome dado a um parque temático da imigração italiana, localizado na cidade de Bento Gonçalves. De acordo com os organizadores, trata-se de um “espetáculo repleto de história, cultura e emoção.” In: Giordani Turismo e Eventos. Disponível em <<https://www.giordaniturismo.com.br/epopeiaitaliana/>>. Acesso em 03 de fevereiro, 2020.

³ Conforme explica Dornelles (2011, p. 9), “Coroados” é um dos termos utilizados no século 19 para identificar os indígenas do grupo Kaingang. Também eram empregados os termos “Bugres” e “Botocudos” nesta mesma época.

Dornelles (2011) afirma ainda que a região da Colônia de Caxias já era conhecida como território indígena pela província desde, pelo menos, 1864, e era denominada de Campo dos Bugres. No primeiro plano de urbanização da colônia, datado de 1878, o título “Projeto da Povoação da Colônia de Caxias no Campo dos Bugres” mostra que o estabelecimento do povo indígena na região era de conhecimento do governo da província. Dornelles (2011, p. 102) afirma que “a historiografia parece cega perante as evidências das relações travadas naquele contexto; ora, a colônia - e depois cidade - foi erguida sobre uma antiga aldeia indígena; seus novos moradores não puderam, de modo algum, negligenciar sua existência.”

A história da destruição dos nativos não foi escrita e pouco sabemos sobre os bugreiros - brasileiros e imigrantes assalariados para combater e eliminar os últimos habitantes nativos dessa região. Em geral, a historiografia rio-grandense tradicional e o romance histórico regional registram apenas os ataques sofridos pelos colonos, apresentando as populações nativas como selvagens. O primeiro confronto grave entre imigrantes e habitantes da Serra ocorreu em 26 de fevereiro de 1829, com a morte de três colonos alemães. O último teria ocorrido em 1851, na Colônia de Taquara do Mundo novo, com a morte de colono e o sequestro de sua mulher, filha e menores, recuperados por policiais e vaqueanos, que massacraram os nativos.
(MAESTRI, 2010, p. 211)

A imigração alemã, que havia chegado ao RS cinquenta anos antes, havia se estabelecido na região do Vale dos Sinos, indo até o pé da serra. Era daquele ponto para cima que os italianos estavam lotados. “Dirigiam-se, de carroça, os que tinham mais posses e os mais pobres, a pé, para as terras que lhes eram indicadas.” (BATTISTEL, 1981, p. 19) Nero me conta mais sobre a chegada de sua família no Rio Grande do Sul e as condições que precisaram enfrentar:

Era gente muito pobre, não tinham dinheiro pra nada. Eles vieram a pé, subindo a serra, abrindo o caminho do jeito que dava. Nem tinham pertences direito, e o que carregavam era nas costas mesmo, e na realidade não podia ser muita coisa, porque eles não tinham cavalo, não tinham transporte, tinha que ser o que dava pra carregar. E assim foram até chegar lá, onde o diretor da colônia botou eles lá na terra.

A partir de então, os colonos começavam a se dirigir para os lotes que escolhiam, quando era possível fazê-lo, geralmente função de parentes já instalados na região, ou então os que lhes eram destinados pelo governo da província.

Afirmam Bonni e Costa (1984, p. 106) que a primeira coisa que os colonos faziam em seus lotes era abrir uma clareira para construção de suas primeiras casas. Pequenas cabanas,

A ITÁLIA PELA COLÔNIA: uma etnografia da colonização com imigrantes e descendentes de italianos

feitas com a técnica de “pau a pique”⁴, que eram cobertas com ramos de árvores para conferir proteção. À noite, acendiam o fogo para afugentar animais selvagens e para aquecer, visto que a região era muito fria, principalmente no inverno.

As plantações feitas durante os primeiros anos deram retorno farto, mas até que elas estivessem em condições de colheita, os colonos precisaram explorar o que havia disponível na terra - o pinhão, que será abordado mais adiante, entra como grande protagonista deste período. Além disso, o governo da província oferecia oportunidade de 15 dias de trabalho remunerado aos imigrantes em algumas regiões, para que construíssem a infraestrutura e estradas nas regiões coloniais, com o objetivo de iniciar o desenvolvimento dos territórios. Como aponta Manfroi (1975, p. 117), o dinheiro conquistado com estes trabalhos era empregado para a compra de itens essenciais ao sustento da família e para o trabalho agrícola. “A obrigação de quitar a dívida colonial impedia qualquer tendência à economia de subsistência e ao acablocamento. Os colonos deviam produzir excedentes monetizáveis para pagar a dívida e não perder os lotes.” (MAESTRI, 2010, p. 216)

Quando começaram a colher os frutos de sua produção, os colonos se depararam com outra dificuldade: o transporte para comercialização. “Toda a produção das colônias italianas, até 1910, passava por intermediários, em geral, de origem alemã, instalados nas antigas colônias alemãs. Os números intermediários e a dependência dos comerciantes do Caí e de Montenegro aumentavam o custo do transporte.” (MANFROI, 1975, p. 120) Conforme aponta Maestri (2010, p. 217), os gêneros coloniais eram adquiridos, a baixo preço, por comerciantes locais, que os encaminhavam para comerciantes dos travessões em carretas, de onde partiam para os portos fluviais até chegarem a Porto Alegre, onde eram consumidas ou reexportadas.

As condições às quais os colonos estavam submetidos ao longo de todo o percurso e seu estabelecimento no Rio Grande do Sul não passaram despercebidos pelo governo italiano. Possamai (2005, p. 78) afirma que os administradores das colônias estavam inseridos em um contexto de sociedade escravocrata e exploradora, que depreciava o trabalho braçal, e que eram justamente estes indivíduos que representavam a autoridade e com quem os colonos precisavam se relacionar. Sendo assim, eram frequentes os relatos de abusos e maus tratos por parte das autoridades brasileiras, e tal comportamento também se aplicava a algumas autoridades

⁴ Pau a pique: técnica de construção que utiliza terra crua e madeira, bambu ou cipó para formar a trama de sustentação. A trama é feita com sarrafos de madeira, e seus espaços vazios são preenchidos com terra umedecida, a fim de fornecer estrutura e vedação. Fonte: Portal Virtualhub da Universidade Federal de Santa Catarina. Disponível em <<https://portalvirtuhab.paginas.ufsc.br/en/pau-a-pique/>>. Acesso em 14 de setembro, 2019.

italianas localmente situadas, que em algumas ocasiões acabavam intercedendo em favor das autoridades e dos latifundiários brasileiros.

Embora fosse “do interesse do governo que houvesse ordem nas colônias a fim de atrair novos imigrantes europeus.” (POSSAMAI, 2005, p. 79), os conflitos entre as autoridades locais e os colonos se perpetuaram por décadas. Os colonos, decepcionados com as promessas não cumpridas pelos cônsules e propagandistas brasileiros, viam com desconfiança as autoridades do governo e suas práticas na região. Os funcionários do império, por outro lado, renegavam os colonos italianos, não os considerando como parte dos habitantes da província e buscando manter-lhes excluídos do restante da população da região.

Então, a alternativa descortinada pelos imigrantes nos períodos mais difíceis desta relação de atrito era apelar para as autoridades italianas. Ainda que a Itália, devido ao seu próprio caos estabelecido, não pudesse intervir de forma tão ativa nas condições dos colonos no Brasil, era a ela que os italianos recorriam, fosse na figura dos cônsules localmente situados, ou ainda em correspondência direta com o governo italiano. “Tudo leva a crer que a distância da pátria-mãe e os contatos com outras etnias, em certos casos, criaram e, em outros, reacenderam o sentimento de italianidade.” (POSSAMAI, 2005, p. 85)

Conforme aponta Battistel (1981, p. 18), a maior parte dos imigrantes que chegaram ao Rio Grande do Sul entre a metade e o final do século 19 se originava da região norte da Itália, uma das mais atingidas pela crise geral enfrentada pela nação - de regiões como Vêneto, Lombardia, Trentino-Alto Ádige, entre outras. De acordo com Costa (1974, p. 16), a imigração do sul começou a aumentar após a Primeira Guerra Mundial, os quais, em geral, preferiam assentar-se em cidades, ao invés de ir para o campo como fizeram os italianos do norte. Na Itália, cada região se dividia em províncias, cidades e vilas, e cada povoado tinha seus costumes, igrejas, padres e até a língua diferente. Com a vinda para a América, acabaram trazendo seus costumes culturais e religiosos para a nova terra. No entanto, gradativamente, o sentimento de pertencimento à identidade italiana foi aumentando entre os colonos, no qual regionalismos acabaram relegados a segundo plano em nome de uma unidade identitária saudosista. Embora os dissabores pela falta de oportunidades na terra natal ainda estivessem presentes, o apreço por ela também crescia.

5 Como ficou para os que ficaram

Até o início do século 20, a Itália esteve envolvida em diversas disputas internas e externas, causando rupturas no poder e nas relações com outros países. Em 1882, a Itália já

A ITÁLIA PELA COLÔNIA: uma etnografia da colonização com imigrantes e descendentes de italianos

havia se comprometido com a Tríplice Aliança, cimentando os caminhos que levaram à Primeira Guerra Mundial. “Ao se juntar com a Alemanha e a Áustria, a Itália esperava garantir a segurança de seu território enquanto buscava por colônias e melhorava sua posição internacional. [...] Outro motivo para a aliança era o ressentimento de ter sido prejudicado em Túnis e a determinação de afetar a França, mesmo à custa de perturbar o equilíbrio da Europa.” (SMITH, 1959, p. 123-124)

Apesar de estar comprometida com a Tríplice Aliança desde 1882, a Itália se desfez do tratado pouco antes do início da Primeira Guerra, devido à insatisfação em relação às políticas da Áustria que quebravam partes do acordo assinado entre os três países. Além disso, a Itália estava explorando melhor outras relações no continente - a França buscava sua associação, tendo estabelecido institutos culturais em Florença e em Milão; a grande maioria do carvão utilizado pela Itália era importado do Reino Unido. “A participação ativa na guerra deslocaria, assim, o comércio, e o Ministro do Tesouro, Rubini, ameaçou renunciar se as finanças italianas fossem obrigadas a suportar outra guerra logo após a empreitada na Líbia. Por outro lado, uma Itália neutra estaria muito bem colocada economicamente.” (SMITH, 1959, p. 293)

Por essa razão, quando a Primeira Guerra iniciou na Europa, a Itália se manteve neutra. No entanto, sob a liderança do então socialista Benito Mussolini e com o apoio de fortes nomes do sindicalismo revolucionário do Norte, foi lançada a campanha para que a Itália entrasse na guerra contra a Alemanha. Mussolini foi expulso do Partido Socialista e a Itália entrou na guerra em 1915, após a assinatura do Tratado de Londres, lutando apenas contra a Áustria. Para Smith (1959, p. 305), tal movimento, além de ser uma violação do tratado, também deu às operações italianas na guerra uma imagem negativa, como se lutassem por interesses próprios e não pela libertação e legalidade. Aos poucos, os aliados começaram a desconfiar dos italianos, principalmente por suas negociações simultâneas com todas as partes envolvidas na guerra.

De acordo com Romano (1965, p. 391), o cotidiano dos cidadãos, principalmente das classes mais baixas, foi afetado diretamente pela guerra. Tanto a classe de trabalhadores industriais manifestou clara insatisfação com a guerra durante o seu curso, quanto a dos camponeses que foram convocados a lutar nos fronts de guerra. Isso gerou queda no abastecimento do país e tornou-se motivo de forte inquietação ao final das operações militares, abrindo espaço para o crescimento das organizações socialistas e comunistas na Itália.

A liderança de Mussolini começou a ser questionada no final da década de 1930. Primeiro, ao enviar os já escassos recursos italianos para apoiar rebeldes contra o recém-eleito governo espanhol; segundo, por sua grande proximidade e cada vez maior subserviência à

Alemanha e a Adolf Hitler; e terceiro, pelas leis racistas implementadas em 1938, uma imitação ao modelo Nazista. Blinkhorn (1994, p. 50-52) aponta que a crise só foi aumentando à medida em que a guerra foi se desenrolando, com perdas massivas de tropas e território, falta de comida e itens essenciais, além do flagrante corrupção do partido. Com a deposição de Mussolini e a rendição na guerra, a Itália se tornou palco de conflito direto entre os Aliados e a Alemanha, transformando o país em um campo de batalha.

Para impedir o colapso, foi necessário impor rigoroso racionamento que, aliado a uma vertiginosa inflação, afetou duramente as classes populares. Em 1944, a ração diária de calorias da população italiana era uma das mais baixas da Europa, com 1.065 calorias diárias. [...] Um pão, que custava 2,23 liras o quilo em 1940, passou a custar 73 liras em 1947. No mesmo período, o quilo da pasta (massa) passou de 2,78 liras centavos para 120 liras. Com essa situação, os salários reais perderam mais da metade de seu valor e o desemprego geral apenas piorava a situação. (BERTONHA, 2008, p. 128)

Ao falar sobre a Segunda Guerra Mundial, não posso deixar de evocar as conversas que tive com outros dois interlocutores, ambos nascidos na Itália e que emigraram para o Brasil após a guerra: Camélia e Marinho.

Na memória de Camélia, em nossa tarde em uma casa de chá na Rua dos Andradas, localizada no Centro de Porto Alegre, veio a perda de seus dois tios durante a Segunda Guerra Mundial: um, irmão de seu pai; o outro, irmão de sua mãe. As vivências das duas famílias frente a estas tragédias foram difíceis devido às incertezas que as circunstâncias da perda trouxeram:

O meu pai falava muito da Segunda Guerra Mundial. Ele serviu, no caso, ele foi soldado na Segunda Guerra Mundial. Tanto a minha mãe como ele falavam muito nos irmãos que perderam. A minha mãe, quando nessa Segunda Guerra Mundial, perdeu um irmão, de 18 anos, na Rússia, no front esse da guerra. Nunca mais voltaram. Não souberam nem se ele tava vivo, ou se estava morto, não conseguiram descobrir. E o meu pai a mesma coisa, também perdeu um irmão nessa mesma época. Cada um deles tinha um irmão de 18 anos que o governo italiano, quando estourou a guerra, tiveram que ir, meu pai também foi, tios meus, enfim. Mas estes voltaram. Mas estes dois tios, infelizmente, nem um nem outro não voltaram.

A família nunca teve notícias sobre o que havia acontecido aos dois jovens, se haviam morrido ou o que o destino havia reservado a eles. “Eram muito jovens, 18, 19 anos. E até hoje nunca se soube se eles morreram no front, como dizia minha mãe, assim na guerra, que mataram, ou então como morreram, ninguém sabe.”

Por seu lado, Marinho me falou sobre suas experiências nesse período em duas ocasiões. A primeira, na SIRGS, em nosso primeiro encontro. A segunda em sua casa, junto com a esposa, **Humana Res**, v.5, n.7, 2023, ISSN: 2675 - 3901 p. 248 – 269, jan. a ago. 2023. DOI 10.29327/2151838.5.7-15

A ITÁLIA PELA COLÔNIA: uma etnografia da colonização com imigrantes e descendentes de italianos

Rosa, que também participou na construção deste trabalho. Marinho conta que foram tempos difíceis, de total incerteza e de grandes reveses. O que a guerra trouxe para o país foi a miséria, a escassez de recursos e de dinheiro. Ele afirma que possivelmente o período pós Segunda Guerra Mundial foi o mais crítico para o governo italiano, iniciando já em 1937.

Foi exatamente o período em que eu vivi. Nasci em 1937, vim pro Brasil em 1952, quer dizer... Eram dias duros, dias duros que a gente não gostaria nem de lembrar, porque graças a Deus pertence ao passado, se foram. Mas é muito difícil, é muito triste, muita gente... A miséria era grande, não tinha emprego. Por exemplo, nós trabalhávamos na terra, mas a terra não era nossa, tinha um dono. Então a gente trabalhava com 50%, e 50% quando chegava no final do ano não sobrava o sabonete pra lavar as mãos.

262

Mas os tempos foram ainda mais difíceis durante a guerra. Marinho era criança, mas lembra-se do perigo que os bombardeios apresentaram para os cidadãos. “Primeiro ano de primário foi em 43, em plena guerra mundial. Fiz o primeiro, segundo e terceiro ano, os três anos de primário embaixo de bombardeio.” Além disso, o medo de que os familiares homens fossem convocados e não retornassem mais para casa também pairava sobre as famílias. A esposa Rosa me conta a história da família com as guerras:

O Marinho teve períodos que ele ia à escola, e saía, e de repente eles tinham que se atirar na sarjeta, como eles diziam, quando os aviões bombardeavam. E as crianças ficavam atiradas. Ele me mostrou os lugares pelos campos aonde eles tinham que se esconder quando tinha os bombardeios. Eles moravam perto de uma ponte que ela era... de dia, os alemães bombardeavam... não, de noite eles bombardeavam porque durante o dia eles arrumavam de novo pra passar. Aí passava trem com explosivo que os aviões bombardeavam e explodia tudo, e aí eles estão olhando tudo, porque era perto, poucos quilômetros de distância daonde eles moravam. Então eles passaram, assim... O pai dele foi sete vezes chamado, o avô morreu na guerra, ainda na primeira.

Poucos anos depois do fim do conflito, além do tio que já havia morrido em batalha na Segunda Guerra Mundial, Marinho perdeu também os avós. Foi só depois disso que a família embarcou na jornada de mudança para Porto Alegre, a convite de outro tio seu, que já estava no Brasil há alguns anos, para que assumissem a administração de um hotel localizado em Guaíba.

6 A imigração no século 20

O grande movimento migratório da Europa para o Brasil permaneceu durante várias décadas. Abordando especificamente a imigração trabalhadora, Possamai (2005, p. 59) aponta

que os produtores do sudeste tinham uma maior propensão a escolher os vênetos. Eles eram conhecidos por serem árdios trabalhadores, considerados submissos e obedientes ao governo e às autoridades, imagem essa que “persistiu, pois, ainda em 1922, os cafeicultores paulistas davam preferência aos trabalhadores vênetos.”

Ainda assim, o Brasil recebeu poucos imigrantes em comparação com a Argentina. O país vizinho desenvolveu uma forte e bem-sucedida campanha de imigração, principalmente na Itália. Além disso, o Brasil era particularmente desconhecido na Europa, o que conferiu ao território argentino grande parte da migração destinada à América do Sul. Os dois tios mais velhos de Camélia pelo lado materno foram para a Argentina, onde se estabeleceram, casaram e constituíram família. Foram os primeiros da família a deixarem a Itália em busca de melhores oportunidades na América, antes mesmo da Segunda Guerra Mundial.

Quando ela [a mãe de Camélia] veio aqui pro Brasil, como eles vieram aqui pra América, ela achava que eles tivessem vindo aqui pro Brasil. Mas não, eles não estavam, ninguém sabia. A mãe dela também nunca [mais] viu esses dois irmãos. Sabia que eles tinham ido [pra América], depois de algum tempo ela começou a ter notícias deles. E aí descobriram que eles estavam morando na Argentina, em Buenos Aires.

O Brasil viu o número de imigrantes a chegar no país cair durante os períodos da Primeira e Segunda Guerras Mundiais. Em ambos os casos, os cidadãos que não eram enviados para os fronts de batalha durante as guerras, acabaram sendo convocados para trabalhar em fábricas diversas, na indústria armamentícia, produzir alimentos e repor a escassez que os conflitos trouxeram para a Itália.

Marinho, auxiliado pela esposa Rosa, me conta um pouco sobre como a família passou por este período na Itália. Com as terras arrendadas, a produção era escassa, e as circunstâncias eram ainda piores com o pai e o tio no front de batalha, com o risco de morrerem na guerra como o avô. Somado a isso, a família também precisava dividir a limitada produção que tinha com um exército que de tudo necessitava:

Aquilo lá foi uma sistemática que se criou para poder o pai sair da guerra, mas na realidade a terra não era nossa [...] Foi juntado os dois lotes, o nosso com o do tio pra formar 20 hectares, porque com 20 hectares tinha uma lei que permitia que o soldado que estava na guerra voltasse pra casa pra trabalhar a terra porque não tinha mais ninguém, e tava faltando comida no exército.

Com o pai e o tio fora da guerra, a capacidade de produção aumentou um pouco, mas não fez diferença naquilo que a família obtinha. “Nos últimos dois anos de guerra estava

A ITÁLIA PELA COLÔNIA: uma etnografia da colonização com imigrantes e descendentes de italianos

faltando tudo, e o exército precisava se alimentar. Então, não havia produção suficiente.” O lucro, naquele momento, era não perder mais gente para a guerra.

O número de italianos levantados pelos censos realizados pelo governo ao longo das décadas durante o século 20 também apresentou mudanças no perfil migratório e na permanência dos italianos no Rio Grande do Sul. Pellanda (1975) afirma que a quantidade de imigrantes que saía do estado não encontrava uma contrapartida no volume que chegava, causando uma diminuição brusca no número de imigrantes presentes no estado em comparação com épocas anteriores. O autor especula que a queda não seja uma consequência isolada causada pela mortalidade, mas também fruto da migração para outros estados e países vizinhos. Várias regiões, já na década de 1940, ainda contavam com dificuldades de transporte, isolamento em relação à outras cidades, altos impostos e exaustão do solo para plantio, fazendo com que a mudança para outros estados parecesse mais promissora.

264

7 As diferentes itálias dentro da Itália

Embora estivesse em uma localização consolidada no continente e usufrísse de uma posição estratégica - no meio da Europa, com rotas acessíveis à África e à Ásia, em um estabelecido e histórico trânsito comercial -, o território italiano estava fragmentado em diferentes Estados distribuídos pela península e pelas ilhas no Mar Mediterrâneo. O esforço de unificação dos nacionalistas precisou ir muito além de libertar as diferentes regiões dos domínios absolutistas: foi necessário também criar um sentimento de “Itália” entre calabreses e vênets, sardenhos e genoveses. Cada região tinha o seu dialeto, seus costumes e suas realidades, muitas vezes completamente diferentes da província vizinha.

Ao questionar Marinho sobre a relação entre norte e sul nos dias atuais na Itália, ele me conta:

Hoje está um pouco menos do que esteve. Porque até os anos 50 era assim, bem inimigos. Não tinha nenhuma relação, o norte com o sul em termos de fraternidade, não tinha. E nós classificávamos o pessoal do sul como um pessoal vagabundo, que não queria trabalhar. E até pelas circunstâncias deles, não tinham emprego, não tinha indústria, não tinha nada.

Durante o regime fascista, o governo buscou diversas formas para promover dentro da Itália de forma maciça a ideia de nacionalismo e de uniformidade entre o povo. Medidas como obrigar os cidadãos a falarem o italiano em órgãos oficiais, escolas e quartéis, em detrimento dos diferentes dialetos; estimular a união entre o povo promovendo atividades de grupo, como

o futebol; e promover as pesquisas arqueológicas com o objetivo de apresentar a magnitude da história italiana foram algumas das ações escolhidas por Mussolini para unificar culturalmente o país e ressaltar sua grandeza nacional.

Na prática, este objetivo nunca se concretizou, e quando o regime acabou, essa impressão ilusória caiu por terra em definitivo. De acordo com Bertonha (2008, p. 63), a partir da República, a solução encontrada pelo governo para resolver os problemas criados em relação ao regionalismo foi a concessão de ampla autonomia regional. Cidades, províncias e regiões usufruem de um poder descentralizado em relação ao governo central em Roma, podendo atuar, dentro de certas prerrogativas estabelecidas, a partir de grande autonomia jurídica e financeira.

Alguns autores, como Luzzatto (1996, p. 169), afirmam, inclusive, que essa grande diferença entre as regiões acaba tornando a Itália uma pequena-grande nação composta por muitas nações diferentes, tal é a significação da diferença cultural expressada entre as províncias. Não é incomum ouvir um italiano dizendo que os nortistas não entendem os sulistas e vice-versa. Isso não é apenas por mera animosidade - ainda que o idioma oficial seja um só, os dialetos ainda estão presentes no cotidiano dos cidadãos.

Marinho vivenciou o tempo em que o dialeto era um forte empecilho na comunicação entre os italianos. Conta ele que:

O problema de dialeto era um horror. O norte não conseguia se comunicar com o sul em termos de dialeto. [...] 1947, portanto dois anos depois que tinha terminado a Segunda Guerra Mundial... na guerra nós perdemos um tio. Aí a minha tia pediu pro meu pai pra transferir os restos mortais dele, que ele tinha morrido lá no sul, lá em Brindice, não sei aonde, bem no sul, pra o cemitério nosso lá do norte. Então o pai pegou o trem e foi. Pra ele poder entenderem o que ele queria, ele teve que contratar um intérprete. Dois irmãos italianos, ele teve que contratar um intérprete que entendia os dois dialetos pra poder se comunicar. Sabe o que é isso? Dentro da Itália!

Artusi já abordava a questão dos regionalismos da Itália desde o final do século 19. Em seu livro, “A ciência na cozinha e a arte de comer bem”, publicado pela primeira vez em 1891, Pellegrino Artusi apresenta 790 receitas no idioma italiano, em um movimento linguístico estruturado considerando uma nação que praticamente só dialogava em dialeto, mas ao mesmo tempo respeitando os regionalismos e as particularidades de cada lugar. Silva (2019, p. 42) afirma que, a através do livro, Artusi “chegava aos lares desses ‘novos’ italianos quase que sorratamente [...] num movimento complexo que, ao mesmo tempo em que sistematizava a língua italiana da cozinha gerando um efeito de unidade através da língua italiana, salientava as diferenças entre regiões apontando particularidades não somente das línguas dialetais, mas também das mentalidades regionais.” No livro de Artusi (2004), pouco após a receita do

Humana Res, v.5, n.7, 2023, ISSN: 2675 - 3901 p. 248 – 269, jan. a ago. 2023. DOI 10.29327/2151838.5.7-15

A ITÁLIA PELA COLÔNIA: uma etnografia da colonização com imigrantes e descendentes de italianos

Minestrone de Livelo, na Toscana, (p. 66) - acompanhada da história em que o autor contraiu cólera e achou que a enfermidade era causada pela sopa -, segue a receita de outra sopa, Zuppa alla Stefani (p. 69), da Bolonha. O livro também apresenta receitas da Emília-Romanha, Milão, Nápole, só para citar algumas das regiões italianas presentes.

É claro que, sendo a alimentação tão fundamental na sociedade, especialmente na Itália, onde a comida possui uma importância ímpar entre seus cidadãos, o regionalismo acaba aplicando-se também ao que aparece na mesa do italiano. Vizioli (2001, p. 22-25) explora detalhadamente os principais aspectos em que a cozinha do norte, do centro e do sul diferem entre si, usando não apenas os elementos econômicos para explicar tais contrastes, mas também os fatos históricos e pontos geográficos para apontar porque estas diferenças existem até entre as províncias de uma mesma região. Buonassisi (1992, p. 8), por sua vez, reforça os aspectos históricos que abordei anteriormente, afirmando que “na Itália, começamos a falar sobre a culinária regional como tantas realidades isoladas, ou quase, somente após a última guerra mundial. Até então, de uma maneira mais ou menos confusa, falava-se da culinária italiana.”

REFERÊNCIAS

ARTUSI, Pellegrino. First courses. In: ARTUSI, Pellegrino. **Science in the kitchen and the art of eating well**. Toronto, Buffalo, London: University of Toronto Press, 2004. p. 36-109.

AZEVEDO, Célia Maria Marinho. Os políticos e a “onda negra”. In: AZEVEDO, Célia Maria Marinho. **Onda negra, medo branco: o negro no imaginário das elites**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. p. 105-174.

BATTISTEL, Arlindo. Antecedentes da imigração italiana no Rio Grande do Sul. In: BATTISTEL, Arlindo. **Colônia italiana: religião e costumes**. Porto Alegre: Escola Superior de Teologia São Lourenço de Brindes, 1981. p. 15-20.

BERTONHA, João Fábio. Um povo em busca de sua identidade nacional. In: BERTONHA, João Fábio. **Os Italianos**. São Paulo: Contexto, 2008. p. 43-80.

BLACKETT, Howard. Cession of Venetia and Rome. In: BLACKETT, Howard. **Life of Giuseppe Garibaldi: italian, hero and patriot**. London: Walter Scott, 1888. p. 302-310.

BLINKHORN, Martin. Mussolini's dictatorship. In: BLINKHORN, Martin. **Mussolini and Fascist Italy**. New York: Routledge, 1994.

BLINKHORN, Martin. The decline and fall of fascism. In: BLINKHORN, Martin. **Mussolini and Fascist Italy**. New York: Routledge, 1994.

BONI, Luis. COSTA, Rovílio. Aspectos antropológicos da vida do imigrante italiano - o indivíduo na sociedade agrária. In: BONI, Luis. COSTA, Rovílio. **Os italianos do Rio Grande do Sul**. Caxias do Sul: Correio Riograndense, 1984. p. 148-182.

BONI, Luis. COSTA, Rovílio. A história que ninguém conta. In: BONI, Luis. COSTA, Rovílio. **Os italianos do Rio Grande do Sul**. Caxias do Sul: Correio Riograndense, 1984. p. 92-109.

BONI, Luis. COSTA, Rovílio. A Itália de 1870. In: BONI, Luis. COSTA, Rovílio. **Os italianos do Rio Grande do Sul**. Caxias do Sul: Correio Riograndense, 1984. p. 49-62.

BRASIL. [Constituição (1934)]. **Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil de 1934**. Brasília, DF: Presidência da República, [2019]. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao34.htm>. Acesso em 24 set. 2019.

BUONASSISI, Vincenzo. Introduzione. In: BUONASSISI, Vincenzo. **La cucina degli italiani**. Milano: Idealibri, 1992. p. 6-11.

CARNEIRO DA CUNHA, Manuela. Libertos: sujeição política. In: CARNEIRO DA CUNHA, Manuela. **Negros estrangeiros: os escravos libertos e sua volta à África**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1985. p. 62-99.

CENNI, Franco. A colonização italiana no Rio Grande do Sul. In: CENNI, Franco. **Italianos no Brasil**. São Paulo: Martins, Ed. da Universidade de São Paulo. 1975. p. 103-131.

CENNI, Franco. O “rei café” e a “grande imigração”. In: CENNI, Franco. **Italianos no Brasil**. São Paulo: Martins, Ed. da Universidade de São Paulo. 1975. p. 157-195.

COSTA, Rovílio. COSTELLA, Irineu. SALAME, Pedro. SALAME, Paulo. Antecedentes, vida e costumes da imigração italiana no Rio Grande do Sul. In: COSTA, Rovílio. COSTELLA, Irineu. SALAME, Pedro. SALAME, Paulo. (Org.). **Imigração italiana no Rio Grande do Sul: vida, costumes e tradições**. Porto Alegre: Sulina, 1974. p. 8-25.

COSTA, Rovílio. COSTELLA, Irineu. SALAME, Pedro. SALAME, Paulo. Educação, cultura e formação na imigração italiana. In: COSTA, Rovílio. COSTELLA, Irineu. SALAME, Pedro. SALAME, Paulo. (Org.). **Imigração italiana no Rio Grande do Sul: vida, costumes e tradições**. Porto Alegre: Sulina, 1974. p. 92-100.

DI COMITE, Luigi. **L'emigrazione italiana nella prima fase del processo transizionale**. *Giornale Degli Economisti E Annali Di Economia, Nuova Serie*, 42, n. 7/8. 1983. p. 507-517.

DORNELLES, Soraia Sales. **De Coroados a Kaigang: as experiências vividas pelos indígenas no contexto de imigração alemã e italiana no Rio Grande do Sul do século XIX e início do XX**. 2011. Dissertação (Mestrado em História) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011.

DUGGAN, Christopher. The liberal state and the social question, 1870-1900. In: DUGGAN, Christopher. **A concise history of Italy**. Cambridge: Press Syndicate of the University of Cambridge, 1998. p. 143-170

DUGGAN, Christopher. The Republic. In: DUGGAN, Christopher. **A concise history of Italy**. Cambridge: Press Syndicate of the University of Cambridge, 1998. p. 240-294.

GOOCH, John. Introdução. In: GOOCH, John. **A unificação da Itália**. São Paulo: Editora Ática, 1991. p. 13-14.

GOOCH, John. O triunfo do Piemonte, 1859-70. In: GOOCH, John. **A unificação da Itália**. São Paulo: Editora Ática, 1991. p. 49-63.

HOBSBAWN, Eric. The nation as a novelty: from revolution to liberalism. In: HOBSBAWN, Eric. **Nations and nationalism since 1780**. Cambridge: University Press, 2000. p. 14-45.

A ITÁLIA PELA COLÔNIA: uma etnografia da colonização com imigrantes e descendentes de italianos

HUTTER, Lucy. Imigração italiana: aspectos gerais do processo imigratório. In: **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros**, São Paulo, n. 27, p. 59-73. 1987.

LAROQUE, Luiz Fernando da Silva. **Fronteiras Geográficas, étnicas e culturais envolvendo os Kaingang no sul do Brasil**. 2006. Tese (Doutorado em História) - Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2006.

LUZZATTO, Darcy Loss. A nossa língua. In: MAESTRI, Mário (Coord.) **Nós, os ítalo gaúchos**. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 1996. p. 168-175

MAESTRI, Mario. A imigração colonial-camponesa italiana. In: MAESTRI, Mario. **Breve história do Rio Grande do Sul: da pré-história aos dias atuais**. Passo Fundo. Ed. Universidade de Passo Fundo, 2010. p. 208-220.

MANFROI, Olívio. A colonização italiana no Rio Grande do Sul, 1875-1914. MANFROI, Olívio. **A colonização italiana no Rio Grande do Sul: implicações econômicas, políticas e culturais**. Porto Alegre: Grafosul, Instituto Estadual do Livro, 1975. p. 55-90.

MANFROI, Olívio. As ambiguidades da política brasileira de colonização. MANFROI, Olívio. **A colonização italiana no Rio Grande do Sul: implicações econômicas, políticas e culturais**. Porto Alegre: Grafosul, Instituto Estadual do Livro, 1975. p. 33-53.

MANFROI, Olívio. Os emigrantes deserdados. MANFROI, Olívio. **A colonização italiana no Rio Grande do Sul: implicações econômicas, políticas e culturais**. Porto Alegre: Grafosul, Instituto Estadual do Livro, 1975. P.93-121.

PELLANDA, Ernesto. Aspectos gerais da imigração italiana no Rio Grande do Sul. In: BERTASO, Henrique. LIMA, Mário de Almeida. (Org.) **Álbum Comemorativo do 75º Aniversário da Colonização Italiana no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Revista do Globo, 1950. p. 34-64.

POSSAMAI, Paulo. Novecento (século XX). In: POSSAMAI, Paulo. **“Dall’Italia siamo partiti”**: a questão de identidade entre os imigrantes italianos e seus descendentes no Rio Grande do Sul (1875-1945). Passo Fundo: UPF, 2005. p. 139-247.

POSSAMAI, Paulo. Ottocento (século XIX). In: POSSAMAI, Paulo. **“Dall’Italia siamo partiti”**: a questão de identidade entre os imigrantes italianos e seus descendentes no Rio Grande do Sul (1875-1945). Passo Fundo: UPF, 2005. p. 19-138.

ROMANO, Salvatore. Lotta di classe e mutamento politico nel periodo seguente alla prima guerra mondiale. In: ROMANO, Salvatore. **La classi sociali in Italia: Dal medioevo all’età contemporanea**. Torino: Giulio Einaudi editore s. p. a., 1965.

SEYFERTH, Giralda. Construindo a nação: hierarquias raciais e o papel do racismo na política de imigração e colonização. In: MAIO, Marcos. SANTOS, Ricardo. (Orgs.) **Raça, ciência e sociedade**. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ; CCBB, 1996. p. 41-58.

SILVA, Carla Maicá. “Gentilíssimo senhor artusi” uma análise discursiva sobre a autoria de a ciência na cozinha e a arte de comer bem, de Pellegrino Artusi. 2019. Dissertação (Mestrado em Letras). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2019. Disponível em <<https://lume.ufrgs.br/handle/10183/204642>>. Acesso em 9 de fevereiro, 2020.

SMITH, Denis Mack. The nation asserts itself. In: SMITH, Denis Mack. **Italy: a modern history**. Michigan: University of Michigan Press, 1959. p. 101-132

SMITH, Denis. The onset of war. In: SMITH, Denis Mack. **Italy: a modern history**. Michigan: University of Michigan Press, 1959. p. 263-305.

ZANINI, Maria Catarina. SANTOS, Miriam. O trabalho como “categoria étnica”: um estudo comparativo da ascensão social de imigrantes italianos e seus descendentes no Rio Grande do Sul (1875-1975). In: **Revista Interdisciplinar da Mobilidade Humana**. Brasília, ano XVII, n. 33, p. 177-198, jul./dez. 2009.

HISTÓRIA, LITERATURA E MEMÓRIA: Clodoaldo Freitas e as narrativas sobre o fazer política no século XIX

Ronyere Ferreira¹

RESUMO

Esse artigo analisa as representações sobre as práticas políticas oitocentistas presentes no livro **História de Teresina**, de Clodoaldo Freitas. Na obra, o autor elaborou narrativas sobre o passado, as quais se apresentam como mecanismos de registro, mas também de divulgação do seu ideário político, estando elas inseridas em seu contexto de produção, à luz do qual se revestem de significados relevantes para se compreender sua escrita, seu tempo e as disputas de memória. No decorrer do texto dialogamos com Queiroz (2011, 2019), Schwarcz (2012, 2019), Carvalho (2017a, 2017b) e Chalhoub (2003).

Palavras-chave: História. Memória. Política. Clodoaldo Freitas.

HISTORY, LITERATURE AND MEMORY: Clodoaldo Freitas and narratives about the making of politics in the 19th century

ABSTRACT

This article analyzes the representations of nineteenth-century political practices in the book *História de Teresina*, by Clodoaldo Freitas. In the work, the author elaborated narratives about the past, which are presented as mechanisms for recording, but also for disseminating his political ideas, which are inserted in his production context, in light of which they have relevant meanings to understand its writing, its timing and memory disputes. Throughout the text, we dialogued with Queiroz (2011, 2019), Schwarcz (2012, 2019), Carvalho (2017a, 2017b) and Chalhoub (2003).

Keywords: History; Memory; Policy; Clodoaldo Freitas.

HISTORIA, LITERATURA Y MEMORIA: Clodoaldo Freitas y las narrativas sobre hacer política en el siglo XIX

RESUMEN

Este artículo analiza las representaciones de las prácticas políticas decimonónicas presentes en el libro *História de Teresina*, de Clodoaldo Freitas. En la obra, el autor elabora narrativas sobre el pasado, que se presentan como mecanismos de registro, pero también de difusión de sus ideales políticos, insertándose en su contexto de producción, a la luz de los cuales se revisten de significados relevantes para comprender su escritura, su tiempo y disputas de memoria. A lo largo del texto dialogamos con Queiroz (2011, 2019), Schwarcz (2012, 2019), Carvalho (2017a, 2017b) y Chalhoub (2003).

Palabras clave: Historia; Memoria; Política; Clodoaldo Freitas.

¹ Doutorando em História na Universidade Federal do Piauí. Integrante dos grupos de pesquisa “História, teatro, música e estética” (UFPI) e “História social da cultura: literatura, imprensa e sociedade” (UNIFESP), ambos cadastrados no CNPq. Coorganizou as coletâneas **História e arte: teatro, cinema e literatura** (EDUFPI, 2017), **Ateliê da História** (EDUFPI, 2019) e **História, teatro e experiências estético-políticas** (Mentes Abertas, 2019). Contato: rony-001@hotmail.com .

Durante as primeiras décadas do século XX se desenrolou um processo de realinhamento da sociedade brasileira, movimento que se manifestou até mesmo no campo das ideias, no qual ocorreu o desenvolvimento e a divulgação de reflexões inspiradas em teorias científicas oriundas do século XIX, sobretudo as ciências naturais, que deram os parâmetros explicativos para a compreensão da sociedade e que se manifestaram até mesmo nos registros literários² Parcialmente beneficiados pelas novas técnicas de impressão, ampliação do número de publicações periódicas, de livros e do seu público consumidor, diversos intelectuais utilizaram poesias, contos, crônicas, romances, textos de cunho jurídico e histórico para refletir sobre os rumos sociais e políticos.

Assim como o presente, o passado se tornou matéria de observação, debate e polêmica, a ponto de diversos homens de letras se dedicarem a resgatar personalidades e acontecimentos. No Piauí, esse esforço foi empreendido, tanto por intelectuais consagrados como por jovens escritores, interesse que se voltava especialmente para os grandes personagens, acontecimentos e instituições, mas que também contemplava práticas culturais, como a literatura e o teatro. Essas incursões na história devem-se ao seu papel de construtora da memória social, argamassa de heróis e vilões nos tempos republicanos. A história, nesse período de símbolos e alegorias, era o campo da construção ou destituição de mitos.

Clodoaldo Freitas³ se mostrou representativo desse grupo que se voltou ao passado para reexaminá-lo à luz dos documentos, dos testemunhos pessoais e das subjetividades. Bacharel pela Faculdade de Direito de Recife, foi militante político na década final do império e nas primeiras décadas da república, tornando-se testemunha de parte significativa das disputas políticas e sociais do seu tempo. Um migrante contumaz, atuou ativamente na imprensa de diversos estados, como Pará, Maranhão, Piauí, Pernambuco e Rio de Janeiro, publicando poesias, romances, crônicas, conferências e textos de cunho jurídico e histórico, destes, destacam-se entre os preservados: **Vultos piauienses**, **Fatores do coelhado**, **A Balaiada** e **História de Teresina**, o último publicado originalmente em forma de folhetim entre março de 1911 e abril de 1912, nas páginas do **Diário do Piauí**.

² QUEIROZ, Teresinha de Jesus Mesquita. **Os literatos e a República**: Clodoaldo Freitas, Higino Cunha e as tiranias do tempo. 3. ed. Teresina: EDUFPI, 2011. P. 157.

³ Clodoaldo Severo Conrado de Freitas nasceu em Oeiras, em 7 de setembro de 1855, e faleceu em Teresina, em 29 de junho de 1924. Formado pela Faculdade de Direito de Recife, atuou como magistrado, jornalista, político, poeta, historiador, romancista e cronista. Integrou o Partido Liberal, no Império, e o Partido Democrata, nos primeiros anos da república. Foi deputado estadual no Pará e chefe de polícia no Piauí e no Maranhão. Foi um dos fundadores da Academia Maranhense de Letras e da Academia Piauiense de Letras. Cf.: QUEIROZ, Teresinha. Clodoaldo Freitas, senhor da palavra. In: FREITAS, Clodoaldo. **História de Teresina**. 2. ed. São Paulo: Mentis Abertas, 2020. p. 421-479.

HISTÓRIA, LITERATURA E MEMÓRIA: Clodoaldo Freitas e as narrativas sobre o fazer política no século XIX

Embora a obra de Clodoaldo Freitas, seja de ficção ou não ficção, consista em um testemunho relevante para o entendimento de sua trajetória e dos processos sociais que presenciou, nosso interesse se situa especialmente em sua reflexão sobre o passado, uma vez que o objetivo é compreender seus mecanismos de seleção, registro e construção de imagens, personagens e acontecimentos. Para tanto, analisamos a sua principal obra historiográfica, **História de Teresina**, cotejando com suas outras produções e suas experiências sociais, no intuito de identificar ressonâncias ideológicas, políticas e subjetivas. Primeiramente, identificamos o lugar do autor dentro da produção do conhecimento histórico e até que ponto se enquadrou no estatuto historiográfico predominante. Depois, analisamos as imagens construídas em relação às personalidades políticas imperiais, que se diferenciaram conforme o lugar que ocuparam no bipartidarismo monárquico.

272

Clodoaldo Freitas e o fazer historiográfico

Em alguma medida os textos historiográficos de Clodoaldo Freitas são autobiográficos, memorialísticos e subjetivos. Essa afirmação não exclui o propósito de serem e se afirmarem como um conhecimento postulante à verdade, para tanto, o autor dialogou com o estatuto historiográfico de seu tempo, segundo o qual a história, mais do que interpretação ou uma versão entre outras possíveis, era compreendida como um registro do passado, baseado em documentos escritos, especialmente os oficiais, capazes de atestar os acontecimentos narrados.

Esse paradigma tradicional que constituiu uma hegemonia entre a segunda metade do século XIX e as primeiras décadas do século XX, abrangendo todo o período de produção intelectual de Clodoaldo Freitas, pode ser caracterizado como uma narrativa baseada em documentos; uma apresentação objetiva dos fatos conforme teriam acontecido; e uma história essencialmente política, relacionada aos feitos do Estado, portanto, detentora de uma perspectiva de cima, concentrada “nos grandes feitos dos grandes homens, estadistas, generais ou ocasionalmente eclesiásticos”.⁴

Embora não fosse um historiador profissional, certamente conheceu e utilizou alguns dos métodos difundidos, comungando com parte de suas premissas e construindo narrativas pretensamente objetivas, descritivas e narrativas, com nós de memorialismo e privilegiando determinadas dimensões próximas ao poder, “dos fatos biográficos, políticos,

⁴ BURKE, Peter. Abertura: a nova história, seu passado e seu futuro. In: (Org.). **A escrita da História**: novas perspectivas. São Paulo: Editora UNESP, 2011. p. 9-17.

diplomáticos e militares.” Essas narrativas possuíam um caráter “muito nacionalista e até ‘chauvinista’, vinculando-se de perto aos interesses do Estado e às suas visões e aos objetivos daqueles tempos, de preparar ‘bons cidadãos’ e reforçar neles a consciência nacional e até patriótica”.⁵ Ao passo que utilizou documentos oficiais, coloriu seu texto com fontes não convencionais e apresentou elementos sociais que, apesar de não excluídos, eram tidos como secundários pela historiografia tradicional. Segundo Teresinha Queiroz,

Um dos traços marcantes dessa historiografia tradicional é o voltar-se para os feitos grandiosos, para os personagens de destaque nas esferas da política e da guerra. Na tradição historiográfica, a maioria dos profissionais olhava o processo social dessa maneira, e muitos continuam a vê-lo desse modo. Essa forma de história, vinda do século XIX, porém ainda tão presente [década de 1950], tinha como objetos de investigação o Estado, a política, os grandes personagens e eventos ligados à constituição do processo das nacionalidades, conferindo ênfase às dimensões diversas da política. Olhava-se e tentava-se compreender o fenômeno da emergência e consolidação do Estado-Nação.⁶

Sob esses fundamentos, encontramos em **História de Teresina** frequentes e exaustivas menções e transcrições dos documentos consultados, trata-se de um *corpus* documental extenso, formado especialmente por documentos oficiais, algumas dezenas de relatórios ou mensagens dos chefes do executivo e de seus auxiliares diretos, além de volumoso acervo de leis, decretos, regulamentos e ofícios referentes à educação, saúde, filantropia, religião e obras públicas, material consultado pelo autor no arquivo da Secretaria de Governo e no Arquivo e Biblioteca Pública do Piauí, neste, enquanto foi o seu primeiro diretor, após ser criado no governo de Antonino Freire.⁷

De forma mais tímida, mas nem por isso menos importante, utilizou a imprensa para complementar as informações e corroborar sua escrita, citando nominalmente cinco periódicos dos quais retirou informações direta e indiretamente, são eles *Província do Piauí*, *A Imprensa*, *A Falange*, *O Democrata* e *O Monitor*, veículos que circularam em diferentes períodos entre 1872 e 1912. Essas fontes periódicas, menosprezadas no âmbito de uma história científica, por serem consideradas excessivamente parciais e ideológicas, foram utilizadas tanto por

⁵ ROJAS, Carlos Antonio Aguirre. Tese sobre o itinerário da historiografia do século 20: uma visão numa perspectiva de longa duração. In: MALERBA, Jurandir; ROJAS, Carlos Antonio Aguirre. **Historiografia contemporânea em perspectiva crítica**. São Paulo: EDUSC, 2007. p. 13-30.

⁶ QUEIROZ, Teresinha. De amor e de livros [prefácio]. In: CHAVES, Mons. Joaquim. **Obra completa**. Teresina: Fundação Monsenhor Chaves, 2013. p. 13)

⁷ Antonino Freire nasceu em Amarante (PI), em 10 de maio de 1876, faleceu em Teresina, em 15 de setembro de 1934. Formado em Engenharia pela Escola Politécnica do Rio de Janeiro, atuou como jornalista, diretor de obras públicas, vice-governador e governador do Piauí. Assumiu o governo em 15 de março de 1910, eleito, após recusar tomar posse após a morte de seu antecessor, Anísio Auto de Abreu. Foi sucedido a partir de 1º de janeiro de 1912 por Miguel Rosa. Foi eleito deputado e senador pelo Piauí. Cf.: CHAVES, Mons. Joaquim. **Obra completa**. 2. ed. Teresina: Fundação Monsenhor Chaves, 2013. p. 581-590.

HISTÓRIA, LITERATURA E MEMÓRIA: Clodoaldo Freitas e as narrativas sobre o fazer política no século XIX

historiadores profissionais como por autores de biografias, esboços históricos e outros tipos de não ficção.

Localmente, além de Clodoaldo Freitas, que o fez sistematicamente tanto em **História de Teresina** como em outros estudos, podemos citar Elias Martins⁸ e Higino Cunha.⁹ Em seu folheto **O teatro em Teresina**, Higino Cunha (1922) apresentou os principais acontecimentos relacionados ao teatro, como as polêmicas, as formações das companhias locais, as atrizes visitantes e os autores que se destacaram. Elias Martins, em seu opúsculo hagiográfico/biográfico **Frei Serafim de Catania**,¹⁰ guiou-se pelo testemunho pessoal, pelo “depoimento de pessoas de fé” e “pela imprensa daquela época”, que respingava “nas colunas os principais acontecimentos”. Esses exemplos estão em uma extensa lista de escritores que, em uma época com escassos trabalhos sobre a história piauiense e acesso limitado às publicações, recorriam aos acervos hemerográficos particulares em busca por informações.

A partir desse conjunto de fontes, flagra-se em **História de Teresina** um universo social circundante às esferas de poder, os personagens que emergem são presidentes e secretários da província, governadores e secretários do Estado, senadores, deputados, intendentes, diretores de repartições públicas, sacerdotes, militares, engenheiros, empresários, jornalistas e demais funcionários envolvidos no cotidiano mais elevado da administração e das intrigas políticas. O interesse de Clodoaldo Freitas, em sintonia com a compreensão de história e de sujeitos históricos da época, centrou-se nos praticantes do poder, são deles as vozes e atitudes perceptíveis.

As instituições são igualmente protagonistas, aliás, independente de sua distinção social, os sujeitos aparecem primeiramente em função delas. Denota-se que a institucionalidade foi o critério inicial adotado pelo autor, tendo como proposta apresentar a constituição e, algumas vezes, a organização das repartições públicas detentoras de importância no cotidiano teresinense. Dessa forma, ao tratar dos três principais templos da capital, não abordou a religiosidade, mas as igrejas enquanto monumentos arquitetônicos e aparatos públicos, apresentando os meios pelos quais foram construídos, os posicionamentos

⁸ Elias Firmino de Sousa Martins nasceu em Picos, em 1869, e faleceu em Teresina, em 1936. Formado em direito, atuou como advogado, jornalista e foi eleito deputado federal em duas legislaturas. Fundou e colaborou com diversos jornais. Entre suas obras estão **O Poder das Trevas** (1913), **Frei Serafim de Catania** (1917) e **Fitas** (1920).
⁹ Higino Cícero da Cunha nasceu em Flores (PI), em 11 de janeiro de 1858, e faleceu em Teresina, em 16 de novembro de 1943. Formado pela Faculdade de Direito de Recife, atuou como magistrado, professor, historiador, jornalista e poeta. Durante o Império integrou o Partido Liberal e, nos primeiros anos da República, o Partido Republicano Federal. Redigiu e colaborou com diversos jornais, entre eles **A Imprensa**, **Diário do Piauí** e **Litericultura**. Foi um dos fundadores da Academia Piauiense de Letras e entre suas obras estão **O teatro em Teresina**, **O idealismo filosófico e o ideal artístico** e **História das religiões no Piauí**. Cf. CHAVES, 2013, p. 594-599.

¹⁰ MARTINS, Elias. **Frei Serafim de Catania**. Rio de Janeiro: Imprensa Oficial, 1917. p. 7-8.

dos chefes do executivo, as verbas destinadas em orçamento e as obras empreendidas. Do mesmo modo, seu interesse não estava no teatro enquanto arte, mas como equipamento público voltado ao lazer, para o qual era dispendido parte do erário. Esse padrão foi aplicado com pouca variação para as demais instituições apresentadas, de instrução (Liceu, Escola Normal, escolas noturnas, colégios, bibliotecas), caridade (Santa Casa, Educandos Artífices), administração (mercado, palácio, quartel de linha, cadeia), além de obras públicas e iniciativas de relevo social e econômico (rampas e taludes e navegação do rio Parnaíba).

Esse esforço em apresentar a história de Teresina a partir de suas instituições e dos relatos de seus administradores, da forma mais objetiva e fiel à documentação possível, encontra-se atravessado por um tênue caráter de testemunho, afinal, ao menos desde 1881, quando chegou a Teresina, vindo de Recife, até sua morte em 1924, Clodoaldo Freitas atuou na política piauiense estabelecendo laços de amizade e interesses materiais, mesmo quando, em virtude das vicissitudes partidárias, residia em outros estados. Se por um lado a política e seus praticantes são seu lócus de observação para a construção de sua narrativa, suas experiências políticas e subjetividades formaram filtros sensíveis e atuantes no processo de escrita.

A objetividade, o afastamento crítico do historiador e tantas outras premissas da historiografia tradicional mostram-se em sua escrita, assim como na de qualquer historiador, elementos essencialmente irrealistas e impraticáveis. Interesses, preconceitos, ideologias, estereótipos e percepções subjetivas do mundo são elementos mais ou menos velados que habitam um texto historiográfico e, irremediavelmente, não estamos diante de uma exceção. Se a “verdade” sobre o passado era um objetivo, termo utilizado oportunamente pelo autor, apresentava-se permeada de sua visão particular, de resquícios cujos sentidos históricos só podem ser minimamente decifrados se trouxermos à luz suas experiências. A seguir, o que está em questão é a natureza de sua parcialidade e os significados históricos de seus juízos de valores.

Violência e patrimonialismo na política imperial

Assim como as obras públicas, os projetos educacionais, as mensagens dos chefes do executivo e os relatórios dos ocupantes dos principais cargos da administração provincial e republicana aparecem em **História de Teresina** muitas das tensões políticas dos períodos narrados. Clodoaldo Freitas, que testemunhou parte delas, não as apresentou no centro da observação, mas as colocou nas entrelinhas, nos parágrafos finais, entre uma ou outra

HISTÓRIA, LITERATURA E MEMÓRIA: Clodoaldo Freitas e as narrativas sobre o fazer política no século XIX

arrematação ou determinação de ofício, imersas em anedotas ou acontecimentos que foram mencionados para reforçar argumentos gerais e produzir efeitos, menções que apenas ganham sentidos se acompanharmos as experiências narradas e as vivenciadas pelo autor e seus pares. Dito de outra forma, esses significados apenas ganham nitidez, quando consideramos ao menos duas historicidades específicas, uma pertencente à história contada e outra a quem as contou.¹¹

Através de diferentes mecanismos de escrita, Clodoaldo Freitas se colocou como árbitro do passado, eventualmente a contrariar um documento e seu produtor, a fabricar imagens sobre os políticos e seus partidos, a exaltar personagens da história piauiense e a reabilitar sujeitos renegados pelas conjunturas políticas. Se em outras obras as chaves para compreensão do não dito são o seu anticlericalismo, suas crenças filosóficas ou científicas, sua dor pelas sucessivas perdas familiares ou suas limitações materiais, parece-nos que, ao se tratar de seu olhar para o passado, o ponto de compreensão essencial está em suas convicções, posições e ressentimentos relacionados à política. Dito isso, analisamos a seguir episódios e comentários apresentados, cujos significados não estão explícitos e, uma vez expostos, possibilitam uma nova compreensão de sua obra e de seu exercício intelectual.

Em **História de Teresina** muitas imagens são construídas, entre elas as dos partidos, ou melhor, as de seus representantes, afinal, existem apenas cinco menções às divisões partidárias do período, todas referentes ao contexto posterior à reorganização de 1868 e limitadas à polarização entre liberais e conservadores,¹² os primeiros são mencionados uma vez e os conservadores em outras quatro ocasiões.¹³ Essas imagens são distintas e perceptíveis a partir de padrões de referência, um geral e outro específico. O geral se refere à condição social dos presidentes da província ou governadores do Estado e o específico às adjetivações.

Considerando-se a condição social, os políticos são mencionados, independente de partido, por “Dr.”, “coronel”, “senador”, “barão” e “conselheiro”. A partir dos adjetivos

¹¹ CHALHOUB, Sidney. **Machado de Assis, historiador**. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

¹² O bipartidarismo surgiu em 1837 em torno das propostas de centralização e descentralização do poder, os liberais defendiam maior autonomia provincial e diminuição das atribuições do poder moderador, ao passo que os conservadores apoiavam o fortalecimento do poder central e do poder moderador. Por volta de 1864 surgiu o Partido Progressista, fruto da conciliação que se desenrolava desde 1853, teve curta duração e se dissolveu em 1868 com a queda do gabinete Zacarias, deu-se então a formação do novo Partido Liberal (1869) e do Partido Republicano (1870). Essa reorganização possibilitou maior nitidez em relação à diferença programática dos partidos, ainda que internamente convivessem com amplas divergências, bem como lançou luz sobre aqueles que viriam a ser os principais líderes nas últimas décadas do Império, no caso liberal, a maioria iniciou a vida política no partido antagônico. Até o fim da monarquia a política foi protagonizada pelos partidos Conservador e Liberal. Cf. CARVALHO, José Murilo de. **A formação das almas: o imaginário da República no Brasil**. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2017a. p. 199-228.

¹³ FREITAS, 2020, p. 123, 128, 129.

surtem as distinções: há uma tendência positiva em relação aos políticos que eram ou se tornaram liberais, cujas menções são muitas vezes seguidas por “digno”, “honrado”, “ilustre”, “inesquecível” e “benemérito”. Nesse sentido, Franklin Américo de Menezes Dória¹⁴ foi descrito como “benemérito administrador”; Sinval Odorico de Moura,¹⁵ como “honrado administrador”, e seu chefe de polícia, Jesuíno José de Freitas,¹⁶ como “ilustre magistrado”.¹⁷ Esses exemplos se multiplicam, paralelos a outros que denotam pouco apreço pelos presidentes conservadores, que são adjetivados negativamente e são apresentados como políticos desenfreados, vingativos, patrimonialistas e perseguidores.

Essa diferença se justifica pelas experiências políticas de Clodoaldo Freitas, que esteve vinculado ao Partido Liberal, tanto por tradição familiar quanto pela relativa possibilidade em conciliar convicções ideológicas e imposições partidárias. Nascido em Oeiras, integrou uma família que constituiu um importante núcleo do partido no decorrer do século XIX, sendo que diversos parentes seus ocuparam cargos de destaque na província, a exemplo de José Manuel de Freitas,¹⁸ um dos principais líderes liberais do período e que ocupou a presidência em diversos momentos. Da mesma forma, o cônego Claro Mendes de Carvalho,¹⁹ principal líder liberal em Jaicós e responsável por financiar parte de seus estudos.²⁰ Por outro lado, em meio às possibilidades impostas, o Partido Liberal era, ainda que tão oligárquico quanto o Partido Conservador, relativamente mais maleável em termos de disciplina e detentor de princípios mais flexíveis.

Ao chegar a Teresina formado, em 1881, encontrou os liberais na situação, filiou-se ao partido e foi empossado Promotor Público de Teresina, por seu correligionário e parente Firmino de Sousa Martins.²¹ No ano seguinte foi nomeado Juiz Municipal de Órfãos do termo

¹⁴ Franklin Américo de Menezes Dória, futuro Barão de Loreto, nasceu na Ilha dos Frades, em 12 de julho de 1836, e faleceu no Rio de Janeiro, em 28 de outubro de 1906. Casou-se com Maria Amanda Lustosa Paranaguá, filha de João Lustosa da Cunha Paranaguá, 2º marquês de Paranaguá, principal liderança liberal piauiense, com destaque na política nacional. Presidiu o Piauí de maio de 1864 a agosto de 1866, assim como as de Pernambuco e Maranhão. Foi deputado, senador e ministro da guerra do primeiro Gabinete Saraiva. Cf. CHAVES, 2013, p. 516-520.

¹⁵ Sinval Odorico de Moura nasceu em Caxias (MA), em 1828, e faleceu em 1885. Foi presidente das províncias do Amazonas, Paraíba e Piauí. Integrou o Partido Liberal.

¹⁶ Jesuíno José de Freitas era bacharel pela Faculdade de Direito de Recife, atuou como magistrado, professor e chefe de polícia. Era irmão de José Manuel de Freitas e tio em segundo grau de Clodoaldo Freitas. Casou-se com Regina Maria de Sousa, filha do coronel Elias de Sousa Martins.

¹⁷ FREITAS, 2020, p. 39, 99, 328.

¹⁸ José Manuel de Freitas nasceu em Jerumenha (PI), em 14 de março de 1832, e faleceu em Recife, em 10 de novembro de 1887. Bacharel pela Faculdade de Direito de Recife, atuou como advogado, jornalista e magistrado. Na política era filiado ao Partido Liberal, foi deputado geral e provincial, chefe de polícia, delegado, presidente interino do Piauí por três ocasiões e presidente das províncias do Maranhão e Pernambuco. Cf. FREITAS, Clodoaldo. *Vultos piauienses*. 3. ed. Teresina: Academia Piauiense de Letras / edufpi, 2012. p. 9-45.

¹⁹ Claro Mendes de Carvalho nasceu em 1821, e faleceu em Jaicós (PI), em 8 de março de 1905. Filho de Francisco José de Carvalho e Rosa Francisca da Conceição.

²⁰ QUEIROZ, 2011, p. 253, 306.

²¹ Firmino de Sousa Martins presidiu a província do Piauí interinamente em diversas ocasiões (1879, 1880, 1881,

HISTÓRIA, LITERATURA E MEMÓRIA: Clodoaldo Freitas e as narrativas sobre o fazer política no século XIX

de Valença e posteriormente transferido para a capital. Até 1885, ensaiou uma carreira promissora na magistratura, quando, com a queda do gabinete liberal na Corte, entrou com seus correligionários para o ostracismo. Desde seu retorno à província, militou na imprensa e se tornou um dos mais habilidosos expoentes do partido, o que o levou a ocupar, em períodos distintos, o cargo de redator dos jornais liberais **A Imprensa** e **A Reforma**, este, pertencente a uma ala dissidente, chefiada por Mariano Gil Castelo Branco, futuro Barão de Castelo Branco^{22,23} Entre as décadas finais do século XIX e as primeiras décadas do século XX, Clodoaldo Freitas esteve constantemente vinculado às lideranças liberais ou aos grupos cujos líderes as tiveram como ascendentes políticos.

Essas experiências justificam os posicionamentos adotados em suas obras, afinal, a disputa política é cotidiana, exige a formação da autoimagem do sujeito, bem como a defesa dos seus principais correligionários, sejam eles contemporâneos ou do passado. O período republicano no qual **História de Teresina** foi escrito foi um momento propício para esses movimentos de construção e desconstrução de personagens, nele se deu um esforço sistemático no sentido de diminuir os principais representantes do império, erigir novos heróis e reformatar o imaginário coletivo através de símbolos, alegorias, rituais e mitos.²⁴ Se esse imaginário foi construído sistematicamente em nível nacional, ocorreu igualmente em níveis locais, revestidos por suas historiografias, personagens, monumentos e interesses particulares. Nesse livro, observa-se que, nos momentos de intempéries, os papéis de perseguidores estão ocupados por conservadores, ao passo que nos de perseguidos estão os liberais, adversários sistemáticos, ou até mesmo conservadores que praticaram oposição de ocasião, episódios que serviam de argamassa para a construção do argumento e para direcionar a simpatia dos leitores.

Os acontecimentos foram selecionados e aparecem no livro de tal modo que alguns presidentes conservadores assumem um caráter autoritário desenfreado, responsável por perseguições e agressões políticas contra opositores internos e externos ao partido. Em âmbito interno, Clodoaldo Freitas relata ao menos dois episódios, um deles de outubro de 1863, envolvendo o então presidente, Pedro Leão Veloso,²⁵ e o diretor de obras públicas provinciais,

1883 e 1889).

²² Mariano Gil Castelo Branco, o barão de Castelo Branco, nasceu em 1º de janeiro de 1848 em Livramento, atual José de Freitas (PI), faleceu em 10 de março de 1935 em Teresina. Foi capitão da Guarda Nacional, um dos líderes do Partido Liberal no Piauí. Deputado provincial [1884-1885] e vice-governador do Piauí [1889]. Na República, dirigiu o Partido Democrata. Abandonou a política no final do século XIX.

²³ QUEIROZ, 2011, p. 129.

²⁴ CARVALHO, José Murilo de. **A construção da ordem: a elite imperial. Teatro de Sombras: a política imperial**. 10. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017b.

²⁵ Pedro Leão Veloso nasceu em Itapecuru Mirim (MA), em 1828, e faleceu em 1902. Foi juiz, jornalista e político, presidente das províncias do Espírito Santo e do Piauí (jun.-dez. 1863). Integrou o Partido Conservador.

o engenheiro Aureliano Ferreira de Carvalho,²⁶ que teria sido demitido “por ter a *Lei*, de que era redator, atacado o Marquês de Olinda, então ministro do império e presidente do conselho”.²⁷

A demissão de Aureliano Ferreira de Carvalho é apresentada de forma breve, com a única função de ilustrar que a perseguição se tratava de uma prática rotineira entre os conservadores. Nesse mesmo sentido, apresentou em detalhes a demissão do diretor do Estabelecimento de Educandos Artífices, Joaquim Clementino de Sousa Martins,²⁸ em 1872, pelo então presidente Pedro Afonso Ferreira,²⁹ exoneração que, segundo Clodoaldo Freitas, foi motivada por ataques ao presidente, publicados no jornal **Província do Piauí**. Para enfatizar o aspecto persecutório, transcreveu fragmentos de relatórios de presidentes anteriores, nos quais o ex-diretor foi elogiado como um administrador zeloso, o que tornava questionável a justificativa da demissão. Sobre esse episódio, destacou:

Na administração do presidente, Dr. Pedro Afonso Ferreira, em 1872, deu-se entre muitos outros um caso de natureza grave, um que pode ser considerado como tipicamente cômico. Era diretor do estabelecimento dos educandos, o capitão Joaquim Clementino de Sousa Martins, cujo comportamento, inteligência e zelo no desempenho das funções do seu cargo tanto elogiaram os presidentes anteriores. Mas, na administração do Dr. Pedro Afonso, Joaquim Clementino, que também era conservador, sempre no jornal *Província do Piauí*, de que era um dos redatores, atacava o presidente, já célebre pelos trágicos acontecimentos eleitorais do dia 19 de agosto de 1872, na igreja do Amparo, resultando a morte do benquista e pacato escrivão de órfãos desta cidade, Raimundo Dias de Macedo. Enfurecido com a oposição que lhe fazia o honrado funcionário, o presidente por portaria de 25 de outubro o exonerou, por não concorrerem em sua pessoa as aptidões indispensáveis!³⁰

A alegada comicidade se encontra na circunstância de que, uma vez demitido, Joaquim Clementino de Sousa Martins ter se recusado a entregar o estabelecimento ao novo diretor, o capitão Evaristo Cícero de Moraes. Segundo informa Pedro Afonso Ferreira, em seu relatório,

²⁶ Aureliano Ferreira de Carvalho era filiado ao Partido Conservador, foi diretor das obras públicas e em 1869 foi eleito deputado geral. Faleceu em agosto de 1871 após se suicidar. Cf. O PIAUÍ. **O Piauí**. Teresina, ano 5, n. 186, 31 ago. 1871, p. 2.

²⁷ FREITAS, 2020, p. 130.

²⁸ Joaquim Clementino de Sousa Martins era filho de Manuel Clementino de Sousa Martins e Maria Josefa de Sousa Martins. Seu pai atuou nas lutas pela independência e na repressão à Balaiada. Casou-se com Dorotéia Maria Santana, sua prima e neta de Manuel de Sousa Martins, futuro visconde da Parnaíba. Foi eleito deputado provincial em dois biênios pelo Partido Conservador. Foi promotor público em São João do Piauí, São Raimundo Nonato e Humildes, atual cidade de Alto Longá. Nas duas últimas localidades, já sob os auspícios do Partido Liberal, ao qual aparece filiado ao menos desde 1878 e pelo qual se candidatou a deputado provincial em 1883.

²⁹ Pedro Afonso Ferreira nasceu em Pernambuco e se formou pela Faculdade de Direito de Recife. Filiado ao Partido Conservador foi presidente das províncias do Piauí (abr. de 1872 à fev. 1873) e Santa Catarina, e se elegeu deputado geral por Pernambuco em 1878.

³⁰ FREITAS, 2020, p. 128-129.

HISTÓRIA, LITERATURA E MEMÓRIA: Clodoaldo Freitas e as narrativas sobre o fazer política no século XIX

uma comissão foi nomeada para vistoriar o estabelecimento, acusando a existência de diversos desvios, dos quais, o mais grave, estaria na displicência com o livro-caixa, porém, para que não o acusassem de perseguição, uma vez que o ex-diretor o atacava na imprensa, teria deixado “de mandar proceder contra ele nos termos da lei, como fora de mister”.³¹

Contrariando as afirmações contidas no relatório do presidente, Clodoaldo Freitas destaca que em nada o parecer da comissão desabonava o ex-diretor ou justificava o ato de demissão, que seria “filho de uma vingança política exercida contra um jornalista que o atacara, pois a verdade é que a demissão de Joaquim Clementino veio da oposição que a **Província do Piauí** fazia ao presidente e não a oposição da **Província do Piauí** da demissão de Joaquim Clementino”.³² Para arrematar o assunto, o autor transcreveu informações fornecidas pelo novo diretor ao presidente, segundo as quais o Educandos Artífices estava instalado em um prédio adequado, porém, sem asseio, limpeza e móveis, com as oficinas necessitando de utensílios e ferramentas, com dormitórios sem camas na quantidade adequada, enfermaria precária e os educandos vivendo em estado de penúria, sem vestimentas ou calçados. Após esse conjunto de informações, concluiu:

Este quadro, que não tenho motivo plausível para julgar falso, depõe tanto contra o ex-diretor como contra o presidente, o médico e o próprio diretor, porque a todos cabe parte da responsabilidade dessa inacreditável situação. O Dr. Pedro Afonso assumiu a administração no dia 23 de abril de 1872 e só em outubro foi que viu que o estabelecimento estava sendo mal administrado, justamente quando a *Província do Piauí* rompeu em oposição contra o seu governo, sendo Joaquim Clementino um dos seus redatores!³³

A atenção destinada a esses episódios não se configura uma defesa ao ex-diretor, embora este tenha se filiado ao Partido Liberal por volta de 1878, antes, tratava-se de um ataque ao presidente Pedro Afonso Ferreira, cuja administração ficou marcada pela violência empregada contra seus opositores, a exemplo do espancamento “nas imediações do seu palácio, do malogrado poeta Licurgo de Paiva!”³⁴ e do assassinato, já mencionado em fragmento destacado anteriormente, do capitão da Guarda Nacional e tabelião público Raimundo Dias de Macedo, durante as eleições de agosto de 1872.

A morte do liberal Raimundo Dias de Macedo foi um dos episódios políticos mais traumáticos da segunda metade do século XIX, sendo amplamente explorado pelos opositores

³¹ FERREIRA, Pedro Afonso. **Fala com que o Ex.mo Sr. Presidente da Província do Piauí, Dr. Pedro Afonso Ferreira abriu a Assembleia Legislativa Provincial no dia 1º de novembro de 1872.** São Luís: Tipografia do País, 1873. p. 4-5.

³² FREITAS, 2020, p. 131.

³³ FREITAS, 2020, p. 133.

³⁴ FREITAS, 2020, p. 134.

do presidente conservador. Segundo a imprensa, o pleito eleitoral se iniciou no dia 18 de agosto de 1872, um domingo, debaixo de clima tenso, porém, sem episódios graves, marcado apenas pelas frequentes acusações de fraude e intimidação de ambos os lados. No dia seguinte, ao se iniciar os trabalhos na igreja de Nossa Senhora do Amparo, sede da freguesia, a mesa eleitoral recusou um eleitor apresentado pelos liberais, sob o argumento de que o titular já havia falecido e de que a pessoa apresentada não era o eleitor qualificado. Esse fato teria sido o estopim para o início de uma confusão generalizada, resultando no assassinato e em uma extensa lista de feridos.

Segundo o jornal conservador **O Piauí**, a confusão teria sido previamente orquestrada pelos liberais para anarquizar as eleições, já que não teriam eleitores suficientes para formar maioria, aproveitando a recusa da mesa, para romper “em grande pancadaria, quebrando os bancos, cadeiras e os próprios altares, de cujos pedaços se serviram para se espancarem reciprocamente”, investindo contra a urna, “mas sempre repelidos convenientemente pelos membros da mesa e muitos cidadãos”. Raimundo Dias de Macedo, na tentativa de acalmar os ânimos, “envolveu-se inerte no conflito, que procurava moderar gritando – paz... paz... quando recebeu uma pancada na cabeça que o lançou por terra imediatamente.” Ainda segundo o jornal, recobrou os sentidos e se retirou “com uma pequena brecha na cabeça, que não parecia de graves consequências, mas tendo ele almoçado pouco antes, perturbou-se lhe a digestão e sobreveio-lhe uma congestão violenta, que pôs termo aos seus dias dentro de algumas horas.” Lamentando o ocorrido, atribuiu o acontecimento à imprudência dos exaltados que teriam iniciado a desordem que, de tão grande, impossibilitou a identificação do agressor, devendo-se, por esse motivo, a eles se atribuir a culpa dos acontecimentos.³⁵

Os opositores, por sua vez, manifestaram-se na imprensa acusando os correligionários do presidente da província de terem armado e iniciado a contenda. Segundo o jornal republicano **O Amigo do Povo**, redigido por David Moreira Caldas,³⁶ o pleito não passou de um teatro, uma comédia que, com a contribuição dos sacerdotes Mamede Antônio de Lima³⁷ e Tomaz de Moraes Rego,³⁸ transformou-se em uma tragédia, resultando na morte de quem

³⁵ O PIAUÍ. *O Piauí*. Teresina, ano 6, n. 231, 28 ago. 1872, p. 3-4.

³⁶ David Moreira Caldas nasceu em Barras (PI), em 1836, e faleceu em Teresina, em 1879. Foi professor, deputado provincial pelo Partido Liberal (1868-1869) e jornalista. Republicano convicto, redigiu jornais políticos, entre eles **Liga e Progresso**, **O Amigo do Povo** e **Oitenta e Nove**. Elaborou trabalhos científicos, entre eles **Relatório de viagem feita de Teresina até a cidade de Parnaíba (1867)** e **Dicionário histórico e geográfico do Piauí (1879)**. Cf. CHAVES, 2013, p. 469-472.

³⁷ Mamede Antônio de Lima foi eleito deputado provincial em 1851, apoiando na Assembleia a mudança da capital. Foi o primeiro pároco da igreja de Nossa Senhora do Amparo. Era filiado ao Partido Conservador.

³⁸ Tomaz de Moraes Rego foi o primeiro pároco da igreja de Nossa Senhora das Dores, integrante da família de João do Rego Monteiro, o barão de Gurgueia. Era filiado ao Partido Conservado.

HISTÓRIA, LITERATURA E MEMÓRIA: Clodoaldo Freitas e as narrativas sobre o fazer política no século XIX

tentava “acalmar os ânimos irritados de uns e de outros, amigos e adversários!”.³⁹ Assim como o veículo republicano, o liberal **A Imprensa** responsabilizou os conservadores pelo episódio, colocando-se totalmente contrário à versão apresentada pelos governistas. Em editorial, reproduziu um expediente do diretório lamentando a morte, a postura dos sacerdotes das freguesias da capital e repudiando o “vandalismo oficial e semi-oficial”.⁴⁰

Segundo os redatores, apesar das irregularidades praticadas pelas mesas eleitorais e a disposição violenta demonstrada pelos situacionistas, o primeiro dia ocorreu sem conflitos. No dia seguinte, os trabalhos foram retomados e, após a recusa de um eleitor, houve protestos por parte dos liberais, o que teria dado o motivo para se colocar em prática um suposto plano dos conservadores, “concertado com o juiz de paz, capitão Gayoso, padre Mamede, e ajudante de ordem da presidência, que já havia preparado o terreno, tomando aos liberais até as bengalas [...] e deixando os vândalos de seu partido de posse das armas com que estavam”. Sob ordem do juiz dirigente da mesa, ainda segundo os redatores, teria se iniciado as agressões contra os liberais, até que se destacou Raimundo Dias de Macedo que gritava por ordem. Do meio dos “caceteiros do governo”, teria surgido José Fragoso da Cunha e Silva que se atirando

[...] sem piedade sobre o capitão Macedo, desfecha-lhe uma cacetada no alto da cabeça com tanta perícia e força que prostrou por terra a ilustre vítima, esmagando-lhe o crânio, mal deixando-lhe alguns lampejos de vida [...]

Após alguns momentos dos acontecimentos sucintamente expostos, a força pública invade, de sabre em punho e armas municionadas, a igreja: o próprio presidente da província, bacharel Pedro Afonso Ferreira, entra ali, alguns dos liberais que ainda lá se conservavam escapos dos cacetes e das facas de ponta denunciam à primeira autoridade da província a existência de homens armados com tais instrumentos dentro da igreja; a escandalosa retirada da urna do lugar próprio e introdução nela de grande número de cédulas enquanto esteve na capela do S. Sacramento; a imoralidade e crime do juiz de paz de ser o primeiro que desfolhara um punhal do qual ainda se achava de posse, e sua Ex.^a em vez de providenciar sobre tão graves atentados da ordem e liberdade públicas, já que tomou o alvitre de comparecer ali pessoalmente, ao contrário, revestiu-se de um sério grave e ameaçador [...].⁴¹

A polêmica se estendeu pelos meses seguintes, com os liberais acusando o governo de dificultar as averiguações. O assassinato de Raimundo Dias de Macedo foi utilizado pelos opositoristas para denunciar as violências praticadas pelos conservadores, marcando de forma sensível e oportuna o imaginário político do período. Clodoaldo Freitas voltou ao episódio algumas vezes em suas obras, sempre para comprovar o que seria o exemplo mais

³⁹ A 19, DIAS que se tornou [...]. **O Amigo do Povo**. Teresina, ano 5, n. 84, 29 ago. 1972, p. 2-3.

⁴⁰ PARTIDO Liberal. **A Imprensa**. Teresina, ano 8, n. 356, 27 ago. 1872, p. 1.

⁴¹ ELEIÇÕES. **A Imprensa**. Teresina, ano 8, n. 356, 27 ago. 1872, p. 1-2.

bem acabado das violências que seus correligionários teriam sofrido no período conservador, que se estendeu de agosto de 1868 a janeiro de 1878. Em **Vultos piauienses**, ao biografar José Manuel de Freitas, assim se referiu aos episódios ocorridos:

O Dr. Pedro Afonso, um continuador primoroso dos seus antecessores Espínola e Rego, distinguiu-se ainda pela onda de sangue que fez correr, quer diretamente mandando esbordoar ao malogrado escritor Licurgo de Paiva nas ruas da cidade, na madrugada de 14 de janeiro de 1873, que o atacava na *Província do Piauí*, quer concorrendo para o triste episódio eleitoral de 19 de agosto de 1872, no qual, entre muitos ferimentos, foi assassinado dentro da igreja do Amparo o cidadão liberal Raimundo Dias de Macedo, tabelião público. Ao presidente Dr. Pedro Afonso, consentindo nas medidas opressoras tomadas para ser tolhido o direito ao voto, cabe a glória desse sangue derramado a poucos metros do seu palácio.⁴²

Esses acontecimentos são representativos de um conjunto de práticas eleitorais recorrentes durante a segunda metade do século XIX. Os diversos tipos de fraude eleitoral, as violências físicas, as formas de amedrontar os adversários e o uso do aparato público por parte dos que estavam na presidência foram elementos que deram o tom dos pleitos, tanto na capital quanto nas freguesias do interior, praticadas tanto por conservadores quanto por liberais, conforme as possibilidades de exercício nas diferentes conjunturas políticas. Esses métodos comuns no Império, não só foram utilizados pelas oligarquias republicanas, como por elas foram aperfeiçoados no tenso processo de cooptação e exclusão política.⁴³

Esses processos conflituosos não eram recentes e ocorriam por todo o Brasil, sendo extensamente denunciados por liberais, quando o poder estava com os conservadores, e por estes, quando estava com aqueles. Por essas características a eleição de outubro de 1840, a primeira do Segundo Reinado e dirigida pelos liberais, tantos foram os constrangimentos e as violências praticadas contra eleitores, que ficou conhecida como a “eleição do cacete”.⁴⁴ Em **Vultos piauienses**, referindo-se às eleições disputadas por José Manuel de Freitas no início dos anos 1860, quando, na oposição, Clodoaldo Freitas as descreveu como um “combate no dia fatal”, no qual o “sangue muitas vezes regava as urnas”.⁴⁵

Se na narrativa de Clodoaldo Freitas as violências políticas aparecem praticadas nas administrações conservadoras, o mesmo se dá em relação à apropriação indébita do aparato público para a efetivação de interesses privados, o avanço de indivíduos, seus amigos e

⁴² FREITAS, 2012, p. 34.

⁴³ Sobre essas práticas políticas no Piauí republicano, consultar: QUEIROZ, 2011, p. 301-368; 2019, p. 105-117.

⁴⁴ SCHWARCZ, Lília Moritz. **Sobre o autoritarismo brasileiro**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019. p. 77; CARVALHO, 2017a, p. 400.

⁴⁵ FREITAS, 2012, p. 24.

HISTÓRIA, LITERATURA E MEMÓRIA: Clodoaldo Freitas e as narrativas sobre o fazer política no século XIX

familiares sobre o patrimônio comum. Esse patrimonialismo, segundo Lilia Schwarcz, seria “resultado da relação viciada que se estabelece entre a sociedade e o Estado, quando o bem público é apropriado privadamente. [...] trata-se do entendimento, equivocado, de que o Estado é bem pessoal, ‘patrimônio’ de quem detém o poder”.⁴⁶ Essa maneira de compreender as relações cotidianas com o bem público e os hábitos dela oriundos esteve presente no período colonial, bem como se expandiram, sob outras roupagens, no decorrer do império e da república, constituindo-se em uma das principais características de longa duração da administração brasileira. O patrimonialismo, conceito detentor de historiografia vasta,⁴⁷ ilumina um leque extenso de práticas políticas corriqueiras e até certo ponto consideradas legítimas, mas que foram denunciadas por Clodoaldo Freitas, primeiramente em relação ao império e depois em relação à república. A partir desse prisma, em **História de Teresina**, o autor expôs circunstâncias a que chamou de “modo por que os homens e as coisas eram apreciados oficialmente no Império”, referindo-se, por excelência, aos políticos conservadores.⁴⁸

Ao comentar a postura do presidente Augusto Olímpio Gomes de Castro,⁴⁹ em 1869, em relação ao Educandos Artífices, o autor chama atenção para as modificações no estabelecimento, entre elas no “sistema de fornecimento a preços fixos”, preterido em favor de um custeio a ser feito pelo então diretor, bacharel Pedro de Alcântara Peixoto de Miranda Veras. A essa mudança, somam-se obras contratadas com o coronel João do Rego Monteiro, futuro Barão de Gurgueia⁵⁰ e um dos principais líderes conservadores da província. Ambos os casos aparecem, ainda que implicitamente, sob a desconfiança de favorecimento aos correligionários do presidente, prejudiciais ao interesse público pela concorrência.⁵¹ O mesmo tom crítico foi adotado para comentar a extinção do Estabelecimento pelo então presidente Pedro Afonso Ferreira, que o substituiu por outro com o mesmo objetivo de acolher crianças

⁴⁶ SCHWARCZ, 2019, p. 65.

⁴⁷ Não entraremos nessa seara, um tanto quanto povoada por interpretações divergentes, ainda que relativamente complementares. Sobre patrimonialismo no âmbito do pensamento social brasileiro, consultar, entre outros: HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002; FAORO, Raymundo. A aventura liberal numa ordem patrimonialista. **Revista USP**. São Paulo, n. 17, p. 14-29, 1993; BOTELHO, 2019; SCHWARCZ, 2019.

⁴⁸ FREITAS, 2020, p. 123.

⁴⁹ Augusto Olímpio Gomes de Castro nasceu em Alcântara (MA), em 7 de novembro de 1836, faleceu no Rio de Janeiro, em 31 de janeiro de 1909. Governou a província do Piauí (1887-1888) e diversas vezes a do Maranhão. Integrante do Partido Conservador, foi Deputado Provincial, Geral e, na República, Senador pelo Maranhão.

⁵⁰ João do Rego Monteiro, futuro barão de Gurgueia (1874), nasceu no Estanhado, atual União (PI), em 1º de maio de 1809, onde faleceu em 8 de dezembro de 1897. Proprietário de fazendas e escravos foi chefe do Partido Conservador em União, coronel da Guarda Nacional e deputado provincial por vários biênios. Durante a segunda metade do século XIX foi um dos principais arrematadores de obras públicas em Teresina. Cf. FREITAS, 2010, p. 63-67.

⁵¹ FREITAS, 2020, p. 123-125.

desvalidas, porém sob a guarda particular de um líder conservador:

A Lei nº 808, de 4 de agosto de 1873, extinguiu o Estabelecimento de Educandos, vingando, assim, as teorias bárbaras de um presidente que deixou seu nome indelevelmente gravado na história piauiense pela extinção dessa humanitária e patriótica instituição [...]

Por um desses contrastes ridículos de que as comédias andam cheias, o mesmo presidente mandou votar pela subserviente Assembleia e sancionou a Lei nº 824 de 12 de agosto de 1873, autorizando o presidente a contratar com o coronel João do Rego Monteiro, depois Barão de Gurguéia, ou quem melhores vantagens oferecesse, a fundação de um estabelecimento de educação, nesta cidade, para meninos órfãos desvalidos. A 29 de agosto foi efetuado o contrato pelo qual o referido coronel João do Rego obrigou-se a criar um colégio, igual ao de educandos artífices, com a denominação de Internato Artístico, mediante o auxílio de 10:000\$000 anuais, dado pela província. Montado o colégio, começou a funcionar com 45 órfãos, custando apenas um terço de que custavam os educandos artífices! Este famoso Internato Artístico foi extinto pelo art. 1º da Lei nº 895, de 16 de junho de 1875 [...].⁵²

Assim como as violências, as perseguições e os constrangimentos não eram privilégios dos conservadores, o favorecimento de amigos, familiares e correligionários era igualmente praticado pelos liberais, quando ocupavam o poder. Essas práticas patrimonialistas estavam presentes no cotidiano e envolviam as formas sociais de organização do poder, vazando os espectros ideológicos e partidários, assim como pretensões voluntaristas de virtude política.⁵³ De tal maneira rotinizadas, elas não constituíam uma exceção, antes, uma regra, um leque de mecanismos legítimos de se governar. A despeito das denúncias feitas pelos grupos que se encontravam na oposição, as práticas patrimonialistas eram naturalizadas e serviam como meios de sustentação ao grupo político dirigente. Na literatura são muitos os exemplos de dança das cadeiras nas províncias sempre que havia alternância no poder. Eram escrivães exonerados e contratados, subdelegados e delegados substituídos, juízes transferidos para regiões distantes de seu núcleo de influência e uma série extensa de nomeações de amigos, partidários e familiares. Esse hábito, nos escritos de Clodoaldo Freitas, quando perpetrado por conservadores, era exposto como a prova da pessoalidade com que o bem público era tratado, ao passo que, quando feito por liberais, seria quase um ritual de investidura de homens qualificados e honestos.

Cabe destacar que, em 1881, ao chegar a Teresina, o autor foi nomeado promotor por

⁵² FREITAS, 2020, p. 134-135.

⁵³ BOTELHO, André. Patrimonialismo brasileiro. In: SCHWARCZ, Lilia Moritz; STARLING, Heloisa Murgel (Org.). **Dicionário da República**: 51 textos críticos. São Paulo: Companhia das Letras, 2019. p. 282.

HISTÓRIA, LITERATURA E MEMÓRIA: Clodoaldo Freitas e as narrativas sobre o fazer política no século XIX

seu parente, Firmino de Sousa Martins, que ocupava interinamente a presidência, dando início a uma carreira promissora, cuja sorte terminou com a queda do gabinete liberal, em 1885. O destaque político de seu correligionário, amigo e tio de segundo grau, José Manuel de Freitas, deve-se em grande medida ao contexto favorável que encontrou depois de se bacharelar, em 1858, ocasião em que “encontrou na presidência do Maranhão seu comprovinciano e amigo, o atual Sr. Marquês de Paranaguá, que o nomeou promotor de Caxias, então, mais do que hoje, a principal cidade do estado vizinho”, nos anos seguintes, foi agraciado com uma série de nomeações em cargos na magistratura e no executivo piauiense, possibilitada por uma conjuntura de conciliação em nível nacional.⁵⁴ Em 1868, quando ocupava interinamente a presidência da província, José Manuel de Freitas nomeou para lente do Liceu o seu irmão, Jesuíno José de Freitas, cargo do qual foi exonerado em 1871, na situação conservadora, sob alegação de irregularidade na nomeação.

Ao passo em que apresenta essas imagens negativas dos conservadores, Clodoaldo Freitas traz a exaltação dos liberais ou daqueles que, sob o regime republicano, formaram trincheira ao seu lado. Nesse sentido, estariam entre os exemplos de honradez, virtude política e probidade administrativa personagens como José Antônio Saraiva,⁵⁵ Franklin Américo de Menezes Dória, José Manuel de Freitas e Gregório Taumaturgo de Azevedo.⁵⁶

José Antônio Saraiva, o “ilustre e pertinaz presidente”, nas palavras de Clodoaldo Freitas, presidiu o Piauí de setembro de 1850 a março de 1853, sendo responsável por efetivar a transferência da capital, retirando-a de Oeiras, no sertão, para Teresina, às margens do rio Parnaíba. Essa mudança se tratava de um projeto antigo, defendido por diferentes chefes do executivo desde o período colonial, mas que não se efetivou devido a resistências políticas e dificuldades financeiras, a despeito das normas aprovadas com essa determinação. Em 1844 foi sancionada uma lei autorizando a mudança da capital para às margens do riacho Mulato, onde seria construída uma cidade com o nome de Regeneração. No ano seguinte, foi autorizada a transferência das repartições públicas para a vila de São Gonçalo, até que a nova cidade fosse

⁵⁴ FREITAS, 2012, p. 23-24.

⁵⁵ José Antônio Saraiva nasceu em Santo Amaro (BA), em 1 de maio de 1823, e faleceu em Salvador (BA), em 21 de julho de 1895. Formado pela Faculdade de Direito de São Paulo, foi deputado provincial, presidente das províncias do Piauí (1850-1853), Alagoas, São Paulo e Pernambuco. Integrou diversos gabinetes, entre eles conservadores e liberais. Rompeu com o Partido Conservador em 1859. Liderou dois gabinetes liberais, de 1880 a 1882 e em 1885. Cf. SISSON, S. A. Conselheiro José Antônio Saraiva. In: _____. *Galeria dos brasileiros ilustres*. v. 2. Brasília: Senado Federal, 1999. p. 71-82; CHAVES, 2013, p. 504-512.

⁵⁶ Gregório Taumaturgo de Azevedo nasceu em Barras (PI), em 17 de novembro de 1853, e faleceu no Rio de Janeiro, em 29 de agosto de 1921. Engenheiro pela Escola Militar e bacharel pela Faculdade de Direito de Recife. Foi nomeado o primeiro governador do Piauí, exercendo o cargo de 26 de dezembro de 1889 a 4 de junho de 1890. Foi eleito indiretamente governador do Amazonas. Cf. CHAVES, 2013, p. 567-570.

capaz de abrigá-las, tendo outra lei, de 1844, determinado a mudança, assim que possível, para a vila do Poti. Todas foram revogadas e o assunto ganhou maior relevo, após a chegada de Saraiva, que se fez seu maior defensor, a ponto de empreender uma viagem na qual escolheu o local onde seria erguida a nova capital, a Vila Nova do Poti.⁵⁷

Defendia-se a transferência alegando que o local era salubre e bem localizado para concorrer comercialmente com Caxias, mais próximo de Parnaíba, principal cidade da província, portanto capaz de impulsionar a navegação do rio Parnaíba, resultando no desenvolvimento piauiense, pois, além mais, ficava na região mais agrícola do Piauí.⁵⁸ Os opositores, em contrapartida, orquestraram intensa campanha contra o projeto e o presidente, utilizando o jornal **O Eco Liberal**, redigido por lideranças liberais, para insuflar a Assembleia Provincial e os oeirenses contra Saraiva. Acusaram-lhe de agir despotamente e fraudar as eleições para a Assembleia, de janeiro de 1852, assim como argumentaram que a mudança resultaria em grandes prejuízos para a região de Oeiras, que o local escolhido era insalubre, sem prédios para os empregados e as repartições provinciais e sem vantagens em comparação com os pontos aprovados anteriormente.⁵⁹ Elegendo maioria na Assembleia Provincial, Saraiva sancionou a lei de 20 de julho de 1852, na qual ficou autorizado a transferir a capital, o que ocorreu no mês seguinte. Em 16 de agosto de 1852, Saraiva oficiou ao Imperador e aos presidentes de província comunicando que a nova capital estava instalada e nela residiam as repartições e o chefe do executivo.

Os diversos projetos de transferência da capital, a viagem empreendida pelo presidente, as características do local escolhido, os argumentos a favor e contra a Vila Nova do Poti e os estratagemas utilizados nas semanas decisivas foram abordados em **História de Teresina**, que apresenta José Antônio Saraiva como destemido, visionário, responsável por contrariar suscetibilidades individuais, interesses políticos e enfrentar as hostilidades que lhe ameaçavam a vida, em defesa de um projeto que há muito prometia desenvolver a província. Segundo Clodoaldo Freitas,

O Dr. Saraiva, apesar da resistência ameaçadora dos oeirenses, que até assoalhavam opor-se com as armas à mudança da capital, que consideravam uma grave ofensa a seus interesses e um sacrilégio à velha capital, atendendo criteriosamente aos mais altos interesses da comunhão e vendo mais claramente o futuro, não recuou diante de consideração alguma, nem mesmo

⁵⁷ CHAVES, 2013, p. 23ss; 163ss.

⁵⁸ SARAIVA, 1851, p. 42; 1852, p. 34-35.

⁵⁹ A MUDANÇA da capital I. *O Eco Liberal*. Oeiras, n. 117, 11 dez. 1851, p. 1-4; A MUDANÇA da capital v. *O Eco Liberal*. Oeiras, n. 123, 26 jan. 1852, p. 1-5.

HISTÓRIA, LITERATURA E MEMÓRIA: Clodoaldo Freitas e as narrativas sobre o fazer política no século XIX

da sua salvação pessoal, pois era corrente haver entre os opositores e fanáticos a ideia de um atentado contra a sua existência, pensando que com sua morte, morreria a ideia, por falta de quem quisesse arriscar-se à nova tentativa, abafada a primeira no sangue do seu mais ardente promotor. Tendo tomado as medidas necessárias e as precauções exigidas para sua segurança individual, o Dr. Saraiva retirou-se de Oeiras, deixando assinado o decreto da mudança da capital. Quando a bomba explodiu, já o ilustre e pertinaz presidente estava distante. O golpe foi terrível. Se o Dr. Saraiva, se não tivesse retirado prudentemente em tempo, teria, com certeza, sido vítima de alguma agressão. Os ânimos se irritaram e era um verdadeiro clamor público contra o presidente, que os mais exaltados cobriam de injúrias e juravam tomar, mesmo no Poti, uma vingança estrondosa e sanguinária. Corria o boato de que o povo não deixaria o cofre público sair de Oeiras e os agitadores gritavam pelas ruas que a senha da revolução era essa tentativa aviltante para os oeirenses, da retirada do cofre, sinal definitivo da realização da projetada mudança.⁶⁰

Essa representação epopeica de Saraiva segue uma tendência em relação ao assunto, tratando-se de uma imagem difundida pelos adeptos da mudança desde meados do século XIX e reforçada convenientemente pelos agentes políticos nas décadas subsequentes, entre eles, diversos presidentes da província que, em seus relatórios, exaltaram o responsável pela execução do projeto e os benefícios que dele teriam surgido, em especial a navegação a vapor no rio Parnaíba. Em um processo de consolidação de sua memória deram o seu nome à segunda praça da cidade, surgindo então o Largo do Saraiva, e construíram um monumento em mármore em sua homenagem, levantado na então Praça da Constituição, atual Praça Deodoro da Fonseca, e inaugurado em 21 de agosto de 1859.⁶¹

Nota-se na imprensa da época uma disputa pelo legado da transferência, com conservadores e liberais requisitando o reconhecimento por sua contribuição. A partir dos anos 1870, coube ao veículo liberal **A Imprensa**, ser o estandarte de Saraiva no Piauí, mencionando-o por vários motivos e destacando sua suposta visão progressista, seu caráter de estadista, suas atuações em missões diplomáticas e suas participações nos gabinetes liberais. Em maio de 1870, no contexto das comemorações pelo fim da guerra do Paraguai, o jornal publicou uma extensa matéria informando uma visita dos liberais baianos a Saraiva, em homenagem a sua atuação diplomática nos momentos antecedentes ao conflito, considerada decisiva na costura da aliança que se contrapôs ao chefe paraguaio. Agradecendo a manifestação de apreço, Saraiva fez um discurso defendendo a inevitabilidade da guerra, disse-se injustamente atacado pelos conservadores e requisitou ao Partido Liberal os méritos, pois a

⁶⁰ FREITAS, 2020, p. 20-21.

⁶¹ CHAVES, 2013, p. 62-64.

ele caberia “inegavelmente todas as glórias da campanha do Paraguai, por que foi ele quem teve ouvidos para escutar, coração para sentir os gemidos da pátria, e vingá-la dos ultrajes, aceitando a guerra e sustentando-a tenazmente até a derradeira vitória”.⁶² Em 1880, quando Saraiva assumiu pela primeira vez a liderança de um gabinete, o jornal defendeu o ministério recém-formado e suas principais propostas, entre elas a polêmica reforma eleitoral que se arrastava no parlamento e foi um dos principais motivos de instabilidade política e, conseqüentemente, da dissolução do gabinete Sinimbu.⁶³

Se nas décadas seguintes a transferência da capital se tornou uma questão pacificada, se não no campo das sensibilidades, mas no dos discursos oficiais, não podemos afirmar o mesmo em relação a Saraiva, cujos detratores, diante da mudança da capital, presenciaram ou se sentiram prejudicados pelo processo de deslocamento simbólico e político que dela se seguiu, processo esse que, na segunda metade do século XIX, proporcionou a ascensão política de grupos familiares do norte, em detrimento daqueles tradicionais que exerciam influência na região sul, dentre eles, os Freitas.

Embora suas origens fossem de Oeiras e a criação de Teresina tenha significado um forte empecilho para os interesses políticos de sua família, nota-se em **História de Teresina** um Clodoaldo Freitas simpático à transferência,⁶⁴ ao seu executor e às vantagens econômicas decorrentes, a ponto de mencionar as resistências finais com certo tom de galhofa, quando afirma que a população de Oeiras “entregou-se a uma dolorosa desolação, [...] soluçando. Foi um dia de luto geral”.⁶⁵ Acerca das vantagens da nova capital, margeada por um rio navegável, localizada em região de melhor comunicação com as partes do império e capaz de fazer frente à cidade de Caxias, concluiu:

O que o Dr. Saraiva conjeturava com relação ao comércio e à prosperidade do Piauí, dada a mudança da capital, realizou-se. Caxias deixou, em pouco tempo, de ser o empório do comércio do alto sertão.

A mudança da capital trouxe como consequência, a navegação a vapor do rio Parnaíba e a criação de outros povoados à margem do mesmo rio, como Porto Alegre, União, Amarante, Uruçuí, Santa Filomena, não falando em muitos

⁶² O SR. CONSELHEIRO Saraiva. **A Imprensa**. Teresina, ano 5, n. 249, 25 maio 1870, p. 1-2.

⁶³ O NOVO ministério. **A Imprensa**. Teresina, ano 15, n. 639, 7 maio 1880, p. 2-3; REFORMA eleitoral. **A Imprensa**. Teresina, ano 16, n. 672, 14 jan. 1881, p. 2.

⁶⁴ A percepção de Clodoaldo Freitas sobre a transferência da capital não foi linear, no manuscrito *A Balaiada*, datado de 1894 e publicado pela primeira vez em 2019, demonstrou insatisfação em relação ao assunto. Ao comentar a trajetória política de Lívio Lopes Castelo Branco, um dos líderes dos rebeldes, classificou o projeto como nefasto: “Apesar de não ser deputado, ele foi um dos mais fervorosos adeptos da mudança da capital, trabalhando esforçadamente pela passagem do nefasto projeto [...] que, de fato, mudou em má hora a capital para a Chapada do Corisco, uma légua da vila do Poti, graças aos ingentes esforços do então presidente Dr. José Antônio Saraiva”. Cf: FREITAS, 2019, p. 225.

⁶⁵ FREITAS, 2020, p. 21.

HISTÓRIA, LITERATURA E MEMÓRIA: Clodoaldo Freitas e as narrativas sobre o fazer política no século XIX

outros menores.

Cerca de meio século depois, o Piauí, comerciando diretamente com a Europa, entra francamente em plena posse dos seus destinos, assegurados pela constituição republicana de 24 de fevereiro.⁶⁶

Esse Saraiva estrategista, apresentado por Clodoaldo Freitas, reforça o nosso argumento em relação ao tom político que empregou na obra, robustecendo a memória dos liberais e estabelecendo uma leitura maniqueísta referente à polarização com os conservadores. Nesse contexto, o ex- presidente adquiriu importância simbólica junto aos liberais piauienses, afinal, além de ter gerido um dos acontecimentos mais marcantes para a província no século XIX, contra o qual nem mesmo os discursos adversários se levantavam, tornou-se, a partir dos anos 1860, um dos principais líderes liberais, com importância crescente na política imperial.

Embora José Antônio Saraiva, entre 1850 e 1859, tenha administrado as províncias do Piauí, Alagoas, São Paulo e Pernambuco sob os auspícios dos gabinetes conservadores da década de 1850, e de um deles, o Gabinete Caxias, tenha sido ministro da Marinha,⁶⁷ aspecto esse que os conservadores piauienses faziam questão de lembrar através do jornal *A Época*,⁶⁸ foi nas hostes liberais que se consolidou como uma das lideranças mais influentes da segunda metade do século XIX, sendo diversas vezes cotado para organizar gabinetes, o que ocorreu em duas circunstâncias, de março de 1880 a janeiro de 1882 e de maio a agosto de 1885, além de ter conduzido a reforma eleitoral de 1881, a mais ampla do segundo reinado. Como símbolo de seu relevo político, na madrugada de 16 de novembro de 1889, nos últimos momentos da monarquia, teria recebido o convite para liderar um novo ministério, do qual declinou.

A Lei Saraiva, como ficou conhecida, estabeleceu a eleição direta para o parlamento, eliminando o formato existente, em dois turnos; regulamentou as incompatibilidades, impedindo que autoridades fossem eleitas em suas regiões de atuação; determinou penalidades contra as fraudes eleitorais; alargou o direito ao voto aos estrangeiros naturalizados, a católicos e libertos; introduziu os títulos eleitorais, uma das principais inovações; proibiu o voto aos analfabetos; e introduziu mecanismos severos de verificação da renda exigida, 200\$000 réis anuais. Uma vez que teve importância significativa para aumentar a diversidade na representação parlamentar, essa lei foi responsável por restringir ainda mais a prática da

⁶⁶ FREITAS, 2020, p. 22.

⁶⁷ SISSON, 1999.

⁶⁸ O NOVO ministério. *A Época*. Teresina, ano 3, n. 109, 15 maio 1880, p. 1-2; POLÍTICA do conselheiro Saraiva. *A Época*. Teresina, ano 3, n. 123, 28 ago. 1880, p. 2.

cidadania pautada na exigência censitária.⁶⁹ No início da república, a Lei Saraiva foi substituída pelo Regulamento Alvim, que estabeleceu as normas para as eleições constituintes.⁷⁰ Segundo Clodoaldo Freitas, esse regulamento ressuscitou “o negregado sistema das eleições a bico de pena”,⁷¹ um dos vícios que viria a denunciar incansavelmente nas décadas seguintes.

Considerações finais

Os intelectuais fabricam as suas imagens, as de seu tempo e as de seus contemporâneos, exercício feito, tanto de forma consciente como inconsciente. Esse pressuposto atravessa a obra de Clodoaldo Freitas e em suas crônicas, poesias, romances e textos de não ficção encontramos um complexo conjunto de representações talhando acontecimentos e sujeitos, a partir de sua perspectiva. Ao se contemplar seus textos históricos, memorialísticos e biográficos percebe-se que foram produzidos como registros, destinados aos contemporâneos e, sobretudo, à posteridade, esta compreendida como “a instância máxima de julgamento, o lócus da justiça da história e da reabilitação dos injustiçados do presente”.⁷²

Em **Fatores do coelhado**, obra de natureza panfletária, esse aspecto é explícito. Nominalmente destinada à posteridade, na qual afirma recapitular com exatidão histórica as “angústias e sofrimentos” impostos aos democratas nos primeiros anos republicanos, o desejo por um julgamento é latente, sendo mencionado com frequência e como a única esperança para eles que, no ostracismo, resistiam à conjuntura persecutória. Somente na história poderiam esperar retratação, “onde os homens serão julgados pelas suas obras, não pelo seu poder”.⁷³

Entretanto, se à posteridade era atribuído o julgamento final, Clodoaldo Freitas não se eximia de fazer o seu. Em sua prática como historiador, ainda que pautado em documentos e assegurando fidelidade, utilizava-a para restaurar verdades, vingar os derrotados e expor os vícios dos vencedores. Essa análise, conforme argumentamos, dava-se a partir de uma métrica

⁶⁹ COELHO, Celso Barros. As leis de Saraiva. **Cadernos de Teresina**. Teresina, ano 12, n. 32, out. 2000, p. 15-19; CARVALHO, 2017a, p. 394; SCHWARCZ, 2019, p. 80.

⁷⁰ O Regulamento Alvim, aprovado por decreto em 23 de junho de 1890, estabeleceu as condições de elegibilidade para a Constituinte, a sua organização, a eleição indireta para presidente e delegou a sua realização, fiscalização e apuração aos conselhos de intendência municipais, que substituíram as câmaras municipais e foram formados a partir de indicações dos interventores republicanos em cada Estado. Dessa forma, estabeleceu-se amplo controle do processo pelos representantes do governo provi- sório, o que se refletiu em sua ampla vitória.

⁷¹ FREITAS, 2019, p. 51.

⁷² QUEIROZ, 2011, p. 349.

⁷³ FREITAS, 2019, p. 39.

HISTÓRIA, LITERATURA E MEMÓRIA: Clodoaldo Freitas e as narrativas sobre o fazer política no século XIX

particular, na qual influíam suas experiências na vida pública. Através da história, o autor aproveitou para acertar as contas com aqueles que se opuseram a ele, aos seus e às suas crenças, selecionando acontecimentos e construindo narrativas permeadas de significados implícitos.

Ao buscar esses sentidos em **História de Teresina**, percebemos a elaboração de imagens vinculadas ao universo político que se relacionam com as experiências vivenciadas pelo autor e seus correligionários, fossem eles contemporâneos ou ascendentes. Levando-se isso em consideração, identificamos que, uma vez que Clodoaldo Freitas integrou uma família vinculada ao Partido Liberal e nele militou a partir de 1881, surgem imagens positivas de seus representantes, como José Antônio Saraiva, Franklin Américo de Meneses Dória e José Manuel de Freitas, personagens que tiveram suas trajetórias valorizadas através da exposição de seus atos, de elogios e de contrapontos aos adversários. Nesse mesmo viés, os políticos conservadores aparecem como exemplos acabados das corrupções imperiais, como as fraudes eleitorais, as perseguições aos adversários, as múltiplas formas de violência e de patrimonialismo.

Essas narrativas sobre o passado se apresentam como mecanismos de registro, mas também de divulgação do seu ideário político, estando elas inseridas em seu contexto de produção, à luz do qual se revestem de significados relevantes para se compreender sua escrita, seu tempo e as disputas de memória, afinal, ainda que parcialmente, justificam as escolhas tomadas, os personagens escolhidos e os argumentos adotados. Se à posteridade cabia o julgamento, Clodoaldo Freitas apresentava o seu, tratando-se de uma apreciação interessada e ressentida, mas que almejava a redenção.

“SENHORAS, SENHORES...”: a cena de enunciação e a designação do auditório em uma conferência de orientação kardecista

Marília Mesquita Queiroz¹

RESUMO

Neste artigo, busca-se verificar como se configura a imagem do interlocutor no discurso proferido em uma postagem do programa *Conversando sobre Espiritismo*, publicada na página de orientação kardecista *Mansão do Caminho* no Facebook. Para direcionar a análise, na qual consideramos o direcionamento argumentativo, os ethé do orador principal e de seu convidado e os índices de alocação utilizados ao longo da apresentação, tomamos como base teórica principal, no campo da Análise do Discurso, os trabalhos de Dominique Maingueneau (2008; 2015a; 2015b; 2017) sobre cena de enunciação e ethos, de Orlandi (1996) sobre discurso religioso, e de Amossy (2018) sobre os modos de representação do auditório na encenação, além de produções acadêmicas sobre o discurso kardecista. A cena de enunciação instaurada denota um interlocutor cristão que tem certa bagagem cultural, mas que, ainda assim, é retratado direta ou indiretamente como necessitado de esclarecimentos e conselhos.

Palavras-chaves: Cena de enunciação. Kardecismo. Imagem do interlocutor.

“LADIES, GENTLEMEN...”: the enunciation scene and the auditorium designation in a kardecist conference

ABSTRACT

In this article, we verify how the image of the interlocutor is constructed in a post of the program *Conversando sobre Espiritismo*, published on the Kardecist page *Mansão do Caminho* on Facebook. In order to direct the analysis, in which we consider the argumentative direction, the ethé of the main speaker and his guest and the allocation indexes used throughout the presentation, we take as the main theoretical basis, in the field of Discourse Analysis, works by Dominique Maingueneau (2008; 2015a; 2015b; 2017) on the enunciation scene and ethos, by Orlandi (1996) on religious discourse and by Amossy (2018) on the modes of representation of the audience, in addition to academic productions on the Kardecist discourse. The established enunciation scene denotes a Christian interlocutor who has a certain cultural baggage, but who is directly or indirectly portrayed as in need of clarification and advice.

Keywords: Enunciation scene. Kardecism. Interlocutor's image.

“DAMAS, SEÑORES...”: la escena de enunciación y la designación del auditorio en una jornada de orientación kardecista.

RESUMEN

En este artículo, buscamos verificar cómo se configura la imagen del interlocutor en el discurso dado en un post del programa *Conversando sobre Espiritismo*, publicado en la página de orientación kardecista *Mansão do Caminho* en Facebook. Para orientar el análisis, en el que consideramos la

¹ Mestre em letras pela Universidade Federal do Piauí. Doutoranda em Linguística na Universidade Federal de São Carlos (UFSCar). E-mail: marilameq@gmail.com

“SENHORAS, SENHORES...”: a cena de enunciação e a designação do auditório em uma conferência de orientação kardecista

dirección argumentativa, el *ethé* del orador principal y su invitado y los índices de alocución utilizados a lo largo de la presentación, tomamos como base teórica principal, en el campo del Análisis del Discurso, los trabajos de Dominique Maingueneau (2008; 2015a; 2015b; 2017) sobre la escena de la enunciación y el *ethos*, Orlandi (1996) sobre el discurso religioso y Amossy (2018) sobre los modos de representación del público en la enunciación, además de producciones académicas sobre el Kardecist discurso. La escena de enunciación establecida denota a un interlocutor cristiano que tiene un cierto bagaje cultural, pero que, aun así, es retratado directa o indirectamente como necesitado de esclarecimiento y consejo.

Palabras clave: Escena de enunciación. Kardecismo. La imagen del Interlocutor.

Introdução

A difusão do discurso religioso não canônico, antes mais limitada às fronteiras físicas de suas instituições, foi bastante ampliada com o advento das redes sociais e suas opções de compartilhamento. Diante dessa mudança e, conseqüentemente, de uma cena de enunciação distinta e com um público mais abrangente, representantes de diferentes denominações religiosas necessitaram adaptar suas empreitadas discursivas tendo como base interlocutores com perfis variados e distintos daqueles que geralmente participam de suas reuniões *in loco*. Pensando nessa possível multiplicidade do auditório, buscamos, a partir de uma análise da cena de enunciação e de outros elementos discursivos, verificar como se configura a imagem do interlocutor ao longo do discurso proferido em uma postagem do programa **Conversando sobre Espiritismo**, publicada na página de orientação kardecista ***Mansão do Caminho no Facebook***.

Para direcionar a análise, tomamos como base teórica principal, no campo da Análise do Discurso, os trabalhos de Dominique Maingueneau (2008; 2015a; 2015b; 2017) sobre cena de enunciação e *ethos*, de Orlandi (1996) sobre discurso religioso e de Amossy (2018) sobre os modos de representação do auditório na encenação. As informações sobre o discurso kardecista, por sua vez, advêm principalmente dos trabalhos de Silva e Brunelli (2017; 2019), Assis (2018) e Silva (2014). Partindo dessas referências e de uma análise inicial da cena de enunciação, lançamos um olhar para os arranjos discursivos para verificar como é delineada a imagem do interlocutor ao longo do programa, considerando o direcionamento argumentativo, os *ethé* do orador principal e de seu convidado e os índices de alocução utilizados ao longo da apresentação.

1 A cena de enunciação

Segundo Maingueneau (2015), ao tempo em que o discurso pressupõe um quadro, visto que apresenta restrições ligadas ao gênero a partir do qual é mobilizado, também gere esse quadro pela encenação da sua enunciação, implicando um processo. Buscando esclarecer o funcionamento discursivo nesses termos, o autor aponta que a cena de enunciação, que envolve o espaço em que se situa o discurso e as sequências de ações verbais e não verbais nele situadas, faz intervir três cenas: a cena englobante, a cena genérica e a cenografia. A primeira delas equivale, segundo ele, ao tipo de discurso. No caso de nossa análise, tratamos a cena englobante do discurso religioso, mais especificamente do kardecismo, também denominado de espiritismo. Ao mesmo tempo, veremos que os representantes dessa religião buscam fundamentar o seus dizeres em bases científicas e filosóficas para legitimar-se, numa clivagem discursiva em que se propõe uma intersecção entre esses diferentes tipos de discurso.

A respeito dessa instabilidade no lócus do espiritismo, Silva e Brunelli (2019) afirmam que o discurso kardecista assume uma posição paratópica para se legitimar, e, ao se constituir a partir de outros discursos constituintes – o religioso, o científico e o filosófico – simula superar os limites desses discursos. Em face de uma cena englobante assim caracterizada, lembramos que, ao associar, de uma maneira geral, cena englobante e produção discursiva, Maingueneau (2015b, p.119) afirma que “os produtores de discurso derivados de determinada cena englobante devem, por meio de sua enunciação, mostrar que se conformam aos valores prototipicamente relacionados ao locutor pertinente para o tipo de atividade verbal em pauta”. Nesse sentido, veremos como os enunciadores aqui tratados buscam se conformar com os preceitos oriundos desse espaço discursivo, que supõe representantes que demonstrem ter um certo grau de conhecimento nos três campos mencionados.

O segundo elemento da cena de enunciação destacado por Maingueneau (2015b) é a cena genérica. Relacionada à realidade dos gêneros discursivos, a cena genérica suscita uma ou mais finalidades, papéis para os parceiros, um lugar apropriado para que obtenha sucesso, um suporte, um modo de inscrição na temporalidade, uma composição e um uso específico dos recursos linguísticos. Pensando esses elementos com relação ao discurso religioso, verificamos que Orlandi (1987) aponta uma finalidade pedagógica, visto que visa suscitar a aprendizagem de crenças. A autora ressalta ainda que “como é a voz de Deus que fala em seu representante, faz também parte da propriedade desse discurso o fato de que não há autonomia desse representante em relação a Sua voz” (ORLANDI, 1987, p.236). É válido notar também que, no

“SENHORAS, SENHORES...”: a cena de enunciação e a designação do auditório em uma conferência de orientação kardecista

caso do programa **Conversando sobre Espiritismo**, temos um orador que, ao apresentar-se como médium, reforça o seu próprio posicionamento como meio ou intermediário entre o plano físico e o plano espiritual.

Sobre a relação entre os interlocutores nesse espaço, Orlandi (1987, p. 244) aponta como uma das características do discurso religioso a não-reversibilidade: “os homens não podem ocupar o lugar do Locutor porque este é o lugar de Deus”. Dessa maneira, a relação de interlocução que constitui o discurso religioso se configura de forma assimétrica. Tendo em vista esse aspecto, pode-se dizer que o Locutor, por ser aquele que ensina, esclarece, aconselha, consola e encaminha, está em posição hierárquica superior, visto que presumidamente possui competência para tal e é legitimado pela fé dos adeptos desta ou daquela religião, que o consideram representante de Deus. O interlocutor, por sua vez, se porta como aquele que necessita de esclarecimentos, conselhos, consolo e encaminhamento, pois, ao engajar-se nessa crença, busca a ajuda que a divindade proporciona, através de seu representante, para gerir sua vida.

Além de mencionar a questão da finalidade e do papel dos parceiros, vimos que Maingueneau (2015b) também destaca que a cena genérica impõe um lugar para seu sucesso, uma temporalidade, um suporte, uma composição e um uso específico dos recursos linguísticos. Em nosso caso, estamos lidando com um discurso que tem seu modo de existência material em uma página do Facebook. Dessa maneira, o fato de não ser proferida em um espaço físico mais restrito, e sim em um ambiente virtual que proporciona um número maior de destinatários possíveis, não necessariamente adeptos do kardecismo, pode ser um fator de direcionamento do discurso no sentido de conquistar mais adeptos.

Diante de um lugar e um suporte vinculados à Web, na qual o dispositivo tradicional vacila, pois “a cena genérica não desempenha um papel central” (MAINGUENEAU, 2017, p.14), sendo dominada pela cenografia, ressaltamos que, quanto à composição, o gênero de que tratamos é bastante peculiar, pois a cena genérica da pregação religiosa é sobreposta pela cenografia de um programa que se apresenta como uma conversa, sendo composto por uma primeira parte, na qual o médium Divaldo Franco, orador principal, faz uma preleção, e uma segunda seção, na qual se configura uma espécie de entrevista com perguntas enviadas pelos internautas, numa simulação de diálogo.

No tocante à temporalidade, o programa **Conversando sobre Espiritismo** tem periodicidade semanal, com cerca de uma hora de duração, e é uma adaptação para a mídia

Marília Mesquita Queiroz

digital de um encontro presencial que acontece há 25 anos no espaço do Centro Espírita Caminho da Redenção em Salvador (BA). O programa também é transmitido pelo Youtube e fica disponível por alguns dias, sendo posteriormente removido e disponibilizado apenas para assinantes da plataforma Espiritismo Play. Alguns episódios, como o que aqui analisamos, permanecem disponíveis em posts no Facebook. A página que dá suporte à postagem se chama **Mansão do Caminho**, foi criada em março de 2012 e tem o link <https://www.facebook.com/MansaoDoCaminho> como endereço de acesso. Ao longo da página, constam publicações sobre eventos realizados pela comunidade espírita e ações sociais que acontecem na instituição **Mansão do Caminho**, obra de assistência social fundada por Nilson de Souza e Divaldo Franco.

Além dessas publicações, a página traz também várias postagens com produtos à venda (livros, audiolivros e assinatura da plataforma de conteúdo digital **Espiritismo Play**), publicações sobre conferências proferidas pelo próprio Divaldo Franco e por outros palestrantes espíritas no Brasil e em outros países, trechos de peças teatrais, músicas e poesias espíritas, além de vídeos com estudos sobre o Evangelho ou obras psicografadas, feitos de forma individual ou em grupos.

Caracterizada a página em que se encontra a postagem, destacamos mais detalhadamente a composição do programa em análise, que tem a seguinte sequência: vídeo com mensagem motivacional atribuída a Eros; prece de abertura; apresentação do palestrante e do convidado pelo mediador; palestra, por Divaldo Franco; intervalo (com anúncios da plataforma *Espiritismo play* e livros); seção de perguntas e respostas com esclarecimentos de Divaldo Franco e do convidado Severino Celestino para indagações feitas pelo público; encerramento. Coincidentemente ou não, em seus moldes para as mídias digitais, o programa tem um formato parecido com o de alguns eventos acadêmicos onde um mediador apresenta o pesquisador, que fala sobre determinado assunto de seu domínio e seguem-se perguntas dos ouvintes sobre o assunto proferido.

De certa forma, essa organização composicional corrobora o posicionamento de Silva e Brunelli (2019) sobre a situação paratópica em que se encontra o kardecismo, visto que busca uma similaridade com um dos modos mais comuns de divulgação do discurso científico. Essa associação com o campo científico pode ser feita também quando se leva em conta outro elemento da cena genérica: o uso específico dos recursos linguísticos. O registro utilizado pelo palestrante, pelo convidado e pelo mediador é predominantemente formal. Ao tempo em que há uso de vocabulário rebuscado, os enunciadores buscam direcionar de forma clara e didática

“SENHORAS, SENHORES...”: a cena de enunciação e a designação do auditório em uma conferência de orientação kardecista

as suas explanações. Pode-se dizer que esse desenvolvimento discursivo está ligado ao terceiro elemento da cena de enunciação destacado por Maingueneau (2015b), a cenografia. Segundo o autor, a cenografia diz respeito à organização, por parte do enunciador, de uma situação a partir da qual pretende enunciar.

Essa encenação singular da enunciação ocorre sobre as bases normativas de uma cena genérica pré-estabelecida. No caso em estudo, temos a cenografia de um evento com moldes acadêmicos, mas que tem características que se aproximam do quadro imposto pela cena genérica de uma pregação, conforme esta é caracterizada por Figueiredo et al. (2009), visto que apresenta a predominância da oralidade, tem base em textos escritos (principalmente a Bíblia e as obras de Allan Kardec, neste caso), é protagonizada por um líder religioso que fala a fiéis e tem finalidades como instrução, conservação de princípios (de ordem cristã², no caso do espiritismo), convencimento e conversão. A cena genérica da pregação tradicional está, dessa forma, dissimulada na organização da situação em que ocorre a enunciação, e as peculiaridades discursivas que distinguem a cenografia aqui tratada legitimam os enunciados ali proferidos, dada a situação paratópica do kardecismo.

Tendo em vista esses aspectos e considerando que “todo discurso, por seu próprio desenvolvimento, pretende, de fato, suscitar a adesão dos destinatários instaurando a cenografia que o legitima.” (MAINGUENEAU, 2015b, p.123), vemos que, no caso do programa **Conversando sobre Espiritismo**, a cenografia instaurada é distinta da pregação religiosa convencional por produzir uma encenação que busca se legitimar agregando à palestra informações de cunho histórico, científico e filosófico, não se prendendo unicamente ao texto religioso. Há, assim, uma modificação do estatuto da pregação religiosa comum, que geralmente se restringe à interpretação de textos sagrados *per se*. Na amostra discursiva em questão, tanto o orador principal quanto o seu convidado (que é professor de ciência das religiões da Universidade Federal da Paraíba) mesclam as respostas para os questionamentos que lhes são direcionados sobre questões religiosas com informações oriundas de campos de conhecimento socialmente valorizados, legitimando a cenografia por meio da própria enunciação.

2 Índices de alocação, ethos e direcionamento argumentativo

² Silva e Brunelli (2017), apontam que a semântica global do discurso espírita apresenta o traço /+cristianismo/.

Ao discorrer sobre a organização do discurso, Amossy (2018) afirma que, em seus arranjos específicos, são feitas representações daqueles aos quais ele se dirige. Essas indicações sobre o interlocutor, inscritas na materialidade linguística, são apontadas pela autora como uma maneira de visualizar e analisar como o locutor imagina que o seu interlocutor percebe e compreende o tema tratado no discurso, criando, dessa maneira, uma imagem desse destinatário ideal. Apreendido no texto, esse processo de discursivização ou “esquematisação”, designa “o processo ao longo do qual o locutor ativa uma parte das propriedades que deveriam definir o alocutário para produzir uma imagem coerente que responda às necessidades de interação” (AMOSSY, 2018, p. 58).

Estando ligada à ideia que o enunciador tem do grupo ao qual o interlocutor pertence, a representação do destinatário no discurso é instaurada por marcas linguísticas ou índices de alocação presentes ao longo do texto. Amossy (2018) traz da linguística da enunciação, herdada de Benveniste, alguns exemplos desses instrumentos de detecção utilizados para designar o auditório: designações nominais explícitas (“meu jovem”, “caros colegas”, etc.), descrições do auditório (“prezados estudantes de linguística”), pronomes pessoais (“vocês”, “nós”, etc.) e evidências compartilhadas. Essas últimas dizem respeito à maneira como o auditório é designado pelas crenças, opiniões e valores que o discurso enunciado lhe atribui implícita ou explicitamente.

Além desses elementos, o ethos do orador também pode ser um meio de orientação sobre o perfil do interlocutor, visto que, ao portar-se dessa ou daquela maneira para criar determinada imagem, o enunciador também o faz pensando em influenciar aquele a quem dirige o seu discurso. Maingueneau (2015a) ao definir o ethos como a imagem do locutor no discurso, associa a ela um “tom” ou vocalidade específica, um “caráter”, ligado aos traços psicológicos, e uma “corporalidade”, correspondente à compleição física e à maneira de se portar do enunciador. O autor considera que essas três dimensões ajudam a levar o interlocutor a um processo de “incorporação”, que diz respeito à apropriação do ethos por parte do intérprete.

Ao analisar aspectos no discurso do palestrante principal, é possível verificar que, ao utilizar-se de narrativas atreladas a conhecimentos históricos, literários, filosóficos e científicos, Divaldo Franco constrói um ethos de erudição. Como lembra Amossy (2018, p.11) “o locutor, como o auditório, é sempre atravessado pela fala do outro, pelas ideias preconcebidas e pelas evidências de uma época, e é, por isso, condicionado pelas possibilidades de seu tempo.” Nesse sentido, a constante menção a informações supostamente oriundas de fontes oficiais, além da

“SENHORAS, SENHORES...”: a cena de enunciação e a designação do auditório em uma conferência de orientação kardecista

apresentação de dados que podem ter valor científico (como aquele sobre a condensação dos gases que resultou na formação do planeta), que, em nosso tempo, são fatores de legitimação daquilo que é dito, corroboram esse ethos, tornando-se uma estratégia discursiva que pode ser bastante eficiente.

Além de mostrar conhecimentos sobre essas áreas, o enunciador, como já mencionamos, faz uso de escolhas lexicais rebuscadas, deixando predominar a variedade linguística formal. Nesse sentido, o ethos do orador é caracterizado por um tom professoral, marcado por uma postura compatível com aquele que organiza os conhecimentos que possui de forma didática para facilitar a instrução: faz alusões, demonstra, explica e compara, principalmente por meio da utilização de narrativas. Esse tom está associado a um caráter tranquilo e a uma corporalidade marcada por uma postura comedida. As vestimentas são discretas e comuns (não há uma indumentária característica do kardecismo) e sua gestualidade não se mostra ritualística.

O caráter didático do programa é reforçado pela presença do convidado do dia, o professor universitário Severino Celestino, que pode ser considerado uma fonte enunciativa de saber socialmente reconhecido. Da mesma forma que Divaldo, o convidado também apresenta um caráter tranquilo e se veste de forma comum. No início, se põe na condição de aprendiz ao referir-se a Divaldo como professor, apesar de ser ele o docente e o único dos dois a possuir escolaridade de nível superior. O ambiente em que Celestino se encontra, com muitos livros ao fundo, e sua própria apresentação como pesquisador do CNPQ ajudam a compor a imagem de um homem culto. A respeito da postura do convidado em relação ao palestrante, vale ressaltar que, mesmo não havendo no espiritismo uma figura institucionalizada de líder, Divaldo é reconhecido como tal não apenas por Celestino, mas por vários adeptos dessa doutrina, provavelmente por possuir aptidões mediúnicas e praticar os preceitos da semântica global do discurso do espiritismo, conforme apontados por Silva (2014). Com base nessas observações, passamos à análise das representações do auditório no programa **Conversando sobre Espiritismo**.

3 As representações do auditório

Tendo em vista as considerações de Amossy (2018) sobre as marcas que designam a imagem do interlocutor no discurso, iniciamos observando as designações nominais explícitas utilizadas pelo palestrante Divaldo Franco ao se referir ao interlocutor no início de sua fala:

“senhoras, senhores, queridas irmãs, queridos irmãos espíritas, caras amigas, caros amigos que nos acompanham através da Web TV Mansão do Caminho e outros órgãos da comunicação virtual.”. Ao se referir dessa maneira aos interlocutores, o orador se posiciona inicialmente de maneira respeitosa ao usar os pronomes de tratamento senhoras e senhores, colocando-se, em seguida, em um nível de igualdade ao tratar os interlocutores como irmã(o)s e amiga(o)s. Ao referir-se ao público feminino (senhoras, irmãs, amigas) antes do masculino, pode estar tentando configurar um ethos de feminista para conquistar simpatias, por outro lado, provavelmente é ciente de que o seu público-alvo é composto predominantemente por mulheres.³

Além desses índices, é necessário ressaltar também a importância das designações implícitas, pois estas deixam mostrar, de forma indireta, a maneira como o locutor imagina seu interlocutor. Um exemplo dessas designações está nas informações subentendidas através de passagens com verbos no modo imperativo, tanto na fala do palestrante e de seu convidado quanto na seguinte mensagem atribuída a Eros e divulgada na abertura do programa:

Quando a dúvida lhe chegue maliciosa, indague ao amor qual a conduta a seguir; quando a saudade avizinhar-se tentando macerar-lhe o coração, refugie-se no amor e deixe que as recordações felizes luarizem a noite em que você se encontra; quando a aflição aturdir-lhe o íntimo, chame o amor, para que a calma e a confiança predominem nas suas decisões; quando a cólera acercar-se da sua emotividade, recorde-se do amor e suave balada de entendimento se lhe fará ouvida na acústica da alma...”

Entendemos haver designações implícitas nesses trechos com imperativos pelo fato de que, ao recomendar que alguém indague, refugie-se, chame e recorde-se do amor, subentende-se que este alguém necessita de amor em diversas ocasiões: nos momentos de dúvida, de saudade, de aflição, de cólera. Essa imagem inicial do interlocutor é bastante geral, pois qualquer um pode, em algum momento da vida, ter dúvida, sentir saudade, aflição, cólera, ou qualquer outro sentimento parecido. Além desses imperativos na mensagem inicial, há exemplo de uso desse modo verbal na fala do orador no trecho “seja você também alguém que estende o lenço alvinitente de sua ternura”, no qual o imperativo “seja” deixa implícito que o interlocutor é alguém que, seja por não querer, não poder ou por sentir-se incapaz de fazê-lo, ainda não tomou a atitude de doar a sua ternura àqueles que o orador denomina filhos do

³ Ao discorrer sobre religião e gênero, Rosado-Nunes (2005, p.364) afirma que “as mulheres compõem, de fato, a maioria da população de fiéis. 'Em nome de Deus', tornam-se ativistas, freiras, obreiras, pastoras, bispas, mães-de-santo, políticas... Na sombra ou nos palcos e altares, grande parte das fiéis carrega para a igreja o marido, os filhos, a família, o círculo social e profissional onde atuam.”

“SENHORAS, SENHORES...”: a cena de enunciação e a designação do auditório em uma conferência de orientação kardecista

calvário. Nesse exemplo, pode ser percebida ainda uma indicação indireta do interlocutor como alguém que tem capacidade para agir, além de um incentivo à própria ação.

Sendo o programa composto por uma seção de perguntas enviadas pelos ouvintes (e previamente selecionadas pelos dirigentes) para serem respondidas por Divaldo Franco e Severino Celestino, entendemos que também essas perguntas são um indicativo do perfil do interlocutor. Nesse sentido, questionamentos do tipo “como evitar padrões repetitivos trazidos de outras reencarnações?”; “uma pessoas vítima de acidente ou assassinada pode ficar vagando sem saber que morreu?”; “como auxiliar pessoas deprimidas e com medo da vida?” e “a cremação é bem vista na doutrina espírita?” mostram que o perfil do interlocutor varia daquele que é familiarizado com preceitos espíritas (no caso daquele que menciona a reencarnação) àquele que ainda não conhece a doutrina, como os que perguntam sobre cremação e vítimas de acidentes. A pergunta sobre auxiliar pessoas deprimidas, por sua vez, denota a imagem de um interlocutor solidário, pois mostra preocupação em ajudar outrem.

Considerando que a imagem de si que o enunciador busca projetar também está ligada ao modo como ele vê o seu interlocutor, entendemos que alguns traços dos *ethé* do orador Divaldo Franco e do convidado Severino Celestino, como o da erudição, denotam um interlocutor que possui certo grau de instrução⁴ e que valoriza informações oriundas dos campos do conhecimento mobilizados nas respectivas falas. Dessa maneira, ao tratarem dos temas eutanásia, depressão, ansiedade, cremação e pandemia, constantes no programa do dia, percebe-se que Celestino e Divaldo Franco levam em consideração uma doxa que crê na continuidade da vida após a perda do corpo físico, na reencarnação como meio de reparação de equívocos cometidos em existências anteriores, na ideia de céu e inferno como meras metáforas sobre estados de espírito, na mediunidade como fenômeno orgânico natural proporcionado por “configurações” particulares da glândula pineal e, principalmente, que tem a figura de Jesus como modelo e guia.

Ao mesmo tempo, percebe-se, a partir das explanações sobre esses temas, uma tentativa de desconstruir estereótipos e outras ideias preconcebidas sobre o espiritismo como sobrenatural, enigmático e oculto, provavelmente para conseguir a adesão dos interlocutores que não são seguidores da doutrina. Nesse sentido, ao tempo em que levam em conta as crenças, opiniões e representações já compartilhadas pelos adeptos do espiritismo, os oradores parecem

⁴ Em pesquisa sobre análise do discurso religioso, Assis (2018) traz dados do Censo Demográfico de 2010, realizado pelo IBGE, que apontam que, entre espíritas, católicos e evangélicos, os primeiros apresentam o maior nível de escolaridade, contabilizando 31,5% com nível superior completo e 98,6% de taxa de alfabetização.

ter como meta divulgar a doutrina a um público mais abrangente, principalmente aquele que já é cristão. Utilizam, para isso, esquemas argumentativos como analogias, associando as atitudes das personagens das narrativas à figura de Jesus para mostrar que o espiritismo tem como base valores cristãos. Mencionam, por exemplo, Edith Cavell, enfermeira britânica que doou a vida pelo próximo quando, durante a I Guerra, socorreu soldados inimigos dos alemães e foi, por esta razão, condenada à morte.

A maneira poética de narrar e atrelar às narrativas valores como solidariedade (ao referir-se às mulheres de Jerusalém que ajudaram Jesus), gratidão e piedade (na menção à poesia sobre o cão Veludo), além de exemplos de sofrimento (Calvário de Jesus) e superação (história do paraplégico que ditou o livro **Meu pé esquerdo**) buscam embelezar a palestra por meio de metáforas e de comparações diretas, compondo um estilo que pode tornar a explanação atraente, moldando-a de maneira a promover simpatia e confiança com relação à doutrina espírita por parte de um público majoritariamente cristão. Há, portanto, um alicerce dóxico na apresentação de valores do cristianismo, orientação religiosa com maior percentual de adeptos no Brasil, que indica o perfil do interlocutor. Além disso, as narrações feitas por Divaldo Franco ao longo da apresentação têm potencial para comover esse tipo de público, reforçando o poder da associação entre logos e pathos para a construção eficiente da argumentação.

Lembrando o estudo de Assis (2018), que ressalta a pretensão do espiritismo de associar fé e ciência, destacamos que, em alguns trechos, como naquele em que Celestino fala sobre o período da pandemia, é feita uma associação entre o discurso da ciência e o discurso religioso, pois além de mencionar textos bíblicos nos quais Jesus teria prevenido sobre o momento, é recomendado que sejam seguidas as orientações das autoridades sanitárias (isolamento social, uso de máscara, cuidados com a higiene). Essa associação com a ciência também se faz com a recomendação de que, em caso de transtornos psíquicos, busque-se não apenas orações ou passes, mas ajuda médica. Dessa maneira, o destinatário é retratado mais uma vez como alguém que reconhece e valoriza o discurso científico.

Apesar de utilizar o discurso cristão como estratégia de legitimidade, em alguns pontos das explanações é proposta uma interpretação não convencional do texto bíblico. Na tentativa de redirecionamento dessas leituras parece estar o intuito de quebrar paradigmas de outras religiões. Quando Celestino menciona a sua própria condição de ex-católico ortodoxo e ex-seminarista para dizer que mudou para uma verdade que é racional e científica, por exemplo, deixa subentendido que o catolicismo não é racional e nem tem base científica, deslegitimando-

“SENHORAS, SENHORES...”: a cena de enunciação e a designação do auditório em uma conferência de orientação kardecista

o. As formações discursivas⁵ católica e kardecista também são postas em embate pelo orador principal quando ele afirma, por exemplo, que a criação do planeta resulta da condensação de gases, diferindo daquela que tradicionalmente se ouve no catolicismo. Dessa maneira, percebe-se uma tentativa de desconstrução de interpretações católicas da Bíblia tanto na fala do palestrante quanto na do convidado, que em sua fala ressalta ainda que o evangelho de Jesus não pertence a nenhuma religião, está em todas. Essas observações reforçam, mais uma vez, a imagem de um interlocutor predominantemente cristão.

304

Considerações finais

A cena de enunciação instaurada no programa *Conversando sobre Espiritismo* apresenta uma cenografia que se configura em moldes similares aos de certos eventos acadêmicos e que se sobrepõe à cena genérica da pregação religiosa. Essa sobreposição parece ir de encontro à pretensão do espiritismo de associar fé e ciência, e, ao mesmo tempo ressalta a situação paratópica em que se encontra o espiritismo, visto que seus direcionamentos doutrinários se baseiam em dogmas religiosos nos quais se busca instituir bases científicas e filosóficas.

Ao mobilizar, ao mesmo tempo, a palavra de Deus e os discursos da Verdade e da Razão como fontes legitimadoras, o espiritismo parece não reconhecer outra autoridade que não a sua própria e busca se colocar de forma superior com relação a outras religiões. No caso específico da amostra analisada, há um embate explícito com o catolicismo, que é julgado como não racional e sem base científica.

Quanto à maneira de projetar a imagem do destinatário ideal no programa, percebe-se que os índices de locução mais utilizados são evidências compartilhadas, em sua maioria ligadas a referências cristãs constantes no texto bíblico, indicando a imagem do interlocutor como cristão, e a fatos históricos, científicos e literários, denotando um interlocutor com certa bagagem cultural. Também são utilizadas denominações explícitas, com referências ao feminino em primeiro plano (senhoras, irmãs, amigas), indicando um público de maioria feminina; e denominações implícitas, nas quais o auditório é indiretamente retratado como necessitado de esclarecimentos, de conselhos e até como indolente, visto que também é

⁵ Ao tratar do conceito de formação discursiva em Maingueneau, Possenti e Mussalim (2010) ressaltam que, para o autor, a noção se aproxima de posicionamento, podendo designar uma identidade enunciativa e, ao mesmo tempo, as operações pelas quais essa identidade se instaura e se conserva em determinado campo discursivo.

Marília Mesquita Queiroz

convocado à ação, no sentido de tomar atitudes semelhantes àsquelas das diferentes personagens mencionadas ao longo do programa.

REFERÊNCIAS

AMOSSY, Ruth. **A argumentação no discurso**. São Paulo: Contexto, 2018.

ASSIS, Ricardo Rodrigues. **Análise de discurso religioso**: Mecanismos acionados por líderes religiosos nas pregações em programas de televisão. 2018. 171 f. Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Juiz de Fora, Programa de Pós-Graduação em Comunicação 2018. Disponível em: <<https://repositorio.ufjf.br/jspui/bitstream/ufjf/6639/1/ricardorodriguesdeassis.pdf>>. Acesso em 15 jul. 2022.

FIGUEIREDO, M. F.; CLARO, A. C.; MORAIS, D. N.; SANTOS FILHO, J. D. U. Pregação religiosa: uma caracterização à luz da teoria dos gêneros. **Diálogos Pertinentes – Revista Científica de Letras**. Franca/SP, v. 5, n. 5, p. 129-153, jan./dez. 2009. Disponível em <<http://publicacoes.unifran.br/index.php/dialogospertinentes/article/view/114/74>>. Acesso em 17 jul. 2022.

MAINGUENEAU, Dominique. A propósito do ethos. In: MOTTA, Ana Raquel; SALGADO, Luciana (Org.). **Ethos discursivo**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2015a.

_____. **Discurso e análise do discurso**. São Paulo: Parábola Editorial, 2015b.

_____. Gêneros do discurso e web: existem os gêneros web?. **Revista da ABRALIN**, v. 15, n. 3, 17 jan. 2017. Disponível em: <<https://revista.abralin.org/index.php/abralin/article/view/1274/2317>>. Acesso em 21 jul. 2022.

_____. **Gênese dos discursos**. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.

ORLANDI, Eni Puccinelli. **A linguagem e seu funcionamento**: as formas do discurso. 2ª ed. Campinas: Pontes, 1987.

POSSENTI, S.; MUSSALIM, F. Contribuições de Dominique Maingueneau à Análise do Discurso. IN: PAULA, L.; STAFUZZA, G. **Da Análise do Discurso no Brasil à Análise do Discurso do Brasil**: três épocas histórico-analíticas. Uberlândia, MG: Editora da Universidade Federal de Uberlândia, EDUFU, 2010.

ROSADO-NUNES, Maria José. Gênero e religião. **Revista Estudos Feministas** [online]. 2005, v. 13, n. 2 [Acessado 16 julho 2022], pp. 363-365. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0104-026X2005000200009>>. Epub 12 Dez 2005. ISSN 1806-9584.

SILVA, Rosana Cláudia da. **A emoção “maquiada” de razão**: aspectos prosódicos e argumentativos de uma palestra espírita kardecista. 2008. 102 f. Dissertação (mestrado) - Universidade de Franca, Curso de Pós-Graduação Stricto Sensu – Mestrado em Linguística. 2008. Disponível em: <http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/DetalheObraForm.do?select_action=&co_obra=109791>.

“SENHORAS, SENHORES...”: a cena de enunciação e a designação do auditório em uma conferência de orientação kardecista

SILVA, Tamiris Vianna da. **A caridade é, em tudo, a regra de proceder**: análise do discurso espírita kardecista. 2014. 117 f. Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Instituto de Biociências, Letras e Ciências Exatas, 2014. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/11449/122110>>.

SILVA, T. V. da; BRUNELLI, A. F. **O discurso espírita kardecista**: prática discursiva e enlaçamentos. Revista da ABRALIN, v. 15, n. 3, 17 jan. 2017. Disponível em: <<https://revista.abralin.org/index.php/abralin/article/view/1271>>.

SILVA, T. V. da; BRUNELLI, A. F. **Ciência, religião e filosofia**: a paratopia do discurso espírita kardecista. Cadernos de Linguagem e Sociedade, 20(1), 2019. Disponível em <<https://periodicos.unb.br/index.php/les/article/download/19934/22435>>.

ESCOLARIZAÇÃO E PRÁTICAS FAMILIARES: IMPACTOS DA CULTURA LETRADA SOBRE A INSTITUIÇÃO FAMILIAR ENTRE O FINAL DO SÉCULO XIX E INÍCIO DO SÉCULO XX

Pedro Vilarinho Castelo Branco¹

RESUMO

Este trabalho analisa depoimentos orais e narrativas de memórias, nos quais alguns homens de letras, que viveram a juventude em Teresina, nas primeiras décadas do século XX, relatam suas trajetórias de vida marcadas pelo processo de escolarização, e pela busca de estreitar os laços com a cultura escrita e com as sociabilidades urbanas. São as formas como os homens constroem suas identidades vinculadas ao processo de escolarização e ao mundo de sociabilidades urbanas que se pretende trabalhar.

Palavras- chave: Memórias. Escola. Cultura escrita.

SCHOOLING AND FAMILY PRACTICES: impacts of literate culture on the family institution between the end of the 19th century and the beginning of the 20th century.

ABSTRACT

This work analyzes verbal depositions and narratives of memory where some men of letters, that had lived youth in Teresina in the first decades of century XX, tell its trajectories of life, marked for the social learning process, and the search to narrow the bows to the written culture and the urban sociabilities. It is the ways in which men build their identities linked to the schooling process and the world of urban sociability that we intend to work on.

Key words: Memories. School. Written culture.

ESCOLARIDAD Y PRÁCTICAS FAMILIARES: impactos de la cultura letrada en la institución familiar entre finales del siglo XIX y principios del XX.

RESUMEN

Este trabajo analiza testimonios orales y narraciones de memorias, donde algunos hombres de letras, que vivieron su juventud en Teresina, en las primeras décadas del siglo XX, relatan sus trayectorias de vida marcadas por el proceso de escolarización, y por la búsqueda de vínculos más estrechos con la cultura escrita y las sociabilidades urbanas. Son las formas en que los hombres construyen sus identidades vinculadas al proceso de escolarización y al mundo de la sociabilidad urbana que pretendemos trabajar.

Palabras clave: Memorias. Escuela. Cultura escrita.

¹ Professor do Depto. de História e do Programa de Pós-graduação em História da UFPI.

ESCOLARIZAÇÃO E PRÁTICAS FAMILIARES: impactos da cultura letrada sobre a instituição familiar entre o final do século XIX e início do século XX.

A proposta do presente artigo é analisar narrativas de memórias nas quais alguns homens de letras, que viveram a juventude em Teresina, nas primeiras décadas do século XX, relatam suas trajetórias de vida marcadas pelo processo de escolarização, e pela busca de estreitar os laços com a cultura escrita. As novas propostas rompiam com sociabilidades do mundo rural, com práticas sociais de subjetivação masculina marcadas pelo aprendizado de ofícios práticos aprendidos na convivência com os adultos. Aos homens que seguiam a trajetória da formação escolar, caberia a tarefa de definir esse percurso como caminho legítimo de subjetivação masculina. São as formas como os homens constroem suas identidades vinculadas ao processo de escolarização e ao mundo de sociabilidades urbanas que nós pretendemos trabalhar.

A vida moderna que então transcorria, principalmente no mundo urbano, exigia dos homens uma relação mais estreita com a escola e com a cultura escrita. A preocupação não era só em preparar melhor os jovens do ponto de vista intelectual. Era fundamental que estes homens fossem saudáveis, tivessem corpos rijos, livres de doenças, de vícios que poderiam comprometer seu desempenho e utilidade na sociedade, correndo o risco mesmo de contaminar a prole. Os modelos de masculinidade modernos exigiam que os homens estivessem moralmente preparados para serem bons cidadãos, pais zelosos, conscientes de seus deveres para com a família e com a pátria.² Em síntese, que fossem homens marcados pelo processo de escolarização e pela disciplina.

A instrução escolar terá, no caso da nova percepção da masculinidade, papel central. As escolas secundárias e mesmo a superior foram, diante dos novos conhecimentos educacionais direcionadas preferencialmente aos jovens na faixa etária entre os 12 ou 13 anos e os 22, 23 anos de idade. Criava-se a ideia de um adiamento da vida adulta em nome da melhor preparação para a competitiva vida profissional no mundo urbano moderno.

Até os anos 80 do século XIX, o ensino secundário era quase inexistente no território piauiense. Isto fazia com que os rapazes aspirantes ao ensino superior procurassem o ensino secundário em outras cidades próximas a Teresina. Esse foi o caminho seguido por jovens como Clodoaldo Freitas³ e Higino Cunha⁴, os quais, na década de 70 do século XIX, começaram a cursar o ensino secundário em São Luís do Maranhão.

² BESSE, Susan K. **Modernizando a desigualdade**. São Paulo: EDUSP, 1999. p.107.

³ Clodoaldo Severo Conrado Freitas. Nasceu a 07 de setembro de 1855, na cidade de Oeiras e faleceu a 29 de Junho de 1924 e Teresina. Estudou no seminário das Mercês em São Luiz do Maranhão e bacharelou-se em direito pela

Clodoaldo iniciou os estudos no Seminário das Mercês em 1871, onde se preparava para ser padre, saindo três anos depois para o Liceu Maranhense, a fim de cursar as disciplinas secundárias, com o objetivo de ingressar futuramente na Faculdade de Direito do Recife. Higino Cunha, por sua vez, transferiu-se para São Luís em 1878, onde passou três anos cursando disciplinas secundárias e preparando-se para ingressar no curso superior de Direito, também na Faculdade do Recife.

A existência do Seminário e também de instituições de ensino secundárias em São Luís tornavam o ambiente cultural da capital maranhense diferente de Teresina. Ali, Clodoaldo e Higino tiveram experiências intelectuais, as primeiras incursões no mundo da Filosofia e do questionamento de verdades teológicas, que vão estar presentes de maneira acentuada na produção intelectual dos dois literatos na vida adulta. As trajetórias de Clodoaldo Freitas e Higino Cunha ilustram bem o percurso seguido por jovens, oriundos do Piauí e que conseguiram dar continuidade aos estudos e mesmo alcançar uma formatura superior na segunda metade do século XIX.⁵

No final do século XIX, a cidade de Teresina passou a contar, além do Liceu Piauiense, que em alguns períodos funcionava precariamente, com instituições privadas que se dedicavam também ao ensino secundário, merecendo destaque o Colégio Nossa Senhora das Dores, de propriedade de Miguel Borges Leal Castelo Branco. Segundo Queiroz⁶, o referido colégio serviu como modelo para outras instituições de ensino na cidade nas décadas seguintes. O que nos interessa enfatizar é o crescimento na oferta de oportunidades de acesso ao ensino secundário, com escolas que ofereciam vagas para alunos internos e externos, tornando a cidade um polo de atração para muitos jovens provenientes do interior do Estado.

faculdade do Recife em 1880. Ocupou vários cargos públicos no Piauí, Maranhão e Pará. Aposentou-se como Desembargador do TJ do Piauí. Sua obra literária conta com obras de ficção, crônicas de assuntos variados, assim como Higino Cunha, é fundador da Academia Piauiense de Letras.

⁴ Higino Cícero da Cunha. Nasceu em 11 de janeiro de 1858 em São José das Cajazeiras hoje Timon (MA) e faleceu em Teresina em 16 de novembro de 1943. Bacharel em Direito pela faculdade do Recife em 1885. Trabalhou em vários cargos públicos, foi professor do Liceu Piauiense, da Escola Normal e da Faculdade de Direito do Piauí. Foi um dos fundadores da Academia Piauiense de Letras.

⁵ QUEIROZ, Teresinha. **Os literatos e a República**. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 1994. p.57-70.

⁶ QUEIROZ, Teresinha. **Os literatos e a República**. Teresina: EDUFPI, 1998. p. 57-70.

ESCOLARIZAÇÃO E PRÁTICAS FAMILIARES: impactos da cultura letrada sobre a instituição familiar entre o final do século XIX e início do século XX.

Os jovens da elite piauiense passaram, no período, a buscar as escolas secundárias em Teresina como forma de preparação para o acesso aos cursos superiores, numa demonstração de que a escola começava a ser percebida como parte importante na formação de uma elite dirigente.

Esse processo de fortalecimento das instituições de ensino em Teresina ganhou impulso no final do século XIX, com a chegada de novos bacharéis formados fora do Estado e que, em grande medida, tomarão parte nas iniciativas educacionais. Tratava-se, na maioria, de bacharéis que voltavam de Pernambuco, da Bahia e do Rio de Janeiro, formados em Direito, Medicina, Engenharia e Farmácia. Estes bacharéis tornavam-se exemplos de que o percurso que levava à formatura superior era uma possibilidade real, que necessariamente passava por sacrifícios familiares, mas que poderia trazer ganhos compensadores. A maior oferta de ensino secundário propiciará que outros jovens vejam na escola um percurso possível e necessário ao aprimoramento e formação pessoal.

Os relatos de memórias, bem como as biografias, dão conta de homens que viveram sua juventude na Teresina do início do século XX e que tiveram suas trajetórias de vida marcadas pela escolarização. As histórias pessoais são múltiplas e mostram bem a diversidade de situações características do processo histórico em análise.

A trajetória de Leônidas Melo⁷ é significativa para corroborar o nosso raciocínio: Aos 12 anos de idade encontrava-se totalmente engajado no seu aprendizado do ofício de comerciante. Trabalhava com o pai em sua loja na cidade de Barras, no entanto, a chegada de Arimatéa Tito, bacharel em Direito, recém-formado no Recife, despertou no menino o desejo de dar continuidade aos estudos. A formatura de uma pessoa próxima mostrou-lhe que existiam outros percursos na vida, diferentes do comércio. Ao assistir aos preparativos da festa de chegada do novo bacharel na cidade, Leônidas despertou para essa possibilidade:

Soou como uma voz dentro de mim, clara, alta, pausada a perguntar-me: “por que tu também não vais estudar?” voz que só eu percebia, que repetia insistentemente sem parar: por que você não vai também estudar? Tu não tens vocação para o comércio: pede a teu pai que te mande para um bom colégio, em Teresina. Ele relutará, mas deve insistir.⁸

⁷ Leônidas de Castro Melo, nasceu em Teresina, formado em Medicina pela Faculdade do Rio de Janeiro em 1920. Atuou como médico, foi professor da Escola Normal e do Liceu Piauiense. Interventor Federal no Estado do Piauí de 24 de novembro de 1937 a 9 de novembro de 1945.

⁸ MELO, Leônidas. **Trechos do meu caminho**. Teresina: COMEPI, 1976. p.92-93.

Se a princípio a chegada festiva de Arimatéa Tito trouxe a Leônidas o problema de despertar-lhe o desejo de continuar os estudos, trouxe também parte da solução, pois o novo bacharel fora nomeado promotor público da cidade de Barras, ali montou residência e abriu uma escola onde os meninos que já tivessem as primeiras letras poderiam dar continuidade aos estudos. Conseguindo Leônidas convencer o pai de que realmente desejava estudar, e diante da oportunidade dada por Arimatéa Tito à cidade, Leônidas foi matriculado na nova escola, onde aprenderia geografia, gramática portuguesa e aritmética elementar. O rapaz teria que conciliar os trabalhos do comércio com a escola, de forma que só lhe sobraria tempo para estudar as lições durante a noite.

O bom desempenho na escola, o discurso do professor ao final do ano letivo aconselhando aos pais dos alunos premiados – entre os quais figurava Leônidas – a incentivarem os filhos para os estudos, além de insistentes pedidos do menino para o pai enviá-lo a Teresina para prosseguir nos estudos acabaram por dar resultado. O coronel Regino resolveu envidar os esforços necessários para mandar o filho para uma escola em Teresina. Aceitava, assim, o pedido de Leônidas, com a ressalva de que não poderia sustentá-lo por muito tempo, tendo este que estudar e em seguida fazer um concurso para telegrafista.

Moço recebi sua carta e vou levá-lo comigo para Teresina, mas quero dizer-lhe que não poderei sustentá-lo nos estudos por muitos anos, para você se formar, como o Dr. Arimatéia. E não poderei porque não tenho recursos para isso. Lembrei-me então de dar-lhe um conselho. Você irá comigo, estudará este ano e no vindouro fará concurso para Telegrafista. Olhe, aqui por Barras têm passado muitos telegrafistas e todos vivem tranquilamente, sustentam as famílias com conforto, tem promoção, tem aposentadoria, se você conseguir isto está arrumado.⁹

Aos 13 anos, Leônidas Melo era matriculado como aluno interno na Escola 21 de Abril em Teresina. Ao final do ano letivo, com receio de que o pai cumprisse a promessa de não o sustentar em Teresina por mais tempo, pediu ao diretor e a alguns professores da Escola que escrevessem cartas ao coronel Regino recomendando que mantivesse o filho na escola. A tática deu resultados e ele foi mantido em Teresina para concluir os estudos secundários, seguindo depois para a Bahia e para o Rio de Janeiro, onde conclui o curso de Medicina.

⁹ MELO, Leônidas. **Trechos do meu caminho**. Teresina: COMEPI, 1976. p.107.

ESCOLARIZAÇÃO E PRÁTICAS FAMILIARES: impactos da cultura letrada sobre a instituição familiar entre o final do século XIX e início do século XX.

A trajetória de Leônidas nos mostra o efeito multiplicador que uma formatura superior poderia ter. Em primeiro lugar, a alegria do retorno do filho bacharel, o prestígio, o respeito, e a aura de notoriedade que cercava os indivíduos formados despertavam em outras pessoas, como foi o caso de Leônidas, o desejo de também alcançar esse lugar de sujeito. Um segundo aspecto interessante é o efeito multiplicador que essas formaturas tinham em outro aspecto: Arimateia Tito volta formado e usa seus conhecimentos e capacidade para ensinar outros meninos, suprimindo demandas por escolarização reprimidas pela falta de oportunidades.

O coronel Regino, pai de Leônidas Melo, ao que parece, não mandava os filhos à escola secundária, pela ausência dessa instituição na cidade onde morava, e também por não estar convencido dos retornos que poderiam advir do investimento de mandar um filho para estudar fora. Colocara os filhos no comércio e todos se adaptaram, Leônidas foi o primeiro a vislumbrar outros horizontes, e aproveitou as primeiras oportunidades que teve para mostrar ao pai que a continuidade de sua escolarização seria um bom negócio, daria resultados, traria retornos à família.

As práticas familiares nos grupos médios e nas elites parecem apontar para a continuidade dos estudos dos indivíduos, que se mostrassem mais talentosos, que demonstrassem maior interesse pelo processo de escolarização. A falta de recursos para proporcionar a todos os filhos as mesmas condições, e o descaso mesmo de alguns em dar continuidade aos estudos explicariam as táticas familiares.

A trajetória de Luiz Mendes Ribeiro Gonçalves¹⁰ mostra que nem sempre o investimento em educação era feito pelos pais, mas por outros membros da família que acreditassem no potencial de um sobrinho, afilhado ou neto. É assim que toda a escolarização de Luiz Mendes é financiada pelo tio, Antônio Ribeiro Gonçalves, o qual lhe proporciona os estudos ginasiais em Teresina e em Salvador, na Bahia, onde se formou em Engenharia Civil.

A gratidão de Luiz Mendes ao tio é expressa em seu depoimento biográfico, onde relata o convite feito por seu professor para ingressar na faculdade da Bahia como professor assistente, justificando a recusa, com a necessidade de retornar ao Piauí para dar aos familiares um retorno dos sacrifícios empreendidos para sua formatura.

¹⁰ Luiz Mendes Ribeiro Gonçalves, nasceu em 07 de fevereiro de 1895 em Amarante e faleceu em 05 de outubro de 1894 no Rio de Janeiro. Formado em engenharia civil pela Politécnica da Bahia em 1916. Foi Secretário de Estado por vários governos, Senador da República e professor do Liceu piauiense e da Escola Normal. Colaborou em vários jornais de Teresina.

Cheguei a Teresina, depois segui para Floriano, onde me encontrei com meu Tio. Dar-lhe os agradecimentos e mostrar que não fui um homem perdido, fui um homem aproveitado, que ele não fez em vão o sacrifício de cuidar de mim.¹¹

Luiz Mendes vinha de uma família onde a relação com a cultura escrita já era uma experiência presente. Isso não diminuía a alegria pela formatura de mais um membro familiar, mas possivelmente fizesse com que os familiares tivessem a compreensão e empreendessem esforços e sacrifícios para o financiamento da formação escolar do sobrinho, por ter a convicção deste ser um caminho possível, viável, já percorrido com sucesso.

A trajetória de Edson Cunha¹², que ingressa aos 13 anos no Liceu Piauiense para iniciar seu curso secundário, é também indicativa da relação já estreita da família com a cultura escrita. Filho de Higino Cunha, bacharel em Direito e professor do Liceu em Teresina, Edson Cunha relata no texto *Meu curso secundário*¹³ como a escola marcou sua trajetória de vida. Estudou no Liceu por quatro anos, recebendo uma formação geral em português, francês, inglês, latim, história do Brasil, história natural, geografia e físico-química. O que singulariza a trajetória de Edson Cunha no Liceu é o fato de ter cursado disciplinas que seriam totalmente dispensáveis para a sua pretensão de ingressar em uma academia superior de Direito.

A trajetória de Edson Cunha mostra, em primeiro lugar, a preocupação de seus pais com a formação escolar do filho. No entanto, denota também a trajetória escolar de um garoto que, por ser jovem e possivelmente não passar por dificuldades financeiras na família, ou, do mesmo modo, por contar com práticas familiares que viam na formação escolar dos filhos uma prioridade, poderia dedicar-se quase de forma exclusiva aos estudos. Edson, diferentemente de outros secundaristas no mesmo período, não relata a experiência simultânea de ser estudante e trabalhador. Trajetórias semelhantes são relatadas por Cristino Castelo Branco, ele e seus primos Lucídio Freitas, Alcides Freitas e Mario Couto, provenientes de famílias cuja relação com a cultura escrita e a escolarização parece apontar para a valorização da escola.¹⁴

¹¹ GONÇALVES, Luiz Mendes Ribeiro. **Depoimento concedido a Manuel Domingos Neto**. Teresina, maio, 1984. p.32.

¹² Edson da Paz Cunha nasceu em Teresina em 15 de dezembro de 1891 e faleceu em Teresina em 1973 em Parnaíba. Bacharel em direito em 1912. Professor e jornalista em Teresina e Parnaíba.

¹³ CUNHA, Edson. *Meu curso secundário*. **Almanaque da Parnaíba. Parnaíba**. 1957. p. 115-127.

¹⁴ CASTELO BRANCO, Cristino. **Homens que iluminam**. Rio de Janeiro: Editora Aurora, 1946. p.53-72.

ESCOLARIZAÇÃO E PRÁTICAS FAMILIARES: impactos da cultura letrada sobre a instituição familiar entre o final do século XIX e início do século XX.

A biografia de Bugyja Brito¹⁵ é bem mais acidentada e marcada por dificuldades. Entretanto, percebe-se claramente que a escola é uma fase específica, que ocupa centralidade na vida de Bugyja, determinando mesmo sua trajetória de vida. Em suas narrativas autobiográficas a fase de escola é lembrada amiúde: as professoras, as matérias, os locais, as provas. Tudo parece ganhar centralidade e relevância, em uma demonstração de que a escola tem papel fundamental na definição do homem que ele se torna quando adulto. O sucesso profissional, o papel de literato e a vida familiar parecem ser em grande parte tributárias da trajetória seguida.

Bugyja não conta com as mesmas condições de Edson Cunha e, aos 13 anos, ingressa no mundo do trabalho como suplente de carteiro dos Telégrafos, em Teresina. Posteriormente, passa a trabalhar como balconista de um bar e ainda ministra aulas de primeiras letras em domicílio. Pode-se dizer que toda a sua vida de secundarista é marcada pela busca por conciliar trabalho e estudo. O próprio Bugyja esclarece que a sua prematura inserção no mundo do trabalho tinha, para ele, dois objetivos principais: auxiliar a família – que passava por sérias dificuldades financeiras – e custear seus estudos. A obstinação com que persegue a formação secundária e como vislumbra o ingresso no curso superior ilustram o valor que uma formação escolar tinha na Teresina do início do século XX:

Concluir os estudos secundários naquela época constituía um fato de relevância. Fazer então os preparatórios era um galardão que se conquistava perante o público local, membros da família e amigos.

É possível que acudisse ao espírito dos meus pais o pensamento de eu me formar [formação superior] o que traria outras vantagens de ordem financeira e social à família. Uma formatura sonho da mocidade pensante do tempo e desejo ardente de muitos progenitores que possuíam recursos, que eram ricos ou remediados, não era nada anormal, todavia, para mim, a situação era diferente.¹⁶

Convém enfatizar que, se as trajetórias escolares de Leônidas Melo, Luís Mendes Ribeiro Gonçalves, Bugyja Brito e Edson Cunha, apesar de serem marcadas por diferenças, são também trajetórias que se completam com a formação superior. No entanto, essa não era a regra para todos aqueles que ingressavam nas aulas secundárias em Teresina. Muitos jovens completavam a escola secundária e não tinham condições de dar continuidade aos estudos superiores. Estes, até o início da década de trinta, tinham que ser realizados fora do Piauí. O caso de Jônatas Batista, que

¹⁵ Antonio Bugyja de Souza Brito nasceu a 21 de maio de 1907 em Oeiras e faleceu no Rio de Janeiro em 03 de dezembro de 1992. Bacharel em direito pela Universidade do Brasil em 1933. Foi co-fundador do jornal **O lábaro** (1926), do Cenáculo piauiense de letras (1927). Colaborou ainda em **O Piauí**, **A imprensa**, **Gazeta**, e **A revista de Teresina**. Membro da academia piauiense de letras.

¹⁶ BRITO, Bugyja. **Narrativas autobiográficas**. Rio de Janeiro: Folha carioca, 1977. p.210.

nos anos 1920 e 1930, será conhecido como escritor e teatrólogo, é ilustrativo desses projetos de jovens candidatos ao bacharelado que não se concretizaram. No caso de Batista, o fato de ser o filho mais velho e de ter se tornado, muito cedo, responsável pelo sustento familiar, é apontado como justificativa para o seu ingresso, de forma definitiva, no mercado de trabalho, na carreira de funcionário público. Sob este aspecto, os anos de estudo contabilizados, já muito acima da média, davam-lhe certa projeção no escasso mercado de trabalho local.¹⁷

Muitos jovens passavam, no processo de escolarização, por caminhos outros que não os da escola secundária e superior; podemos citar o caso de Antônio Vieira dos Sales, que conheceu a escola na adolescência por seu viés profissionalizante, ingressando na Escola de Aprendizes e Artífices onde aprendeu ofícios como o de ferreiro e o de pintor, notabilizando-se neste segundo.¹⁸

Os percursos dos jovens na escola secundária são também marcados pelas desistências; inúmeros rapazes destinados pelos pais ao mundo das letras, a uma formatura superior, recusavam esse destino e voltavam ao sertão. Fascinados pela vida no campo, ou considerando-se incapazes, desistiam dos estudos escolares e voltavam à vida das fazendas. A presença do meio sertanejo, o gosto pela vida do campo e do trato com o gado eram muito presentes no universo psicológico dos que iam estudar na cidade. Nas fazendas, tocavam os negócios, administravam o patrimônio familiar, entre eles, as propriedades de irmãos, que seguindo outros percursos de vida, abandonavam a vida no campo e tornavam-se cidadãos.

A trajetória de Augusto¹⁹, primo de Raimundo Moura Rego²⁰, é outra possibilidade de exemplificação para a desistência da vida escolar: filho de um grande proprietário de terras e gado, se sentindo atraído pela vida no campo, desiste de voltar a Teresina e à vida escolar, com o irmão Roberto e o primo Raimundo Moura Rego:

¹⁷ QUEIROZ, Teresinha. Jônatas Batista e a paixão pelo Teatro. IN: **ACADEMIA** Piauiense de Letras: Os fundadores. Teresina: Meio Norte/APL, 1997. p.229-253.

¹⁸ SALES, Antônio Vieira. Depoimento concedido a Francisco Alcides do Nascimento e Geraldo Almeida Borges. Teresina, 11 de maio de 1988.

¹⁹ Augusto é o nome de um personagem do Romance memorialístico de Raimundo Moura Rego, intitulado: **As mamoranas estão florindo**. No referido romance, o personagem Augusto, é encaminhado pelo pai para a escola em Teresina, mas o rapaz resiste em voltar para completar os estudos, levando mesmo o pai a ceder aos seus interesses e desistir de encaminhar o filho à vida escolar.

²⁰ Raimundo Moura Rego. Nasceu em 23 de junho de 1911 em Matões - Ma e faleceu em 12 de março de 1988 no Rio de Janeiro. Bacharel em direito no Rio de Janeiro em 1953. Funcionário público Federal. Escreveu entre outras coisas o Romance **As mamoranas estão florindo e Notas fora de pauta**, livro de reminiscências da vida em Teresina nas primeiras décadas do século XX.

ESCOLARIZAÇÃO E PRÁTICAS FAMILIARES: impactos da cultura letrada sobre a instituição familiar entre o final do século XIX e início do século XX.

A última vaquejada deve ter influenciado Augusto. Na proximidade de nossa volta aos estudos, declarou ao pai que não queria mais estudar. Já sabia ler e escrever alguma coisa além das quatro operações de aritmética, e esse pouco lhe bastava. Não queria ser doutor, nem comerciante, queria ser vaqueiro. O pai lhe desse uma fazenda de gado para dirigir e pronto: poderia economizar o dinheiro do colégio.

Não foi conosco desta vez. Senhô, o pai de Augusto, deu de papel passado, a ele e Roberto, a Fazenda Tamanduá. Mais tarde Roberto cedeu sua parte ao irmão, que assim passou a viver como era de seu agrado.

Se Augusto preferiu abandonar a vida na cidade e a escola preferindo subjetivar-se como vaqueiro, trabalhando com o gado, participando de vaquejadas, levando a vida no campo, na administração das fazendas da família, Roberto, seu irmão, parte para Teresina e depois para o Rio de Janeiro, onde incorpora práticas citadinas subjetivando-se como homem urbano.

As trajetórias analisadas mostram que não havia consenso sobre a necessidade da escolarização para a formação dos jovens rapazes em homens adultos. No entanto, mostram também que o acesso à escolarização e à formação secundária e mesmo superior foi, no período em estudo, ganhando espaço como caminho de subjetivação masculina, particularmente nos grupos de elite e médios da sociedade. Caminho, algumas vezes, dificultado pelas resistências impostas pela mentalidade arraigada, que continuava acreditando que um homem se construía na vida prática, no aprendizado direto com os adultos.

É dentro desse raciocínio que podemos entender práticas familiares voltadas para o esforço de fazer com que os rapazes ingressassem desde cedo na vida adulta. Do mesmo modo, é dentro deste quadro que se compreende o investimento que os pais faziam para dotar os filhos de um ofício, municiando-os dos meios necessários para dar início à vida adulta. Essa preocupação está presente na fala do coronel Regino, pai de Leônidas Melo, quando se propõe a ensinar ao filho o ofício de comerciante, ou quando lhe aconselha a fazer o concurso de telegrafista. Em ambas as situações a preocupação de Regino era dotar o filho dos meios necessários para se tornar um homem capaz de conseguir os recursos necessários para sustentar dignamente a futura família.

O caso de Augusto, o filho de Senhô, o qual desiste de dar continuidade à formação escolar, também é ilustrativo do nosso raciocínio. Nesse caso, a saída encontrada foi dotar o filho das terras e do gado necessário para iniciar o seu criatório. Augusto se subjetivaria como vaqueiro e administrador de fazenda, ofícios que já conhecia, e que aprendera com o pai e com os outros homens adultos nas práticas cotidianas.

Aos homens que seguiam o percurso da formação escolar caberia a tarefa de escriturar esse percurso como um caminho legítimo de subjetivação masculina. A formação escolar proporcionaria uma forma de projeção social, de subjetivação, para os rapazes, como detentores de conhecimentos especiais, que deveriam lhes assegurar bons postos no mercado de trabalho. Da mesma forma, proporcionariam que se notabilizassem pela relação estreita com o mundo da escrita, pela respeitabilidade social, percebidos como homens cultos, letrados, inteligentes. Homens que estariam aptos e que muitas vezes se dedicavam à política, às letras, aos negócios, em síntese, que se projetavam nos espaços públicos, definindo e delimitando esses espaços como de ação masculina.

A escola terá como função na sociedade muito mais que fornecer instrução aos meninos que nela ingressarem. Também seria função desta escola submeter os jovens a uma disciplina rigorosa que lhes ensinasse valores, que os fizesse desperta para a observação e o respeito ao ordenamento social, ao trabalho produtivo, à obediência às autoridades constituídas, ao sentimento de pertencer a uma pátria.

Os literatos católicos, por exemplo, pregavam que, para educar os rapazes com os rigores necessários, era preciso que a disciplina, a vigilância e mesmo algumas ameaças de castigos futuros se fizessem presentes no processo educativo, para dobrar o ímpeto dos mais indisciplinados. Para os literatos católicos, somente a instrução livresca não traria os resultados esperados, era preciso cuidar da formação moral, de inculcar valores, e nesse aspecto, nenhuma proposta seria, para os articulistas católicos, mais eficaz que a doutrina cristã.²¹

No entanto, o aprendizado da ordem, do respeito às autoridades era feito nas práticas cotidianas. Na exigência, na observação de horários, na cobrança de atividades escolares e mesmo em atividades que tinham como objetivo enaltecer e criar o respeito pelas autoridades constituídas na sociedade:” Ainda não faz um mês que os alunos do Colégio Diocesano, em formatura militar, fizeram continências de estilo ao Ex. Governador do Estado, prova de que recebem educação de paz e respeito [...] à pátria e a República.”²²

A preocupação com a disciplina, com o exercício cotidiano de práticas que levassem os alunos a incorporarem valores e condutas morais na sociedade, podem ser percebidos em alguns relatos, como os de Leônidas Melo, quando fala da sua vida como interno no Colégio 21 de

²¹ COMO deve ser a educação. **O Apóstolo**, Teresina, ano I, n. 31, p.1, 15 dez. 1907; COMO deve ser a educação. **O Apóstolo**, Teresina, ano I, n. 32, p.1, 22 dez. 1907.

²² BARRETO, Manoel D’Almeida. Pelo colégio Diocesano. **O Apóstolo**, Teresina, ano III, nº.122, p.2.

ESCOLARIZAÇÃO E PRÁTICAS FAMILIARES: impactos da cultura letrada sobre a instituição familiar entre o final do século XIX e início do século XX.

Abril. Ao ser apresentado ao aluno encarregado de manter a ordem e a disciplina na escola, assim como intermediar qualquer reivindicação com a direção da escola, ocorreu o seguinte diálogo:

Ele (o rapaz) é aluno, mas também Prefeito aqui no instituto. É quem fiscaliza o comportamento dos alunos e recebe seus pedidos e reclamações. Para qualquer coisa que você queira, pode procurá-lo.

- O rapaz chamou-me, acrescentando à palavra um aceno de mão:

- Vamos, venha comigo.

Conduziu-me ao alojamento dos internos, uma série de quartos espaçosos, comunicando entre si por largas aberturas, em arco, nas paredes divisórias, cada quarto para cada quatro alunos. [...] O rapaz me explicou que durante o dia as redes teriam que ficar desarmadas e, enroladas e penduradas em um dos armadores. Somente à noite seriam usadas, e reforçou a explicação:

-Durante o dia não é permitido rede armada.²³

Em outros trechos Leônidas trata dos horários de estudo, de recolhimento aos aposentos, e dos horários interditos de conversas entre os internos. Em síntese, os homens seriam alvos de um discurso disciplinador dos seus comportamentos. No entanto, o enfoque central não parecem ser os deveres e funções familiares, nem mesmo a disciplina corporal no que diz respeito à vivência da sexualidade nos quadrantes da vida matrimonial. A preocupação com as práticas ordeiras, disciplinadas, produtivas dos homens se dirigem principalmente às atividades masculinas nos espaços públicos, no exercício da cidadania, na participação política como homens disciplinados, ordeiros, na vivência do mundo do trabalho como homem produtivo, honesto. Essas seriam facetas das práticas cotidianas masculinas que deveriam ser alcançadas com o processo de escolarização.

²³ MELO, Leônidas. **Trechos do meu caminho**. Teresina: COMEPI, 1976. p.115.

RESPONSABILIDADE CIVIL MÉDICA – UMA ABORDAGEM SOBRE PERFIL MÉDICO E OS PRINCIPAIS FATORES DE CONDENAÇÕES JUDICIAIS NO ESTADO DO PIAUÍ.

Auricélia Melo do Nascimento Melo¹

Cíntia Ayres Holanda²

RESUMO

O objetivo do trabalho foi analisar os fatores de condenações judiciais no estado do Piauí envolvendo a responsabilidade civil médica, em comparação aos dados nacionais. A problemática enfrentada repercute na medida da necessidade de avaliar as principais causas e o perfil das condenações e fomentar novos métodos para a prevenção e gestão construtiva de conflitos ocasionados por essa relação, à semelhança do que vem acontecendo em outros tipos de relação interpessoais. A metodologia empregada foi o método dedutivo, com uma abordagem dialética, analisando artigos científicos, as decisões do Tribunal de Justiça do Estado do Piauí, bem como a doutrina especializada. Como resultado verificou-se que o Tribunal de Justiça do Estado do Piauí segue a tendência nacional em relação às características das condenações. O estudo permitiu estabelecer que uma boa relação com o paciente, pautada em respeito, afeição, transparência, autonomia, compreensão e tolerância é considerada a melhor maneira de prevenir denúncias e processos por erro médico.

Palavras-chave: Responsabilidade civil. Erro médico. Fatores de ocorrência.

MEDICAL CIVIL RESPONSIBILITY - AN APPROACH ABOUT MEDICAL PROFILE AND THE MAIN FACTORS OF JUDICIAL CONDEMNATIONS IN THE STATE OF IAUÍ

ABSTRACT

The objective of this study was to analyze the factors of judicial convictions in the state of Piauí involving medical civil liability, in comparison with national data. The problem faced has an impact on the need to assess the main causes and profile of convictions and encourage new methods for the prevention and constructive management of conflicts caused by this relationship, similarly to what has been happening in other types of interpersonal relationships. The methodology employed was the deductive method, with a dialectical approach, analyzing scientific articles, the decisions of the Court of Justice of the State of Piauí, as well as the specialized doctrine. As a result, it was found that the Court of Justice of the State of Piauí follows the national trend in relation to the characteristics of convictions and the study allowed establishing that a good relationship with the patient, based on respect, affection,

¹ Doutora e Mestre em Direito Constitucional-UNIFOR, Especialista em Direito Previdenciário e Docência do Ensino Superior, Professora Adjunta da UESPI, Coordenadora Pedagógica da UAPI/UESPI, Mediadora Judicial, Advogada. Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3103087700737723> E-mail: aurimelo@hotmail.com.

² Mestre em Direito e Gestão de Conflitos-UNIFOR, Especialista em Direito Médico Hospitalar, Advogada, Professora do UNINOVAFAPI, Mediadora de Conflitos e Árbitra. Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/7325863388679986>. E-mail: cynthia.ayres@gmail.com.

transparency, autonomy, understanding and tolerance , is considered the best way to not only prevent complaints and lawsuits for medical malpractice.

Keywords: Civil Responsibility. Medical error. Occurrence factors.

RESPONSABILIDAD CIVIL MÉDICA – UNA APROXIMACIÓN SOBRE EL PERFIL MÉDICO Y LOS PRINCIPALES FACTORES DE LAS CONDENAS JUDICIALES EN EL ESTADO DE PIAUÍ.

RESUMEN

El objetivo de este estudio fue analizar los factores de las condenas judiciales en el estado de Piauí que involucran responsabilidad civil médica, en comparación con datos nacionales. El problema enfrentado incide en la necesidad de evaluar las principales causas y perfil de las convicciones y fomentar nuevos métodos para la prevención y gestión constructiva de los conflictos que genera esta relación, de manera similar a lo que ha venido ocurriendo en otro tipo de relaciones interpersonales. La metodología utilizada fue el método deductivo, con enfoque dialéctico, analizando artículos científicos, las decisiones del Tribunal de Justicia del Estado de Piauí, así como la doctrina especializada. Como resultado, se constató que el Tribunal de Justicia del Estado de Piauí sigue la tendencia nacional en relación a las características de las condenas y el estudio permitió establecer que una buena relación con el paciente, basada en el respeto, cariño, transparencia, autonomía, la comprensión y la tolerancia, se considera la mejor manera no sólo de prevenir denuncias y demandas por mala praxis médica.

Palabras clave: Responsabilidad civil. Error médico. Factores de ocurrencia.

Introdução

O artigo tem como estudo os conflitos éticos inerentes à relação médico-paciente, que vêm crescendo de maneira significativa no estado do Piauí. Essa realidade segue a tendência nacional nos tribunais e conselhos de medicina de outros estados. Neste ensejo, surge o intercâmbio do Direito com a Medicina, que, juntos, precisam pensar em formas de mudança desta nova realidade.

A apreciação do conceito de responsabilidade civil é bastante debatida na atualidade. Mas algo pode ser afirmado com certeza, usando as palavras de Pontes de Miranda, que diz em termos pontuais que: “Quando fazemos o que não temos o direito de fazer, certo é que cometemos ato lesivo, pois que diminuimos, contra a vontade de alguém, o ativo dos seus direitos, ou lhe elevamos o passivo das obrigações, o que é genericamente o mesmo”³.

³ MIRANDA, Pontes de. **Tratado de Direito privado**. 2.ed. Rio de Janeiro: Borsoi, 1966. Tomo LIII.

RESPONSABILIDADE CIVIL MÉDICA – UMA ABORDAGEM SOBRE PERFIL MÉDICO E OS PRINCIPAIS FATORES DE CONDENAÇÕES JUDICIAIS NO ESTADO DO PIAUÍ.

Neste clima de processos e condenações contra médicos, é fundamental analisar as principais causas e o perfil das condenações e fomentar novos métodos para a prevenção e gestão construtiva de conflitos ocasionados por essa relação, à semelhança do que vem acontecendo em outros tipos de relação interpessoais. Objetivando atribuir concretude ao presente trabalho, o método técnico e dialético a ser utilizado incidirá numa pesquisa qualitativa.

A finalidade da pesquisa é aplicada, porquanto se busca acrescentar soluções ao mundo jurídico, adquiridas com o conhecimento jurídico. A metodologia empregada é a análise das decisões já existentes no Tribunal de Justiça do Estado do Piauí, além da busca sobre o tema em artigos científicos especializados na temática, além da doutrina atual.

É importante anotar que, nos dias atuais, as relações massificaram-se, a denominação usuário e prestador de serviços, tudo sob a ótica de uma sociedade marcada pelo consumo que se torna mais conscientes de seus direitos, tudo isso marca um avanço no estudo do erro médico.

O trabalho será apresentado através de três itens, onde o primeiro será dedicado à teoria geral da responsabilidade civil, o segundo se destinará a descrever a relação médico-paciente e a seguir se apresentará um panorama geral sobre a discussão e análise do tema sobre as decisões no Estado do Piauí. Como resultado irá se verificar a necessidade de estabelecer que uma boa relação com o paciente, pautada em respeito, afeição, transparência, autonomia, compreensão e tolerância, é considerada a melhor maneira de prevenir denúncias e processos por erro médico.

A teoria geral da responsabilidade civil.

Em momento anterior à institucionalização das regras de conduta e sanções respectivas, as relações humanas eram orientadas por princípios morais vigentes, cujo desrespeito e prejuízos decorrentes eram resolvidos pelas próprias partes, por meio da sua própria e particular justiça. Era o tempo da justiça privada, sem qualquer intervenção ou participação do Estado.

Justiça privada resume a ideia de alguém perseguir, por si mesmo, a execução de seu suposto direito, consubstanciando-se em dois aspectos: vingança privada e justiça privada. Essencialmente implica o fato de a vítima de um delito vingar-se do autor do fato danoso, mediante a prática de um fato análogo, podendo manifestar-se sob a forma individual ou sob a forma coletiva (GARCEZ NETO, 2000, p. 23).

Contudo, a fase de vingança não solucionava o prejuízo sofrido pela vítima, pelo contrário, fazia surgir um duplo dano (DIAS, 2006, p. 17), razão pela qual surge a chamada *Humana Res*, v.5, n.7, 2023, ISSN: 2675 - 3901 p. 322 – 335, jan. a ago. 2023. DOI 10.29327/2151838.5.7-19

fase de composição dos danos. Na fase de composição dos danos, o agressor é chamado a indenizar a vítima, inicialmente por uma iniciativa voluntária e, posteriormente, em razão de previsão legal.

A considerar a sistematização havida no período pós-clássico do Direito Romano, separam-se as funções punitivas e reparatórias, da responsabilidade civil. Representadas pela pena e pela indenização, respectivamente, atenderiam a interesses diversos: de um lado o interesse público e de outro o interesse privado, com uma distinção nítida entre procedimento civil e procedimento penal. É com a *Lex Aquilia de Damno* que surgem dois fundamentos que irão influenciar a Responsabilidade Civil no Direito Moderno, sendo sua função reparadora do dano por meio de uma pena pecuniária, com a conseqüente restituição do *status quo* anterior; e a noção de culpa como requisito indispensável para surgir o dever de reparar, estabelecendo estrita ligação com a concepção de punição.

A função reparadora do dano por meio de uma pena pecuniária permite a restituição do *status quo* anterior. A noção de culpa como requisito indispensável para surgir o dever de reparar, estabelecendo estrita ligação com a concepção de punição. São essas duas premissas que se revelaram no CC de 1916, sob nítida influência do Código Civil Francês, de 1804, estabelecendo como regra a responsabilidade civil subjetiva, a qual tem como pressuposto indispensável a comprovação da culpa do agente causador do dano.

Uma estrutura eminentemente agrária caracterizava a sociedade brasileira da época do Código Civil de 1916, fundada na exportação de matérias-primas e importação de manufaturados. Nas circunstâncias em que se faziam presentes, a responsabilidade civil era restrita à atuação dos particulares, incidindo em um âmbito bastante limitado, haja vista as características econômicas, sociais e culturais da época. Eram suficientes a estrutura e a fundamentação jurídica de uma responsabilidade civil associada à noção de culpa.

Contudo, a história muda seu curso, esse ideário de uma sociedade liberal burguesa não mais consegue solucionar conflitos de uma nova realidade social advinda da revolução industrial e tecnológica e, posteriormente, da sociedade de consumo. A nítida separação entre o Direito Público e o Direito Privado não mais se sustenta diante da necessidade de um Estado de índole social; a propriedade como direito absoluto e núcleo do ordenamento jurídico não mais se ajusta à sociedade após as duas grandes guerras mundiais e o fortalecimento da pessoa humana como fim último de todo o Direito, representado na consagração internacional do princípio da dignidade da pessoa humana.

RESPONSABILIDADE CIVIL MÉDICA – UMA ABORDAGEM SOBRE PERFIL MÉDICO E OS PRINCIPAIS FATORES DE CONDENAÇÕES JUDICIAIS NO ESTADO DO PIAUÍ.

Em apertada síntese, pode-se explicar que uma sucessão de fatos associados à revolução industrial e tecnológica, às guerras mundiais, à emergência da sociedade de consumo e, muito mais recentemente, no plano jurídico brasileiro, o marco da Constituição Federal de 1988 fortaleceram novos parâmetros da responsabilidade civil, ao longo de todo o século XX. A considerar o valor que se atribui à pessoa e a ascensão da doutrina dos direitos fundamentais, também provocaram mudanças no âmbito do direito civil.

A legislação brasileira sofre profundas modificações, principalmente após o advento da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, a qual vem consagrar a proteção da dignidade da pessoa humana como fundamento da República e dedica considerável número de dispositivos aos direitos e garantias fundamentais, adotando os ideais de um Estado Social, com a intervenção do Estado nas relações privadas, visando efetivar os objetivos de uma sociedade livre, justa e solidária. Todavia, no campo da legislação infraconstitucional, vigiam as concepções de uma sociedade individualista e patrimonialista revelada pela legislação civil de 1916.

No entanto, o destaque constitucional atribuído ao princípio da proteção da pessoa humana trouxe alterações significativas ao instituto da responsabilidade civil, sobretudo quanto à extensão da tutela da pessoa vítima. Esmaecia-se o objetivo de punição do responsável (MORAES, 2006, p.241). Tal extensão desdobrou-se em dois efeitos principais: de um lado, no expressivo aumento das hipóteses de dano ressarcível; de outro, na perda de importância da função moralizadora, outrora tida como um dos aspectos nucleares do instituto.

A responsabilidade civil tem seu fundamento primário no fato de que ninguém pode lesar interesse ou direito de outrem. Descreve o art. 927 do CC brasileiro que “aquele que, por ato ilícito (artigos 186 e 187), causar dano a outrem, fica obrigado a repará-lo” e segue em seu parágrafo único “haverá obrigação de reparar o dano, independentemente de culpa, nos casos específicos em Lei, ou quando a atividade normalmente desenvolvida pelo autor do dano implicar, por sua natureza, risco para os direitos de outrem”.

Pelo disposto acima a responsabilidade civil e a obrigação de reparar o dano surgem da conduta ilícita do agente que o causou. O ato ilícito gera o dever de compensação da vítima, mas nem toda obrigação de indenização deriva de ato ilícito. Não se cogita indenização e dever de reparação somente nos casos em que haja conduta injurídica causadora de dano, a

responsabilidade civil pode ter origem na violação de direito que causa prejuízo a alguém, desde que observados certos pressupostos.

A relação médico-paciente.

No sistema do Código Civil Brasileiro, a responsabilidade civil é dividida em contratual e extracontratual. A responsabilidade contratual decorre do não cumprimento de negócios jurídicos bilaterais ou unilaterais, ou seja, por violação de obrigações contratuais, bem como do não cumprimento ou atraso no cumprimento de alguma obrigação. Como qualquer transação jurídica, um contrato estabelece um vínculo jurídico derivado da vontade das próprias partes e, portanto, existem obrigações mútuas entre elas.

A responsabilidade contratual baseia-se na obrigação de resultado, o que levará à presunção de incumprimento previsível e evitável da obrigação acordada de causar danos à outra parte; e apenas em circunstâncias excepcionais, uma das partes pode exercer a força caso maior ou imprevisto em termos claros de responsabilidade.

A relação médico-paciente, modificou-se como passar do tempo, assim, faz-se necessário identificar, inicialmente, a natureza jurídica desta relação, por existir uma correlação legal e interpretativa que envolve a responsabilidade civil; fazendo-se necessário, o estudo comparativo, dos integrantes dessa atividade obrigacional no universo legislativo eis que há divergência jurisprudencial sobre este vínculo.

Em tempos modernos, a medicina continua a ser uma profissão liberal, porém sofre algumas restrições que, em sua antiguidade, não existiam. Nos Estados civilizados, a deontologia médica obedece a um código de ética profissional, com um programa mínimo de conduta imposto pelo Estado, sob sanções jurídicas a que cada profissional enobrece na medida de sua consciência ética.

Na relação médico-paciente contemporânea, a autonomia do paciente acaba por ser um dos principais fatores de decisão na tomada de condutas do profissional. Deixa-se de lado o paternalismo médico, característica marcante da ética hipocrática para que o diálogo e uma boa relação entre as partes seja um fator determinante para a prevenção de conflitos médicos.

Atualmente, há uma corrente amplamente majoritária, que entende pela incidência do Código de Defesa do Consumidor à relação paciente-médico, que conforme Nilo (2020, p.83) preceitua, está sob dois argumentos: a) a subsunção dos conceitos de paciente e médico, aos conceitos de consumidor e fornecedor trazidos pelo artigo 3º do diploma consumerista; e b) a

RESPONSABILIDADE CIVIL MÉDICA – UMA ABORDAGEM SOBRE PERFIL MÉDICO E OS PRINCIPAIS FATORES DE CONDENAÇÕES JUDICIAIS NO ESTADO DO PIAUÍ.

vulnerabilidade do paciente, cuja proteção encontraria guarida nesse diploma protetivo, em razão do Princípio da Vulnerabilidade, adotado expressamente pelo artigo 4º, inciso I, do Código (BRASIL, 1990).

Não existe, no momento, outra atividade mais vulnerável do que a medicina, chegando a ser uma das mais difíceis de se exercer sob o ponto de vista legal, com previsões de que a profissão médica estaria seriamente ameaçada pelo risco dos pleitos demandados pelos pacientes (FRANÇA, 2007).

O vertiginoso avanço científico na área médica vem gerando problemas nunca antes cogitados, denominados por Genival Veloso de: Os grandes conflitos (FRANÇA, 2007). E, aos operadores jurídicos, surge a necessidade de participar da evolução e progresso científico, prevenindo embates e lesões a direitos.

No caso de responsabilidade médica, por ato ilícito, existe a obrigação do profissional de saúde em ressarcir os prejuízos que causar em seus pacientes, seja por uma ação dolosa ou por ato negligente, imprudente, ou ainda, imperito, nos demais casos em que o profissional não está habilitado a desenvolver atividade complexa que a lei determina capacitação especial.

O Código Civil de 2002, no artigo 186, dispõe que “aquele que, por ação ou omissão voluntária, negligência ou imprudência, violar direito e causar dano a outrem, ainda que exclusivamente moral, comete ato ilícito”. Embora o referido código considere o dolo como ilicitude a culpa por negligência e imprudência, a doutrina menciona que a imperícia, também está implícita no artigo supra que se fundamenta pela teoria subjetiva para aferir a responsabilidade de um ato.

Quanto aos pressupostos da responsabilidade civil, estes se subdividem em quatro modalidades: ação ou omissão; culpa ou dolo; relação de causalidade e o dano experimentado pela vítima (GONÇALVES, 2013, p. 52), são estes pressupostos que definem o grau de responsabilidade do agente e conseqüente modo de reparação.

O panorama do erro médico no estado do Piauí.

A nova postura social no Brasil, que se fundamenta em um processo de fortalecimento da cidadania, reforça os instrumentos e órgãos de defesa do consumidor e desperta nos indivíduos a noção de seus direitos. A drástica mudança na relação entre médico e paciente, decorrente dos modelos de atenção valorizados no atual sistema de saúde, minimiza a

comunicação entre as partes e diluem o respeito e a admiração que eram devidos ao médico em momentos históricos anteriores. Aumenta, assim, o número de queixas formalizadas contra atitudes médicas (FUJITA; SANTOS, 2009).

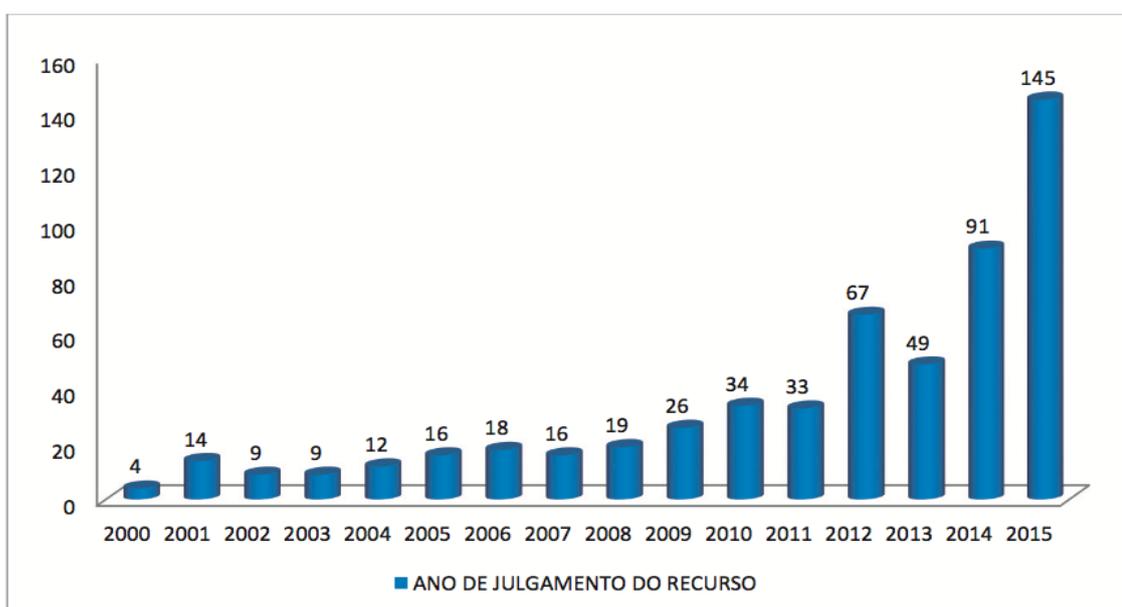
Segundo os autores, os números de causas judiciais por erro médico vem aumentando no Brasil, muitas delas atribuindo ao médico uma grande variedade de erros profissionais, tais como: exame superficial do paciente, realização de operações desnecessárias, omissão de tratamentos, retardamento na transferência para outro especialista, descuidos na realização de transfusões de sangue ou de anestésias, prescrições erradas, abandono do paciente, negligência no pós-operatório, omissão de instrução necessária aos pacientes, imperícia em procedimentos, esquecimento de corpo estranho em cirurgias, demora no atendimento, dentre outros.

Embora não seja totalmente nova essa repercussão das demandas por eventos adversos e negligências médicas, nas últimas décadas do século 20, houve um crescimento das implicações de erro médico. O número de recursos decorrentes de ações indenizatórias em virtude de supostos erros médicos, de 2000 a 2012, cresceu assustadores 1.600% (mil e seiscentos por cento) junto ao Superior Tribunal de Justiça, desde a virada do milênio, segundo informações estatísticas da própria Corte.

Apenas no primeiro trimestre de 2014, foram julgados 300% mais recursos versando sobre erro médico do que fora julgado durante todo o ano 2005, de 2006 ou de 2007. De 2011 para 2012, o crescimento foi de exatos 100% (cem por cento).

Gráfico 1

ANO DE JULGAMENTO DO RECURSO

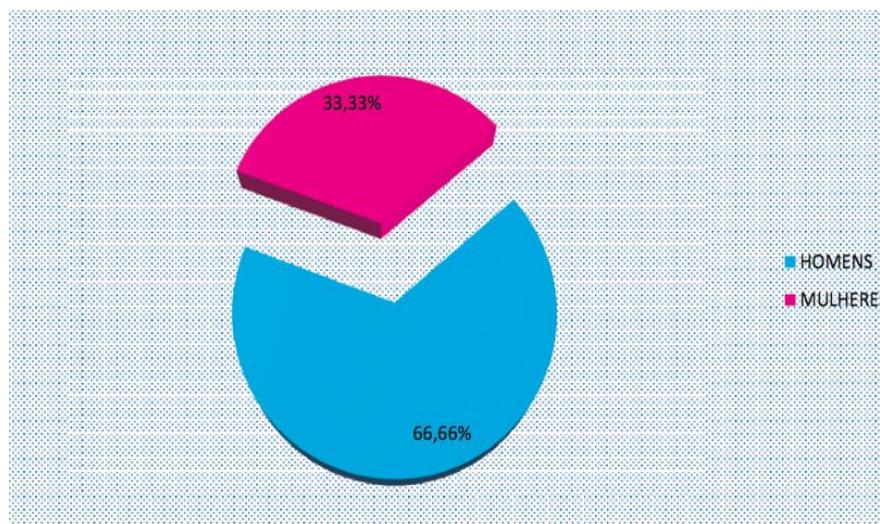


RESPONSABILIDADE CIVIL MÉDICA – UMA ABORDAGEM SOBRE PERFIL MÉDICO E OS PRINCIPAIS FATORES DE CONDENAÇÕES JUDICIAIS NO ESTADO DO PIAUÍ.

Fonte: STJ

Uma característica interessante é que, no estado do Piauí, as principais demandantes são do sexo feminino; já no polo passivo, encontram-se os médicos do sexo masculino. Dentre os demandados, em sua grande maioria, trata-se de profissionais liberais. Em relação às especialidades, o Estado figura na regra geral do STJ.

Gráfico 3 - SEXO DO RÉU

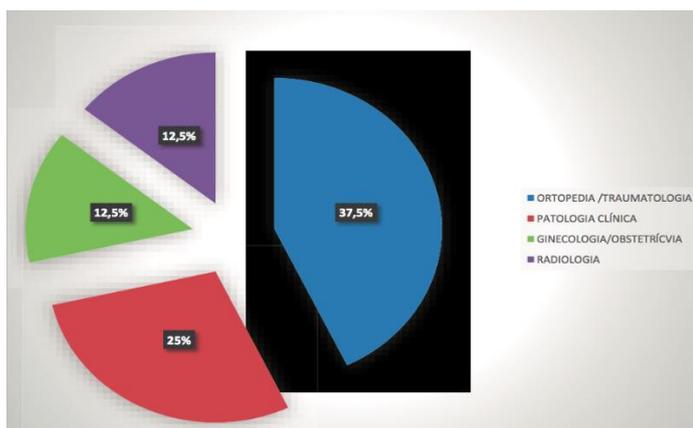


Fonte: ANADEM.

Em muitas demandas judiciais, são colocados vários profissionais multidisciplinares no polo passivo, como, por exemplo, em um parto malsucedido se processam o obstetra, o anesthesiologista, o pediatra e outras situações do jaez. A Traumato-Ortopedia foi, disparadamente, a campeã de processos, figurando no polo passivo de 37,5% (trinta e sete vírgula cinco por cento) das demandas. A Patologia Clínica ficou em segundo lugar, com 25% (vinte e cinco por cento) dos processos. Já a Ginecologia e a Obstetrícia, totalmente fora da média nacional, apareceram em terceiro lugar, empatadas com a Radiologia, em 12,5% (doze vírgula cinco por cento) dos processos.

Gráfico 4 -

ESPECIALIDADES



Fonte: ANADEM.

Percebe-se que as especialidades médicas mais demandadas no Tribunal de Justiça do Estado do Piauí são também as que se encontram com mais frequência do Superior Tribunal de Justiça:

ESPECIALIDADES

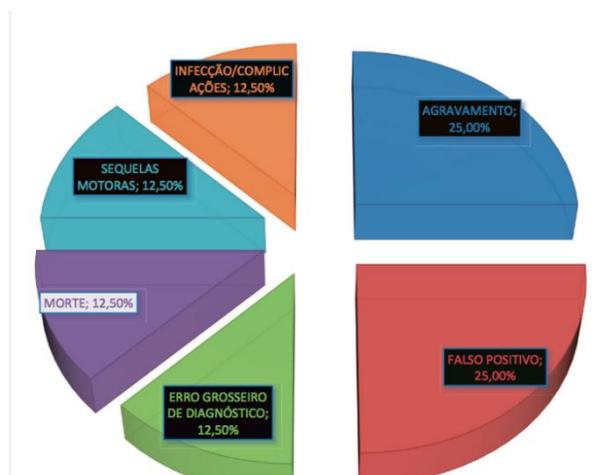


Fonte: ANADEM.

Ao se verificar as principais queixas relacionadas aos processos judiciais nos tribunais do Piauí, na época da pesquisa, constata-se o aborrecimento com agravamento do paciente, em sua grande maioria, ou seja, uma insatisfação na relação médico-paciente que acaba ensejando uma demanda judicial.

CAUSAS PARA AS QUEIXAS

RESPONSABILIDADE CIVIL MÉDICA – UMA ABORDAGEM SOBRE PERFIL MÉDICO E OS PRINCIPAIS FATORES DE CONDENAÇÕES JUDICIAIS NO ESTADO DO PIAUÍ.



Fonte: ANADEM

Percebe-se, pois, uma falha de comunicação entre as partes, lacuna esta que poderia ser evitada, se houvesse uma melhora no processo de diálogo *interpartes* e que, certamente, poderia ser resolvida fora da justiça comum através de meios alternativos e autocompositivos de solução de conflitos.

Em sede de Superior Tribunal de Justiça, as principais queixas são de danos mais graves como morte e danos estéticos:



Fonte: : ANADEM

A apreciação dos dados permitiu verificar que Tribunal do Estado o Piauí segue a tendência nacional em relação as características das condenações , e o estudo estabeleceu a

conclusão de que uma boa relação com o paciente, pautada em respeito, afeição, transparência, autonomia, compreensão e tolerância, é considerada a melhor maneira de não só prevenir denúncias e processos por erro médico, mas principalmente ofertar uma assistência de saúde mais humana e digna ao paciente, pautada nos princípios gerais da profissão, no ordenamento jurídico existente.

Considerações finais

Pesquisar sobre responsabilidade civil médica e tratar sobre esse tema é um assunto que quase sempre é responsável por demandar sofrimento, uma vez que a relação médico-paciente muitas vezes é permeada de insatisfações. Alguns pontos fundamentais na prevenção do erro médico sem dúvida, devem ser tratadas desde a formação do profissional, além da necessidade de se estabelecer uma boa comunicação com o paciente.

Estabelecer os parâmetros da responsabilidade civil em torno do assunto permite estabelecer um diálogo entre o Direito e a atividade médica, ou seja, um estudo interdisciplinar que produz resultados de repercussão social e jurídicos, estudos necessários para revelar como estão sendo demandados os processos envolvendo a questão do erro médico.

A análise dos dados verificados através das decisões, permitiu verificar que o Tribunal do Estado do Piauí segue a tendência nacional em relação as características das condenações, e o estudo estabeleceu a conclusão de que atualmente uma boa relação com o paciente, pautada em respeito, afeição, transparência, autonomia, compreensão e tolerância, é considerada a melhor maneira de não só prevenir denúncias e processos por erro médico, mas principalmente ofertar uma assistência de saúde mais humana e digna ao paciente, pautada nos princípios gerais da profissão, no ordenamento jurídico existente.

É necessário que a educação médica possa ser tratada sob o viés de duas vertentes, a de formação com os conhecimentos inerentes ao exercício da profissão, além de uma formação capaz de entender a complexa relação com o paciente, bem como conhecimentos sobre o erro médico e o impacto na vida profissional desse profissional.

REFERÊNCIAS

AGUIAR, Ruy Rosado. **Responsabilidade Civil do Médico**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2010.

RESPONSABILIDADE CIVIL MÉDICA – UMA ABORDAGEM SOBRE PERFIL MÉDICO E OS PRINCIPAIS FATORES DE CONDENAÇÕES JUDICIAIS NO ESTADO DO PIAUÍ.

ANADEM. **O pensamento jurisprudencial mineiro no terceiro milênio sobre erro médico.** São Paulo. Editora Ceat, 2016.

BATISTA, Kátia Torres. Médico em dia. Revista AMBr. **Associação Médica de Brasília.** Rio de Janeiro, ano XIII, n. 147, 2013, p. 19. ISSN 2316-5065.

BRASIL. Lei nº. 8.078, de 11 de setembro de 1990. **Código de Defesa do Consumidor.** Dispõe sobre a proteção do consumidor e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L8078.htm. Acesso em 23/04/2021.

BRASIL. **Superior Tribunal de Justiça.** Disponível em <http://www.stj.com.br>. Acesso em: 22 de janeiro 2022.

BITTENCOURT, Almir Galvão Vieira; NEVES, Nedy Maria Branco Cerqueira; NEVES, Flávia Branco Cerqueira Serra et al. **Análise do erro médico em processos ético-profissionais:** implicações na educação médica. Scielo Brasil Pesquisa Rev. Bras. Educ. Med, n. 31, Brasília, DF, dezembro de 2007.

CALIXTRO, Marcela Furtado. **A responsabilidade civil objetiva no Código Civil Brasileiro:** teoria do risco criado, prevista no parágrafo único do artigo 927, Varginha, (s/d). Disponível em . Acesso em: 21/06/2021.

CAVALIERI FILHO, Sérgio. **Programa de responsabilidade civil.** 10. ed. São Paulo. Editora Atlas, 2012.

COHEN, Cláudio. Ato médico. **Revista Associação Médica Brasileira.** São Paulo, 26 ago. 2002, p. 48. Disponível em: . Acesso em: 15/10/2021.

CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA. **Resolução CFM nº 1.621/2001.** A cirurgia plástica é especialidade única, indivisível e como tal deve ser exercida por médicos devidamente qualificados, utilizando técnicas habituais reconhecidas cientificamente, Brasília, DF, 16 mai. 2021. Disponível em: . Acesso em: 06/04/2021.

CFM. Conselho Federal de Medicina. **Código de Ética Médica:** Resoluções CFM 2.217, de 27 de setembro de 2018, modificado pelas Resoluções CFM nº 2.222/2018 e 2.226/2019. Brasília. Conselho Federal de Medicina. 2019.

DIAS, José de Aguiar. **Da responsabilidade civil.** 11. ed. Rio de Janeiro: Renovar, 2006.

FRANÇA, Genival Veloso. **Direito médico.** 9 ed. Rio de Janeiro: Forense, 2007.

FRANÇA, Genival Veloso. **Medicina Legal.** 7 ed. Guanabara e Koogan, 2004.

FUJITA, Reginaldo Raimundo; SANTOS, Ilian Cardoso dos. Denúncias por erro médico em Goiás. **Revista da Associação Médica Brasileira**, v. 55, n. 3, p. 283-9, 2009. Disponível em: <http://www.repositorio.unifesp.br/handle/11600/4776>>. Acesso em 20/11/2022.

Auricelia Melo do Nascimento Melo
Cínthia Ayres Holanda

GARCEZ NETO, Martinho. **Responsabilidade civil no direito comparado**. Rio de Janeiro: Renovar, 2000.

GIOSTRI, Hidelgard Taggssell. **Erro médico à luz da jurisprudência comentada**, vol. único. Curitiba: Imprensa Braille-Adevisar, 2001.

GONÇALVES, Carlos Roberto. **Direito Civil Brasileiro**, vol. 4. Responsabilidade Civil, 10ª edição. São Paulo: Saraiva, 2015.

GOMES, José Jairo. Responsabilidade civil na pós-modernidade: influência da solidariedade e da cooperação. In: NERY JUNIOR, Nelson; ANDRADE, Rosa Maria de (Org.). **Doutrinas essenciais responsabilidade civil**: teoria geral – dano e causalidade, culpa, risco, abuso de direito, lesão, cláusula de exclusão. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2010. v. 1. p. 227- 233.

MIRANDA, Pontes De. **Tratado de Direito Privado**. 2.ed. Rio de Janeiro: Borsoi, 1966. Tomo LIII.

NILO, Alessandro Timbó. **Direito Médico**: o contrato de Tratamento no Direito Brasileiro. Curitiba: Juruá, 2020.

NILO, Alessandro Timbó. **A relação paciente-médico para além da perspectiva consumerista**: uma proposta para o contrato de tratamento. 2019.



Entrevista realizada por: Drª Maria do Socorro Rios Magalhães, Drª Teresinha de Jesus Mesquita Queiróz e Msc. Dheiky do Rêgo Monteiro Rocha a:

Profª Msc. Luciana Soares da Cruz¹

RHR: Considerando os 30 anos do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), crianças e adolescentes, enquanto sujeitos da história, podem se contentar com as políticas públicas implementadas, até aqui, no Brasil? Qual é o seu posicionamento sobre esse tema?

¹ Possui graduação em História pela Universidade Estadual do Piauí - UESPI (2004), especialização em História do Brasil pela Universidade Federal do Piauí - UFPI (2005). É professora de História do Instituto Federal do Piauí - IFPI, no Campus Valença do Piauí. Experiência profissional nos ensinamentos: fundamental, médio e superior. Áreas de Pesquisa: Ensino, Educação das Relações Étnico-raciais e História da África e Afro-brasileira. Mestre em Antropologia pelo Programa de Pós-Graduação em Antropologia da Universidade Federal do Piauí com a dissertação: Eu disse! Aqui é bonito demais!: ser criança e ser quilombola na Comunidade Quilombola Olho D'Água dos Negros.

Luciana: Primeiro, acho importante, considerando as experiências vivenciadas no governo anterior, afirmar a relevância do Estatuto da Criança e do Adolescente enquanto mecanismo legal de defesa das crianças e dos jovens brasileiros, ainda que, em alguns casos, seja necessário acioná-lo até mesmo contra as instituições e os órgãos públicos que deveriam assegurar os direitos expressos por esse instrumento normativo. Refletindo a respeito dos últimos quatro anos, é impossível não identificar o retrocesso das ações governamentais em favor dos direitos das crianças e dos jovens em áreas como educação, saúde, esporte, cultura e lazer. Além da retirada de investimentos nessas áreas, vimos também políticas públicas sendo conduzidas por um posicionamento ideológico que não contempla as diversidades de crianças, infâncias e juventudes do nosso país. O que vimos foi o aumento dos índices de mortalidade de crianças e de jovens negros em ações policiais ocorridas em várias regiões do Brasil, o que evidencia a omissão das autoridades públicas em garantir os direitos desses sujeitos. Para além desse período de reconhecida perda de direitos, temos o fato do ECA, no âmbito legal, ainda manter cristalizada uma visão genérica de crianças e de juventudes, o que, na prática, dificulta o combate ao racismo, à LGBTfobia, ao capacitismo e várias outras violências que afetam crianças e jovens em situação de vulnerabilidade no Brasil. Desse modo, é necessário que as políticas públicas voltadas para esses sujeitos sociais sejam pensadas a partir das realidades desses públicos-alvo. Em qual criança/jovem eu penso quando planejo uma quadra de esportes para determinado bairro? Por que crianças/jovens negras têm dificuldade de acesso a determinados espaços de cultura e lazer? Por que a inclusão de crianças com deficiência ainda é um entrave nas escolas brasileiras? É urgente que se tenha, no meio jurídico e governamental, uma percepção e um respeito a essas diversidades, a fim de proporcionarem a todas as crianças e aos jovens o acesso a esses direitos.

RHR: Em que medida a antropologia contribui, atualmente, para a formação de novas subjetividades de crianças e adolescentes no âmbito da família e da escola?

Luciana: É sabido que a modernidade despertou um interesse pelas crianças e infâncias e muitos(as) pesquisadores(as) passaram a estudar a temática, o que, na Antropologia, culminou no surgimento de um campo específico, a Antropologia da criança. Lembro de ter lido um artigo da pesquisadora Flávia Pires intitulado “O que as crianças podem fazer pela Antropologia?”, cujas reflexões são necessárias para responderem a essa questão. Assim como Pires e vários outros(as) autores (Toren, Nunes etc.), acredito que os estudos com crianças possibilitaram uma revisão conceitual na Antropologia. Quando pensamos as crianças enquanto agentes sociais, entendemos que a cultura e a sociedade são conceitos dinâmicos produzidos a partir da agência de todos os sujeitos sociais, sejam eles adultos e/ou crianças. Dito isso, considero que num primeiro momento, temos os estudos com crianças produzindo esse efeito revisional na Antropologia e, só depois, a Antropologia contribuindo para o reconhecimento das subjetividades infantis, o que produziu reflexos que podemos identificar, ainda que timidamente, nas novas abordagens pedagógicas utilizadas nas escolas brasileiras, na forma da sociedade conduzir as temáticas das infâncias e em algumas políticas públicas, e que tudo isso, claramente, também se reflete nas famílias.

RHR: Do ponto de vista antropológico, qual seria o papel dessa ciência para os estudos sobre a infância e a juventude do século XXI, em face dos espaços e das temporalidades em que esses sujeitos estão inseridos?

Luciana: Como já dito, o interesse de pesquisadores pelas crianças e pelas infâncias não é nenhuma novidade e nenhuma exclusividade da Antropologia. No entanto, considero dois aspectos nos quais a Antropologia contribuiu muito para as transformações de abordagens pelas quais tais estudos têm passado. Primeiro, a opção por uma pesquisa COM crianças, nas quais, as participações delas acontecem, de fato, reconhecendo sua agência e isso é levado para o texto, o que as torna coautoras nas pesquisas. Em segundo lugar, vêm os estudos realizados com crianças indígenas a partir da categoria corpo. É sabido que tais estudos revelaram uma nova forma de pesquisar com crianças através da categoria corpo. O entendimento acerca das diferentes formas de produção do corpo infantil, revelados pelos estudos com crianças indígenas, nos mostraram que compreender as crianças e as infâncias apenas pela relação de socialização adulto-criança é invisibilizar suas subjetividades, sua percepção constituída, também, através de um corpo que brinca, que “ajuda”, que dança, joga capoeira, se pinta, ou seja, que está em constante interação com o meio e os demais sujeitos sociais.

RHR: Com base na sua formação acadêmica e na sua experiência docente, como você vê as ressonâncias de uma educação voltada às relações étnico-raciais, bem como os resultados de um ensino que contemple a história da África e da cultura afro-brasileira?

Luciana: A Lei 10.639 completa 20 anos em 2023 e, coincidentemente, completo 20 anos de magistério. Acho que posso afirmar que pude acompanhar, em sala de aula, todo esse tempo de tentativa de efetivação da lei, inclusive em sua reformulação ocorrida com a lei 11.645 de 2008. Nesse tempo, tivemos reconhecidos avanços. A oferta de materiais didáticos e de literatura acadêmica sobre a temática é ampla e contribui muito para o trabalho docente. Também, pude observar e participar de muitos eventos acadêmicos nos quais foram debatidas experiências e propostas de muitos(as) docentes que trabalham a educação das relações étnico-raciais. A questão é: ainda não chegamos lá! Entre as razões das dificuldades em efetivar a implantação da lei, entendo que duas são cruciais e carecem de um empenho ainda maior dos órgãos responsáveis pela educação brasileira: o currículo e a formação docente. Quanto ao currículo, posso afirmar que estamos em um momento de revisão que, em parte, é decorrente dos estudos que culminaram na criação do Novo Ensino Médio. A tentativa de descolonizar o currículo e partir para uma abordagem educacional que considere os diferentes agentes participantes da História do Brasil tem colhido alguns frutos, mas como já dito, é necessário um empenho ainda maior para que isso se efetive. E é aí que chegamos ao segundo ponto, a formação docente. Embora haja um esforço para que a educação das relações étnico-raciais esteja presente na educação básica, ainda que na forma de projetos, na Educação Superior ela está ausente até mesmo nos cursos de licenciatura. O resultado dessa ausência é o despreparo e o desinteresse dos docentes para trabalhar a temática nas escolas de forma interdisciplinar e, assim, efetivar a implantação da lei.

RHR: Qual seria o perfil do adolescente do nosso tempo, diante das insurgências mobilizadoras que eles protagonizam no âmbito das produções culturais, seja como produtor, seja como consumidor?

Luciana: Pensando nesse perfil de adolescente no contexto brasileiro, não posso deixar de refletir a respeito dos impactos provocados pela internet, especialmente, as redes sociais e as plataformas de *streaming*, na maneira de consumir e de produzir cultura por esses sujeitos sociais. O acesso às redes ocorre cada vez mais cedo e, é claro, o mercado sabe disso, e cria

maneiras de satisfazer aos anseios desse perfil consumidor. Enxergo, também, a ampliação de uma sociabilidade virtual que ocorre entre as crianças e os jovens que consomem um mesmo produto cultural. A meu ver, o mercado cultural digital consegue reconhecer e trabalhar as subjetividade e agência dos adolescentes com muito mais rapidez que os pais e os professores, mas, claro, isso dentro de um interesse mercadológico. Em termos de produção cultural, os meios digitais têm ampliado as possibilidades de criações desses sujeitos. O protagonismo juvenil é, sem dúvidas, uma realidade, quando pensamos na produção cultural e meio digital. As oportunidades de criação, a rede de sociabilidade e o alcance dessas produções são alguns dos atrativos que levam as crianças e os jovens a buscarem o meio digital/virtual de comunicação.

RHR: No cenário das vivências urbanas no estado do Piauí, como a população de crianças e adolescentes à margem (pobres e negras) podem desconstruir a sua invisibilidade constituída, em certa medida, há décadas pelos outros sujeitos privilegiados e pelo poder público?

Luciana: Desconstruir a invisibilidade de crianças e de jovens negros do Piauí é uma tarefa que deve envolver toda a sociedade e por isso mesmo é tão complexa. Eu falava a respeito da importância de se refletir sobre a História do Brasil, a partir de uma visão decolonial na qual, não apenas a população negra, mas todas as demais denominadas “minorias” têm sua participação reconhecida dentro do processo de construção deste país. Acredito de fato que este é o nosso ponto de partida, crianças e jovens negros que aprendem, reconhecem e se conectam com a sua história, ancestralidade, legado tornam-se mais preparados para luta antirracista. É importante que esse conhecimento, pertencimento se constitua desde cedo, já que o racismo provoca dores e traumas mesmo em crianças bem pequenas. Nós, já enxergamos na sociedade piauiense coletivos juvenis que, mesmo com pouco apoio dos órgãos públicos, afirmam sua identidade étnica e se posicionam politicamente contra o racismo. Mas, como já dito, é preciso o envolvimento de todos os sujeitos sociais. É preciso que a ação desses coletivos não fique restrita às suas comunidades ou sob a constante ameaça do autoritarismo dos órgãos de segurança, que identificam a produção cultural e artística negra como ato de desobediência.

RHR: A partir dos seus estudos sobre a população da comunidade quilombola Olho D'Água dos Negros, como se caracteriza o ser criança e o ser adolescente numa comunidade negra rural do Piauí, considerando as implicações do racismo, na atualidade?

Luciana: As comunidades quilombolas no Brasil hoje, por si só, são um exemplo de luta antirracista que ganhou força ao longo do tempo e que, apesar dos últimos quatro anos, tendem a se fortalecer ainda mais. Isso se explica, a meu ver, por elas serem resultado de um processo iniciado dentro do movimento negro, considerando uma vivência histórica anterior que permitiu acionar identidades e revisitar memórias em prol da aquisição de direitos. Essas identidades e memórias, hoje, são fortemente interligadas à territorialidade, ou seja, a relação particular e significativa que as populações negras rurais mantêm com a terra. Dito isso, posso

Entrevistadores: Maria do Socorro Rios Magalhães, Teresinha de Jesus Mesquita Queiróz
Dheiky do Rêgo Monteiro Rocha

dizer que, no Quilombo Olho D'água dos Negros, as crianças e os jovens vivenciam o ser negro e o ser quilombola, ao partilhar símbolos e memórias com os demais sujeitos da comunidade, mas também através da participação na produção, manutenção e transformação de sua territorialidade e identidade étnica. As crianças estão em todos os lugares. Na coleta do buriti, na extração da polpa do fruto realizada na Casa do Doce, nas assembleias, na pesca no açude, nas rodas de capoeira e dança afro, nas manifestações religiosas. Tornar-se quilombola em Olho D'água dos Negros é algo que se aprende fazendo. Lá, ser criança e ser jovem significa tanto correr o chão do Quilombo atrás de uma pipa em uma manhã ensolarada de domingo, quanto jogar capoeira no terreno em frente à igreja. Ser quilombola é dançar “as danças daqui”, mas também é passar uma tarde pescando e contemplando a beleza do açude Cipó. E se a territorialidade é constituída pela historicidade, pelo pertencimento, pela relação com a terra e pela afetividade, posso afirmar que, no Quilombo, as crianças e jovens são, também, responsáveis pela criação de seu território.

337

RHR: Como podemos agir, enquanto educadores e cidadãos, de forma a promover o antirracismo entre crianças e adolescentes, considerando as atuais demandas da sociedade?

Luciana: Estamos em um momento de reconstrução dos valores democráticos no Brasil. Há muito o que se fazer, refazer e desfazer para seguirmos contribuindo para uma sociedade mais justa e condizente com os direitos universais da humanidade. A construção de uma educação antirracista ainda esbarra em muitos obstáculos, alguns deles já falados aqui. Enquanto docente, acredito que pensar um currículo que valorize a igualdade nas relações étnico-raciais é fundamental nesse processo. Nilma Lino Gomes, em seu livro *O movimento negro educador*, nos apresenta a trajetória da luta por uma educação antirracista que se funda no movimento negro brasileiro, reconhecendo a importância deste movimento para o surgimento de uma educação das relações étnico-raciais. Precisamos resgatar esse movimento educador e fazer disso um compromisso da sociedade. Tornar a escola um ambiente livre do racismo, acolhedor e seguro para todas as crianças e jovens é uma missão não apenas de docentes mais de toda comunidade escolar.

MORHAN – PIAUÍ: 25 ANOS

MORHAN – PIAUÍ: 25 YEARS OLD

Gabriel Rocha da Silva¹
Marcelo de Sousa Neto²

338

BATISTA, Ruimar. **Morhan – PiauÍ: 25 anos**. Teresina: Edições Afreketê, 2010.

Em 2010 foi publicado o livro *Morhan – PiauÍ: 25 anos* de autoria de Ruimar Batista. A publicação marcou a data comemorativa de vinte e cinco anos de atividades do movimento social, que tem como intuito lutar por políticas públicas eficientes para eliminação da hanseníase, bem como de ações voltadas aos acometidos pela doença para a garantia de direitos sociais.

A organização do livro centra-se não apenas na explanação das principais atividades que o grupo executou ao longo das décadas de funcionamento, mas, para além disso, reitera aspectos que elevam a reflexão sobre o papel dos movimentos sociais na promoção de políticas públicas, independentemente de sua natureza.

Para isso, o autor inicia com a discussão sobre conceitos que permeiam as reflexões sobre esses grupos: alteridade, identidade, a decisão de participar e políticas públicas. Através desses quatro eixos temáticos, Ruimar Batista desenvolve a linha de raciocínio que permite entender sobre a importância dos movimentos sociais para a reivindicação e a conquista de direitos, e como ocorrem as articulações dos sujeitos diante dessas necessidades.

Dessa forma, argumenta que os conceitos de alteridade e identidade são centrais para que o público compreenda sobre a participação diante dessas reivindicações. O autor articula a ideia de que o sujeito, ao conceber a diferença como algo comum, consegue compreender sua própria identidade. Diante disso, a partir da compreensão de alteridade e identidade, estabeleceu-se a decisão de participar da luta por melhores condições daqueles que sofrem, que padecem por algum infortúnio.

¹ Mestrando em História do Brasil na UFPI. Graduado com láurea acadêmica em Licenciatura Plena em História pela UESPI, gabrielr5431@gmail.com.

² Doutor em História pela UFPE, Professor Associado na UESPI e do Programa de Pós-Graduação em História do Brasil da UFPI. E-mail: marcelo@ccm.uespi.br.

Sendo assim, um mecanismo eficiente para que ocorram as mudanças necessárias, a fim de que a sociedade conquiste uma situação mais justa, parte do entendimento de que os sujeitos que almejam essas melhorias participem do cenário político. Por isso, a participação popular no debate público, inclusive com a própria atuação em cargos políticos, torna-se fundamental para que movimentos sociais como o Morhan encontrem subsídios para a concretização dos seus objetivos.

A opção de iniciar a explanação sobre o Morhan através desses eixos temáticos mostra a preocupação do autor em produzir uma obra que, além de apresentar as ações promovidas, possui o caráter de articular os argumentos através de fragmentos de pensadores como François Laplantine e Renato Ortiz, dentre outros. Nesse sentido, por todo o texto, verifica-se a menção de diferentes autores para o desenvolvimento e embasamento da argumentação, apesar de nem todos serem listados na bibliografia, no final da obra.

Após essa primeira parte, o autor desenvolve o tópico sobre a história do Morhan no Piauí. Nesse momento, Ruimar Batista contextualiza o período autoritário no qual o movimento se estabeleceu. Apesar da data comemorativa de vinte e cinco anos que marca o início do Morhan na capital do Estado, Teresina, cabe destacar que as atividades não iniciaram nesse momento. Assim, anteriormente, o primeiro núcleo foi criado em Parnaíba, onde se localizava o leprosário do Estado, a Colônia do Carpina.

Foi, porém, em Teresina que o grupo se estabeleceu e encontrou, na figura do próprio Ruimar Batista, condições para que se constituir como uma das principais iniciativas no combate e controle da enfermidade. Percebe-se que o contágio do autor pela hanseníase e a preocupação em combater o estigma atribuído à doença foram a base para que o movimento social provocasse entidades públicas visando à criação de políticas eficientes no tratamento da doença.

O contexto do período foi favorável, uma vez que a poliquimioterapia estava sendo aderida para o tratamento da hanseníase, o que, somado à mudança da nomenclatura então em discussão, de lepra para hanseníase, marcou um contexto em que a doença não era mais vista como incurável. Com isso, a problemática relacionada aos aspectos socioculturais que provocavam problemas para os acometidos pela doença constituiu-se como dificuldades para que a hanseníase pudesse ser eliminada. Nesse ínterim, atividades visando à conscientização e educação em saúde, sobretudo promovidas pelo movimento social, fizeram-se fundamentais para que a situação da doença no Estado fosse atenuada.

Além disso, nota-se a relação entre o Morhan e o Centro Maria Imaculada, entidade filantrópica sob a responsabilidade da Arquidiocese de Teresina. Essa instituição atua no

tratamento de pessoas acometidas pela doença e caracteriza-se pelo atendimento especializado e pelo bom relacionamento entre os funcionários e os pacientes, encontrando esses últimos na instituição católica um local de acolhimento.

Quanto a essa instituição, o autor destaca que a comunidade de moradores inicialmente não aceitou de forma passiva o estabelecimento daquele Centro, devido aos medos que ainda permeavam a doença, sobretudo em um contexto no qual as políticas de combate à enfermidade estavam sendo reestruturadas e o foco transferido para o tratamento ambulatorial. Dessa forma, o Centro, que anteriormente fora alvo desses preconceitos por parte da comunidade, tornou-se patrimônio não só da comunidade, mas de toda a região, uma vez que se consolidou como referência no tratamento da hanseníase.

Nos dois tópicos seguintes o autor elenca, através de uma linha do tempo, as principais ações, atividades e projetos desenvolvidos pelo Morhan ao longo dos anos, e, posteriormente, apresenta fotografias sobre essas participações, indicando como o grupo se articulou para mobilizar a sociedade pela luta contra os preconceitos e discriminações.

Além disso, o livro possui dois apêndices. O primeiro é voltado para a explanação sobre o Morhan e a problemática do analfabetismo, escrito pelo próprio Ruimar, expondo como o grupo lida para alcançar pessoas através das atividades educativas, tendo como foco o amor, afeto, carinho e ternura e reconhecendo as dificuldades que tiveram no início das atividades por não saberem traçar as melhores estratégias.

O outro apêndice foi produzido por Abdom Silva, então coordenador da comunicação do movimento que retrata as principais características do Morhan e de seu líder, Ruimar Batista, padrinho do mesmo, que concomitantemente insere-se também como padrinho do movimento no estado do Piauí.

Ao final do livro encontra-se a bibliografia, que, como dito nos parágrafos anteriores, indicam referências que permearam e fortaleceram os argumentos do autor, ainda que nem todas as obras citadas por ele tenham sido listadas. Percebe-se que os conceitos não foram desenvolvidos de forma alongada, porém a maneira objetiva como são apresentados possibilita que a leitura seja feita de maneira rápida e eficiente, facilitando, inclusive, para aqueles que não têm o hábito de leituras acadêmicas.

Dessa maneira, apesar de o livro conter no total apenas quarenta e duas páginas, os argumentos apresentados, além da exposição sobre momentos que marcaram o movimento social, dispõe de um formato que facilita a leitura por parte de um público mais amplo. Por isso, se por um lado, o número reduzido de páginas impossibilita que as ideias sejam desenvolvidas de forma mais complexificada, por outro, permitem que o primeiro contato sobre o Morhan seja

de fácil compreensão. Assim, o autor elenca as dimensões fundamentais para o entendimento sobre movimentos sociais de modo geral, e sobre como o Morhan se articulou diante dessas concepções, primeiramente em um contexto autoritário e posteriormente no contexto da redemocratização.

Por fim, para além de um livro que trata sobre os principais trabalhos realizados pelo movimento social, a obra pode ser pensada e utilizada como importante fonte histórica produzida por um dos fundadores do núcleo regional. Dessa forma, a publicação permite a reflexão sobre o movimento social que dedicou as últimas décadas ao combate da hanseníase e ao acolhimento de pessoas que foram e são por ela acometidas e que encontram no grupo uma forma de luta por melhores condições dos portadores da doença.